



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA/ICHF
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

JOÃO BATISTA DAMASCENO

**CORONELISMO E CORONELISMO ELETRÔNICO: REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010**

**Niterói
2012**

JOÃO BATISTA DAMASCENO

**CORONELISMO E CORONELISMO ELETRÔNICO: REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal Fluminense (UFF)
como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Ciência Política na
área de TEORIA POLÍTICA.**

Orientador: Professor Titular Eurico de
Lima Figueiredo.

Niterói

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D155 Damasceno, João Batista.

Coronelismo e coronelismo eletrônico: representação política e estratégias discursivas na eleição presidencial de 2010 / João Batista Damasceno. – 2012.

424 f.

Orientador: Eurico de Lima Figueiredo.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciências Políticas, 2012.

Bibliografia: f. 346-373.

1. Coronelismo. 2. Democracia. 3. Empresa familiar. 4. Mídia. 5. Brasil; política e governo, 2010. 6. Eleição presidencial. I. Figueiredo, Eurico de Lima. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 324.981

JOÃO BATISTA DAMASCENO

**CORONELISMO E CORONELISMO ELETRÔNICO: REPRESENTAÇÃO
POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL
DE 2010**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política na área de TEORIA POLÍTICA.

Data de aprovação: 30/07/2012

Banca Examinadora:

TITULARES:

Professor Titular Eurico de Lima Figueiredo (PPGCP – UFF)
Orientador - Presidente

Professor Titular Emérito Theotônio dos Santos (UFF)
Membro titular interno

Professor Doutor Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)
Membro titular interno

Professor Doutor Aluizio Alves Filho (PUC-RJ)
Examinador titular externo

Professor Doutor Nilo Batista (UERJ e UFRJ)
Examinador titular externo

SUPLENTE:

Professor Doutor Cláudio de Farias Augusto (UFF)
Membro suplente interno

Professor Doutor Antônio Celso Alves Pereira (UERJ e UFRJ)
Membro suplente externo

“Todo o mundo é visível menos aquele que se encontra atrás das câmeras! A contestação às opiniões emitidas pela televisão não é ouvida. Sede de uma comunicação imaterial, o centro de produção de imagens foge a qualquer controle. As câmeras podem entrar em toda parte... salvo nas sedes das grandes empresas de mídia” (Garapon, 2001: 81).

DEDICATÓRIA

Essa tese é dedicada à minha família, a quem neguei muitos momentos de convívio, durante curso das disciplinas, pesquisa e redação.

Dedico-a em primeiro lugar ao meu filho João Cândido, que para tudo que me chamava eu dizia não poder ir, pois estava fazendo o doutorado, até que certo dia reclamou comigo: “*mas você só poderá fazer tudo depois deste doutorado?*” e quando lhe falei ter terminado a redação - antes das sucessivas revisões - correu para a mãe e gritou: “*papai terminou o doutorado!*”

À Lelyane, companhia permanente, e que pela assunção isolada de tarefas comuns possibilitou-me o estudo, sem abdicação integral de outras atividades profissionais, político-institucionais e sociais, com agradecimento e carinho.

Aos meus irmãos Maria Aparecida, Moisés, Elias e Davi (de convivência a cada dia mais prazerosa).

À minhas sobrinhas Jéssica, Gisele - que ajudaram na gravação diária dos programas eleitorais e noticiário - e Jaqueline, bem como ao meu sobrinho Luiz Robson.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecimentos é um dos mais angustiantes. Nunca que o fazemos deixamos de ser injustos com aqueles que colaboraram com nosso trabalho. Alguns com a contribuição e incentivo desde o primeiro momento podem ser negligenciados exatamente por já o termos como constantes do agradecimento.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo, pela interlocução permanente e correção de rumos que resultaram neste trabalho.

Agradeço ao Professor Doutor Aluizio Alves Filho, de quem fui aluno na graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e que também foi meu orientador no mestrado em Ciência Política na mesma instituição, pela sempre presente disposição para conversas das quais muito aprendi e pelo muito que me ensinou a buscar aprender.

Agradeço ao Professor Doutor Theotônio dos Santos, assistente de Victor Nunes Leal nos primórdios da UNB, referência no pensamento crítico latino-americano, o que nos une, além da conterraneidade.

Agradeço ao Professor Doutor Nilo Batista, intelectual a serviço da liberdade, por toda colaboração prestada durante o curso, em alguns momentos para além das fronteiras do doutorado.

A Vera Malaguti Batista, cientista social que empreendeu estudos que nos permite compreender a subjetivação das demandas sociais em razão do ‘medo construído’ e as tomadas de decisão e formulação de políticas públicas em prol de interesses de setores específicos da sociedade, da qual fazem parte as empresas de comunicação.

Agradeço ao Professor Carlos Henrique de Aguiar Serra, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), pela forma urbana, respeitosa e cordial no trato de questões acadêmicas ao longo do curso.

À Professora Doutora Suzy dos Santos, da Escola de Comunicação da UFRJ, que num único encontro – mas numa longa e deliciosa conversa - indicou-se a inexistência de uma Teoria da Comunicação, bem como que o trabalho a ser empreendido haveria de ser realizado com instrumental da Ciência Política.

Ao Professor Doutor Luiz Eduardo Motta, pelas instigações e provocações que sempre resultaram em proveitosas contribuições.

Ao Professor Flávio Mateus dos Santos, autor do livro “*A república do silêncio – manifestações do poder local no Leste de Minas: 1877-1896*”, que gentilmente se dispôs a enviar-me exemplar da edição já esgotada.

Ao Professor Doutor Luiz Ademir de Oliveira, da Universidade Federal de Ouro Preto, que me remeteu sua dissertação e tese sobre estratégias retóricas, servindo-me como norte para o trabalho que iniciava.

Ao diretor do Museu Municipal de Carangola, Randolpho Radsack Correa, e ao funcionário José Antônio Morando Queiroz pela contribuição às pesquisas realizadas naquela instituição para esta tese.

Não posso deixar de registrar a contribuição dos funcionários da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: Raquel Rangel dos Santos Rubim, diretora do Departamento de Gestão de Acervos Bibliográficos (DEGAB); Márcia Bernadete Esteves, diretora da Divisão de Disseminação e Recuperação da Informação Bibliográfica (DIDIB); Manoel Izidoro da Fonseca, chefe do Serviço de Recuperação da Informação Bibliográfica (SERIB); além de Carlos Typaldo Caritato, Ana Clara Pacheco Dias Gonçalves e Darlon Carlos Cruz dos Santos, pelas contribuições prestadas.

Igualmente, meus agradecimentos, aos funcionários da Seção de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Eveline Gomes Ferreira, Carla Sobral da Silva e Adélia Almeida Schmidt e ao chefe do cartório da 82ª Zona Eleitoral Eduardo Luiz Lopes Gila, pelas contribuições na coleta de dados das eleições estudadas.

A Modesto da Silveira, defensor da liberdade, que teve a incumbência de encaminhar pela oposição a votação do projeto de lei que resultou na lei da anistia e que me mostrou como os elogios midiáticos podem ser revertidos em desproveito do elogiado.

Ao Desembargador Rogério de Oliveira Souza, referência ética da magistratura fluminense, pelas muitas contribuições, notadamente envio de materiais relacionados ao tema em estudo.

Ao Dr. José de Medeiros, sempre disposto à contribuição quando solicitado e que contribuiu para a revisão deste trabalho.

Aos meus colegas da magistratura fluminense, com os quais estabeleço relação dialética e constantes debates sobre questões institucionais e do que resultam conclusões ou instigações para compreensão de peculiaridades de nossa realidade.

Aos companheiros da Associação Juízes para a Democracia (AJD), de visão não-corporativa e republicana e que pugna pelo respeito aos valores jurídicos próprios do Estado Democrático de Direito, à promoção e à defesa dos princípios da democracia pluralista, em cuja convivência sempre me deleito pela identidade na busca da democratização das instituições e efetivação da forma democrática e republicana do Estado.

Agradeço ao jornalista Italo Nogueira do jornal *Folha de S. Paulo* pela gentileza da entrevista.

Agradeço à jornalista Elvira Lobato do jornal *Folha de S. Paulo* pela indicação de suas matérias sobre propriedades de empresas de comunicação o que me possibilitou mapear ao menos aquelas que se encontram registradas nos nomes dos seus titulares e compreender que outras podem estar registrados em nomes de terceiros.

Aos meus amigos jornalistas que me possibilitaram, pela convivência, compreender a diversidade entre a linha editorial e o departamento comercial das empresas de comunicação, especialmente a amiga que me disse: “*contra os interesses do dono do jornal ninguém pode escrever*”. Deixo de nominá-los para garantir-lhes os empregos, mas não posso lhes deixar explícito o agradecimento pelos ensinamentos

sobre as relações estabelecidas no seio das empresas de comunicação, que jamais estarão nos manuais de redação ou se ensinarão nas escolas de jornalismo.

Menciono também os funcionários do PPGCP da UFF, Graça Reis e Manoel Joaquim Pereira, pela forma sempre dedicada e urbana no trato com os alunos.

Aos meus assessores Marisa Moutta de Faria, Edineia Rosa Laureano, Marlon Bibiano Fonseca, Fernando Silva de Souza e o estagiário André Luiz Moura Medeiros, que muito contribuíram para minha atividade acadêmica, pelas contribuições diretas e pela capacidade, responsabilidade e produtividade que me proporcionaram a tranquilidade necessária ao desempenho deste trabalho intelectual.

Aos advogados Fábio Silva do Nascimento, Cleber Lima, Hermantina Torres Ferro, Ieda Maria Pereira e Suzana Leguizamon, conciliadores do juízo da 7ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu/RJ, cuja atuação propiciaram desempenho de outras atividades naquele juízo e sobra de tempo para o doutorado, sem licenciamento de minhas atividades profissionais e ao engenheiro Flávio Silva do Nascimento e à perita-médica Cláudia Assunta, pelas imensuráveis contribuições.

Aos meus colegas de doutorado, cujos encontros sempre foram motivo de muita satisfação e aprendizado: Fabrício Jesus Teixeira Neves, João C. Galvão Jr, Monica Bruckmann, Márcio José Melo Malta, Raphael Carvalho e Orlando Zaccone.

Agradeço também à Eulina Coutinho Silva e Ana Valéria Coutinho Braig, amigos inseparáveis que compõem a minha estendida família, em conceito que tratamos no estudo.

A lista de agradecimento haveria de se estender às fontes estudadas durante toda minha vida educacional, por imprescindíveis que foram à minha formação, muitas das quais de impossível referência por falta de lembrança, mas cuja leitura deixou em minha memória as informações e conhecimentos nelas obtidos. Assim, agradeço a alguns daqueles que me possibilitaram acesso aos livros, por vezes esgotados ou de edições raras, na pessoa dos livreiros Francisco Olivar de Souza, Joanisbel Amorim Alves de Oliveira, José Germano da Silva e Júlio Domingues.

HOMENAGEM

Ao Doutor **Paulo Mercadante**,

Conterrâneo e intelectual de primeira grandeza, em cujos encontros quase semanais, encontrei sempre fonte segura para a busca de informações a respeito da “República do Café com Leite”, notadamente sobre a Zona da Mata Mineira, da qual é pioneiro em estudos, assim como por sua contribuição autoral sobre imprensa, tenentismo, cultura e história, além da concepção inovadora sobre formação da sociedade brasileira, de onde se extrai a concepção da consciência conservadora brasileira que nos ajuda a compreender a modernidade conservadora, na qual estamos inseridos.

RESUMO

O trabalho parte da premissa de que, nos regimes democráticos, a legitimidade do poder alicerça-se na soberania popular. Essa é expressa pela rotatividade pacífica do poder civil, pelo sufrágio universal, pelo voto livre, pelo regime pluripartidário, pelo sistema representativo, pela delegação e temporalidade dos mandatos, entre outras características igualmente importantes. Quando ocorre a manipulação ou falseamento da vontade dos cidadãos, seja quanto à escolha dos mandatários, seja quanto a aquiescência à dominação, a essência da representação democrática fica comprometida. Esta tese investiga, no Brasil República, com ênfase na conjuntura presente, mecanismos midiáticos capazes de entravar e/ou falsear as instituições democráticas. A análise reconstitui o pacto coronelista na Primeira República e põe em revista o advento dos meios de comunicação de massa, notadamente a partir do pós-guerra. Tendo tal contexto como pano de fundo, centra, finalmente, seu foco no “coronelismo eletrônico” na mídia televisiva, representada, nas eleições presidenciais de 2010, pelo “Jornal Nacional” (JN) e “Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral” (HGPE). Utiliza o método comparativo em relação aos discursos elaborados HGPE e examina a veiculação da propaganda política, em forma de notícia, no chamado “noticiário livre”. Examina o advento do rádio e outras formas de mídia, notadamente a televisiva, comandadas por empresas de comunicação constituídas por grupos ou famílias que assumem papel central na chamada “grande imprensa”.

Palavras-chave: Coronelismo, coronelismo eletrônico, democracia. Empresa familiar. Mídia. Eleição presidencial de 2010.

ABSTRACT

This work assumes that, in democratic regimes, legitimacy of power is founded on popular sovereignty. This is expressed by the pacific turnover of the civil power, by means of universal suffrage, free vote, the multiparty regime, the representative system, the delegation and temporality of the mandates, among other equally important characteristics. When the citizens' will is manipulated or distorted, be it in relation to the choice of representatives, or in relation to the acquiescence to domination, the essence of democratic representation becomes compromised. This thesis investigates, in the Brazilian Republic, with emphasis to the present situation, media mechanisms capable of impeding and/or distorting democratic institutions. The analysis reconstitutes the "pacto coronelista" in the First Republic and reviews the advent of mass communication means, especially from the post-war period onwards. Finally, with this context as background, it centralizes its focus on the "coronelismo eletrônico" on television, represented, on the 2010 presidential elections, by the "Jornal Nacional" (JN) and the "Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral" (Free Time Election Propaganda) (HGPE). It uses the comparative method in relation to the speeches prepared for the HGPE and it examines the placement of political advertising, in the form of news, on the so called "noticiário livre". It examines the advent of the radio and other forms of media, notably the television media, controlled by communication companies formed by groups or families that assume a central role on the so called "grande imprensa" (mainstream media).

Key words: Coronelismo, coronelismo eletrônico, democracy. Family business. Media. Presidential Election of 2010.

RESUMÉE

Le travail suppose que dans les démocraties, la légitimité du pouvoir est fondé sur la souveraineté populaire. Ceci est exprimé par le chiffre d'affaires pacifique du pouvoir civil au suffrage universel par un vote libre, le multipartisme, le système représentatif, la délégation et de la temporalité des mandats, entre autres caractéristiques tout aussi importants. Quand il s'agit d'une manipulation ou une distorsion de la volonté des citoyens, que ce soit dans le choix des agents est aussi est comme un acquiescement à la domination, l'essence de la représentation démocratique est compromise. Cette thèse étudie la République au Brésil, en mettant l'accent sur la situation actuelle, des mécanismes capables de médias qui entravent et faussent ou les institutions démocratiques. L'analyse reconstruit le pacte coronelista la Première République et de mettre le magazine à l'avènement des médias de masse, en particulier de la période d'après-guerre. Avoir un tel contexte, comme une toile de fond, l'accent, enfin, l'accent sur "coronelismo eletrônico" dans les médias de télévision, représentés dans les élections présidentielles de 2010, "Jornal Nacional" (JN) et "Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral" (Temps libre pour la propagande politique) (HGPE). Il utilise la méthode comparative par rapport aux discours produits HGPE et examine la mise en place de la publicité politique sous forme de nouvelles, la soi-disant "noticiário livre" (nouvelles libre). Examine l'avènement de formes de radio et autres médias, notamment de la télévision, gérées par des sociétés de médias formés par des groupes ou des familles qui joue un rôle central dans les "grande imprensa"(grands médias).

Mots clés: coronelismo, coronelismo eletrônico, la démocratie. Une entreprise familiale. Médias. Election présidentielle de 2010.

SUMÁRIO

1.	PODER LOCAL, GÊNESE DO “PACTO CORONELISTA” NA 1ª REPÚBLICA E FORMAS DE DOMINAÇÃO REMANESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE	41
1.1.	O coronelismo e a 1ª República	41
1.2.	O “pacto coronelista”	43
1.3.	A gênese da política republicana	45
1.4.	Campos Sales e o “pacto coronelista”	51
1.5.	O “pacto coronelista” e a construção da nova ordem: o acanhamento institucional do judiciário	53
1.6.	Da 1ª República ao Brasil contemporâneo: a remanescência de formas tradicionais de dominação	60
1.7.	Clientelismo, compadrio (clã parental), assistencialismo e filhotismo	66
2.	DA ENXADA AO SATÉLITE E DO CORONEL AO CORONELISMO ELETRÔNICO (a subsistência do arcaísmo nas modernas relações sociais brasileiras)	78
2.1.	Empresas familiares	79
2.2.	A empreitada pessoal e a empresa no Brasil: família patriarcal e clã parental	81
2.3.	O domínio pessoal na empresa familiar	88
2.4.	Modernidade conservadora	94
2.5.	Compromisso político, poder local & poder familiar: coronelismo eletrônico, o coronelismo de novo tipo	98

2.6. A subsistência de alguns aspectos da estrutura coronelista, sem o “pacto coronelista” nas relações políticas brasileiras.	113
3. A UNIVERSALIZAÇÃO DO VOTO, ESPETÁCULO POLÍTICO E MEDIADORES NAS ELEIÇÕES REPUBLICANAS	117
3.1. Relações político-partidárias, arbitramento, voto livre e manipulação da vontade popular	118
3.2. O arbitramento eleitoral e a Política dos Governadores	120
3.3. Poder central e oligarquias regionais: a justiça federal e o papel do juiz seccional	123
3.4. A reforma de 1916 e o processo eleitoral	126
3.5. A criação da Justiça Eleitoral em 1932	127
3.6. Justiça eleitoral: a racionalidade de 1932 numa sociedade relacional, cordial e clânica	135
3.7. O papel desempenhado pela Justiça Eleitoral como instância mediadora das relações político-partidárias. Manipulação da vontade popular e exercício do voto livre	139
3.8. Justiça Eleitoral: de árbitro a guardiã	141
3.8.1. Partido e coligação: apresentação formal e personalismo dos candidatos	142
3.8.2. O quociente eleitoral e o voto partidário	143
3.8.3. Coligações, suplências e fidelidade partidária	144
4. CLIENTELISMO, ASSISTENCIALISMO, ESPETÁCULO POLÍTICO E RESULTADO ELEITORAL	152
4.1. Assistência sem correspondência eleitoral	154
4.2. <i>Abstenções, votos nulos e brancos no Rio de Janeiro de 1996 a 2010</i>	156

4.2.1. Abstenções do eleitorado apto no Município do Rio de Janeiro, nas eleições de 1996 a 2010	159
4.2.2. Votos brancos no município do Rio de Janeiro - de 1996 a 2010	162
4.2.3. Votos nulos no município do Rio de Janeiro - de 1996 a 2010	165
4.3. <i>Mídia e pesquisas de opinião nas eleições presidenciais de 2010 - 1º turno</i>	168
4.4. Resultado eleitoral nas eleições presidenciais no 1º turno	177
4.5. <i>Mídia e pesquisas de opinião nas eleições presidenciais de 2010 - 2º turno</i>	181
4.6. Resultado eleitoral nas eleições presidenciais no 2º turno	184
4.7. Espetacularização da política.....	187
4.8. Comunicação de massa: do rádio à televisão no século XX	190
4.9. Controle estatal sobre conteúdo e programação das difusoras de rádio e televisão em eleições pretéritas.....	200
4.10. A propaganda eleitoral nas eleições presidenciais de 2010	205
4.11. Redes sociais e novos atores da comunicação	206
5. IMAGENS E RETÓRICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010: a criminalização da política	209
5.1. Cronograma e disposição do HGPE na grade televisiva	210
5.2. A criminalização da política	217
5.2.1. Mensalão	218
5.2.2. Quebra de sigilo fiscal	220
5.2.3. Deus, padre e polícia: a questão do aborto entre as crenças e a	

saúde da mulher	248
5.2.4. Casa Civil: Erenice, parentela e clientelismo; Paulo Preto: financiamento de campanha	262
5.2.5. Assepsia, ficha limpa e política limpa	285
5.2.6. Trocas, corrupção e criminalização da política	289
5.3. Promessa de apuração: doa a quem doer	291
6. IMAGENS E RETÓRICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010: a política de privatização e outros assuntos	293
6.1. Privatização	294
6.2. Família e religião: os candidatos e seus ‘valores positivos’ contrapostos à afirmação dos poderes, à concepção laica e republicana do Estado	310
6.3. Solução mágica no discurso político	315
6.4. Uma bolinha de papel: imprensa, manipulação e arbitragem do papel da mídia	318
6.5. Educação e saúde: tema de toda campanha	326
6.6. Seguir mudando com Lula e Dilma x gratidão e genéricos com José Serra	327
6.7. A agenda não eleitoral e o noticiário político no JN	333
6.7.1. Os candidatos no JN	335
6.7.2. Proposições e denúncias pontuais do sistema no HGPE	336
7. CONCLUSÃO	340
8. FONTES PRIMÁRIAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	346
8.1. Fontes primárias	346

8.2. Referências bibliográficas	348
8.2.1 Livros	348
8.2.2 Artigos	363
8.2.3 Endereços eletrônicos	365
8.2.4 Teses e dissertações	372
ANEXOS	374

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entidades contratantes das pesquisas IBOPE no 1º turno da eleição presidencial de 2010	173
Quadro 2 – Entidades contratantes das pesquisas IBOPE no 2º turno	183
Quadro 3 – Tempo do HGPE e do JN no mês de agosto de 2010 – Eleições presidenciais.....	211
Quadro 4 – Tempo do HGPE e do JN no mês de setembro de 2010 - Eleições presidenciais.....	212
Quadro 5 – Tempo do HGPE e do JN no mês de outubro de 2010 - Eleições presidenciais.....	214
Quadro 6 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema mensalão	220
Quadro 7 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema violação de sigilo fiscal	247
Quadro 8 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema aborto e sua implicação religiosa.....	262
Quadro 9 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema tráfico de influência com a ministra Erenice Guerra e Paulo Preto	285
Quadro 10 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema ficha limpa	289
Quadro 11 – Datas e canais nos quais foram exibidos o tema privatização	310
Quadro 12 – Estrutura retórica da campanha eleitoral dos candidatos Dilma Rousseff e José Serra	333

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de abstenções no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	161
Tabela 2 – Percentual de votos brancos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	163
Tabela 3 – Percentual de votos nulos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	166
Tabela 4 – Pesquisas IBOPE – 1º turno eleição presidencial/2010	171
Tabela 5 – Pesquisas de intenção de voto no período de 29/03 a 17/08 – VOX POPULI – 1º turno	174
Tabela 6 – Pesquisas de intenção de voto no período de 05/08 a 14/09 – SENSUS	175
Tabela 7 – Pesquisas de intenção de voto no período de 19/04 a 16/09 – DATAFOLHA	176
Tabela 8 – Eleições presidenciais 2010/1º turno – comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro	178
Tabela 9 – Eleições presidenciais 2010/1º turno – comparecimento e votos apurados do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro	180
Tabela 10 – Pesquisas IBOPE – 2º turno eleição presidencial/2010	182
Tabela 11 – Eleições presidenciais 2010/2º turno - comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro	184
Tabela 12 – Eleições presidenciais 2010/resultado 2º turno – votos válidos, nulos e brancos em âmbito nacional e no município do Rio de Janeiro	186

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de abstenções no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	162
Gráfico 2 – Percentual de votos brancos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	164
Gráfico 3 – Exibição de tendência de contribuição de cada percentual de votos brancos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	165
Gráfico 4 – Percentual de votos nulos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	167
Gráfico 5 – Exibição de tendência de contribuição de cada percentual de votos nulos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010	168
Gráfico 6 – Pesquisas IBOPE – 1º turno eleição presidencial/2010	172
Gráfico 7 – Pesquisas de intenção de voto no período de 29/03 a 17/08 – VOX POPULI – 1º turno.....	175
Gráfico 8 – Pesquisas de intenção de voto no período de 05/08 a 14/09 – SENSUS	176
Gráfico 9 – Pesquisas de intenção de voto no período de 19/04 a 16/09 – DATAFOLHA	177
Gráfico 10 – Eleições presidenciais 2010/1º turno – comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro.....	179
Gráfico 11 – Eleições presidenciais 2010/1º turno – comparecimento e votos válidos do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro.....	181
Gráfico 12 – Pesquisas IBOPE – 2º turno eleição presidencial/2010	183
Gráfico 13 – Eleições presidenciais 2010/2º turno - comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e no município do Rio de Janeiro.....	185
Gráfico 14 – Eleições presidenciais 2010/resultado 2º turno – votos válidos, nulos e brancos em âmbito nacional e no município do Rio de Janeiro	187

ANEXOS

Anexo I – Estudo de casos de mando local na Zona da Mata mineira, cerne da política do café com leite, contemporâneos à celebração do pacto coronelista.....	375
Anexo II – Entrevista concedida pelo jornalista Ítalo Nogueira, da Folha de São Paulo, ao doutorando no dia 12/07/2011, sobre o episódio entre “mata-mosquitos”, militantes e o candidato José Serra, no dia 20/10/2010 em Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ	395
Anexo III – Entrevista de Dilma Rousseff no Jornal Nacional no dia 09/08/2010	397
Anexo IV – Entrevista de José Serra no Jornal Nacional no dia 11/08/2010.....	404
Anexo V – Entrevista de Dilma Rousseff no Jornal Nacional no dia 18/10/2010	412
Anexo VI – Entrevista de José Serra no Jornal Nacional no dia 19/10/2010.....	418

SIGLAS

ASSOCIAÇÕES

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AJD – Associação Juízes para a Democracia

ANAMAGES – Associação Nacional de Magistrados Estaduais

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

COMISSÕES

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

EMPRESAS

BB – Banco do Brasil

CACE - Capital Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda

EDRB – EDRB do Brasil Ltda

MTA - Master Top Airlines

ENTES E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ESTATAIS:

ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANP – Agência Nacional de Petróleo

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

D.O.E.R.J. – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

ICS – Instituto de Ciências Sociais

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

INCA – Instituto do Câncer

IO – Imprensa Oficial

IN – Imprensa Nacional

MP – Ministério Público

MPE – Ministério Público Eleitoral

MPF – Ministério Público Federal

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PF – Polícia Federal

PPGCP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SRF – Secretaria da Receita Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TCU – Tribunal de Contas da União

TC/RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TJ/RJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

ZE – Zona Eleitoral

ESTADOS

AC - Acre

AL - Alagoas

AM - Amazonas

AP – Amapá

BA – Bahia

CE – Ceará

DF – Distrito Federal

ES - Espírito Santo

GO – Goiás

MA – Maranhão

MG - Minas Gerais

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

PA – Pará

PB – Paraíba

PE - Pernambuco

PI – Piauí

PR – Paraná

RJ - Rio de Janeiro

RN - Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS - Rio Grande do Sul

SC - Santa Catarina

SE – Sergipe

SP - São Paulo

TO – Tocantins

FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNT – Confederação Nacional do Transporte

PARTIDOS E AGREMIações POLÍTICAS

AL – Aliança Liberal

AD – Aliança Democrática

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

DEM – Democratas

DF – Distrito Federal

FL – Frente Liberal

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PR – Partido Republicano

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRF – Partido Republicano Fluminense

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano do Rio Grande do Sul

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrata

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

UDN – União Democrática Nacional

PERSONALIDADES

E – Entrevistador

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IN – Ítalo Nogueira

PAÍSES

EUA – Estados Unidos da América

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OUTROS

CBA - Código Brasileiro de Aeronáutica

C.E . – Código Eleitoral

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

EC – Emenda Constitucional

ECR – Emenda Constitucional de Revisão

FAC – Folha de Antecedentes Criminais

FMI – Fundo Monetário Internacional

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

JN – Jornal Nacional

MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa Nacional para o Desenvolvimento

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

TV – Televisão

INTRODUÇÃO

A democracia representativa é uma das poucas questões em torno da qual veio se formar, internacionalmente, a partir das duas últimas décadas do século passado, um cada vez maior grau de consenso. Nos primórdios do novo milênio este consenso tornou-se praticamente absoluto. Um conjunto de circunstâncias contribuiu para isso, entre outras: o fim das ditaduras na península ibérica (Portugal, em 1974 e Espanha, em 1975), na América do Sul nos anos 1980, a queda do muro de Berlim (1989), o desmantelamento da União Soviética (1991) e do chamado socialismo real no leste europeu, assim como o fim da “guerra fria”. Ditaduras de direita e de esquerda desabaram com velocidade inesperada, abrindo espaço para a construção do referido consenso em torno de ideais de um mundo moldado por determinado tipo de padrão democrático.

À luz do exposto, esta tese de doutorado implicou em investigar numa formação social concreta (Brasil República), com a ênfase recaindo na atual conjuntura, mecanismos capazes de entravar e falsear as instituições democráticas pela manipulação da opinião pública e da vontade popular. A premissa da qual partimos é evidente: um pilar central da democracia representativa é que a legitimidade do poder esteja alicerçada na soberania popular, que deve ser expressa pelo sufrágio universal, pelo voto livre, pelo regime pluripartidário e pela temporalidade dos mandatos.

Neste ponto, duas considerações de natureza pontual fazem-se necessárias: 1º) O propósito não foi o de construir um “modelo abstrato” (platônico) de democracia, tão pura quanto verdadeira, o que implicaria em discursar no vazio, “acreditando” na existência de uma forma democrática única, pensada acima das especificidades nacionais, inclusive as relativas às diferenças culturais, ou seja, fora da concretude das coisas concretas; 2º) O falseamento de instituições democráticas em razão de possível manipulação da opinião pública, dos votos e das formas de votar, mas de muitas outras maneiras, como por exemplo, pela contradição entre as promessas de campanha (para agenciar votos) e as políticas implementadas ao se assumir o mandato, coisa corriqueira e até, muitas vezes, dada como “natural” no nosso país e para a qual costuma concorrer

a atuação da mídia e a maquiagem de programas, plataformas e candidatos pelo marketing político (Grandi, 1992 e Figueiredo, 1990).

Em relação à primeira consideração o que se pretende fazer, para operacionalizar o trabalho quanto a sua consistência, é tomar como típicos de um sistema democrático certos aspectos a respeito do qual há grande consenso no presente; aspectos tais como: pluripartidarismo, mandatos por tempo predeterminado, liberdade de organização e de expressão, divisão de poderes, direito de votar e de ser votado, garantias individuais etc.

Quanto à segunda consideração é fundamental esclarecer que a “manipulação do voto” foi estudada, com utilização do método comparativo entre os discursos elaborados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)¹, garantidos pela Justiça Eleitoral e a propaganda em forma de notícia no chamado “noticiário livre”, além de análise de momentos históricos distintos com suas distintas práticas sociais, quais sejam na 1ª República (1891 – 1930), tipificado pelo amplo domínio das oligarquias estaduais, notadamente São Paulo e Minas Gerais, com ênfase no estudo das práticas sócio-políticas na Zona cafeeira mineira, ou Zona da Mata Mineira, sobretudo a partir do Governo de Prudente de Moraes, e análise do papel desempenhado pela “grande imprensa”, representada pelo Jornal Nacional, em cotejo com os programas gratuitos de propaganda eleitoral dos candidatos a presidentes da república de 2010, realizada em dois turnos nos meses de outubro e novembro deste ano.

Vale observar que a eleição de 2010 foi a sexta para cargo de chefe do executivo federal após a lei da anistia (1979)² e extinção do bipartidarismo e advento da possibilidade de criação de novos partidos políticos (Brasil, 1979)³, medidas indicativas

¹ Utilizaremos o termo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, designado pela sigla HGPE, por se tratar de termo utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conforme <http://temasselecionados.tse.jus.br/temas/propaganda-eleitoral/radio-e-tv/horario-gratuito-2013-acesso-e-participacao> disponível no dia 12/05/2012 às 17:24h.

² A lei 6683 de 28 de agosto de 1979, publicada no DOU de 18/08/79 concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Tratou-se de anistia restrita, mas que reincluiu no sistema político brasileiro milhares cidadãos afastados da participação política.

³ Pela Mensagem nº103, O Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional o PL nº 37, que apresentava modificações à "Lei Orgânica dos Partidos Políticos", sancionada em 1971, foi lido em Plenário no dia 19 de outubro de 1979. O Projeto de Lei propunha a extinção dos partidos políticos existentes e implantava novamente o pluripartidarismo no Brasil e foi colocado em votação em sessão

do fim dos governos de exceção e da volta ao Estado de Direito e Democrático. Após a lei da anistia, realizaram-se eleições para governadores de Estados nos anos de 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Para a Presidência da República foram realizadas eleições diretas em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Somente a segunda e terceira foram decididas em um único turno. As demais em dois turnos.

O estudo das formas de manipulação na 1ª República foi feito a partir da releitura de três obras clássicas: de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948); de Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* (1957). Uma visita a estes clássicos com o propósito específico de colocar na berlinda e comparar as explicações que formularam sobre as formas de manipulação do voto em um Brasil ainda dominado pela concentração da população no campo e pelo agrarismo pode auxiliar um melhor entendimento de problemas e dificuldades da solidificação de instituições democráticas na República brasileira, onde o mando pessoal aparentemente se metamorfoseou, modernizando-se a tradição brasileira.

Os primeiros capítulos têm o propósito de, com brevidade, situar o eixo central que articula e dá sentido ao discurso produzido por cada um dos autores considerados.

Em seguida o trabalho analisou a mudança do *locus* do discurso político, do palanque para os meios de comunicação de massa ao longo do século XX e analisou como se efetivou a construção dos discursos e noticiários na mídia televisiva, representada pelo Jornal Nacional e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Assim o que estará em questão são formas contemporâneas de manipulação do voto que se estruturaram em decorrência da revolução técnico-científica (Santos, 1987) como por exemplo as inovações trazidas pela citada revolução no que diz respeito à expansão das redes eletrônicas de comunicação. É neste contexto que a expressão coronelismo eletrônico (Lima, 2001) vem se tornando um conceito usual. Entre as novas formas de manipulação não mais está o falseamento da contagem dos votos ou

tumultuada do Congresso Nacional, com as galerias lotadas de militantes do MDB que protestavam contra a deliberação de extinguir os partidos existentes. Por ter a maioria parlamentar, a ARENA conseguiu aprovar o PL na sessão do dia 21 de novembro de 1979. No dia 20 de dezembro, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo sancionou a lei nº 6.767, dando origem à criação de novos partidos a partir daquela data.

outras formas⁴ já utilizadas em outros momentos históricos pretéritos, mas, as técnicas de fabricação de consenso midiático através da propaganda mistificadora da opinião pública, a maquiagem de programas, plataformas e candidatos pelo marketing político etc. A corrupção eleitoral por suas várias modalidades é um fantasma do qual nenhum pleito tem escapado no Brasil republicano e é comumente utilizado pelos candidatos não-eleitos para justificar suas derrotas. Sua ocorrência efetiva, em alguns casos alegados e provados, serve como fonte de legitimação do discurso e contaminação de suspeição de todos os pleitos.

Como um todo, foi considerado que não há uma duplicidade de objeto de estudo, pois encontram o mesmo substrato social. Se no coronelismo tinha-se o compromisso entre o poder local enfraquecido e o poder central que lhe conferia os recursos para manutenção do poder e prestígio, contemporaneamente tem-se a debilidade das representações/mandatos e sua vulnerabilidade perante o poder midiático, que numa economia periférica demanda apoio estatal para a organização das empresas nacionais de comunicação. As mídias televisivas, embora não sejam o único meio pelo qual se produzem as informações e as formações das opiniões, agem sobre as opiniões, atitudes e propiciam que se aja em correspondência aos apelos dirigidos. Embora os comportamentos possam não corresponder às demandas midiáticas, ela propicia o pautamento de opiniões e posicionamentos, ainda que contrários a ela. Assim, a interferência destes meios é fator de formação da opinião e de ação, ainda que não sejam determinantes ou exclusivos. O papel do noticiário pode implicar em alteração da intenção de voto, o que enseja o diálogo do HGPE com tais noticiários uma multiplicidade de opiniões oriundas de meios diversos e, numa sociedade pluralista, não é unânime e não está necessariamente assentada na opinião da maioria. Mas, está em contínuo processo rumo ao consenso sem que, no entanto, o alcance.

O processo político contemporâneo transcende os partidos e suas bases de organização. O meio de consulta às massas na busca da legitimidade na tomada de decisões tornou-se plebiscitário e a televisão foi escolhida como instrumento. No início dos anos 60 De Gaulle se dirigia à sociedade francesa pela televisão e diante dos

⁴ No sistema de votação com cédula, muitos foram os meios utilizados para falseamento do voto: I - Voto formiga, pelo qual um eleitor recebia uma cédula já marcada e devolvia a que lhe era entregue pelo mesário a fim de que esta, uma vez marcada, fosse entregue a outro eleitor; II - a marcação pelo escrutinador das cédulas em branco; III - a adulteração do voto; IV - a contagem de votos de um candidato para outro, com ou sem o consentimento do "prejudicado"; V - o falseamento das atas; VI - o falseamento dos mapas eleitorais; VII - o falseamento nas totalizações etc.

protestos da oposição, lhe reservou alguns minutos na televisão estatal, que já não era meio de debates e sim uma técnica para a execução de uma política. Eis, o que se traduz os meios de comunicação de massa na contemporaneamente: técnica para execução de políticas e busca de legitimação⁵. Marlaux, diante da nova forma de fazer política na França na década de 60 dissera que “*se Lênin estivesse vivo, em 1960, a revolução teria começado quando ele tomasse a estação de televisão*” (Harrington, 1967: 180).

O reconhecimento do papel da mídia no processo eleitoral na atualidade se traduz na necessidade de análise dos discursos e representações que permitam o tratamento da subjetividade e da singularidade da formação de opinião e de sua manifestação no processo eleitoral.

Se a opinião pública inexistia, conforme afirmado por Oliveira Vianna, ou era irrelevante para o resultado eleitoral na 1ª República, período marcado pelo coronelismo do qual falou Victor Nunes Leal, onde se depreendia a supremacia do mando local, estudado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, o advento do rádio possibilitou a intercomunicação de grupos e o advento da televisão trouxe novo meio de relação dos agentes políticos com a sociedade na busca do consentimento para exercício do poder de mando.

Do nascimento dos meios de comunicação de massa no Brasil (rádio nos anos 30 e televisão nos anos 50), à popularização e facilitação dos meios de propagação com o advento do satélite nos anos 60 e da globalização os anos 90, alterações substanciais

⁵Uma entrevista concedida pelo ministro Joaquim Barbosa à *Folha de S. Paulo*, no dia 25/08/08 causou incômodo no Supremo. Um ministro conta que os episódios narrados por Joaquim Barbosa não se deram como ele descreveu. Por isso, a entrevista aumentou o fosso entre ele e os colegas que, em geral, consideraram as declarações populistas e demagógicas. Joaquim Barbosa afirmou que todos os seus desentendimentos com colegas foram por causa da defesa que faz dos princípios caros à sociedade como o combate à corrupção no Judiciário. Essa afirmação espantou seus colegas, pelo antagonismo sugerido pelo ministro. O Ministro entrou em conflito com os ministros Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence, Eros Grau e Gilmar Mendes. Os ministros se estranharam depois de Eros Grau libertar Humberto Braz, braço direito do banqueiro Daniel Dantas. “*Como é que você solta um cidadão que apareceu no Jornal Nacional oferecendo suborno?*”, perguntou Joaquim Barbosa. Eros Grau respondeu que não havia julgado a ação penal, mas se havia fundamento para manter prisão preventiva. Joaquim Barbosa retrucou dizendo que “*a decisão foi contra o povo brasileiro*”. Em outro *round*, depois que Joaquim Barbosa concedeu ordem de *habeas corpus* para garantir a Daniel Dantas o direito de não se auto-incriminar em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Eros Grau, em tom jocoso, comentou que esse *habeas corpus* repercutira mais que o dele. Joaquim Barbosa enfureceu-se e chamou o colega de velho caquético. O fato demonstra que até mesmo os ministros do STF, que deveriam julgar de acordo com a racionalidade do ordenamento jurídico, pautam-se pela mídia em seus julgamentos.

ocorreram no âmbito das empresas de comunicação e do Estado, sem nos atermos às novas mídias ou redes sociais de comunicação (twitter, Orkut, facebook etc...). Neste contexto é que se encontra a criação de dificuldades para manutenção de certas empresas de comunicação durante a ditadura militar ou o próprio fechamento das mesmas, com a cassação das concessões, assim como a concessão de canais de rádio e televisão em busca de apoio político conforme registrado durante o Governo Sarney (1985-1990), num período em que a formação da opinião do eleitor passou a estar vinculada aos meios de comunicação e onde os comícios perderam seu sentido, embora a justiça eleitoral acredite na sua capacidade de influir, razão pela qual proibiu os “showsmícios”.

Seja na 1ª República ou após o a ditadura militar (1964-1985) a tese versa sobre o papel das empresas de comunicação na formação da opinião eleitoral em contraposição com o HGPE nas eleições de 2010 e a interlocução entre eles, cenário propício ao falseamento de instituições democráticas por meio da manipulação da opinião pública, dos votos e das formas de votar, mas igualmente em decorrência da contradição entre as promessas de campanha (para agenciar votos, quando os candidatos se apresentam como produto de marketing após pesquisa qualitativa que indica o anseio do eleitor ou para se contrapor ao noticiário) e as políticas possíveis de implementação, como costuma ocorrer ante a atuação da mídia e da maquiagem de programas, plataformas e candidatos pelo marketing político.

No primeiro capítulo analisamos o poder local, que consideramos gênese do pacto coronelista firmado na 1ª República. Assim tratamos da fundação da República e do arranjo institucional que a possibilitou e, ao final do capítulo, fizemos análise de casos havidos na Zona da Mata Mineira, cerne da Política do Café com Leite e a atuação de Campos Sales para sua concretização. Igualmente tratamos das formas tradicionais de dominação e de suas permanências na contemporaneidade, bem como os fundamentos do poder tradicional, com análise dos conceitos de clientelismo, compadrio, que Oliveira Vianna chamava de clãs parentais, a prática do assistencialismo e do filhotismo.

No segundo buscamos analisar a natureza da empresa nacional ao longo da história do Brasil, caracterizando o tipo familiar e clânico de nossa formação e onde a unidade econômica era a família. Assim, o terceiro capítulo gira em torno da questão

do poder pessoal que caracteriza a empresa familiar, realçando as características de nossa história social, dentre os quais a cordialidade, fazendo notar as bases sobre as quais se assentam as nossas relações sociais, notadamente a realidade social, que pelo seu dinamismo, ampliou o conceito de família, antes exclusivamente nuclear.

Fizemos ainda uma análise da modernidade conservadora, com apreensão dos sentidos de “modernidade”, “arcaico” e “família”, considerando que o uso dos termos “modernidade” e “família” acabam por ser conceitos poucos precisos, mas de rápida aceitação, o que pode ser inadequado para compreensão das relações sociais em tais conjunturas estabelecidas. Igualmente foram investigados os mecanismos postos em curso no estabelecimento do compromisso recíproco entre o poder privado dos donos das empresas de comunicação e suas necessidades de atuação junto ao poder público, gestor do orçamento público e capaz de custear o funcionamento dessas empresas, notadamente por meio de verbas de publicidade. Com este propósito realizamos um estudo sobre a natureza clânica de nossa formação social, a partir do período colonial, e onde a unidade econômica era a família sob a regência patriarcal a partir das obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1978) e Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939). Igualmente tratamos, ainda que brevemente, sobre as formas de manipulação na 1ª República a partir da releitura de obras clássicas de Vitor Nunes Leal, *O Município e o Regime Representativo no Brasil: contribuição ao estudo do “coronelismo”* (1948), também publicada em edição comercial sob o título *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948), de Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), de Raimundo Faoro, *Os donos do poder* (1958) e de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira* (1956 /1957).

O trabalho tem por base a concepção original da obra de Paulo Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil* (1965), possibilitando a compreensão de que a modernidade que se implantou no país, notadamente a partir do processo de industrialização na década de 30 e que se acentuou no final dos anos 50 e durante o período militar, se fez sobre as bases das relações sociais já construídas ao longo de nossa história social, o que evidencia a natureza conservadora de nossa modernidade.

No terceiro capítulo foi empreendido estudo sobre os meios de manipulação que permearam o exercício do poder político e enfocamos o papel que desempenhou o juiz seccional, juiz federal que tinha atribuição de dirimir conflitos políticos na 1ª República, a reforma de 1916, a edição do Código Eleitoral em 1932 e o processo de formação de coligações para ampliação do tempo no HGPE e formação de quociente eleitoral.

No quarto capítulo fizemos uma análise dos resultados eleitorais nacionais e do Município do Rio de Janeiro, tanto nas eleições majoritárias quanto nas proporcionais, a fim de aferir maior ou menor participação eleitoral, seja quanto à abstenção, votos nulos ou brancos, dependendo de se tratar de eleição local (proporcional ou majoritária) ou eleição estadual, federal ou nacional, igualmente do tipo proporcional ou majoritária. Tal estudo visou buscar eventual diversidade de comportamento nas eleições locais e demais, ante diversidade dos padrões de assistencialismo ou clientelismo. Igualmente analisamos a espetacularização da política e os meios de comunicação, dentre os quais as novas mídias.

No quinto e sexto capítulos fizemos uma análise das imagens e retórica dos candidatos a presidente da República no HGPE e no JN, compreendendo os temas que foram abordados, notadamente a criminalização da política. Utilizamos como referencial analítico o conceito de imagem-mensagem, buscando testar a compatibilidade da narrativa do locutor televisivo e as falas dos entrevistados, a forma da apresentação do candidato no HGPE e no JN, bem como a compatibilidade dos assuntos tratados nos dois programas televisivos (o JN e o HGPE) e o enfoque da cobertura aos candidatos, se favorável ou desfavorável, buscando testar o desempenho do papel de ator político pelo JN e sua capacidade de influenciar resultado positivo ou negativo em razão de eventual partidarização do noticiário.

Em relação à metodologia foram analisadas as exibições do JN nos mesmos dias e turno do HGPE da campanha presidencial, por pressuposto de que o eleitor que assistiu ao HGPE exibido entre as duas partes do JN no primeiro turno era o mesmo, bem como aquele que o assistiu na sequência durante o segundo turno da campanha. Igualmente foram analisados todos os HGPE dos candidatos a presidente exibidos no horário noturno, sem consideração aos horários exibidos na edição diurna. Arbitariamente excluímos da análise as edições do JN nos dias em que, no horário noturno, não foi

exibido o HGPE da campanha presidencial por não concorrer para a assistência o mesmo telespectador/eleitor.

No sétimo capítulo apresentamos a conclusão e no oitavo as fontes e referências bibliográficas.

A visita aos clássicos teve o propósito específico de comparar as explicações que se formularam sobre as formas de manipulação do voto na 1ª República, num país ainda dominado pela concentração da população no campo e com economia agrária, possibilitando melhor entendimento dos problemas e dificuldades da solidificação de instituições democráticas na República brasileira, no momento de sua fundação. Considerou-se que esta inovação institucional fundou-se nas bases da velha ordem, sem uma radical ruptura com os valores da sociedade parental e rural, possibilitando que, a partir das crises decorrentes das próprias contradições do sistema, se buscassem o poder estatal para a manutenção da atividade econômica, a partir do uso do poder político, numa sociedade que ampliara a base eleitoral, universalizando o voto para todos os cidadãos alfabetizados⁶. Desta demanda de apoio recíproco – debilidade do proprietário decadente e necessidade de apoio popular, ainda que semântico, decorrente da ampliação da base eleitoral - resultou num tipo de compromisso que metaforizado possibilitou o funcionamento, sem suficiente sustentação econômica, de empresas rurais no Brasil da 1ª República, assim como possibilita hoje a manutenção de empresas de comunicação de massa, num novo tipo de compromisso entre o poder público e este nicho do poder privado.

O coronelismo tratado por Victor Nunes Leal não pode ser reduzido a simples mando de poder local ou exercício anômalo do poder privado no âmbito do domínio rural. Sua principal característica é a aliança com o poder público e o compromisso simbiótico que torna um dependente do aparelho estatal e outro da base eleitoral situada no âmbito local, num sistema representativo, o que o caracteriza como um fenômeno do Brasil-republicano, embora assentado sobre as bases rurais do Brasil-colonial.

Ainda que cunhado sob o nome de coronelismo eletrônico a relação que se estabelece entre as empresas de comunicação e o poder público não se assenta no

⁶ A partir da Constituição de 1946 mesmo o resquício de voto censitário que vigia no sistema eleitoral brasileiro foi abolido com a vedação de alistamento dos mendigos. Aos analfabetos somente se estendeu o direito de voto a partir da Constituição de 1988.

conceito de coronelismo proposto por Victor Nunes Leal. Trata-se de coronelismo de novo tipo, que mais se assemelha a clientelismo, por pressuposto das trocas entre eles, sem o pacto que se estabelecia durante aquele.

A presente tese teve como foco principal a análise das estratégias narrativas da mídia, notadamente do Jornal Nacional (JN), durante o período da campanha presidencial de 2010.

Foi objeto de análise o espaço narrativo constituído pelo noticiário diretamente vinculado à campanha eleitoral, sem abordagem dos temas que embora possam servir para a formação da opinião eleitoral não se referiram diretamente ao pleito. Assim, temas como índices de Bolsas de Valores não foram analisados, embora o HGPE tivesse sido exibido entre o JN e eventual euforia decorrente de notícia sobre elevação de índices na Bolsa de Valores pudesse se contrapor à narrativa de candidato que se expressasse contra a especulação financeira na Bolsa.

As transformações ocorridas na esfera da política e dos meios de comunicações, decorrentes da revolução tecnológica propiciam processo de difusão de informações por meio de mensagens, áudios e textos, acompanhados da crescente complexidade da sociedade promovendo o surgimento de uma multiplicidade de sistemas e subsistemas baseados na fragmentação social, que produz suas próprias realidades simbólicas, retratando interesses e opiniões particulares. Esta fragmentação da organização social, de interesses e de identidades recai sobre a formação de grupos e pertencimentos à instituições tradicionais, como família, igreja, grupos culturais e outros, como forma de estabelecimento num *locus* da realidade social, reduzindo o espaço dos partidos políticos como lugar de manifestação social.

A complexificação da sociedade e o pertencimento a novas formas de organização social e o surgimento de novas formas de estabelecimento de relações entre os candidatos e os eleitores, aliada à artificialidade dos partidos políticos, ampliou a importância dos meios de comunicação como mediadores nas campanhas eleitorais. Daí é que a imprensa, nas suas modalidades escrita, falada, audiovisuais e decorrentes das novas mídias assumiram, não só o papel de mediadores entre o fato noticiado e o

destinatário da notícia, mas também o de empresas de comunicação em busca de lucro e de atores políticos⁷.

As novas formas de comunicação com o eleitorado propiciou que os candidatos abandonassem as ruas e os comícios como forma de contato com o eleitor, ainda que tal prática se efetive, na busca de exibição no noticiário televisivo, destinado a porção muito maior de eleitores que os acompanhantes das caminhadas do candidato ou presentes em seus discursos. Assim, na espetacularização da política, os candidatos com menor exposição midiática ou menos expostos na cobertura jornalística têm menos chance de sucesso eleitoral que os candidatos midiaticizados.

A narrativa na imprensa, a exposição positiva em cobertura jornalística é um *locus* privilegiado na mediação da relação eleitor/candidato, pois as informações veiculadas na mídia fornecem elementos que podem alterar as crenças individuais e opinião eleitoral e influenciar na escolha do candidato.

⁷ Emblemático foi discurso do presidente do Grupo Bandeirantes, João Carlos Saad, ao receber, em 29/05/2012, das mãos do presidente executivo das Organizações Globo, Roberto Irineu Marinho o prêmio 'Ícones da Comunicação' durante o V Congresso Brasileiro da Indústria de Comunicação: "*Nós somos um grupo independente, um grupo que não está ligado a partido político, não está ligado a igreja. É um grupo que está ligado ao mercado publicitário, à livre iniciativa e ao povo brasileiro*". O homenageado denunciou que outros grupos de comunicação atuam como partidos políticos ou como extensão de seitas religiosas. Diferentemente de sua corporação, que é empresa. Disponível no site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/05/profissionais-da-comunicacao-recebem-homenagem-em-evento.html> no dia 19/07/2012 às 00:06h.

CAPÍTULO 1 – PODER LOCAL, GÊNESE DO PACTO CORONELISTA NA 1ª REPÚBLICA E FORMAS TRADICIONAIS DE DOMINAÇÃO REMANESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE

Todo momento histórico é resultado de uma complexa relação do presente com o passado. Instituições do tempo presente podem ter o essencial de suas características ou fundamentos em valores forjados em outros tempos. É verdade que a intensidade da presença do passado no presente pode ser variável, mas mesmo as transformações posteriores podem não eliminar totalmente uma herança. Assim é que a compreensão de determinados aspectos presentes na sociedade brasileira, seja sua cultura clânica, o patrimonialismo, os poderes locais e o próprio pacto coronelista que vigeu na 1ª República podem contribuir para a compreensão do papel das empresas de comunicação e sua atuação no campo político e das representações dos valores que permeiam a sociedade brasileira, notadamente na formação de consensos, ainda que sobre temas específicos, e reprodução da cultura majoritária que sustenta os interesses capazes de engendrar as relações sociais que estabelecemos.

A Semana de Arte Moderna em 1922 e a Revolução de 1930 foram marcos que contribuíram para a reformulação das estruturas sociais, o que era demandado pelo avanço do sistema produtivo no Brasil. Assim a compreensão dos mecanismos de funcionamento institucionais na 1ª República se apresenta relevante para a compreensão das ocorrências havidas em momentos posteriores na sociedade brasileira.

1.1 – O coronelismo e a 1ª República

Após os dois primeiros governos militares da República (Deodoro e Floriano) e do governo de Prudente de Moraes (1894-1898) tomou posse na Presidência da República Campos Salles, em 15 de novembro de 1898, já disposto a construir as bases de um federalismo peculiar, que chamava de “política dos Estados”, que também é conhecida por “política dos governadores” e que caracterizou o “pacto coronelista”.

Muito embora o termo coronelismo tivesse sido introduzido em nossa língua no Império, seu sentido expressava a prática política do coronel da Guarda Nacional ou de mandões que se apropriassem do título. O termo coronel era dado a todo chefe político do sertão. “*Até a hora presente, no interior do nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (donde o ‘doutor’, que legalmente não cabe sequer aos médicos apenas licenciados) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de ‘coronel’*” (Magalhães, 1948b: 7).

A difusão do vocábulo coronel no Império e nas primeiras décadas da República remetia aos “reais coronéis” da Guarda Nacional ou “falsos coronéis” que do título se apropriavam, sem pertencerem àquela milícia. Mas em épocas remotas já se encontrava o vocábulo com similar significado. Muitos dos grupos chefiados pelos “Oficiais”, ainda no Brasil-Colônia, que mais modernamente poderiam ser classificados como paramilitares, apesar de oficiais, não exerciam funções significativas na área militar. Eram tão somente garantidores do *status quo* no âmbito local. Seus oficiais eram geralmente homens de recursos financeiros e posição social mais elevada: fazendeiros, proprietários de minas ou mesmo profissionais liberais de destaque. Abundavam os alferes, tenentes, capitães, sargentos-mores e coronéis⁸. Na verdade oficiais sem tropa, sem armas e conseqüentemente sem poder bélico.

A criação da Guarda Nacional, pelo regente, Padre Diogo Antônio Feijó, não expressara a constituição das milícias. Ao contrário, apenas a sistematização de um poderio privado e armado pré-existente. Com sua criação, foram extintas as milícias oficiais, as ordenanças e as então recém-criadas guardas municipais (Castro, 1979).

Os coronéis eram os fazendeiros ou potentados locais que exerciam em cada município ou vila o comando-em-chefe da Guarda Nacional e ao mesmo tempo a direção política, ditatorial ou patriarcal, não obstada pelo Governo Provincial. A proclamação da república e o arranjo coronelista implicou em que a ausência de óbice ao poder local do chefe político se transmudasse em apoio ao mesmo pelo governo do Estado Federado, representante da aristocracia regional.

⁸ Um exemplo está na própria Inconfidência Mineira que para citar apenas a Comarca do Rio das Mortes, contava entre os seus principais conjurados, com o coronel Alvarenga Peixoto. O Dr. Inácio José de Alvarenga Peixoto, coronel Alvarenga Peixoto, tornou-se conhecido pelo tratamento oriundo de seu posto miliciano ao invés do título acadêmico que lhe garantiria o tratamento de “Dr”., notadamente porque ocupava o importante cargo de Ouvidor da Comarca de Rio-das-Mortes.

Basílio de Magalhães diz que *“tal estado de coisas passou da monarquia para a república, até ser declarada extinta a criação de Feijó”* e que *“assim, penetrou o vocábulo ‘coronelismo’ na evolução político-social do nosso país, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros”*. (Magalhães, 1948b: 10). Mas, Victor Nunes Leal atribuiu sentido distinto ao vocábulo coronelismo e chega a falar de “o coronelismo” e “coronelismo de cada um” (Leal, 1980).

A concepção de coronelismo de Victor Nunes Leal, que notabilizou o tema, decorre da superposição de formas do regime representativo advindo com a ampliação do corpo eleitoral, aplicado a uma estrutura econômica e social que lhe era inadequada. Neste sentido é que disse que *“o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”*. (Leal, 1997: 40).

1.2 – O “pacto coronelista”

Ainda que seja durante o período da presidência de Prudente de Moraes que se tenha iniciado a construção das marcas do coronelismo, articulado por Campos Sales quando ainda era Governador do Estado de São Paulo, o marco de sua consolidação é a chegada deste à presidência da República, nascida no governo anterior quando já se esboçavam as alianças do governo federal com as oligarquias e é sempre lembrada como uma das características da 1ª República.

A compreensão da implantação do modelo oligárquico de dominação no Brasil, fundado na descentralização política pode propiciar a explicação de certos modelos mantidos na atualidade. Pelas marcas e sinais da história da descentralização política operada quando da instituição da república pode ser possível destacar a concepção de ordem e configuração político-institucional presente no Brasil contemporâneo.

O arranjo institucional urdido após a proclamação da república teve durabilidade razoável, ou seja, durou mais de três décadas e é marcado para as soluções dos problemas de curto prazo ou cotidianos, num modelo de constante interação entre atores

e instituições, o que propiciou uma forte tensão no interior deste arranjo. Tal arranjo tecido por Campos Sales visou prioritariamente o consentimento das oligarquias estaduais, bem como o controle da dinâmica legislativa, para obtenção da maioria parlamentar indispensável à governabilidade. Sua implantação propiciou outras conseqüências como a hierarquização social das oligarquias, a tensão permanente entre atores e instituições capaz de desafiar o arranjo e a incapacidade de proposições de longo prazo. “*Os mecanismos empregados para obter esse resultado de curto prazo acabaram por criar procedimentos permanentes que vieram a marcar toda a história da 1ª República Brasileira*” (Lessa, 1999: 14).

Alcindo Guanabara (2002) disse que a *política dos estados* ou *política dos governadores* teve por objetivo produzir uma área de proteção do Governo Federal, afastando-o dos problemas cotidianos das oligarquias estaduais e reduzindo a área de influência e turbacões que poderiam implicar em ingovernabilidade. “*O governo é apresentando por Campos Sales como um ente despolitizado, voltado para a obra de administração do país, para o altruísmo e o bem publico*” (Lessa, 1999: 14).

A questão que se punha era a do unitarismo ou do federalismo, espinhoso desde o início da República e que opunha republicanos e militares desde o primeiro momento subsequente ao fim do Segundo Reinado. A oposição dos cafeicultores paulistas e mineiros, notadamente daqueles, ao estado unitário decorria de que o predomínio da União sobre os Estados-membros feriria os interesses políticos e econômicos dos estados cafeicultores, cuja produção garantia a origem dos recursos advindos do exterior, por meio da exportação, num momento em que a economia em geral se encontrava em dificuldades.

O predomínio dos cafeicultores se fez sentir naquele momento de reengenharia institucional com larga autonomia e capacidade de institucionalização dos interesses internos e regionais, pois o café sempre foi uma economia nacional. O complexo cafeeiro era nacional, o fazendeiro era um empresário nacional, e a empresa de cunho familiar. O transporte era feito num sistema ferroviário nacional somente mais tarde, ante declínio da lavoura cafeeira, transferido ao capital estrangeiro. “*Das três companhias paulistas, duas eram privadas e uma pública. Apenas uma empresa estrangeira tinha concessão, entre Jundiaí e Santos. Mas o Porto também era nacional*” (Lessa, 2010: 18).

A Companhia Doca de Santos fora incorporada por empresários brasileiros de origem inglesa e francesa, quais sejam, as famílias Guinle e Gaffrée. Mesmo que com o desenvolvimento da sociedade capitalista tal porto tenha sido alienado ao capital financeiro, o seu controle permaneceu em mãos de empresa nacional, o Banco Boavista.

A empresa cafeeira era predominantemente local e portanto de capital nacional. Daí as soluções domésticas para os problemas que se apresentaram no momento de arquitetura da República. Assim, da tecnologia⁹ do café ao plantio, colheita, transporte, exportação e sistema financeiro, o complexo cafeeiro era regional e familiar e isto refletia na formulação das instituições pelas quais se engendrariam as relações políticas e sociais. Mas, o arranjo que se engendrou propiciando uma blindagem do poder central propiciou a autonomia das oligarquias regionais, no âmbito de seu poderio, e implicou num livre curso para o exercício da predação e violência nos diversos estados da federação e nos municípios. Neste cenário de predomínio do interesse local e de violência política, os opositores eram tratados como dissidentes e o “senhor enfraquecido”, no âmbito local, se apresentava forte.

1.3 – A gênese da política republicana

Não é o coronelismo que está na gênese da ordem política republicana, mas o mando local e, em razão dele, a necessidade de sustentação política quando da queda do regime monárquico. O coronelismo foi uma fórmula articulada e aplicada desde o governo do Presidente Campos Sales para garantir a sustentação do poder volátil e transitório do Presidente da República que sucedia um regime de estabilidade do monarca pela vitaliciedade. No Império “*se o mandão local se desgostava com a Corte, a autoridade do governo ‘tornava-se pouco mais do que nominal: em vão promulgava os seus editos, não eram obedecidos’*” (Queiroz, 1976: 19).

A sociedade brasileira no momento da proclamação da república era, na realidade, encarnada pelas adjacências do Vale do Paraíba (Zona da Mata Mineira que

⁹O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) foi fundado em 26 de junho de 1887, durante a expansão da cafeicultura em São Paulo e visava selecionar novas variedades e sementes.

sucedeu o Vale do Paraíba ante o esgotamento de suas terras) e São Paulo. Assim, o arranjo institucional que propiciou a governabilidade durante a 1ª República expressou o predomínio econômico dos fazendeiros de café destas duas regiões do país. Em tal conjuntura o pacto coronelista se apresentou como um arranjo institucional simples, reafirmado pela supremacia da estrutura econômica cafeeira numa realidade social já plasmada pela descentralização política e pelo mando local, que perpassa a história do Brasil, com raros momentos de tentativa de centralização política. Durante o Segundo Império, somente do ponto de vista formal se pode dizer que o Brasil era um país centralizado.

Durante os primeiros anos do Brasil-Colônia o Nordeste plasmava a realidade nacional, com a produção da cana-de-açúcar. A descoberta do ouro na virada do século XVII para XVIII transferiu tal supremacia para a Zona Aurífera no centro do país. O fim do ciclo do ouro deslocou a estrutura político-econômica, no período áureo do café, para o Vale do Paraíba durante o século XIX, pelo menos até 1870. Após esta data o café migrou para o planalto paulista e para a Zona da Mata Mineira.

Ainda que a política na 1ª República seja designada de política do café-com-leite¹⁰ o que se tinha era a política do café-com-café, pois tanto São Paulo quanto a Zona da Mata de Minas Gerais era produtora de café, que além de ter grande valor, era quase exclusivamente produzido no Brasil e ocupava a terceira posição nos produtos comercializados pelo Brasil.

A realidade política está assentada nesta estrutura econômica e na estrutura social do mando local numa sociedade predominantemente rural, em seu sistema de parentesco e compadrio, denotando baixa complexidade estrutural capaz de possibilitar o arranjo institucional proposto por Campos Sales e que apenas ampliou o mando do chefe político local, garantidor da contabilização dos votos necessários para a eleição da bancada que daria sustentação e estabilidade política do poder central, assentado no consórcio de oligarquias, expresso pelas lideranças políticas regionais.

¹⁰Eul-Soo Pang sugere que seja República do “café contra café”, pois “*um exame mais atento da chamada aliança ‘café com leite’, entre os cafeicultores de São Paulo e os pecuaristas de Minas Gerais, nos mostra que na realidade foi ‘café contra café’, principalmente depois de 1910, quando os dois estados competiam mais do que colaboravam pelo papel supremo de árbitro da política da federação*”. (Pang, 1979: 8)

Destronado o monarca vitalício, cujo exercício do poder moderador possibilitava intervenção no processo político e reagrupamento de forças governativas, nos primeiros anos da república depreendia-se uma ausência de mecanismos sedimentados que, pela falta de referência de ordem institucional, impedissem instabilidade, confusões e incertezas.

É assim que o “pacto coronelista” desta forma representou, antes de tudo, um conjunto de procedimentos capazes de se obter estabilidade política e dotou a República de um padrão mínimo de governabilidade, ainda que às custas das liberdades civis, como acentuou Oliveira Vianna (1949a). Neste contexto foi tentada uma fórmula pela qual a política era feita fidalgamente, numa concepção administrativa e despolitizada, sob o pretexto de salvaguardar os interesses públicos e nacionais. Mesmo as intervenções operadas com violência nos Estados era tratada como imperativo de ordem técnica, justificadas juridicamente. Exemplo emblemático é o Caso Seabra, pela qual a Cidade de Salvador foi bombardeada sob o fundamento de cumprimento de um *habeas corpus* deferido pelo STF. Não fosse a imprensa a denunciar aquele ato como requisito para satisfação das pretensões políticas do Ministro J. J. Seabra se teria prevalecido a justificativa oficial. A imprensa, tal como se viu no Caso Seabra, se não era capaz de formar a opinião pública ou produzir consenso sobre determinados temas e pautar as decisões políticas, servia ao menos para documentar as práticas do período.

A despeito das fraudes, violações aos direitos civis e manipulações pelas oligarquias estaduais o sistema preservava o poder central da imprevisibilidade da vontade nacional e era fonte de identidade política, reduzindo as incertezas e os riscos que poderiam ser propiciados por uma competição política aberta.

A proclamação da República trazia o inconveniente de que não fora o resultado de um projeto de utopia, amadurecido desde o manifesto republicano de 1870 ou do manifesto de fundação do Partido Republicano Fluminense (PRF). Ao contrário, foi a prudência e a aceitação da regra do jogo, o comportamento dos republicanos paulistas em contraposição à concepção radical e positivista de alguns republicanos da Corte. Prudente de Moraes era chamado de “Prudente Demais”¹¹. “*Neste vasto continente de*

¹¹ “Prudente de Moraes soube galgar estrategicamente sua postura política, concepção partidária e liderança na propaganda republicana. Como estrategista partidário garantiu o apoio de órgãos da Imprensa republicana para construção da imagem e propaganda dos candidatos perante a nação. As imagens em torno de Prudente de Moraes foram construídas ao longo de sua vida e representadas através

pragmatismo, onde nenhuma utopia é possível, o federalismo aparece como ponto mais consistente” (Lessa, 1999: 60), ainda que não guardasse nenhuma relação com a tradição liberal individualista, o que demandava um arranjo institucional capaz de compatibilizar o poder regional, próprio do federalismo, com o mando local e o poder central.

Proclamada a República pelo Golpe de 15 de novembro, não se pode datar o coronelismo a partir de tal evento. O Golpe tão somente expressou uma desrotinização e supressão da ordem monárquica, sem que se tivesse um projeto a ser executado em seu lugar. Seguiram-se os governos militares de Deodoro e Floriano e, posteriormente, o Governo de Prudente de Moraes, sem precisão quanto aos rumos a tomar. O que se tinha era a preocupação com a sucessão presidencial, pois o regime monárquico estava vetado e vedada qualquer tentativa de seu retorno. Não se seguiu uma eficácia positiva no sentido de construção de uma nova ordem, mas tão somente uma eficácia negativa, impeditiva de manutenção dos mecanismos institucionais do Império. Daí é que somente no Governo de Campos Sales, aproximando-se do decênio da República é que foram implementadas as novas formas de organização política capazes de manter a sucessão política e dar relativa estabilidade ao novo regime.

Numa sociedade permeada pelo mando local o conceito que hoje se tem de republicanismo não era concebível. A propaganda republicana de Silva Jardim que pretendia “*banir da pátria um regime de privilégios e substituí-lo por um regime de opinião*”. (Penna, 2008b: 21) era animadora para os auditórios, mas, em sua essência, não encontrava espaço para se sedimentar. “*‘Isso de república é coisa de estudantes liberais’, dizia, em 1873, uma autoridade paulista, diante do discurso inconveniente do rebento de um vivaz ramo da aristocracia paulista*”. (Faoro, 2000b: 59).

Proclamada a República em 1889 e abandonados os critérios institucionais que funcionavam durante a monarquia, a organização política brasileira vivenciou uma dilatada incerteza política. Por outro lado, a República recém-proclamada, por um golpe militar, tinha por paradoxo, a necessidade de contemplar os setores comprometidos com sua propaganda, o que demandaria descentralização política e reafirmação do poder central. As revoluções e os golpes tendem à centralização do poder; jamais à

dos apelidos a ele atribuídos: Caipira, Biriba, Pacificador, Prudente Demais e Santo Varão da República”. (cf. <http://www.museuprudentedemoraes.org.br/prudente.html> disponível em 17/04/2010 às 22:20h.

descentralização. Por outro lado, vivenciava-se outro paradoxo que era o da descentralização política e construção de um Estado Federado, a partir da impulsão e sob controle do poder central. Daí, a necessidade de tecer um pacto que assegurasse o predomínio do poder central e contemplasse o poder local.

A concepção de Silva Jardim de formação de governos fundados na opinião era idealista e fantasiosa, pois além da inexistência de correntes de opinião que expressassem um pensamento nacional, apenas grupos minoritários eram de posicionamento republicano, sem necessariamente se entenderem entre si. Raymundo Faoro (1958) salientou que a Constituição de 1891 entregou os municípios à dominação do Estado, pois o artigo 68 ao dispor sobre sua organização “*de forma que fique assegurada a autonomia*”, nada dispôs sobre eleição dos prefeitos. Assim, era possível aos governadores nomear intendentes, apartando-se de prática política comum no Brasil-Colônia e no Império, quando os intendentes eram o Presidente da Câmara¹².

O fenômeno coronelista, que tem suas principais vertentes nas zonas produtoras do principal bem de exportação brasileiro, o café, notadamente Zona da Mata mineira e zona produtora de São Paulo, teve também no Rio de Janeiro e em outras unidades da federação suas expressões (Ferreira, 1989). No antigo Estado do Rio de Janeiro, notabiliza-se Nilo Peçanha, personagem ainda hoje referenciado em cidades do interior do Estado, sobretudo nominando as principais ruas e até o nome de uma cidade em sua referência, Nilópolis (Tinoco, 1962).

Na 1ª República, o bacharel era o esgrimista da sociedade rural quando se incorporava ao clã rural, mas por vezes era o capanga que exercia tal papel, integrando-se da mesma forma à família. É o caso de Tenório Cavalcanti, migrante nordestino que

¹² A 30km da sede do Governo Central, no Município de Nova Iguaçu, a intendência municipal¹² era exercida pelo Presidente da Câmara de Vereadores. Em 1919 o Governo do Estado nomeou Mario Pinotti para o cargo de prefeito, gerando a reação da elite rural citricultora. Ernesto França Soares, eleito vereador desde 1917 e presidente da Câmara em 1918, impetrou o *habeas corpus* contra a nomeação de Mário Pinotti para a recém-criada Prefeitura e assumiu a prefeitura de Nova Iguaçu em maio de 1920. Faleceu no mesmo ano e para sua sucessão foi eleito para Câmara Octávio Ascoli. Somente em julho de 1922 os municípios de Nova Iguaçu elegeram diretamente seu primeiro Prefeito, o médico Manuel Francisco Sales Teixeira, dando origem à oligarquia que até hoje influencia ou dirige as políticas públicas locais, com forte presença nos serviços concedidos, dentre os quais o serviço funerário, nas relações econômicas e sociais, na polícia e mesmo no judiciário.

se transformaria em chefe político local, deixando descendentes que atuam na política local na Baixada Fluminense até os dias de hoje¹³.

Mesmo quanto à intervenção nos Estados a Constituição de 1891 era vaga e imprecisa. O artigo 6º continha quatro parágrafos que segundo Lessa (1999) eram vagos e abstratos. Dentre as hipóteses estavam a intervenção para repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro; manter a forma republicana e federativa; restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados, por requisição destes e assegurar a execução das leis e das sentenças federais. Aliás, foi o cumprimento de uma destas sentenças (um *habeas corpus*) que serviu de pretexto para o bombardeio de Salvador, evento conhecido como Caso Seabra¹⁴, a que alude Hermenegildo de Barros, apreciando uma preliminar de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional de 1926 (Barros, 1926).

A concentração do poder político, tanto na ordem nacional, como provincial ou estadual, estabeleceu-se por meio do enfraquecimento do poder local. Tanto na Monarquia quanto na República o poder central não manteve relações diretas com o

¹³ Tenório Cavalcanti nasceu em Alagoas em 1906, descendente de aristocracia rural. Veio para o Rio de Janeiro em 1926. Em 1927 assumiu a administração de uma fazenda na Vila de N.S. do Pillar, correspondente ao atual município de Duque de Caxias, de Edgar de Pinho, cunhado de Otávio Mangabeira (Ministro das Relações Exteriores de Washington Luiz). Na demarcação das glebas envolveu-se em sucessivos choques armados, com saldo frequente de mortes e feridos e viu prosperar sua fama de pistoleiro de boa pontaria, tendo chegado a ser preso. Em 1932 forneceu tropas de mulas para os rebeldes constitucionistas de 1932. Depois desta data, a fazenda foi arrendada a uma empresa alemã de exploração de madeira e Tenório continuou nela trabalhando, onde se destacou pela repressão com violência às reivindicações operárias. Uma dessas greves reprimidas por Tenório transformou-se em rebelião. Pelas mãos de Getúlio Moura, líder político na Baixada Fluminense, elegeu-se vereador em 1936, junto com aquele. Em 1937 foi cassado, mas nomeado para o cargo de agente fiscal em Nova Iguaçu por Ricardo Xavier da Silveira, partidário de Getúlio Vargas. Em 1947 foi eleito deputado estadual pela UDN com 2/3 dos votos de Caxias, que fora emancipado em 1943. Em várias ocasiões esteve envolvido em denúncias de assassinatos. Na década de 30 pelo assassinato - num trem - do Delegado Joaquim Façanha (Peçanha) foi preso. Solto, refugiou-se em Alagoas. Em 1953 foi acusado da morte do Delegado Albino Martins de Souza Imparato, o que lhe rendeu a ameaça de prisão em sua fortaleza, tendo o apoio da cúpula da UDN. Apesar da prisão decretada em várias comarcas permaneceu livre. Na campanha presidencial contra JK em 1955 Carlos Lacerda dizia que “*nos comícios Tenório entusiasmava as massas, contando aquelas histórias e com aquela capa ... Afinal, era a primeira vez que ouviam um sujeito da UDN falando feito matuto e com ar de povo. Tenório era o verdadeiro PTB dentro da UDN*”. (Lacerda: 1978, 198/199). Em 13/06/1964 foi cassado. Em 1979 assumiu, por meio do Jornal Luta Democrática, a defesa de Mariel Mariscot de Matos. Foi casado com Walquíria Lomba, sobrinha-neta do Coronel João Telles Bittencourt. Teve 4 filhas. Sogro de Hydekkel de Freitas Lima e Getúlio Gonçalves. A nomeação de Hydekkel de Freitas Lima para o cargo de prefeito de Duque de Caxias, pelo último presidente da ditadura militar, buscando apoio político para as eleições de 1982, ensejou discussão sobre a ressurreição do coronelismo e foi objeto de análise por Victor Nunes Leal (Leal, 1980).

¹⁴ O Bombardeio da Cidade do Salvador ocorreu em janeiro de 1912. O Exército, seguindo orientações do Governo Federal, interferiu nas lutas políticas da Bahia, por requisição do Juiz Seccional a pretexto de cumprir uma ordem de habeas corpus, a favor do então candidato a governador J. J. Seabra em detrimento do situacionismo representado por membros do Partido Republicano da Bahia. Tal interferência garantiu que J.J. Seabra saísse vencedor das eleições de 28 de janeiro de 1912.

município, “*senão para tutelar*” (Leal, 1997: 122) e sua interferência se deu por meio do mando do presidente da província, delegados de inteira confiança do poder central. Igualmente o poder central se consolidou na república pela subtração de poderes do poder provincial. O poder estatal no Brasil constituiu-se a partir da subtração dos poderes do chefe político local, e portanto poder pessoal, e dos poderes do clero, notadamente a partir do ato do Marques de Pombal de 1759. O poder central decorreu da paulatina apropriação dos poderes locais e deste conflito, ante universalização do voto, resultou a necessidade do “pacto coronelista”, garantidor da governabilidade na 1ª República. Este conflito entre o poder central e o mando local se evidencia ao longo da história do Brasil e o Golpe de 07 de abril de 1831, o Ato Adicional de 1840, a reforma judiciária de 1841 e o Regulamento 120 de 1842 são dele expressão.

1.4 – Campos Sales e o “pacto coronelista”

Após a proclamação da república o governo de Campos Sales foi o responsável pela implementação da rotinização do regime, tomando como base uma natural distribuição do poder no seio da sociedade e buscou mesclar o idealismo com a realidade e instituir uma ordem política despolitizada e voltada para as tarefas administrativas. Assim é que a Política dos Governadores expressa um arranjo institucional capaz de garantir a governabilidade, a autonomia do poder central e a inexistência de tensões nos momentos de sucessão presidencial. Esta última característica era a principal, pois na monarquia o regime de sucessão do monarca não se fazia com tensões nem demandava novos arranjos, pois a rotina sucessória já era estabelecida pelo próprio regime. Naquele arranjo o que se pretendia era a garantia da sucessão, pois “*a eleição do presidente da República é o grande eixo da política nacional*” (Sales, 1983:181).

O cenário político da 1ª década republicana era instável. As eleições presidenciais anteriores revelaram divergências entre os que estavam unidos quando da proclamação da República, o que dificultava o estabelecimento de uma aliança política suficientemente sólida. Desde a 1ª eleição indireta para presidente da República, determinada pelo art. 1º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1891, o

dissenso já estava estabelecido. O Marechal Deodoro recebeu menos votos (129) que o candidato a vice apoiado pela oposição (153).

Campos Sales já se fazia parte do arranjo institucional que tentou eleger Prudente de Moraes na concorrência como Deodoro e, diante da derrota daquele, participou da articulação que elegeu o vice oposicionista. “*Derrotado Prudente, os seus inconformados partidários vingaram-se ‘aclamando a posse do Marechal Floriano Peixoto como Vice-Presidente da República.’ (...) O velho marechal empalideceu. Seus olhos fuzilaram de cólera*” (Carneiro, 1965a: 20).

O arranjo institucional que se instituía não se ocupava de votos e eleições e de realidade eleitoral. Os valores que se tinham por republicanos era a dimensão qualitativa dos votos e não a quantitativa. Daí é que o voto dado ao opositor não poderia ser computado, nem mantido o governante que não se alinhasse com o poder central ou estadual. “*As federações não podem existir sem a intervenção*”. (Souza Júnior *apud* Guanabara, 2002:27).

As primeiras eleições republicanas não passam de um *mis-en-scene*, ou uma paródia do que determina a lei. O que interessa são as atas, lavradas antes mesmo das eleições e na casa do chefe político local. A eleição de fato ocorria em data prévia, na reunião das juntas apuradoras. Posteriormente vinha a luta para obtenção dos diplomas e obtenção de reconhecimento no julgamento da Comissão de Verificação de Poderes. Neste contexto ‘desrotinizado’ surgiam duplicidade de atas, de assembléias e de governos.

Na 1ª República o povo estava afastado das decisões políticas. No pacto celebrado não há lugar para cidadãos. E mesmo o legislativo foi excluído enquanto instituição do Estado e partilhador dos seus poderes. O Presidente se entendia diretamente com os Estados, a fim de garantir a governabilidade. A imprensa, na ausência de um sistema de opinião era incapaz de pautar ou interferir nas decisões políticas. A pretexto de respeitá-la Campos Sales disse que “*não corrompi a imprensa*” (Sales, 1983: 175), expressando de outro modo como a ignorou e não lhe atribuiu importância.

O que se fez na 1ª República foi o congelamento da possibilidade de manifestação de competição política, substituído pelo reconhecimento da estabilidade

das oligarquias assentadas na propriedade rural. Desta forma, foi garantida a autonomia e governabilidade pelo poder central, pelo afastamento das demandas da cidadania que poderiam surgir se o povo fosse incorporado ao processo político e propiciou uma atuação do poder central, justificada pela atividade administrativa e sem explícita atuação política. As aristocracias estaduais ganharam ampla autonomia, desde que alinhadas ao poder central, a quem competia fazer o nexo com o poder local.

1.5 – O pacto coronelista e a construção da nova ordem: o acanhamento institucional do judiciário

A construção da nova ordem, após a derrubada da monarquia, que para Lessa (1999) expressa uma invenção republicana, pois “*o mergulho na República foi uma aventura, não contraditada por qualquer esforço sério de restauração monárquica*”. (Lessa, 1999: 19).

Ainda que se reconheça o enorme distanciamento entre os modos de funcionamento institucional do Brasil da 1ª República e do Brasil contemporâneo, depreende-se marcas de continuidade de certos mecanismos político-institucionais, o que não afasta a possibilidade de outras variáveis explicativas não condicionadas pelo passado. Não se está buscando uma continuidade institucional, notadamente a partir das grandes transformações pelas quais o Brasil passou, derivadas do desenvolvimento capitalista notadamente a partir do processo de industrialização e da Revolução de 1930. Mas, alguns aspectos da sociedade brasileira da 1ª República são importantes para o entendimento da ordem política contemporânea a partir do processo de redemocratização do país no pós-guerra (1945).

O funcionamento institucional do Brasil no pós-guerra (1945), em alguns aspectos, se contrapôs ao modelo que determinou a formação e o desempenho das burocracias públicas e o papel institucional dos poderes do Estado na 1ª República e sua busca de legitimação, bem como os modos de dissuasão das crises políticas.

Na 1ª República, a crise política envolvendo o poder central e a aristocracia estadual se resolvia com a intervenção federal, contando por vezes com aparentes sinais

de legalidade. Várias intervenções federais em Estados membros foram determinadas unicamente por interesse do poder central em alocar os partidários na máquina estadual, para garantia da sustentabilidade e autonomia do poder central.

Um ministro do STF, quando da apreciação de um *habeas corpus* no qual se discutia a inconstitucionalidade da Reforma Constitucional de 1926, porque não aprovada pela maioria de dois terços como determinado na Constituição de 1891, chamava a atenção para a politização dos julgamentos no sentido do atendimento aos interesses políticos da elite governante:

“Pelo meu voto, o Supremo Tribunal nunca se teria ocupado desses casos políticos, tão frequentemente sujeitos ao seu conhecimento, porque eu sempre os repelli ‘in limine’, sem exceção de um só, mesmo os chamados casos ‘Seabra’ e ‘Raul Fernandes’, para só falar dos do meu tempo no Tribunal, os quaes são até hoje lembrados como os mais escandalosos, aliás, com injustiça, porque a maioria do Supremo Tribunal conheceu, muitas vezes, de ‘habeas corpus’ em casos mais extravagantes do que esses”. (Barros, 1926: 748).

A Constituição de 1891, com rígida separação formal entre os poderes, não fez cessar a ingerência de interesses políticos nas nomeações, promoções e, sobretudo no funcionamento do Poder Judiciário.

A separação formal dos poderes, na 1ª República, não significou que os poderes passassem a desempenhar cada qual a sua função, sem interferência no outro. Além disto, nem sempre o Poder Judiciário quis desempenhar os papéis institucionais que lhe estavam reservados. Em seus pareceres e petições Ruy Barbosa, mais do que expor os argumentos em prol dos interesses que defendia, por vezes desenvolvia maiores argumentos para convencer o STF de que ele tinha poderes para apreciar certas questões, embora não o fizesse (Barbosa, 1928). Assim, foi com extensão dos direitos protegidos pelo *habeas corpus* que ensejou a criação do que se denominou *doutrina brasileira do habeas corpus*. Rui já tentara a defesa de direitos pessoais por outros meios, ante a inexistência de instrumentos processuais para suas garantias. Dentre as tentativas está o ajuizamento de ação possessória proposta para defesa dos direitos dos professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que veio a funcionar onde hoje funciona o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de

Janeiro – IFCS/UFRJ, e que haviam sido suspensos do exercício de suas funções por ato do Presidente Floriano Peixoto. Rui levou ao tribunal a argumentação de que o cargo é um lugar na estrutura da administração no qual o funcionário toma posse e portanto é defensável por meio de possessória.

Oliveira Vianna (1949: 230/231) afirmou que as liberdades civis somente não naufragaram por completo, durante a 1ª República (1889–1930), em decorrência da descentralização política operada, unicamente por causa da aplicação extensiva do *habeas corpus*, inspirada em Ruy Barbosa, pois a descentralização republicana, estadualizando a magistratura e fortalecendo os poderes das oligarquias representou indiscutivelmente um passo atrás, um verdadeiro regresso no sistema de garantia das liberdades privadas. Com a descentralização:

“Ressurgiram então dos seus túmulos do período colonial os antigos almotacés, juízes ordinários e capitães-mores – sob os modernos avatares do juiz nosso e do delegado nosso, que se constituíam nessa quadra, como outrora aqueles, nas fontes mais fecundas dos atentados contra a liberdade civil do povo-massa”. (Nequete, 2000d: 45).

Foi pela ação de Ruy Barbosa que o *habeas corpus*, concebido para a defesa da liberdade de locomoção, converte-se em instrumento de proteção de qualquer direito ou interesse individual, violados ou ameaçados por violência ou coação, do indivíduo contra qualquer ilegalidade. Mas, a reforma da Constituição em 1926 restringiu o *habeas corpus* exclusivamente à garantia da indevida “*prisão ou constrangimento ilegal em as liberdade de locomoção*”. (artigo 72 § 22).

O Poder Judiciário brasileiro se fez poder político-institucional com a República, mas não assumiu seu papel institucional diante do poder das oligarquias e dos coronéis, conforme Victor Nunes Leal (Leal, 1997: 231).

Quanto à atuação específica do STF na 1ª República João Mangabeira afirmou¹⁵ que o STF foi o poder que “*mais falhou*”¹⁶ (Mangabeira, 1943: 77) na República, por haver deixado de cumprir o papel político-constitucional que lhe competia. “*O órgão*

¹⁵No mesmo sentido Koerner, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira*, 1998.

¹⁶Ao dizer que o STF foi o poder que mais falhou, João Mangabeira quis dizer que na 1ª República aquela instituição não se encarregou de exercitar as funções que lhe acometiam na arbitragem dos conflitos que envolviam interesses políticos.

que, desde 892 até 937, mais falhou à República, não foi o Congresso. Foi o Supremo Tribunal". (Mangabeira, 1943: 77). Para ele, o STF avançou muito timidamente no sentido de exercer o seu papel. E, ainda assim, a partir da ação de Ruy Barbosa que fustigava seu funcionamento a exemplo dos julgados da Suprema Corte dos EUA. Mangabeira atribuiu a Ruy Barbosa a concepção de que o STF mudaria a República se houvesse nele uma maioria que exercesse as suas atribuições constitucionais.

Em vão Ruy Barbosa tentava convencer os tribunais de que não podiam acolher a objeção do caso político. "*Bordão clássico (...) de todos os atentados eram favas contadas que a exceção da natureza política do caso nos embargasse logo o passo, ao intentar desta ação*". (Barbosa:1928: 284).

A inexistência de controle de constitucionalidade das leis ou atos normativos inexistia no Império, isto porque "*a sanção imperial expurgia-as de qualquer vício*" (Nequete, 2000d: 23). Ainda que o Decreto 848 de 11 de outubro de 1890 (Brasil, 1890) dispusesse sobre esta possibilidade, ao assegurar que o poder de interpretar a lei envolvia necessariamente o de verificar sua conformidade com a Constituição, o tema não era comum no campo sócio-jurídico ante as transformações havidas com a invenção da República. O assunto foi objeto de expressa disposição na Constituição de 1891 (artigo 59, inciso 3, § 1º, "a" e "b") e posteriormente na lei 221 de 1894 (Brasil, 1894). Mas, o Juiz Alcides Mendonça Lima fora denunciado e condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul por haver, em 28 de março de 1896, declarado a inconstitucionalidade de lei estadual sancionada por Julio de Castilhos. A questão foi objeto de controvérsia nos jornais e no meio jurídico, merecendo pareceres de Ruy Barbosa, M.^a Duarte de Azevedo, João Mendes de Almeida, Brasília dos Santos, A.J. Pinto Ferraz, Pedro Lessa e Rafael Correia da Silva, todos no sentido da possibilidade de um juiz estadual reconhecer a inconstitucionalidade de lei estadual que contrariasse a Constituição da República.

Sobre o assunto, sem ainda estar familiarizado com o conceito de supremacia da Constituição – oriunda do poder constituinte - sobre o Estado e sobre os atos legislativos ou normativos editados pelos poderes constituídos, escreveu Machado de Assis em *A Semana*, no dia 05 de abril de 1896.

“Faço igual reflexão relativamente ao juiz da comarca do Rio Grande, que, segundo telegramas desta semana, vai ser metido em processo. A causa sabe-se qual é. Não consentiu o juiz em que os jurados votem a descoberto, como dispõe a reforma judiciária do Estado; afirma ele que a Constituição Federal é contrária a semelhante cláusula. Não sou jurista, não posso dizer que sim nem que não. O que vagamente me parece, é que se o estatuto político do Estado difere em alguma parte do da União, é impertinência não cumprir o que os poderes do Estado mandam. Mas, de um ou de outro modo, creio que não foi oportuno mandar falar agora sobre processo nem censurar o magistrado antes de amanhã”. (Assis, 1997: 18)

Da mesma forma o Desembargador Procurador-Geral que recebera ordens de Júlio Prates de Castilho para formular a acusação contra o juiz escreveu que *“ousou o denunciado afrontar o regime constitucional do Estado e arvorar-se em supremo e original poder moderador”*. (Nequete, 2000d: 24).

O juiz gaúcho foi condenado pelo Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (nome que fora dado ao tribunal daquele Estado) e recorreu para o STF, onde ante a argumentação de Ruy Barbosa foi a decisão reformada, mas:

“Timidamente, esquivou-se de apreciar se no caso, com efeito, incorriam os dispositivos incriminados no vício de inconstitucionais; salientando mesmo, um voto vencido, que –face a natureza especial do recurso, criado exclusivamente, na frase constitucional, em benefício do réu, a função do Supremo Tribunal tinha necessariamente de se restringir à confirmação ou não da culpabilidade, e somente através de recurso extraordinário se podia examinar a questão da validade ou não da lei estadual”. (Nequete, 2000d: 26).

Quanto ao nome atribuído pelo tribunal de segunda instância no Rio Grande do Sul diz Victor Nunes Leal (1997: 227)¹⁷ que tinham os mais variados nomes os tribunais dos Estados: Superior Tribunal de Justiça, Tribunal da Relação, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal e Tribunal Superior de Justiça e os juízes de direito tinham este nome em alguns Estados, mas no Rio Grande do Sul se chamavam juízes de comarca, além de existir em alguns Estados os juízes municipais, também chamados de

¹⁷ Ver também RDA 1/789/812.

juízes distritais ou juiz de distrito, e os tribunais do júri e juízes de paz. E ao lado dos juízes estaduais, existiam os tribunais e juízes federais ou juízes seccionais, sendo um para cada Estado e dois para o Distrito Federal e tribunais do júri. A competência da justiça federal estava explicitada na Constituição, cabendo à justiça estadual os poderes remanescentes (Leal, 1997: 31).

Lenine Nequete expõe os aspectos formais para a escolha do juiz federal seccional, cuja nomeação era relevante, pois a alegação de descumprimento de sua ordem poderia ser motivo para intervenção federal no Estado, nos casos em que a oligarquia estadual estivesse em descompasso com o governo federal (Nequete, 2000d). Mas, ressalta que nem a Constituição de 1891, nem o decreto 848/90 (Brasil, 1890) haviam cogitado de concurso para ingresso na carreira, nem tampouco se cogitou de explicitar que as garantias atribuídas aos juízes federais se estendiam aos juízes estaduais.

“Só se referiu à União. E, daí, as incongruências e os abusos que frequentemente se verificaram. Em muitos casos, castigaram-se os juízes, retendo-se-lhes os subsídios, ou se dispendo ao arbítrio do Executivo, como na lei rio-grandense (artigo 43, letra b), a sua remoção por conveniência política. Em Minas Gerais chegou-se, até a criar (pela Lei Constitucional nº 5, de 13 de agosto de 1903) um Tribunal de Remoções, constituído pelos Presidentes do Senado e da Câmara e Pelo Procurador-Geral do Estado, para decidir sobre a remoção compulsória dos magistrados: e o Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 19 de dezembro de 1923, julgava não ser manifestamente contrário à Constituição da República um tal órgão, posto que ela só garantia aos juízes (artigo 57) a vitaliciedade e a irredutibilidade de vencimentos, mas não a inamovibilidade: em decisão posterior, porém, datada de 3 de agosto de 1925, declarou-se a inconstitucionalidade da esdrúxula instituição – integrada na sua maioria por membros estranhos ao Poder Judiciário”.
(Nequete, 2000d: 26).

Os juízes, quando não integrantes do quadro da oligarquia, estavam sujeitos à sedução ou à vingança pelo poder local e *“foram, aliás, muito variados os meios postos em prática pelos governos estaduais para submeter a magistratura, como a*

disponibilidade, a alteração de limites ou a supressão de circunscrições judiciárias, a retenção de vencimento etc” (Leal, 1997: 228).

Diversamente, os juízes federais e o STF se revelavam importantes instituições nas relações políticas durante a vigência da Política dos Governadores. Os juízes seccionais eram nomeados pelo Presidente da República dentre candidatos indicados pelas oligarquias dominantes nos Estados e os ministros do STF dentre auxiliares seus ou membros do seu partido ou grupo político. A indicação e controle sobre os juízes seccionais era de profunda relevância para manutenção do poder da oligarquia estadual ou para afastamento dela. Enquanto reinou a Política dos Governadores, o descumprimento de uma decisão do juiz seccional era motivo para intervenção federal no Estado (artigo 6º, 4 da Constituição de 1891). Além disto o juiz seccional tinha atribuições constitucionais para julgar os conflitos entre a União e os Estados e os crimes políticos. A intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, em 1909, relatada por Andrei Koerner¹⁸ é lapidar¹⁹.

Nos momentos de maior estabilização das instituições diminui a pressão política sobre o judiciário e até se reforça seu papel de intérprete da lei e da Constituição. Já no Império se encontra, em carta dirigida pelo Conselheiro Saraiva a Nabuco de Araújo, defesa da *“supervisão das eleições por um Poder Judicial constitucional e independente, para punir a fraude e o abuso de autoridade”* (Nabuco de Araújo *apud* Koerner, 1998: 91).

A intervenção dos magistrados para solução dos conflitos políticos era defendida com o fim de que exercessem a função de árbitros da política, tal como exerciam a função de árbitros dos conflitos civis. No entanto, a partidarização do judiciário na 1ª República levou ao temor de sua politização e a Constituição de 1934 em seu artigo 68 dispunha que era *“vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas”*. Idêntica disposição era contida no artigo 94 da Carta de 1937.

Os casos tratados acima são exemplares da atuação política de juízes e tribunais a que Victor Nunes Leal chamou de *“juízes e promotores partidários, sem falar nos serventuários da justiça, quase sempre militantes apaixonados”*. (Leal, 1997: 231).

¹⁸Koerner, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da república brasileira*, 1998: 198

¹⁹ O caso analisado por Andrei Koerner será tratado neste trabalho no capítulo 3.3 quando será analisado o papel do juiz seccional na relação entre o poder central e as oligarquias regionais.

Mas, se a crise política envolvendo o poder central e a aristocracia estadual se resolvia com a intervenção federal, contando por vezes com exteriores e aparentes sinais de legalidade, as crises internas no âmbito dos Estados eram resolvidas com uso direto da força, fosse a empregada diretamente pelo coronel, cioso da manutenção do poder local ou, quando necessário, auxiliado pela força pública estadual, conforme casos de Manhuaçu e Carangola analisados e constantes do anexo (ANEXO I). Daí a importância da nomeação do delegado, o nosso delegado e boas relações com demais agentes institucionais, conforme analisou Oliveira Vianna²⁰. Os resquícios de tal prática ainda estavam presentes quando o Brasil decidia entre presidencialismo e parlamentarismo em 1961.

“Há um fato do domínio da história popular que bem demonstra essa realidade. Quando da implantação do parlamentarismo em 1961, um ‘coronel’ de largo prestígio político no interior de Minas Gerais, havia se rebelado. Diante de sua intransigência, convocaram um senador a ele vinculado para o demover. Este, ao chegar, notou-o intransigente e o cansativo diálogo já se mostrava infrutífero. Quando interpelado finalmente sobre o porquê da intransigência, esse perguntara ao senador: - Esse tal parlamentarismo nomeia delegado? - Nomeia. - Demite Diretora de Grupo? - Demite. - Promove o dr. Juiz amigo da gente? - Promove. - Então eu apoio esse tal de parlamentarismo” (Vale, 1976: 8).

A subsistência dos coronéis após a cessação do pacto coronelista não afasta determinadas práticas do cenário político brasileiro. Mas, desta vez fundadas num sistema de trocas mais apropriadas ao clientelismo que àquele pacto governativo.

1.6 – Da 1ª República ao Brasil contemporâneo: a remanescência de formas tradicionais de dominação

Victor Nunes Leal, após definição do que considerava o sistema coronelista, que para ele era, sobretudo, um compromisso ou uma troca de proveitos entre o poder público fortalecido e a decadente influência dos chefes locais, outrora potentados,

²⁰ Vianna, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras, 1949a: 230/231.

sobretudo dos senhores rurais, diz que “*desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema ‘coronelista’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, e a desorganização dos serviços públicos locais*”.

Da imprecisão conceitual que resultou do emprego do vocábulo coronelismo²¹, fenômeno datado entre o final do século XIX até a Revolução de 30, é possível depreender que resultou do tratamento destas características das relações político-sociais no Brasil como decorrentes e secundárias do sistema coronelista. O conceito de coronelismo por nós adotado é aquele construído por Victor Nunes Leal que recebeu diferentes apropriações por parte de outros autores e que foi objeto de análise por José Murilo de Carvalho (Carvalho, 1997) e pelo próprio autor de *Coronelismo, Enxada e Voto* (Leal, 1980: 11).

Assim, tendo sido desfeito o “pacto coronelista” com a Revolução de 30 e desconstituído o compromisso de proveito recíproco entre o poder público e os chefes locais, não se haveria de supor a subsistência de aspectos de sua base e que foram tratadas como sendo suas características secundárias. Entretanto, Victor Nunes Leal não desconsiderou tais características de nossa realidade social, mas ressalta que a ênfase em aspectos que considerava secundários, como o mandonismo e o clientelismo, não permitiam discernir o tipo de liderança que se afirmara na 1ª República e as características políticas daquele período da nossa história. Daí é que a subsistência de tais características resulta, por vezes, na afirmação de subsistência do coronelismo após a década de 30. Mas, subsistiu o coronel e suas práticas e a busca de dominação no sentido tradicional, em disputa com o poder público, que lhe antecedeu, mas não o coronelismo, que era sistema de dominação pactuado, pois “*sempre houve mandonismo, sempre houve clientelismo*”. (Leal, 1980: 12).

Da análise das relações sociais no Brasil depreende-se que o coronelismo assentou-se sobre uma base mandonista e clientelista que o antecedeu e o sobreviveu. Se o coronelismo foi um arranjo institucional que permitiu a governabilidade num

²¹ Visando explicitar o conceito de coronelismo com o qual trabalhou, Victor Nunes Leal escreveu artigo intitulado “O coronelismo e o coronelismo de cada um”, publicado na Revista de Ciências Sociais Dadas (Leal, 1980: 11). José Murilo de Carvalho igualmente publicou artigo na mesma revista intitulado “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual” tratando da diversidade de sentidos atribuídos aos referidos termos (Carvalho, 1997).

determinado período da história do Brasil, o clientelismo possibilita outras formas de arranjo institucional.

Barbosa Lima Sobrinho, em prefácio à segunda edição do clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, diz que “o fenômeno do ‘coronelismo’ persiste, até mesmo com reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria” (1997: 18). A consideração da persistência do coronelismo nega o que pensa o autor da sua própria obra, ainda que em outro trecho seja possível vislumbrar que o prefaciador se referia à subsistência do ‘coronel’, que teria passado a doutor, a fazenda se transformado em fábrica e os auxiliares passado a assessores ou técnicos.

Explicando o sentido que atribuiu a ‘coronelismo’, Victor Nunes Leal, no expressivo título *O coronelismo e o coronelismo de cada um* diz que a análise feita por Eul-Soo Pang difere profundamente da que utilizou e que “o coronel entrou na análise por ser parte do sistema; mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam a partir do município”. (Leal, 1980: 13).

O estudo e análise da formação histórica do Brasil privilegia a concepção de uma vigorosa aristocracia territorial, florescida em São Vicente e São Paulo, demonstradora de prestígio que se contrapõe ou supera o dos próprios delegados políticos da metrópole. Estes “são quasi sempre forçados a contemporizar, para evitar desautorizações dolorosas”. (Vianna, 1920: 57) Mas, o prestígio, a ascendência e o poder da aristocracia paulista fora antecedido por igual prestígio da aristocracia do norte (quando ainda não se falava em nordeste), no século XVI e início do XVII, e igualmente se assentava sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pastoril.

No primeiro capítulo de *Casa Grande e Senzala*, obra na qual Gilberto Freyre estuda a formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal e que compõe uma coleção com a denominação de Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, juntamente com *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso* e

*Jazigos e Covas Rasas*²² (que não chegou a ser publicado), trata das características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida.

Gilberto Freyre lança um olhar sobre a formação social brasileira, destacando a predisposição do português para a colonização híbrida²³ e escravocrata nos trópicos, sob o domínio do colonizador, explicando-a pelo seu passado étnico, ou antes cultural, de um povo indefinido entre a Europa e a África e ressalta que o clima amolecedor tropical atual sobre o caráter português, moldando as condições sempre tensas e vibráteis do contato humano entre a Europa e a África, mas que o constante estado de guerra não excluiu a miscigenação e a atração sexual entre as duas raças, tampouco o intercuro cultural.

“Para o ‘unionismo’ prepara-nos aliás a singular e especialíssima situação do povo colonizador; o qual chega às praias americanas unido política e juridicamente; e por maior que fosse a sua variedade íntima ou aparente de etnias e de crenças, todas elas acomodadas à organização política e jurídica do Estado unido à Igreja Católica”. (Freyre, 1978: 28).

O hibridismo da colonização decorreu de que ao Estado e ao colonizador apenas importava a unidade na fé católica, pouco importando outras características. Daí a sempre presença do líder religioso a bordo para aferir a fé do imigrante. *“O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça”* (Freyre, 1978: 28). E mais:

“Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias”. (Freyre, 1978: 28) *“só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião Católica”.* (Freyre, 1978: 29).

²² Em prefácio à obra *Ordem e Progresso*, publicada em 1959, Gilberto Freyre escreveu: *“Com o ensaio Ordem e Progresso, a série de estudos em torno da sociedade patriarcal do Brasil – das suas origens e do seu desenvolvimento – iniciados em 1933, com o ensaio Casa Grande & Senzala, aproxima-se de conclusão, dentro do plano estabelecido pelo autor. Esta conclusão se verificará com o ensaio Jazigos e Covas Rasas, cujo publicação deverá ser acompanhada de três volumes de material ilustrativo dos assuntos versados nos vários ensaios da série”.* (Freyre, 1959: XIX)

²³ O primeiro capítulo de Casa-Grande & Senzala se intitula *Características gerais da colonização do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida.*

Tanto para Oliveira Vianna (1920) quanto para Nestor Duarte (1939) foi o latifúndio canavieiro que instituiu de fato a organização social e não algum indivíduo ou o Estado. Tampouco foi o fator colonizador do Brasil qualquer companhia de comércio. A unidade produtora rural, pessoal e latifundiária, foi o grande colonizador que se constituiu na aristocracia rural mais poderosa da América, sobre a qual o poder político português não governou. Por vezes o potentado zombou do poder político. O Estado português apenas reinou. Este potentado rural desdenhou do Estado, pois dele não carecia. Do seu enfraquecimento no século XIX resultou a necessidade de apoio estatal, fazendo surgir na virada para o século XX o fenômeno do coronelismo, somente rompido com as transformações do país na década de 30 do século XX, mas deixando profundas marcas na nossa estrutura social.

Antonil, se referindo aos senhores de engenho, em obra publicada em 1711, disse que

“O ser senhor de engenho, he título a que muitos aspirão, porque traz consigo, o ser servido, obedecido, e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; bem se pode estimar no Brazil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimão os títulos entre os fidalgos do Reino “. (Antonil, 1963: 10).

Antonil se reporta à formação da aristocracia rural e exercício do poder de mando no momento de formação do Brasil. A análise da economia e da vida social brasileira demanda compreensão dos dois momentos: o primeiro tratado por Oliveira Vianna e Nestor Duarte e o segundo por Victor Nunes Leal. Tal como descrito por Antonil, aqueles se reportam ao momento da florescência do poder rural, enquanto Victor Nunes Leal ao declínio do potentado e de sua necessidade de aliança com o poder político. Victor Nunes Leal diz que *“não há uma palavra no meu livro pela qual se pudesse atribuir o ‘status’ de senhor absoluto ao coronel”* (Leal, 1980:13). No primeiro momento, cenário de auto-suficiência, se desenvolveu o potentado e o mandonismo, o que não se confunde com o fenômeno do coronelismo, que é datado e expressa a decadência do senhor rural. O mandonismo está inserido numa estrutura oligárquica e personalizada de poder num âmbito local. Ressalta no mandonismo a figura do potentado, tal como analisou Oliveira Vianna (1920), o chefe, o mandão ou mesmo o ‘coronel’. Enquanto o coronelismo é sistema, o mandonismo não o é. Trata-se

de uma característica do poder local, assentando em bases tradicionais e patriarcais e consolidada sobre a posse da terra, formando clãs parentais.

Ainda que na visão de Victor Nunes Leal, o coronelismo seja um momento particular do mandonismo, na verdade exprime o momento em que os potentados começam a perder força e têm de recorrer ao governo para se manterem, estabelecendo pacto de duplo proveito.

No sistema coronelista, se analisado no âmbito local, encontrar-se-á o mandonismo, o clientelismo, o filhotismo e o compadrio. Mas, daquele há de deprender o pacto no qual se insere o Governo do Estado e o poder central. Do estudo do pacto coronelista surge o mandonismo e por isto a identificação que, por vezes, se faz entre um e outro termo, chegando-se a atribuir-lhe sinônimo, como faz Eul-Soo Pang:

“o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu ‘status’, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevalecem durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial”. (Pang, 1979: 20).

Ainda que datando o evento, não falta na literatura especializada quem iguale os fenômenos coronelismo e do mandonismo, o que contribuiu para reforçamento e esclarecimento do fenômeno que se caracteriza por mandonismo, mas embotou o conceito de coronelismo. Da concepção simplificada da grande propriedade rural e do potentado que sobre ele exerce seu domínio, isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas. Mas, *“essa solidão não existe. É uma aparência apenas. Esse ermo está povoado. Dentro desse silêncio há rumor. Dentro dessa imobilidade há vida. Dentro dessa desolação há povo”.* (Vianna, 1920: 123). E por isso emerge das novas pesquisas a coexistência de vários tipos de coronéis: latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres. A concepção patrimonialista do potentado denominado coronel contida na obra de Oliveira Vianna (1920), Nestor Duarte (1939) e que viria a ser empregada na obra de Maria Isaura Pereira Queiroz (1976) difere do conceito atribuído ao vocábulo coronelismo por Victor Nunes Leal (1948). Leal analisa o sistema que contribuiu para a sobrevivência do coronel em decadência e que denominou coronelismo a que nos referimos

como pacto coronelista, para explicitar a diversidade do conceito com outros conceitos abrigados sob o mesmo vocábulo.

A autossuficiência do domínio rural, em sua função simplificadora, não é expressão de isolamento dos potentados em seus domínios, pois estando a economia direcionada para exportação está, por interpostos, diretamente envolvido no comércio de exportação, na política estadual e federal. E mesmo bacharel, em sua vida urbana, está intrinsecamente ligado àquele, o que ensejou a observação de Oliveira Vianna sobre “*a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão*”. (Vianna, 1920: 137).

1.7 – Clientelismo, Compadrio (Clã Parental), Assistencialismo e Filhotismo

O poder central, ao reconhecer o poder local do coronel permitindo-lhe controlar os empregos públicos, os benefícios para a comunidade, a perseguição aos seus adversários e a legitimação de seus candidatos assegurava o apoio político-eleitoral desses chefes e em contrapartida possibilitava a entrada do poder público nestas comunidades para desempenho das funções do Estado, garantindo-se a execução de suas atividades o que somente era possível com o apoio e legitimação desses chefes locais.

Enfraquecido, os chefes locais, acorriam para o apoio ao poder central, daí sua natureza governista, pois a oposição ao poder central poderia implicar em intervenção no âmbito local e apoio aos seus adversários. Nem o Estado estava fortalecido o suficiente para dispensar o apoio do chefe local, nem este para dispensar o apoio do poder central. Esta relação de equilíbrio favorecia o funcionamento e a harmonia entre as distintas esferas e estruturas de poder. Os dois pólos eram o presidente da República e os coronéis, com a mediação necessária do Governador do Estado. Esta estrutura, no entanto, não era rígida e diante de um coronel ainda forte ou um governador fraco ou enfraquecido, notadamente quando em mandato intermediário, relações diretas podiam se estabelecer entre os pólos, ou seja, entre o coronel e o Presidente da República.

Exemplo emblemático de mandato intermediário foi o do Presidente Epitácio Pessoa. Não se tendo as aristocracias de Minas e São Paulo se entendido sobre a

sucessão de Delfim Moreira, a solução foi a escolha de um presidente de fora do eixo político-institucional, mas que não apresentasse (a) força suficiente para manter-se no poder. Assim é que foi alçado à Presidência da República, em 1918, o paraibano Epitácio Pessoa, sem óbice posterior para os pretendentes mineiros e paulista, Arthur Bernardes e Washington Luiz.

Se o coronelismo representa uma quadra das relações sociopolíticas, o clientelismo sempre existiu, tanto no meio rural quanto urbano, ainda que seja considerado um aspecto secundário dos sistema coronelista como para Eduardo Silva (Silva *in* Carvalho, 1987) e Fausto (1998), resultante de “*uma desigualdade social, da impossibilidade dos cidadãos exercerem seus direitos, e da precariedade ou inexistência dos serviços de competência do Estado*”. (Rego, 2008: 73) ou uma ação racional de indivíduos que confluem num processo de troca que permite a vida social e política (Bahia, 2003).

Na simplificação ditada pelo domínio do potentado rural dois momentos se apresentavam estratégicos na vida social. Eram os momentos do nascimento e do casamento. Do nascimento resultava o batismo e o compadrio, que Oliveira Vianna diz que “*talvez mais que a consanguinidade, é a fonte mais fecunda de solidariedade familiar no interior*”. (Vianna, 1949a: 263).

O compadrio é um tipo de parentesco diverso de todos os outros reconhecidos na ordem legal. Não é parentesco por consanguinidade, nem por afinidade, nem tem a natureza civil; não o é em linha reta nem por colateralidade.

Parentesco é um vínculo entre pessoas que descendem uma das outras ou de um tronco genético comum, estando portando ligadas umas às outras pelo que se denomina em direito, pelo mesmo sangue, assim como o vínculo com os parentes do cônjuge e o que se estabelece entre o adotante e o adotado. O primeiro é parente consanguíneo ou natural, o segundo afim ou por afinidade e o terceiro parente civil. Parentesco por afinidade é vínculo decorrente de determinação legal, sendo liame que se estabelece entre o cônjuge e os parentes consanguíneos do outro. O grau do parentesco por afinidade é, para efeitos legais, o mesmo do parentesco consanguíneo. Parentesco civil é estabelecido entre o adotante e o adotado.

O parentesco se divide em linha reta e colateral (ou transversal). A linha é a vinculação de alguém a um tronco ancestral comum. Assim o vínculo de parentesco em linha reta é determinado pelas pessoas que estão ligadas umas às outras por um vínculo de ascendência e descendência, contando-se um grau para cada geração. O parentesco em linha colateral decorre da descendência de um tronco comum, sem vínculo de ascendência ou descendência entre os parentes.

Neste sentido do vocábulo parente ou parentesco o afilhado ou compadre não é parente. Mas, a natureza do vínculo de solidariedade que entre eles se forma nos dá a dimensão de que se trata de um parentesco ideológico ou espiritual, pois sua natureza é religiosa, *“mas cria laços de afinidade tão poderosos quanto aqueles do sangue, e gera um código de deveres morais comparáveis àqueles característicos dos laços consanguíneos”* (Rego, 2008: 47). Mesmo irmãos por vezes preferiam se chamar de compadres, dado a natureza do laço e o prestígio social da instituição. Do ponto de vista de uma sociedade socialmente hierarquizada o compadrio era uma forma de elevação social para os estratos inferiores. Em encontro com o pároco da cidade de São João Del Rey, tivemos a oportunidade de ver uma fotocópia do livro de registro²⁴ de batismo de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier e dele consta: *“não teve madrinha”*.²⁵

O compadrio é a princípio um fenômeno religioso do qual resultam grandes consequências na ordem social. Independentemente da relação religiosa ou da regência por norma eclesiástica, e portanto lei divina, o fenômeno se revela da máxima importância, pela grande consideração que se lhe atribui nas relações sociais, notadamente entre padrinho e afilhado e entre os compadres. Desta forma, o compadrio assume outras funções além da espiritual. Trata-se de importante meio de socialização e estabelecimento de laços no meio social, entre pessoas da mesma classe social ou de classes sociais diferentes, garantindo-se poder e proteção. Se o coronelismo era um sistema de duplo proveito entre o poder central, carente de votos, e o chefe local debilitado, carente da proteção estatal, o compadrio garantia proteção ao afilhado e ao

²⁴ O serviço de registro da paróquia de São João Del Rey ficava sob guarda particular e o “notário” religioso vendeu os documentos históricos, dentre os quais o livro no qual fora registrado o batismo de Joaquim José da Silva Xavier, O Tiradentes. A paróquia conseguiu uma fotocópia e a encadernou para seus arquivos.

²⁵ O pároco não perdeu tempo de explicar que aos apadrinhados se busca um melhor destino. O fato narrado decorreu de conversa com o pároco da Igreja Matriz de São João del Rey, por ocasião de visita à cidade.

compadre e de outro lado, estes garantiam trabalhos, execução de tarefas graciosamente e, sobretudo, o voto no compadre ou em que ele indicasse. O prestígio do compadrio possibilitava que pessoas se chamassem de compadres, mesmo sem o serem.

Para Victor Nunes Leal “*sempre houve mandonismo, sempre houve clientelismo, não só no Brasil, como nos demais países*”. (Leal, 1980: 12), ao passo que para André Heráclio do Rego “*o compadrio é uma das mais recorrentes instituições no âmbito da América Latina*”. (Rego, 2008:48) e constitui um importante mecanismo de interação social e se transformou numa estrutura de parentesco fictício. Mas, não é somente por ocasião do batismo que surge a relação de apadrinhamento. Apadrinhamento e compadrio há “*trazida pela tradição católica – do batismo, da crisma e do casamento donde saiu o tipo social do padrinho*” (Vianna, 1949: 262), o que amplia a base de proteção do afilhado, ao menos teoricamente, mas, também multiplicam-se os deveres nas relações interpessoais estabelecidas, quando distintos indivíduos são escolhidos para cada ocasião. Oliveira Vianna diz que o compadrio cria laços de afinidade tão fortes quanto os laço de sangue, e gera deveres da mesma ordem dos estabelecidos entre pais e filhos, irmão e irmão e até mesmo os tabus sexuais e matrimoniais.

Em seu livro publicado em 1948, Victor Nunes Leal dizia que do coronelismo resultavam as características secundárias do sistema, dentre os quais o clientelismo e mandonismo, mas escrevendo sobre o tema em 1980 disse que “*sempre houve mandonismo, sempre houve clientelismo, não só no Brasil, como nos demais países*” (Leal, 1980: 12). Tomado o coronelismo como fenômeno datado e expressivo do pacto de governança estabelecido na 1ª República tem-se que o clientelismo o antecedeu e o sucedeu, assim como decorre do modo de fazer política por meio de trocas. A frouxidão conceitual dos termos compadrio, mandonismo e clientelismo pouco contribui para explicitação dos fenômenos. No Brasil do potentado rural ou do mandonismo local ou mesmo do Brasil coronelista o trabalhador rural, ainda que na mais absoluta precariedade, não necessariamente fazia do seu voto um bem de troca. Ao contrário, em razão de sua fidelidade ao chefe do clã, ao dono da terra na qual vivia como agregado ou colono ou “de favor”, ele simplesmente doava seu voto. Assim, o voto de cabresto era antes de mais nada uma extensão da vontade do proprietário da terra explicitada pelo trabalhador rural, sem o que inexistiria a relação que os unia, ainda que desigual ou perversa. O status do trabalhador rural no Brasil arcaico, ainda que na mais elementar condição de subsistência, não o credenciava a estabelecer relações clientelistas, que

possibilitasse certa impessoalidade no processo de troca²⁶, ainda que as relações clientelistas também possam ser feitas com quem se tenha relação pessoal.

“Se no coronelismo o fundamento são as relações de dependência pessoa, vigentes na instituição da moradia, no clientelismo o fator condicionante são as relações de dependência impessoal, gestadas no âmbito do assalariamento e suas garantias jurídicas”. (Farias, 2000: 52).

Luiz Henrique Bahia (2003) considerava que o fenômeno clientelista se enraíza intrinsecamente na hierarquia inerente a toda organização e a diferentes modos de poder e que é um fenômeno relacionado ao acesso e à exclusão de bens e serviços bem como pensar a propriedade e o poder e suas influências sob o ângulo da política. Somente o pensamento das trocas, acesso e exclusão aos bens e serviços, sob o ângulo da política pode propiciar uma análise do fenômeno clientelista, ainda que dotados de valor econômico e sem balizamento pelos valores de mercado. Assim é possível considerar que o clientelismo não seja um aspecto secundário do sistema coronelista, mas uma prática política de cooptação e troca com os eleitores ou apoiadores do sistema político que vem desde o período colonial.

Já Nestor Duarte (1939: 11), observa que para pensar a formação político-social do Brasil é necessário começar pelas origens da organização social e que ainda que se fossem modificando, certos traços e atributos permanecem definitivamente em sua estrutura. Assim, a realidade social e política brasileira há de ser tratada com uma sociedade estruturalmente peculiar. Afinal como disse o autor de Populações Meridionais do Brasil: *“somos completamente outros”* (Vianna, 1920:130). Entendendo desta forma, o *modus operandi* da nossa formação social não pode ser compreendido pela mera redução de seu funcionamento aos processos políticos e modelos históricos clássicos.

Assim o clientelismo na prática política brasileira tem sua origem muito antes da quadra coronelista (Leal, 1948), vislumbrando-se nas relações político-sociais estabelecidas entre os senhores de engenho e, posteriormente, entre os barões do café e seus colonos livres, seus agregados e agricultores pobres que rodeavam o latifúndio. Deste poderio do senhor das terras e de sua privilegiada situação econômica e social é

²⁶ A pessoalidade ou impessoalidade no processo de troca é um dos elementos definidores do clientelismo e do assistencialismo.

que se permitiu a formação em torno de si de uma clientela, onde sua larga influência instituiu poder de jurisdição e dependência.

O clientelismo, caracterizado pela troca de favores entre atores políticos e seus escrutinadores perpassa a história do Brasil. Mais que o voto, o que caracteriza o clientelismo é a troca de favor por lealdade que transforma colonos, agregados e camponeses em clientela, ou seja, em homens capazes de se vincularem a um chefe, servi-lo e segui-lo e defender seus interesses. Nos momentos de formação do Brasil tal prática se deve á ausência de um poder estatal que pudesse socorrer os homens pobres, mas livres, em suas situações de miséria e abandono, restando-lhes a opção de se encostarem no potentado a fim de obterem ajuda ou proteção nos seus piores momentos, que pela qualidade de vida então tida, eram muitos. Mas, os objetos de troca modificam-se de acordo com a conjuntura histórica, sem perder de vista o objetivo que se mantém: a manutenção do poder. Ao mesmo tempo em que perpassou a cultura política nacional, também se apresentou inserido na lógica do capitalismo. Primeiramente no capitalismo comercial no qual a colônia, império e início da República estavam inseridos, depois no capitalismo industrial e agora no capitalismo financista. Desta forma, as relações clientelistas foram se modificando e adaptando-se em cada um dos períodos políticos e processos eletivos.

O clientelismo é um subsistema de relação política que não se caracteriza pela doação ou pela assistência. Ao contrário, o caracteriza a troca, ainda que desproporcional, de bens e proteção por apoio político. Assim, o clientelismo não é um atributo do coronelismo, ainda que o sistema coronelista se tenha asentado sobre bases clientelistas e a instituição daquele envolveu relações de troca desta natureza. Enquanto o sistema coronelista foi um arranjo institucional, um compromisso de reciprocidade entre duas esferas de poder, o clientelismo é um atributo variável de um sistema político e pode conter maior ou menor dose de trocas entre os atores políticos. O que caracteriza o clientelismo é o sistema de troca (Bahia, 2003). Mas, no Brasil e em alguns países da América Latina, suas raízes remontam às origens patriarcais destas sociedades e o *cliente* fica em total submissão ao *patrão*, independentemente de com este possuir qualquer relação familiar ou empregatícia. Segundo Luiz Henrique Nunes Bahia (2003) a terminologia tem sua origem provavelmente em Roma.

Frei Vicente do Salvador (1954) relatou a dificuldade de estabelecimento de relações capitalistas numa sociedade impregnada de pessoalidade como o Brasil em formação e relatou a dificuldade do Bispo de Tucuman da Ordem de São Domingos em conseguir comprar uma galinha. “*Nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa*” (Salvador: 1954: 43). Neste contexto é que se gestou o clientelismo como uma ferramenta utilizada para enfraquecer as relações institucionais ou impessoais. Ao se privilegiar a obtenção de bens ou benefícios pela pessoalidade, enfraqueceram-se as relações horizontais, homem a homem; cidadão a cidadão, diminuindo a capacidade de colaboração destes indivíduos, gerando a sociedade insolidária da qual falou Oliveira Vianna. Mas, não só a relação de troca com o eleitorado caracteriza o clientelismo, mas também a relação nas esferas do poder político e econômico estabelecendo a verticalização da esfera pública e modos de regulação autocráticos, dificultando a democratização da sociedade e o desenvolvimento das forças produtivas.

A maneira como os programas de combate a pobreza são desenhados, não faz com que se diminua a pobreza, pois alimenta continuamente a cadeia de subordinações e favores pela qual se exerce o clientelismo junto ao eleitorado e se estabelece uma hierarquia clientelista, partindo dos centros fomentadores de tais programas e executores do orçamento até o receptor do “benefício”. Os programas sociais celebrados entre a União, os Estados e o municípios, são amplamente utilizados como moeda de troca pelos gestores dos recursos, resultando em práticas clientelistas num molde mais organizado, legalizado e oficial, ainda que se negue a natureza clientelista de tais programas (Ananias, 2007: 1)

Germana Barata diz que o clientelismo “*motiva a individualização no sistema eleitoral em detrimento de um projeto partidário. A lógica de mercado no processo socioeconômico capitalista foi incorporada pela política. Longe de ser um desvio, o clientelismo é um fato normal ao interior de tal democracia*”. (Barata, 2006: 1). Neste sentido o clientelismo se alimenta da individualização do sistema político e o retro-alimenta e ainda que se insira no contexto da troca econômica ocorrida no campo político não se insere no contexto da sociedade capitalista e se apresenta como fato dificultante de seu desenvolvimento. José Murilo de Carvalho diz que

“o conceito de clientelismo foi sempre empregado de maneira frouxa. De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.
(Carvalho, 1997: 2).

Se no clientelismo se estabelece uma relação de barganha e o voto se transforma em mercadoria, igualmente propicia a confusão entre público e privado, em favor deste e em prejuízo daquele. Assim, o patrimonialismo decorrente das práticas clientelistas expressam uma alteração do sentido da participação política e dos valores que norteiam as práticas políticas. Desta forma, o clientelismo propicia uma relação de trocas onde se recebe um benefício imediato e certo em contra da contrapartida política, que pode ser o voto ou o apoio político, ao invés de apostar em vantagens mais amplas, porém incertas.

A prática da troca política, quando confrontada com os valores da democracia universalista, pode ser considerada como corrupção eleitoral. Mas, os candidatos ricos têm condições de manter uma política clientelista, uma vez que dispõem de dinheiro que pode garantir apoio político e convertê-lo em voto, capaz de assegurar mandatos e mando político e lhes assegurar garantia dos negócios. O fazer política para o capital é parte da sua própria atividade, pois seus interesses dependem, em grande parte, de medidas governamentais (créditos em bancos oficiais, política cambial, subsídios, concessões etc).

Luiz Henrique Bahia afirma que o que se troca em política não são favores pessoais, como acontece com os indivíduos em igualdade de situações e entre si, mas favores de autoridade, pois em política, os benefícios do exercício da autoridade são os valores que entram na troca (Bahia, 2003).

Num contexto de voto livre o eleitor tende a adotar padrão de comportamento diverso daquele onde é compelido a ser comportar como deseja o “patrão” e conforme o nível do pleito os interesses em jogo são distintos, pois quanto mais diferenciado o nível do pleito, maiores serão os interesses postos em jogo. Se a troca direta de pequenos bens e serviços com o eleitor caracteriza clientelismo o mesmo se pode dizer das trocas ocorridas na macro-política, a título de políticas públicas, tais como aquelas que definem créditos em bancos oficiais, a política cambial, os subsídios, as concessões, as anistias e refinanciamentos de débitos dos grupos econômicos que dão apoio político ao

governo. O clientelismo está, assim, presente em pelo menos duas camadas das práticas políticas, a primeira no varejo onde o eleitor estabelece direta troca do voto com o candidato por produtos ou serviço e a segunda, no atacado, onde grupos econômicos trocam apoio político por vantagens de diversas naturezas com o poder já estabelecido. Nos seus diversos níveis o clientelismo é uma prática extraoficial de intercâmbio de favores, pelo qual se regulam a concessão de bens e serviços públicos por meio da função pública, condicionando o apoio político ou eleitoral.

A função política do clientelismo é prover bens e serviços onde eles não existem e perverter as estruturas estatais em proveito de grupos privados de poder. Neste contexto de níveis diferentes o clientelismo propicia a atração de interesses privados que dificultam o fluxo normal dos interesses públicos. Na ordem burguesa e notadamente na ordem liberal o senso comum passa a conceber a política como representação de grupos de interesses e os interesses privados como mais palpáveis que os interesses públicos. Ao passo que o interesse público há de ser provido por estruturas burocráticas cujos objetivos não de ser a maximização dos benefícios em proveito de uma parcela cada vez maior de pessoas a um custo cada vez decrescente pela universalização das políticas implementadas, a defesa dos interesses privados, por meio práticas clientelistas, promovem a corrosão das estruturas burocráticas “*restringindo, ao invés de ampliar, o alcance e a efetividade da políticas*” (Lima, 2008: 1).

Visando a garantia de votos ou apoio político o sistema clientelista busca atender a benefícios visíveis e imediatos utilizando-se do uso do favor como moeda de troca nas relações políticas, a instalação de mecanismo de controle político pela cooptação, a negação da participação política de maneira autônoma como direito intrínseco da ordem democrática e o uso dos recursos públicos e das estruturas estatais em proveito do projeto de poder.

A definição do que se trata como clientelismo e outras formas de associativismo e a problematização de cada fenômeno permite um melhor enfoque do problema, distinguindo, este fenômeno dos demais e possibilitando o balizamento de uma da ação coletiva, seja como fenômeno pontual, seja como sistêmico da funcionalidade institucional da formação social brasileira. Se o coronelismo era um compromisso de proveitos entre o poder central e o poder privado enfraquecido, o clientelismo, que compõe este arranjo institucional, tem múltiplas facetas. Tanto quanto o coronelismo

pode ser vertical, ou seja, decorrente de uma relação entre sujeitos assimétricos, que possibilita uma troca não-complementar, quanto horizontal, estabelecido entre sujeitos simétricos, propiciando uma troca de recursos semelhantes e complementares (Bahia, 2003:187)

“o fenômeno clientelismo é próprio ao fluxo decisório vertical ou horizontal de qualquer relação submetida a uma hierarquia geradora de qualquer relação submetida a uma hierarquia geradora de controle ou dominação. Consiste em sua externalidade política capaz de produzir desequilíbrio – anomalias – na dinâmica dos resultados ou das ações humanas envolvendo as organizações e o poder”. (Bahia, 2003:188).

Ainda que o fenômeno clientelista não possa ser confundido com corrupção, *“a não ser que se interprete corrupção como sinônimo de ineficiência, ou de comportamento não-otimizante”* (Bahia, 2003: 189) os recursos intercambiáveis não advêm da esfera pública, sejam exclusivamente políticos ou oriundos da esfera privada, quando são transferidos para a arena política, dependendo do grau em que as estruturas se estendem para outros campos da vida social.

Ainda que de origem remota em nossa formação o moderno clientelismo, sistema de troca com razoável grau de racionalidade, está intrinsecamente relacionado às emergências das instituições liberais, a formação de um eleitorado livre, a penetração das estruturas do Estado nas relações sociais e o alargamento do sistema representativo. Daí é que a alteração do corpo eleitoral a partir da Proclamação da República e o clientelismo podem ter sofrido simultânea ascensão, propiciando a confusão dos conceitos.

No compadrio a afetividade é um componente da relação, mas não o é no clientelismo que se baseia no reconhecimento mútuo das identidades envolvidas, propiciando proveito mútuo. Mas, sendo a afetividade um fator que se opõe à autoridade, o clientelismo pode se afigurar uma forma de amenização dos controles. (Bahia, 2003). Os sistemas forjados sob bases clientelistas podem propiciar arranjos institucionais estáveis pelo desempenho de grupos políticos ou máquinas partidárias com fontes de recursos que permitam a formação de clientelas, notadamente onde existir indefinição entre as esferas públicas e privadas. Em tais estruturas, a rede clientelista serve como substituto para as estruturas políticas formais e denotam a

ineficiência associativa dos grupos de interesses e dos partidos. Da mesma forma, demonstra falta de institucionalidade burocrática propiciando uma divergência proporcional entre organização institucional e sistema clientelista. Afinal, “*a desorganização dos serviços locais*” (Leal, 1948: 9) era necessária à prática clientelista e compunha o sistema coronelista como um dos seus principais traços.

Diferentemente do clientelismo, o filhotismo é um regime de amparo, proteção e favores aos amigos e perseguição aos adversários e está relacionado ao compadrio. Entre o filhotismo e o clientelismo não há necessariamente relação, pois o favor prestado por aquele que se encontra sob cuidado, proteção e vigilância da potestade não decorre de troca. Filhotismo designa a proteção às pessoas ligadas ao "mandão", que lhe prestavam serviços privados ou para seu proveito exerciam cargos. Eram seus agregados e protegidos, sendo ou não parentes. Ainda que marcada pela afetividade tal relação não contrasta com a coerção ou autoridade, que se funda no tipo tradicional. A afetividade é um atributo implícito destas relações, que embora não estejam marcadas pela barganha é regida pela reciprocidade.

Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004-2010), falando sobre o programa Bolsa-Família, que teria atingido cerca de 60 milhões de pessoas em todos os municípios brasileiros, atuando num campo propício para a ramificação e em condições para a formação de redes clientelistas, disse que

“é fundamental registrar que estamos conseguindo implantar no Brasil políticas públicas de caráter estritamente republicano. A questão social, dos pobres, definitivamente está saindo do campo do clientelismo, do assistencialismo para o dos direitos, das políticas públicas efetivamente”.
(Ananias, 2007: 1).

Para Daniel Caribe (Caribe, 2010) as políticas municipais e estatais ganharam formato e força nos governos de Lula (2002/2010) e o Programa Bolsa Família foi o mais importante programa social, ainda que com mecanismo de funcionamento bastante simples. Devido às dificuldades orçamentárias da maioria dos municípios brasileiros à centralização de poder e de recursos junto ao Governo Federal, notadamente nas mãos do Poder Executivo, o novo arranjo institucional do Estado brasileiro transformou os municípios em concorrentes por recursos estatais.

O Bolsa Família, que se reveste das características de um programa de distribuição de rendas, com assistência social e assistencialismo (Aloyón, 1992) está atrelado a uma série de condicionalidades. A princípio, o controle vincula o recebimento do Bolsa Família à frequência escolar, vacinação e acompanhamento médico das crianças e jovens. Se tal controle fosse rígido ter-se-ia que o Estado estaria obrigado a implementar estas políticas, subtraindo das oligarquias o poder de cadastramento dos beneficiários do programa, o que não se pode afirmar ocorra em cada município onde foi implementado. O tipo de relação concreta estabelecida em cada Município não é constante, nem facilmente demarcadas. Mas, se o Programa Bolsa Família pode, em determinadas regiões, possibilitar o estabelecimento de práticas clientelistas, outras práticas remanescentes do nosso passado histórico podem ser revisitadas, estabelecendo novos arranjos que garantam o poder político, dentre os quais, a exemplo do arranjo que se estabelece entre o poder central e as empresas e os empresários de comunicação que lhe dão suporte cotidiano em suas demandas de interação com a sociedade.

CAPÍTULO 2 – DA ENXADA AO SATÉLITE E DO CORONEL AO CORONELISMO ELETRÔNICO (a subsistência do arcaísmo nas modernas relações sociais brasileiras)

É a preocupação com a debilidade do sistema representativo ante a atuação dos meios de comunicação de massa que permeia o presente capítulo. De forma específica o que está em questão é o estudo e a análise dos mecanismos que, tendo por referenciais as relações entre os proprietários dos veículos de comunicação de massa e os governantes, engendram um tipo de compromisso recíproco entre as empresas de comunicação e o poder público em condições históricas e culturais determinadas. Este compromisso possibilita relações sociais, articulações e a manutenção da debilidade de empresas familiares, forjado a partir de verbas publicitárias estatais, sem capacidade de estabelecimento nos moldes capitalistas da eficiência, da lucratividade num ambiente que pressuponha a livre concorrência. A análise a ser desenvolvida incidirá sobre a natureza mesma destas empresas de comunicação, criadas e mantidas numa sociedade na qual o poder político se fundava na propriedade agrária, mas que se metamorfoseou e, em bases conservadoras, permitiu a mutação para as mãos dos proprietários dos meios de comunicação de massa. Assim a propriedade dos meios de comunicação de massa no Brasil se reporta a uma anomalia onde tais propriedades decorrem do poder político, e das condições estatais criadas para sua instituição e manutenção, e não do poder econômico capaz de lhes fazer cumprir as suas finalidades numa sociedade capitalista.

As inovações tecnológicas ocorridas nas duas últimas décadas do século XX possibilitaram a ampliação dos serviços comunicacionais, mas ao mesmo tempo ampliaram a capacidade de competição dos grandes grupos de comunicação internacionais. Ao lado destas inovações tecnológicas, sobretudo no final século XX, outros fatores concorreram para a concentração das empresas de comunicação no Brasil nas mãos de poucos grupos familiares, dentre os quais, a abertura política que retoma o fundamento do poder político na eletividade, pelo voto universal²⁷, direito e secreto e todos quantos tenham mais de 16 anos – homens, mulheres, analfabetos e alfabetizados

²⁷ Desde a Constituição de 1946 fora excluído o último resquício de voto censitário da ordem constitucional brasileira, com a possibilidade de alistamento dos mendigos. Mas, o direito de participação política do analfabeto somente foi assegurado a partir da Constituição de 1988.

-, que restabelece o voto como moeda de troca e meio de pressão. Igualmente são fatores que concorreram para a ampliação dos meios de comunicação de massa as liberdades e garantias públicas, inclusive para os detentores de mandatos, e a atribuição ao Congresso Nacional para outorga das concessões dos canais de rádio e televisão, propiciando que os próprios parlamentares componentes das comissões pudessem obtê-las.

2.1 - Empresas familiares

Empresa familiar é aquela cuja organização que tem sua origem e história vinculada à mesma família, transcendendo a geração do fundador, ou aquela cuja gestão demanda os esforços da família, havendo integração entre os interesses da família e do empreendimento no qual estão seus membros envolvidos.

A compreensão do que seja empresa familiar demanda a análise de alguns pressupostos concorrentes, cuja ligação se torna imprescindível para a ostentação de tal *status*. Inexiste consenso sobre os requisitos que definam uma empresa familiar como tal, mas alguns pressupostos podem ser apontados.

O primeiro dos pressupostos é de natureza objetiva e demanda análise da história da empresa. Poderá ser familiar a empresa cuja propriedade e gerência esteja na segunda geração, ou mais, da mesma família (Grzybovski e Tedesco, 1998). Mas não basta que a direção seja exercida pessoalmente pelo proprietário ou por seus familiares para a caracterização de uma empresa familiar, pois esta natureza empresarial demanda reciprocidade entre os interesses familiares e os empresariais e que, no sentido weberiano do poder tradicional (Weber, 1999), a direção da empresa se confunda com o poder hierárquico legitimado pela tradição, bem como estejam os laços empresariais ligados por vínculos afetivos, emocionais, de parentesco e que as alianças no seio da empresa decorram do perfil institucional da família, seja pelas heranças, casamentos, convivência voluntária ou necessária e pelo seu histórico.

Presentes os pressupostos acima será mais familiar a empresa se a interação dos grupos familiares na empresa e sua atuação tomarem por parâmetro a confiança pessoal

recíproca, a identidade dos papéis familiares com os papéis empresariais e se a reputação da empresa decorrer da ligação com a família. Não deixa de ser familiar uma empresa cujo fundador agrega sua parentela (cônjuge, colaterais – tios, sobrinhos, e primos -, descendentes e aqueles que se hajam ingressado na família pelo casamento) ao negócio, mantendo-os (o negócio e os familiares) sob seu comando. Mas, tal empresa pode ser apenas uma “empreitada pessoal”, “firma pessoal” ou “empresa pessoal”²⁸ com o auxílio dos parentes, denominados “seus colaboradores”.

Para distinguir a “firma pessoal” de “empresa familiar”, vale a narrativa de filha de empresário que com ele trabalhava, mas não se sentia identificada com o espírito do empreendedor. Perguntei a uma administradora de empresa se ela gostava de “trabalhar com seu pai”. Ela me respondeu “*que não trabalhara com ele, mas para ele*”²⁹ e que isto era uma necessidade, pois tanto ela quanto sua irmã “*ainda moravam com os pais*”. O caso citado reflete a ausência de identidade entre os ideais do empreendedor e sua parentela e a ausência de expectativas familiares e profissionais comuns, cujas presenças são fundamentais para a estrutura da empresa familiar. Mas, uma empresa que ainda não se sucedeu à segunda geração, pode ostentar a natureza de empresa familiar, por formar uma unidade empresarial-familiar com ideário comum. Tão importante quanto à propriedade, gestão e sucessão da empresa, o ideário comum empresa-família e a intenção de transmiti-la às gerações futuras é fundamental para definição de empresa como familiar.

Nas empresas pessoais ou firmas individuais, a natureza familiar seria determinada se o empreendedor conseguisse transferir o negócio à geração posterior, momento crucial para a caracterização desta natureza, pois se trata do momento em que comumente a sociedade original é logo questionada (Machado, 2005). Isto ocorre, pois

²⁸ “A primeira fronteira atingida pela sociedade unipessoal é polimórfica. Isso é devido aos diversos significados que assume o termo “empresa”, o grande concorrente, do ponto-de-vista terminológico e conceitual, da sociedade unipessoal. Polimorfismo já destacado por Asquini no trabalho, hoje clássico, intitulado ‘*Profili Dell’impresa*’ e que sobrevive, ainda que reduzido em diversos aspectos, nos ordenamentos que são objeto de análise. Dois são os aspectos, nos ordenamentos que são objeto de análise. Dois são os “*perfis*” que mais interessam: a empresa concebida como empresário (*perfil subjetivo*) e a grande empresa,, entendida como instituição ou comunidade de interesses (*perfil institucional*). Em ambos os casos, as ‘*fattispeci*’ empresa e sociedade unipessoal se defrontam: no primeiro (empresa-empresário), concorrendo; no segundo (empresa-instituição), complementando-se. (Salomão Filho, 1995: 14)

²⁹Deixamos de citar a empresa e a autora das declarações por terem sido as frases ditas em conversa pessoal.

os laços que uniram os instituidores da empresa não são hereditários, mas construídos socialmente. Por vezes, a amizade, a cordialidade, a afinidade com aqueles que ingressaram na família pelo casamento ou os vínculos daqueles que são consanguíneos, tendo o instituidor por elo, podem não resistir diante de sua ausência.

A falta do instituidor pode ser um problema para a manutenção da empresa e sua caracterização como empresa familiar e outros problemas podem surgir para a empresa familiar, na fase crucial da transição do instituir para seus sucessores. A ausência do instituidor pode gerar no seio familiar rivalidades, em torno do processo de sucessão, ou após a transição, nos processos de tomadas de decisões cotidianos. A instituição de novo gerenciamento, sem a figura do fundador, implica em novo cenário e profunda transformação da empresa onde filhos, netos ou sobrinhos, pertencentes à outra geração e com outra formação, trazem para as relações cotidianas internas ou externas (com clientes e fornecedores) novos valores, já não mais demandando incorporar ou reproduzir os condicionamentos naturais ditados pelo poder tradicional, dentre os quais, a reverência à figura do chefe, assim como podem não se sentir obrigados a respeitar as hierarquias no seio da empresa. Por outro lado, tanto os novos gerenciadores quanto outros membros da família envolvidos em escalões intermediários na empresa podem vir a tomar decisões arbitrárias, autocráticas, improvisadas e despidas de planejamento e no plano externo sem os formalismos necessários. As decisões e gestões acabam se norteando pelo “bom senso” e juízos de adequação, em prejuízo das relações organizacionais da empresa, colocando no mesmo patamar de crise a empresa e os elos familiares.

2.2 – A empreitada pessoal e a empresa no Brasil: família patriarcal e clã parental.

O poder privado, próprio da sociedade portuguesa, encontrou no meio colonial brasileiro condições excepcionais para o fortalecimento da organização familiar “*que se constitui a única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu*” (Duarte, 1939: 125).

A sociedade colonial brasileira tinha a característica da descontinuidade e do distanciamento o que pode ter propiciado a falta de construção de solidariedade social ou comunal e na qual a família era a única organização neste meio disperso, sem densidade e distribuída sem regularidade, o que privilegiou, pela inexistência de vínculos efetivos de associação e intercâmbio, a formação de grupos familiares fechados e exclusivistas, dificultando a formação de um processo de unidade que se pudesse pretender como ordem social norteada por princípios gerais.

“Como não é possível a sobrevivência de qualquer forma de associação sem um princípio de organização e ordem que a resume e a explique, claro é de ver que a colônia (sic), pela sua dispersão mesma, que tanto impressiona aos seus críticos e historiadores, pela forma de ocupação do solo com seus vínculos jurídicos e políticos, pela natureza de sua organização econômica (sic) – de caráter feudal indiscutível – essa colônia, em-fim, porque assim era como sociedade e porque assim deveria ser, haveria de resultar num corpo social de organização privada, tendo a família como centro econômico e político em torno ao qual vinha resumir-se e fixar-se”.
(Duarte, 1939: 126).

A organização familiar colonial e a organização social convergem e se confundem para os mesmos fins. Há uma identidade em ambos os processos e uma base comum, resultando nos mesmos objetivos políticos e econômicos. Família, propriedade, poder político e organização social colonial são expressões do mesmo fenômeno na sociedade colonial brasileira.

O português, ao migrar para o Brasil, não deixou que lhe escapasse, na desagregação a que veio a sofrer na colônia, o seu profundo sentimento familiar. Tudo pode cair em crise com a migração: seu sentimento político, seu sentimento religioso, a própria moral sexual, a própria língua que acaba por se fundir com a “língua-geral” e depois com os dialetos africanos. Mas, a sua concepção de organização familiar e irredutível espírito gregário em torno de sua gente não entra em crise. Aliás, tal concepção era fundamental para a exploração do latifúndio e para vencer a aspereza e as diversidades a que se submeteu nos trópicos. *“Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias”* (Freyre, 1978: 28). Também não traz ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis (Freyre,

1978: 189) capazes de propiciar segregação ou dissensos. “*A política de segregação no Brasil só a inspirou, no século XVII, e principalmente no XVIII, o ciúme do ouro*” (Freyre, 1978: 199).

Do colonizador português, em sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e de cultura, resulta a família colonial brasileira sob o regime de uma economia patriarcal uma sociedade agrária, escravocrata, mas híbrida.

“Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça: (...). Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone”. (Freyre, 1978: 91).

A empresa colonial agrária se apresenta como uma necessária associação parental, com um sistema comunitário fechado, sob a base de um “chefe varão” (Duarte, 1939: 134), portanto patriarcal. Nestor Duarte afirma que dentre deste complexo social que se traduz de agnatismo parental, de patriarcalismo exacerbado e de um processo econômico, político e militar se constitui uma ordem social na colônia em face do Estado e conta o Estado. “*A concretização material dessa ordem é a Casa Grande, a que já alude Capristano e de que Gilberto Freyre faz o estudo notável que todos conhecemos*” (Duarte, 1939: 137).

“A Casa Grande, porém, menos por seus aspectos de história íntima de uma sociedade, é o maior índice de uma organização social extra-estatal, que ignora o Estado, que dele prescindir e contra ele lutará, porque pode disputar-lhe a função de mando e disciplina”. (Duarte, 1939: 137).

Depois de enfeixar toda a organização social da Colônia e de se conter em seus limites o Senhor e sua atividade econômica, bastando-se completamente, pode surgir diante do Estado, sem que qualquer ordem ou constrangimento lhe sejam estendidos ou interpostos entre ambos, pois nada mais resta no território da empresa colonial patriarcal senão o poder do potentado (Vianna, 1920:199). É tão poderosa esta organização familiar que o Estado haverá de apoiá-la, resignar-se e viver dela, pelo menos até a proclamação da independência em 1822, quando o Brasil experimenta uma dose, ainda

que tímida de centralização, possibilitada pelas guerras no continente europeu e enfraquecimento das potestades coloniais rurais. Nesta ordem dominada pelo potentado local, que Vianna analisa na segunda parte de Populações Meridionais do Brasil – populações rurais do centro-sul, em capítulo denomina “a função simplificadora do domínio rural” diz que “*Essa simplificação de estrutura da sociedade rural é acentuada por uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão*” (Vianna, 1920:137). Não há na colônia corporações civis ou de ordem econômica, daí tudo ser a ausência de espírito associativo que se traduz na vida social das sociedades. A única instituição que se apresenta diante do potentado rural é a igreja, poderosa e detentora da jurisdição eclesiástica e civil. Mas, ela também entra para o ciclo das convergências da família e se torna culto privado, ordem também privada, para melhor corresponder ao único elo de aglutinação entre os homens. Sob a invocação do padroeiro formam-se ordens religiosas (ordens terceiras formadas e dirigidas por leigos excluídos da hierarquia eclesiástica), aparentemente rivais, mas exclusivamente para melhor devotamento aos seus santos e divindades, sem qualquer conotação de defesa dos interesses comuns. Esta igreja, que é a maior força que se poderia opor ao domínio rural, mas quando se depara com a Casa Grande, esta lhe transmite o seu estilo e fisionomia.

“Já Gilberto Freyre mostrou esse fenômeno na subordinação da Capela à casa senhorial, do capelão domesticado, girando em torno do engenho da fazenda, perigo que Antonil advertiu ao padre, em nome dos próprios zelos da Igreja”. (Duarte, 1939: 147).

Embora entrelaçada com os interesses da Casa Grande é possível afirmar que a Igreja era a única ordem existente no vazio entre o Estado e o domínio rural. Ela é a única instituição independente com possibilidade de sair dos limites do domínio rural e edificar a sua própria sede, a Igreja Matriz, o que dá ensejo à formação de uma vida externa e que se constitui na primeira possibilidade de formação de núcleos populacionais e associativos extra-familiares e em torno da qual vai se formar a freguesia, mais tarde a vila e que é a origem de muitas das cidades no interior do Brasil. É do pátio da igreja que sai a cidade, através da formação de núcleos populacionais no seu entorno, embora entrelaçada com os interesses da potestade local, mas, ao menos aparentemente, afastada do seu domínio direto. Mas, a estrutura relevante de nossa sociedade colonial estava fora dos povoados.

Esta característica do domínio rural, embora pulverizado em tantos quantos eram os latifúndios, dá ao Brasil uma homogeneidade que possibilita a dominação comum pela metrópole portuguesa. Esta homogeneidade possibilitou a unidade territorial após a independência e a integridade do território. Mas a centralização experimentada não resultou em criação de laços de solidariedade e instituição de interesses comuns, capaz de propiciar a adesão ao Estado. A centralização operada para manutenção do território íntegro e indiviso não se estendeu aos interesses políticos e econômicos, notadamente ao regime escravocrata, e logo o Estado perdeu a sua força centralizadora.

“A centralização, dizem os historiadores, salvou a unidade nacional. Também salvou a unidade do trabalho escravo, segundo a aguda interpretação de Hermes Lima, resguardando, assim em sua integridade, a estrutura econômica do país”. (Leal, 1948a: 50).

Oliveira Vianna diz que com o processo de independência o patriciado rural de Minas Gerais, de São Paulo e do interior fluminense inicia um *“movimento de descida”* (1920:28) para o centro carioca a fim de assumir o comando da vida política nacional.

“Este possante senhor de latifúndios e escravos, obscurecido longamente, como acabamos de ver, no interior dos sertões, entregue aos pacíficos labores agrícolas e à vida estreita das nossas pequenas municipalidades coloniais – somente depois da transmigração da família imperial, ou melhor, somente depois da independência nacional, desce das suas solidões rurais para, expulso o luso dominador, dirigir o país”. (Vianna, 1920: 23).

Criados na liberdade do campo e no comando da empresa rural, acostumados a mandar e ser obedecidos, estes grandes senhores não se subordinam ao servilismo. *“Não está na sua índole a obediência de cortesão”* (Vianna, 1920: 48); daí é que o conflito com o poder imperial é questão de tempo e só não é maior porque este lhe garante a ordem servil escravocrata, o que não inibe o golpe de 7 de abril que *“assinala a completa transferência do poder para as mãos do senhoriato rural”* (Leal, 1948a: 45).

A formação clânica, parental ou fazendeira, é uma particularidade da nossa organização social segundo Oliveira Vianna (1920) e é a base dela e se traduz num fato inevitável decorrente da falta de instituições sociais tutelares. *“Depois da solidariedade*

parental, tão enérgica ainda hoje nas zonas sertanejas, é o ‘clã fazendeiro’ a única forma militante da solidariedade social em nosso povo” (Vianna, 1920: 163).

Além da obra de Oliveira Vianna que nos permite a compreensão da estrutura sobre as quais se assentam as relações sociais nos domínios rurais do período colonial, a obra de Gilberto Freyre, que prima pelo rigor conceitual e de notável construção intelectual, ressalta peculiaridades da formação social brasileira com validade que se desdobra para além do nordeste, notadamente da região monocultora pernambucana, respeitadas as peculiaridades brasileiras pela sua multiplicidade de tradições. Mas a influência considerável da obra de Gilberto Freyre não pode ser afastada, nem sua leitura desprezada para os que pretendam conceber a harmoniosa formação social brasileira num espaço dividido e de conflitos em latência. Neste contexto, a análise da empresa familiar cafeeira e igualmente escravocrata, pode ter por parâmetro a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal que foi analisada por ele, embora o desenvolvimento da lavoura cafeeira tenha sido bem posterior e tardio tenha sido o atingimento do seu apogeu.

A migração da cultura canavieira para a cultura cafeeira, no Brasil, que tem o seu marco de ascensão em 1857 e cuja expansão permitiu que o Brasil fizesse a Guerra do Paraguai, pelos créditos dela decorrentes permitiu o financiamento e construção de um exército nacional e estabeleceu o embrião das instituições que floresceriam na República mantendo a natureza familiar e relacional da sociedade brasileira. “1857 marca o início do período de ascensão de um ciclo do mercado cafeeiro (os preços se encontravam no mesmo nível, mais ou menos, desde 1951)”. (Delfim Neto, 1973: 44),

O conflito trazido pelo advento de práticas modernizadoras e o conservadorismo econômico resultou em uma crise comercial que levou à falência entre 1864 e 1875 muitas casas bancárias fazendo surgir um financiador de novo tipo, denominado Comissário (Delfim Neto, 1973).

A posterior libertação da escravatura é a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo, “*pois aquela se apoiava em muito maior magnitude sobre o braço escravo*” (Neto, 1973: 57) realçando o papel do comissário do café paulista, principal banqueiro do cafeicultor que, em decorrência de sua insuficiência de recursos para sustentar as necessidades monetárias

da economia cafeeira assentada sobre mão-de-obra paga, demanda a proteção do Estado e constitui novo tipo de relacionamento entre Estado e empresas familiares rurais³⁰. “Esta circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores”. (Delfim Neto, 1973: 58). Esta é a origem do coronelismo fenômeno caracterizado por um compromisso recíproco “uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (Leal, 1948a: 8).

Se por um lado Victor Nunes Leal date o coronelismo como decorrente da ampliação do colégio eleitoral verificado na república com a universalização do voto (para homens alfabetizados, o que excluiu larga margem da sociedade, porque do sexo feminino ou analfabetos)³¹ e seu fim com o rompimento do compromisso pela revolução de 30, em sua obra fala da persistência da estrutura coronelista em decorrência da estrutura agrária do país (Leal, 1948a: 189) e ainda que o Brasil já estivesse se industrializando em 1948 diz que;

“para proteger a indústria, não se procura ampliar o mercado interno com providências eficazes e consequentes, porque semelhante política prejudicaria os interesses da classe rural dominante. Apela-se então, exclusiva ou principalmente, para o protecionismo alfandegário, a fim de contentar gregos e troianos: os preços dos produtos industriais mantêm-se altos e a estrutura agrária permanece intocada”. (Leal, 1948a: 189).

Naquele contexto analisado por Victor Nunes Leal os proprietários rurais tinham interesses que os ligavam aos comerciantes, que por sua vez os ligavam aos industriais, formando uma rede de interesses comuns, e por vezes, quase familiares, possibilitando a reedição de aliança havida no momento da independência e sob as mesmas bases.

³⁰ Em 26/02/1906 é assinado o Convênio de Taubaté pelo qual os governos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro decidem a sustentação do preço do café por medida oficial. Mas, desde 13/09/1905 já vigia em Minas Gerais a Lei 400 que autorizava o governo a promover a criação e organização de um banco para operar sobre crédito agrícola, conforme <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=400&comp=&ano=1905> disponível no dia 26/05/2012 às 01:11h. A União ratificou o convênio em 06/08/1906 por meio do Decreto 1.489, conforme <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html> disponível em 26/05/2012 às 01:16h.

³¹ O voto do analfabeto foi vedado expressamente na Constituição de 1891, mas a vedação do voto feminino foi tratada pelo legislador ordinário e não pela Constituição.

“Aos senhores rurais brasileiros, no capital, fora imprescindível a integração na conjuntura da época. Proclamaram a independência de um país, carecendo, com base do movimento, do liberalismo econômico sob medida para atender à consolidação da liberdade do comércio. Da mesma forma, adotavam um liberalismo político quadrado às necessidades sociais do regime, que repousava sobre o trabalho escravo”. (Mercadante, 2003: 277).

As inovações trazidas com o processo de industrialização a partir de 1930 e a centralização política e a institucionalização racional-autocrática a partir de 1937 não propiciaram a alteração das bases sociais sobre as quais se assentavam as relações sociais e a isto se denominou de modernidade conservadora.

O Estado novo, com sua pretensão de construir um modelo de modernidade conservadora e uma identidade nacional, acabou por demandar a repressão de manifestações e grupos sociais que não se enquadravam no modelo e realçando o poderio da velha ordem contra a qual parecia se opor. As mudanças sociais e econômicas sem curso não se mostraram instrumentos que possibilitam a formação de uma nova estrutura fundada em valores que não se articulassem a partir dos modelos relacionais ou clânicos e sobretudo familiares.

O modelo nacional-desenvolvimentista com auge atingido nos anos 50, com incentivo e proteção do Estado, durante os governos militares não alteraram a estrutura do modelo capitalista brasileiro, mantendo-se a base da economia assentada sobre o tripé: empresas familiares, empresas estatais e empresas multinacionais, numa interdependência na qual o Estado figurava como garantidor e financiador dos investimentos.

2.3 – O domínio pessoal na empresa familiar

Em artigo sobre as tendências das empresas familiares no mundo, Eric Lethbridge (1997), diz que a estrutura básica do capitalismo brasileiro se assenta no tripé composto pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pelas empresas nacionais familiares. E diz que estas estão com os dias contados, pois se trata de

empresas contempladas com subsídios governamentais e “*cujo crescimento ocorreu tendo por base elevadas barreiras protecionistas*” (Lethbridge, 1997). Mas, no mundo existem empresas familiares de portes diversos (pequenas, médias e grandes) e que não deixam de se caracterizar por sua capacidade competitiva e pelas diversidades dos contextos nos quais atuam. Muitas indústrias de Whisky escocesas, assim como as empresas indústrias italianas automobilísticas (família Agnelli da Fiat) e de comunicação (família Berlusconi) caracterizam-se pela natureza familiar. Mesmo nos EUA as empresas petrolíferas e as da área jornalística são de propriedade de dinastias familiares, embora estas estejam abrindo seus capitais (Lethbridge, 1997), ainda que a gestão possa ser racional.

O que distingue as empresas familiares nos países do terceiro mundo e aquelas dos países industrializados é que nestes as empresas familiares são, em sua maioria, de porte pequeno ou médio, enquanto naqueles se situam em todos os segmentos, explicável pelo processo de acumulação capitalista e precária história de distribuição de renda. E isto decorre do próprio processo de acumulação capitalista em cada realidade específica.

“Ao contrário dos países industrializados, onde as empresas familiares tradicionais se encontram principalmente entre as pequenas e médias, no bloco de países emergentes este tipo de empresa destaca-se em todos os segmentos. Muitas delas, líderes nesses países, são conglomerados familiares, como os grupos asiáticos controlados por famílias de etnia chinesa”. (Lethbridge, 1997).

A natureza familiar da empresa, numa economia globalizada e competitiva, não lhe retira a capacidade de estabelecimento, nem impede que seja destaque em nichos do mercado mundial, pois pode apresentar a capacidade de enfrentar os desafios postos pela competição capitalista, acirrados pela globalização e pelo clima de abertura econômica. Ao contrário, grandes conglomerados, que cresceram sob a proteção do Estado e se acomodaram com o recebimento de subvenções estatais, financiamentos baratos (de longo prazo ou a fundo perdido), lucros elevados por atuação em mercados privilegiados ou protegidos, tal como o que caracterizou a fonte de renda dos cafeicultores na 1ª república (Delfim Neto, 1973) enfrentam dificuldades no momento de quebra destas proteções e defrontação com os concorrentes, em clima de

desigualdade, decorrentes dos desafios postos pela competição desleal com grupos internacionais mais poderosos, pela globalização e pela abertura dos mercados.

O que há de caracterizar a empresa familiar no Brasil não é o seu porte (pequeno, médio ou grande), pois embora em quantitativos diferentes sejam encontradas em todos os lugares do mundo (ainda que nos países industrializados em maior número entre as pequenas e médias), mas o modo de gestão pela pessoalidade e cordialidade que nos caracteriza. O conceito de cordialidade é referido no sentido definido por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (Holanda, 1995), qual seja, um comportamento *ex cordis*, ditado pelo sentimento e não pela racionalidade.

Antônio Cândido, comentando *Raízes do Brasil*, nos dá o significado de "homem cordial".

"O 'homem cordial' não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O 'homem cordial' é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários". (Cândido, 1995: 17).

A empresa familiar no Brasil se caracteriza por “*conter variáveis mais afetivas (lealdade e dedicação à família que representa, concepção de continuidade dos ideais do fundador, apego ao passado) do que racionais*”. (Grzybowski, 1998)³² o que leva o empresário familiar nacional à adoção de posições autocráticas, tais como: demonstrar-se poderoso e fazer-se notar como tal; criar zona de proteção em torno de si, contra aqueles que o ameaça, por meios punitivos; proteger-se de oposição interna ou externa buscando a unidade do grupo (vedando ou desestimulando a diversidade ou pluralidade) e exigindo absoluta lealdade às suas propostas, conceitos ou ideais, seja no âmbito familiar ou empresarial.

Além da abertura dos mercados, determinada pela globalização da economia, nada mais atenta contra a empresa familiar, no momento da sucessão ou após a sua

³² Disponível no site http://www.upf.edu.br/cepeac/download/rev_n11_1998_art3.pdf no dia 02/11/2010 às 20:37h

ocorrência, do que as transformações ocorridas na família contemporânea e o crescente declínio da família patriarcal.

Embora tradicionalmente a empresa familiar estivesse estruturada sobre base patriarcal, as transformações havidas neste núcleo de socialização causou profundas alterações na tipologia destas empresas. A empresa familiar patriarcal não deixou de existir, mas a dificuldade de compreender os novos arranjos familiares e tipos de estruturas familiares nos leva à referência patriarcal quando se tratar de empresa familiar.

“Na sociedade de hoje, é possível existir empresas familiares constituídas por família monoparental, na qual trabalham por exemplo, mãe e filha. Apesar disso, um número considerável de estudos continua sendo desenvolvido, com o enfoque de empresa familiar e família patriarcal”.
(Machado, 2005).

As transformações havidas na tipologia da família, alterando a sua natureza patriarcal, implica na necessidade de redefinição do conceito de empresa familiar a fim de que sua conceituação apresente maior conformidade com a presente realidade social. Na concepção tradicional de família, até recentemente adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro se definia como tal aquele grupo social constituído por pais e filhos. Naquele conceito atribuído ao vocábulo, sequer se considerava a possibilidade de inclusão dos parentes próximos. Mas, o conceito tem sido ampliado por interpretação jurisprudencial, conforme recentes julgados da Suprema Corte brasileira³³.

A organização dos setores conservadores no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte de 1986 a 1988, notadamente do grupo denominado “Centrão”³⁴, pretendeu

³³ Conforme RE 477554 AgR/MG, ADPF 132/RJ e ADI 4277/DF disponíveis no site <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=fam%EDlia+homoafetiva&base=baseAcordaos> no dia 25/10/2011 às 17:10h

³⁴ “Centrão” era o grupo majoritário na Constituinte de 1986-1988, originariamente auto-denominado Centro Democrático, formado por uma parcela dos parlamentares do PMDB, pelo PFL (hoje DEM), PDS (hoje PP) e PTB, além de outros partidos menores com o objetivo de obstruir a aprovação dos vários projetos apresentados pelos setores da sociedade civil organizada que buscavam influenciar as decisões por meio dos grupos progressistas na constituinte. O “Centrão”, apoiado pelo Poder Executivo e representante das tendências mais conservadoras da sociedade, conseguiu influir decisivamente na regulamentação dos trabalhos da Constituinte e no resultado de votações importantes, como a duração do mandato de Sarney (estendido para cinco anos), a questão da reforma agrária e o papel das Forças Armadas, a conceituação de família, a limitação dos casos de intervenção do estado na propriedade privada etc...

atribuir um conceito muito estrito de família que, mesmo no âmbito jurídico, não pode ser considerado quando se trata do tema, porque não contempla a realidade. Pretendeu-se inserir no texto da Constituição conceito que denotasse o surgimento da família à existência de comunidade formada por pai, mãe e filhos, que e unidos (os primeiros) pelo casamento civil ou ao casamento religioso com efeitos civis, tal como foi interpretado até data recente. Desta forma, pela Constituição da República, a família decorrente do casamento válido e agrega pai, mãe e filho(s). Além do conceito restrito a Constituição fez distinção entre família e entidade familiar, entendendo-se esta como “*a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes*” (Brasil, 2011:165) e dispondo que “*para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento*”. (Brasil, 2011: 165). Assim, sob a hegemonia do “Centrão”³⁵, a Assembleia Nacional Constituinte buscou estabelecer conceito de família remontando ao tempo do Brasil agrário. Sobre tal conceito escrevera Nestor Duarte, em 1939, analisando a sociedade colonial, que “*a chamada família conjugal, porque é só constituída dos dois cônjuges e dos filhos quando menores*” (Duarte, 1939: 134). O conceito de família conjugal, tratado por Nestor Duarte e que o Constituinte de 1988 buscou adotar, difere do conceito de associação parental, que é mais ampliado.

Analisando a natureza do casamento, o que nos permite rastrear a origem do posicionamento dos setores conservadores na Assembleia Nacional Constituinte que esteve reunida de 1986 a 1988 tem-se a indicação de seu acento teológico, moralista e filosófico.

O conceito que se pretendeu atribuir ao vocábulo família constante da Constituição brasileira corresponde à noção de família nuclear, afastando até mesmo o conceito de família extensiva, mas a compreensão social da família alterou-se nas últimas décadas e continua em processo de alteração.

Se o conceito de família não foi adotado pelo conjunto das forças conservadoras que atuaram na Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988, o Supremo Tribunal Federal, em expressão de ativismo judicial, ampliou o conceito elaborado pelos constituintes e deu sentido mais amplo ao vocábulo, contemplando até mesmo as famílias homoafetivas

³⁵ Vide nota anterior sobre “Centrão”.

“Tratamento constitucional da instituição da família. Reconhecimento de que a Constituição Federal não empresta ao substantivo “família” nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica. A família como categoria sociocultural e princípio espiritual. Direito subjetivo de constituir família. Interpretação não reducionista. O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica”. (STF, 2011).³⁶

A Constituição da República vigente, ainda que em sua concepção estrita de família, estabeleceu o fim da supremacia do homem na sociedade conjugal ao dispor que *“os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”*³⁷ (Brasil, 2011: 166). E esta foi a principal transformação ocorrida na família no final do século XX: o fim do patriarcalismo, que *“caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”* (Todd, *apud* Machado, 2005). Esse contexto de transformações e crise da família patriarcal permite novas formas de pensar a família em novas bases e arranjos, sem o modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem como cabeça do casal e de toda a família e reflete na conceituação de empresa familiar e seu papel no jogo político contemporâneo.

Embora patente a crise e decadência do poder patriarcal, em *“muitos estudos familiares é ainda predominantemente centrado no empreendedor como a figura*

³⁶ O acórdão do STF, acima citado, encontra-se disponível para consulta no site <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=fam%EDlia+homoafetiva&base=baseAcordaos> no dia 25/10/2011 às 17:25h. Ver: ADPF 132/RJ – Rio de Janeiro – Arguição de descumprimento de preceito fundamental - Relator(a): Min. Ayres Britto - Julgamento: 05/05/2011 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno, e se refere a julgamento no qual o Estado do Rio de Janeiro buscou a declaração de constitucionalidade de lei estadual que reconhecia o direito familiar homoafetivo.

³⁷ Art. 226, § 5º da Constituição da República.

paterna, ainda que as alterações na família indiquem a necessidade de incluir a perspectiva de gênero na pauta desses estudos” (Goffee, 1996; Sharma, Chrisman & Chua, 1996 apud Machado, 2005).

Ainda que algumas pesquisas (Rowe e Hong, 2006 *apud* Machado, 2005) ressaltem a influência e o papel desempenhado pelas esposas na direção das empresas familiares, juntamente com seus maridos (ora como instituidoras, ora como sócias), suas atividades não são tidas como decorrentes de um poder legítimo dentro destas corporações empresariais, evidenciando que as mudanças ocorridas nas características familiares das sociedades ocidentais contemporâneas, tais como a autonomia individual e a igualdade entre gêneros, não foram suficientes para romper os paradigmas anteriores, bem como ainda estão relacionadas sobre bases da sociedade patriarcal de outrora.

A conceituação do que seja família, e o papel reservado a cada membro dentro dela, é indispensável para se falar em empresa familiar, e é uma questão epistemológica que não pode ser deixada de lado, pois os principais obstáculos para compreensão da empresa familiar estão relacionados com a diversidade de concepções culturais de família³⁸.

2.4 – Modernidade conservadora

A análise da empresa familiar, seja a do Brasil rural de outrora ou do Brasil contemporâneo, demanda ser tomada paralelamente aos conceitos que se possam atribuir aos vocábulos modernidade, arcaico e família. Isto porque modernidade e família acabam por ser conceitos poucos precisos, mas de rápida aceitação, o que pode ser inadequado para compreensão das relações sociais estabelecidas em seu seio, bem como das estabelecidas externamente. De qualquer forma é importante ressaltar a

³⁸As transformações ocorridas nas formas de pensar a vida familiar, seja quanto às famílias atuais e antigas (nos casos de divórcio) e até mesmo as famílias homoafetivas, implicou reconhecimento pela realidade social e mudança do modo de tratamento dispensado pelas instituições brasileiras, dentre os quais o próprio STF. Diversamente, fatores culturais impedem que membros da família nuclear participem ou sucedam no negócio, ainda que familiar, como as famílias italianas que não permitem que as filhas atuem em determinados negócios tidos como “negócios de homem”, gerando um descompasso entre a realidade social e a representação social dos envolvidos no negócio ou na sucessão.

imprecisão dos conceitos de moderno ou modernidade, apropriados e usados em diferentes contextos.

No Brasil, na última década do século XX, intensificou-se o uso dos vocábulos moderno, modernidade e novo³⁹, sem a preocupação de busca dos valores e fundamentos existentes nos respectivos conceitos. A falta de conceituação básica do que seja modernidade, assim como a falta de definição conceitual de outros vocábulos usados nos discursos políticos, na mídia e no senso comum, pode implicar em incompreensões comunicacionais pela diversidade do sentidos atribuídos ao termo. Embora os vocábulos sejam apropriados nas amplas discussões que se estabelecem, das mais distintas formas no seio de toda a sociedade brasileira, nem sempre o sentido empregado é o mesmo, o que pode implicar incompreensão do discurso.

“Um nome que muda com o tempo é um verdadeiro nome? A modernidade é uma palavra em busca de seu significado: é uma idéia, uma especificidade ou um momento da história? Somos filhos da modernidade ou ela é nossa criação?” (Paz, 1990: 50).

Analisando o conceito de modernidade e as estratégias empresariais Salej (1993) apontou que o uso de tal vocábulo *“não provém de processo de modernidade interna efetiva, mas são processos cuja origem é externa”* Salej (1993: 2) e empregado em cada momento histórico específico denotando processo específico.

É nesta conjuntura que se confunde abertura de mercado, a desestatização - que foi determinante das políticas brasileiras nos anos 90 do século XX, contratação de gerência profissional ou *“lay-outs cleans”* com modernidade, sem adoção de precisão conceitual do vocábulo. Neste processo de reorganização da economia mundial, cuja tendência clara é a organização de blocos econômicos compostos por países altamente competitivos, não se desprende preocupação com *“responsabilidade social”* ou com a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores geradores da riqueza. Em nome da modernidade o que se desprende é a precarização da mão de obra e *“flexibilização”* dos direitos dos trabalhadores (Santos, 1983). O conceito de moderno é determinado pela

³⁹ Conceitos como *moderno, modernidade e novo* têm, pela própria natureza do que envolvem, um percurso histórico muito amplo e por vezes confuso. Ainda que estejamos empregando tais conceitos no âmbito do estudo da gestão empresarial não nos ocuparemos de traçar uma ‘narrativa histórica’ do termo e de sua recepção ao longo do tempo, pois não é o objeto de nosso estudo.

eficiência (maximização dos lucros e minimização dos investimentos) na gestão e no emprego de recursos e capitais. Neste processo o Estado tanto pode ser aliado do empresário em seus surtos “modernizadores” quanto pode ser um entrave à ampliação do lucro. Quando propicia a infra-estrutura para a instalação ou ampliação da atividade capitalista ou quando adota política protecionista contra os concorrentes internacionais, o Estado é aliado e incentivador, mas na medida em que interfere na atividade visando alterar o processo de distribuição da riqueza produzida é tido como “jurássico” e entrave à “modernidade”.

A ausência de precisão conceitual do vocábulo moderno ou modernidade propicia toda sorte de confusão. No Brasil, enquanto o moderno é tido como sinônimo de desenvolvimento social (sem definição precisa do que seja) sua contraposição se dá com arcaico (pejorativamente chamado na mídia de jurássico) ou atrasado. Enquanto o discurso contrapõe o moderno ao tradicional, as relações e atividades que se estabelecem, e tidas como de novo tipo, fazem-se tomando por base as raízes sócio-históricas tradicionais e conservadoras.

Em prefácio à 2ª edição de *Coronelismo, enxada e voto*, Barbosa Lima Sobrinho (1975: XVI) escreveu o seguinte: “*Que importa que o ‘Coronel’ tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos?*” Embora atribuindo ao coronelismo conceito distinto daquele atribuído por Victor Nunes Leal, Barbosa Lima Sobrinho conclui que a realidade subjacente não se alterara e que o fenômeno do mando local e poder pessoal persistia, reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletário mal chega a distinguir-se da miséria.

Barbosa Lima Sobrinho se referia à figura do coronel e não ao fenômeno mesmo do coronelismo, no sentido empregado por Victor Nunes Leal, que não se confundem e ressalta o papel dos meios de comunicação para como mediadores entre os atores políticos de cenário eleitoral e os eleitores ressaltando que “*Há os que acreditam que a televisão acabou com o ‘coronel’.* Mas a televisão não se faz sentir nos pleitos municipais, em que se constituem os poderes locais, justamente aqueles que mais de perto interessam ao cidadão do interior” (Lima Sobrinho, 1975). O que prefaciador não registrou foi a substituição do coronel pelo empresário de comunicação na mediação entre o poder central e o eleitor situado no âmbito local na vida política brasileira. Por

trás do sofisticado aparato tecnológico das empresas de comunicação, por vezes, se escondem as mais tacanhas estruturas sociais e modelos de relações sociais, ditadas pelo personalismo, pela familiaridade no processo de decisão fazendo denotar a existência de um coronelismo de novo tipo e realçando aspectos da consciência conservadora no Brasil.

O conservadorismo se distingue do tradicionalismo. Tradicionalismo expressa uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida. Maria Bernardete Oliveira de Carvalho em artigo sobre o conceito de tradicionalismo diz que “*todos em todas as sociedades em todos os tempos históricos têm algum grau de tradicionalismo, pois nos ligamos a um nexó histórico que de alguma forma tem continuidade*”. (Carvalho, 2005). Mas o tradicionalismo pode ter uso político-ideológico, o que não o restringe a determinado campo jurídico.

O conservadorismo lança mão da tradição de forma bastante singular, pois busca pelo tradicionalismo fortalecer ou ganhar hegemonia social, realçando-o ou produzindo-o, visando dar consistência histórica a uma determinada relação. O conservadorismo lança mão da tradição e dela faz uso político-ideológico, pois ela, neste contexto, “*é a materialização da identidade sócio-cultural, que identifica os sujeitos isolados a uma produção social definida, construindo o sentimento de pertencimento a um grupo. Passa a ser um motivo de engessamento, de manutenção do status quo*”. (Carvalho, 2005).

As formulações teóricas sobre o conservadorismo decorrem de observações de terceiros e é possível encontrar registros de práticas conservadoras ou de propostas e ações de grupos conservadores. Mas, não se encontra uma referência teórica dos grupos conservadores, o que denota a ausência de elaboração teorizante norteadora do modo de agir, embora dotada de uma extensa capacidade de articulação pragmática.

Paulo Mercadante em *A consciência conservadora no Brasil* diz que

“Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados. Dir-se-ia não haver problema equacionado numa ordem natural das coisas, e eis a justificativa de um estado de espírito despido de inquietações. As

reações conservadoras diante dos fatores iminentes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo”. (Mercadante, 1965: 245).

Apenas o ataque ideológico de um grupo social que represente novos interesses ascendentes e o coloque em ameaça pode propiciar a inquietude do pensamento conservador receoso quanto à segurança do seu poder, “*dando margem à reações teóricas*”. (Mercadante, 1965: 245) Neste contexto específico é que o conservador enfrenta a transformação com a ordem.

A síntese do pensamento conservador é que não nega o movimento constante das sociedades humanas. Ao contrário naturaliza as transformações sociais e nega a necessidade de rompimento com a ordem estabelecida, uma vez que as sociedades “naturalmente” caminham para o progresso, tornando desnecessária a manifestação volitiva dos indivíduos ou grupos sociais. “*O discurso conservador incorpora a alienação como um dado insignificante historicamente*”. (Carvalho, 2005).

A idéia de transformação não é negada pelo pensamento conservador e é a ele incorporada, mas com a garantia de que, fundamentalmente, todo processo de mudança se dê dentro da ordem existente e naturalizada, única concebível e aceitável. As mudanças, se ocorrerem, devem se operar de forma lenta, gradual e segura. Esta consciência da necessidade de transformações em harmonia com a ordem estabelecida é que caracteriza a modernidade conservadora.

2.5 – *Compromisso político, poder local & poder familiar: coronelismo eletrônico, o coronelismo de novo tipo*

Suzy dos Santos analisando um evento noticiado pelo Jornal do Brasil em 1980 discorre sobre a aliança de novo tipo que se estabelecia entre o poder federal, naquele momento de transição para a redemocratização do país e os chefes do poder local, delegatários de veículos de comunicação, base de sustentação para o exercício do poder político que estava sendo pactuado. O evento narrado descreve uma conversa entre um

Senador de Santa Catarina e o locutor de uma rádio local (Rádio Rural) do Município de Concórdia no mesmo estado:

“No limiar da década de 80 um repórter da Rádio Rural, de Concórdia/SC, abria espaço para o depoimento do ex-senador Atilio Fontana: ‘Senador, o microfone é todo seu’. O Senador, ciente das suas posses, externava: ‘não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda’”. (Santos, 2006: 2).

A matéria fora publicada no Jornal do Brasil e denunciava o uso eleitoreiro de 104 concessões de rádio e televisão a deputados, senadores, governadores e ministros, espalhadas pro 16 estados brasileiros (Santos, 2006). A prática se estenderia quando o Deputado Federal Roberto Cardoso Alves, na Constituinte em 1987 em momento que se votava o tempo do mandato do então presidente da República José Sarney lançou mão do jargão franciscano *“é dando que se recebe”* para indicar que política no Brasil se faz pelo clientelismo e pelo favorecimento pessoal (Bahia, 2003) e postulou farta distribuição de canais de rádios e televisão, no que foram os deputados da base aliada do planalto, integrantes do *“Centrão”*⁴⁰ atendidos.

Em sua obra de 1948 Victor Nunes Leal já advertia para a possibilidade de formação de novo tipo de aliança entre poder federal e as bases locais, e embora dizendo tratar-se de fenômeno imprevisível o observava:

“Podemos imaginar até uma situação imprevista, a saber, o estabelecimento de contactos diretos entre os municípios e a União; neste caso, um novo tipo de compromisso poderá formar-se, não mais em favor das situações estaduais, senão precisamente contra elas”. (Leal, 1948a: 188).

Segundo Santos (2007) desde a denúncia do Jornal do Brasil em 1980 a expressão *“coronelismo eletrônico”* passou a ser usada com relativa frequência para designar a titularização de canais de rádio e televisão por parlamentares, que os consegue compondo a base governista, ao mesmo tempo em que constituem as comissões responsáveis pelas outorgas e regulamentação dos canais de comunicação no Brasil. Neste contexto de uso já difundido *“a expressão ‘coronelismo eletrônico’ já*

⁴⁰ Vide nota anterior sobre *“Centrão”*.

pode ser usada sem as aspas. É fato corriqueiro, basta olhar em torno” (Cunha apud Santos, 2006: 27).

A incipiente teoria dos meios de comunicação dificulta a apropriação de conceitos que designem o fenômeno da titularização de empresas de rádio e televisão por parlamentares e o uso que delas é feito no jogo político e num sistema de ampla base representativa, mas despidido dos meios materiais para que o eleitor possa, com autonomia, delegar poderes para representação dos seus interesses. Esta singularidade do cenário político brasileiro afasta a possibilidade de apropriação dos conceitos das sociedades capitalistas avançadas, pois são incapazes de dar conta do fenômeno que se evidencia no Brasil e *“o clientelismo por ser conceito mais universal esbarra na especificidade das práticas políticas da comunicação brasileira”*. (Santos, 2006: 4).

Foi neste contexto de dificuldade conceitual que Santos (2006) buscou à luz da historiografia relativa ao coronelismo, tratado por Victor Nunes Leal, resgatar um conjunto de enunciados deste sistema e defende a pertinência enquanto *“herança conceitual conveniente à proposição de uma categoria analítica para o modelo brasileiro de comunicações”* (Santos, 2006: 4) e definiu cinco enunciados herdados do coronelismo como constituintes do coronelismo eletrônico, quais sejam: 1) o momento de transição política no cenário nacional, 2) as relações clientelistas e a reciprocidades delas decorrentes, 3) o patrimonialismo, caracterizado pela falta de distinção entre o público e o privado, 4) o controle dos meios de produção baseados no poder político e não no poder econômico e, 5) o isolamento do poder local da cena principal da atividade política. *“Assim, a urgente necessidade de denúncia de práticas condenáveis na sociedade hodierna trouxe embutida a ausência de reflexão acerca da natureza e da constituição desta conceituação”*. (Santos, 2006: 9).

O coronelismo eletrônico *“é elemento cardinal na compreensão da especificidade do sistema de comunicações brasileiro”* (Santos, 2006: 9), pois a detenção de uma concessão de rádio ou de televisão se apresenta como importante fator para exercício do poder, tal como a propriedade fundiária era imprescindível para o exercício do poder político no Brasil rural pelo senhor de terras.

Os chefes políticos locais não necessariamente eram coronéis, nem suas práticas designavam o *modus operandi* dos mandões locais, no fenômeno que por Leal foi

designado por coronelismo, pois a posse da terra e o exercício do poder político poderiam ser compartilhados com os bacharéis de sua descendência ou ingressados na família por meio do casamento.

“O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do ‘coronel’ ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhando por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas, esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins⁴¹, ou aliados políticos dos ‘coronéis’ ”. (Leal, 1948a: 9).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (Queiroz, 1976) analisando o fenômeno do mandonismo, que Leal trata como uma característica secundária do coronelismo (Leal, 1948a: 8) diz que

“Os cursos ... de Ciências Jurídicas e Sociais eram encarados não apenas como o preparo para a carreira de advogado e juiz, ... eram, pois, os cursos indicados para quem queria seguir carreira política; e sendo considerados cursos de aperfeiçoamento e cultura geral, mesmo quando o rapaz se destinava a continuar o pai na fazenda, tornou-se de praxe adquirir-se antes o diploma de bacharel”. (Queiroz, 1976: 87).

Assim como os chefes políticos locais ou os proprietários rurais, na república velha, não eram necessariamente coronéis ou agentes no fenômeno denominado de coronelismo, a mera propriedade de meios de comunicação não pode ser considerada modalidade de coronelismo eletrônico. *“Não se pode incluir na mesma categoria figuras como Antônio Carlos Magalhães e Hélio Costa apenas porque ambos são radiodifusores que ocuparam o cargo de Ministro das Comunicações”* (Santos, 2006: 11).

Assim como o que definia o coronelismo da 1ª República era a articulação com o poder central e o recíproco compromisso político, o que haverá de definir o coronelismo eletrônico serão os papéis desempenhados no jogo com o poder concedente

⁴¹Aqui Victor Nunes Leal realça sua formação jurídica, fazendo distinção entre os parentes por consanguinidade, propriamente ditos, e os parentes por afinidade (genro, sogro, cunhado etc....)

e as articulações locais, seja como partícipe nas conciliações locais a na atividade retaliadora com os que não integram a base de sustentação política.

Nem toda aliança ou influência do poder econômico ou dos atores políticos desempenhadas com o fim de forçar uma opção política podia ser tida resultante do coronelismo. Da mesma forma não se pode ter por coronelismo o poder de pressão exercido pelos grupos após o advento da Revolução de 1930, e mais especificamente, após a Carta de 1937. Porque a tais ocorrências faltava a reciprocidade do compromisso, rompido pelo novo *ethos* na política após a aquela data. Leal diz que “*Seria errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o ‘coronelismo’, que alcançou sua expressão mais aguda na 1ª República. Também não teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grande grupos econômicos exercem sobre o Estado*”. (Leal, 1948a: 179).

Embora datado da 1ª República é preciso excluir da temporalidade coronelista os dois primeiros governos militares da República: Deodoro (1889-1891) e Floriano (1891-1894), isto porque o voto estava eliminado como moeda de troca e o poder político não se assentava no poder local. Somente a partir do governo do cafeicultor Prudente de Moraes (1894-1898) é que faz sentido falar nesta aliança do poder central com o poder local, o que acaba por ser institucionalizado no governo seguinte, de Campos Sales (1898-1902) pela instituição da Política dos Governadores⁴². Em outros dois momentos igualmente o voto deixa de ser moeda de troca, quais seja, durante o Estado Novo (1937-1945) e nos governos militares. É o processo de redemocratização do país, notadamente a partir de 1980, que propicia a retomada de práticas políticas que na República Velha foram denominadas de coronelismo.

O fim do fenômeno designado por coronelismo não expressou a extinção do coronel, pois assim como o coronel existia antes do coronelismo continuou a existir depois dele. O coronel teve o seu apogeu durante a 1ª República e o seu declínio com o fim dela. O coronel pode continuar a existir, como arremedo de seus ancestrais, sobrevivendo norteado pelos valores dos seus antepassados, mas não dispõe de poder

⁴²A expressão Política dos Governadores somente mais tarde seria cunhada. Pois, na época da instituição da política de apoio recíproco entre os chefes regionais e locais e o governo central, que marca a institucionalização do coronelismo, os Estados membros da federação não tinham governadores, mas presidentes estaduais. Somente com a Constituição de 1934 é que cargos diretivos dos executivos estaduais passaram a ser chamados de governadores.

capaz de operar a troca que caracteriza o fenômeno do coronelismo. O coronel pode subsistir no meio, mas sem o coronelismo. Ele “*segue simplesmente coronel, não coronel eletrônico nem neocoronel nem cibercoronel*” (Santos, 2006: 13). O coronel eletrônico é “coronel de novo tipo” (Lima e Lopes, 2007).

A base territorial do coronelismo estudado por Leal era o Município. Definia-se poder local aquele circunscrito no âmbito do município. O coronel, envolvido na prática do coronelismo, era o chefe da administração municipal, diretamente ou por meio de interposta pessoa que compunha a “sua gente”. O título original do trabalho de Leal foi “O município e o regime representativo no Brasil – contribuição para o estudo do ‘coronelismo’” (Leal, 1948a). Santos conceitua o coronelismo eletrônico como:

“o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseado no compromisso recíproco entre o poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários dos meios de comunicação”.
Santos (2006: 8).

A dificuldade resulta em conceituar o âmbito local da atuação do coronel eletrônico. Uma empresa de comunicação regional pode abranger mais de um município e nas regiões de fronteira entre Estados membros da federação exercer influência sobre parte de distintos Estados, o que dificulta a definição teórica de “base local do coronel eletrônico” e acaba por demandar uma análise empírica dos interesses envolvidos em cada caso.

Assim como a questão nuclear do conceito de coronelismo é ser um sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido, mas que demanda de apoio local no momento de alargamento da base eleitoral pela extensão do direito de voto a todo cidadão alfabetizado (Queiroz, 1976: 163), a questão central do coronelismo eletrônico é o compromisso e a rede de influências que o poder nacional e os proprietários das empresas de comunicação podem estabelecer e os proveitos que disto podem reciprocamente tirar.

O poder do senhor da Casa Grande colonial, chamado de rural por Alberto Torres (1978), com o coronelismo não se confunde porque inexistente o compromisso recíproco com o poder público.

O senhor de engenho, potentado rural, é auto-suficiente em seus domínios, “*de modo que, dentro do latifúndio, cuja enormidade o absorve, o fazendeiro frui uma independência econômica absoluta*” (Vianna, 1920: 127) Se toda a sociedade ao seu redor ruísse da sua própria propriedade extrairia os meios condizentes à manutenção de sua vida e para satisfação de suas necessidades fundamentais. “*Nesta casa só se compram ferro, sal, pólvora e chumbo*” (Vianna, 1920: 127) é uma velha máxima das propriedades de Minas Gerais e de São Paulo. Se o mundo exterior lhe faltasse continuaria a viver em seus domínios sua vida laboriosa e fecunda. Não é o caso do poder privado durante o período que se caracterizou por coronelismo, pois estava enfraquecido e demandante do apoio do poder público para manutenção de seu prestígio e poder político. É o caso do proprietário das empresas de comunicação, notadamente das TVs, durante o período militar (1964-1985).

“Proporcionalmente o momento mais feliz para os chefes locais proprietários de radiodifusões foi o período da ditadura militar. Não havia TV a cabo, por microondas, por satélite, nem Internet a servir de concorrente, nem as polpudas verbas das majors internacionais a seduzir ministros e presidentes”. (Santos, 2006: 17)

É verdade que no plano político não havia liberdade, os censores atuavam dentro das redações, o que proporcionava uma junção entre a notícia e as informações oficiais (em todas as emissoras, o que impedia a concorrência), mas igualmente não havia pressões externas pelo controle ou aquelas demandadas pela democratização do país, dentre as quais a pulverização da titularidade da defesa dos consumidores e outras demandas oriundas dos novos direitos da Constituição Cidadã de 1988.

Assim como o enfraquecimento econômico do coronel o levou a uma aliança com o poder central, buscando compensar a sua debilidade, realçando o seu papel político e social, as empresas de comunicação sobrevivem de verbas publicitárias notadamente estatais⁴³, fugindo à lógica da lucratividade pela eficiência e pela competitividade que nortearia uma empresa numa sociedade capitalista.

⁴³ Ainda que as verbas publicitárias também se originem de empresas concessionárias de serviços públicos e privadas mantenedoras de relações com o poder público não se pode perder de vista a natureza da relação simbiótica entre o poder público e tais empresas em tais casos. Outro fato a ser considerado são as empresas de comunicação mantidas por igrejas. Em tal caso, igualmente há relação com o poder concedente dos canais e participação dos “sacerdotes eletrônicos” em campanhas eleitorais.

]O coronel eletrônico não é exclusivamente titular de canais de rádio e televisão. Seus negócios podem incluir construtoras, envolvidas nas construções de obras públicas, empresas financeiras, fazendas agropecuárias⁴⁴, empresas prestadoras de serviço⁴⁵ de toda natureza e fornecedoras de produtos, notadamente aos órgãos públicos. É neste contexto de diversificação dos negócios que o coronel eletrônico concentra renda, raramente oriunda de seus negócios. A empresa do coronel eletrônico, tal como a propriedade rural na 1ª República, é débil economicamente (Barreto, 2008), não prima pela eficiência e do seu “gerenciamento” se encarregam os familiares ou afilhados. As empresas de comunicação dos coronéis eletrônicos estão compreendidas no conceito de empresas familiares, sobrevivem de verbas publicitárias estatais, e o controle depende do poder político e não do poder econômico, o que mais acentua suas bases conservadoras de tais empreitadas clônicas.

O grupo RBS, repetidor da TV Globo⁴⁶ nos Estados do Sul do Brasil, tido como o maior conglomerado de comunicação regional do Brasil, foi apresentado no dia

⁴⁴Durante recente CPI instalada o Congresso Nacional descobriu que o Senador por Alagoas Renan Calheiros e seu irmão Olavo Calheiros igualmente parlamentar (deputado federal) tinham fazendas de gado, conforme matéria jornalística disponível em http://veja.abril.com.br/110707/p_052.shtml no dia 24/01/2008 às 21:35h. Igualmente o Senador Joaquim Roriz do Distrito Federal, conforme matéria disponível em <http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/2007/06/gado-virou-lavanderia-de-dinheiro-sujo.html> em 24/01/2008 às 21:40h. Em ambos os casos a lucratividade incompatível com a média possível numa sociedade capitalista gerou a suspeição de anomalias nos funcionamentos das empresas pecuárias.

⁴⁵As prestações de serviços podem ser de manutenção e limpeza, agenciamentos de publicidades até fotometria por satélite. Não há serviço que o Estado contrate que não se encontre empresas de parlamentares ou sua parentela extensiva ou aliados políticos. O ex-deputado Roberto Jefferson responde a processo por fato narrado em livro (Nervos de aço) no qual relata a apropriação de recursos públicos.

⁴⁶Carta dos acionistas das Organizações Globo, em nome próprio e de seus filhos e netos dimensiona a natureza familiar das Organizações Globo (conglomerado de TV's abertas, por satélite e a cabo, rádios, jornais, revistas, internet, gravadoras, distribuidores cinematográficas, empresa de licenciamento de marca): “Princípios editoriais das organizações Globo. Carta dos acionistas. Desde 1925, quando O Globo foi fundado por Irineu Marinho, as empresas jornalísticas das Organizações Globo, comandadas por quase oito décadas por Roberto Marinho, agem de acordo com princípios que as conduziram a posições de grande sucesso: o êxito é decorrência direta do bom jornalismo que praticam. Certamente houve erros, mas a posição de sucesso em que se encontram hoje mostra que os acertos foram em maior número. Tais princípios foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código. Cada uma de nossas redações sempre esteve imbuída deles, e todas puderam, até aqui, se pautar por eles. Por que, então, formalizá-los neste documento? Com a consolidação da Era Digital, em que o indivíduo isolado tem facilmente acesso a uma audiência potencialmente ampla para divulgar o que quer que seja, nota-se certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista, como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade. A Era Digital é absolutamente bem-vinda, e, mais ainda, essa multidão de indivíduos (isolados ou mesmo em grupo) que utiliza a internet para se comunicar e se expressar livremente. Ao mesmo tempo, porém, ela obriga a que todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente. O objetivo é não somente diferenciar-se, mas facilitar o julgamento do público sobre o trabalho dos veículos, permitindo, de forma transparente, que qualquer um verifique se a prática é condizente com a crença. As Organizações Globo, diante dessa necessidade, oferecem ao público o documento “Princípios Editoriais

08/08/2007 como *case* de sucesso para os participantes do *Special Management Program*, com John Davis, realizado pela Revista Hsm Management⁴⁷. Falou-se na oportunidade que o Grupo RBS era um exemplo não apenas nacional, mas mundial em qualidade de gestão de empresa familiar. (Hsm Management, 2007).

O presidente e representante da segunda geração da família Sirotsky, titular da rede RBS, Nelson Sirotsky, não tardou em dizer que: “*Só chegamos a este patamar de excelência porque nos dispusemos a estudar e pensar sempre na melhor forma de gerir nossa empresa, propriedade e família*”⁴⁸. Nem no discurso oficial do grupo, perante possíveis parceiros empresariais, o presidente daquele conglomerado de empresas deixou de assinalar que a empresa (sujeita à gestão capitalista), a propriedade (titularidade sujeita ao domínio) e a família (que deveria compor a esfera privada da vida dos profissionais proprietários ou gestores) eram confundidos, num processo de estranha fusão, e tratados como algo comum a ser igualmente gerido, tal como se confundiam os papéis privados e empresariais na Casa Grande e nos domínios rurais do Senhor de Engenho.

Estes são os comportamentos dos coronéis eletrônicos que condenam as empresas familiares que não abrem seus capitais aos investimentos estrangeiros e não aderem com a “força governista de um coronel” aos apelos governamentais, tal como ocorrido na última década do século XX, quando aqueles que se opunham à abertura de capital de suas empresas para sócios estrangeiros eram chamados na mídia de jurássicos, num momento em que o Estado brasileiro renegociava suas dívidas com os

das Organizações Globo”. É possível que, para a maioria, ele não traga novidades. Se isso acontecer, será algo positivo: um sinal de que a maior parte das pessoas reconhece uma informação de qualidade, mesmo neste mundo em que basta ter um computador conectado à internet para se comunicar. Desde logo, é preciso esclarecer que não se tratou de elaborar um manual de redação. O que se pretendeu foi explicitar o que é imprescindível ao exercício, com integridade, da prática jornalística, para que, a partir dessa base, os veículos das Organizações Globo possam atualizar ou construir os seus manuais, consideradas as especificidades de cada um. O trabalho tem o preâmbulo “Breve definição de jornalismo” e três seções: a) Os atributos da informação de qualidade; b) Como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha; c) Os valores cuja defesa é um imperativo ao jornalismo. O documento resultou de muita reflexão, e sua matéria-prima foi a nossa experiência cotidiana de quase nove décadas. Levou em conta os nossos acertos, para que sejam reiterados, mas também os nossos erros, para que seja possível evitá-los. O que nele está escrito é um compromisso com o público, que agora assinamos em nosso nome e de nossos filhos e netos. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2011. Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, José Roberto Marinho”. Disponível no site <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html> no dia 02/10/2011 às 02:35h.

⁴⁷Hsm Management Revista. 2007. Disponível no site

<http://www.hsm.com.br/hsmmanagement/index.php?> No dia 25/01/2008 às 02:17h

⁴⁸Disponível no site

http://www.hsm.com.br/canais/coberturadeeventos/smpjohn_davis2007/nelsonsirotsky_pg01_080807.php no dia 25/01/2008 às 00:16h.

banqueiros internacionais e as pulverizavam entre pequenos investidores (dentre os quais alguns fundos de pensão de países periféricos do capitalismo mundial) demandando como contrapartida a venda das riquezas nacionais e das empresas estatais e com pretensão de se lançarem sobre as empresas privadas como estratégia de dominação de mercado.

Naquele momento, em 1998, um episódio marcou os acontecimentos. Traído por seu inconsciente o ministro Mendonça de Barros, em depoimento no Senado Federal, revelou: "*Estamos vendendo o Brasil*". (Miranda, 2001) As empresas dos coronéis eletrônicos não realçaram o ato falho e tampouco tratou de apurar o que o inconsciente do ministro nos havia relevado. Falaram mais alto, e por seus canais de telecomunicação, seus instintos primários de sobrevivência e o apoio à “privataria”⁴⁹ foi completo.

Assim como estas empresas de comunicação titularizadas pelos coronéis eletrônicos não obedecem a uma lógica capitalista de funcionamento, igualmente as suas concessões, sejam de canais de rádio e ou de televisão, não se subordinam à uma análise quanto à legalidade de suas delegações. A Rede Record, titularizada pelo Bispo Edir Macedo e seu clã evangélico, faz um uso ilegal das concessões de rádio e TV em São Paulo. As Organizações Globo, o Grupo Bandeirantes e o Grupo CBS também mantêm mais emissoras de rádio e TV do que o permitido por lei, violando um dos únicos mecanismos previstos na legislação brasileira para evitar a concentração dos meios de comunicação, conforme noticiou o Observatório do Direito à Comunicação - Rádio e TV⁵⁰.

Os grupos Bandeirantes e CBS burlam tanto o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei 4.117/62 (Brasil, 1962), que prevê que a mesma pessoa não pode participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão (na mesma

⁴⁹ Privataria` é um neologismo em língua portuguesa criado pelo jornalista Elio Gaspari. O termo mescla as palavras *privatização* e *pirataria* e foi utilizado para descrever o processo de privatizações de empresas estatais pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Apesar de não constar em nenhum dicionário, o termo vem sendo utilizado pela imprensa e nos discursos políticos (Gaspari, 2000). O termo privataria também foi empregado pelo jornalista Amaury Ribeiro Jr em seu livro intitulado “A privataria tuca” Ribeiro Jr. 2011)

⁵⁰Observatório do Direito à Comunicação - Rádio e TV. 2007. Disponível no site <http://analisedanoticia.blogspot.com/2007/10/band-e-globo-tm-concesso-ilegal.html> no dia 20/01/2008 às 16:40h.

localidade), quanto o Decreto 52.795/63 (Brasil, 1963), que estabelece que a mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade. O método para burlar é fácil e a complacência do Estado com os coronéis de novo tipo não o desvenda. Basta que cada membro da família seja detentora de um canal distinto. Teoricamente serão pessoas distintas titulares de canais distintos de concessão.

Em São Paulo, Band e CBS possuem cinco emissoras em FM transmitindo para a capital, segundo o Observatório do Direito à Comunicação, chegando a vender publicidade casada para as diversas emissoras. O Grupo Bandeirantes controla a Band FM, a Bandeirantes (que retransmite a programação da AM), a BandNews, a Nativa e a Sul América Trânsito. O grupo CBS (Comunicação Brasil Sat), dos irmãos Paulo e José Masci de Abreu, controla a Kiss, a Mundial, a Tupi, a Scalla e a rádio Terra. Outro expediente é o “contrato de gaveta”, modalidade de negócio jurídico celebrado entre as partes, por meio de documentos particulares, que não são levados ao conhecimento do Ministério das Comunicações ou da ANATEL. A família Abreu titular, do grupo CBS, detém a gestão das rádio paulistas Apollo, a pentecostal Deus é Amor e a Rádio Atual, mas seus nomes não constam como delegatários dos serviços. As duas primeiras têm Paulo Masci de Abreu entre os sócios e como dirigente. Já a Rádio Atual tem como sócios José Masci de Abreu e mais dois outros familiares. As Organizações Globo mantêm duas emissoras AM em São Paulo, além da emissora controlada pelo grupo no dial FM (CBN). A empresa da família Marinho controla, no AM, a CBN e a Rádio Globo. Tanto no AM quanto no FM a CBN ocupa as frequências destinadas à Rádio Excelsior, cujas outorgas estão vencidas desde 2003. O Grupo Bandeirantes controla a Rede Bandeirantes de TV, em VHF, e a Play TV (antigo Canal 21 paulista), em UHF, cujo conteúdo é produzido pela empresa Gamecorp. Além disso, a Rede 21 Comunicações, razão social da Play TV está com a concessão vencida desde 2003, segundo o Observatório do Direito à Comunicação⁵¹. A duplicidade de outorga do mesmo serviço da Band guarda pequena diferença em relação à Record/Record News. Enquanto a Record News tem outorga original em Araraquara, interior de São Paulo

⁵¹ Observatório do Direito à Comunicação - Rádio e TV. 2007. Disponível no site <http://analisedanoticia.blogspot.com/2007/10/band-e-globo-tm-concesso-ilegal.html> no dia 25/01/2008 às 00:55h.

(apesar de sua programação ser gerada na capital paulista), tanto a Band quanto a Play TV tem outorga de geradora em São Paulo.

Levantamento realizado por jornalistas da *Folha de São Paulo*, no ano de 2000, tomando por base o cadastro oficial das emissoras de rádio e televisão do país, demonstra que a Rede Globo praticamente dobrou o número de suas concessões de TV nos últimos anos do século XX, comprando parte do capital de grupos independentes em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. (Lobato, 2000).

O levantamento feito pela Folha de São Paulo mostrou que a família Marinho tem participação societária em 32 emissoras de televisão, sendo dez exclusivas e o restante em sociedade com empresários locais. Onze emissoras estão no Estado de São Paulo, oito no Paraná, sete em Minas Gerais, quatro no Rio de Janeiro, uma em Brasília e uma no Recife. A concentração das emissoras nas mãos de poucos grupos é grande e somente no Estado de São Paulo, onde há 40 emissoras em funcionamento, a família Marinho detêm 28% das concessões de televisão. No Estado do Paraná a família Marinho tem 33% das emissoras, em Minas, de 35% dos canais e no Estado do Rio de Janeiro, onde há 14 canais em funcionamento a participação da família Marinho é de 29%. A concentração das emissoras da família Marinho está nos Estados da Região Sudeste, acrescido do Paraná, diminuindo nos Estados de menor importância econômica e política, o que diminui o seu índice de participação para 12% em âmbito nacional. Em 1994, em outro levantamento realizado pela Folha de São Paulo, a família Marinho tinha em apenas 17 emissoras de televisão em todo o país. (Lobato, 2000).

Segundo o levantamento, a família Abravanel (sobrenome do empresário Silvio Santos, do SBT) aparece ligada a dez emissoras de televisão: uma a mais do que no levantamento de 1994. A família Saad, da Rede Bandeirantes, aparece no cadastro como acionista de 12 emissoras de TV, três a mais do que possuía em 94. (Lobato, 2000).

Igualmente de 1994 a 2000 houve expansão do grupo do Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, que, em 2000, possuía cerca de 21 emissoras de TV, distribuídas em três redes: Record, Rede Mulher e Rede Família. A identificação das emissoras sob o comando da Universal é difícil porque as concessões estão registradas em nome de pastores, bispos, executivos e parlamentares da igreja, o que lhe gera dissabores quando se afastam da igreja, como já ocorreu em alguns casos nos quais o

Bispo Macedo tenta reaver os canais (Lobato, 2007)⁵². Novo levantamento feito pela Folha de São Paulo e publicado em 15/12/2007 indicava que a Igreja controlava a maior parte de TVs do país. Em nome do Bispo Edir Macedo e de pastores da igreja estavam 23 emissoras de TV, 40 de rádio, além de outras 36 que são arrendadas. O arrendamento de canais concedidos é outro meio de ampliar o poderio do coronel eletrônico e demonstra a inviabilidade econômica de tais empresas capitalistas (Lobato, 2007). O grupo comunicacional de rádio e TVs do Bispo Edir Macedo tem a especificidade de não se tratar de uma empreitada familiar nem pessoal, porque afetada à atividade religiosa. Ainda que o liame estabelecido entre os diversos proprietários de empresas de comunicação ligados à IURD sejam de natureza diversa da familiar, formam um clã não-parental, cujo vínculo se pode romper, causando a cissão da empresa e aproveitamento pessoal pelo dissidente. Mas, enquanto unidos pelo vínculo imaterial que os mantém, atuam sob direção do líder empresarial e religioso.

O decreto-lei 236/67 (Brasil, 1967) alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei 4117/62 (Brasil, 1962), para impedir a concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, e passou a estabelecer que nenhuma entidade ou pessoa física pode possuir mais do que dez emissoras de televisão no país, sendo, no máximo, cinco em VHF e cinco em UHF. Os canais VHF são aqueles identificados pelos números de 1 a 13 e os UHF, são os indicados a partir de 14. A punição para quem infringe o artigo é a perda da concessão. Mas, não se em notícia de qualquer cassação de concessão ou mesmo advertência aos coronéis eletrônicos.

A legislação se mostrou ineficaz para o fim que foi editada, porque neste pacto de recíproco compromisso que caracteriza o coronelismo eletrônico, as emissoras e o próprio governo interpretam que o limite é para a titularidade, por cada pessoa individualizada e por empresa, sem considerar o parentesco entre aquelas ou a formação de grupo econômico, os contratos de gaveta ou os arrendamentos.

Desta forma concessões são feitas em nome de pessoas distintas, mas todas compondo o clã parental do coronel eletrônico: avós, pais, filhos, irmãos e cônjuges e cada um pode controlar até dez emissoras de TV. Conforme tratado alhures, o clã

⁵² Matéria na Folha de São Paulo de 15/12/2007, de Elvira Lobato, notícia que a estratégia da Igreja Universal do Reino de Deus de colocar empresas em nome de religiosos já resultou em duas disputas judiciais com ex-bispos: uma em Santa Catarina e outra no Rio de Janeiro. Os dois romperam e passaram a jogar no campo formal do direito, uma vez que titularizavam concessões de televisão.

formado pelos dirigentes da IURD não tem natureza parental ou familiar. Trata-se de clã de tipo diverso, fundado sob a crença no poder mítico, base também de legitimidade da dominação, do tipo carismática (Weber, 1999: 158) ou “*autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) – devoção, confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas*” (Weber, 1993: 57).

Todos os membros da família Marinho aparecem como concessionários de televisão no cadastro do governo: herdeiros de Roberto Marinho, José Roberto Marinho, João Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho, bem como os respectivos filhos, em número de cinco. Paula Marinho Azevedo e Rodrigo Mesquita Marinho (filhos de João Roberto), Paulo e Flávia Daudt Marinho (filhos de José Roberto) e Maria Antônia (filha de Roberto Irineu Marinho) são acionistas de mais de 20 emissoras afiliadas da Rede Globo em Minas, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, segundo a matéria publicada na Folha de São Paulo em 16/09/2000 (Lobato, 2000). O mesmo sistema é adotado pelas demais famílias que controlam os grandes grupos nacionais de radiodifusão e se repete nos grupos regionais, como a RBS, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e a Organização Câmara, afiliada da Globo em Goiás e Tocantins. A família Sirotsky (do grupo RBS) tem dez emissoras no Rio Grande do Sul, todas em VHF. O mesmo se passa com a família Câmara (da Organização Câmara), com seis emissoras de VHF em Goiás e duas em Tocantins. A família Saad tem duas concessões de TV em São Paulo, a TV Bandeirantes e o Canal 21 (Lobato, 2000).

Outro levantamento realizado por Elvira Lobato em 2001 indicou que pelo menos 59 emissoras de televisão, 24% das 250 concessões de TVs comerciais então existentes, pertenciam a políticos. O número aumentaria nos dias subsequentes, pois alguns canais estavam em vias de entrar em funcionamento, igualmente concedidos a parlamentares.

O que se depreende no entanto no presente momento, quando as tecnologias de comunicação estão divididas entre velhas tecnologias (vinculadas ao Ministério das Telecomunicações) e novas tecnologias (reguladas pela ANATEL) o mercado global se encontra mais competitivo e a oferta de serviços comunicacionais sequer subordinam aos parâmetros estabelecidos pelo Estado. Os provedores de acesso à internet, os canais de comunicação por satélite, os vários tipos de comunicação verbal à distância por onda

ou rede mundial e até os serviços de telemarketing já não demandam uma base física no território nacional, âmbito de validade da eficácia da atuação do Estado, o que deixa o coronel eletrônico à mercê dos grandes grupos de comunicação internacionais e contra o qual nada pode o Estado fazer em seu socorro.

No Brasil do início do século XX, momento em que ainda se refletia a transição da mão de obra escrava para a mão de obra paga e a transição política de uma sociedade aristocrática, e fundada o voto censitário, para uma sociedade fundada em ampla base eleitoral, a diminuição em número e importância dos comissários gerou a dificuldade de financiamentos dos agricultores cafeeiros e, juntamente, com a diminuição dos estoques reguladores não possibilitou fossem os preços mantidos em determinado nível correspondente às expectativas de lucro. Assim,

“maiores eram as possibilidades de pressão dos grandes exportadores sobre os preços, pois enfrentavam agora, não algumas casas ensacadoras com grandes capitais, mas uma infinidade de pequenos agricultores cujas finanças estavam arruinadas”. (Delfim Neto, 1973: 73).

Naquele cenário de transição é que se gestou, ampliou e atingiu o seu apogeu o fenômeno descrito como coronelismo.

No cenário contemporâneo no mundo das telecomunicações houve acentuada inovação tecnológica que coincidiu com a transição para a democracia e redefinição dos papéis institucionais, após a edição da Constituição de 1988, que ainda não está integralmente regulamentada, apesar de já contar com 66 emendas constitucionais (EC) e 6 emendas constitucionais de revisão (ECR)⁵³. Igualmente coincidiu com a queda do Muro de Berlim (1989), o desmantelamento da União Soviética ou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e do chamado socialismo real no leste europeu, assim como o fim da guerra-fria, o que gerou novos arranjos da economia mundial em blocos econômicos, agora subordinados às leis do capitalismo triunfante (ao mesmo temporariamente).

⁵³Este quantitativo foi lançado no presente trabalho no dia 02/11/2010 às 22:03h, momento em que a Constituição da República Federativa do Brasil, conforme informação disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/quadro_emc.htm disponível no dia 02/11/2010 às 22:03h. Mas, no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/Quadros/principal2003.htm noticiava-se na tramitação de existência de 14 PECs em tramitação.

Os arranjos decorrentes da globalização da economia, sob a regência absoluta dos Estados Unidos da América (EUA) propiciou toda sorte de desregulamentação do trabalho e supressão de direitos individuais e sociais conquistados ao longo do século XX e comprimiu o poder de compra da classe média, ampliando as dificuldades do coronel eletrônico na captação de recursos e instalação, ampliação ou manutenção dos custos necessários para oferta dos serviços como televisão por cabo ou satélite ou acesso à internet. Daí a sua necessidade de aliança com o poder público, notadamente, federal, reeditando o compromisso recíproco de apoio, mas em novas bases.

No coronel da 1ª República “o vínculo que lhe outorga poderes virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema de ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação” (Faoro, 2000: 243). O coronel eletrônico assume idêntico papel de formar o corpo de “eleitores de opinião”, por semânticos e vazios que sejam estes eleitores de opinião, pensadores com a cabeça do editor das matérias jornalísticas.

2.6 – A subsistência de alguns aspectos da estrutura coronelista, sem o ‘pacto coronelista’ nas relações políticas brasileiras

O coronel na 1ª República demandava um compromisso com o governo para manter seu poder. Era governista por definição. Nos casos extremos em que se revoltava contra o governo estadual, fazia-o em conluio com o governo federal. A frase do Cel. Manuel Inácio, do sertão pernambucano nos dá a dimensão do quanto os coronéis eram governistas: “O governo mudou, mas eu não mudo: fico com o governo”⁵⁴ (Faoro, 2000a: 253). O coronel não estava diretamente subordinado ao governo, mas também não era senhor absoluto, independente, isolado em seus domínios. Era um agente intermediário ou que mediava as relações entre o Estado e a sociedade. Sua mediação se dava porque o governo era incapaz de levar a administração à população. Por necessidade, constrangido ou agradecido, o governo aliava-se ao coronel, renunciando a seu caráter público. A lei parava onde começava o domínio do coronel. A lei era a

⁵⁴ Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly ou Aparício Torelly, jornalista conhecido pelo pseudônimo de Barão de Itararé, ironizando a capacidade de mudar sem sair-se do *locus* onde se encontra dizia que “Haja o que houver. Aconteça o que acontecer. Estaremos sempre do lado dos vencedores”. Citação disponível no site <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u630.jhtm> no dia 02/11/2010 às 22:43h.

vontade do coronel. Esta mediação igualmente se dava em decorrência da dependência econômica e social da população. Mas, igualmente decorrente da formação social da sociedade agrária, com os estabelecimentos de vínculos de parentesco, gratidão ou outras dependências e solidariedades.

Até 1940, a população brasileira era predominantemente rural (em torno de 60%), pobre e analfabeta. Embora o censo não tenha registro por situação de domicílio, calcula-se que em 1920 a população rural ficava em torno de 80%. Um elementar senso de autodefesa dizia ser mais vantajoso submeter-se ao poder e à proteção do coronel que tentar viver independente dele. Fora dessa proteção, restava-lhe a lei, isto é, o total desamparo. Não havia direitos civis, não havia direitos políticos autênticos, não havia cidadãos. Havia o poder do governo e o poder do coronel, em conluio. Pouco existiu de direitos civis nesta época. Assim é que para compreender esta metamorfose do coronel existente na 1ª República e das redes de dependência atuais, sejam econômicas, sociais ou mesmo na obtenção de informações, precisa-se compreender a natureza mesma do conceito de cidadania que permeia as relações sociais no Brasil, demandando se adentre nos escaninhos da ciência política, da cultura e do imaginário social, a fim de se buscar os valores subjacentes na sociedade brasileira e presentes nos arquétipos da dependência, presentes nos pólos “coronel-afilhado” e “senhor-subordinado” que persistem nas relações sociais e que tramam contra a república, o estado de direito, os direitos e garantias individuais e da própria consolidação das instituições democráticas. As mudanças havidas na sociedade brasileira a partir da Revolução de 1930 operaram-se sob bases histórico-sociais, que não se romperam abruptamente, promovendo uma metamorfose sob as bases conservadoras da sociedade agrária.

Embora sejam sensíveis às mudanças ocorridas no Brasil nos últimos 70 anos no que tange ao processo de modernização da sociedade, não mudaram de maneira expressiva os indicadores sobre o alto nível de concentração de renda e de pobreza, sobre a desigualdade e o nível educacional. Os serviços públicos quando existentes ainda não são prestados com a impessoalidade exigida pela modernidade⁵⁵, os meios de comunicação de massa, que balizam a opinião pública se traduzem em conglomerados

⁵⁵ Por modernidade, apesar da imprecisão do vocábulo, nos referimos aqui a um sistema impessoal e metódico de procedimentalidade, norteado por critérios objetivos de atuação, portanto regido por leis e não por paixões, vontades e interesses.

econômicos⁵⁶, a defender seus interesses. Assim como a maioria da população recebia pequena parcela da renda nacional, igualmente hoje o produto nacional se concentra nas mãos de poucos e as políticas públicas assistencialistas, com a intenção de influenciar o voto, continuam a ser desenvolvidas. A pequena parte da população que era a mais rica continua a ser a mais rica. Agrava a situação brasileira a abertura do mercado ao capitalismo internacional que ameaça até mesmo os grupos econômicos nacionais possibilitando a retirada de seus poderes de investimentos e geração de riqueza nacional. A pobreza, a baixa escolaridade e os mecanismos de formação da opinião pública mantêm a dependência da maioria do eleitorado, propiciando a manutenção do clientelismo, a ignorância e a desinformação.

Neste sentido a política não acompanhou a modernização havida nos últimos 50 anos em função da revolução científico-técnica. Assim, o eleitorado urbano, passou a dispensar a mediação do coronel, mas conta com a ajuda e a proteção do chefe político local, através do “cabo eleitoral”, o “gestor da política de assistência” ou em outros casos, em arroubos de autonomia, se orienta pela mídia, que informa as agruras ou glórias do seu candidato ao sabor dos seus interesses.

A debilidade do sistema representativo brasileiro tem resultado na eleição de apresentadores de programas de televisão e rádio, bem como a busca de obtenção e troca de apoio político por canais de televisão ou concessões de radiodifusoras e depois o financiamento da atividade, por meio de verbas de publicidade. Em seu governo (1985-1990), o presidente José Sarney garantiu o 5º ano do seu mandato mediante larga distribuição de estações de rádio e canais de televisão, notadamente aos membros do “Centrão”⁵⁷ do qual se falou acima. Por outro lado, denúncias são constantes no sentido de que o empobrecimento das emissoras de comunicações as tem levado a vender seu apoio midiático às políticas governamentais, por meio de verbas de publicidade ou outras formas de custeio ou facilidades às empresas do conglomerado⁵⁸, resultando em

⁵⁶ Caio Túlio Costa registrou em 1991 registrou que “*apenas nove grupos familiares controlam 90% da informação divulgada pelos meios de comunicação de massa: Abravanel (SBT), Bittencourt-Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias-Caldeira (Folha de S. Paulo), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul)*”. (Costa, 1991: 223). Mas, dois dos grupos citados já não mais subsistem: *Jornal do Brasil* e *Manchete*.

⁵⁷ Vide nota anterior sobre “Centrão”.

⁵⁸ O aporte financeiro pela Caixa Econômica Federal ao Banco Panamericano, de propriedade de Silvio Santos, que evitou sua liquidação que poderia arrastar para a falência as empresas de comunicação do Grupo Silvio Santos componentes do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) pode ter sido variável que influenciou a cobertura jornalística favorável à candidata Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de

novo tipo de compromisso, seja para ser eleito ou mantido no cargo, pela contrapartida da garantia da renda de tais empresas de comunicação.

Assim é possível dizer que estes tipos que substituíram o coronel ou que dele se metamorfosearam sobrevivem nas três esferas de governo, podendo possibilitar a eleição de governadores ou derrubá-los. Mas, seu poder não é baseado na posse da terra e no controle direto da população, tal como fazia o coronel com a população rural, mas no exercício da hegemonia dos meios de comunicação. E, a titularização das empresas de comunicação pelo coronel eletrônico não obedece à lógica capitalista do poder econômico. Mas se assentam sobre o poder político fundado em representação de má qualidade, porque viciada a vontade daqueles que lhes outorgam o poder.

CAPÍTULO 3 – A UNIVERSALIZAÇÃO DO VOTO, ESPETÁCULO POLÍTICO E MEDIADORES NAS ELEIÇÕES REPUBLICANAS

O surgimento do rádio propiciou uma nova forma de comunicação entre o poder e seus candidatos e o eleitorado e iniciou o processo de estacularização da política. Por este processo o candidato se dirige diretamente ao eleitor, sem necessidade da mediação do cabo eleitoral e reduziu as zonas de cochichos e ampliou as zonas de comício.

O surgimento do aparelho de rádio-transmissão e sua reconfiguração após a adição do auto-falante chegou a levar o dramaturgo marxista alemão Bertold Brecht a formular a Teoria do Rádio⁵⁹ (Frederico, 2007), onde expressava a proposta de que em todos os domicílios tivesse um aparelho emissor-receptor pelo qual se pudesse manter relações políticas e culturais recíprocas, constituindo uma espécie de assembléia popular permanente, vislumbrando o que viria a ser conceituado como esfera pública cidadã (Habermas, 1986).

O rádio se transformou em um veículo a serviço do poder, dominação e conformação ideológica e o que se propôs fosse um canal de interação dialógica entre cidadãos dotados de autonomia - com possibilidade de diálogo, participação e intervenção - se transformou em um aparelho ideológico do Estado e do Poder, constituindo-se em veículo de “comunicação de massa”, custeado por verbas governamentais ou da publicidade.

Assim o rádio foi instituído nos EUA sob o modelo oligopolista e em regime autoritários europeus serviu como veículo manipulador da opinião pública e mobilizador das massas. No Brasil durante o Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizou-se do rádio para criar uma imagem de estadista, pressionar as elites e criar um canal de diálogo direto com as camadas populares, o que se apresentou como importante instrumento para desarticulação do pacto coronelista, arranjo institucional que garantiu a governança durante a República Velha. Programas como “A Hora do Brasil”, pela primeira vez, integraram o País de

⁵⁹ Frederico, Celso. *Brecht e a 'Teoria do Rádio'*. in Estudos avançados vol.21 no.60 São Paulo May/Aug. 2007. Sielo Brasil: São Paulo, 2007. Disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200017 no dia 26/06/2010 às 00:47h.

norte a sul em cadeia de rádio. A partir da década de 30 a formação de cadeia nacional de comunicação favoreceu ao poder instituído. Mas, no final dos anos 50 e início de 60 foi usada pela resistência, como a Cadeia da Legalidade para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, articulada por Leonel Brizola em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Esta possibilidade de formação de cadeias de comunicação, à margem dos interesses dominantes, foi desarticulada com a criação das rádios FMs, a partir dos anos 70 do século XX, como se verá adiante.

3.1 – Relações político-partidárias, arbitramento, voto livre e manipulação da vontade popular

O arranjo institucional para garantir a governabilidade ante a fundação da república, uma vez desarticulado o poder centralizado e alterada a forma de investidura do Chefe de Estado de vitalícia para temporária, assegurou a funcionalidade do sistema até 1930. A este arranjo que garantiu a governabilidade se pode dizer “*tão defeituoso, mas tão adequado às condições da 1ª República*”. (Leal, 1980: 14). Mas, uma pendência se apresentava e era a moderação ou arbitramento das disputas eleitorais ou de poder de mando, capazes de atenuar os conflitos desta natureza.

Victor Nunes Leal termina sua obra sobre o sistema coronelista dizendo que as medidas de moralização da vida política nacional são indiscutivelmente úteis e merecem aplauso de todos que anseiam a elevação do nível político do Brasil. No entanto adverte: “*Mas, não tenhamos demasiadas ilusões*”. Assim, como a criação da justiça eleitoral em 1932 pouco alterou as condições de funcionalidade do sistema, a reforma eleitoral de 1916 que ampliou o poder dos juízes de direito em matéria eleitoral também não foi capaz de se apresentar como solução para o problema da arbitragem. Isto porque, dentre outras questões, muitos juízes faziam parte do sistema coronelista e por vezes do clã parental.

A própria organização judiciária não primava pela racionalidade e as leis processuais eram estaduais. Os tribunais de segunda instância⁶⁰ tinham os mais variados nomes, ainda que todos tivessem por competência a apreciação de recursos advindos

⁶⁰Leal, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto, 1997: 227 e RDA 1/789/812.

das instâncias locais: Superior Tribunal de Justiça, Tribunal da Relação, Tribunal de Justiça, Superior Tribunal e Tribunal Superior de Justiça e os próprios juízes de direito não tinham este nome em todos os Estados. No Rio Grande do Sul se chamavam juízes de comarca. Existiam em alguns Estados os juízes municipais, também chamados de juízes distritais ou juiz de distrito, e os tribunais do júri e juízes de paz. E ao lado dos juízes estaduais, existiam os tribunais e juízes federais e juízes seccionais, sendo um para cada Estado e dois para o Distrito Federal e tribunais do júri. A competência da justiça federal estava explicitada na Constituição, cabendo à justiça estadual os poderes remanescentes⁶¹.

Em escritos biográficos publicados por sua filha Neuza Machado, o agricultor Antônio de Souza Costa, natural de Alto Carangola, MG, hoje Orizânia, relata que a despeito da competência do juiz de direito para cadastramento de eleitores e presidência das eleições era o chefe político local que continua a exercer o mando.

“Eu me lembro dos partidos ‘Legião’ e ‘Bernardistas’, porque, quando fiz vinte anos, fui chamado para ir até a Fazenda Rochedo, que naquela época pertencia ao Capitão Francisco Victor da Silva, chefe político da região. O Capitão Francisco Victor da Silva era conhecido como Capitão Chico Victor. Chegando lá, na Fazenda Rochedo, apresentei-me ao Capitão e disse-lhe: “- O que o senhor desejaria comigo?” O capitão olhou para mim e disse-me: “- Quantos anos você tem?” Eu respondi: “- Vinte anos!” O Capitão tinha um sésto de falar ‘já viu’. Então, ele disse: “- Já viu!, para ser eleitor, ocê falta um ano, mas não faz mal, eu vou aumentar um ano na sua idade. Ocê sabe escrever?” Eu respondi: “- Escrevo mal, mas escrevo”. Ele apanhou uma folha de papel almaço, e colocou em uma mesa, e disse para mim: “- Eu vou ditando, ocê vai escrevendo!” E assim, eu fiz o requerimento ao Senhor Juiz Eleitoral, e, quando terminei de escrever, ele elogiou a minha caligrafia, e disse: “- Já viu!, ocê tem boa caligrafia! De hoje em diante, ocê é meu eleitor!” (Costa, 2003: 47).

Da narrativa se depreende que o eleitor sequer sabia da existência dos partidos políticos, notadamente do PRM. O que se depreendia eram os apelidos que se davam aos grupos em disputa no âmbito local. Isto viria a se repetir quando da criação das sublegendas partidárias, após a edição do AI-2 em 1965 que extinguiu os partidos

⁶¹Leal, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto, 1997: 31.

políticos. Em muitos municípios mineiros, dentre os quais, os situados no Vale do Carangola em Minas Gerais, inexistia o MDB. Somente as três sublegendas da ARENA, sem jamais pronunciarem o nome ou a sigla do partido. Eram apenas eleitores do Dr. Fulano, Beltrano ou Cicrano. Somente o restabelecimento das eleições para Governador em 1982 restabeleceu, no interior, a polarização entre agremiações partidárias.

Ainda que subsista uma pirâmide de coligações transitórias de interesses políticos ou eleitorais o coronelismo, tal como visto na 1ª República, não mais subsiste. Mas, tendo sido um pacto proveitoso para a classe dominante pode ser revisitado em outros moldes, como o pacto que se estabelece entre o poder central e as empresas e os empresários de comunicação.

3.2 – O Arbitramento eleitoral e a Política dos Governadores.

Se o alistamento e condução do processo eleitoral não era feito pelo poder judiciário durante o primeiro período da 1ª República (1889-1916), igualmente o judiciário não assumiu o papel de árbitro de questões eleitorais e tampouco de questões jurídicas lhe submetidas que denotassem interesses políticos, ainda que tivesse o dever institucional de resolver os litígios sob o prisma jurídico

Se o alistamento e condução do processo eleitoral não era feito pelo poder judiciário durante o primeiro período da 1ª República (1889-1916), igualmente o judiciário não assumiu o papel de árbitro de questões eleitorais e tampouco de questões jurídicas lhe submetidas que denotassem interesses políticos, ainda que tivesse o dever institucional de resolver os litígios sob o prisma jurídico. A “Lei Saraiva”, Decreto nº 3.029 de 9 de janeiro de 1881 (Brasil, 1881), última lei eleitoral promulgada no Império, havia encarregado o judiciário de promover o alistamento eleitoral.

As mudanças havidas no corpo eleitoral ante a proclamação da República iniciaram pela abolição de renda mínima para o cadastramento do eleitor ou para a elegibilidade. Mas, os analfabetos foram excluídos do corpo eleitoral, restrição que iniciou-se com a República e perdurou por quase todo o século XX e que somente seria afastada com a Constituição de 1988. O Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889,

considerou eleitores tão somente os que soubessem ler e escrever. As Constituições de 1891, 1934, 1946, 1967 e emenda de 1969 mantiveram abolição do voto do analfabeto. A idade para alistamento eleitoral foi reduzida para 21 anos, mas os casados, os oficiais militares, os bacharéis formados, os doutores e clérigos estavam dispensados da exigência de idade. Igualmente o decreto que regulou as eleições para a primeira constituinte republicana considerou alistados todos aqueles que participaram do último pleito no Império, ainda que fossem analfabetos.

A primeira eleição republicana para constituição da Assembléia Constituinte que editaria a Constituição de 1891 foi realizada em 15 de setembro de 1890, sob o mesmo sistema eleitoral adotado na primeira eleição do Império. Assim, apesar da “Lei Saraiva” que limitava o número de sufrágios a dois terços do número de candidatos, visando possibilitar a representação da minoria, naquela eleição os eleitores podiam votar em tantos candidatos quantos fossem as cadeiras a serem preenchidas pelo seu Estado. O resultado de cada município era encaminhado às câmaras municipais das capitais, que apuravam os mais votados e proclamavam os resultados. No âmbito local as comissões eleitorais eram presididas pelo chefe da câmara municipal, que escolhia os demais cinco componentes.

A Constituição de 1891 manteve o voto para os maiores de 21 anos. Mas, nem o alistamento nem o voto eram obrigatórios. Mas, foram excluídos da participação política os analfabetos, os mendigos, os praças de *pret* e os religiosos sujeitos a voto de obediência que importasse em renúncia da liberdade individual.

A eleição do presidente e vice-presidente da República deveria se dar por maioria absoluta e caso nenhum candidato o conseguisse o Congresso Nacional deveria promover a escolha dentre os dois mais votados, o que não chegou a ocorrer.

Não estava prevista a coincidência de mandatos federais (presidente, deputados e senadores). O mandato do presidente e vice-presidente era de quatro anos e dos senadores de nove anos, renovando-se um terço a cada três anos e cada Estado da federação tinha autonomia para organizar e dirigir o processo eleitoral para escolha dos governadores e membros das assembleias locais.

A Constituição de 1891 não dispunha sobre o voto feminino, pois todo o processo de alistamento eleitoral estava reservado à regulação pela lei. Foi o Código Eleitoral de 1932 e não a Constituição de 1934 que dispôs sobre o voto feminino.

A construção republicana, com a descentralização institucional que refletia o poder político do mando local, limitou-se ao reconhecimento formal da autonomia das províncias, convertidas em Estados federados. Não se tratou do município, base do poder na 1ª República. Assim, em alguns Estados o chefe do legislativo exercia a função executiva, como nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em outros, como Ceará e Paraíba os chefes dos executivos municipais era nomeados pelo governador.

A lei eleitoral elaborada em 1892 entregou ao poder local a direção do processo eleitoral, bem como o arbitramento das questões políticas. O alistamento passou a ser feito em cada município por comissões de até cinco eleitores, escolhidos pelo governo municipal. Cada comissão ficava encarregada de formar uma seção eleitoral do município. Por esta lei os Estados foram divididos em distritos e cada um deles elegia três deputados, ou mais quando dois distritos era agregados nos casos nos quais os deputados a serem eleitos pelo Estados não fosse múltiplo de três.

Em 1904 nova lei eleitoral foi editada, incluindo o poder judiciário no processo de alistamento eleitoral. Assim, a comissão passou a ser composta pelo juiz de direito local, dois dos maiores contribuintes do imposto predial, dois dos maiores contribuintes do imposto sobre a propriedade rural e três cidadãos escolhidos pelo governo municipal. A alteração agregava os eleitores urbanos na comissão encarregada de dirigir o processo eleitoral, notadamente bacharéis, que igualmente compunham o clã parental dos senhores rurais, mas não implicava em qualquer mudança nas práticas políticas do mando local. Formalmente passou-se a exigir que o eleitor provasse saber ler e escrever, redigindo de próprio punho em livro especial, seu nome, estado civil, filiação, idade, profissão e residência. O preenchimento deveria se dar perante a comissão, mas as narrativas demonstram que as fichas eram preenchidas nas fazendas dos coronéis (Costa, 2003: 47).

A inclusão de dois eleitores dentre os maiores contribuintes do imposto predial fazia a ampliação do poder da insipiente categoria de moradores urbanos e um panfleto eleitoral, encadernado em forma de livreto e contendo 12 páginas, “*dirigido ao povo do*

município de Manhuassú” denota certa tensão entre os “*lavradores e comerciantes*”, respectivamente rurais e urbanos.

“É velha a injustiça, mas nem por se velha nos accommodaremos nella e com ella. As administrações municipaes habituraram-se a encarar os districtos como vassallos e tributários da cidade. A cidade é a ‘mulher deslumbrante e caprichosa’, e cujos arrebiques e tafularias não bastam os recursos da própria bolsa, e cujas contas mensaes de pomadas e de cosméticos vão sendo tranquillamente debitadas ao ‘jeca’ ”. (Manifesto, 1925: 10).

O manifesto, panfleto em forma de livreto, era o veículo pelo qual o grupo que o organizou estabelecia a comunicação com o conjunto dos seus eleitores.

No processo de votação a lei de 1904 manteve o voto secreto, mas estabeleceu um mecanismo a fim que o sigilo pudesse ser violado. O eleitor apresentava duas cédulas que eram assinadas pela mesa eleitoral. Então uma delas era depositada na urna e a outra ficava com o eleitor. Ao eleitor não restava outra alternativa senão depositar na mão do coronel o título eleitoral e o sobre-voto, para demonstrar a fidelidade partidária.

“Se há tumulto, chuchurrea de pé firme, com heroísmo, as porretadas oposicionistas, e ao cabo segue para a casa do chefe, de galo cívico na testa e colarinho sungado para trás, afim de novamente lhe depor nas mãos o ‘dipeloma’ ”. (Lobato, 1961: 286).

As alterações havidas na legislação eleitoral ao longo da 1ª República em nada alteraram a funcionalidade do sistema, pois o mando local jamais deixou de se fazer presente na direção do alistamento e condução do processo de votação, apuração e proclamação dos resultados. “*O processo de votação durante as quatro décadas da 1ª República praticamente não foi alterado*”. (Nicolau, 2002: 29).

3.3 – Poder central e oligarquias regionais: a justiça federal e o papel do juiz seccional

A proclamação da república e o advento da Constituição de 1891, com rígida separação formal entre os poderes, não fez cessar a ingerência de interesses políticos nas

nomeações, promoções e, sobretudo no funcionamento do Poder Judiciário. A separação formal dos poderes, na 1ª República (1889 – 1930), não significou que os poderes passassem a desempenhar cada qual a sua função, sem interferência no outro.

A nomeação dos juízes seccionais, juízes federais encarregados de aplicação da lei federal nos Estados, se apresentava como fundamental no jogo político e no encurralamento das oligarquias regionais, quando tangenciavam os limites da oposição. A nomeação do juiz seccional era fundamental para o exercício do poder central, pois a intervenção federal, em regra, se dava a pedido daquele sob o fundamento de envio de tropas federais para assegurar a aplicação da lei federal ou seus julgados. Andrei Koerner (Koerner, 1998) analisa caso que denota o acanhamento institucional do poder judiciário durante o pacto coronelista e é emblemático para compreensão do papel desempenhado pelos juízes envolvidos nas relações entre o poder central e as oligarquias regionais⁶².

Com a morte de Affonso Penna, em 1909, assumiu a presidência da República Nilo Peçanha, que estava politicamente incompatibilizado com Alfredo Backer, presidente do Estado do Rio de Janeiro. Nilo Peçanha já havia, em 1907, tentado derrubar o presidente do Estado, mas Affonso Penna apoiava aquele e recusara mandar forças federais para a intervenção.

A fim de abrir vaga para a nomeação do juiz seccional do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha nomeou o juiz seccional do Distrito Federal, Godofredo Cunha, para o STF e para o seu lugar removeu o juiz seccional do Estado do Rio de Janeiro Raul de Souza Martins.

Aberta a vaga de juiz seccional do Estado do Rio de Janeiro, pela remoção do titular para o Distrito Federal, apresentaram-se 19 candidatos e foi formada no STF uma comissão de três ministros para apreciar as credenciais dos candidatos.

De acordo com Nequete⁶³, podiam concorrer a juiz seccional os que eram ou tivessem sido juízes ao tempo da publicação do Decreto 848 de 1890, o mais antigo no serviço da magistratura e qualquer cidadão com prática de dois anos de advocacia.

⁶² Este é o caso referido no item 1.5 deste trabalho quando se tratou do acanhamento institucional do poder judiciário durante vigência do pacto coronelista na Primeira República.

⁶³Nequete, Lenine. O poder Judiciário a partir da independência – República, 2000d: 31

No dia seguinte à formação da comissão o Ministro presidente do STF desclassificou dez concorrentes, pois embora fossem juízes de direito e desembargadores - cargos que exigiam a formação em Direito - não haviam juntado à inscrição a comprovação de que eram bacharéis. Em relação ao fato os jornais noticiaram visitas constantes dos Ministros do STF ao Palácio do Catete e afirmaram que já sabiam quem eram os nomes a constar da lista, bem como que Nilo Peçanha queria nomear juiz seccional, um partidário seu. “*Docilmente os ministros do Supremo vão ao Catete, sobem ao beija-mão, recebem o santo e a senha e resolvem incluir na lista o candidato do presidente da República*” (Koerner, 1998: 199).

Elaborada a lista de classificação dos candidatos pela comissão e votada pelo STF, os dois primeiros lugares foram ocupados por dois antigos desembargadores e o terceiro lugar foi ocupado por Octávio Kelly, líder da bancada “nilista” na assembléia estadual do Rio de Janeiro.

Octávio Kelly, embora fosse bacharel em Direito, jamais exercitara a magistratura e fora escolhido para juiz seccional em preterimento aos outros dois antigos desembargadores, mas com o objetivo de preparar as eleições de dezembro de 1909 para as câmaras municipais e assembléia legislativa fluminense, mediante a requisição de forças federais.

Nas cidades controladas por Nilo Peçanha seus partidários recusavam os indicados pelos partidários do governador para formação das mesas eleitorais. Nos lugares controlados pelo governador Alfredo Backer foram provocados diversos conflitos, com ataques a repartições federais, e noticiados com o fim de propiciar a intervenção das forças federais. “*O chefe da polícia negava o ocorrido e afirmava que ‘essas notícias procuram impressionar a opinião pública e visam certamente fins outros que não a garantia dessas repartições*” (Koerner, 1998: 200) e divulgava telegramas afirmando que as ordens de *habeas corpus* estavam sendo regularmente executadas. Isto com o objetivo de evitar a intervenção.

O juiz seccional Otávio Kelly concedeu *habeas corpus* aos eleitores, mesários e candidatos “nilistas” e para garantir a ordem requisitou forças federais. Koener salienta que a jurisprudência do STF era no sentido de que somente após o esgotamento dos recursos das forças estaduais se justificava a convocação de forças federais. Tal

jurisprudência se firmara, satisfazendo interesses do governo federal, para evitar que o juiz seccional requisitasse força federal para auxiliar oligarquias estaduais que não tivessem o apoio do governo da União.

Transcorridas as eleições, as ordens de *habeas corpus* deferidas pelo juiz seccional Octávio Kelly foram cassadas, mas seus efeitos já haviam produzidos os resultados desejados.

3.4 – A reforma de 1916 e o processo eleitoral

Pela lei 3139 de 02 de agosto de 1916 (Brasil, 1916), conhecida como lei Bueno de Paiva, foi reconhecida a competência dos Estados para a qualificação dos eleitores e a regulamentação das eleições estaduais e municipais e foi confiada a qualificação para as eleições federais exclusivamente às autoridades judiciárias. A lei satisfazia as potestades locais, ao manter no âmbito local a qualificação dos eleitores para as eleições estaduais e municipais e atribuía à autoridade judiciária a qualificação para as eleições federais, com possibilidade de recurso para uma junta formada por uma junta estadual. Sobre a reforma de 1916 disse Victor Nunes Leal que:

“reconheceu a competência dos Estados para regularem o alistamento estadual e municipal, anulou o alistamento anterior e confiou a qualificação para as eleições federais exclusivamente às autoridades judiciárias: somente juízes de direito decidiam dos pedidos de qualificação, que podiam ser feitos em qualquer dia útil do ano, cabendo recurso para uma junta estadual, composta do juiz federal, do seu substituto e do procurador geral da justiça local”. (Leal, 1948a: 165/166).

Ao mesmo tempo, com a reforma de 1916 a documentação para o alistamento ficou mais exigente, com exigência de reconhecimento de firma em alguns documentos, além de exigir prova do eleitor de que tinha idade suficiente para votar, meios de manter sua subsistência, residência por mais de dois meses na localidade e demonstração de saber ler e escrever. O judiciário voltou a ser responsável exclusivo pela qualificação dos eleitores nas eleições federais.

3.5 – A criação da Justiça Eleitoral em 1932

Nos momentos de maior estabilização das instituições diminui a pressão política sobre o judiciário e até se reforça seu papel de intérprete da lei e da Constituição. A intervenção dos magistrados para solução dos conflitos políticos era defendida com o fim de que exercessem a função de árbitros da política, tal como exerciam a função de árbitros dos conflitos civis. No entanto, a partidarização do judiciário na 1ª república levou ao temor de sua politização e a Constituição de 1934 em seu art. 68 dispunha que era “*vedado ao Poder Judiciário conhecer de questões exclusivamente políticas*”. Idêntica disposição era contida no art. 94 da Carta de 1937.

Se na 1ª república a nomeação do juiz seccional era cobiçada para fins de controle da máquina estadual ou tomada das mãos da oligarquia oposicionista, com o advento da criação da Justiça Eleitoral pelo decreto 21.076 de 24/02/1932 (Brasil, 1932) e edição da Constituição de 1934 se pretendeu a despolitização de tais funções. “*Na cúpula do sistema estava o Superior Tribunal Eleitoral, que decidia as dúvidas e impugnações em estilo judiciário, isto é, pelo alegado e provado e, segundo consta, sem interferência da atividade partidária*” (Leal, 1948a: 175).

Assim, dispunha a Constituição de 1934 em seu art. 82, § 2º, “a” e “b” que o Tribunal Superior e Tribunais Regionais da Justiça Eleitoral seriam compostos, paritariamente, por membros sorteados, respectivamente, da Corte Suprema e desembargadores do Distrito Federal, além de uma terça parte indicada pelo Presidente da República.

O sorteio dos membros dos Ministros e dos Desembargadores do Distrito Federal para o Tribunal Superior e dos Desembargadores e Juízes para os Tribunais Regionais era medida que visava a eliminação de critério político para a escolha feita internamente nos tribunais, a exemplo do critério utilizado quando a escolha do juiz seccional era feita pelo Presidente da República. Por outro lado, a impossibilidade de recusa do sorteado impedia a fraude no processo de escolha e renúncia visando fazer cair sobre outro a escolha.

A Constituição de 1934, embora trazendo pela primeira vez para a ordem constitucional a possibilidade de intervenção do Estado na ordem econômica e social,

continha expresse dispositivo (art. 68) vedando ao Poder Judiciário “*conhecer de questões exclusivamente políticas*”. Tal dispositivo é mantido na Constituição de 1937 (art. 94).

Ao passo que o Estado ampliava sua base de atuação, se permitindo intervir na ordem econômica e social, promovia tensão entre os poderes ao trazer dispositivo que excluía da apreciação pelo Poder Judiciário questões que não fossem jurídicas, sem distinguir o que era causa política ou jurídica. Jamais se admitia aos juízes considerações de ordem política e portanto de juízos de conveniência e oportunidade, próprios das decisões políticas.

O que os textos constitucionais de 1934 e 1937 buscavam era reduzir a ação do juiz partidário cuja atuação se dava com fundamento em juízo de conveniência e oportunidade, por meio de conceitos indeterminados como “*interesse público*” e “*ordem social*” ou razões de ordem pessoal, visando a contemplar interesses locais ou de grupos nos quais estivesse incluído ou disposto a satisfazer. Por outro lado, se buscava reduzir os poderes do judiciário e evitar que se imiscuísse nas questões da nova ordem que se instituía. A ordem constitucional de 1934 e 1937 impunha ao judiciário fundar suas decisões, exclusivamente, na ordem jurídica.

A impossibilidade de apreciação de casos de natureza política já havia sido objeto de inúmeros trabalhos de Ruy Barbosa, que reconhecendo esta impossibilidade do Poder Judiciário, cujo modo de atuação há que se fundar na legalidade, ao mesmo tempo afirmava não se poder apresentar “*objeção do caso político*” se a matéria tiver sendo tratada sob o ângulo da legalidade.

O caso político, no que contém juízo político, portanto, de conveniência e oportunidade, está imune à apreciação do Poder Judiciário. Mas, sua legalidade pode ser verificada pelo judiciário.

“Bordão clássico de todas as dictaduras e de todos os attentados, eram favas contadas que a excepção da natureza política do caso nos embargasse logo o passo, ao intentar desta acção. Já em 1892, quando, ao primeiro alvorecer da Constituição actual, assumimos a iniciativa de estreiar, com o pleito das victimas da dictadura de abril, a protecção da justiça creada neste regimen contra as usurpações do poder, este foi o

subterfúgio, com que se tentou matar, á nascença, a melhor instituição do novos systema". (Barbosa, 1928: 284).

Em discurso proferido em 25 de janeiro de 1925, discutindo a intervenção no Estado do Rio de Janeiro, Ruy Barbosa voltava à questão do controle de legalidade dos atos do poder político. No artigo intitulado "*Supremo Tribunal Federal. Sua competência para dirimir questões políticas. Sua preeminência no nosso organismo jurídico-constitucional*", Ruy dizia:

"E aqui, senhores, é que se levanta a segunda questão, a segunda objecção a que alludi no começo do meu discurso, a objecção em que os autores desse projecto, os amigos do partido que o sustenta, negam em geral, em absoluto, ao poder judiciário a sua competência nos casos políticos". (Barbosa, 1928: 189)

E arremata:

"a Suprema Corte dos Estados Unidos é frequentemente chamada a resolver grandes questões políticas, submetidas ao seu conhecimento, sob fórmulas judiciais". (Frederick Pollock *apud* Barbosa, 1928: 192).

Tanto a Constituição de 1934 quanto a de 1937 buscaram reduzir a discricionariedade dos membros do Poder Judiciário para formular julgamentos fundamentados em razões distintas das enunciadas legalmente, fundados em discricionariedade ou por interesses políticos ou pessoais, bem como instituiu o reconhecimento de competência para os casos submetidos sob a forma jurídica, mesmo que de interesse político. Foi a Constituição de 1934 que inaugurou a regra da competência dos tribunais na elaboração de seus regimentos internos, o que foi mantido na Carta de 1937, e que implicou em atribuição de atividade legislativa aos tribunais.

A concepção de que a centralização política do Estado, durante a vigência da Carta de 1937, e a racionalização dos procedimentos implicou num esvaziamento do poder local e se verifica porque "*na medida em que aumenta a eficácia do mecanismo judiciário e policial dos Estados, mais subordinada ao poder se torna essa magistratura oficiosa*". (Leal, 1948a: 158). Victor Nunes Leal observa que fazia parte do compromisso "coronelistas", o conformismo político que possibilitava a nomeação dos delegados e subdelegados e mesmo a ligação com a justiça e a promiscuidade dos

interesses locais com as razões de decidir dos órgãos judiciários. Dentre as muitas medidas que se buscou para a centralização do Estado e esvaziamento dos poderes das unidades federativas e dos chefes locais, uma é sobremaneira relevante para o funcionamento do Poder Judiciário, trata-se da uniformização da lei processual, ou seja, a adoção de um Código de Processo Federal, para todo o país, pondo fim aos regionalismos processuais e suas peculiaridades. *“Confirmou-se a tradição constitucional brasileira. Desde o Império (1834) as províncias (Estados) organizavam a divisão, e o poder central estabelecia a organização judiciária”*. (Nequete, 2000d: 120).

Os Estados continuaram detentores do poder de organização e divisão judiciária, mas a edição de lei processual passou a ser exclusiva da União. Por organização se compreende a Constituição dos órgãos judiciários, a enumeração e nomenclatura dos juízes e tribunais, suas composições e competências, ou seja: a estruturação dos órgãos judiciários e divisão de funções entre os mesmos.

As ligações dos juízes com os chefes locais podiam diminuir na medida em que eram ampliadas as garantias do Poder Judiciário. O art. 177 da Constituição de 1937 possibilitava que os membros da magistratura pudessem ser aposentados compulsoriamente, subtraindo na prática todos as garantias estabelecidas na Constituição.

Tratando das garantias da magistratura nos regimes autoritários, Oliveira Vianna, em parecer, sobre o sentido e alcance do art. 177 da Constituição de 1937, defendia que os juízes que adotassem posições diferentes das do regime deveriam ser aposentados compulsoriamente, porque não lhes era lícito pensar fora dos parâmetros oficiais (pensamento totalitário), cuja vontade da nação estava encarnada na vontade do chefe do Estado.

“Realmente, os magistrados representam, como vimos, órgão de soberania nacional e são, como tais, autônomos e independentes. Não corre o mesmo com os outros funcionários. Estes podem ser autônomos, mas não são independentes: estão presos aos deveres de obediência hierárquica e, dentro do espírito do Estado Autoritário, em que estamos com a Constituição de 1937, estão obrigados à obediência ao Chefe do Governo”. (Vianna, 1991: 177).

Oliveira Vianna afirmou em parecer que os juízes que fossem mantidos em atividade não poderiam ser molestados em sua independência e salientou que se os funcionários administrativos estão sujeitos à obediência ao chefe do Estado os magistrados não podem estar, sob pena de violação ao princípio da independência dos juízes, indispensável ao exercício de suas funções, mesmo que não se esteja num regime de separação de poderes.

“Ora, esta obediência pessoal ao Chefe do Governo, não pode atingir os órgãos da magistratura: e isto reduz sensivelmente o campo de aplicação do art. 177, no que toca ao afastamento dos magistrados. Estes, legitimamente, só poderão ser aposentados com fundamento neste artigo quando, pelas suas idéias e doutrinas, estiverem em desacordo com os princípios do próprio regime (...) O Governo é discricionário, mas não arbitrário”. (Vianna, 1991: 178).

Formulando a defesa de uma interpretação do art. 177 da Constituição de 1937, que autorizava a aposentadoria compulsória dos agentes públicos administrativos e políticos de investidura permanente, Oliveira Vianna dizia que

“Num regime de poderes separados, de predominância de direitos subjetivos, de subestimação do interesse coletivo e nacional – como ora (sic!) o caso das duas Constituições anteriores – não seria admissível tal disposição – porque incompatível com o postulado democrático da liberdade de opinião, assegurada a todos os cidadãos, inclusive os funcionários públicos”. (Vianna, 1991: 154).

Assegura Oliveira Vianna que nem nos regimes totalitários de então estavam os juízes sujeitos à disciplina e hierarquia administrativa, bem como controlados no exercício de suas funções, embora tão tivessem a independência própria dos regimes pluralistas, assecuratórios de direitos subjetivos individuais e garantidos pelo sistema da separação de poderes. Sobre os juízes, disse Oliveira Vianna que não estavam

“sujeitos à hierarquia administrativa, em nenhum são subordinados ou subalternos. São funcionários autônomos e soberanos, como bem diz Chimiente. (...) apesar dos seus princípios sublimadores do Executivo, não quis restringir o livre movimento dos magistrados no campo das suas

atribuições e reconheceu à magistratura este clima de independência, sem o qual é-lhes impossível funcionar”. (Vianna, 1991: 171).

A redação originária do art. 177 da Constituição de 1937, analisada por Oliveira Vianna, atribuía ao Presidente da República poderes para durante 6 meses decretar tal aposentação. Mas, a Lei Constitucional 2, de 24 de maio de 1938 (Brasil, 1938), transformou este prazo em tempo indeterminado. Assim, os juízes estaduais, uma vez que a justiça federal de primeira instância havia sido abolida, estavam sujeitos à permanência no cargo por juízo de conveniência e oportunidade dos governantes estaduais, que podiam igualmente afastá-los imotivadamente. No entanto, o Decreto-lei 1202 de 8 de abril de 1939 (Brasil, 1939), submeteu a aposentadoria dos juízes estaduais, antes de competência exclusiva dos governantes estaduais, a prévia autorização do Presidente da República.

A necessidade de prévia autorização do Presidente da República para o afastamento dos juízes não significou maior independência do judiciário em relação ao mando local. Isto porque em sendo os governos estaduais, durante o Estado Novo, submetidos à nomeação do Presidente da República, não tinham independência para pronunciar julgamentos que pudessem ir de encontro aos interesses políticos reinantes, fossem do Estado ou dos governantes.

A anomalia no funcionamento institucional nem sempre decorreu da falta de garantias à magistratura. Mesmo quando detentores de independência funcional, nem sempre os juízes se afastaram dos interesses menos escrupulosos das situações políticas locais.

“As garantias legais nem sempre podem suplantar as fraquezas humanas: transferência para lugares mais confortáveis, acesso aos graus superiores, colocação de parentes, gosto do prestígio, eis os principais fatores de predisposição política de muitos juízes”. (Leal, 1948a: 158).

A República Velha trazia em seu seio a negação da verdade eleitoral por meio de ausência de lisura dos pleitos, violação do voto, acabrestamento eleitoral⁶⁴. Tudo, sob as vistas dos juízes designados para apreciação das questões eleitorais. Mas, se tratavam de

⁶⁴ A respeito, ver Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. 1976.

juízes “escolhidos à dedo”, o que ensejou, quando da criação da Justiça Eleitoral, que os juízes dos Tribunais Regionais e do Tribunal Superior Eleitoral fossem “escolhidos” pelo processo de sorteio.

O Decreto 19.398 de 11 de novembro de 1930 não havia tocado no Poder Judiciário. Em seu art. 3º dispunha que “*continuará a ser exercido na conformidade das leis em vigor*”. A primeira intervenção se deu com a edição do Decreto 19.656 de 03 de fevereiro de 1931 que reduzia para 11 onze o número de Ministros do Supremo Tribunal Federal, que na Constituição de 1891 havia sido fixado em 15⁶⁵ e igualmente proibiu os juízes de aceitarem cargos de nomeação ou comissão, mesmo que de provimento gratuito, exercer qualquer outro cargo público, inclusive eletivo, salvo um de magistério.

O Decreto 19.656 de 03 de fevereiro de 1931 que interveio diretamente no Poder Judiciário, é um marco no afastamento formal dos membros do judiciário com as demais funções do Estado. Após este Decreto um outro evento adveio que implicou em direta intervenção na cúpula do Poder Judiciário. Foi o Decreto 19.711 de 18 de fevereiro de 1934 que afastou 5 dos membros do STF⁶⁶.

Com a redução do número de ministros do STF para 11 membros e o afastamento de 5 dos seus membros, um cargo restou vago no STF. Para este, o Presidente da República nomeou o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Plínio Casado, para preenchê-lo. Desta forma, mantinha a tradição de nomeação de aliados políticos para a Suprema Corte, tradição mantida até os dias atuais.

O Governo provisório, de 1930 a 1934, legislava no sentido conter o judiciário e afastar os juízes das relações das quais eram oriundos na República Velha, afastando-os das relações com os demais poderes e impedindo-os de exercitar funções na seara política. Simultaneamente sinalizava que o judiciário lhe estava submetido e, mediante intervenção direta no STF, fazia toda a magistratura compreender a falta de independência funcional a que estava subordinada. Assim, em 21 de julho de 1933, dirigiu ofício ao STF no qual “*desejando patentear o seu apreço à Justiça, de que*

⁶⁵ Ver, art. 56 da CR de 1891 *in* CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Todas as Constituições do Brasil*, 1978.

⁶⁶ Os ministros afastados foram Godofredo Cunha, Edmundo Muniz Barreto, Antônio Carvalho Pires e Albuquerque, Pedro Afonso Mibielli, Pedro dos Santos e Geminiano da França.

aquela Corte era a mais alta expressão” (Nequete, 2000d: 69) comunicava a decretação da aposentadoria do Ministro José Soriano de Souza Filho e solicitava a indicação de uma lista com 5 nomes, dos quais um seria nomeado para a vaga.

O Decreto 19.847, de 10 de abril de 1931, determinou a publicação dos atos judiciais no Diário da Justiça, que passou a ser editado em separado do Diário Oficial. Este publicava atos dos demais poderes.

A formação dos juízes associada ao papel desempenhado pela magistratura, na República Velha, tornava-se cada vez mais incompatível com a nova ordem que, impulsionada pelas transformações político-econômicas em curso, se iam estruturando. O resultado eram conflitos entre a situação anterior e a que ganhava nova forma. Os conflitos eram quase sempre resolvidos com o afastamento de juízes de suas funções por consideração de *“imperiosas razões de ordem pública”* ou de *“outra natureza relevante”* (Nequete, 2000d: 67).

Assim não se depreendeu relevante tensão entre o Poder Executivo e o Judiciário nos anos 30-45. Restabelecida a ordem constitucional pela Constituição de 1934, o judiciário já se encontrava domesticado. Durante o Estado Novo foi estabelecido que os crimes cometidos contra a segurança do Estado e a estrutura as instituições ficariam sujeitos a uma justiça especial, conforme preceituava o art. 172 da Constituição de 1937, regulamentado pela lei 88 de 20 de dezembro de 1937 (Brasil, 1937). Mas o Tribunal de Segurança Nacional já se encontrava criado desde 1936 pela Lei 244 de 11 de setembro de 1936 (Brasil, 1936), cuja constitucionalidade o Supremo Tribunal Federal reconhecera em julgamento proferido em 11 de janeiro de 1937 ao negar *habeas corpus* impetrado por João Mangabeira⁶⁷.

Bastou que o Executivo começasse a fraquejar para que o judiciário, em arroubo de independência, se expusesse. Assim, em 11 de abril de 1945⁶⁸ *“permitiu-se insurgir – através da concessão de habeas corpus – contra alguma das condenações do Tribunal de Segurança: sobretudo quando a ditadura já começava a dar mostras de estar próximo o seu fim”*. (Nequete, 2000d: 85). O fato foi tratado em editorial do influente Jornal do Comércio:

⁶⁷Nequete, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência, 2000d: 85.

⁶⁸Nequete, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil a partir da independência, 2000d: 85.

“O voto unânime dos juízes que compõem o egrégio Supremo Tribunal Federal traz à Nação inquieta a segurança de que a justiça no Brasil paira acima dos interesses políticos, não se intimida com as restrições à sua soberania, não recua diante das armas do arbítrio punitivo do poder”.
(Jornal do Comércio, 12/04/1945).

A promulgação da Constituição de 1946 restabeleceu a feição do judiciário que havia sido instituído pela Carta de 1934, sem grandes alterações, salvo quanto à integração da Justiça do Trabalho na estrutura do Poder Judiciário. Igualmente não restaurou a Justiça Federal de primeira instância, embora tenha instituído o Tribunal Federal de Recursos para apreciação dos recursos nas causas de interesse da União Federal. Se o desequilíbrio das forças políticas que atuaram no período de 1946 a 1964 era evidente, com reiteradas tentativas de golpes, no âmbito do Poder Judiciário, tais tensões não se verificaram. O Poder Judiciário se manteve numa postura predominantemente de autonomia e independência. Entretanto, a política não revelava acentuado grau de judicialização, as relações sociais não se apresentavam judicializadas, nem havia direitos e conflitos sociais a serem dirimidos por ele. Por outro lado, sua autonomia não se revelava tão intensa a ponto de se apresentar como um “grupo inteiramente fechado”. O árbitro das disputas políticas eram os militares. Estes se encontravam fortalecidos com a campanha na Europa, que resultou no vencimento do nazismo e do fascismo. Tendo em vista a situação dada, o Poder Judiciário atravessou o período 1945 e 1964 sem maiores tensões e mesmo o *habeas corpus* impetrado pelo Presidente afastado Café Filho não foi apreciado, porque o Ministro Nelson Hungria teria dito que não deferiria liminar contra o Exército. As tensões decorrentes da arbitragem de causas relevantes para os interesses políticos em conflito somente voltariam a se manifestar, e com intensidade, após os acontecimentos do 1º de abril de 1964.

3.6 – Justiça Eleitoral: a racionalidade de 1932 numa sociedade relacional, cordial e clânica

A criação da Justiça Eleitoral em 1932 é tida como um marco na história do processo eleitoral no Brasil somente comparável em termos de alteração do

funcionamento da arbitragem do processo político com a adoção do voto eletrônico. A entrega da totalidade do processo, desde o alistamento eleitoral até a proclamação dos eleitos, à Justiça Eleitoral foi celebrada pelos que demandavam mecanismos racionais de pautamento das demandas e solução dos litígios com fundamento numa ordem que lhes desse referência e dificultasse as incertezas das decisões políticas ou dos caprichos interessados. As decisões passaram a ser devidas por Juízes, detentores das prerrogativas de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos, portanto com capacidade de produzir julgamentos afastados, ao menos teoricamente, das injunções político-partidárias e interesses diretos das partes. A princípio, o critério norteador das decisões judiciais é fundado no princípio da livre convicção motivada, ou seja, as partes fazem suas alegações, produzem as provas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados e o juiz, com liberdade na formação do seu juízo, acolhe uma das teses apresentadas, devendo tão somente fundamentar sua decisão, motivando o ato praticado, isto é, explicitando as razões de fato ou de direito que ensejou a decisão proferida.

A justiça eleitoral, composta por membros sem interesse direto no pleito, quase sempre exerceu o papel formal de referendar os resultados e de presidir cerimônias de diplomação dos eleitos. O juiz não é um ator político-partidário. Não raro lhe escapam os mecanismos utilizados num processo eleitoral. A questão elementar de que eleição custa dinheiro e este deve vir de algum lugar e que a regularidade de uma eleição pode começar a ser garantida se regular a origem dos recursos, bem como a sua aplicação, nunca se apresentou como questão relevante, ainda que atualmente a questão esteja sendo levantada por alguns setores da vida social ou de grupos políticos.

No Rio de Janeiro, depois das fraudes generalizadas nas eleições de 1994, que resultou na anulação das eleições, propôs-se a realização, em 1996, de "eleições limpas". Diversos encontros e congressos foram promovidos com os Juízes Eleitorais e montou-se estrutura para análise contábil das contas apresentadas pelos candidatos, dentre outras medidas. Naquela eleição, embora apenas na esfera municipal, foi possível verificar-se a rede de interesses e intrigas quando se pretende promover a atuação institucional nos moldes preconizados nos fundamentos teóricos que ensejam suas atuações, ou seja, nos moldes que teoricamente funcionam as instituições judiciais: no alegado e no provado. No ano subsequente haveria eleição para presidente do TRE-RJ e o presidente em exercício havia sido reconduzido à Justiça Eleitoral por mais um biênio.

Mas, uma liminar deferida ao então vice-presidente impedia o presidente de concorrer à reeleição. Assim, somente o vice-presidente poderia concorrer para a presidência e o presidente somente poderia concorrer para a vice-presidência. Da composição dos TRE's a presidência e vice-presidência cabe aos desembargadores estaduais que compuserem o tribunal. Tal liminar, recheada de casuísmo desconsiderou precedente, ou seja, o fato de que os presidentes anteriores, reconduzidos pelo tribunal de justiça ao tribunal eleitoral cumpriram os dois mandados na presidência. O golpe que se tramou contra o então presidente Antônio Carlos Amorim ensejou o pedido de aposentadoria antecipada daquele desembargador.

Em nenhuma discussão sobre a reforma do Judiciário se propôs ou se propõe a modificação da estrutura da Justiça Eleitoral. Trata-se da mais tacanha estrutura, onde todos os membros são escolhidos (todos mesmo), por critérios ditos discricionários. Uma proposição para a justiça eleitoral é que, tal como defendia Leonel de Moura Brizola, possa resultar da emanção dos partidos, temperada pela racionalidade que há de existir no poder judiciário. O critério de sorteio para indicação dos juízes pode quebrar as articulações que lhe dão a conotação politizante.

O Tribunal Superior Eleitoral é composto de, no mínimo, sete membros: três são membros do Supremo Tribunal Federal, dois são do Superior Tribunal de Justiça e dois são advogados nomeados pelo presidente da república em lista sêxtupla que lhe é encaminhada. A forma de nomeação dos Ministros do Supremo resultou em data pretérita na nomeação do líder do Governo na Câmara, Ministro Nelson Jobim, que apesar das íntimas relações com o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e com o seu candidato José Serra foi indicado pelo STF para o TSE onde se tornou presidiu as eleições de 2002, e atuou de forma pouco compatível com o papel de um magistrado no nosso sistema judiciário, na concepção de Dalmo de Abreu Dallari (Dallari, 1996).

Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos de sete membros efetivos com mandatos de dois anos, sendo dois Desembargadores e dois Juízes, escolhidos discricionariamente, dentre membros do Tribunal de Justiça do Estado pelo próprio Tribunal; um Juiz escolhido, também discricionariamente, no Tribunal Regional Federal e dois advogados escolhidos pelo Presidente de República, em lista sêxtupla que lhe é encaminhada. Estes advogados sequer estão obrigados a se afastar de seus escritórios

enquanto exercem a judicatura, afastados tão somente da advocacia eleitoral. Os Juízes eleitorais são escolhidos discricionariamente pelos TRE's. O CNJ impôs a realização de rodízio bienal dos juízes da mesma comarca. Mas, quando lhe convém, o TRE deixa de escolher o mais antigo que teria direito à nomeação ou relaciona os cargos de acordo com a sua conveniência, de modo que a premiar os favoritos com a lotação em Zonas Eleitorais dos seus interesses. Se a nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente da República sofre injunções e preocupa importantes setores da sociedade, mesmo que sabatinados e sujeitos a aprovação pelo Senado Federal, que se dirá de nomeações despidas de tal meio, mesmo que pouco eficaz, de controle. O apadrinhamento, pelo tráfico de influência, e que Victor Nunes Leal chama de filhotismo, é uma constante no processo de escolha. É possível antever a rede de interesses que se forma a impedir a regularidade do funcionamento.

No dia 17/08/2005 foi publicado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Cavalieri, edital, destinado aos juízes estaduais, comunicando abertura de vaga de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 2005/2007. No dia 22/08/2005 o prazo para inscrição terminou com uma única inscrição, a do então Juiz de Direito Rogério de Oliveira Souza, hoje desembargador do TJ/RJ, situado dentre os mais antigos da carreira e com um dos maiores índices de produtividade, incluído decisões, audiências e sentenças.

O candidato que era tido como sendo o “favorito da Corte” não se havia inscrito; perdera o prazo para se inscrever. Assim, em 29/08/2005 novo edital foi publicado⁶⁹. Feitas as inscrições, e tendo aquele juiz se inscrito, foram colocados em votação os requerimentos. O “favorito” foi escolhido pela maioria dos votos do Órgão Especial em primeira votação e reconduzido a vaga de juiz no TRE/RJ⁷⁰.

⁶⁹ D.O.E.R.J., 29/08/2005, parte III,

⁷⁰ O Tribunal Regional Eleitoral/RJ na sessão do dia 10/11/2005 deu provimento a recurso de ex-Governador do Estado lhes afastando a inelegibilidade imposta por sentença proferida por juíza eleitoral, que os condenara por abuso de poder econômico e político. Um dos membros do TRE/RJ fundamentou o voto no que considerou ser uma irrisória quantia indevidamente apropriada: R\$ 318.000,00 (correspondente a 1.060 salários mínimos na época). O fundamento do voto foi o seguinte: “*Com as denúncias de mensalão, a quantia (os R\$ 318.000,00 apreendidos na sede do PMDB em Campos sem origem comprovada) deixou de ser vultosa e passou a ser módica*”. Fonte: O Globo, 11/11/2005. O TRE/RJ era presidido pelo Desembargador Marlan de Moraes Marinho e a Governadora Rosinha Garotinho nomeou seu irmão Lindolpho Marinho para o cargo de Desembargador, em vaga do quinto constitucional (ingresso sem concurso nas magistraturas estaduais e regionais) destinada aos advogados.

O funcionamento do judiciário e os mecanismos de escolha dos juízes por critérios discricionários ou por merecimento promove modelo relacional de solução das causas submetidas ao seu arbitramento, sob o princípio da pessoalidade e da cordialidade, sejam os julgamentos ou os atos administrativos. Os editais, quando não satisfazem os destinatários individualizados, são desconsiderados e republicados, em contrariedade à racionalidade que se esperava quando da criação da Justiça Eleitoral em 1932.

3.7 – O papel desempenhado pela Justiça Eleitoral como instância mediadora das relações político-partidárias. Manipulação da vontade popular e exercício do voto livre.

Victor Nunes Leal termina sua clássica obra sobre o sistema coronelista dizendo que as medidas de moralização da vida política nacional são indiscutivelmente úteis e merecem aplauso de todos que anseiam a elevação do nível político do Brasil. No entanto, conforme observamos alhures, adverte: “*Mas, não tenhamos demasiadas ilusões*”. (Leal, 1948: 189).

A justiça eleitoral, criada para decidir racionalmente, está condenada ao papel de ator coadjuvante do espetáculo eleitoral. Por vezes realiza punições exemplares a fim de satisfazer os escrúpulos de parcela da sociedade, o moralismo da mídia ou os interesses das empresas de comunicação dos centros urbanos, mas pouco pode fazer para coibir de fato o que se considera vício na funcionalidade do sistema eleitoral. Não raro, as decisões “moralizantes” da justiça eleitoral aumentam a eficiência das oligarquias regionais e aumentam a eficiência dos currais eleitorais.

A aprovação do Projeto de Lei da Ficha Limpa, convertido na Lei Complementar 135 (Brasil, 2010), prevê a inelegibilidade de candidatos condenados por decisões de tribunais locais, antes do trânsito em julgado, afastando o princípio da inocência e amplia o poder dos tribunais locais. Esta ampliação do poder dos Tribunais Regionais e Estaduais nos remete à cassação do governador do Maranhão Jackson Lago, que perdeu o mandato para Roseana Sarney, e do senador João Capiberibe, do Amapá, que perdeu o mandato para Gilson Borges, também do grupo de Sarney.

A fim de se desincompatibilizar e concorrer a governador nas eleições de 2002 um prefeito da Baixada Fluminense, processado por homicídio no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, renunciou à prova de defesa para antecipar o julgamento. Foi absolvido. Se findasse seu mandato ou se desincompatibilizasse antes do julgamento, o processo iria para o popular Tribunal do Júri, com resultado imprevisível.

A lei prevê a possibilidade de recurso aos tribunais superiores para restabelecimento da candidatura impugnada. A questão nos remete à possibilidade concreta de acesso dos candidatos populares aos tribunais superiores.

O processo de escolha dos juízes eleitorais, pelos TREs, com recusas de juízes independentes ou desconsideração a seus requerimentos, e a politização dos tribunais locais, poderá gerar a politização da Justiça e oligarquização da política sob o pretexto da ficha suja dos opositores do regime. Na República Velha, a Comissão de Verificação dos Poderes só empossava os candidatos das oligarquias.

Já nas eleições de 2008 a Justiça Eleitoral pretendeu indeferir o registro das candidaturas de quem estivesse indiciado em inquérito policial ou acusado em processo penal, antes mesmo da sentença condenatória. Ainda que a eticidade no processo político e eleitoral fosse medida reclamada pela mídia e pela sociedade se tratava de decisão alheia ao sistema de garantias próprios do Estado de Direito. A busca da legitimação do sistema representativo não se pode fazer alheia às garantias individuais. O que se denomina soberania popular decorre da vontade do povo e se exerce na forma da lei. Num Estado de Direito, mesmo o Estado que edita a lei deveria a ela estar subordinado. E a norma constitucional era clara. Inexistindo sentença condenatória, não seria possível subtrair direito, seja o de ir e vir, sejam os decorrentes da cidadania. Mas, uma proposta popular, capitaneada pela CNBB e abraçada pela mídia, acabou por obter a aprovação de uma lei que se denominou Lei da Ficha Limpa e que entrega ao judiciário a capacidade de manter a elegibilidade dos candidatos.

Dispõe a Constituição que ninguém será considerado culpado sem sentença transitada em julgado. Isto vale para o direito de ir e vir, consequência principal da condenação, e igualmente para os efeitos secundários, como a suspensão dos direitos políticos. A Constituição diz ainda que os atos de improbidade administrativa importam

em suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública. Mas, a lei é afirmativa expressamente que a sentença somente produzirá efeito com o trânsito em julgado.

Na 1ª República os cargos políticos mais cobiçados eram o de chefe da polícia, para perseguir os adversários, e o de juiz seccional, encarregado das funções eleitorais quando inexistia justiça eleitoral. Do arranjo destas autoridades com a Comissão de Verificação dos poderes, encarregada da diplomação dos eleitos, decorria o sistema fraudador da vontade popular. Ainda que não se considerasse mais possível pensar as instituições democráticas com os atuais mecanismos institucionais, a prevalecer a possibilidade de suspensão de direito, sem prévio julgamento, bastaria a ação de um delegado amigo e um promotor partidário, para eliminação dos adversários políticos.

Encarregada a Justiça Eleitoral de arbitrar as disputas políticas na atualidade, com possibilidade de recurso para o STF, nem sempre as instituições funcionam com a racionalidade que teoricamente orientam suas escolhas. Em julgamento após as eleições de 2010 sobre a validade da Lei da Ficha Limpa, o Ministro Gilmar Mendes disse que a lei fora aprovada em clima fascista e que cabia àquela Corte garantir os direitos de quem os detém.

3.8 – Justiça Eleitoral: de árbitro a guardião

A ausência de definição legal da competência da Justiça Eleitoral e o processo de judicialização da política tem propiciado que esta justiça especializada do judiciário brasileiro autodefinia sua competência, ampliando-a para além do que fora concebida. Assim, de árbitro dos interesses em conflito, a ser resolvido sob o fundamento do direito legislado e invocado, a Justiça Eleitoral transmudou-se em guardião do processo político e da atuação parlamentar, dentre o que a fidelidade partidária.

3.8.1 - Partido e coligação: apresentação formal e personalismo dos candidatos

O Código Eleitoral faculta a dois ou mais partidos coligarem-se para o registro de candidatos comuns a deputado federal, deputado estadual e vereador, de acordo com as convenções partidárias regionais ou dos municípios. Os partidos podem se associar a outros, compondo coligações e ensejando a apuração do quociente partidário pelos votos atribuídos á coligação.

Igualmente é possível a coligação para as eleições majoritárias de Presidente, Governador e Senador. Mas, em tal caso, o único efeito da coligação é o somatório do tempo a que cada partido componente da coligação tem direito a título de HGPE, uma vez que não há que se falar em quociente eleitoral em eleições majoritárias.

Em mandados de segurança⁷¹ julgados pela 82ª Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro estabeleceu-se discussão sobre a natureza das coligações e partidos, bem como suas existências e eficácia dos atos decorrentes da formação daquelas, mesmo depois de dissolvidas com a proclamação do resultado das eleições.

O cerne da questão consistiu em saber se o suplente que deixa o partido perde automaticamente o direito de assumir em caso de vacância de cargo eletivo e se a vaga decorrente de renúncia a mandato deve ser preenchida com base na lista de suplentes pertencentes à coligação partidária ou apenas na ordem de suplentes do próprio partido político ao qual pertencia o parlamentar renunciante.

Foi evocado o entendimento do STF quanto á aplicabilidade dos princípios atinentes à infidelidade partidária, se aplicável aos eleitos e se estende aos suplentes. Em julgamentos nos quais o STF tem entendido que a perda do cargo por infidelidade partidária enseja a convocação do suplente do partido, para não alterar o tamanho da bancada partidária.

A eleição para membros do poder legislativo no Brasil, excetuado para o cargo de Senador da República, obedece ao princípio da proporcionalidade e não da

⁷¹ Processos Processo nº 000005-50.2011.6.19.0082, 000003-80.2011.6.19.0082 e 000002-95.2011.6.19.0082 da 82 Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Disponível no site <http://www.conjur.com.br/2011-abr-11/juiz-eleitoral-nega-pedidos-suplentes-ocuparem-vagas> no dia 18/09/2011 às 16:31h

majoritariedade dos votos. Estabelecida a proporcionalidade com a população a ser representada os candidatos concorrem ao preenchimento das vagas em partidos ou coligações e o somatório dos votos por eles obtidos define o número das cadeiras a ocupar por cada partido ou coligação, de acordo com o quociente eleitoral.

3.8.2 – *Quociente eleitoral e o voto partidário*

O quociente eleitoral determina-se dividindo o número de votos válidos (atribuídos a candidatos ou legendass) na circunscrição eleitoral (Estado ou Município) pelo número de deputados ou vereadores a serem eleitos. Assim, determinado o quociente eleitoral divide-se o número de votos obtidos pelo partido ou coligação a fim de se estabelecer o quociente partidário.

Quociente partidário é a divisão do número de votos obtidos por partido ou coligação pelo quociente eleitoral. Atingido o quociente partidário consideram-se eleitos tantos candidatos quanto registrados por um partido ou coligação quanto for o respectivo quociente partidário, desprezadas as dízimas, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

Em decorrência de não serem as divisões entre quocientes partidários e quociente eleitoral umas divisões exatas restam sobras das divisões e alguns cargos não são preenchidos ante a inexatidão da divisão. Assim, a lei estabelece critério para o preenchimento das vagas remanescentes pelo critério das sobras. Pelas sobras o partido ou coligação preenche os cargos remanescentes de acordo com o maior resultado (elemento da divisão).

Assim, divide-se o número de votos atribuídos pelos partidos ou coligações pelo número de cadeiras ocupadas em decorrência da divisão votos/quociente eleitoral acrescido de uma unidade.

Nos termos do Código Eleitoral, o preenchimento dos cargos legislativos por partido ou coligação faz-se segundo a ordem de votação nominal obtida pelos respectivos candidatos.

Todos os membros de partido ou coligação que contribuíram para a formação do quociente partidário são considerados suplentes na ordem da votação nominal obtida. A ordem da eleição ou da suplência é definida no momento da proclamação do resultado eleitoral. Em caso de empate, desempata-se em favor do mais idoso. Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos os candidatos mais votados, de acordo com ordem nominal de votação. Diante de partidos ou coligações que tenham obtido o quociente eleitoral os que não o atingirem não terão assento.

O Código Eleitoral, Lei 4737/65 (Brasil, 1965a), promulgado em 15/07/1965, foi editado quando não se cogitava de atuações coligadas de partidos. Ao contrário, se pretendia impossibilitar que os partidos que não apoiassem o regime que se impunha não se articulassem ou que não se pudessem manifestar. Em 27/10/1965 foram extintos os partidos políticos e cancelados seus registros, mas possibilitada a formação de dois partidos.

Apenas matematicamente se poderia cogitar da existência de três partidos, pois a organização partidária delmandava a filiação de 1/3 dos Senadores da República. Naquele período, mesmo a existência de um partido de oposição contou com a filiação de um senador do regime a fim de evitar a unicidade partidária, criar um partido de oposição e possibilitar o discurso oficial de que se estava num regime que tolerava a oposição.

A retomada da redemocratização do Brasil a partir de 1979 e o advento da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 (Brasil, 1979a), que extinguiu os partidos políticos do sistema bi-partidário, possibilitou a formação de novos partidos, ainda que com rígidas exigências. Mas aquela lei vedou expressamente as coligações.

3.8.3 – Coligações, suplências e fidelidade partidária

Somente em 1985, com o advento da consolidação do processo de transição e edição da Lei 7.454/85 (Brasil, 1985), visando à convocação da Assembléia Constituinte, foram possibilitadas coligações partidárias.

A coligação partidária para fins de disputa eleitoral, que possibilita a junção de correntes ideológicas e de opinião do mesmo espectro político ou que tenham objetivos comuns mediatos ou imediatos é instituto anômalo à legislação que vigeu no período autoritário, com sua tacanheza binária e por isso a ela não se referiu o Código Eleitoral de 1965 até o advento da modificação introduzida pela lei 7454 de 30/12/1985 (Brasil, 1985). De 1965 a 1985 não há qualquer referência à coligação partidária nas instituições judiciárias ou legislativas brasileiras. De 1965 a 1979 vigeu o bipartidarismo e desta data até 1985 se pretendeu a vedação de alianças entre os partidos que faziam oposição ao governo militar.

As coligações são formadas sem identidade ideológica ou programática e tão somente para ampliar tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral, para ampliar a possibilidade de eleição de chefes partidários sem apoio eleitoral suficiente para atingimento do quociente eleitoral ou como meio de obtenção de vantagens por aqueles que controlam as estruturas partidárias. O instituto da coligação, no entanto, é instrumento da democracia pluralista e realidade política decorrente das relações e trocas próprias da política.

No âmbito jurídico, a coligação partidária, é realidade temporal, existente e vigente durante o período eleitoral, com prática de atos cuja eficácia se distende para momento posterior à sua desconstituição.

Assim, mesmo com a dissolução da coligação no momento da proclamação do resultado se reconhece a ineficácia dos seus atos destinados a produzir efeitos futuros, quando não mais presentes as circunstâncias nas quais existiram ou tiveram validade. Assim, a eficácia dos resultados decorrentes das coligações independe da superveniência da existência das circunstâncias que a ensejou.

As coligações não se destinam apenas a disputar a eleição, mas formar o quociente partidário e a determinar os eleitos e suplentes no momento da proclamação do resultado eleitoral, que tanto no TSE quanto no STF se tem chamado de “verdade eleitoral”. Assim, proclamado o resultado eleitoral, com a elaboração da lista dos eleitos e dos suplentes, pouco importa que os partidos se extingam⁷², se fundam e que as

⁷² A extinção do Partido Comunista do Brasil, PCB, em março de 1947 suscitou a discussão sobre a cessação dos mandatos dos parlamentares por ele eleitos. No contexto da “guerra fria” e das injunções políticas daquela decisão o TSE cassou o mandato dos parlamentares daquela sigla em janeiro de 1948.

coligações, criadas para a disputa eleitoral, se dissolvam. O resultado proclamado tem efeito futuro até o fim do mandato para o qual se tenha realizado a eleição.

O Código Eleitoral, de 1965, determina se consideram suplentes da representação partidária os mais votados e não eleitos da mesma legenda, na ordem das votações.

Ao tempo da entrada em vigor do Código Eleitoral tinha-se que a disputa eleitoral se processava exclusivamente por meio dos partidos, e por meio deles a representação partidária. O advento das coligações inovou a realidade, ainda que aquele Código seja a referência para disciplinar a relação das suplências, seja dos partidos ou coligações. Assim, se para efeito da apuração do quociente partidário são computados todos os votos atribuídos á coligação o mesmo há que se fazer para formação da lista de suplência, no momento da proclamação do resultado eleitoral.

O quociente eleitoral que assegura a eleição a determinado candidato é formado pelos votos da coligação e não do partido isoladamente. A Lei 7.454/85 (Brasil, 1985) que autorizou a formação de coligações eleitorais, com denominação própria independente dos partidos, lhes assegurou os mesmos direitos conferidos aos partidos políticos. Por seu turno a Lei Eleitoral nº 9.504/97 (Brasil, 1997) dispõe que as coligações funcionam como agremiação única no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários e na qualidade de entes despersonalizados, mas titulares de direitos, o TSE vem reconhecendo legitimidade ativa às coligações para, mesmo após o período eleitoral – quando não mais subsistem -, propor ações previstas na legislação eleitoral.

As coligações são realidade jurídica e política temporal e o resultado eleitoral proclamado ao fim de cada eleição é eficaz até o término do mandato cujo preenchimento se destina.

Diversa é a situação de convocação do suplente em decorrência de perda do mandato do parlamentar por infidelidade partidária. Neste caso, o que se denota é uma tentativa judicial de promover a fidelidade partidária. A decisão do STF que tem propiciado a perda de mandatos de eleitos que deixem o partido pelo qual se elegeram, salvo para compor partido novo, está contextualizada na pretensão de promover-se

reforma política por meio do judiciário num cenário de ativismo judicial e judicialização da política.

No caso de perda do mandato por infidelidade partidária pouco importa que o parlamentar tenha deixado seu partido para se filiar a outro que tenha composto a coligação pela qual tenha sido eleito. A infidelidade partidária sujeita o “*infiel*” à perda do mandato e convocação do suplente do próprio partido. Mas, não se confunde a convocação de suplente do partido para compor vaga decorrente da perda do mandato do “*parlamentar infiel*” com a convocação de suplente da coligação por vacâncias de outras ordens.

A convocação de suplente da coligação por vacância do cargo ocupado pelo titular decorre de realidade jurídica subjacente ao momento da proclamação do resultado eleitoral. A convocação do suplente do parlamentar que tenha perdido do cargo por infidelidade partidária decorre de sanção e visa beneficiar o partido. Aquela tem assento em ato jurídico praticado no passado traduzido na proclamação do resultado eleitoral e diplomação dos eleitos e suplentes. Esta tem assento na inovação da realidade pela prática do ato de infidelidade partidária.

Trata-se da titularização do mandato pelo partido, ainda que eleito tenha sido o carreador de votos para a legenda. Repita-se que pouco importa tenha deixado sua agremiação para se integrar a outra que tenha composto a coligação pela qual foi eleito. O que se pretende é reforçar o papel dos partidos políticos e evitar a “*dança das cadeiras*” no parlamento e redução do tamanho das bancadas partidárias.

A questão da fidelidade partidária é natureza diversa da análise que ora se desenvolve sobre partidos e coligações. Não faltam casos em que em partido abandona suas bandeiras e se filia a outras que não aquelas que deram origem ao seu surgimento. Para exemplificar pode-se citar o caso do partido⁷³ que se opunha à reforma da previdência até o ano de 2002 e ao chegar ao poder federal a implementou, instituindo a tributação dos inativos, e expulsando de suas fileiras aqueles que se mantinham fiéis ao ideário até então proclamado. Os parlamentares⁷⁴ que se mantiverem coerentes com

⁷³ O PT, Partido dos Trabalhadores sempre votou contra a reforma da previdência que alterasse tempo para aposentadoria ou impusesse dever de contribuição aos inativos. No poder implementou reforma neste sentido.

⁷⁴ Em 2003, em processo de votação da Reforma da Previdência, os deputados Babá, João Fontes, Luciana Genro e a senadora Heloisa Helena protagonizaram o movimento que ficou conhecido como

posições anteriores foram expulsos do mesmo, após a decisão de “*infidelidade programática e ideológica*” do partido. Mas, a infidelidade ideológica ou programática do partido não se confunde com o que se denomina de infidelidade partidária, que se traduz no gesto do parlamentar que se recusa a seguir a orientação do partido em determinada questão.

A infidelidade partidária pelo abandono da sigla pela qual tenha sido eleito, enseja o parlamentar à perda do mandato e convocação do primeiro suplente do partido. A infidelidade partidária, tanto pode decorrer do abandono do partido quanto do comportamento parlamentar ou eleitoral ou na vida político-social em desacordo com as orientações do partido.

Tem-se também a infidelidade programática ou ideológica, quando o partido passa a se conduzir por orientações que não as ideológicas ou programáticas que ensejaram sua instituição. No caso presente, tem-se o apoio dos mandatários do Poder Executivo nacional que, após anos de oposição ao regime militar, aliam-se na Política de Extermínio que promove a ocupação militar de bairros residenciais pobres, revistas de casas de moradores sem mandado judicial, torturas e roubos, vedação do acesso às vias públicas sem autorização do comando militar da ocupação, violação do direito de reunião, instituição de toque de recolher em comunidades pobres, a criminalização da pobreza e cerceamento da liberdade de manifestação do pensamento, tal como tem ocorrido no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro desde o final do ano de 2010 ou outubro de 2011⁷⁵.

Exemplo emblemático também foi o ocorrido por ocasião das manifestações durante a visita do Exmo. Sr. Presidente dos EUA, Barack Obama, quando participantes de passeata foram presos e a presidente da República, Dilma Rousseff, manifestou-se publicamente no sentido que somente fossem soltos após a partida daquela autoridade, o que foi coincidente com a decisão tomada no âmbito do judiciário.

"Radicais do PT", votando contra a Reforma da Previdência e foram expulsos do partido por fidelidade às posições históricas do mesmo.

⁷⁵ No dia 25/10/2011 o Exército Brasileiro, com um alto-falante em um jipe, alertava a comunidade do Alemão: “senhores moradores, o Exército Brasileiro está realizando um mandado judicial em cumprimento da lei. Fechem suas portas e janelas e aguardem orientação. Quando solicitado, abra a porta e aja de maneira educada. Obedeça a todas as instruções. Qualquer ação contrária será considerada como ato hostil e receberá a resposta necessária”. O assunto foi objeto de manchete do jornal O Dia do dia 26/10/2011 da seguinte forma: “Exército alerta: falta de educação é ‘ato hostil’”, conforme site <http://odia.ig.com.br/portal/home/fixos/pdf/11/10/26102011.pdf> disponível no dia 31/01/2011 às 01:09h.

Não se pode confundir a infidelidade programática, sem consequência jurídica, com infidelidade partidária, capaz de ensejar a perda do mandato pelo infiel e convocação do suplente do mesmo partido e visando reforçar judicialmente o papel dos partidos políticos, com a vacância por demais motivos, ensejando a convocação de suplente da coligação da qual resultou o quociente eleitoral.

A perda de mandato por infidelidade partidária, forma anômala de vacância do cargo parlamentar, e que enseja a convocação do suplente do mesmo partido, é matéria diversa da convocação de suplentes no caso vacância regular do mandato eletivo. Por isso, não se deve fazer correlação entre as duas discussões.

A Constituição da República no § 1º do art. 17, com a redação dada pela Emenda nº 52, de 2006, diz que

“é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária”. (Brasil, 2011: 21).

As datas das convenções partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais são fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral.

As coligações partidárias se destinam à formação de bloco partidário tão somente para disputa de eleições visando melhorar o resultado eleitoral, sem compromisso com a formação da base aliada quando do exercício dos mandatos. Mas, ainda que sem este compromisso para o exercício do mandato, não se pode negar eficácia ao resultado obtido, com a proclamação dos eleitos e suplentes da própria coligação no ato de homologação do resultado pelo órgão da Justiça Eleitoral.

A eficácia das coligações o são tão somente durante o processo eleitoral, para somatório de tempo para o HGPE e para a formação do quociente eleitoral,

Em seis casos analisados pelo Supremo Tribunal Federal sobre a posse de suplentes na Câmara dos Deputados, nos cinco primeiros foram deferidas as posses aos suplentes dos partidos. Mas, o Ministro Ricardo Lewandowski decidiu em favor da ocupação da vaga por suplente de coligação⁷⁶.

O STF vinha determinando que a vaga fosse ocupada pelo suplente do partido, pois desconsiderando os efeitos do ato jurídico de proclamação do resultado eleitoral e diplomação dos eleitos e suplentes, decidia que os direitos decorrentes das coligações terminavam após as eleições.

No âmbito federal, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, vem dando posse aos suplentes da coligação, por entender que a vaga pertence à aliança dos partidos formada para o pleito em questão.

O Ministro Ricardo Lewandowski argumentou que o quociente eleitoral que assegura a eleição a determinado candidato é formado pelos votos da coligação e não do partido isoladamente. Ele destacou que a Lei 7.454/85, que no espírito da redemocratização alterou dispositivos do Código Eleitoral, segundo a qual a coligação deve ter denominação própria, assegurados os mesmos direitos conferidos aos partidos políticos.

O ministro diz que os seus efeitos da coligação projetam-se para o futuro, em decorrência lógica do ato de diplomação dos candidatos eleitos e seus respectivos suplentes.

Na ausência de lei que regulamente a competência da Justiça Eleitoral, suas atribuições decorrem de auto-delimitação e isto tem possibilitado que o TSE edite resoluções se atribuindo competência que não lhe seriam próprias, como a que determinou a proporcionalidade do número de vereadores por habitante ou a que instituiu a substituição do parlamentar pelo suplente, em caso de desfiliação voluntária do partido. Mais que árbitro das eleições, a Justiça Eleitoral tem se auto-definido como guardião do processo eleitoral e do cumprimento dos mandatos, papel que historicamente não lhe foi atribuído pelo poder legislativo do Estado ou pela Constituição.

⁷⁶ Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4045344> no dia 12/05/2012 às 01:44h

Se a Justiça Eleitoral transmutou seu papel de árbitro do processo eleitoral para guardião do sistema político a mídia assumiu papel de arbitragem das candidaturas e as coligações são entabuladas, sem consideração às identidades ideológicas ou discussivas das agremiações partidárias, mas sobretudo visando ampliar o tempo disponibilizado para o HGPE.

Durante o processo eleitoral, os partidos coligados perdem a qualidade de atores perante a justiça eleitoral e na propaganda eleitoral, e em seus nomes aparece o nome da coligação. A indicação da sigla dos partidos que compõem a coligação é obrigatória. Mas, eles são candidatos da coligação. Daí é a impropriedade do noticiário que anunciava a candidata Dilma Rousseff como candidata do PT ou do candidato José Serra como candidato do PSDD. A candidata Dilma Rousseff, ainda que apontada como candidata do PT, não era candidata deste partido, mas da coligação “*Para o Brasil seguir mudando*”, integrada pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PCdoB, PDT, PRB, PR, PSC, PSB, PTC, PTN e o candidato José Serra se candidatou pela coligação “*Brasil pode mais*”, formada pelo PSDB, DEM, PTB, PPS, PMN e PT do B. Tais blocos eleitorais, denominados coligações, forma-se nas eleições majoritárias visando o HGPE, desaparecem com a eleição e não têm qualquer dever de manutenção na oposição ou na base aliada do vencedor ou mesmo no ideário proclamado durante o pleito. Toda a discussão sobre a eficácia do resultado eleitoral proclamado pela justiça eleitoral ao final do pleito, para efeitos da elaboração das listas de suplências, a serem acionadas em caso de vacância de mandato parlamentar, não tangencia as eleições majoritárias, ante a desconstituição da coligação e liberação das agremiações que compuseram o bloco durante o pleito.

CAPÍTULO 4 – CLIENTELISMO, ASSISTENCIALISMO, ESPETÁCULO POLÍTICO E RESULTADO ELEITORAL

Clientelismo e assistencialismo são fenômenos que se distinguem e suas relevâncias podem ser distintas nas eleições locais ou gerais. O clientelismo se caracteriza pela troca de favores entre atores políticos e seus escrutinadores, estabelecendo relação de troca de favor por lealdade e transformando indivíduos em clientes capazes de se vincularem a um chefe, servi-lo e segui-lo e defender seus interesses. Isto se pode dar em qualquer nível.

O clientelismo é um sub-sistema de relação política que não se caracteriza pela doação ou pela assistência, mas pelas trocas ocorridas em diferentes níveis. O que caracteriza o clientelismo é o sistema de troca (Bahia, 2003).

O assistencialismo nos remete aos momentos de formação do Brasil e tal prática se deve, também, à ausência de um poder estatal que pudesse socorrer os homens pobres, mas livres, em suas situações de miséria e abandono, restando-lhes a opção de se encostarem no potentado a fim de obterem ajuda ou proteção nos seus piores momentos, que pela qualidade de vida então tida, eram muitos.

Assim como o clientelismo não foi um atributo do coronelismo (embora o sistema coronelista tenha asentado sobre bases clientelista e a instituição daquele envolveu relações de troca desta natureza), o assistencialismo igualmente não é atributo do clientelismo, ainda que nas relações assistencialistas possam resultar em formação de clientela. O que caracteriza o clientelismo é a relação de troca, daí sua e sua ocorrência em diversas esferas de poder e possibilitação de estabelecimento de verticalização da esfera pública.

A forma assistencialista como os programas de combate a pobreza são desenhados não diminui a pobreza, e como já salientado anteriormente, alimenta continuamente a cadeia de subordinações e favores possibilitando o reforçamento do assistencialismo e estabelecimento de relações clientelistas.

A prática da troca política seja em relação assistencialista ou clientelista, se tomada quando confrontada com os valores da democracia universalista, pode ser considerada como corrupção eleitoral. Mas, as relações clientelistas ou assistencialistas não podem ser tomados como únicos fatores explicativos ou determinantes das alterações no índice de participação nas eleições locais, estaduais ou nacionais, ainda que se acreditasse no menor realce aos valores universais no âmbito das eleições locais.

O que se depreende numa análise comparativa tendo por variáveis as abstenções, os votos nulos e os votos brancos nas eleições locais, estaduais ou nacionais é a inexistência de uma intermitente diversidade de índices de abstenção, de votos brancos e nulos, o que coloca em xeque a hipótese de maior capacidade de funcionamento da prática clientelista envolvendo o voto como objeto de troca por favores ou bens e ao mesmo tempo expressão de menor relevância às eleições municipais, de âmbito local.

Da análise comparativa das variáveis das abstenções, votos nulos e votos brancos no eleitorado do Município do Rio de Janeiro, das eleições de 1996 a 2010, não se depreendeu maior ou menor participação em decorrência de ser a eleição local, estadual, federal ou nacional. Assim, tanto o clientelismo que poderia ter maior impacto sobre tais variáveis numa eleição local (notadamente para vereador), quanto o assistencialismo nas eleições estaduais e nacionais não se mostraram evidenciados na comparação. Da mesma forma, o impacto do noticiário local, estadual ou nacional. A atuação do eleitorado no Município do Rio de Janeiro, aferido pelas variáveis das abstenções, votos nulos e votos brancos apresentou relativa estabilidade não se evidenciado maior ou menor contribuição destas variáveis. A atuação dos órgãos de comunicação de âmbito local e de âmbito nacional, ainda que promovido por repetidores de âmbito regional, não induz diferentes comportamentos quanto à abstenção, votos nulos e brancos, ainda que se possa crer que os interesses envolvidos nas eleições locais e os envolvidos nas eleições nacionais sejam diversos.

O que se depreende é que as eleições estaduais e nacionais envolvem-se nos interesses postos nas eleições municipais, não se podendo depreender do índice de participação a existência de natureza clientelista ou universalista nas eleições. O que se depreende das eleições realizadas no período de 1996 a 2008 é que o índice de abstenção, votos nulos e brancos das eleições estaduais e nacionais é proporcional ao das eleições municipais antecedentes.

Diverso seria resultado se comparado o resultado das eleições estaduais e nacionais com as eleições municipais do biênio subsequente. O agrupamento só se apresenta compatível quando comparada a eleição municipal com a eleição estadual e nacional subsequente.

Não se apresenta possível vislumbrar que as eleições estaduais e nacionais se voltem para os interesses municipais ou que ganhem foro de política de paróquia ou se atrele aos interesses locais municipais, propiciando maior envolvimento das práticas clientelistas e, por consequência, uniformidade de índices de abstenção, de votos nulos e de brancos, conforme tabelas e gráficos analisados abaixo, a partir do capítulo 5.2.

4.1 – Assistência sem correspondência eleitoral

Em 2008, um abaixo-assinado dirigido ao TRE-RJ firmado pelos presos levou à edição de uma resolução autorizando o juiz da 27ª Zona Eleitoral instalar seção eleitoral na 52ª Delegacia de Polícia, o que garantiu que 54 presos pudessem exercer seus direitos de cidadania.

Instalada a seção eleitoral, cento e dois presos requereram suas inscrições eleitorais e dezoito foram impedidos de requerer porque não portavam os documentos necessários a instruir o pedido, ainda que suas Folhas de Antecedentes Criminais (FAC's) fossem suficientes para identificá-los e mantê-los presos. Do final do alistamento eleitoral, até o dia da eleição, quarenta e oito presos foram transferidos da 52ª DP para outras unidades e quatro foram soltos. Os soltos voltaram para exercitar o direito de voto dentro da cela onde estiveram presos. Os quarenta e oito transferidos não puderam exercer o direito, por falta de infraestrutura estatal que lhes garantisse a remoção no dia da eleição ou nos dias antecedentes, ainda que voltassem imediatamente às unidades para as quais tinham sido encaminhados após o exercício do direito de voto. O direito de voto foi exercitado pelos cinquenta presos remanescentes na 52ª DP e pelos quatro que embora soltos voltaram para exercício do direito, num total de cinquenta e quatro votantes.

Muitos outros que não haviam transferido o título para a seção instalada na delegacia puderam justificar suas ausências. O preso provisório não perde o direito ao voto e se não justificar ausência, fica sujeito às sanções pelo inadimplemento do dever. Com a instalação da 179ª Zona Eleitoral na sede da 52ª DP, muitos mitos foram desconstituídos. O primeiro se referia à falta de segurança para exercício do direito de voto. Demonstrou-se que na instituição estatal encarregada de acautelamento do preso provisório não se poderia falar em falta de segurança. As hipóteses de formação de curral eleitoral e de que unidos os presos poderiam formar um partido marginal foram, pelo resultado da votação, debeladas. O argumento da possibilidade de união dos presos denotava verve conservadora ao afastar a possibilidade de exercício de direito constitucional de reunião para defesa dos direitos remanescentes não atingidos pelos efeitos da sentença condenatória.

Os responsáveis pelos órgãos da Justiça Eleitoral temiam que a assistência médica e educacional que era prestada pela municipalidade, cuja secretária de saúde e educação era candidata a vereadora, poderia resultar em assistencialismo e induzimento da vontade dos eleitores em estado de prisão.

Na 179ª Seção da 27ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2008, foram apurados 54 votos para vereador. Sendo 42 nominais (77,78%), 7 para legendas (13%), 4 em branco (7,4%) e 1 nulo (1,86%). Os 15 partidos que concorreram às eleições para vereador foram votados. Treze por cento (13%) dos votos, ou seja, 7 votos, foram para legendas de 6 partidos, que igualmente tiveram candidatos a vereador votados. Vinte candidatos a vereador receberam votação. Doze candidatos de 9 partidos diferentes receberam 01 voto cada; 03 candidatos de 03 partidos diferentes receberam 02 votos cada; 01 candidato recebeu 03 votos; 02 candidatos de 02 partidos diferentes receberam 04 votos; um candidato recebeu 06 votos e outro recebeu 07 votos, num total de 42 votos nominais. (Damasceno e Zaccone, 2008: 11).

Na eleição para prefeito, as legendas não receberam voto, o que denota a pessoalização das candidaturas no voto majoritário. Foram atribuídos 42 votos nominais a 3 dos candidatos a prefeito, sendo 33 votos para um (61,11%), 08 para outro (14,81%) e 01 para o terceiro (1,85%). Foram apurados ainda 04 votos brancos (7,4%) e 08 nulos (14,81%).

O candidato a prefeito que recebeu 61,11% dos votos dos presos foi reeleito com 65,33% dos votos dos munícipes, tendo havido identidade de percentuais entre os votos dos presos e dos não-presos, o que expressa que aqueles que estão com suas liberdades de locomoção cerceadas se posicionam politicamente tal como a sociedade.

As pessoas presas estabelecem, no âmbito da sociedade, múltiplas relações e ostentam tantos status quantos os não presos. São pais, filhos, locatários, consumidores etc. E, portanto suas visões de mundo dependem destas qualidades e não apenas da transitória qualidade de pessoas privadas de liberdade ou de assistência lhes prestada. Na citada zona eleitoral a secretária municipal de saúde e educação, que prestava assistência médica, odontológica e educacional aos presos não foi a mais votada, desconstituindo o temor de que o assistencialismo lhe garantiria votação majoritária.

4.2 - Abstenções, votos nulos e brancos no Rio de Janeiro, de 1996⁷⁷ a 2010

A partir dos resultados possibilitados pelas práticas clientelistas ou assistencialistas, cogitamos que numa eleição local o índice de votos brancos e nulos, bem como as abstenções possam variar de acordo com o maior ou menor grau de sua ocorrência. Diferentemente, as eleições majoritárias, sejam para senador, governador ou presidente da república haveriam de ter percentual menos variável de abstenções, votos nulos e votos brancos. Partimos do pressuposto de que a imagem dos candidatos a cargos majoritários foram construídas ou desconstruídas com a colaboração dos meios de comunicação que lhes possibilitou, pelo discurso, atingir o eleitorado e conduzir a uma manifestação, ainda que plebiscitária, da opinião pública, representada pelo eleitorado. Mas, tais índices são variáveis e em cada eleição e diferentes para cada cargo, impossibilitando aferir a diferença de comportamento em razão de práticas clientelistas ou assistencialistas que se tinham por maiores em eleições locais, bem como maior participação da mídia na formação da opinião eleitoral nas eleições majoritárias, conforme gráficos e tabelas abaixo.

⁷⁷ Escolhemos a análise das eleições de 1996 em diante, pois a partir destas é que foi adotado o voto eletrônico no Município do Rio de Janeiro. As eleições estaduais, federais e nacional realizadas no Estado do Rio de Janeiro no ano de 1994 foram com voto em cédula, anuladas e realizadas novamente.

Não é objeto da nossa tese investigar as razões ensejadoras de maior ou menor participação eleitoral ou a variação dos índices de abstenção em cada eleição, bem como as incidências de votos nulos e brancos em cada pleito e para cada cargo específico. Ainda que “*a literatura sobre as teorias explicativas do comportamento eleitoral e, particularmente, da abstenção, têm evoluído nas últimas décadas*” (Viegas et Faria, 2003: 7), não nos ocuparemos de buscar localizar e explicar os comportamentos eleitorais nas 8 eleições realizadas no Município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010, nem as condicionantes dos comportamentos resultantes em votos nulos e brancos para cada um dos cargos locais, estaduais, federais ou nacional disputados.

Nossa pretensão foi de analisar se entre as eleições locais para vereador e prefeito e as eleições proporcionais e majoritárias para cargos estaduais, federais e nacionais havia maior ou menor incidência de abstenções, votos nulos ou brancos capaz de possibilitar conjectura sobre a eficácia do assistencialismo ou do clientelismo nas eleições locais, notadamente em comparação com as eleições presidenciais.

Assim, o que buscamos analisar é possível disparidade entre os índices absenteeístas ou de não participação pela anulação ou votação em branco, possibilitando conjecturar sobre comportamento eleitoral nas eleições locais favorecidas pela satisfação ou insatisfação com a interação pessoal na relação candidato local-eleitoral, notadamente em razão de assistencialismo ou clientelismo, em contraposição a maior distanciamento nas eleições presidenciais, ainda que as políticas públicas de assistência possam influir no comportamento eleitoral, bem como diversidade de comportamento do eleitorado do Município do Rio de Janeiro, por se tratar de eleição local ou não em razão de outra variável que é a atuação dos meios de comunicação de massa.

Se nas eleições para senador, governador e presidente da república o *locus* da campanha eleitoral se deslocou do palanque para os veículos de comunicação de massa, notadamente rádio e televisão (e muito mais a televisão), as eleições para cargos locais, notadamente para vereador, não está afetada no mesmo nível pela mudança na via para o discurso político. Daí é que o clientelismo poderia ter maior incidência sobre a participação, sobre o índice de abstenções, votos nulos ou votos brancos. “*O discurso político hoje está cada vez mais atrelado a um padrão estabelecido pela grande mídia*” (Lourenço, 1996: 2). As eleições locais, seja para o cargo de prefeito ou de vereador ainda possibilitam grande interação dos candidatos com os eleitores. A campanha para

vereador se desenvolve sobretudo no reduto eleitoral do candidato e a aparição no HGPE, pela quantidade de candidatos, raramente possibilita a transmissão de mensagem ao eleitorado.

Assim, pela multiplicidade de fatores que podem influenciar o comparecimento ou a abstenção, bem como os votos nulos e brancos, afastamo-nos de tais análises e buscamos aferir os índices de abstenção, votos nulos e brancos nas eleições locais e nas demais, a fim de tentar visualizar disparidade, o que não se confirmou existir. *“Há uma multiplicidade de fatores que podem influenciar o voto: os votos retrospectivo, ideológico e partidário; e há, ainda, o impacto de fenômenos circunstanciais”*. (Rennó, 2007: 1).

Ainda que os cientistas sociais tratem os votos brancos e nulos e os analisem como um fenômeno único (Nicolau, 2004:18), por não compartilharmos desta interpretação não os analisaremos conjuntamente porque distintas podem ser as motivações influenciadores, assim como distintas são as consequências de tal tipo de não-participação de quem comparece ao pleito e não promove escolha de candidato ou partido.

Conforme o sistema eleitoral brasileiro, regido pelo Código Eleitoral⁷⁸ de 1965, Lei 4737 (Brasil, 1965a), está incluído para cálculo no quociente eleitoral os votos brancos, mas o mesmo valor não se atribui ao voto nulo, cujo quantitativo é debitado dos comparecimentos para aferição do quociente eleitoral nas eleições proporcionais. O Senado Federal, integrante do poder legislativo, é composto por membros eleitos pelo sistema majoritário⁷⁹. Assim, se os fatores influenciadores da abstenção, do voto nulo e do voto brancos podem ser distintos. Distintos também podem ser as resultantes dos comportamentos. Assim, tais fenômenos não de ser analisados como fenômenos singulares, dada a diversidade de comportamento e possibilidades motivadores de cada qual.

Mesmo com a adoção do voto eletrônico em todas as seções eleitorais do Município do Rio de Janeiro desde 1998, a operacionalidade demandada do eleitor para

⁷⁸ Íntegra do Código Eleitoral visualizada no site <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4737-15-julho-1965-356297-norma-pl.html> disponível no dia 21/04/2012 às 17:46h

⁷⁹ O fim das sublegendas nas eleições para Senador, efetivou o princípio majoritário nas eleições para o Senado.

a anulação do voto ou para deixa-lo em branco em muito diferem. Tanto no voto por cédula, quanto no voto eletrônico o processo de anulação é mais trabalhoso. No voto por cédula para votar em branco bastava depositar o voto tal como era recebido, enquanto a anulação demandava inscrição diversa da exigida para a validade. No processo por voto eletrônico a anulação demanda a inserção de número não correspondente a candidato habilitado, enquanto para o voto branco há tecla específica⁸⁰.

Nas eleições municipais de 1996, a urna eletrônica foi utilizada nos 57 municípios brasileiros que tinham mais de 200 mil eleitores. Na eleição seguinte, em 1998, para mandatos estaduais, federais e nacionais, a votação eletrônica foi utilizada em 537 municípios, todos com mais de 40.500 eleitores. Somente em 2000, as eleições foram 100% informatizadas, ou seja, a urna eletrônica foi utilizada em todos os 5.559 municípios existentes até então e o voto em cédula somente foi utilizado numa ou outra seção onde a urna eletrônica apresentou defeito e não pode ser substituída. A adoção do voto eletrônico⁸¹ no processo eleitoral brasileiro pode ter demandado variação de índice de votos brancos ou nulos, o que não foi objeto de estudo, por não estar compreendido no lapso temporal analisado.

O padrão aferido nos percentuais de abstenções, votos nulos e brancos não se altera em razão da natureza da eleição, se local, estadual, federal ou nacional.

4.2.1 – Abstenção do eleitorado apto no Município do Rio de Janeiro, nas eleições de 1996 a 2010.

Depreende-se da análise dos percentuais das abstenções nas eleições de 1996 a 2010 para os cargos de vereador a presidente da república uma variação proporcional.

⁸⁰ Além dos 10 (dez) algarismos arábicos a urna eletrônica dispõe de 3 (três) teclas: uma branca para o voto em branco, uma laranja para correção e uma verde para confirmação do número digitado. A anulação do voto demanda digitação de número não cadastrado e confirmação na tecla verde.

⁸¹ A primeira experiência do voto eletrônico no Brasil se aconteceu Cidade de Matipó (Zona da Mata mineira), cidade do Estado de Minas Gerais no dia 12 de outubro de 1995, numa eleição para prefeito realizada fora do período oficial. O falecimento do prefeito e do vice-prefeito oficialmente eleitos ensejou a realização de nova eleição. A eleição não se realizou com o atual modelo de urna eletrônica, mas em microcomputadores convencionais, que receberam algumas adaptações nos teclados, dentre as quais teclas coloridas, com cada cor correspondendo a um candidato. (Informação disponível no site http://www.tre-mg.jus.br/portal/website/institucional/urna_eletronica/ disponível no dia 10/02/2012 às 17:01h)

Uma conclusão possível decorrente da análise das abstenções, votos nulos e brancos é a repetição dos valores das eleições locais (vereador e prefeito) nas eleições subsequentes, é o possível reflexos das eleições locais nas eleições estaduais e federais subsequentes.

Os índices de abstenções no primeiro turno das eleições municipais no Município do Rio de Janeiro nas eleições de 1996, 2000, 2004 e 2008 , quando também se elegeram os vereadores, foram, respectivamente, de 19,68%, 16,43%, 15,88% e 20,25%. No primeiro turno das eleições estaduais, federais e nacionais para presidente da República, nos anos de 1998, 2002, 2006 e 2010, a mesma circunscrição eleitoral registraram-se, respectivamente os seguintes índices de abstenção: 19,99%, 15,53%, 16,18% e 18,35%.

Nos segundos turnos das eleições para prefeito no Município do Rio de Janeiro nos anos de 1996, 2000, e 2008 os índices de abstenção foram de 21,42%, 18,65% e 20,25%. Na eleição de 2004 não houve segundo turno nas eleições municipais. Por outro lado, no Município do Rio de Janeiro, nas eleições para presidente da república, nos anos de 2002, 2006 e 2010 foram registrados os seguintes índices de abstenção: 16,54%, 18,01% e 21,44%.

Tanto nas eleições locais quanto na nacional os índices de abstenção variaram positivamente do primeiro para o segundo turno e as variações nas eleições locais para mais ou para menos tiveram similar correspondência na eleição nacional para presidente no biênio subsequente. O que se depreende é que parte do eleitorado que participa do primeiro turno das eleições se abstém quando há segundo turno. Os fatores motivacionais da abstenção são diversos, mas é possível que pese a concorrência tão somente de dois dos candidatos que disputaram o primeiro turno.

TABELA I

Percentual de abstenções⁸² no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010

	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Presidente (1º TURNO), Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual		19,99		15,35		16,18		18,35
Presidente (2º TURNO)				16,54		18,01		21,44
Prefeito (1º TURNO) e Vereador	19,68		16,43		15,88		17,91	
Prefeito (2º TURNO)	21,42		18,65				20,25	

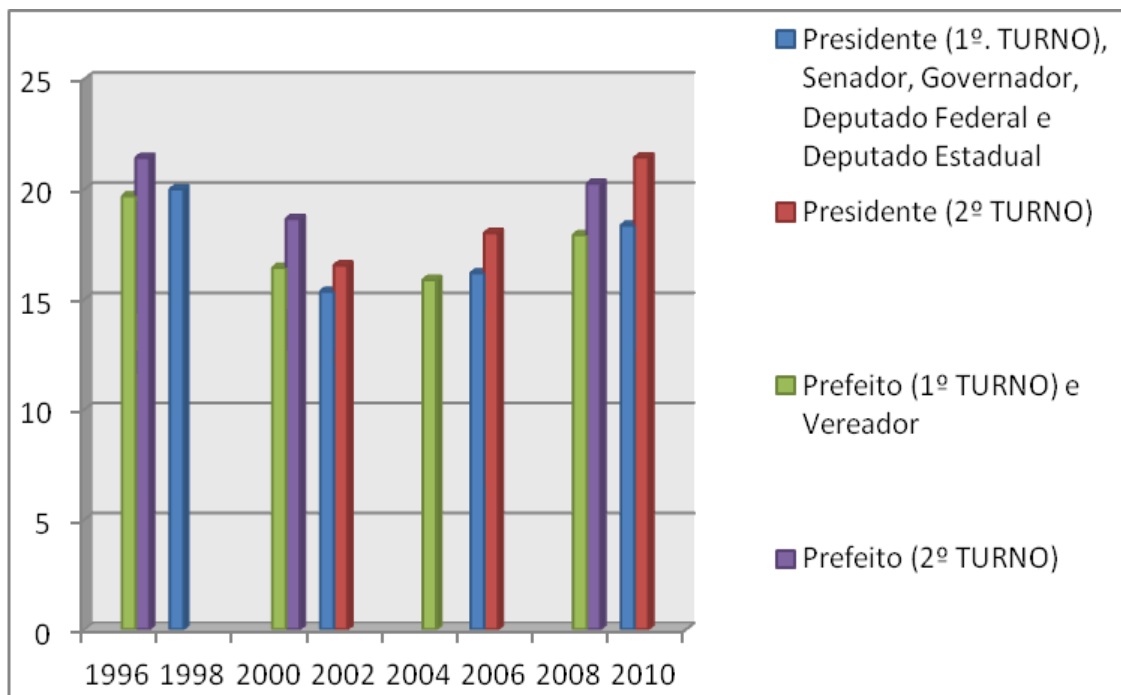
Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

O gráfico a seguir representa os valores dispostos tabela acima. Nele se depreende a ausência de discrepância na representação a eleição local e a geral subsequente do biênio posterior. Conforme o gráfico a seguir demonstra, os índices de abstenções das eleições estaduais, federais e nacionais se reduzem ou se elevam quando na eleição local antecedente tais índices tenham sofrido a mesma variação.

⁸² Os índices de abstenção foram apurados sobre o total do eleitorado apto a votar.

GRÁFICO I

Percentual de abstenções no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010



4.2.2 - Votos brancos no município do Rio de Janeiro - de 1996 a 2010

O índice de votos brancos nas eleições para cargos estaduais, federais e nacional (para presidente da república) de 1994 (no Estado do Rio de Janeiro), 1998, 2002, 2006 e 2010 no Município do Rio de Janeiro foi, respectivamente, de 6,13%, 3,64%, 1,81%, 3,35% e 3,96%, enquanto nas eleições locais para prefeito e vereador nos anos de 1996, 2000, 2004 e 2008 foi, respectivamente de 1,81%, 3,06%, 2,17% e 5,27%.

O comportamento eleitoral se mantém estável, quanto ao índice e variabilidade de eleição para eleição em relação aos diversos cargos ocupados. Não há discrepância entre os percentuais, seja de um ano para outro ou de um cargo local em relação a um estadual, federal ou nacional.

TABELA II
Percentual de votos brancos⁸³ no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010

	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
PRES. 1o. TURNO		3,64		1,81		3,35		3,96
PRES. 2o. TURNO				1,71		2,39		3,48
SENADOR		6,41		4,49		7,24		9,7
DEP. FED.		6,34		4,17		7,24		8,11
GOV. 1o. TURNO		3,36		2,42		4,02		5,6
GOV. 2o. TURNO		0,99				2,95		
DEP. EST.		5,06		4,09		6,28		6,34
PREF. 1o. TURNO	1,81		3,06		2,17		5,27	
PREF. 2o. TURNO	1,61		2,34				2,52	
VEREADOR	4,48		4,99		3,89		7,21	

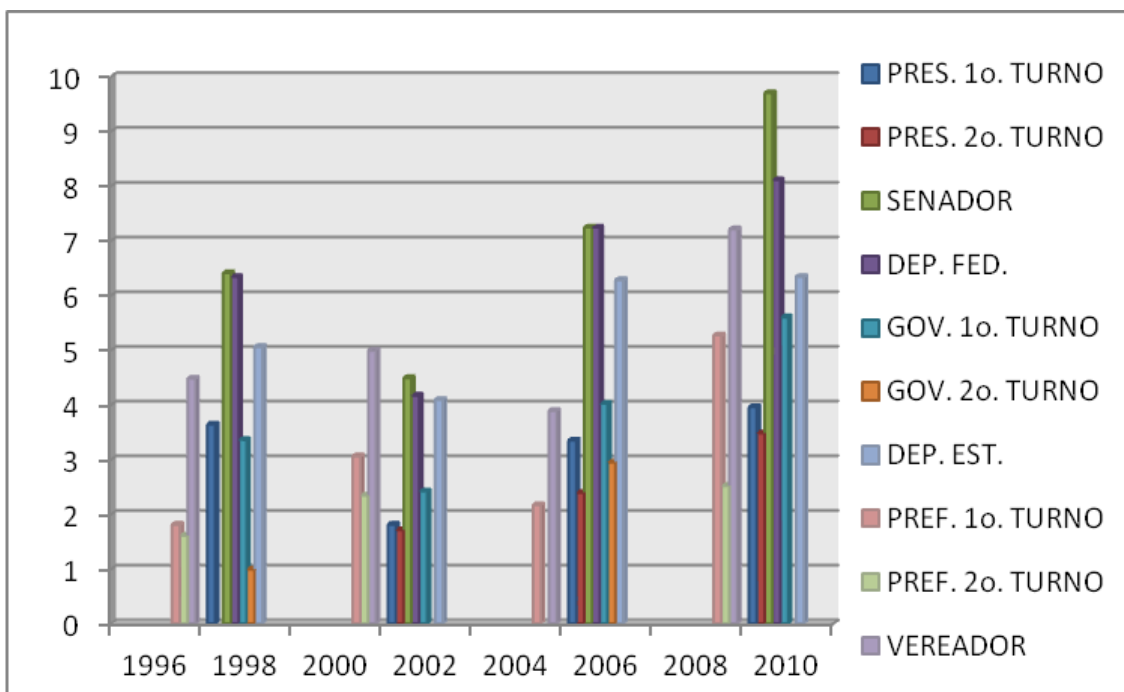
Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

Da representação gráfica por colunas, conforme se depreende do gráfico a seguir, denota similitude de comportamento eleitoral em relação aos votos brancos. Assim o índice de votos brancos nas eleições locais não diferem significativamente das eleições estaduais, federais ou nacionais, o que é demonstrativo que os fatores motivacionais para a votação em branco se mantém da eleição municipal até a eleição estadual, federal ou nacional subsequente.

⁸³ Os índices de votos brancos foram apurados sobre o comparecimento eleitoral.

GRÁFICO II

Percentual de votos brancos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010

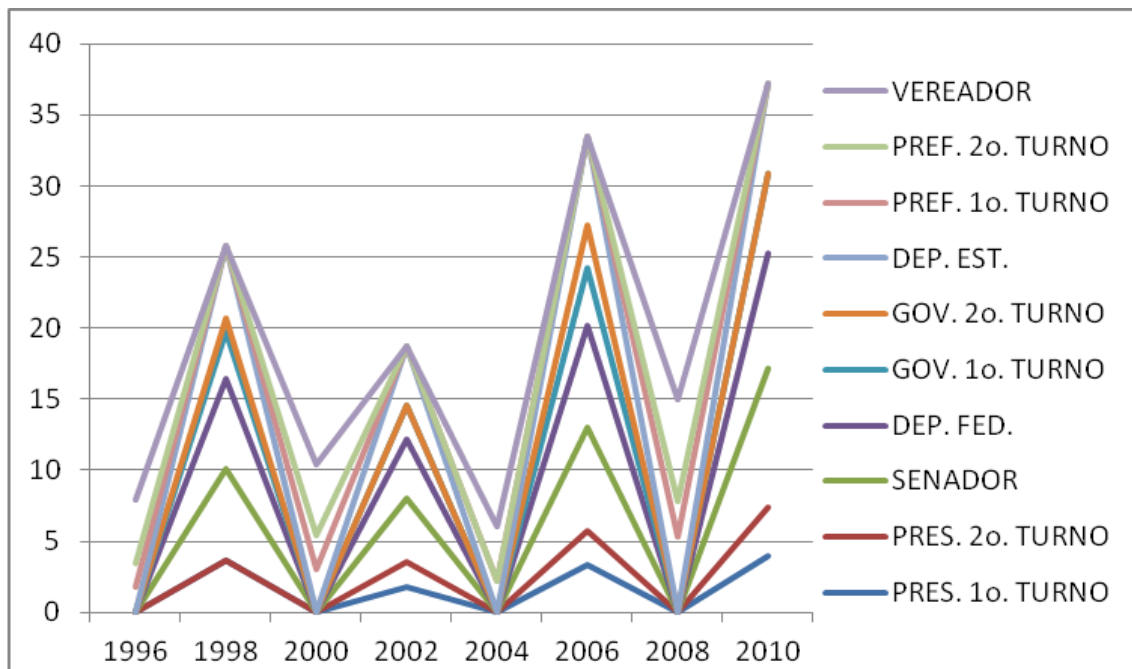


O gráfico abaixo não expressa os valores em números absolutos. Trata-se de uma exibição da tendência de contribuição de cada valor em relação ao tempo e à categoria ordenada, qual seja, percentual de votos em branco.

Ainda que o gráfico em colunas permita visualmente aferir o identidade de valores entre as eleições locais e gerais, o gráfico abaixo explicita a contribuição de cada percentual em relação aos índices de votos brancos.

GRÁFICO III

Exibição de tendência de contribuição de cada percentual de votos brancos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010



4.2.3 – Votos nulos no município do Rio de Janeiro - de 1996 a 2010

O índice de votos nulos no Município do Rio de Janeiro no primeiro turno das eleições nacionais para presidente da república, nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010 foi, respectivamente de, 11,97%, 4,18%, 7,4% e 7,51%.

A eleição para cargos estaduais, federais e nacionais de 1994 foram realizadas sob o impacto do Plano Real, foram realizadas com voto por cédula, e no Estado do Rio de Janeiro foram anuladas e repetidas, considerando o alto índice de fraudes. Nesta eleição o índice de votos nulos para deputado federal atingiu o índice de 28,65% e para deputado estadual o índice de 23,91%

Estabelecido o voto eletrônico nas grandes cidades em 1996 e em todo o país a partir das eleições locais subsequentes, o índice de votos nulos da eleição local

anterior passou a ser compatível com o índice da eleição estadual, federal e nacional do biênio subsequente. Assim, a relação entre os índices de votos nulos das eleições locais para vereador e nacionais para presidência da república de 1996/1998, 2000/2002, 2004/2006 e 2008/2010 foi da seguinte ordem: 14,46%/11,97%; 4,34%/4,18%; 4,73%/7,4%; 8,41%/7,51%.

A similitude dos índices de votos nulos para vereador nas eleições locais índices de votos nulos na eleição para o cargo de presidente da república nos permite a ilação de que a eleição local, do biênio anterior, no Município do Rio de Janeiro, tem se apresentado como uma prévia para as eleições gerais para os cargos estaduais, federais e nacionais.

TABELA III
Percentual de votos nulos⁸⁴ no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010

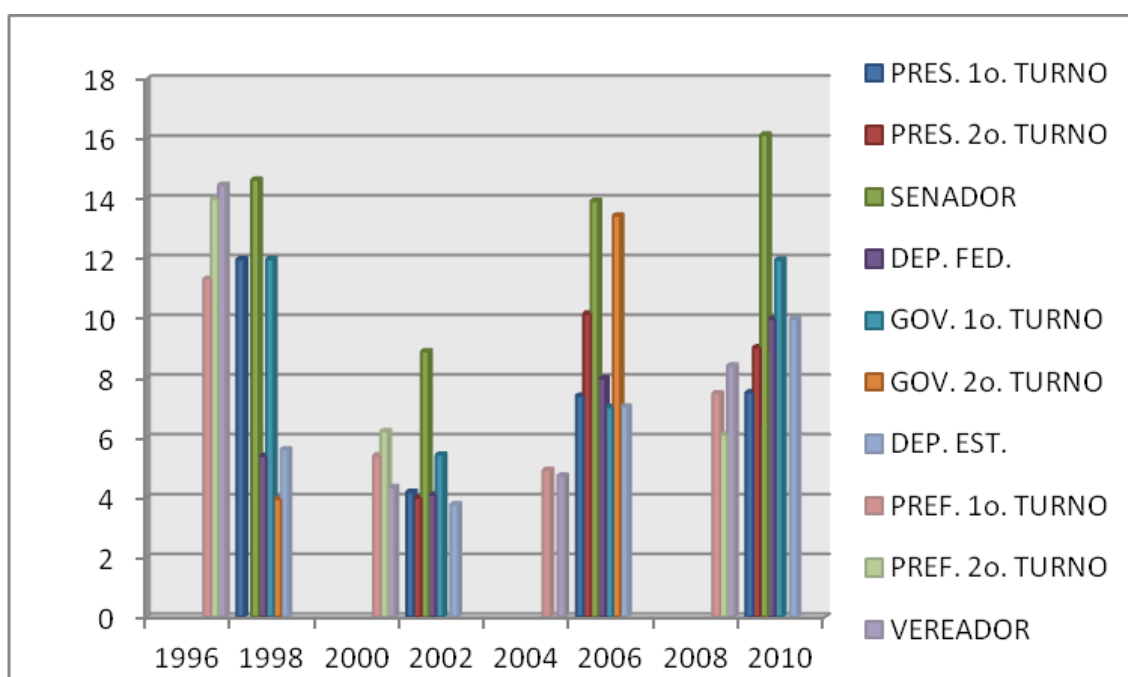
	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010
PRES. 1o. TURNO		11,97		4,18		7,4		7,51
PRES. 2o. TURNO				3,99		10,15		9,02
SENADOR		14,63		8,89		13,92		16,14
DEP. FED.		5,39		4,09		7,99		9,98
GOV. 1o. TURNO		11,97		5,43		7,03		11,95
GOV. 2o. TURNO		3,95				13,43		
DEP. EST.		5,6		3,77		7,04		9,98
PREF. 1o. TURNO	11,31		5,4		4,92		7,48	
PREF. 2o. TURNO	13,99		6,21				6,1	
VEREADOR	14,46		4,34		4,73		8,41	

⁸⁴ Os índices de votos nulos foram apurados sobre o comparecimento eleitoral.

O gráfico abaixo a visualização da manutenção do comportamento do eleitorado no Município do Rio de Janeiro nas eleições estaduais, federais e nacional que se realizaram no biênio subsequente às eleições municipais.

GRÁFICO IV

Percentual de votos nulos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010

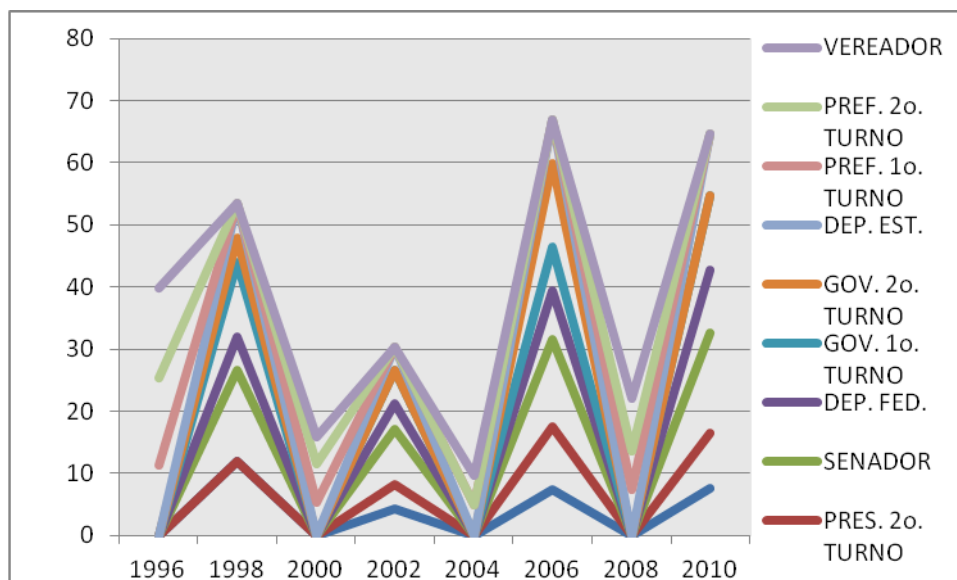


Abaixo expomos gráfico com exibição da tendência de contribuição de cada valor em relação ao tempo e à categoria ordenada, qual seja, percentual de votos nulos. Não se trata de um gráfico representativo dos valores absolutos apurados, mas da contribuição do percentual de cada categoria de eleição ao longo do tempo.

O que se depreende do gráfico abaixo é um padrão de comportamento, cujos fatores não foram analisados, em relação às eleições para os diversos níveis e cargos: locais, estaduais, federais e nacional.

GRÁFICO V

Exibição de tendência de contribuição de cada percentual de votos nulos no município do Rio de Janeiro de 1996 a 2010



4.3 - Mídia e pesquisas de opinião nas eleições presidenciais de 2010 – 1º turno

Nas campanhas eleitorais o papel dos meios de comunicação tem se mostrado relevante, conforme demonstram diversos estudos (Lourenço, 2001). A força da campanha, notadamente para os cargos majoritários, se demonstra por meio da mídia, ainda quando a exposição o seja nos palanques ou em entrevistas. A atuação no palanque ou a recepção pelo entrevistador se apresenta como espetáculo destinado ao “respeitável público”.

No dia 09 de agosto de 2010, antes do início do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), a candidata Dilma Rousseff, candidata situacionista, foi entrevistada⁸⁵, ao vivo, na bancada do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.

⁸⁵ Íntegra da entrevista realizada na bancada do Jornal Nacional no dia 09/08/2010, disponível no site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/08/dilma-rousseff-e-entrevistada-na-bancada-do-jornal-nacional.html> no dia 23/09/2010 às 15:36h. Íntegra transcrita no anexo III.

O tratamento dispensado pelos entrevistadores foi de tal modo belicoso que a entrevistadora chegou a interromper seu colega de bancada que não deixava a candidata responder a pergunta por ele feita.

O entrevistador William Bonner não perguntava, mas fazia afirmativas tentando demonstrar que o crescimento econômico em curso no governo Lula era menor que o de outros países, e que não haveria o que comemorar. Ao começar a responder, a candidata Dilma Rousseff foi interrompida pelo entrevistador que disse: “*A senhora, de alguma maneira...*”. Mas, o entrevistador foi interrompido pela outra entrevistadora, Fátima Bernardes, que para a candidata disse: “*Vamos falar agora...*”, autorizando-a a continuar a resposta. Para seu marido e colega de bancada disse: “*Só um minutinho!*”. Ainda que tenha participado da “inquirição” da candidata Dilma Rousseff, a entrevistadora Fátima Bernardes impediu que seu marido excedesse na parcialidade ao entrevistar a candidata.

O comportamento dos entrevistadores não impediu a candidata de crescer nas pesquisas de intenção de voto realizadas no período. Igualmente o fato de haver poupado o candidato José Serra em entrevista⁸⁶ no dia 11/09/2010, não impediu que este perdesse pontos nas pesquisas.

Ricardo Negrão, na Revista Carta Capital, chegou a escrever que o casal de entrevistadores havia poupado o candidato Serra.

“Ao contrário das concorrentes, Serra não teve perguntas “pesadas” e quando questionado sobre se levaria o modelo de privatização das estradas paulistas para o governo federal, ele contornou a resposta. “Esse modelo que diminuiu [o valor da cobrança em algumas praças da rodovia Ayrton Senna] pode ser adotado, porque você tem critérios para ser examinados. [...] O casal de apresentadores William Bonner e Fátima Bernardes não perguntou sobre o escândalo do DEM, que atingiu José Roberto Arruda, cotado a vice de Serra até vir a público um esquema de corrupção no Distrito Federal, que governava à época. O nome de Eduardo Azeredo

⁸⁶ Íntegra da entrevista realizada na bancada do Jornal Nacional no dia 11/08/2010, disponível no site <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/08/jose-serra-e-entrevistado-no-jn.html> no dia 23/09/2010 às 16:06h. Íntegra transcrita no anexo IV.

(PSDB), diretamente envolvido no chamado 'mensalão mineiro', também não apareceu na entrevista". (Negrão: 2010).⁸⁷

Segundo Datafolha entre os dias 02 de julho e 13 de agosto a candidata Dilma Rousseff foi de 38 para 41 pontos nas intenções de voto, enquanto o candidato José Serra caiu de 39 para 33. O IBOPE registrou a inversão na intenção de voto, sendo que entre os dias 06 de agosto a 17 de agosto a candidata Dilma Rousseff foi de 39 para 43 pontos nas intenções de voto, enquanto o candidato José Serra caiu de 34 para 32.

O SENSUS registrou a variação nos seguintes termos: entre os dias 05 de agosto a 24 de agosto a candidata Dilma Rousseff foi de 41,6 para 46 pontos nas intenções de voto, enquanto o candidato José Serra caiu de 31,6 para 28,1.

O VOX POPULI também registrou variação, mas em período maior, ou seja, entre 24 de junho e 17 de agosto, período no qual a candidata Dilma Rousseff foi de 40 para 45 pontos nas intenções de voto, enquanto o candidato José Serra caiu de 35 para 29. Desde o começo da propaganda eleitoral gratuita o comportamento se apresentou lesivo à candidata Dilma Rousseff, privilegiando as concepções do candidato José Serra e até o vitimizandando, o que não impediu o crescimento daquela candidata nas pesquisas de intenção de voto.

A pesquisa CNI-IBOPE, com resultados apurados em 23 de junho, não mereceu destaque em nenhum dos jornais da chamada grande imprensa, ainda que tenham sido referidos nas páginas internas em pequenas notícias.

⁸⁷ Fonte: disponível no site <http://www.cartacapital.com.br/politica/serra-e-poupado-no-jornal-nacional> no dia 23/09/2010 às 15:58h.

TABELA IV
PESQUISAS IBOPE - 1º TURNO ELEIÇÃO PRESIDENCIAL/2010

	10/ fev	12/ mar	18/ Abr	03/ Jun	21/ Jun	30/ Jun	30/ jul	06/ Ago	16/ ago	27/ ago	03/ set	17/ set	24/ Set	29/ set	02/ out
SERRA	41	38	40	37	35	36	34	34	32	27	27	25	28	27	29
DILMA	28	33	32	37	40	36	39	39	43	51	51	51	50	50	47
MARINA	0	8	9	9	9	8	7	8	8	7	8	11	12	13	16
OUTROS	-	-	-	0	-	2	1	0	1	1	0	1	1	1	1
BR/NULOS	12	12	11	8	6	7	7	7	7	5	6	4	5	4	3
INDECISOS	9	8	9	8	10	11	12	12	9	9	7	8	5	4	4

Tabela IV, pesquisas IBOPE⁸⁸

Segundo pesquisa do IBOPE a candidatura de Dilma Rousseff manteve-se estável mesmo diante do noticiário desfavorável. Apenas na última semana da campanha no primeiro turno houve queda. A perda de cerca de quatro pontos pela candidata Dilma, que possibilitou a realização de segundo turno nas eleições de 2010, coincide com as acusações à ministra Erenice Guerra, conforme se verá em análise vindoura.

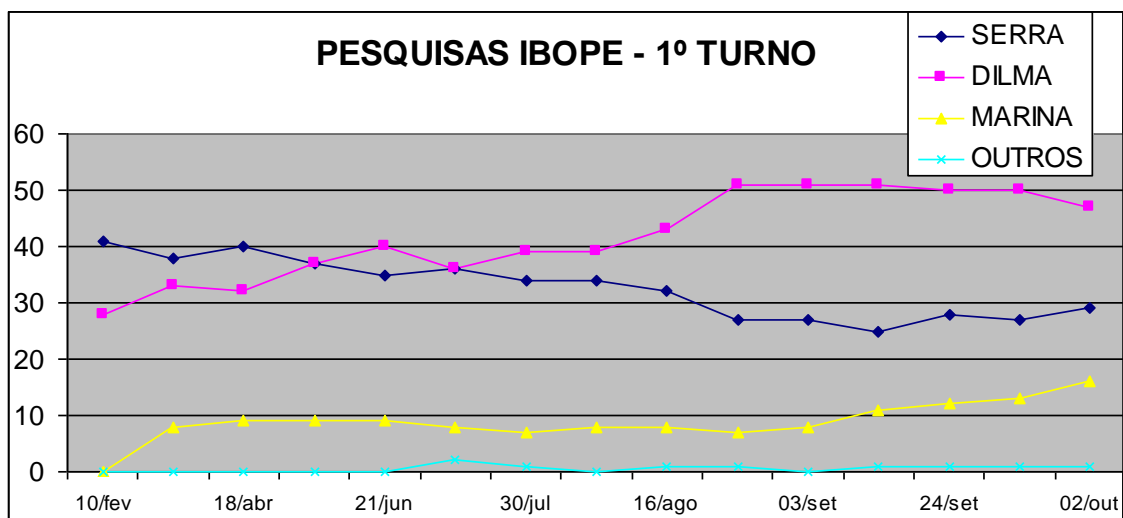
Se as notícias expressivas da criminalização da política que foram divulgadas desde o início da exibição do HGPE não tiveram o efeito de reduzir a intenção de voto na candidata Dilma Rousseff, as acusações de tráfico de influência pelos filhos da ex-assessora da candidata e então ministra da Casa Civil, aparentemente, propiciaram que a candidatura adentrasse num ciclo descendente na última semana antecedente ao primeiro turno das eleições.

Nos dias finais da campanha do primeiro turno há uma queda nas intenções de voto de Dilma, ligeira subida de Serra e melhor ascensão de Marina.

⁸⁸ Disponível em <http://www.eleicoes.ibope.com.br/> no dia 04/10/2011 às 20:31h.

O gráfico abaixo, expressivo das pesquisas de intenção de voto realizadas pelo IBOPE é demonstrativo da ascendência da candidata Dilma Rousseff desde o começo da campanha eleitoral e decréscimo das intenções no candidato José Serra.

GRÁFICO VI
PESQUISAS IBOPE - 1º TURNO ELEIÇÃO PRESIDENCIAL/2010



No quadro a seguir, expomos os nomes das entidades contratantes das pesquisas do IBOPE⁸⁹.

⁸⁹ Fonte: IBOPE⁸⁹

QUADRO 1
ENTIDADES CONTRATANTES DAS PESQUISAS IBOPE NO
1º TURNO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2010

10/fev	Associação Comercial do Estado de São Paulo
12/mar	CNI – Confederação Nacional da Indústria
18/abr	Associação Comercial do Estado de São Paulo
03/jun	Globo Comunicação e Participações S/A
21/jun	Confederação Nacional da Indústria
30/jun	Associação Comercial do Estado de São Paulo
30/jul	Globo Comunicação e Participações S/A
06/ago	Globo Comunicação e Participações S/A
16/ago	Globo Comunicação e Participações S/A
27/ago	O Estado de São Paulo/Globo;
03/set	Rede Globo/O Estado de São Paulo
17/set	Rede Globo/O Estado de São Paulo
24/set	Rede Globo/O Estado de São Paulo

Fonte: IBOPE⁹⁰

Vale a pena registrar que às vezes há grandes discrepâncias entre índices divulgados por renomadas institutos de pesquisa, talvez decorrente da utilização de diferentes metodologias.

O instituto VOX POPULI, desde 29 de março já registrava que a candidata Dilma Rousseff estava três pontos percentuais à frente de seu opositor José Serra. Mas, na pesquisa realizada pelo Ibope de 12 de março o candidato José Serra aparecia com cinco pontos à frente daquela (Tabela IV), o que evidenciava uma diferença de oito pontos entre os institutos, sem considerar as respectivas margens de erro.

Em 02 de abril, segundo o Ibope, o candidato José Serra tinha 40% das intenções de voto e a candidata Dilma Rousseff tinha perdido um ponto e tinha 32%, em

⁹⁰ Disponível em <http://www.eleicoes.ibope.com.br/> no dia 04/10/2011 às 20:31h.

contrariedade com as pesquisas do VOX POPULI (Tabela V), que indicava tendência de ascensão de Dilma Rousseff.

TABELA V
Pesquisas de intenção de voto no período de 29/03 a 17/08 – VOX POPULI
1º Turno

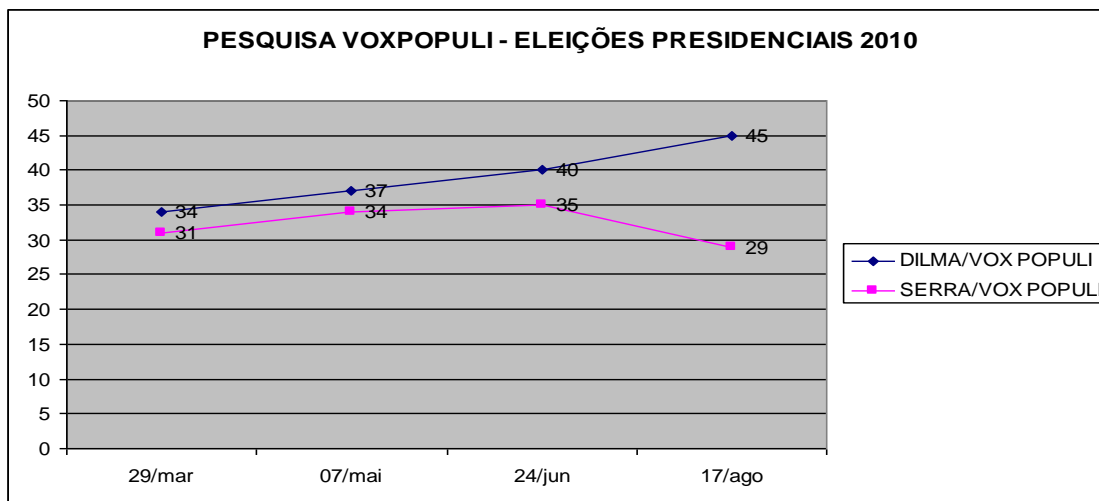
	29/mar ⁹¹	07/mai	24/jun	17/ago
DILMA	34	37	40	45
SERRA	31	34	35	29

O gráfico abaixo é representativo da tabela V e é demonstrativa de que desde 29/03 Dilma Rousseff já se encontrava à frente de José Serra nas pesquisas de intenção de voto, numa contínua ascendência, o que somente foi registrado pelo IBOPE a partir da pesquisa de 21/06.

⁹¹ Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4358591-EI6578,00-Vox+Populi+Serra+tem+contra+de+Dilma.html> no dia 12/03/2012 às 16:30h e <http://odia.terra.com.br/portal/brasil/eleicoes2010/pesquisas.html> disponível no dia 04/10/2011 às 20:31h.

GRÁFICO VII

Pesquisas de intenção de voto no período de 29/03 a 17/08 – VOX POPULI 1º turno



O instituto SENSUS foi o único que trabalhou com dízimas, evitando-se os números redondos. E, por registrar a vantagem da candidata Dilma Rousseff sobre seu opositor José Serra e seu constante crescimento, chegou a sofrer representação no TSE pelo partido deste.

TABELA VI

Pesquisas de intenção de voto no período de 05/08 a 14/09 – SENSUS

	05/ago ⁹²	24/ago ⁹³	14/set ⁹⁴
DILMA/SENSUS	41,6	46	50,5
SERRA/SENSUS	31,6	28,1	26,4

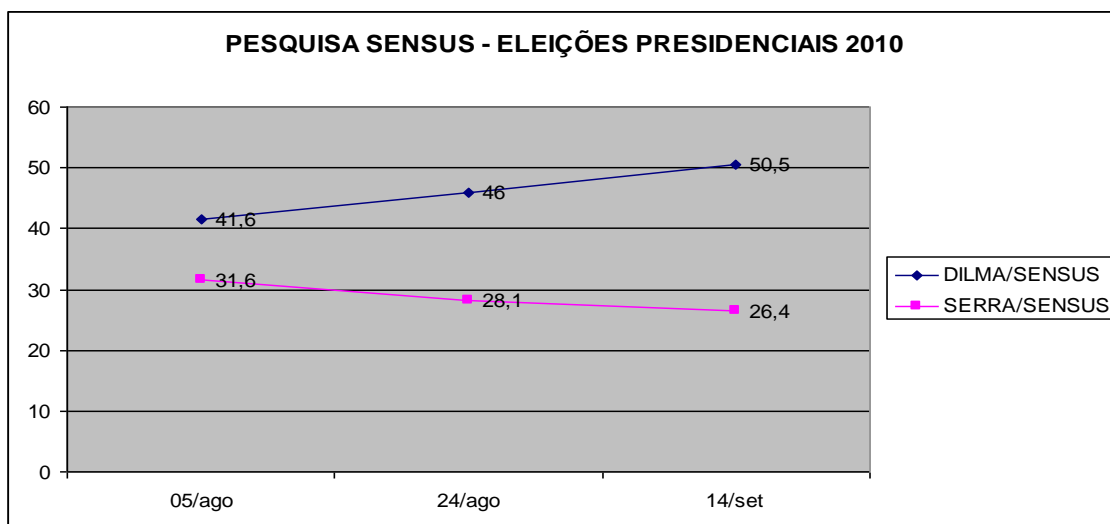
⁹² Disponível em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4606851-EI15315,00-CNT+Serra+vence+Dilma+apenas+no+Sul+e+entre+ricos+e+escolarizados.html> no dia 04/10/2011 às 20:21h.

⁹³ Disponível em <http://noticias.bol.uol.com.br/eleicoes/2010/08/24/pesquisa-cntsensus-dilma-tem-das-intencoes-de-voto-serra-jhtm> no dia 04/10/2011 às 20:45h.

⁹⁴ Disponível em <http://noticias.r7.com/eleicoes-2010/noticias/dilma-tem-50-e-amplia-para-22-pontos-a-vantagem-sobre-serra-aponta-pesquisa-20100904.html> no dia 04/10/2011 às 20:39h.

GRÁFICO VIII

Pesquisas de intenção de voto no período de 05/08 a 14/09 – SENSUS



Conforme tabela e gráfico imediatamente acima o instituto SENSUS igualmente registrava o ciclo ascendente nas intenções de voto em Dilma Rousseff.

TABELA VII

Pesquisas de intenção de voto no período de 19/04 a 16/09 – DATAFOLHA

	19/abr	22/mai	02/jul	13/ago	21/ago	26/ago	04/set	16/set	16/set
DILMA/DATAFOLHA	28	37	38	41	47	49	50	51	49
SERRA/DATAFOLHA	38	37	39	33	30	29	28	27	28

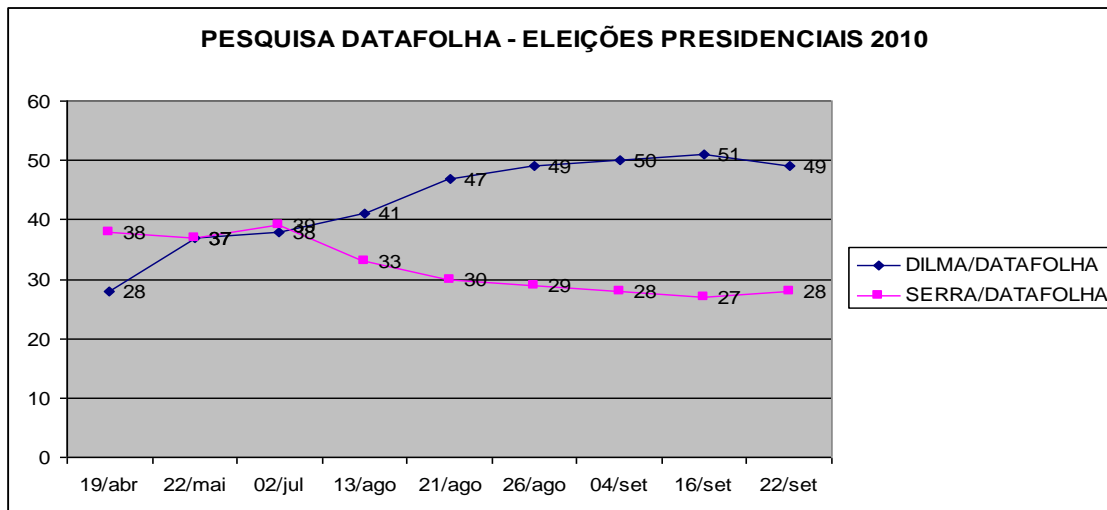
Tabela VII, pesquisas Datafolha⁹⁵

O gráfico IX, abaixo, é expressão dos dados constantes da tabela acima (VII), e se refere às pesquisas do DATAFOLHA.

⁹⁵ Disponível em http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2010/2010_index.php no dia 04/10/2010 às 21:05h.

GRÁFICO IX

Pesquisas de intenção de voto no período de 19/04 a 16/09 – DATAFOLHA



Apesar das intensas críticas a que foi submetida a candidata Dilma Rousseff desde o início do horário eleitoral, e que marca de fato o início da campanha, quando oficialmente se tem o candidato desde a convenção partidária que o escolhe, a consolidação da sua candidatura nas pesquisas de intenção de voto se manteve estável, com pequena variação registrada pelo IBOPE, o que pode ter por causa tanto a margem de erro prevista para a amostra ou a metodologia empregada. Tanto o DATAFOLHA quanto ao IBOPE registram ligeira queda da candidata Dilma na última semana da campanha eleitoral no primeiro turno das eleições, o que possibilitou a realização de um segundo turno de votação.

4.4 – Resultado eleitoral nas eleições presidenciais no 1º turno

Na tabela VIII O campo “aptos totalizados” se refere ao total de eleitores aptos a participar do processo eleitoral quando da apuração das eleições, pois no ato de encerramento das inscrições o total apto do eleitorado nacional era de 135.804.084.

Compareceram 111.193.747 eleitores e o índice de abstenção no primeiro turno das eleições de 2010 foi de 18,35%.

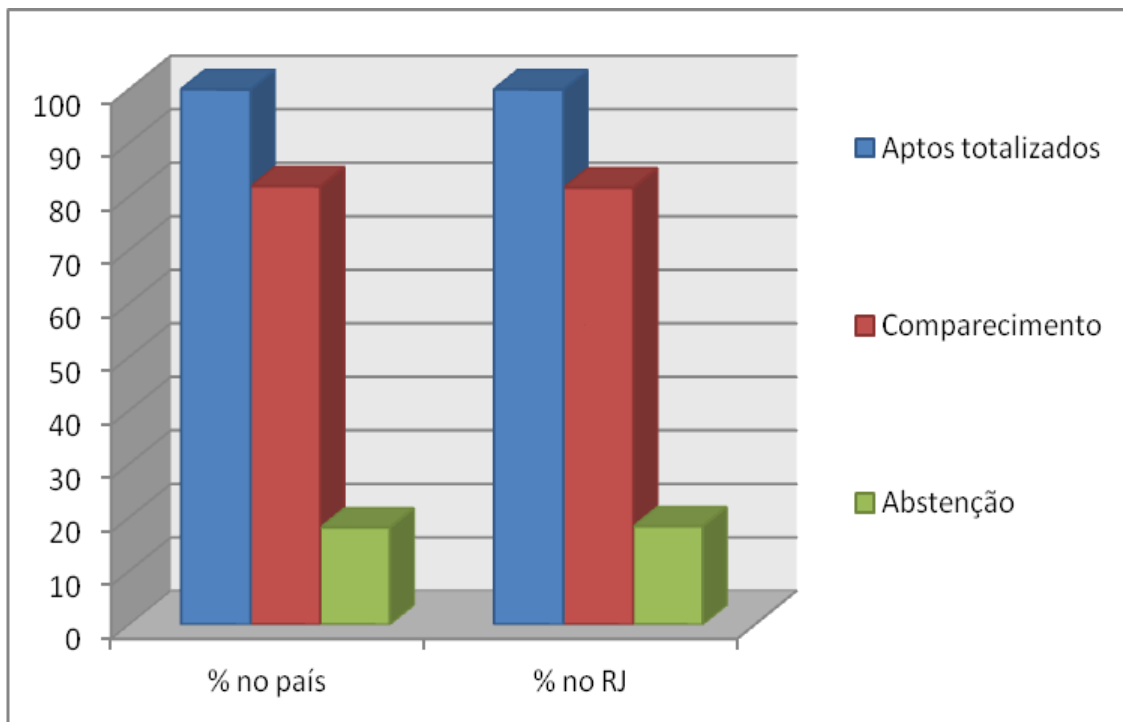
TABELA VIII
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/1º TURNO
Comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e
no município do Rio de Janeiro

	País	% no país	Município do Rio de Janeiro	% no RJ
Aptos totalizados	135.804.043	100	4.671.660	100
Comparecimento	111.193.747	81,88	3.814.302	81,65
Abstenção	24.610.296	18,12	857.358	18,35

Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

O gráfico abaixo (Gráfico X) corresponde ao à tabela VIII e expressa o quantitativo de eleitores aptos a votar, o comparecimento e a abstenção.

GRÁFICO X
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/1º TURNO
Comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e no
município do Rio de Janeiro



A tabela abaixo é demonstrativa da quantidade de eleitores que compareceram no primeiro turno das eleições de 2010, o número de votos nulos e brancos e o quantitativo de votos dados a cada candidato. Dos nove candidatos que concorreram naquele pleito, seis não atingiram o quantitativo de 1% dos votos válidos.

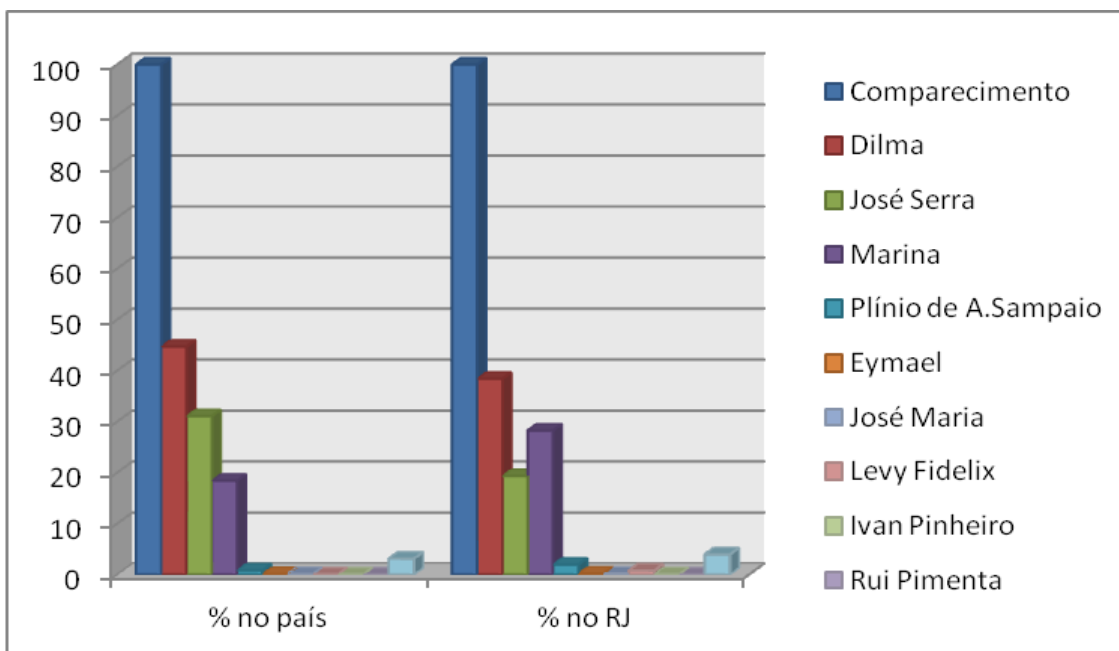
TABELA IX
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/1º TURNO
Comparecimento e votos apurados do eleitorado nacional e
no município do Rio de Janeiro

	País	% no país	Município do Rio de Janeiro	% no RJ
Comparecimento	111.193.747	100	3.814.302	100
Dilma	47.651.434	42,85	1.464.830	38,40
José Serra	33.132.283	29,80	738.040	19,35
Marina	19.636.359	17,62	1.077.688	28,25
Plínio de A.Sampaio	886.816	0,80	75.665	1,98
Eymael	89.350	0,08	7.414	0,19
José Maria	84.609	0,08	6.856	0,18
Levy Fidelix	57.960	0,05	2.968	0,8
Ivan Pinheiro	39.136	0,04	2.563	0,07
Rui Pimenta	12.206	0,01	746	0,02
Branços	3.479.340	3,13	151.129	3,96
Nulos	6.124.254	5,51	286.403	7,51

Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

O gráfico a seguir ilustra o comparecimento e a expressão numérica da votação de cada candidato a presidente da república nas eleições de 2010 e se reporta à tabela IX.

GRÁFICO XI
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/1º TURNO
Comparecimento e votos válidos do eleitorado nacional e
no município do Rio de Janeiro



A pesquisa IBOPE realizada em 02/10 indicava que a candidata Dilma teria 47% e o candidato José Serra 29%. Apurados os votos atribuídos aos candidatos, Dilma teve 47,09% dos votos e José Serra 32,74%. A candidata Marina Silva que nas pesquisas, apesar da ascensão nas pesquisas pontuou no máximo 16%, obteve 19,33% no pleito.

4.5 - Mídia e pesquisas de opinião nas eleições presidenciais de 2010 – 2º turno

As condicionantes de queda ou ascensão de um candidato em pesquisa eleitoral são melhores analisadas durante suas ocorrências e demanda pesquisa com o eleitorado pelos fatores em tempo próprio. A queda na intenção de voto em Dilma Rousseff na última semana antes do primeiro turno das eleições de 2010 foi apontada por analistas⁹⁶ como decorrentes de diversos fatores, dentre os quais a acusação de envolvimento dos

⁹⁶ William Bonner cita tais análises em entrevista com a candidata Dilma Rousseff no segundo turno, cujo conteúdo integral se encontra no anexo V.

filhos de sua ex-assessora, então ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, com tráfico de influência em contratações com o poder público.

Os fatores influenciadores da queda na intenção de voto apontada nas pesquisas na semana antecedente ao primeiro turno das eleições, e que ensejou a realização de segundo turno, não se mantiveram quando do início da campanha para o segundo turno. Assim, a candidata Dilma Rousseff teve crescimento nas pesquisas quando do início da segunda campanha e logrou vitória eleitoral. Conforme analisaremos em capítulo a seguir, em tópico denominado de criminalização da política, foram diversos os fatores de ordem criminal que foram trazidos para a campanha eleitoral presidencial de 2010 pelos meios de comunicação e que podem ter influenciado a votação no primeiro turno das eleições.

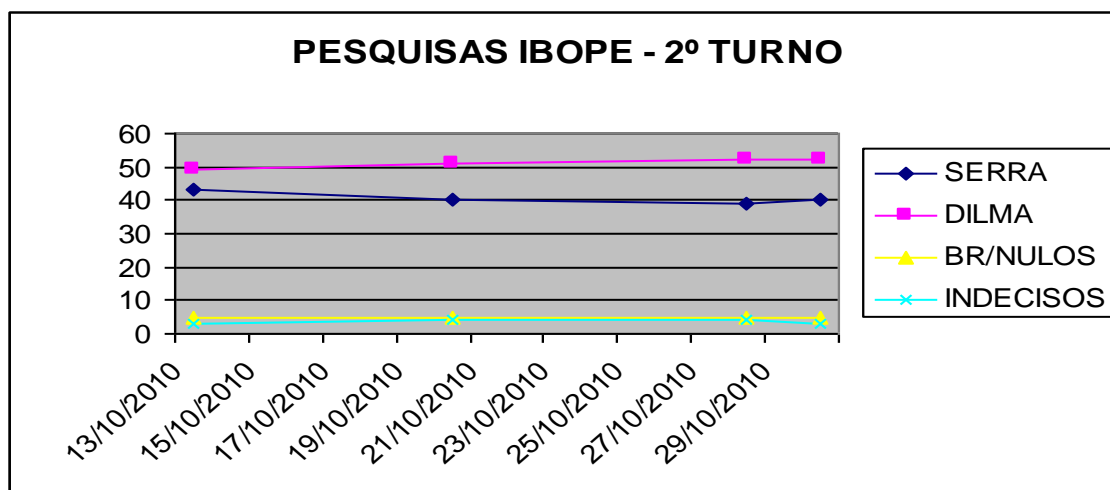
TABELA X
PESQUISAS IBOPE - 2º TURNO ELEIÇÃO PRESIDENCIAL/2010

	13/out	20/out	28/out	30/out
SERRA	43	40	39	40
DILMA	49	51	52	52
BR/NULOS	5	5	5	5
INDECISOS	3	4	4	3

Tabela X, pesquisas IBOPE⁹⁷

⁹⁷Dados da pesquisa disponíveis em http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/pesquisa_eleitoral.html no dia 11/11/2010 às 03:04h.

GRÁFICO XII
PESQUISA IBOPE - 2º TURNO ELEIÇÃO PRESIDENCIAL/2010



Abaixo o quadro dos contratantes das pesquisas IBOPE no segundo turno das eleições presidenciais de 2010.

QUADRO 2
ENTIDADES CONTRATANTES DAS PESQUISAS IBOPE NO 2º TURNO

13/out	Rede Globo/O Estado de São Paulo
20/out	Rede Globo/O Estado de São Paulo
28/out	Rede Globo/O Estado de São Paulo
30/out	Rede Globo/O Estado de São Paulo

Fonte: IBOPE⁹⁸

A pesquisa IBOPE concluída em 29 de julho de 2010 já apontava que a candidata Dilma Rousseff tinha cinco pontos de vantagens sobre seu oponente mais

⁹⁸Dados da pesquisa disponíveis em http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/bre_pesquisas/pesquisa_eleitoral.html no dia 11/11/2010 às 03:04h.

próximo. Mas, igualmente não mereceu destaque nas primeiras páginas dos jornais da grande imprensa.

No segundo turno o JN voltou a entrevistar os candidatos que concorriam no segundo turno. A candidata Dilma Rousseff⁹⁹ foi entrevistada no dia 18/10 e o candidato José Serra¹⁰⁰, no dia seguinte, dia 19/10.

4.6 – Resultado eleitoral nas eleições presidenciais no 2º turno

No segundo turno das eleições presidenciais registrou-se índice de comparecimento de 78,50%. A abstenção de 21,5% foi o maior das eleições para o executivo realizadas entre 1996 a 2010. Nas eleições para presidente em 1998, no primeiro turno, o índice de abstenção foi de 19,99% e nas eleições para prefeito de 1996 e 2008 nos respectivos segundos turnos os índices de abstenções foram de 21,42% e 20,25%.

TABELA XI
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/2º TURNO
Comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e
no município do Rio de Janeiro

	País	% no país	Município do Rio de Janeiro	% no RJ
Aptos totalizados ¹⁰¹	135.803.366	100	4.671.849	100
Comparecimento	106.606.214	78,5	3.670.001	78,56
Abstenção	29.197.152	21,5	1.001.848	21,44

Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

⁹⁹ Entrevista realizada na bancada do Jornal Nacional no dia 18/10/2010, disponível no site <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-e-entrevistada-pelo-jn.html> no dia 22/09/2011 às 23:50. Íntegra transcrita no anexo V.

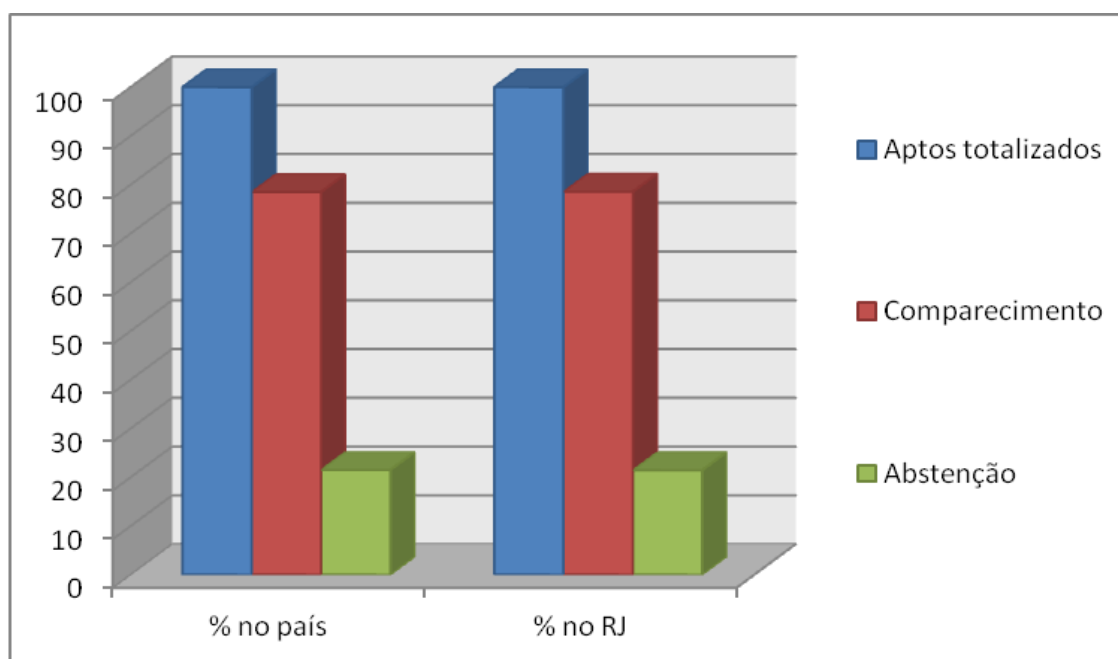
¹⁰⁰ Entrevista realizada na bancada do Jornal Nacional no dia 19/10/2010, disponível no site <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/serra-e-entrevistado-pelo-jn.html> no dia 22/09/2011 às 23:56h. Íntegra transcrita no anexo VI.

¹⁰¹ O campo aptos totalizados demonstra o total de eleitores aptos a participar do processo eleitoral quando da apuração das eleições, pois no ato de encerramento das inscrições o total apto do eleitorado nacional era de 135.804.084.

Conforme se depreende acima, no 2º turno das eleições presidenciais de 2010 o índice de abstenção nacional atingiu a marca de 21,5% do eleitorado habilitado a votar. Apesar da obrigatoriedade do voto, da possibilidade de multa a ser imposta pela Justiça Eleitoral e do cerceamento de direitos daquele que não apresentar quitação eleitoral, um quinto dos eleitores não compareceram para votar naquela eleição. O índice de abstenção na cidade do Rio de Janeiro foi de 21,44% apenas, 0,06% de diferença do índice nacional.

Graficamente se depreende que o comportamento do eleitorado carioca quanto à abstenção foi similar ao do eleitorado nacional.

GRÁFICO XIII
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010/2º TURNO
Comparecimento e abstenção do eleitorado nacional e
no município do Rio de Janeiro



O índice de abstenção do eleitoral carioca e do eleitorado nacional ultrapassou a 20% no 2º turno das eleições. Mas, isto não difere do padrão de outras eleições.

Em todas as eleições analisadas nas quais houve 2º turno a abstenção no 2º turno foi superior ao primeiro e, apesar de se haver ultrapassado a marca de 20%, tal índice não difere significativamente do de outras eleições.

TABELA XII
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010 – RESULTADO 2º TURNO
Votos válidos, nulos e brancos em âmbito nacional e
no município do Rio de Janeiro

	País	% no país	Município do Rio de Janeiro	% no RJ
Comparecimento	106.606.214	100	3.670.001	100
Dilma	55.752.529	52,30	1.958.537	53,37
Serra	43.711.388	41,00	1.252.818	34,14
Branco	2.452.597	2,30	127.675	3,48%
Nulos	4.689.428	4,40	330.971	9,02%

Fonte: Seção de Administração de Dados Estatísticos e Operacionais da Coordenadoria de Logística da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral

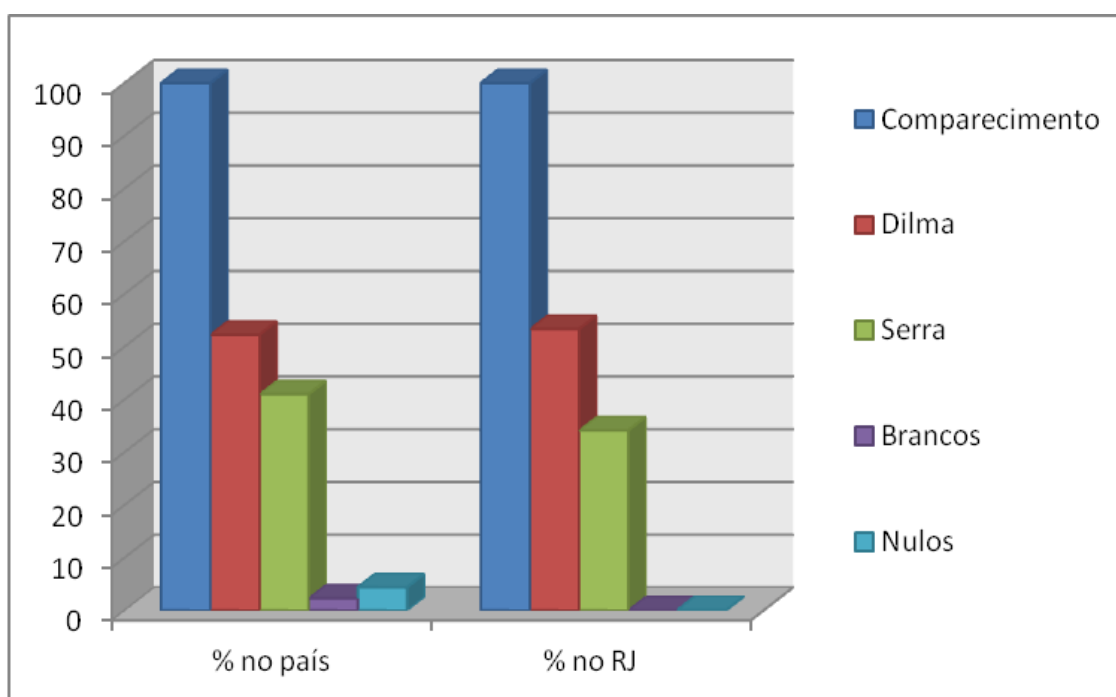
Enquanto no primeiro turno das eleições o candidato José Serra obtivera em âmbito nacional 29,80% dos votos e a candidata Dilma Rousseff 42,85%; no âmbito do Rio de Janeiro os candidatos obtiveram respectivamente 19,35% e 38,40%. Mas, a candidata Marina Silva do PV, obtivera em âmbito nacional 17,66% dos votos e no âmbito do Município do Rio de Janeiro 28,25%.

No segundo turno das eleições o candidato José Serra saltou no âmbito nacional de 29,80% para 41,00% e no Rio de Janeiro de 19,35% para 34,14%. Mas, no Município do Rio de Janeiro a variação da candidata Dilma Rousseff entre o primeiro e segundo turno também foi acentuado, assim como no resto do país: no primeiro turno obtivera 38,40% dos cariocas e no segundo saltou para 53,37%, enquanto sua performance nacional saltara de 42,85% para 52,30%.

O comportamento do eleitorado do Município do Rio de Janeiro se apresenta bem compatível com o comportamento do eleitorado nacional, sejam quanto ao percentual de votos atribuídos aos candidatos no primeiro e segundo turno, seja quanto aos votos nulos e brancos e sua variação entre os dois turnos da eleição.

A seguir a representação gráfica dos votos atribuídos aos dois candidatos que disputaram o primeiro e segundo turno das eleições, bem como representação dos votos nulos e brancos no país e no Município do Rio de Janeiro.

GRÁFICO XIV
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2010 – RESULTADO 2º TURNO
Votos válidos, nulos e brancos em âmbito nacional e
no município do Rio de Janeiro



4.7 – Espetacularização da política

A política, que até recentemente se fazia basicamente com promessas, propostas e fundamentos ideológicos onde se destacavam personagens do *establishment*

converteu-se em território dos indivíduos, ou melhor, dos personagens por eles representados. “*O próprio Estado se transforma em empresa de espetáculo*” (Schwartzberg, 1978:1) e o publicitário, antes limitado a promover a venda de produtos de limpeza, automóveis e bebidas etc., hoje é demandado para a construção da imagem do candidato e do homem público, tal como construía a imagem de um produto ou de uma marca.

Assim, os candidatos ao invés de apresentarem os programas de seus partidos ou as propostas que pretendem executar se forem eleitos, buscam antes de mais nada, para uma campanha bem sucedida, a formulação de estratégias de campanha “*para conhecer o comportamento do eleitor*”. (Grandi et. al. 1992: 47). Daí é que as proposições dos candidatos são trocadas por pesquisas dos perfis dos eleitores e os fatores capazes de influenciar a intenção de voto, a fim de que seja identificado como componente de determinado grupo e com base em análise de sua votação histórica lhe sejam ofertadas propostas que influenciem seu poder de escolha.

Num universo onde é sensível a falta de identidade ideológica dos partidos políticos a campanha eleitoral majoritária acaba por se desenvolver mediante apelo pessoal do candidato a fim de determinar uma decisão personalista do eleitor, ainda que fundada nos valores ostentados por ele. A campanha eleitoral para eleições majoritárias se desenvolve sobre as características estruturais dos grupos que compõem o eleitorado e os aspectos de curto prazo, notadamente o apelo pessoal e emocional propiciado pela propaganda eleitoral ou pela propaganda ou anti-propaganda desenvolvida em forma de noticiário ou pelos diversos meios de comunicação social, dentre os quais as novas mídias.

“Nas últimas décadas ocorreram significativas transformações na esfera da política que resultaram em progressiva redução do espaço dos partidos enquanto elemento de ligação entre candidatos e eleitores e no crescimento de importância dos meios de comunicação nas competições eleitorais”.
(Dias, 1998: 103).

Desta forma a campanha eleitoral se desenvolve sem conteúdo ideológico ou programático específico, pois corresponde a uma estratégia discursiva fundada na detecção de ciclos de idéias, valores e aspirações dos eleitores, por vezes promovidos

apelos emocionais, falseando a natureza da representação do mandato eletivo. Grandi (1992) afirma que o potencial do candidato está relacionado com

“os fatores inerentes ao próprio candidato, que independem do processo eleitoral de curto prazo, sendo influenciado por sua formação pessoal, características físicas e personalidade. Esses fatores só se modificam com um aprendizado de longo prazo, podendo ser apenas atenuados pela forma de composição da imagem durante a campanha”. (Grandi, 1992: 58).

O processo de marketing eleitoral se desenvolve assim, a partir das expectativas dos eleitores em razão dos seus valores ou sentimentos, ainda que momentâneos, e busca propiciar ao eleitor, a partir de pesquisas, a votar na pessoa que mais se identifique com o seu ideário. Desta forma, o candidato vai buscar mensurar as motivações do eleitor e buscar corresponder à imagem do candidato ideal e valores mais comuns entre os eleitores. É em torno do que é transitório, mas sentimentalmente relevante para determinar a preferência do eleitor, ou importante e essencial, porque determina o perfil do candidato para futuras disputas, que as estratégias discursivas se desenvolvem durante a campanha eleitoral.

Se no Brasil rural as campanhas eleitorais se desenvolviam por meio de comícios, onde se reforçavam os laços de solidariedade, na sociedade urbana e industrial são imprescindíveis os meios de comunicação de massa, dentre os quais a televisão.

“Novos métodos e práticas de campanha foram implementados e os partidos abandonaram, gradativamente, as ruas e o ‘abraço quente’ do eleitor, e passaram a dar preferência ao espaço de debate oferecido pela mídia. Atualmente, assim, nos grandes centros urbanos, candidatos com pouca visibilidade na cobertura jornalística frequentemente tem menor chance de obter resultados eleitorais positivos”. (Dias, 1998: 103).

Além da televisão, a revolução científico-tecnológica (Santos, 1983) operada nas últimas décadas finais do século passado possibilitou o surgimento de novas mídias, interativas, que igualmente respondem a novas demandas de comunicação social e estabelecimento de redes sociais. Contudo, a mídia tradicional, notadamente, a televisão, continua a pautar os temas para o debate. Mas, não se pode falar da televisão que se apresenta como importante meio de comunicação de massa desde os anos 60 do

século XX sem antes falar do rádio, introduzido no Brasil nos anos 20 e convertido nos anos 40 em meio de comunicação de massa, numa sociedade que se inicia seu processo de configuração urbano-industrial.

4.8 – Comunicação de massa: do rádio à televisão no século XX

O surgimento do rádio¹⁰² e sua espécie com alto-falante possibilitou a comunicação à distância com destinatários não individualizados. Com o nascimento do rádio, por meio de um aparelho de rádio-transmissão, Bertold Brecht chegou a formular a Teoria do Rádio¹⁰³, na qual propunha que todos os domicílios deveriam ter um aparelho emissor-transmissor pelo qual as pessoas poderiam manter relações recíprocas, numa espécie de assembléia popular permanente (Brecht, 1992), o que expressava o conceito a ser definido como esfera pública cidadã por Habermas (1984).

No entanto, a comunicação de massa, ao invés de propiciar a instauração de uma esfera pública cidadã (Habermas) possibilitou que os meios de comunicação eletrônicos se convertessem em veículos do poder, de dominação e de conformação ideológica dos povos.

No Brasil, tal como o primeiro jornal impresso sob os cuidados do poder colonial, a primeira transmissão radiofônica deu-se com o discurso do presidente Epitácio Pessoa na feira de 1922, com um transmissor instalado no Morro do Corcovado pela multinacional Westinghouse Electric Co. A primeira emissora particular, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi fundada em 1923 por Roquette Pinto e Henrique Moritze. Ainda que tenha sido introduzido no Brasil em 1922, “até 1935 ele se organizava basicamente em termos não-comerciais, as emissoras se constituindo em

¹⁰² O rádio de ‘Galena’ era um receptor simples de ‘Modulação em Amplitude’ que não necessitava de fonte externa de energia para produzir som audível no monofone. Toda a energia era captada pela antena de grandes dimensões e somente era audível por quem estivesse a ele conectado. Não tinha alto-falante. Daí se dizer que era audível pelo monofone.

¹⁰³ São cinco os artigos que compõem a “Teoria do rádio”: “O rádio como aparato de comunicação”, “O rádio: um descobrimento antediluviano?”, “Sugestões aos diretores artísticos do rádio”, “Aplicações” e “Comentário sobre O vôo sobre o oceano”.

sociedade e clubes cujas programações eram sobretudo de cunho erudito e litero-musical". (Ortiz, 2006: 39).

Ainda que a primeira transmissão oficial de rádio tenha sido feita pelo discurso de um presidente da República, os clubes e sociedades radiofônicas tinham atividade quase que exclusivamente cultural. A política não se ocupou de comunicar-se por meio do rádio, pois embora o país tivesse a maioria dos seus habitantes analfabetos, o parâmetro de comunicação ainda era o jornal (Moreira, 1998). Diferentemente na Europa, desde o final da década de 10 do século XX o rádio já havia sido inserido na comunicação política.

“No dia 4 de novembro de 1919, marinheiros amotinados ocuparam as instalações da Rádio de Kiel. Cinco dias depois, em 9 de novembro, com a queda do Kaiser e a proclamação da República alemã, foi a vez dos operários e soldados revolucionários ocuparem o centro de notícias do Reich em Berlim, a agência oficial de notícias WTB (Wolffsches Telegraphenbureau) para transmitir a vitória da revolução. Em 1920 surgia a primeira ‘sociedade radiofônica’: o Serviço de Urgência de Informações Comerciais, Oficiais e Privadas - SRL.”. (Moreira, 1998:11).

O modelo adotado na comunicação de massa no Brasil foi desde o começo custeado pelos governos ou por publicidade. Nos Estados Unidos o modelo adotado foi o monopolista, em forma de oligopólios, sustentados por conglomerados que o manteve dos anos 30 aos anos 80 do século XX. Mas, o Estado em alguns países e regimes políticos estabeleceu monopólio sobre a telecomunicação e utilizou a comunicação de massa para mobilizar a opinião pública, como ocorreu na Alemanha nazista ou na Itália Fascista. Excetuadas as regiões onde o rádio tenha precípua função no processo de dominação, a rádiotransmissão levou a população entretenimento, atividade cultural e informações educacionais. No presente momento, pouco se tem de informação e atividade cultural no rádio, prevalecendo o modelo do entretenimento.

Na esteira do entretenimento, que viria a prevalecer no rádio, em 1931 foi levado ao ar o primeiro programa humorístico e em 1941 foi estrelada a primeira radionovela no país, *Em busca da felicidade*, do cubano Leandro Blanco. No mesmo ano foi ao ar o programa *Repórter Esso*, produzido por emissora comercial e de grande prestígio

(Moreira, 1998: 42) que permaneceu no ar até 1968¹⁰⁴, quando foi substituído por novas fontes de informação, ou seja, a televisão que já estava suficientemente estabelecida no Brasil. A difusão de programas humorísticos e de notícia em hora certa foi fundamental para a consolidação do rádio no cotidiano do brasileiro, o que possibilitou fosse tal assistência aprisionada pela televisão que lhe copiou o modelo e o manteve nas décadas subsequentes, seja com as telenovelas ou com o noticiário em hora certa.

O *Repórter Esso* era apresentado como “*a testemunha ocular da história*”, produzindo a credibilidade no noticiário que transmitia. Em 1944 Heron Domingues se tornou locutor exclusivo do noticiário. Não estando presente no estúdio quando chegou o telegrama que noticiava o fim da guerra a primeira emissora a noticiar o fato foi a Rádio Tupi, pelo locutor Décio Luiz. “*Enquanto o Repórter Esso não deu a notícia, o público ficou em dúvida. Alguns jornais publicaram: A guerra só acabou depois que o Repórter Esso noticiou*”. (Pinheiro, 2005:70).

Se o conteúdo da radiodifusão foi estabelecido na Era do Rádio e legado à televisão, o modelo de exploração das telecomunicações foi distinto em diferentes países. Diversamente do modelo adotado na Inglaterra, de formação de meios públicos de comunicação, o Brasil adotou o modelo norte-americano, ou seja, modelo comercial, sob o controle do Estado que delega o serviço de radiodifusão de sons e imagens a particular que o explora economicamente.

“A primeira característica “moderna” da nossa mídia é que o Estado brasileiro fez uma opção por um modelo de exploração da radiodifusão que privilegia a atividade privada comercial. Poderia ter sido de outra forma. Para ficarmos com o exemplo clássico, na mesma época, a Inglaterra fazia a opção oposta, isto é, privilegiou o próprio Estado como operador e executor da atividade de radiodifusão. Mas, no que se refere ao rádio e a televisão, adotamos o modelo que tem origem nos Estados Unidos. É mais ou menos uma curadoria: a União tem o direito de exploração de um serviço e o delega a outro para administrar e operar para ela. O rádio e a televisão são, em sua maioria, outorgas do Poder Público para a iniciativa privada”. (Lima, 2010: 2).

¹⁰⁴ Foi exibido na televisão no período de 10/04/1952 a 31/12/1970, pela TV Tupi um noticiário equivalente ao *Reporter Esso*, intitulado *O seu Repórter Esso*.

Ao lado delegação para a exploração privada do rádio o Estado buscou utilizar tal meio de comunicação para estabelecimento de comunicação social, rompendo a cadeia que propiciava fosse a comunicação do poder central com eleitor ou cidadão do sertão feita por meio do coronel ou do seu veículo de comunicação, notadamente o jornal que era mantido no âmbito local. Assim, em 1938 foi instituída a Hora do Brasil, com transmissão em cadeia nacional e que a partir de 1940 passou a ser produzida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (Araújo) e que a partir de 1946 teve o nome mudado para Voz do Brasil, oportunidade na qual foi ampliado o número de locutores, foi reservado parte do tempo para o Congresso Nacional e a Agência Nacional ganhou autonomia (Moreira, 1998).

O rádio fora o principal veículo de comunicação de massa da Era Vargas, período no qual as radiodifusoras passaram de 17 em 1930 para 80 em 1941 (Moreira: 1998). O uso que Getúlio Vargas fez do rádio, rompendo com os coronéis em matéria de comunicação social e lhes retirando a capacidade de mediar a comunicação entre o poder central e o eleitor local, inspirou políticos que usassem tal veículo a partir da redemocratização no final de 1945.

Getúlio Vargas, também com a difusão do rádio, promoveu rompimento com o sistema coronelista, reportando-se diretamente à sociedade brasileira, notadamente operariado. Mas, num regime aberto a disponibilização de tais veículos de comunicação demanda a aquiescência dos proprietários e gestores dos canais, tendo para as mensagens diretas, quanto no noticiário e abordagens cotidianas capazes de produzir opinião ou posicionamento sobre determinado tema. Para tanto, em 1940 incorporou ao patrimônio da União a Rádio Nacional, que se tornou a mais importante emissora dos anos 40 e 50 do século XX.

A origem da Rádio Nacional, com a qual o governo Getúlio Vargas estabeleceu rede nacional de comunicação remonta ao vespertino A Noite e à saída de Irineu Marinho do seu quadro societário (Mercadante, 2004:39). Em decorrência do novo quadro societário e das decisões tomadas pelos novos proprietários das empresas A Noite, dentre as quais a construção do Edifício A Noite situado na esquina da Praça Mauá com a Avenida Rio Branco, o grupo de comunicação foi vendido à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, controlada por Percival Farquhar. Sob o controle de Farquhar foi constituída a Sociedade Civil rádio Nacional em maio de 1933

que começou a funcionar em setembro de 1936 (Pinheiro, 2005:20). Em março de 1940 Getúlio Vargas editou o Decreto-Lei 2073/1940¹⁰⁵ no qual incorporava ao patrimônio da União a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas por ela controladas ou filiadas, dentre as quais a Rádio Nacional que expressamente foi nominada no decreto-lei.

Diversamente do modelo utilizado durante o Governo Vargas, de controle estatal dos meios de comunicação, e diante da falta de regulamentação para a titularização de veículos de comunicação, alguns políticos passaram a adquirir propriedade de empresas de comunicação. Adhemar de Barros, já nos anos 40, adquirira a propriedade da Rádio Bandeirantes que transmitida para seu genro João Saad deu origem ao conglomerado denominado Rede Bandeirantes, até hoje titularizada pela família Saad. Mas, não foi sem oposição que Adhemar de Barros e seu genro João Saad construíram a cadeia de comunicação que deu sustentação àquele político. O estabelecimento da rede de rádios denominada Emissoras Associadas sofreu forte oposição de Assis Chateaubriand, instituidor de uma cadeia nacional de jornais diários, os Diários Associados. Mais tarde, sem buscar titularizar empresas de comunicação, Juscelino Kubistchek usou o rádio para falar do plano de metas e igualmente a televisão para mostrar seu dinamismo e a construção da nova capital federal.

A constituição de oligopólios de comunicação, que opusera os interesses de Assis Chateaubriand aos de Adhemar de Barros nos anos 40, se repetiu quando o Banco do Brasil concedeu financiamento a Samuel Wainer para fundar o jornal Última Hora. A criação de uma empresa de comunicação com empréstimo público foi o mote para a campanha contra Getúlio Vargas, por Assis Chateaubriand, dos Diários Associados e de Roberto Marinho, do jornal O Globo e que levaria aquele presidente ao suicídio. Estava em jogo a existência de veículo de comunicação que poderia disputar as verbas públicas em contrapartida ao apoio ao governo. Carlos Lacerda, dono do jornal Tribunal da Imprensa, aderiu à campanha que se fez contra Getúlio Vargas e teve amplo espaço na TV Tupi e na Rádio Globo.

“Depois de uma intensa campanha contra sua administração – empreendida no rádio pelas emissoras de Assis Chateaubriand e pela Rádio Globo, da

¹⁰⁵ Disponível no site <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2073-8-marco-1940-412107-publicacaooriginal-1-pe.html> no dia 07/03/2012 às 18:49h

família Marinho – agravada pelo atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros, em Copacabana, Getúlio Vargas suicidou-se em agosto de 1954”. (Moreira, 1998:54).

Assis Chateaubriand, que titularizou a maior rede de veículos de comunicação no território nacional e foi o responsável pela introdução da televisão no Brasil, igualmente era devedor do erário público ou das empresas constituídas pelo Estado (Moraes, 1994) ao tempo que acusava Getúlio Vargas do empréstimo a Samuel Weiner.

As dívidas de Assis Chateaubriand com o poder público já vinham de longa data. O interventor de Pernambuco, após a Revolução de 1930, Carlos de Lima Cavalcanti, após demitir seu tio e para defender-se dos ataques do empresário-jornalista distribuiria nota à imprensa na qual o acusava de haver recebido pessoalmente, por meio de seus jornais, quase uma centena de contos do erário de Pernambuco, e que se destinavam a comprar a pena dos seus jornais e propiciar noticiário favorável ao governador deposto Estácio Coimbra. Diante dos documentos apresentados, Chateaubriand não negou, *“ao contrário, afirmou com surpreendente candura que aquilo não era imoral nem ilegal, mas uma prática comum, e que seus jornais não eram os únicos a receber tais pagamentos”* (Moraes, 1994: 257).

Além de confessar a prática de pagamento por notícias favoráveis, que julgava comum entre os jornais e os governos, e disse que todos recebiam dos governos de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo e contou como se realizava a operação para transformar em notícia as mensagens dos governos dos Estados.

“Algumas vezes essa mensagem era dada na íntegra, outras vezes em tópicos. O pagamento feito a nós era feito igualmente ao Jornal do Comércio, ao Correio da Manhã, a O Globo, ao Estado de S. Paulo e aos demais jornais que inseriam as mensagens”. (Moraes, 1994: 257).

O pacto coronelista que possibilitou a governabilidade na 1ª República também se estendia às empresas de comunicação. Não o era coronelismo eletrônico, pois inexistindo eletrônica e veículos de radiodifusão de sons e imagens não tinham esta característica. Mas, já era pacto de proveito entre o poder público demandante de acalantar a opinião pública e as empresas ou empresários da comunicação, travestidos de jornalistas.

O intrincado caso do empréstimo á empresa Érica, editora do jornal Última Hora, no qual o Banco do Brasil teria financiado o empreendimento de Samuel Wainer foi o estopim para a campanha difamatória contra Vargas em 1954 pelas empresas de Chateaubriand, os desafetos de Wainer, dentre os quais, David Nasser e a oposição udenista.

“depois de atribuir a David Nasser a tarefa de ‘reduzir a pó tanto Wainer como seu jornal infecto’, Chateaubriand deu o golpe de misericórdia: suas duas estações de televisão, no Rio e em São Paulo, deveriam ser colocadas à disposição de Lacerda para que ele popularizasse a campanha contra Wainer”. (Moraes, 1994: 551).

Os interesses eram distintos, mas se conjugaram naquele episódio. David Nasser fora destronado por Samuel Wainer do *status* de maior jornalista dos Diários Associados e não lhe faltavam razões pessoais para atingir o desafeto, ainda que por motivos paroquianos, além de igualmente pretender atingir o Presidente Getúlio Vargas. Assis Chateaubriand não podia deixar surgir um jornal que certamente lhe faria concorrência, pois dirigido por um jornalista de *expertise*. Lacerda, Afonso Arinos e a UDN buscavam atingir Getúlio Vargas, pelo empréstimo concedido pelo Banco do Brasil a Wainer.

“O pecado de que era acusado [Wainer] era algo tão comum na maior parte da imprensa brasileira quanto imprimir e vender jornais. Enquanto a Última Hora era colocada no pelourinho por ter tomado 26 milhões de cruzeiros emprestados ao banco oficial, a Carteira de Crédito Geral do mesmo Banco do Brasil registrava um débito de 50,4 milhões de Roberto Marinho (proprietário de O Globo e de uma estação de rádio), ao passo que os Diários Associados deviam ao Banco do Brasil a soma colossal de 113,6 milhões (quase 3 milhões de dólares da época, ou 14 milhões de dólares em 1994). Nem mesmo a imaculada Tribuna da Imprensa poderia exibir castidade naquele caso: mais modesto, até o jornal de Lacerda tinha pendurado no Banco do Brasil um ‘papagaio’ de valor equivalente a 100 mil dólares da época”. (Moraes, 1994: 552).

Chateaubriand, cujos veículos de comunicação “viram secar, da noite para o dia, as sempre generosas tetas e os favores do Banco do Brasil, do Ministério da

Fazenda e dos institutos de previdência” (Moraes, 1994:637), em encontro com Magalhães Pinto em janeiro de 1963 no Estado do Espírito Santo, e imediatamente, determinou a João Calmon que colocasse quando necessário os jornais e rádios à disposição da *Cadeia da Democracia* “*que estava sendo planejada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)*” (Moraes, 1994: 638). Ainda, segundo Moraes (1994), semanas após o encontro com Magalhães Pinto, Chateaubriand teve um encontro discreto com os generais Olímpio Mourão Filho e Nelson de Melo, para tratar de um golpe que estava em marcha.

A ameaça aos seus jornais, que Chateaubriand vira quando se opusera ao crescimento do jornal de Samuel Wainer, não fora percebida ao reforçar o poder dos tenentes que, agora generais, costuravam um golpe de Estado. Os tenentes, que ao longo das quatro décadas anteriores tiveram estranhamentos com Chateaubriand, tinham um aliado no jornalismo, desde a década de 20: o jornal O Globo de Roberto Marinho. E esta, uma hipótese plausível para se pensar o desenvolvimento desta empresa após o golpe militar de 1964. Analisando a formação do conglomerado globo de comunicação, desde a fundação do jornal O Globo, Mercadante (2004) traça um paralelo entre a história dessa empresa e a trajetória dos tenentes até o golpe militar de 1964, quando ocorre a grande ascensão da citada empresa. O paralelo traçado nos permite entender, dentre outras questões o clima radicalizado da disputa pela hegemonia no qual foi cassada a delegação da Rádio Mayrink Veiga, através da qual Leonel Brizola se comunicava com os membros do Grupo dos 11 e a entrega do canal a Roberto Marinho:

“O Senador Leuzzi não cumpriu com todas as suas obrigações legais, o que deu margem à Rádio Globo, através do Sr. Roberto Marinho, de recorrer à Justiça para o seu fechamento. O interesse da Globo justificava-se pelo fato de que, na época, possuía frequência emprestada do Chile, a qual estava sendo requisitada. Portanto, possuir a frequência da Mayrink Veiga lhe traria a segurança da transmissão”. (Lacerda *apud* Moreira, 1998:71).

Pela edição do Decreto 56.614/65 (Brasil, 1965b) o marechal Castelo Branco determinou o fechamento da rádio Mayrink Veiga, sob o fundamento de infringência à proibição de transferência de veículo de comunicação, tal como disporia o Decreto 21.111 de 1932 (Brasil, 1932a).

“Foi assim que, ainda que em 1965, na frequência 1220 do dial que até então pertencera à Mayrink Veiga, passou a funcionar a Rádio Eldorado, uma das emissoras o Sistema Globo de Rádio. Na metade da década de 70, ela seria substituída definitivamente pela Rádio Globo AM do Rio de Janeiro”. (Moreira, 1998: 71).

A instalação da TV no Brasil obedeceu ao mesmo padrão de comunicação do rádio. Aliás, a legislação editada quando da Revolução de 30, por Getúlio Vargas, teve longa vigência no Brasil, como referido acima ao se tratar da cassação da concessão da Rádio Mayrink Veiga. Antes mesmo do desembarque dos equipamentos que iriam formar a primeira televisão no Brasil, em março de 1950, Assis Chateaubriand já havia promovido uma transmissão do Frei José Mojica, padre e cantor mexicano, mas as imagens se limitaram a alguns aparelhos instalados no saguão do prédio dos Diários Associados. Em setembro do mesmo ano a TV Tupi realizou uma transmissão, tida como experimental, na qual foi exibido um relato do ex-presidente Getúlio Vargas, no qual comunicava seu retorno á vida política. Os meios de comunicação no Brasil nasceram sob os auspícios da atividade política e assim como o advento do rádio teve por transmissão um discurso do presidente Afonso Pena, a televisão o teve com o presidente que preparava seu retorno ao cargo. No mesmo mês foi inaugurada a TV Tupi de São Paulo, cuja antena foi colocada no alto do prédio do Banco do Estado de São Paulo. Assim como a televisão, Chateaubriand *“não conseguia ver o rádio senão como um negócio”*. (Morais, 1994: 416). O mesmo raciocínio o orientou quando em 1956, o presidente Juscelino Kubitscheck tencionou criar uma TV Nacional, mas foi influenciado por Assis Chateaubriand a não fazê-lo, pois tinha receio da concorrência de uma TV estatal. Afinal, os índices de audiência da sua Rádio Tupi nunca atingiram os índices de audiência da Rádio Nacional. O canal que seria estatal foi outorgado ao proprietário do jornal O Globo, Roberto Marinho¹⁰⁶.

A passagem do rádio para a televisão está tão relacionada que em 1932 Getúlio Vargas ao regulamentar os serviços de radiocomunicação pelo Decreto 21.111 de 01 de março de 1932 (Brasil, 1932a) dispôs que os serviços de radiocomunicação se classificava quanto à natureza da comunicação em *“serviços de radiodifusão, relativo a*

¹⁰⁶ A primeira concessão de televisão obtida por Roberto Marinho o foi em 1957, outorgada pelo presidente Juscelino Kubitscheck e a segunda pelo presidente João Goulart.

radiocomunicações de sons e imagens” (Brasil, 1932a). Tratando de telecomunicação por imagem assim dispunha o referido diploma legal:

“Para os efeitos deste regulamento, constituem serviços de radiodifusão: a radiotelegrafia, a radiotelegrafia, a radiotelegrafia, a radiotelegrafia e quaisquer outras utilizações da radioeletricidade para a transmissão ou recepção sem fio, de escritos, signos, sinais, sons ou imagens de qualquer natureza, por meio de ondas hertzianas”. (Brasil, 1932a).

A transferência da preferência do público do rádio para a televisão não foi imediata, mas gradativa. A televisão, no Brasil, iniciou suas transmissões em 1950, mas a preferência do rádio se manteve durante toda aquela década. O declínio do rádio se acentuou nos anos 60, época na qual perdeu o indispensável apoio dos anunciantes. A preferência do público pelos “reclames falados”, cantados ou pelas vinhetas foi substituído pela preferência pelas “garotas-propaganda” ou “garotos-propaganda” da televisão.

A propriedade das empresas de comunicação possibilita atuação ampliada do poder político dos seus titulares. Sempre tiveram poder, mas na sociedade do espetáculo ampliaram seu poder. A revolução tecnológica acentuou ainda mais o poder político dos donos das empresas de comunicação.

Se a Revolução de 30 promoveu profundas modificações nas comunicações de massa no Brasil e o golpe militar de 1964 a transferência do poder de um conglomerado a outro, a redemocratização do Brasil em 1985 e a edição da Constituição de 1988 não alterou o poder dos grupos que se formaram para sustentar este regime e, assim, podemos concluir que o atual sistema de concessões é parte do entulho autoritário do regime militar que não foi removido, tal como não o foi o aparelho repressivo do Estado, mantido neste momento de crescente ascensão do Estado Policial, em oposição ao Estado de Direito e às garantias fundamentais, formalmente dispostas na Constituição.

4.9 – Controle estatal sobre conteúdo e programação das difusoras de rádio e televisão em eleições pretéritas

O caso mais emblemático de censura aos meios de comunicação foi o decorrente da Portaria 899 de 1956¹⁰⁷, pelo qual as emissoras de Rádio e Televisão foram proibidas de dar acesso aos opositores do governo Juscelino Kubitschek, dentre os quais, Carlos Lacerda e o líder da Frente de Novembro, Nemo Canabarro.

A censura imposta por ato formal do Governo Juscelino Kubitschek é emblemática porque a portaria fora editada num regime aberto e tido por democrático, diversamente da censura que se exercera no Estado Novo ou durante o regime civil-militar que se instituiu no Brasil de 1964 a 1985. A Era JK de forma alguma está associada à censura e à formação do primeiro esquadrão da morte no Brasil, graças à

¹⁰⁷ “Portaria nº 899, de 9 de outubro de 1956:

O Ministro de Estado, considerando que o serviço de radiodifusão é serviço público (Const. Federal, art. 5º, item XII) de finalidade educacional (Decreto nº 20.047, de 1931, art. 12; Decreto nº 21.111, de 1932, artigos 11 e 66);

Considerando que mesmo concedido, não perde o serviço de radiodifusão o seu caráter de serviço público; Considerando que todas as concessões e permissões são dadas a título precário;

Considerando que ao poder concedente é facultado introduzir normas gerais de serviço, tendo em vista o interesse público (Decreto nº 24.655, de 1943, art. 1º. Combinado com os artigos 16 e 17 do Decreto nº 21.111 de 1º de março de 1932);

Considerando que cabe ao Governo evitar que as estações radiodifusoras sejam utilizadas para transmissões obscenas, contrárias à moral, subversivas ou injuriosas;

Considerando que é indispensável sobretudo tendo em vista a finalidade educacional atribuída em lei, evitar que as estações radiodifusoras possam ser utilizadas para finalidades destrutivas e programas, contrários aos interesses da sociedade;

Tendo em vista os apelos públicos que tem sido formulados pela imprensa e autoridades civis e eclesiásticas com relação à influência nociva para a formação da juventude da difusão indiscriminada de anedotas, histórias ou cenas impróprias, e em horários acessíveis a crianças e adolescentes; e

Considerando o Parecer nº 133-Z do Consultor Geral da República, resolve:

Art. 1º As estações radiodifusoras, inclusive as de televisão, excluirão do seu programa seus anedotas maliciosas, os gracejos picantes, bem como não irradiarão quaisquer manifestações, ainda que reprodução de artigos ou discurso que importem ou possam importar na subversão da ordem pública, em incitamento a greves; que possam provocar a animosidade entre as classes armadas, ou delas contra as instituições civis; a instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da Lei; ou que contenham injúria ou desrespeito às autoridades constituídas.

Art. 2º A infração ao disposto no art. 1º sujeita a empresa à suspensão de sua estação por prazo não excedente de 30 dias e, em caso de reincidência, à rescisão da concessão.

Lúcio Meira

Ministro da Viação e Obras Públicas”

(BRASIL. [Ministério da Viação e Obras Públicas. (Portaria nº 899, de outubro de 1956)]. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1956, Seção I, página 19250; BRASIL. Consultor Geral da República. Parecer nº 133-Z. Assunto: Controle das estações de radiodifusão pela Administração Pública, como Poder Concedente. Proibição de determinadas irradiações. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1956. Seção I, página 19250-19251).

construção de uma imagem positiva, pela mídia, que legou ao imaginário político a figura de Juscelino Kubitschek como o construtor de Brasília, o impulsionador do progresso e sua marca de *presidente bossa nova*.

Mais que a vedação de acesso de Carlos Lacerda aos meios de rádio e televisão a Portaria se destinava ao silenciamento da Frente de Novembro, que era uma

“organização que congregava militares, tanto oficiais quanto sargentos, sindicalistas, petebistas e comunistas, unidos em torno dos ideais do nacionalismo e democracia. O General Lott surgia como a figura central do movimento, enquanto o vice-presidente João Goulart, o maior incentivador da Frente, assumia, o cargo de presidente de honra da organização”.
(Ferreira, 2005: 261).

A Frente de Novembro fora fundada em março de 1956 pelo coronel Nemo Canabarro Lucas e visava dar sustentação política ao movimento de 11 de Novembro de 1955, que garantira a posse de Juscelino Kubitschek. Definia-se como um movimento popular e nacionalista, e tinha por objetivo institucional a emancipação social do povo e a emancipação econômica do país. Em 11 de novembro de 1956, 1º aniversário do Movimento 11 de Novembro, a Frente de Novembro promoveu manifestação em frente ao Ministério da Guerra e entregou uma espada de ouro ao general Henrique Teixeira Lott. Na ocasião, o coronel Nemo Canabarro deu entrevista à imprensa defendendo o aniquilamento das forças conservadoras, defensoras do capital estrangeiro. Juarez Távara, um dos golpistas que tentaram impedir a posse de JK e que foram impedidos pelo Movimento de 11 de Novembro, igualmente se manifestou criticando o governo, o que ensejou a decretação de sua prisão domiciliar.

As forças conservadoras a que o a Frente de Novembro se opunha também eram integradas pelo Clube da Lanterna, fundado em 1953 por partidários de Carlos Lacerda e era presidida pelo jornalista Fidélis Amaral Neto, diretor da revista Maquis.

A pretexto de que tais debates utilizando os meios de comunicação criavam intranquilidade nos quartéis e ameaçavam afetar a estabilidade do regime, o presidente Juscelino Kubitschek reuniu-se¹⁰⁸ com os ministros da Justiça Nereu Ramos, da

¹⁰⁸ Disponível no site <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/governo-tancredo-neves/governo-tancredo-neves-3.php> no dia 23/04/2011 às 12:49h

Fazenda José Maria Alkmin e da Viação e Obras Públicas Lúcio Meira, além do chefe de Polícia do Distrito Federal Felisberto Batista Teixeira¹⁰⁹ e Tancredo Neves, para deliberar sobre o embate entre os dois grupos que não compunham a sua base de sustentação. A proposta de Tancredo Neves foi que se decretasse imediatamente o fechamento das duas organizações.

Em 24 de novembro de 1956, no mês seguinte à edição da Portaria 899 pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Juscelino fechou a Frente de Novembro e também o Clube da Lanterna, de Carlos Lacerda.

A instauração da ditadura civil-militar em 1964 pontua a preocupação dos militares em controlar as ondas e estabelecer política de comunicação. Um dos primeiros atos foi a cassação da emissora católica Rádio 13 de maio, da Diocese de Goiás, tratado como caso isolado. Posteriormente houve a cassação da concessão da Rádio Mayrink Veiga em julho de 1965 pelo presidente Castello Branco, pelo Decreto 56.614/1965 (Brasil, 1965b), fato que foi bastante politizado e demonstrou a disposição do regime para o cerceamento da atividade das emissoras que não estivessem em sintonia com o regime que se instaurava. Em 1973 o presidente Médici editou o Decreto 73.028/1973 (Brasil, 1973b) cassou a Rádio 9 de julho, titularizada pela Fundação Metropolitana Paulista, que era a Congregação dos Padres Paulinos e tida como a voz da arquidiocese de São Paulo, após a assunção da função de Arcebispo por Dom Paulo Evaristo Arns. Foi na mesma data, 30 de outubro de 1973 editado outro decreto, o de

¹⁰⁹ É emblemática a participação do chefe de Polícia do Distrito Federal Felisberto Batista Teixeira numa reunião ministerial destinada a tomar decisão que afetaria diretamente os opositores do governo e à Frente de Novembro. A Frente de Novembro, embora apoiasse o Ministro da Guerra, tinha posição nacionalista e progressista, e ia de encontro à política de abertura do país ao capital internacional promovida pelo Governo JK. Felisberto Batista Teixeira é citado no livro de David Nasser, *Falta alguém em Nuremberg* (Nasser, s/d), onde seu perfil é analisado juntamente com o de outros subordinados de Filinto Muller durante o Estado Novo. Para executar sua polícia política, Filinto Muller recrutara no Exército o então capitão Felisberto Batista Teixeira, os tenentes Emílio Romano (que fora chefe da Segurança Política), Serafim Braga (que fora chefe da Segurança Social), Amaury Krueel e seu irmão, capitão Riograndino Krueel para a função de Delegado Especial de Segurança Política e Social e o capitão Afonso de Miranda Correia para delegado auxiliar. Todos estes agentes públicos são acusados de envolvimento nas violações aos direitos humanos ocorridas durante o Estado Novo. A tortura de presos investigada e descrita por Nasser foi inicialmente publicada em seis reportagens da revista O Cruzeiro, a primeira delas em 29 de outubro de 1946 e, depois em livro. Era ao capitão do Exército Filinto Muller, chefe de Polícia da capital de 1933 e 1942 o “alguém” a que Nasser se referia. Em 1958, depois de um curso nos EUA, o então general Riograndino Krueel, chefe do Departamento Federal de Segurança Pública montou o primeiro esquadrão da morte no Brasil, cujo início de atuação é marcado pelo assassinato de Cara de Cavalo, possibilitando a formação de outros grupos, com igual finalidade, pelas sucessivas políticas de segurança, bem como a formação de grupos particulares ou paramilitares empregados durante a ditadura militar para tortura e desaparecimento de opositores do regime e que até hoje atuam dentro e fora das instituições públicas de segurança, mas permeados por relações com elas.

número 73.038/1973 (Brasil, 1973a), com o mesmo objetivo, fechar as rádios da igreja. No período muitas outras rádios foram fechadas, ou seja, tiveram as delegações cessadas.

Durante o Governo Médici foi estabelecida uma política de propaganda do regime com a comunicação social sob controle do Estado.

“Em 1971, com Emílio Médici na Presidência, a importância dos meios de comunicação de massa cresceu na estrutura do governo e a programação de rádio e televisão transformou-se em ‘unidade’. Na mesma época, o programa A Voz do Brasil foi classificado como ‘serviço especial’ da Divisão de Divulgação da Agência Nacional”. (Moreira, 1998: 77).

Seguiu-se ao fechamento das rádios de ondas médias (AMs) e estabelecimento de política de comunicação social e propaganda do regime novo modelo implementado no Governo Geisel, qual seja, a instalação de rádios de frequência modulada (FMs). Tais emissoras serviam ao regime em momento de preparação para a abertura *“lenta, gradual e segura”*, pois as FMs são rádios de baixa frequência, pequeno alcance geográfico, possibilitava maior número de emissoras e concessões e, portando, mais fáceis de serem controladas. O último governo do regime civil-militar, João Figueiredo, bem como o primeiro da transição para a democracia, José Sarney, foram pródigos na distribuição de canais de rádios FMs para os apoiadores de seus governos, período no qual surgiram as rádios livres, também chamadas de rádios piratas, que sempre sofreram forte perseguição dos governos. O combate do Estado contra as rádios livres foi intenso desde seu surgimento, o que persiste até o presente momento.

No ano de 2011 vários rádios livres foram fechadas pela ANATEL, dentre as quais a Rádio Pulga dos alunos do curso de Ciências Sociais da UFRJ, que funcionava desde a metade dos anos 80. Antes da ocupação dos canais de televisão igualmente os evangélicos tomaram de assalto as rádios, a fim de transformá-las em instrumento de proselitismo religioso e propaganda de seus candidatos com o fim de fortalecer bancada evangélica e ampliar o poder de barganha, no que tem sido muito bem sucedidos.

A comunicação de massa propiciou a espetacularização da política e da ação do Estado e se situou como instrumento de difusão de mensagem em mão única. Ou seja, o

ouvinte ou telespectador é tratado como público passivo, sem possibilidade de interferir na programação.

Já em 1954, quando Ministro da Justiça, Tancredo Neves dizia que *“não há um direito subjetivo do cidadão de manifestar livremente o seu pensamento para radiofusão, pois que à emissora só tem acesso quem o concessionário permite”*. (BRASIL, 1954: 8720).

O que se pontuava naquela questão é a ausência de direito do telespectador ou ouvinte de se fazer representar nos meios de comunicação de massa, notadamente rádio e televisão e se discutia se o próprio Estado se equipara ao particular quando ao direito de se comunicar por meio das ondas e dos serviços delegados aos proprietários das empresas de difusão. Ainda sobre o poder dos proprietário da emissora, concluiu Tancredo Neves:

“Aquele que pretende valer-se do rádio para manifestar o seu pensamento tem, portanto, dois óbices a vencer: a vontade do concessionário e a finalidade das emissões. É preciso que ele satisfaça estas duas condições.

“Se o concessionário não lhe faculta o acesso ao rádio, o particular não tem o direito, nem com o apoio ao Judiciário de obrigá-lo a consentir”
(BRASIL, 1954: 8720).

O ministro Tancredo Neves concluía que a relação entre os meios de comunicação e o público eram diversas da relação daquele com o poder público. Pois rádio e televisão eram exercidos pelos concessionários, no qual a sociedade se apresentava como público passivo, mas o Estado era o poder concedente e, portanto, titular do serviço de comunicação por ondas que era prestado pelo delegatário. Para a edição de portaria que visava vedar o acesso de Carlos Lacerda aos serviços de rádio e televisão, o ministro da viação e Obras Públicas, editou a Portaria 899 de 9 de outubro de 1956, fundado em parecer do Consultor Geral da República Gonçalves de Oliveira, que citando o ex-ministro Odilon Braga afirmava que *“não são negócios privados: a concessão é uma delegação e não um abandono de autoridade”*. (Brasil, 1956: 19251). O que se buscou ressaltar foi suposta prevalência do poder do Estado (concedente) sobre o poder do concessionário (proprietário da empresa de rádio e televisão e deste sobre o público, tratado como ouvinte ou telespectador passivo. A concepção de Brecht

expressa na Teoria do Rádio de que em cada domicílios poderia haver um aparelho emissor-transmissor pelo qual se pudesse manter relações recíprocas e jamais se concretizou. Somente com o advento das novas mídias, no final do século XX, a interação entre indivíduos se tornou possível, em fenômeno que se designa por redes sociais.

O advento do regime militar (1964-1985) trouxe maior controle estatal sobre o conteúdo da programação do rádio e televisão, pois todo entretenimento, produção artística ou produção cultural ficou sujeito a censura prévia.

Em 1985 foi extinta a censura prévia, ainda que no Governo Sarney se tenha utilizado do mecanismo de censura, como ocorreu com o filme “*Je vous Salue, Marie*”, por determinação do próprio presidente da república. Este foi o último filme a ser censurado no Brasil pelo poder executivo do Estado. A promulgação da Constituição de 1988 estabeleceu a liberdade de manifestação do pensamento e impossibilitou sua ocorrência. Ainda que num ou noutro caso se tenham buscado a apreensão de livros¹¹⁰, obras de artes, filmes¹¹¹ ou outros meios de manifestação, utilizando-se o direito de ação perante o poder judiciário, a censura não está autorizada aos órgãos do poder executivo. A revolução tecnológica ocorrida no final do século XX e início do XXI possibilitou novos arranjos comunicacionais no âmbito da mídia tradicional, ainda que o Estado tenha mantido seu poder de concessão de canais de rádio e televisões, mas se abstraindo do papel de controle sobre o conteúdo de tais veículos da mídia tradicional.

4.10 - A propaganda eleitoral nas eleições presidenciais de 2010

Antes que se iniciasse o tempo para a propaganda eleitoral, assim definido pela legislação eleitoral, sob fiscalização da Justiça Eleitoral, os candidatos ao pleito de 2010

¹¹⁰ A proibição liminar do livro do historiador e jornalista Paulo Cesar de Araújo sobre a vida de Roberto Carlos, no ano de 2009, nos dá dimensão do poder de censura por vezes exercido pelo poder judiciário. Disponível no site http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/3788_ESTAO+FAZENDO+CENSURA+PREVIA+no dia 07/03/2012 às 17:21h.

¹¹¹ Em 2011, a juíza Katerine Jatahy Nygaard, da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso do Rio de Janeiro, acatando solicitação do partido DEM, determinou a apreensão do filme *A Serbian Film – Terror Sem Limites* e censurou sua exibição, sob o fundamento de que faz “verdadeira apologia a crimes contra criança e é um incentivo para práticas de pedofilia”. Disponível no site <http://www.cineclick.com.br/noticia/carregar/titulo/censura-a-producao-a-serbian-film-i-terror-sem-limites-questiona-direito-de-escolha-do-cidadao/id/31163 no dia 07/03/2012 às 17:30h>.

já estavam em campanha e os noticiários televisivos já os apresentavam como pré-candidatos. A defesa que o presidente do PT fazia da candidatura Dilma Rousseff, durante as acusações de violação de sigilo fiscal, era de que ao tempo das violações não havia candidatura.

Toda a propaganda que se desenvolve antes do período autorizado é tratada como pré-campanha destinada aos convencionais dos partidos, a fim de possibilitar a escolha pela agremiação. Mas, tal propaganda, supostamente endereçada aos convencionais do partido e dirigentes partidários, tem por destinatário o público em geral. E, a Justiça Eleitoral tem referendado esta prática, sob o fundamento de que não se pode falar de propaganda irregular quando ainda não há candidatura.

Assim é que, antes mesmo da propaganda eleitoral oficial começar, os candidatos já estão ranqueados nas pesquisas de opinião pública e sob certos nomes forma-se certo consenso, possibilitando que a disputa efetivamente se apenas entre eles se estabeleça. Os demais candidatos podem até ser anunciados no noticiário, mas sequer são chamados para debates. Desde antes do início da propaganda eleitoral de 2010 já havia uma polarização entre a candidata Dilma Rousseff e José Serra. A polarização ficou ainda mais evidenciada quando começou a campanha oficialmente e a partir do início do HGPE. Se os candidatos promovem suas campanhas por meios noticiosos antes do período oficial de campanha, da mesma forma o faz o noticiário midiático com aqueles candidatos que lhe são simpáticos aos interesses ou contra aqueles que defendem interesses contrapostos.

4.11 - Redes sociais e novos atores da comunicação

Diversamente da mídia tradicional, composta por jornais, rádios e televisão, e que ao sabor dos interesses dos governos ou dos interesses ideológicos ou empresariais dos seus proprietários, que dominaram o processo de produção de notícia ao longo do século XX, no final deste século, decorrente da revolução tecnológica ou científico-tecnológica (Santos, 1983) surgiram novos meios de difusão de mensagens gráficas, de

sons e imagens, que possibilitaram a recíproca e coletiva relação comunicacional, constituindo redes sociais.

A possibilidade de intercomunicação entre pessoas por meios eletrônicos, com recíproca emissão e recepção de mensagens, hoje majoritariamente por meio do Twitter e Facebook, e facilitada pelo advento da internet de banda larga teve outros precursores, dentre os quais o mIRC,

O mIRC é o precursor das conversas online e permitia o contato com pessoas de todo a parte do mundo. Criado em 1995 e possibilitava que os usuários se conectassem por meio de canais específicos, chamados salas. Os canais ou salas eram classificados de acordo com o assunto, possibilitando a troca de mensagem escrita, sem recursos audiovisuais. No Brasil, o Mirc se popularizou em 1998, mas foi vencido pelo concorrente ICQ por volta de 2004 e das salas de bate-papo. ICQ é um acrônimo decorrente da pronúncia das iniciais do termo inglês “*I seek you*” ou “eu procuro você”. O ICQ foi substituído posteriormente pelo MSN. Outra rede já em desuso é o Fotolog ou flog. Tratava-se de processo de compartilhamento de imagens, com estrutura similar aos atuais blogs. Mas, as redes sociais atuais mais se assemelham ao Myspace, por possibilitar o compartilhamento de mensagens, fotos, perfis e blogs postados em um só lugar na rede. Uma outra rede de comunicação social que possibilitava a intercomunicação de indivíduos foi o Orkut que permitia ao usuário, mediante convite de outro, postar um perfil, adicionar fotos, deixar e receber recados, formular depoimentos e construir comunidades dos mais variados temas.

Tais meios, no entanto, experimentaram a decadência em decorrência da popularização do Facebook. O rápido crescimento do Facebook fez com que muitos dos usuários das demais redes, notadamente, MySpace e Orkut, delas migrassem e abandonassem seus perfis. Tais usuários tanto imputam às “velhas” redes a existência de publicidade exagerada quanto melhores meios de comunicação da nova rede. Diferentemente do Facebook no qual o usuário tem um perfil postado na rede mundial de computadores e no qual adiciona “amigos” que solicitam adição ou a quem o titular envia solicitação, o Twitter é um microblog que permite ao usuário enviar mensagens de texto de até cento e quarenta caracteres, conhecidos como “tweets”. As mensagens tanto podem ser remetidas por meio do website quanto por meio de mensagens telefônicas, ou

SMS. As mensagens são exibidas para todos os “seguidores” do remetente em tempo real. “Seguidores” são pessoas que se tenham habilitado junto ao titular do perfil.

As redes sociais têm se mostrado eficiente mecanismo de mobilização de massa em lugares onde os meios de comunicação ou mídias tradicionais estejam concentrados. Trata-se de meio de mobilização contemporâneo e que tem sido apresentado como importante veículo para a aglutinação de forças sociais que de outro modo teriam maior dificuldade para a interação. Mas, se tais meios são importantes do ponto de vista da comunicação social, não podem ser tomados como o elo que propicia a aglutinação. A possibilidade de comunicação multidirecional é facilidade pelas novas tecnologias, notadamente pelas redes sociais de comunicação, mas, isto não é tudo. A mobilização não se cria sobre uma retórica vazia ou apenas pela exploração de temas que toquem individualmente os participantes da rede. A rede facilita a mobilização a partir de elos socialmente estabelecidos.

CAPÍTULO 5 – IMAGENS E RETÓRICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010: a criminalização da política

A ‘desideologização’ da política ou despolitização dos assuntos de Estado, notadamente a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, quando houve a derrocada do que se chamou de socialismo real, e a emergência de novas vias de expressão, dentre as quais, o gênero, raça e identidade e opção sexual e defesa do meio ambiente, coloca em xeque a polarização ideológica no processo político, notadamente eleitoral.

Ainda que o processo político não se polarize em torno de conceitos de esquerda e direita, “*considerados concepções superadas para muitos analistas*” (Oliveira, 2004: 22), embora remanescentes em discussões durante o processo eleitoral e jogo político, outros temas e conceitos têm fundamentado o processo de polarização no campo político a partir de ocupação e situação dos candidatos em lugares que os antagonize com outrem e lhes possibilitem apresentarem-se aos eleitores com o diferencial demonstrado a partir da exposição do adversário.

Os candidatos que desde o começo da campanha eleitoral presidencial rivalizaram na busca do apoio do eleitor tinham trajetórias comuns quanto à situação no campo da esquerda e na oposição à ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985. O candidato José Serra foi exilado, a candidata Dilma Rousseff esteve vinculada a organização de luta armada contra a ditadura e foi presa e condenada e a candidata Marina Silva, tem sua trajetória política ligada ao PT, partido formado a partir de bases sindicais e religiosas no final da ditadura militar. Ainda que se posse trazer à baila eventual apoio da ditadura para o registro do Partido dos Trabalhadores, não se pode afastar que sua fundação se estabeleceu na esteira da oposição que se fazia ao regime militar. Mesmo o candidato Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, que teve aparição frequente no JN e participou com os três candidatos acima citados dos debates televisivos, sem atingir sequer 1% das intenções de votos tal como os demais candidatos ‘nânicos’, igualmente tem a trajetória política ligada à oposição do regime militar, que igualmente lhe valeu o exílio.

A identidade da trajetória política dos quatro candidatos apresentados como ocupantes de posição de preferência nas pesquisas de opinião pública, ainda que o candidato Plínio de Arruda Sampaio igualmente aos demais candidatos “*nanicos*” não pontuasse nas pesquisas, pode ser apontado como fator que não favoreceu a polarizou da campanha a partir dos conceitos de esquerda e direita. Assim, a campanha presidencial de 2010 foi esvaziada do seu conteúdo ideológico e a polarização se estabeleceu a partir da criminalização das condutas dos adversários.

Nesta seção será analisado o processo de criminalização da política pela imputação de fatos ilícitos aos candidatos, aos seus partidos ou às pessoas a eles politicamente ligadas, quais sejam, os temas do “mensalão”, traduzido na acusação de pagamento sistemático a deputados para votação de acordo com os interesses do Poder Executivo, violação de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tráfico de influência na Casa Civil na gestão da ministra Erenice Guerra, aborto e ficha limpa. Tais questões, dentre outras tratadas no HGPE, foram as mais substantivas do ponto de vista quantitativo e que foi apresentado como fator importante para a realização de um segundo turno das eleições, notadamente a questão do suposto tráfico de influência praticado por familiares da ministra Erenice Guerra, da Casa Civil.

5.1 - Cronograma e disposição do HGPE na grade televisiva

A propaganda eleitoral para as eleições de 2010 teve início no dia 17 de agosto e se estendeu até o dia 30 de setembro.

A eleição do primeiro turno foi realizada no dia 03 de outubro.

No dia 05 de outubro o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou oficialmente o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais e no dia 08 de outubro a propaganda eleitoral foi reiniciada e durou até o dia 28 de outubro. No dia 31 de outubro foi realizado o segundo turno da eleição presidencial.

A análise a ser efetuada a seguir será do JN e do HGPE exibidos no período eleitoral das eleições de 2010.

O noticiário Jornal Nacional (JN) foi exibido diariamente durante todo o período de propaganda eleitoral, de segunda a sábado. O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) foi durante o primeiro turno exibido de segunda a sábado, alternando-se diariamente na exibição noturna a propaganda estadual e federal. Reiniciado no dia 08 de outubro, o HGPE foi exibido diariamente, inclusive aos domingos, até o dia 28 de outubro.

O tempo da exibição noturna do HGPE no primeiro turno foi de vinte e cinco minutos, divididos proporcionalmente com os partidos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Justiça Eleitoral.

A TV Globo organizou sua grade de modo a que o HGPE, no primeiro turno, fosse exibido entre o JN, seguido pela novela de maior audiência da emissora, tal como é padrão da emissora.

QUADRO 3
Tempo do HGPE e do JN no mês de agosto de 2010 - Eleições presidenciais

	JN/tempo	HGPE/tempo
17/08	02min57s ¹¹²	24min57s
18/08	06m08s	
19/08	03m11s	24min57s
20/08	02m58s	
21/08	09m05s	24min58s
23/08	02m59s	
24/08	05min11s	24min56s
25/08	06min32s	
26/08	08min18s	25min
27/08	08min06s	
28/08	06min51s	25min
30/08	02min43s	
31/08	06min31s	25min01s
Tempo total	71m30s	174min49s

¹¹² Ao abreviar as medidas de tempo do JN e do HGPE, utilizamos o padrão definido pelo Sistema Internacional de Unidades publicizado pelo Inmetro, conforme <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/unidLegaisMed.asp> disponível no dia 13/05/2012 às 21:27h. Ao indicar a hora na qual as consultas foram feitas na internet utilizamos o padrão usual referido nesta nota, ou seja, indicação da hora na qual a consulta foi feita, seguida de dois pontos e o minuto do horário oficial do Brasil.

Durante o mês de agosto o JN tratou da campanha eleitoral em setenta e um minutos e trinta segundos do seu tempo e o HGPE foi exibido em cento e setenta e quatro minutos e quarenta e nove segundos.

QUADRO 4
Tempo do HGPE e do JN no mês de setembro de 2010 - Eleições presidenciais

	JN/tempo	HGPE/tempo
01/09	12min09s	
02/09	12min04s	25min01s
03/09	10min12s	
04/09	09min10s	25min03s
06/09	10min43s	
07/09	05min29s	25min02s
08/09	05min19s	
09/09	10min24s	25min03s
10/09	10min57s	
11/09	05min26s	25min03s
13/09	08min59s	
14/09	09min50s	25min
15/09	07min57s	
16/09	16min30s	25min07s
17/09	13min55s	
18/09	06min38s	24min59s
20/09	07min44s	
21/09	09min2s	25m
22/09	11min48s	
23/09	09min39s	24min59s
24/09	11min21s	
25/09	07min38s	25min05s
27/09	05min07s	
28/09	08min45s	25min
29/09	12min58s	
30/09	13min05s	25min01s
Tempo total	252min49s	325min23s

Durante o mês de setembro o JN tratou da campanha eleitoral em duzentos e cinqüenta e dois minutos e quarenta e nove segundos do seu tempo e o HGPE foi exibido por trezentos e vinte e cinco minutos e vinte e três segundos.

O tempo total despendido pelo JN com as eleições presidenciais de 2010 no primeiro turno daquela eleição foi de trezentos e vinte e quatro minutos e dezenove segundos (324min19s) e o HGPE tratou de eleição presidencial durante quinhentos minutos e doze segundos (500min12s).

O JN tratou de candidatos, eleições, escândalos e outros temas diretamente relacionados com a eleição presidencial por de trezentos e vinte e quatro minutos e dezenove segundos (324min19s), durante o primeiro turno e no tempo em que foi exibido o HGPE

O JN começava, era interrompido pelo HGPE e era retomado. Isto possibilitava à emissora abordar temas referidos pelos candidatos, seja endossando seus posicionamentos ou noticiando em sentido diverso. A formatação e hora da exibição do JN possibilitou que o noticiário fosse apresentado como parte do debate eleitoral no horário nobre daquela emissora.

Ainda que o JN fosse interrompido. Sua continuidade se dava abordando alguns temas tratados pelos candidatos ou os tangenciando. Assim, ao falar de investimentos internacionais ou cotação da bolsa de valores e seu resultado positivo, o noticiário podia neutralizar eventuais críticas ao capital especulativo feito por candidatos durante o HGPE, no intervalo do JN. Mas, nos reportamos, para análise, aos momentos nos quais o JN, explicitamente, se referiu aos candidatos, aos temas político-eleitorais, aos problemas que eventualmente pudessem estar envolvidos ou às eleições.

Assim, o telejornal de maior audiência da emissora e assistido pelo público mais diversificado, era exibido antes e depois do HGPE, tal como o era a grade da Rádio Nacional na qual a rádio-novela era exibida às oito da noite, logo após a Hora do Brasil¹¹³. O noticiário antecedente à rádio-novela buscava aproveitar o horário de pico de audiência que as mesmas atingiam.

“Com o rádio surgem espetáculos como os programas de auditórios, músicas variadas e especialmente a radionovela, introduzida no Brasil em 1941. Esta

¹¹³ O programa radiofônico “Hora do Brasil” foi criado na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas com o nome inicial de “Programa Nacional”, sendo apresentado pelo locutor Luiz Jatobá. Em 1938 o programa passou a ter veiculação obrigatória, somente com a divulgação dos atos do Poder Executivo, sempre das 7 às 8 horas da noite. Em 1971, por determinação do presidente Garratazu Médici, o nome “Hora do Brasil” mudou para “A Voz do Brasil”. A partir de 1962 o legislativo passou a ocupar parte do noticiário para divulgar suas atuações. Mais tarde, o Poder Judiciário passou a ocupar os últimos cinco dos trinta minutos iniciais e o Tribunal de Contas da União, o minuto final do programa obrigatório, que vai ao ar esporadicamente. Atualmente, a Voz do Brasil é produzida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

última logo se constitui no produto típico do sistema radiofônico da época; entre 1943 e 1945 a Rádio Nacional chegou a produzir 116 novelas num total de 2985 capítulos. A popularidade deste novo gênero dramático pode ser constatada quando se analisa, por exemplo, o gráfico dos programas preferidos”. (Ortiz, 2006: 40).

No segundo turno após o JN era exibido o HGPE, seguido da novela, o que igualmente possibilitava ao noticiário a antecipação de temas de debate.

QUADRO 5
Tempo do HGPE e do JN no mês de outubro de 2010 - Eleições presidenciais

	JN/tempo	HGPE/tempo
08/10	03min22s	20min03s
09/10	02min56s	20min02s
10/10		18min40s
11/10	03min17s	20min
12/10	03min02s	20min
13/10	05min10s	20min
14/10	05min14s	20min01s
15/10	04min53s	20min02s
16/10	03min08s	20min01s
17/10		18min53s
18/10	14min47s	20min02s
19/10	14min49s	20min02s
20/10	13min46s	20m02s
21/10	17min08s	20m02s
22/10	06min21s	19m59s
23/10	02min53s	20m02s
24/10		19m25s
25/10	06min03s	20m
26/10	05min02s	20m01s
27/10	05min53s	20m02s
28/10	05min41s	22m30s
29/10	05min41s	22m30s
Tempo total	129min6s	442min19s

No mês de outubro o JN tratou da campanha eleitoral e candidatos ou a temas diretamente relacionados com a eleição durante cento e vinte e nove minutos e o HGPE o fez durante quatrocentos e quarenta e dois minutos e dezenove segundos.

No segundo turno o tempo diário total do HGPE na sua exibição noturna foi de 20 minutos, divididos igualmente entre os dois candidatos, Dilma Rousseff e José Serra.

A propaganda eleitoral de 2010 se desenvolveu, sobretudo, por meios eletrônicos de comunicação, seja pelo HGPE, pelo noticiário televisivo, pelo rádio e por outros meios decorrentes da revolução tecnológico-digital (twitter, orkut, facebook etc.). Ainda que os grandes comícios tenham sido realizados não se mostraram o meio principal da comunicação, ao contrário do que ocorrera em tempos pretéritos.

A expressão comício assume diversas formas ao longo da história política. O vocábulo tem origem em *comitiu* e expressava a assembléia popular entre os antigos romanos. No Brasil sempre teve o sentido de reunião de cidadãos para tratar assuntos de interesse público ou de classe. É próprio dizer-se que no Brasil Colônia quando os senhores se reuniam para deliberar sobre a escolha do presidente da Câmara das vilas se estava diante de comício. A mesma relação se pode dizer das reuniões durante o Império ou as realizadas na 1ª República. O que se tem a diversidade de formatos que tais comícios assumiram ao longo da história. Tem-se por comício tanto as reuniões que os chefes locais faziam em suas fazendas na 1ª República como as conferências realizadas pelos candidatos em teatros. Rui Barbosa, na campanha civilista, foi o 1º candidato a viajar em propaganda, com dificuldade, ante a ausência de vias de comunicação.

Contemporaneamente a expressão comício ganha a conotação específica de reuniões públicas lideradas por político se com presença de público numeroso e remontam ao pós-guerra, quando o Brasil já passava pela inversão rural-urbana. Seu marco é o comício do Pacaembu de 15 de julho de 1945 do qual participou Prestes participou, ainda que não seja o primeiro a se realizar naquele momento. Após nove anos de prisão e incomunicabilidade Prestes sai da prisão, após a anistia de 18 de abril de 1945 e discursa no estádio de São Januário em 23 de maio de 1945¹¹⁴. O comício do estádio do Pacaembu é o segundo, mas com a presença de cerca de cem mil pessoas. Ambos os comícios foram acontecimentos muito importantes no contexto da época e marcarão o modo próprio de comunicação com o eleitorado, até a inclusão dos meios de comunicação de massa.

Prestes leu seu discurso, por ele redigido de acordo com a visão e as posições dos comunistas. No comício do Pacaembu estiveram presentes diversas personalidades

¹¹⁴ Disponível no site http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?Itemid=153&id=48&option=com_content&view=article no dia 04/05/2012 às 17:24h.

da época, inclusive o poeta chileno e comunista Pablo Neruda, que leu seu poema, escrito para aquela ocasião e intitulado “*Dicho em Pacaembu*”.

Embora seja o segundo comício do qual Prestes participa, o do Pacaembu é o marco dos comícios políticos, ainda que no Estado Novo Getúlio Vargas utilizasse a via direta do discurso aos trabalhadores no dia 1º de maio para buscar “apoio legitimador” da ditadura.

Atualmente os comícios são realizados com o objetivo propagandístico principal de serem exibidos na televisão, sejam no horário de propaganda do candidato, sejam nos programas jornalísticos. Desta forma, o comício reforça a popularidade do candidato. Em se tratando de eleições estaduais ou nacionais a realização do comício reforça o poder do líder local colocado no palanque e lhe propicia exposição para eleição local do biênio subsequente. Mas, o comício não é suficiente diante da necessidade de se atingir um eleitorado que ultrapassa uma centena de milhões de pessoas. A campanha presidencial de 2010 ressaltou qualidades dos candidatos, sem referência à coligação ou partidos aos quais são filiados. O aparecimento do nome das coligações e dos partidos que as compõem se restringe na aparição em letras miúdas para atendimento à requisito formal da legislação e da Justiça Eleitoral.

É recorrente a acusação dirigida ao eleitorado de que tem baixo nível de politização. Tal discurso permeia tanto as manifestações da mídia quanto as discussões estabelecidas entre supostos especialistas em assuntos políticos que acusam os eleitores de não votar em partidos e de desconhecerem os diferentes programas destas agremiações. Como podem conhecer, se os candidatos, sobretudo das eleições majoritárias, não trabalham com conceitos ideológicos e de corrente de opinião e em regra não dão ênfase aos partidos aos quais pertencem¹¹⁵?

O candidato José Serra não evocava na eleição de 2010 qualquer relação com o partido do qual faz parte¹¹⁶. A candidata Dilma Rousseff, por seu turno, centrou sua campanha na continuidade dos programas do governo Lula, sem referência aos partidos

¹¹⁵ Conforme se verá na análise neste capítulo, muitas das questões debatidas no HGPE e pautadas pelo noticiário, notadamente pelo JN analisado, não são questões de fundo político. Muitas das vezes são retratados valores pessoais, temas criminais ou outros que não permeiam as relações políticas.

¹¹⁶ José Serra se candidatou pela coligação “Brasil pode mais”, formada pelo PSDB, DEM, PTB, PPS, PMN e PT do B.

ou programas partidários das agremiações que compunham a sua coligação, aliança formada para possibilitar maior tempo no HGPE.

Ressalte-se a inexistência no debate de categorias próprias da política. No dia 08/10/2010 a candidata da coligação “Para o Brasil seguir mudando” chama atenção para um fato que classificou como “*bem curioso*” (Dilma, HGPE: 08/10/2010), o somatório dos votos dados a ela e á candidata Marina Silva “demonstraria” que o eleitorado queria uma mulher na presidência. A questão colocada pela candidata o é de gênero e despida de proposição, ainda que se pretendam programas em favor das mulheres. Mas, tema que ficou ressaltado na campanha foi a imputação de práticas criminosas aos candidatos ou aos seus auxiliares, em categoria que se pode denominar de criminalização da política.

5.2 - A criminalização da política¹¹⁷

Diante da inexistência ou pouca ênfase no debate de categorias próprias da política os candidatos se apresentam com categorias alheias ao processo de dominação ou programático, partindo para propostas irrealizáveis, do tipo soluções mágicas, ou meros discursos abstratos sem conexão com a realidade concreta. Neste contexto uma das expressões da campanha é a adjetivação do processo político com a imputação ao adversário de condutas criminosas, visando desconstruir o personagem com que o outro busca convencer o eleitorado. Assim, uma categoria presente, e com forte apelo, é o da imputação delituosa aos adversários e que caracteriza processo que se denominou de criminalização da política, como categoria de análise do discurso.

Quatro assuntos dominaram a pauta das eleições na categoria criminalização da política: mensalão (pagamento, a título de suborno, a parlamentares para lhes determinar comportamentos no Congresso), violação de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato do PSDB, tráfico de influência na tomada de decisões no âmbito da Casa

¹¹⁷ Ainda que parte do noticiário e do HGPE tenha se ocupado com a criminalização da política, em nenhum momento do processo eleitoral houve apelo para penas graves ou para a pena de morte, como já ocorreu em eleições passadas. Tratava-se tão somente de denúncias para desqualificação do adversário. Em eleição passada o tema tomou conta do HGPE, conforme escreveu Nilo Batista em artigo intitulado *A mídia da morte em horário gratuito* (Batista, 1990:15).

Civil, durante a gestão da Ministra Erenice e apropriação de dinheiro doado ilegalmente à campanha do candidato do PSDB José Serra por seu auxiliar Paulo Preto.

Em razão de assuntos diversos, a política é apresentada como problema policial, com acusações genéricas e referências a citações. A contagem do tempo em que cada assunto é tratado é dificultosa, pois os assuntos são, por vezes, tratados em momentos distintos do noticiário, quando narra o dia dos candidatos.

5.2.1 – Mensalão

Mensalão¹¹⁸ foi o termo do qual se valeu o deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que usado em larga escala pela mídia acabou sendo adotado para designar o pagamento, a título de suborno, periodicamente a parlamentares para se fazerem presentes ou ausentes em Plenário e votarem de acordo com orientação previamente recebida. O pagamento regular e periódico foi apelidado de mensalão em contexto específico da Câmara dos Deputados, mas a prática em outras casas legislativas permite o uso da mesma expressão, em referência àquela. Daí se falar em mensalinhos em Câmaras de Vereadores ou Mensalão do DEM, se referindo à mesma prática no âmbito do Distrito Federal.

No dia 24/08/2010 o JN noticiava que a Polícia Federal havia concluído as investigações sobre corrupção no governo de José Roberto Arruda, no Distrito Federal. Fazendo alusão ao episódio de pagamento regular a deputados da base aliada no primeiro governo Lula, o noticiário chamou o episódio de Mensalão do DEM de Brasília.

“A polícia Federal concluiu a investigação do escândalo do mensalão do DEM de Brasília. O relatório final classifica o ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, como o chefe de uma organização criminosa”.

¹¹⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u69403.shtml> no dia 04/05/2012 às 23:58h.

“Segundo o relatório, empresas que prestavam serviços ao governo do Distrito Federal pagavam 10% do valor de cada contrato como propina e o rateio seguia uma regra: 40% para o secretário da pasta onde o contrato foi assinado, 60% eram divididos entre o governador e assessores. O dinheiro também servia para pagar parlamentares que apoiavam o governo na Câmara Legislativa. O relatório concluiu que Arruda e mais 12 integrantes do alto escalão do governo se enquadram nos crimes de formação de quadrilha e corrupção passiva. Entre eles está o denunciante o esquema Durval Barbosa, que gravou imagens do pagamento de propina. A polícia concluiu também que representantes das empresas que entregaram o dinheiro se enquadram no crime de corrupção ativa. O relatório pede à justiça a abertura de novas investigações para apurar lavagem de dinheiro, ocultação de bens e o patrimônio dos investigados para um eventual ressarcimento aos cofres públicos”.

No dia 25/08/2010 o JN noticiava a aprovação naquela data do relatório final da CPI da Corrupção do Distrito Federal, coincidentemente com a conclusão do inquérito policial no dia anterior:

“O relatório final da CPI da corrupção no Distrito Federal, aprovado hoje, pede o indiciamento de 22 pessoas por envolvimento no esquema do Mensalão do DEM de Brasília. Entre elas, o ex-governador José Roberto Arruda, sem partido, e o candidato ao governo Joaquim Roriz, do PSC. Segundo o relator Paulo Tadeu do PT, o esquema de cobrança de propina e de compra de deputados começou há 10 anos no Governo Roriz. A assessoria de Joaquim Roriz disse que é oportunismo integrantes do PT fazerem insinuações às vésperas das eleições. José Roberto Arruda não foi encontrado para comentar o relatório”.

Em 01/09/2010 o JN noticiou o indeferimento da candidatura de Joaquim Roriz ao governo do Distrito Federal, com base na Lei da Ficha Limpa. Roriz fora citado na edição do dia 25/08/2010 como tendo iniciado o processo de pagamento de deputados, que se notabilizou no governo seguinte e ficou conhecido como mensalão do DEM. Igualmente na mesma data, em 01/09/2010, o JN noticiou que a Justiça Federal *“condenou o primeiro réu no escândalo do mensalão do PT”.*

No dia 02/09/2010, no HGPE, o candidato José Serra, aborda o tema mensalão e diz que “*Mensalão, ninguém foi preso. O escândalo derrubou José Dirceu, apontado pelo Procurador Geral da República com membro de quadrilha. Hoje, assim como Collor, Zé Dirceu está com a Dilma*”. Do processo de criminalização da política participam os candidatos, como se expressou a candidatura José Serra no HGPE. E mais, a campanha insinuava que o governo não havia prendido os autores de crimes, desprezando que no Brasil somente por determinação judicial uma pessoa pode ser presa ou continuar presa.

A abordagem de outro tema que criminalizava a política, qual seja, a violação do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra, propiciou o abandono do tema mensalão que não voltou a ser tratado no noticiário ou no HGPE.

QUADRO 6
Datas e canais nos quais foram exibidos o tema mensalão

DATA	ASSUNTO	CANAL
24/ago	Mensalão do DEM/DF	JN
25/08	Mensalão	JN
01/set	Mensalão	JN
02/set	Mensalão	HGPE

5.2.2 - Quebra de sigilo fiscal

A quebra de sigilo fiscal visando a formação de dossiê contra pessoas ligadas ao candidato José Serra e ao PSDB foi desde o começo da campanha apontando pelo JN e pela propaganda deste candidato como prática política da grupo ao qual se opunha, qual seja, o PT e sua candidata Dilma Rousseff.

No dia 25/08/2010 o JN noticiou a obtenção pelo presidente do PSDB, por determinação da justiça, de relatório de investigação interna que apurava a quebra ilegal

de sigilos fiscais noticiada pelo jornal Folha de S. Paulo. No dia 21/06/2010 o jornal Folha de S. Paulo publicara matéria sobre formação de dossiê, por petistas, com dados fiscais de pessoas ligadas ao PSDB.

Em 09/10/2009 três pessoas além do presidente do PSDB tiveram o sigilo fiscal quebrado ilegalmente. O pedido do vice-presidente do PSDB à justiça foi para que lhe fosse entregue cópia do procedimento de apuração da quebra dos sigilos fiscais. A notícia foi divulgada no JN após publicação pelo jornal Folha de S. Paulo, da existência da investigação e obtenção de documentos por Eduardo Jorge. A apuração administrativa já existia quando a Folha a publicou e o JN somente divulgou após a obtenção de documentos pelo interessado. O jornal publicou a matéria tal como se fosse um furo de reportagem ou decorrente de atividade conhecida como jornalismo investigativo. Mas, o que se publicava e noticiava já era objeto de apuração institucional, ainda que isto não tivesse sido exposto nas reportagens.

A reportagem do JN levada ao ar no dia 25/08/2010, após obtenção dos documentos pelo vice-presidente do PSDB, apontava que as quatro pessoas que tiveram o sigilo fiscal quebrado eram, de alguma forma, ligadas àquele partido e que a violação não tinha relação com o trabalho dos agentes da receita. O sigilo fiscal dos quatro fora quebrada em 09/10/2009 na mesma agência e com intervalo de 16 minutos entre o primeiro e ultimo acesso aos dados, segundo a reportagem.

A abordagem do JN foi a seguinte:

Com voz grave o âncora do telejornal JN, anuncia o assunto.

“Os documentos de uma investigação interna da Receita Federal revelam que outras 3 pessoas, além do vice-presidente do PSDB Eduardo Jorge, tiveram sigilos quebrados ilegalmente”. (William Bonner).

Em seguida aparece a imagem do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge folheando cópia do procedimento que obtivera na Receita Federal, por determinação da Justiça. Em *off* a locução da repórter Poliana Abritta que surge em seguida com o microfone na mão, ainda que não esteja entrevistando ninguém e não esteja próxima da pessoa que entrevistará.

“Os dados foram encaminhados pela Receita Federal ao vice-presidente do PSDB por determinação da Justiça. A investigação foi aberta para apurar o vazamento ilegal de informações do imposto de renda de Eduardo Jorge. O relatório da receita mostra que Eduardo Jorge não foi a única pessoa ligada ao PSDB que teve o sigilo fiscal quebrado. Informações confidenciais de outras três pessoas, que têm relação com o partido, também foram violadas, sem motivo de trabalho”

A repórter volta a narrar em *off* e é apresentada imagem de um computador com o nome das pessoas e os horários em que tiveram sigilo quebrado, aparece o logotipo da Receita Federal. Por fim reaparece a imagem do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, com a narrativa, também em *off*, da jornalista, que dizia:

“No dia 08 de outubro do ano passado, ao meio-dia e vinte se sete [minutos] foi acessada a declaração de imposto de renda do ex-ministro das Comunicações do governo Fernando Henrique, Luiz Carlos Mendonça de Barros; ao meio-dia e meia o acesso foi na declaração do empresário Gregório Marin Preciado, concunhado do candidato a presidência José Serra; um minuto depois foi feito acesso na declaração de Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-caixa da campanha do PSDB e então ao meio-dia e quarenta e três [minutos] foram acessadas as declarações de 2009 e de 2008 de Eduardo Jorge.

Tudo foi feito em uma agência da Receita Federal na Região do ABC com a senha da analista Antônia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves. O computador usado é de outra servidora, Adeílda Ferreira Leão dos Santos. As duas negam ter acessado as declarações. Mas, para o vice-presidente do PSDB a Receita está sendo usada para fins políticos”.

Em seguida são apresentadas declarações do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge, nos seguintes termos:

“Demonstra que houve deliberadamente a intenção de pegar pessoas ligadas ao nosso partido. Ou seja, realmente era uma investigação destinada a formar um dossiê político”. (Eduardo Jorge).

O noticiário prossegue com o âncora, William Bonner, que encerra o assunto:

“A Receita Federal não quis comentar o assunto. Por telefone o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros disse que a quebra do sigilo fiscal é uma violência inaceitável e que poderá recorrer à justiça contra o Estado que deveria garantir a segurança das informações sigilosas. Por meio do advogado o empresário Ricardo Sérgio declarou que a violação do sigilo é um ato de truculência e que vai tomar as medidas cabíveis. O empresário Gregório Marin não encontrado para comentar o caso”.

A reportagem dura dois minutos e vinte segundos, mas o vice-presidente do PSDB que teria tido o sigilo fiscal violado fala por apenas treze segundos; a jornalista que faz o trabalho de campo discorre sobre o fato por um minuto e vinte e cinco segundos segurando microfone, tal como se estivesse entrevistando alguém. Ao final o âncora faz alusão às providências que serão tomadas, segundo outros atingidos. No entanto, o noticiário não abordará as consequências jurídicas prometidas. A abordagem tem cunho eleitoral.

A jornalista Poliana Abritta fez ênfase ao falar do ABC, berço da criação do PT, ainda que a cidade onde ocorrera a violação do sigilo tenha sido a cidade de Mauá, integrante daquela região paulista, mas se constituindo município distinto.

O assunto “quebra do sigilo fiscal”, de natureza policial, substituiu o tema “mensalão” que vinha sendo tratado e se tornou o novo mote criminalizador da campanha eleitoral, em exibição no JN.

A edição do JN do dia 26/08/2010 noticiou a representação ofertada por deputados do PSDB na Procuradoria Geral da República. A representação aludia ao procedimento administrativo instaurado na Secretaria da Receita Federal (SRF), cuja cópia fora fornecida por determinação da Justiça ao presidente do PSDB, à matéria do dia anterior do JN e à publicada no jornal Folha S. Paulo de 21/06/2010.

“Deputados de oposição entraram hoje com um pedido de investigação no Ministério Público Federal em Brasília sobre a quebra dos sigilos de dados da Receita Federal de pessoas ligadas ao PSDB” (Fátima Bernardes).

“PSDB, PPS e Democratas acusam a Receita Federal de usar informações confidenciais com motivações políticas”. Repórter em off.

O deputado Raul Jungman colocou como sujeito da ação a própria instituição Receita Federal, que estaria a serviço do governo contra os seus opositores. Em momento que se quisesse responsabilizar funcionários ou lhes desqualificar o sujeito poderia ser indicado como sendo os agentes da Receita. Mas, o deputado imputou a responsabilidade á instituição:

“Vivemos numa república, que neste momento é uma república partidária, policial, onde os direitos não valem e aonde temos o progressivo asfixiar da democracia”. Raul Jungmann

Do noticiário do dia 26/08/2010 se depreende também a mudança de grau de parentesco do empresário (o empresário) Gregório Marin Preciado, que é chamado de “*marido da prima de José Serra*”. Em seguida são entrevistadas autoridades distintas, todas condenando a violação do sigilo fiscal. Mas, a narrativa que antecede as falas dos entrevistados não corresponde ao que se diz tenha sido dito pelas vozes autorizadas.

Antes da entrevista do Presidente do Sindicato dos funcionários da Receita Federal o repórter diz: “*O presidente do Sindicato dos Funcionários da Receita Federal denunciou o uso do órgão por sindicatos*”. Mas, o Presidente do sindicato diz o seguinte: “*Nos últimos anos houve um aparelhamento sindical de uma categoria. Um comparativismo [sic] exacerbado*”. A fala do repórter, em *off*, enquanto se exhibe a imagem do presidente do Sindicato dos Funcionários da Receita Federal não condiz com o que o entrevistado fala ao final. Tampouco faz sentido a fala do presidente do sindicato, pois em sendo o presidente da entidade a existência de aparelhamento sindical lhe estaria colocando na posição de denunciado. Tampouco faz sentido a Expressão “*comparativismo exacerbado*”. O importa na fala do presidente do sindicato é a forma enfática com que fala, demonstrando estar fazendo grave denúncia, ainda que sua fala seja teratológica.

O repórter Júlio Mosquera segue dizendo que a Receita Federal se recusa a dar informações sobre o caso e que os partidos de oposição querem que a Receita conclua as investigações antes das eleições de três de outubro. O jornalista ignora que a apuração dos atos da administração por meio de sindicâncias ou inquéritos administrativos têm o dever legal de ser sigilosas. Enquanto condena a quebra do sigilo das informações fiscais o repórter espera que lhe seja quebrada para fins de ilustrar sua reportagem. Tem-se ainda a pretensão de designar a data em que a apuração há de ser

concluída, preferentemente, antes das eleições, dando conotação eleitoral à questão, e tratando tão somente das quatro pessoas que seriam filiadas ou ligadas ao PSDB ou parente do candidato opositor. Sem tocar na possibilidade de existência de outras pessoas que possam ter tido o sigilo fiscal violado. Em seguida diz que “*o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil também exigiu pressa e rigor na apuração*”, mas aquele presidente diz que

“a Ordem está perplexa e indignada com mais essa notícia de quebra de sigilo fiscal. Isso não pode acontecer no Brasil. Isso quebra o princípio constitucional do sigilo. É necessário que numa democracia haja segurança. Enquanto isto não houver a sociedade precisa reagir. Ophir Cavalcanti

Não se depreende da fala do presidente da OAB tenha dito que a ordem exige pressa e rigor na apuração, conforme afirmado pelo repórter.

Antes da oitiva do Presidente Nacional da OAB o repórter Mosquera narra em *off*, enquanto exibe a imagem do entrevista que: “*O Ministro Marco Aurélio Mello do STF disse que o governo federal precisa dar explicações à sociedade*”. Mas, aquele ministro do STF diz o seguinte. “*Todos nós ficamos estarecidos. Se a privacidade... se ela é resguardada somente podendo ser afastada por ordem judicial não se concebe aí a bisbilhotice*”. Ministro Marco Aurélio de Mello.

Ainda que seja óbvio que a administração pública há de dar explicações à sociedade, porque pública é a administração, o ministro não falou o que lhe foi atribuído em *off*.

O sentido construído pela notícia não deriva das palavras dos acima citados, e sim pela utilização dos seus *status* como argumentos de autoridade legitimadores do que o noticiário quer evidenciar, o seja, que o propósito da quebra do sigilo bancário das pessoas ligadas ao PSDB objetivam atingir de alguma forma a candidatura de José Serra, quer seja pela construção de dossiês comprometedores que poderiam ser utilizados como chantagem ou pela mera divulgação de dados neles contidos que porventura comprometessem a candidatura opositora.

O repórter ao entrevistar os candidatos a presidência sobre a quebra do sigilo fiscal se refere ao que antes era apresentado como concunhado ou marido da prima, agora como “*Serra também falou sobre a quebra ilegal do sigilo fiscal de quatro políticos do*

PSDB” e o candidato José Serra disse: *“É um crime contra a Constituição; com finalidade eleitoral. Se fez para ajudar a candidatura dela. Que a Dilma Rousseff tem que dar explicações ao Brasil do que aconteceu nesta área”*.

Perguntada pelo repórter do JN sobre o que pensava sobre a violação do sigilo fiscal a candidata do PV fez coro com a denúncia posta em curso por este meio midiático.

“Não se pode utilizar meios ilícitos para conseguir informação de quem quer que seja. A campanha já é o prenúncio daquilo que se fará quando se chegar ao poder. Quem não respeita a legislação; quem não respeita as instituições antes de ganhar... que garantia teremos que respeitará depois que chegar lá”.

Também ouvida pelo JN, sobre o vazamento do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB a candidata Dilma Rousseff afirmou que

“É uma acusação sistemática que ele tem feito e que somente prova o desespero. É uma calúnia contra nós o que candidato Serra vez fazendo. Além disto nós pedimos providências à Polícia Federal para que nos explique como é que vazaram esses sigilos”.

No dia 27/08/2010 o repórter Mosquera, após introdução do âncora William Bonner que disse ter a Receita Federal encontrado *“indícios de compra e venda de informações fiscais sigilosas nas investigações sobre a violação de dados do vice-presidente do PSDB e de mais três pessoas ligadas ao partido”*. A narrativa do âncora não fala de outras pessoas que tenham tido o sigilo violado. O repórter narra em *off*, enquanto exhibe imagens de autoridades da Receita Federal, *“que as investigações da Receita mostraram que que haveria um esquema ilegal de vazamento de informações na agência de Mauá, em São Paulo, e que teria havido o pagamento de propina pelas declarações de imposto de renda do vice-presidente do PSDB Eduardo Jorge e mais três pessoas ligadas ao partido”*.

A qualidade de vice-presidente do PSDB de Eduardo Jorge e serem as outras três pessoas ligadas ao mesmo partido é repetida na mesma reportagem num intervalo de 14 segundos. Após a narrativa do âncora o repórter Mosquera a repete, enfatizando a

qualidade das vítimas da violação. Esta qualidade política é ressaltada depois das citações em dias anteriores quando a relação o era de parentesco.

O Corregedor Geral da Secretaria Receita Federal, Antônio Carlos Costa D'Ávila, que procedia á apuração noticiada pela Folha em 21/06/2010, declarou, conforme exibição no noticiário daquele dia que *“As investigações que poderão ser referendadas ... ratificadas ou não pelo inquérito criminal na Polícia Federa ... elas apontam indícios de que houve compra e venda de informações, independentemente de grupos demandantes”*.

O repórter Mosquera segue dizendo que depois de dois meses de investigações a Receita Federal não sabia ao certo quantos acessos ilegais haviam sido feitos na agência de Mauá e que o secretário da Receita Federal havia dito não ter pressa com as investigações que só seriam concluídas depois das eleições. Tal como se contrapusesse a fase inicial das investigações com as conclusões que já se encaminhavam o repórter diz que o Otacílio Cartaxo *“já descartou qualquer interesse político no vazamento das informações”*.

O secretário da Receita Federal, em entrevista coletiva, disse que *“A Receita Federal é um órgão de Estado; é um órgão que se pauta pela legalidade; é uma instituição republicana e não se pauta pelo tempo político. Eu não vislumbro nenhuma motivação eleitoral”*. O secretário da Receita Federal tentou desassociar os órgãos da Administração dos agentes do Governo, estabelecendo distinção entre os tempos da política e os tempos jurídicos das proceduralidades e o que já se vislumbrava das apurações que se faziam há meses, ou seja, a venda de informações na agência da Receita de Mauá.

O presidente o PT, José Eduardo Jorge, reiterou, aparentando muita tranquilidade, inexistir qualquer vinculação do vazamento com a campanha, com o PT ou com a coordenação da campanha.

O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, declarou que *“o órgão é usado contra adversários políticos. Quem mandou usar? É o que nós queremos saber. Quem está por trás desta encomenda? Quem a fez? Quem a está fazendo?”*.

A candidata Dilma Rousseff declarou que *“É uma tentativa de construir um factóide e acho que pelo menos pelo que vocês publicam hoje... tudo indica que é um grande esquema de corrupção... que envolve, parece... que vocês [jornalistas] listam 140 nomes visivelmente sem caráter político.*

No dia 27 de agosto de 2010 a matéria sobre a quebra do sigilo fiscal durou 4'23" (quatro minutos e vinte e três segundos) e durante a reportagem foi repetido duas vezes que um dos que tivera o sigilo violado era o vice-presidente do PSDB Eduardo Jorge (uma vez pelo âncora e outra pelo repórter) e a expressão “pessoas ligadas ao partido”, “pessoas ligadas ao PSDB” e “pessoas ligadas aos tucanos” foi repetida sete vezes, enfatizando a qualidade política das vítimas e suas relações com o candidato opositor.

Em 01/09/2010 o JN noticiou que a filha do candidato do PSDB teve o sigilo fiscal violado e que a SRF teria informado num primeiro momento que a própria requerera por meio de uma procuração, naquela data reconhecida como falsa. A SRF informou que a quebra do sigilo fiscal da “empresária” teria sido feita em 30/09/2010. O noticiário ressalta ser a quinta pessoa ligada a José Serra e volta a indicar os quatro anteriores já citados, dentre os quais o “marido da prima de José Serra”. As informações da filha de Serra foram acessadas de Santo André e a funcionária que forneceu cópia das declarações foi entrevistada. A funcionária disse que não saber que a procuração lhe entregue era falsa, assim como falso o reconhecimento de firma.

O apresentante da procuração com o fim de obter cópia das declarações de IRPF foi o contador Antônio Carlos Atella Ferreira, citado pela primeira vez no JN. O contador, segundo a apresentadora Fátima Bernardes teria alegado não saber da falsidade do documento e que prestara serviço a um cliente que não tinha os registros do cliente que fizera a encomenda dos documentos. Mas, segundo Fátima Bernardes, o contador Antônio Carlos Atella Ferreira dissera que *“admitiu que os dados serviriam para alguém prejudicar a candidatura de tucano José Serra á presidência”*.

Em seguida, em *off*, o jornalista Tunico Ferreira fala sobre a falsidade do reconhecimento da firma, apresentando a sede do cartório, os cartões de autógrafo, as assinaturas e os erros de autenticação. A narrativa é pessoal e não se entrevista nenhuma das pessoas citadas. Na sequência o jornalista Tunico Ferreira diz que Atella *“falou ao*

jornal O Globo na internet, em conversa gravada por telefone. Ele afirmou que fez um serviço terceirizado; disse que sabe de quem foi a encomenda, que, segundo ele, serviu para alguém que queria prejudicar Serra”. O jornalista prossegue a narrativa, aparecendo no vídeo por dezesseis segundos, e desqualificando as informações prestadas pelo secretário da Receita Federal que “leu um comunicado em que tenta justificar a liberação de informações sigilosas”. E prossegue: “mas diante da fraude que agora veio à tona o Secretário diz que o documento falso foi entregue ao Ministério Público Federal”.

Na mesma matéria o presidente do PSDB diz que a investigação foi “*uma manobra de despistamento; o objetivo é proteger o governo e seus aliados, o Partidos dos Trabalhadores e a campanha da Ministra Dilma*”. A versão do JN e do PSDB é apresentada como verossímil e as declarações do Presidente do PT e do secretário da Receita Federal com desconfiança.

O candidato a presidente José Serra disse que o que pretendiam fazer com ele era o mesmo que Fernando Collor havia feito com Lula em 1989, ou seja, “*colar a minha filha que não tem nada com isto no centro do jogo sujo; fraudulento*”. Sem exigir a imagem de Dilma Rousseff a apresentadora Fátima Bernardes diz que candidata estranha o fato ter sido trazido no período eleitoral, quando a violação se dera em setembro do ano anterior. A candidata Marina Silva teria condenado a violação, segundo o apresentador William Bonner. Em seguida o jornalista César Menezes diz que candidata teria pedido agilidade e transparência nas investigações, mas da fala da candidata não usa tal vocabulário.

Após mostrar encontro da candidata Dilma Rousseff com o presidente da Colômbia Juan Manoel Santos e exibir a candidata falando diante de microfones, desacompanhada de assessores ou repórteres, a jornalista Delis Ortiz aparece dizendo que “*a entrevista foi interrompida por assessores da candidata antes que Dilma pudesse ser questionada sobre o vazamento do sigilo fiscal da filha do candidato do PSDB José Serra*”. A cobertura da violação do sigilo fiscal ocupou onze minutos e vinte segundos no dia 01/09/2010.

No dia 02 de setembro de 2010 a apresentadora Fátima Bernardes aborda o assunto dizendo que a violação do sigilo da filha do candidato José Serra demonstrou

contradições na SRF pois a corregedoria do órgão já suspeitava do homem que pedia as cópias das declarações de Verônica Serra como se fosse procurador dela e cita reportagem do jornal O Estado de S. Paulo segundo o qual, três dias antes, a SRF observara que o procurador já tivera quatro CPFs cancelados. Um jornalista em *off* diz a que receita atendeu aos pedidos e defendeu os acessos aos dados sigilosos e conclui: “*o líder do governo foi escalado para justificar a operação*” e prosseguindo em *off* o repórter diz que “*algumas horas depois o Secretário da Receita Federal teve que ler um comunicado para informar que a assinatura de Verônica Serra era falsa*”. Depois aparece o locutor. Tratava-se do jornalista Júlio Mosquera dizendo “*e não foi a primeira vez que a Receita se contradisse. O Secretário Otacílio Cartaxo se apressou em descartar motivação política na quebra dos sigilos com argumento de que havia um balcão de vendas de informações na agência de Mauá em São Paulo*”.

Depreende-se um noticiário não isento, mas indutivo, onde são ressaltadas adjetivações, seja quando noticia que a SRF se contradisse, que o líder do governo foi escalado para justificar a operação ou quando informa que o secretário da SRF se apressou em descartar motivação política.

Ainda que no noticiário do dia anterior, 01/09/2010, o jornalista Tônico Ferreira tenha afirmado que Atella falara ao jornal O Globo, em conversa gravada por telefone, afirmando que fizera um serviço terceirizado para alguém que queria prejudicar Serra, em entrevista ao jornalista César Tralli o contador Atella responde à pergunta sobre a origem das pessoas que requeriam os serviços para terceiros. O contador Atella afirmou durante a entrevista já ter prestado serviços para diversas pessoas e o jornalista formula pergunta induzindo a resposta quanto à origem das pessoas para quem já trabalhou: “*Ele até disse para o senhor que vinha gente de onde buscar estas declarações?*” e recebe a seguinte resposta de Atella: “*Vinha de Brasília, de Minas, do interior de São Paulo ... de todos os lugares*”. Em seguida um jornalista em *off* faz pergunta se o intermediário no pedido de documentos, de nome Ademir, comentara se os documentos teria uso político tendo sido dito por Atella “*nunca na vida. Não, não, não*”, em contradição ao noticiado no dia anterior. Em seguida os apresentadores Fátima Bernardes e William Bonner relatam possíveis declarações de autoridades, sem coloca-los no ar. Em seguida o Repórter Tônico Ferreira relata manifestação do candidato José Serra e o coloca no ar dizendo que o episódio decorre de ação dos “*arapongas do PT*”. Na sequência a candidata Marina Silva é mostrada no vídeo reclamando rigor, agilidade e transparência

nas investigações. A candidata Dilma Rousseff apareceu sozinha, em frente a microfones, alegando que a candidatura oposicionista faz acusações falsas e levianas e promete ações por crime contra a honra.

No dia 03/09/2010 uma repórter em *off* narrava elogio da candidata Dilma Rousseff à decisão do TSE que arquivou pedido de cassação de sua candidatura formulado pelo PSDB “*por causa do vazamento de dados sigilosos da Receita*”. Da fala da candidata não se depreende o que foi narrado. Em seguida aparece a jornalista que narrava em *off*, Guacira Merlin, abordando outro assunto. Na sequência o jornalista Wallace Lara narra a quebra do sigilo fiscal da filha do candidato José Serra, que complementa: “*Acho que a Receita Federal está, infelizmente, fazendo uma espécie de operação abafa. Indo devagar...*”.

A candidata Marina Silva comentou o fato de que um dos supostos envolvidos na quebra do sigilo fiscal, Ademir Cabral, intermediário na obtenção dos documentos, fosse um filiado ao partido dela, o PV. Disse,

“O partido quando soube da notícia, imediatamente está buscando as informações. Foi um filiado em 2007 que nunca teve nenhuma participação partidária. E está encaminhando para que tenha as apurações corretas. E, qualquer envolvimento que ele tenha ilícito será expulso do partido”.

O jornalista César Tralli volta a ser mostrado no JN, em reprise da entrevista exibida no dia anterior com o contador Atella, onde é perguntado se Ademir Cabral comentara que os documentos teriam uso político e é reexibida a resposta “*nunca na vida. Não, não, não*”. O escritório onde o assistente de contabilidade Ademir Cabral trabalha é mostrado, com sua mesa desocupada e gavetas vazias, fazendo supor uma fuga. É mostrada sua carteira de filiado do PV. O presidente do PV de São Paulo, Maurício Brusadin, questiona possível conspiração e diz:

“Será que infiltraram alguém dentro do partido pra cumprir esta missão de envolver a sigla do PV no meio dessa confusão? Essa é a maior dúvida nossa. É a maior, que nós não conseguimos responder, a maior suspeita”.

O repórter César Tralli diz que Ademir Cabral haverá de ser ouvido nas duas polícias, federal e civil de São Paulo “*que também abriu inquérito para apurar a*

falsificação”, ainda que o crime cometido seja da atribuição da polícia federal, porque praticado no âmbito da administração pública federal.

O âncora William Bonner, em seguida, relata que *“no início da noite o JN obteve a informação oficial do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo sobre a filiação partidária do contador Antônio Alves Atella Ferreira”*. Exibindo texto de e-mail no vídeo o locutor lê: *“para fins de reportagem do JN gostaria de receber o histórico de filiação partidária do eleitor Antonio Carlos Atella Ferreira”*. Segue-se a exibição do e-mail no vídeo e leitura da resposta fornecida pela Assessoria de Comunicação Social do TRE-SP que diz: *‘a situação de filiação partidária do eleitor Antônio Carlos Atella Ferreira é excluído’*.

Não bastasse a exibição das mensagens escritas o locutor continua a explicar a vinculação do contador Atella ao PT, contida no e-mail assinado pela Assessoria de Comunicação Social do TRE-SP. A narrativa do âncora, formulada durante exposição do e-mail que recebera, é a seguinte:

“significa que a anotação de filiação foi excluída do cadastro(s) de eleitores. Não significa desfiliação. Apenas havia algum dado divergente que o partido não corrigiu. O Sr. Antônio filiou-se no dia 20/10/2003 ao Partido dos Trabalhadores no município de Mauá/SP na Zona Eleitoral de número 217. A data de exclusão é de 21/11/2009”.

Atendendo a um dos padrões globais do jornalismo, no qual o narrador do jornal tira conclusão ao final da matéria, o âncora William Bonner diz: *“Essa data de exclusão a que se refere o TRE é de menos de dois meses depois da violação do sigilo de Verônica Serra”*.

Em 04/09/2010 os âncoras do JN iniciam a abordagem da filiação do contador Atella falando que o PT informou que ele requerera a filiação, mas que a mesma não se ultimara, por erro no preenchimento do seu nome. Mas, afirmam que o TRE-SP reafirmara que o registro do contador no PT teria sido feito em 2003. As citações de fontes do PT e do TRE-SP são narradas sem apresentação dos entrevistados e nenhuma referência a quem seja ou a qualidade de quem teria falado em nome do PT. Segue-se matéria sobre nota expedida pela presidência do PT de Mauá com exibição de trechos da mesma, onde se destaca apenas o pedido de filiação num diretório com doze mil

filiados, a ausência de cumprimento de obrigações partidárias e a regularização do erro no preenchimento da ficha, ensejando a exclusão da filiação. A reportagem prossegue abordando matéria publicada no jornal Folha de S. Paulo no mesmo dia informando sobre o contador Atella e dizendo que *“seu cunhado, o oficial de justiça João Primo, foi o fundador do PT de Mauá”* e foi ouvido o presidente estadual do PT que confirmou que Atella era cunhado do fundador do PT de Mauá, ainda que não tivesse tido qualquer atuação partidária, nem regularizado sua situação, razão pela qual foi excluído do quadro de filiados.

Dando continuidade à vinculação da quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra à candidatura de Dilma Rousseff e ao PT, foi exibida reunião de dirigentes de partidos de oposição que trataram da violação dos sigilos. O Senador Álvaro Dias, do PSDB do Paraná, questiona se Verônica Serra teria o sigilo violado não fosse filha de José Serra. Narra-se que o PSDB iria promover representações no MPF e MPE contra as autoridades da SRF. Na mesma edição do JN a candidata Marina Silva igualmente falou sobre a violação dos sigilos e pede

“punição severa e transparência, porque o cidadão que paga os seus impostos tem o direito de ter um esclarecimento e uma atitude de respeito para com ele, diante de um fato como este”.

Ainda na mesma edição o candidato José Serra diz que ficou indignado e sentido muita dor ao ver atingida a sua filha que é *“uma pessoa inocente que não tem nada a ver com nada de política”*. A frase de Serra deixa espaço para se interpretar que a política é uma atividade onde não se age com lisura, na medida em que se refere à filha como inocente por não estar envolvida em tal *metièr*. No caso Verônica Serra, filha do candidato da coligação do PSDB, constantemente citada como vítima da violação do sigilo fiscal no JN é apresentada de forma bastante emblemática, ora como empresária, ora exercendo papéis familiares de filha, mãe ou esposa, e ora como pessoa ligada ao PSDB ou, paradoxalmente, em outras ocasiões como não tendo nada a ver com política.

No dia 06/09/2010 o JN foi apresentado por outros âncoras, o jornalista Márcio Gomes e Heraldo Pereira. Márcio Gomes iniciou a abordagem do tema quebra do sigilo fiscal dizendo que o TRE-SP contradissera o PT paulista, pois confirmara o contador Atella esteve filiado ao partido de Mauá desde 20/10/2003, mas que transferira o título para outra Zona Eleitoral em 10/04/2006, de Ribeirão Pires. Postado diante da sede do

TRE-SP, o jornalista César Galvão esclarecia que a lei obriga os partidos a atualizarem a relação de filiados de seis em seis meses, mas o PT não comunicara a transferência eleitoral de Atella. E, portando ele continuava filiado em Mauá/SP. Somente em 2009 o TRE-SP percebeu esta divergência e por isso excluiu a filiação em 21/11/2009. Foi exibido no vídeo certidão emitida pelo TRE-SP e entrevistado o seu presidente, Desembargador Walter de Almeida Guilherme. O desembargador falou sobre a hipótese de Atella continuar filiado ao PT e a qualquer momento o partido poder rerepresentar seu nome com as correções que ensejaram a exclusão. É emblemático que a transferência do domicílio eleitoral para o Município de Ribeirão Pires/SP automaticamente implicou na cessação de qualquer direito eleitoral do contador Atella no Município de Mauá/SP. Mas, isto não foi considerado, pois a matéria tendia a demonstrar que Atella era filiado ao PT, ainda que não constasse tal qualidade na Justiça Eleitoral.

O PT divulgou nota pública na qual diz que o contador Atella jamais regularizou sua situação e portanto sua filiação não foi concluída, conforme narrativa da matéria. O jornalista César Galvão, no entanto, sentenciou: *“Para o TRE, porém, Atella foi sim filiado ao PT durante seis anos. Sempre com o nome correto”*. Apenas o cadastro do PT poderia afirmar que o preenchimento do nome fora correto e não com o erro que ensejou a exclusão do cadastro da Justiça Eleitoral, mas tanto o jornalista quanto o Presidente do TRE-SP afirmavam que Atella esteve filiado por seis anos, com o nome correto. O fato traz uma contradição, pois a exclusão do filiado do cadastro do TRE-SP não o exclui do partido, que a qualquer momento pode rerepresentar seu nome.

Ainda na mesma edição do JN, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, apresentou-se, em defesa, dizendo que o episódio da quebra do sigilo das informações fiscais não tinha qualquer relação com a coordenação política do partido ou da campanha, não descartando a possibilidade de ações individuais. A jornalista Poliana Abritta narrou que os advogados de Eduardo Jorge, vice-presidente do PSDB, pediram á Receita explicações sobre a quebra de seu sigilo ocorridas em Formigas/MG e também informou que a Coordenação Política do Palácio do Planalto e que o Presidente Lula pedira que as apurações ocorressem antes das eleições. As narrativas pela jornalista não foram acompanhadas de depoimentos das pessoas referidas, nem suas imagens exibidas. O jornalismo se resumiu na narrativa em terceira pessoa da jornalista. A jornalista atribuiu ao corregedor da SRF, Antônio Carlos D´Ávila que uma funcionária teria feito

cerca de três mil acessos e ele aparece dizendo que isto seria “*um indício, a priori, de acesso imotivado*”.

Ainda no dia 06/09/2010 o candidato José Serra tratou do tema dizendo que a Polícia Federal deveria ouvir muita gente, dentre os quais o Secretário da Receita e os membros da Coordenação da campanha da candidata Dilma. A candidata Dilma manifestou-se no sentido de que os fatos sejam apurados e que a SRF, enquanto instituição, deva ser preservada.

No dia 08/09/2010 a jornalista Fátima Bernardes inicia a apresentação do JN dizendo que “*genro do candidato do PSDB José Serra também teve dados cadastrais acessados na agência da Receita Federal em Mauá/SP*”. Pela primeira vez a filha de José Serra é mostrada no vídeo numa cena típica de “*comercial de margarina*.”¹¹⁹ com uma criança deitada no colo, enquanto o marido, Alexandre Bourgeois, que tivera os dados acessados alisando a cabeça da criança. Em seguida “*a filha do candidato tucano a presidência da República*” aparece numa mesa de café da manhã com o marido. Enquanto as imagens são exibidas uma jornalista faz a narrativa em *off*.

Em seguida, também em *off* volta a ser exibida uma tela de computador com o nome do vice-presidente do PSDB “*e de outras quatro pessoas ligadas ao partido*”. O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, aparece em manifestação dúbia, que não corrobora a narrativa da jornalista Poliana Abritra, que apenas faz referência às pessoas diretamente ligadas ao candidato do PSDB que, reconhecendo a transcendência da violação ao candidato do seu partido, disse: “*Qual é o mérito da questão. O direito de milhares e milhares de pessoas afetado por uma irresponsabilidade governamental; setores do governo com claro posicionamento político de desrespeito à sociedade brasileira, à democracia e aos seus valores*”, enquanto o presidente do PT reconhecendo a gravidade dos fatos repudiou a atribuição à campanha do seu partido. O candidato José Serra disse que a violação do sigilo fiscal do seu genro estar indignado e que os fatos eram mais uma evidência de trabalho de quadrilha e que não se tratava apenas do seu problema familiar, mas do Brasil. A candidata Dilma Rousseff salientou que a decisão do TSE havia reconhecido a inexistência de vínculo com sua campanha.

¹¹⁹ Comercial de margarina é termo que designa, em publicidade, a apresentação de famílias nucleares, compostas de pai, mãe e filhos, além de exibição de ambiente doméstico e harmonia familiar.

No dia 09/09/2010 o apresentador William Bonner diz que a Polícia de São Paulo ouviu naquela data o assistente de contabilidade Ademir Estevam Cabral sobre a quebra do sigilo fiscal de Verônica Serra. Trechos do seu depoimento foram exibidos no vídeo onde ele alegava que desconhecia a paternidade da empresária e que prestava serviços a Antônio Carlos Atella e não o contrário. Fez-se, em *off*, realce na afirmação de Ademir de que não conhece nenhum político em Brasília, Minas Gerais ou São Paulo. O repórter César Tralli entrevista o assistente de contabilidade Ademir Cabral, com perguntas objetivas sobre o trabalho realizado e falsificação da assinatura da filha de Serra, e conversa com o advogado de Atella. Em seguida, narra que a Polícia Civil de São Paulo quer fazer acareação dos dois. Ao final a candidata Marina Silva, após debate no auditório do jornal O Globo se manifesta sobre a quebra do sigilo e diz: *“Os milhares de brasileiros que foram violados em seus sigilos, eles querem uma atitude por parte do Estado. E, os que não sabem se foram violados querem uma atitude de firmeza”*. O candidato José Serra volta a comentar o vazamento de informações na Receita Federal dizendo que se tratava de mais de um mal feito, quebra da privacidade, da intimidade e do sigilo a que todos os brasileiros têm direito garantido pela Constituição e que se tratava de mais um ato de violência cometido.

No dia 10/09/2010 o tema da quebra do sigilo volta a ser comentado no noticiário do JN. Desta vez o apresentador William Bonner diz que o contador Atella *“usou o mesmo golpe”* utilizado para a quebra do sigilo da filha de Serra (teria sido usado) para a quebra do sigilo do marido dela. Em seguida, enquanto a cena exibida no dia anterior de Verônica Serra com o filho deitado no colo e o marido, Alexandre Bourgeois, alisando a cabeça dele é repetida, o narrador em *off* diz que inicialmente se acreditava que apenas os dados cadastrais deste haviam sido quebrados, mas naquela data se comprovava que o sigilo também tinha sido violado. É exibida nota da SRF editada dois dias antes que dizia apenas terem sido os dados cadastrais acessados. O contador Antônio Carlos Atella diz que o assistente de contabilidade Ademir Cabral sempre cobrava pressa e dizia que o destinatário vinha de fora e que sequer pernoitava em São Paulo. O delegado Marcos Carneiro Lima, que preside inquérito instaurado no âmbito da Polícia Civil do Estado de São Paulo aparece relatando casos em que se buscam a quebra de sigilos fiscais: *“brigas de sociedade, interesses outros, interesse político, formatação de dossiês... que a sabe que sempre procuram criar... algum material... porque a informação sigilosa sendo exposta ao público de forma criminosa, né!”* O JN ainda

notícia que uma servidora sobre investigação estaria tentando obter junto a pessoas que tiveram sigilo violado, autorização retroativa para legalizar tal situação e encobrir infrações em apuração. Segundo narrativa do jornalista André Luiz Azevedo, o candidato José Serra voltou a condenar a violação do sigilo fiscal.

No dia 11/09/2010 o comerciante Leone Mariano é apresentado como uma testemunha que pode ter tido o sigilo fiscal violado, pois estaria recebendo telefonemas de uma pessoa que requeria fosse assinada autorização para a quebra do sigilo já realizado. Ainda segundo o repórter que apresenta a matéria, terceiro, o aposentado Edson Pedro dos Santos, também estaria sendo procurado para outorgar a autorização tardia. O jornalismo é feito em narrativas sobre o que teria sido dito pela polícia sobre o caso. A imagem da filha de José Serra com o filho deitado no colo e o marido alisando seu cabelo é novamente exposta.

No dia 13/09/2010 a apresentadora Fátima Bernardes abre o noticiário dizendo que *“a Polícia Civil de São Paulo ouviu novos depoimentos no caso do vazamento de dados sigilosos da Receita Federal”*. Apesar da exibição da imagem do tabelião, da testemunha que teria sido procurada para legalizar a quebra de seu sigilo e da citação do assistente de contabilidade Ademir Cabral e do jornalista Amauri Ribeiro Junior, suas falas não são divulgadas. Apenas imagens e narrativas sobre o que teriam falado. Ainda que a jornalista se refira ao vazamento no âmbito da SRF não há qualquer referência à falta de atribuição da polícia estadual paulista para investigar o fato.

Na data em questão surge novo fato tratado como criminoso e fortemente explorado no noticiário do JN, qual seja, o envolvimento do filho da Ministra Erenice Guerra em contratações públicas, o que será objeto de análise em outro tópico intitulado *“casa civil: Erenice, parentela e clientelismo”*.

Depois de narrar fatos políticos na França o apresentador William Bonner abre o noticiário sobre a quebra do sigilo fiscal dizendo que

“aqui no Brasil, por determinação da justiça, a polícia civil de São Paulo deverá deixar as investigações sobre a violação de sigilos por funcionários da Receita Federal. Agora, apenas a polícia federal investigará este caso”.

Além dos histrionismos na abordagem do assunto, ao se referir à fonte da determinação de suspensão das investigações pela polícia civil de São Paulo, o apresentador deixou bem enfatizada a expressão *“por determinação da justiça”* Em seguida são apresentados dois novos personagens envolvidos na falsificação e uso de documento falso, o advogado Marcel Schinzari e o despachante Arão Queiroz, *“que já ficou mais de três anos na cadeia por estelionato”*, conforme o jornalista César Tralli.

No dia 15/09/2010 a apresentadora Fátima Bernardes diz que filha e genro de José Serra prestaram depoimentos na Polícia Federal e que outras pessoas que indica deverão ser ouvidas. Em seguida aparece o advogado do casal comentando que *“é possível inferir que há sim uma conotação política nestes fatos. Nós pretendemos acompanhar essa investigação e realizar investigação, inclusive, paralela”*. Trata-se da única pessoa cujo depoimento é colocado no vídeo.

No dia 16/09/2010 o apresentador William Bonner noticia que a funcionária do Serpro cedida à SRF Adeílida dos Santos teria confessado em depoimento à PF receber vantagem financeira na venda de documentos dos contribuintes.

No dia 17/09/2010 o JN se refere ao depoimento de Adeílida Ferreira dos Santos, que teria fornecido *“o nome de três contadores, Erick, Fernando e Danilo – que, segundo ela, encomendavam quebra de sigilo fiscal”*, conforme narrativa em *off* do repórter César Tralli. O JN nesta data noticia que *“a candidata do PT, Dilma Rousseff, aumentou a vantagem sobre o candidato do PSDB José Serra e segundo o IBOPE, considerando apenas os votos válidos ela seria eleita no primeiro turno se a eleição fosse hoje”*, deixando transparecer que a abordagem do tema da quebra do sigilo fiscal não abalou a intenção de voto na candidata. O assunto somente voltaria a ser tratado no dia 22/09/2010.

No dia 22/09/2010 o apresentador William Bonner diz que *“a PF já indiciou seis pessoas pela quebra de sigilo fiscal de contribuintes ligados ao PSDB e as investigações avançaram depois que surgiu uma testemunha... uma mulher... que conversou com exclusividade com o repórter César Tralli”*.

Narrando em *off* o repórter César Tralli diz quem seja a testemunha: a mulher de um dos despachantes indiciados e em seguida, sob penumbra e distorção de voz a ouve:

“O Ademir até tava um pouco nervoso, porque eu tinha me atrasado por conta de um problema com o computador”.

O repórter segue sua narrativa e volta a colocar a voz da entrevistada para indicar quem seria o contratante dos documentos:

“- Falou que a pessoa que tava aguardando esse envelope teria vindo de Brasília só por isso e que já teria perdido um voo, por conta desse atraso. Sempre era o cara de Brasília. O que me chamou a atenção nessa situação foi esse detalhe”.

Em seguida a testemunha narra que o assistente de contabilidade recebeu os documentos que entregava e voltou com o pagamento que lhe foi feito, bem como ao contador Atella. Este teria indicado à polícia, segundo o repórter, que o intermediário da negociação na obtenção dos documentos foi o advogado Marcel Schinzari, para quem trabalhara. O repórter César Tralli termina a matéria dizendo que *“para a polícia é evidente que tanto Ademir quanto o contador Atella escondem quem está por trás da fraude”*, mas nenhuma autoridade policial é entrevistada confirmando o que é dito ser considerado como uma “evidência” para aquela instituição.

Ainda na edição em questão o apresentador William Bonner diz que *“se a eleição fosse hoje, o índice da candidata do PT, Dilma Rousseff, seria suficiente para elegê-la presidente no primeiro turno”*. Do fato depreende-se que apesar das ilações sobre o adquirente dos documentos provenientes da quebra do sigilo fiscal, que seria de Brasília, e da insinuação de que o contador Atella e o assistente de contabilidade Ademir estariam escondendo alguém por trás da fraude, o assunto não foi capaz de abalar significativamente as intenções de voto na candidata Dilma Rousseff.

O assunto em tela não mais é abordado no noticiário do JN do primeiro turno das eleições e somente volta a ser tratado no segundo turno da campanha eleitoral, ou seja, em 20/10/2010. Entretanto, neste interregno, é substituído por outro tema criminalizador do processo eleitoral com vinculações à candidatura Dilma Rousseff.

Em 20/10/2010 o JN nacional começa com a apresentadora Fátima Bernardes dizendo que *“a PF identificou quem encomendou as informações fiscais das pessoas ligadas ao PSDB e a José Serra, candidato do partido a presidência da república”*.

O repórter César Tralli entrevista o despachante Dirceu Rodrigues Garcia, que trabalha na porta da Junta Comercial, e que seria o intermediário entre o mandante e os executores da quebra do sigilo. Depois da indicação do nome (do) pelo despachante o repórter César Tralli continua sua narrativa com imagem do jornalista apontado: *“Amaury Ribeiro Júnior é jornalista e trabalha atualmente na TV Record. Na época das fraudes ele era repórter do jornal Estado de Minas”*. Em seguida, exibindo imagens de dois homens de terno e gravata, que se supõe sejam policiais o repórter continua sua narrativa:

“A polícia federal informou que em depoimento, Amaury Ribeiro Júnior confirmou que fez as encomendas das informações sobre as pessoas ligadas a José Serra. O repórter disse que as despesas foram pagas pelo jornal onde ele trabalhava na época. Amaury alegou ao delegado que começou a investigação, depois que teria descoberto que um grupo a serviço de José Serra estaria levantando informações sobre a vida do ex-governador Aécio Neves”.

Ainda que identificando o contratante da quebra dos sigilos fiscais e sua proximidade com o ex-pré-candidato a presidência da república pelo PSDB, que disputava espaço interno no PSDB com o candidato José Serra, o jornalista César Tralli concluiu a reportagem dizendo que:

“Para a polícia federal, Amaury não explicou porque tomou esta atitude. Depois de deixar o jornal Estado de Minas o repórter disse que foi procurado por gente ligada à pré-campanha de Dilma Rousseff e do PT, interessada no material que ele tinha levantando contra Serra”.

Após identificar os funcionários autores da quebra do sigilo fiscal, os despachantes, assistentes de contabilidade, contadores e solicitador da documentação, a matéria não deixou de envolver a candidata da coligação da qual o PT fazia parte, nem o próprio partido. Pela primeira vez uma autoridade policial aparece no vídeo falando sobre o assunto, qual seja, o delegado da polícia federal Alessandro Moretti:

“A tese apresentada por Amaury é de que os dados teriam sido subtraídos ou vistos... visualizados no seu notebook e que isso teria acontecido num apartamento não pago pelo PT, mas de propriedade de uma pessoa ligada à pré-campanha do PT”.

A reportagem prossegue mostrando a capa de uma edição da Revista Veja, de 09 de junho de 2010, que cita Amaury Ribeiro Júnior e que relatava a montagem de um dossiê contra os Tucanos e da qual participaria um delegado aposentado da polícia federal, Onésimo Souza, que teria almoçado em abril daquele ano com Luiz Lanzetta e que falava em nome de Fernando Pimentel, na época um dos coordenadores da campanha de Dilma Rousseff. O noticiário apresenta narrativas do repórter, com inserções de falas, uma delas do despachante Dirceu Garcia que apenas diz “*justamente*”, depois de lhe ser perguntado se Amaury era a pessoa que vinha de Brasília buscar a documentação.

No melhor estilo de “jornalismo ilustrado”¹²⁰ o noticiário exhibe um avião aterrissando enquanto narra uma das vindas de Amaury de Brasília para São Paulo. É feita uma tomada das rodas de um avião taxiando na pista e do acoplamento da ponte de desembarque para exemplificar a chegada de Amaury Ribeiro Júnior no dia 07 de outubro de 2009 e conclui que:

“a polícia federal considera o caso encerrado, com a identificação dos responsáveis pela quebra dos sigilos fiscais dentro da Receita Federal. Não será investigado se houve participação da pré-campanha de Dilma, nem quem teria dado a ordem para Amaury Ribeiro Júnior encomendar as cópias do imposto de renda de pessoas ligadas a José Serra”.

A narrativa do repórter César Tralli não considera suficientes os motivos apresentados pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior, na época da quebra dos sigilos, trabalhando no jornal Estado de Minas, nem sua alegação de que formava o dossiê em represália a possível idêntico comportamento por parte do candidato José Serra em relação ao pré-candidato Aécio Neves. Apesar de cada vez mais longe a possível participação da coordenação da pré-candidatura de Dilma Rousseff há uma insinuação de que as investigações pararam, mas deveriam continuar.

Ainda na mesma edição do JN é relatado que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior se manifestou em nota, por meio de seu advogado, tão somente alegando que não pagou pelas informações. O já eleito Senador Aécio Neves pelo PSDB, ex-governador de

¹²⁰ A expressão “jornalismo ilustrado” é aqui empregada no sentido do uso de imagens visuais para reforçar a narrativa, ainda que as imagens expostas não sejam as concretamente relacionadas ao fato noticiado.

Minas Gerais, editou nota na qual afirmou repudiando “*com veemência e indignação qualquer tentativa de vinculação do nome dele às graves violações envolvendo o PT e Amaury Ribeiro Júnior*” e declarou ainda não conhecer nem manter qualquer relação com o jornalista. O jornal Estado de Minas declarou que o jornalista trabalhou lá por três anos e publicou diversas reportagens, mas nenhuma relacionada ao fato em questão. Na continuidade o apresentador William Bonner comenta:

“o comando do PSDB afirmou que a descoberta da polícia federal confirma a ligação de uma equipe de inteligência do Partido dos Trabalhadores com a quebra de sigilo dos Tucanos. O PT negou a violação e atribuiu a violação a uma disputa interna no PSDB”.

Em seguida são colocadas imagens com manifestações do presidente Lula, do presidente do PT e do vice-presidente do PSDB, que teve o sigilo fiscal quebrado. É relatada a entrevista concedida pela polícia federal, que apontou Amaury Ribeiro Júnior como contratador dos documentos, mas nenhuma imagem ou manifestação de policiais da polícia federal são exibidas.

No dia 21/10/2010 o apresentador William Bonner abre o JN dizendo que o jornalista que contratara os documentos resultantes da quebra do sigilo fiscal estava em férias no jornal Estado de Minas quando o fato se deu. O apresentador relata a versão de Amaury Ribeiro Júnior de que os dados foram copiados de seu computador “*por um deputado estadual que é um dos coordenadores da campanha da candidata do PT Dilma Rousseff*”.

O repórter César Tralli narra o que teria sido dito pelo jornalista Amaury Ribeiro Júnior de que “*começou a trabalhar no jornal O Estado de Minas no final de 2007 e ficou até o dia 16 de outubro do ano passado, quando saiu para tratar de problemas de família*”. E que “*antes de se desligar do jornal, tirou um mês de férias*”. Em seguida o repórter diz que a polícia, em entrevista, omitiu que o jornalista Amaury estava em férias. Não há omissão ou contradição no depoimento do delegado que é exibido. O Delegado afirmara que a autoria era atribuída ao jornalista Amaury Ribeiro Júnior “*que à época dos fatos era ligado de forma empregatícia... tinha vínculo empregatício com o jornal Estado de Minas*”. As férias não implicam em suspensão do contrato de trabalho nem rompe o vínculo empregatício. Portanto não houve qualquer manipulação de informação por parte da polícia federal referente a este fato. Na matéria, o repórter

César Tralli afirma que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior estava na época da violação dos sigilos em São Paulo, a cidade grande mais próxima de onde houve o acesso ilegal aos dados da Receita.

Retomando o padrão “jornalismo ilustrado” o repórter informa que Amaury pousou em São Paulo no dia 29 de setembro de 2009 e mostra um avião se aproximando da pista, ainda que este não tenha nenhuma relação demonstrável com o avião que efetivamente transportou o jornalista. Em seguida diz que Amaury foi embora no dia seguinte e a matéria novamente focaliza um avião taxiando na pista. *“outra viagem a São Paulo registrada no inquérito. Origem: Brasília. Data: 07 de outubro de 2010. Saída: 08 de outubro, quando outra leva de informações foi fornecida aos intermediários”*. Enquanto narra a partida um avião decola. O repórter continua sua narrativa, desta feita mostrando o pouso de outra aeronave e diz que *“nas duas ocasiões antes de vir a São Paulo, Amaury esteve em Brasília”*. Ainda que se afirme que o jornalista depusera na polícia federal e teria afirmado que as passagens teriam sido pagas pelo jornal Estado de Minas e que as passagens tenham sido compradas por um colega do jornal que as pagara em dinheiro, há ênfase na nota do jornal Estado de Minas que afirma que o jornalista entrara em férias em 25 de setembro e se demitira em 15 de outubro, bem como que *“nenhuma viagem do jornalista no período em questão foi custeada pelo jornal”*.

César Tralli, sem jamais expor qualquer fala do jornalista Amaury Ribeiro Júnior ou mostrar documentos expressando seus depoimentos comenta que *“Amaury disse que fez as investigações depois que soube que um grupo ligado a José Serra estaria seguindo o então Governador de Minas Aécio Neves”*. E o repórter continua sua matéria narrando o que teria sido dito por pessoas que cita, sem indicar fonte ou colocar os próprios autores das declarações falando.

“ainda seguindo o relato de Amaury, ele não foi contratado para trabalhar na campanha de Dilma Rousseff. O que aconteceu, segundo Amaury: Em abril deste ano ele foi procurado por Luiz Lanzetta, dono da empresa contratada para cuidar da pré-campanha da candidata Dilma Rousseff. De acordo com Amaury Lanzetta queria descobrir quem era o espião que vazava informações da pré-campanha para a imprensa”.

A matéria mostra um curioso padrão jornalístico no qual o âncora do telejornal faz abertura e o noticiário segue com a narrativa do repórter, sem qualquer manifestação das pessoas citadas na notícia.

O jornalista segue narrando que segundo Amaury o deputado Rui Falcão, do PT, que seria proprietário de uma empresa de comunicação e tinha interesse em trabalhar na pré-campanha, teria copiado, sem autorização, as informações de seu notebook e assim o material teria chegado à pré-campanha de Dilma Rousseff. Narra o repórter César Tralli, que segundo Amaury, Rui Falcão teria a chave do apartamento que ele ocupava em Brasília, pago pela mesma pessoa ligada ao PT que bancava as despesas da chamada Casa do Lago Sul, o QG da pré-campanha. Mas, nenhum destes fatos é apresentado com depoimentos ou documentos. Apenas a narrativa do repórter César Tralli. Em seguida narra que o advogado de Verônica Serra deu entrada na polícia federal com um pedido de investigação sobre o uso político dos sigilos fiscais violados, segundo quem a polícia federal teria o dever de responsabilizar quem divulgou e quem se beneficiou das informações sigilosas obtidas ilegalmente.

Na continuidade a jornalista Fátima Bernardes faz referência à nota expedida pelo deputado Rui Falcão que teria negado a cópia dos documentos e posse de chave do apartamento de Amaury Ribeiro Júnior. Os únicos personagens que são entrevistados durante esta longa reportagem são os presidentes do PSDB e depois o do PT. O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, expõe sua indignação e critica a polícia federal, porque *“as declarações do delegado não conferem em nenhum momento com a investigação e com o depoimento”* e porque o Presidente da República, concedera entrevista na qual falara no dia anterior antes da entrevista da polícia federal que ela traria novos elementos. Para Sérgio Guerra, o presidente Lula estaria falando, instrumentalizando e ao mesmo tempo vocalizando a palavra do delegado da polícia federal deixando transparecer ares de suspeição sobre as apurações. Ao final, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, diz que *“esta é uma afirmação irresponsável do Senador Sérgio Guerra. Na verdade reflete uma insatisfação dele com a conclusão das investigações da polícia federal, que foram pedidas pelo PT”*. A matéria durou seis minutos e cinquenta e cinco segundos, dos quais apenas onze segundos são disponibilizados para depoimento do delegado da polícia federal, quatro segundos para reprise de declaração do despachante Dirceu Garcia, vinte e oito segundos para o presidente do PSDB e trinta e um segundos para o presidente do PT, totalizando setenta

e dois segundos de efetiva entrevista. Todo o tempo restante, cinco minutos e vinte e oito segundos, foram gastos com narrativas dos âncoras William Bonner e Fátima Bernardes ou do repórter César Tralli

No dia 22/10/2010 o repórter Chico Pinheiro narrou que o PPS protocolou pedido junto à PGR para que a PF aprofunde a investigação sobre a quebra dos sigilos fiscais e possível motivação política. Esta é a última referência no JN sobre o assunto, não mais havendo nas edições imediatamente subsequentes qualquer abordagem do mesmo. Em continuidade aos pedidos de providência às autoridades policiais, sobre ocorrências vinculadas à campanha, o repórter diz que a candidatura José Serra entrou com representação solicitando investigação sobre agressão provocada ao candidato por militantes do PT.

No dia 25/10/2010 a apresentadora Fátima Bernardes informa que o jornalista Amaury Ribeiro Júnior foi indiciado por quatro crimes: violação de sigilo, corrupção ativa, uso de documento falso e crime contra a administração da justiça. No HGPE o assunto é tratado tão somente quatro vezes. Os partidos de oposição não se ocuparam enfaticamente do tema, ainda que o JN o apresentasse como expressivo vitimizador do candidato José Serra.

As quatro vezes que o HGPE trata a questão comentada são as citadas a seguir. A primeira, no dia 26/08/2010 quando o candidato José Serra mostra recortes de jornais sobre a quebra de sigilo e cita os “alopradados¹²¹” e escândalos. A segunda, no dia 02/09/2010 quando um ator fala da violação de sigilo de pessoas ligadas a Serra e da filha de Serra e também da prisão dos “alopradados” em 2006. O candidato José Serra explica que sua filha, mãe de três crianças pequenas, é uma mulher honrada, que trabalha para manter a família e que nunca se meteu em política¹²². A terceira, no dia 04/09/2010 quando um ator aparece no horário eleitoral do candidato José Serra afirmando que os jornais confirmam que era do PT o homem que usou documento falso

¹²¹ No dia 15 de setembro de 2006, a apenas duas semanas do primeiro turno das eleições municipais, integrantes do PT foram presos pela Polícia Federal em um hotel de São Paulo ao tentar comprar um dossiê contra o então candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tentando diminuir a importância do episódio, afirmou que aquilo era obra de "um bando de alopados", expressão pela qual o caso é lembrado até hoje. Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,relembre-o-escandalo-dos-alopados,737712,0.htm>. Disponível no dia 10/09/2011 às 01:13h

¹²² O candidato José Serra desqualifica a política ao apresentar, dentre a qualidades de sua filha, ser uma mulher que “nunca se meteu em política”.

para espionar a filha de Serra. A última vez que o assunto da quebra de sigilo fiscal foi tratado no HGPE foi no dia 09/09/2010 pelo candidato José Serra, falando da violação do sigilo fiscal de seu genro, atribuindo o fato a pessoas ligadas ao PT.

Importante enfatizar que passada a eleição, as apurações eventualmente realizadas pelas autoridades competentes e providências legais tomadas não se tornaram do conhecimento público e que o JN que apresentara a questão como de natureza crucial sendo necessário apurá-la e punir os culpados não deu qualquer continuidade ao assunto, relegando-o ao limbo do esquecimento e o tema jamais voltou a ser objeto de qualquer reportagem¹²³.

¹²³ Pesquisa realizada no site globo.com indica que o dia 22/10/2010 foi a última vez que o assunto sigilo fiscal foi tratado no JN, excetuada a notícia do dia 25/10/2010 que informava o indiciamento do jornalista Amaury Ribeiro Júnior. Depois desta data nenhuma informação foi dada sobre eventuais continuidades das apurações ou consequências jurídicas das investigações tão alardeadas durante a campanha eleitoral. Conforme consta site <http://busca.globo.com/Busca/jornalnacional/?query=sigilo+fiscal&ordenacao=&offset=1&xargs=&formato=&requisitor=jornalnacional&aba=todos&filtro=&on=false&formatos=&filtroData=&dataA=&dataB> = disponível no dia 10/09/2011 às 00:50h e <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/10/amaury-ribeiro-junior-e-indiciado-por-quatro-crimes.html> disponível no dia 10/09/2010 às 01:00h

QUADRO 7

Datas e canais nos quais foram exibidos o tema violação de sigilo fiscal

DATA	ASSUNTO	CANAL
25/ago	Violação de sigilo fiscal	JN
26/ago	Violação de sigilo fiscal	JN/HGPE ¹²⁴
27/ago	Violação de sigilo fiscal	JN
31/ago	Violação de sigilo fiscal	JN
01/set	Violação de sigilo fiscal	JN
02/set	Violação de sigilo fiscal	JN/HGPE
03/set	Violação de sigilo fiscal	JN
04/set	Violação de sigilo fiscal	JN/HGPE
06/set	Violação de sigilo fiscal	JN
07/set	Violação de sigilo fiscal	JN
08/set	Violação de sigilo fiscal	JN
09/set	Violação de sigilo fiscal	JN/HGPE
10/set	Violação de sigilo fiscal	JN
11/set	Violação de sigilo fiscal	JN
13/set	Violação de sigilo fiscal	JN
14/set	Violação de sigilo fiscal	JN
15/set	Violação de sigilo fiscal	JN
16/set	Violação de sigilo fiscal	JN
17/set	Violação de sigilo fiscal	JN
22/set	Violação de sigilo fiscal	JN
20/out	Violação de sigilo fiscal	JN
21/out	Violação de sigilo fiscal	JN
22/out	Violação de sigilo fiscal	JN
25/out	Violação de sigilo fiscal	JN

¹²⁴ No primeiro turno das eleições o tema da violação do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra ou ao PSDB é tratado por apenas quatro vezes, em 26/08, 02/09, 04/09 e 09/09. No segundo turno o tema não é tratado no HGPE, mas a partir do dia 20/10 prossegue no JN.

5.2.3 – *Deus, padre e polícia: a questão do aborto entre as crenças e a saúde da mulher*

Um tema que tomou conta de parte do debate eleitoral na eleição presidencial de 2010 foi o aborto. A primeira localização que se faz do tema durante o período eleitoral oficial foi em debate com “internautas” no dia 18 de agosto de 2010¹²⁵, quando uma eleitora paulista questionou a candidata Dilma Rousseff a cerca da sua posição sobre o tema. Em 16/07/2010, antes que fosse iniciado o HGPE, o bispo de Guarulhos, dom Luiz Gonzaga Bergonzini, já publicara no site da diocese panfleto intitulado “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*”¹²⁶ onde expressamente pede que não se votasse na candidata Dilma Rousseff e orientava padres a pregar nas missas voto contra ela. Igualmente no mesmo período o bispo postou no (site) “*youtube*” vídeo onde

¹²⁵ Conforme <http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/08/18/dilma-diz-que-mulher-faz-aborto-por-desespero-e-nao-por-ser-favoravel-a-ele.jhtm> disponível no dia 23/09/2011 às 00:15h

¹²⁶ Íntegra da carta do Bispo Diocesano de Guarulhos: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”

“Com esta frase [“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”] Jesus definiu bem a autonomia e o respeito, que deve haver entre a política (César) e a religião (Deus). Por isto a Igreja não se posiciona nem faz campanha a favor de nenhum partido ou candidato, mas faz parte da sua missão zelar para que o que é de “Deus” não seja manipulado ou usurpado por “César” e vice-versa”.

“Quando acontece essa usurpação ou manipulação é dever da Igreja intervir convidando a não votar em partido ou candidato que torne perigosa a liberdade religiosa e de consciência ou desrespeito à vida humana e aos valores da família, pois tudo isso é de Deus e não de César. Vice-versa extrapola da missão da Igreja querer dominar ou substituir-se ao estado, pois neste caso ela estaria usurpando o que é de César e não de Deus”.

“Já na campanha eleitoral de 1996, denunciei um candidato que ofendeu pública e comprovadamente a Igreja, pois esta atitude foi uma usurpação por parte de César daquilo que é de Deus, ou seja, o respeito à liberdade religiosa”.

“Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) através de seu III e IV Congressos Nacionais (2007 e 2010 respectivamente), ratificando o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) através da punição dos deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem defensores da vida, se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência”.

“Na condição de Bispo Diocesano, como responsável pela defesa da fé, da moral e dos princípios fundamentais da lei natural que – por serem naturais procedem do próprio Deus e por isso atingem a todos os homens -, denunciamos e condenamos como contrárias às leis de Deus todas as formas de atentado contra a vida, dom de Deus, como o suicídio, o homicídio assim como o aborto pelo qual, criminosa e covardemente, tira-se a vida de um ser humano, completamente incapaz de se defender. A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico. Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. (confira-se Ex 20,13; Mt 5, 21)”.

“Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais “liberações”, independentemente do partido a que pertençam”.

“Evangelizar é nossa responsabilidade, o que implica anunciar a verdade e denunciar o erro, procurando, dentro desses princípios, o melhor para o Brasil e nossos irmãos brasileiros e não é contrariando o Evangelho que podemos contar com as bênçãos de Deus e proteção de nossa Mãe e Padroeira, a Imaculada Conceição”. Disponível no site <http://beinbetter.wordpress.com/2010/07/16/dai-a-cesar-o-que-e-de-cesar-e-a-deus-o-que-e-de-deus/> no dia 23/09/2011 às 01:26h.

recomendou não se votasse nos candidatos do PT, porque têm posicionamento pela “*liberação do aborto*”.

Em 02/08/2010 o colunista Reinaldo Azevedo da revista *Veja* já incitava o eleitorado religioso com o artigo “*O PT, o aborto e o voto dos cristãos*”¹²⁷. Não faltou na mídia a atribuição á candidata Dilma Rousseff e ao PT posicionamento pró-aborto e mesmo as respostas dadas para buscando esclarecer qual era sua posição sobre o tema aborto, foram tratadas como mudança de posição e escamoteamento oportunista da questão. A jornalista Dora Kramer escreveu no jornal *O Estado de São Paulo* que “*se o PT pode retirar o tema do aborto do programa aprovado pelo partido porque atrapalha a campanha, com a mesma facilidade pode repor o assunto na agenda quando achar que não há mais obstáculos*”¹²⁸ e seu artigo foi amplamente difundido na internet.

O tema do aborto teve grande repercussão e ganhou expressiva visibilidade no mês de setembro de 2010. O assunto circulava intensamente nas redes sociais, notadamente da internet, desde o mês de fevereiro¹²⁹. Nesta ocasião era comum encontrar nas redes sociais (blogs, tweeter, facebook e orkut, youtube, grupos eletrônicos) a divulgação de dois posicionamentos da candidata que não correspondiam ao que, quando perguntada, falava sobre aborto e religiosidade. Dentre as mensagens postadas, nas redes sociais e por intermédio de e-mails enviados em grandes quantidades por robôs divulgava-se que a candidata era favorável ao aborto. O outro boato largamente disseminado pela internet, atribuía à candidata Dilma Rousseff haver dito que nem Jesus Cristo tiraria a vitória dela, demandando esforço de sua campanha e de seus apoiadores para desmentidos, como as declarações¹³⁰ prestadas em iguais veículos e encontros com eleitores. “*Quero dizer, em especial, que lamento a campanha difamatória que fazem contra mim dizendo que estou utilizando o nome de Cristo pra*

¹²⁷ Conforme site <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-pt-o-aborto-e-o-voto-dos-cristaos/> disponível no dia 23/09/2011 às 01:00h.

¹²⁸ Conforme site <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mano-a-mano,621645,0.htm> disponível no dia 23/09/2011 às 01/05h.

¹²⁹ Na matéria postada no blog de Reinaldo Azevedo, na versão on line da revista *Veja*, diversos leitores se manifestaram sobre o posicionamento da candidata que afirmavam ser pró-aborto, conforme site <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/para-refrescar-a-memoria-da-candidata-dilma-rousseff/>, disponível no dia 23/09/2011 às 00:24h.

¹³⁰ Por exemplo no jornal eletrônico constante do site <http://epocaestadobrasil.wordpress.com/2010/09/21/globo-dilma-nesta-eleicao-nem-mesmo-cristo-querendo-me-tira-essa-vitoria-fimdostempos-dilma-nem-cristo-html> disponível no dia 23/09/2011 às 00:32h.

*falar que nem ele me derrotaria nas urnas*¹³¹, afirmou a candidata Dilma Rousseff em encontro com líderes evangélicos no dia 21/09/2010 e concluiu: *“Como cristã, jamais usaria o nome de Cristo em vão*¹³².

Em 29/09/2010 o JN tratou da questão do aborto pela primeira vez e noticiou que a candidata Dilma Rousseff se reunira com líderes religiosos católicos e protestantes por quase três horas no qual discutira dentre outros temas a questão do aborto. A Matéria começa com o âncora afirmando que *“a candidata a presidência pelo PT Dilma Rousseff, afirmou hoje que é contra o aborto”*. Após mostrar imagem da reunião da candidata com os líderes religiosos, com narrativa do jornalista Vladimir Netto, a candidata disse aos jornalistas:

“Quando a gente fala em valorização da vida eu queria deixar claro. Eu pessoalmente, já disse lá no debate da CNBB, que eu pessoalmente sou contra o aborto; que acho o aborto uma violência contra a mulher. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência contra ela”.

O repórter concluiu a matéria informando que a candidata dissera ainda que as mulheres que recorrem ao aborto em condições precárias devem ser atendidas porque correm risco de vida.

No dia 30/09/2010 a repórter Sandra Passarinho noticiou que a candidata Dilma Rousseff passou o dia num hotel em Copacabana onde se preparou para o debate da TV Globo, a ser realizado naquela data, e falou que *“Dilma reafirmou ser contra o aborto e se for eleita não pretende fazer plebiscito sobre o tema”*.

O tema do aborto não foi tratado no HGPE durante o primeiro turno das eleições e apesar da grande repercussão do tema nas redes sociais, apenas foi tratado no JN nas duas últimas edições antes da eleição.

No segundo turno da eleição, ao reiniciar a propaganda eleitoral, no dia 09/10/2010, a candidata Dilma Rousseff incluiu em sua agenda uma visita a um centro de assistência à mulheres grávidas em São Paulo. O repórter do JN, José Roberto Burnier, que a acompanhava, narrou que ela fora visitar uma entidade sem fins

¹³¹ Idem nota supra.

¹³² Idem nota supra.

lucrativos que dá assistência às mulheres grávidas carentes em final de gestação, por meio de convênio com o SUS, e realiza oito mil partos por ano. Em entrevista, a candidata falou do apoio necessário às mulheres carentes e às adolescentes grávidas para ter seus filhos, *“que elas não tenham que esconder sua gravidez, que os pais e as mães não as expulsem de casa, que elas não tenham esta coisa horrorosa que se chama medo... e aí, sejam obrigadas a chegar a esse ponto que é a eliminação da vida”*.

A problematização da questão do aborto e o forte apelo religioso que o tema evocou, levou os candidatos à aproximação de eventos e líderes religiosos. No dia 12/10/2010 o candidato José Serra visitou a basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. O repórter Rogério Corrêa narrou que Serra teria dito na entrevista coletiva que *“a maior parte da população brasileira é religiosa e que por isso o tema desperta interesse dos eleitores”*. Mas, da fala do candidato que foi veiculada pela matéria no JN ele diz apenas: *“todo o nosso trabalho na política, na vida pública está voltado para as crianças, porque é um trabalho voltado para o futuro, além do presente”*.

No dia 13/10/2010 William Bonner inicia narrando que a candidata do PT Dilma Rousseff assumiu compromissos com líderes das religiões evangélicas e é seguido por narrativa em *off* da jornalista Delis Ortiz, sob imagem do presidente do PT e do encontro da candidata:

“Enquanto o PT discutia ajustes no novo programa de governo que ainda não foi apresentado, Dilma Rousseff conversava com líderes evangélicos. A candidata se comprometeu a não legislar sobre aborto e liberdade religiosa, caso seja eleita. O presidente Lula esteve na reunião para reforçar o apelo aos evangélicos. Mas entrou e saiu pela porta dos fundos. Ficou acertado que Dilma fará uma carta aberta com os compromissos assumidos hoje, entre eles o de vetar projetos que fira princípios religiosos”.

Depois da longa narrativa sobre o tema e sobre o que disseram os envolvidos na campanha a candidata é exibida no vídeo dizendo o seguinte: *“Qualquer legislação que altere... questões que impactem na religião, essa legislação eu não enviarei ao Congresso. Tanto a alteração na lei de aborto, quanto todas as outras”*.

No dia 15/10/2010 o repórter Tônico Ferreira narrou encontro da candidata Dilma Rousseff com educadores e temas por ela abordados. Em seguida exibiu mensagem da candidata dirigida aos religiosos, nos seguintes termos:

“sobre o tema aborto hoje a candidata divulgou uma mensagem dirigida a religiosos. Ela afirma que é pessoalmente contra o aborto e defende a manutenção da legislação atual. Também diz que se eleita não tomará a iniciativa de propor alterações na legislação de aborto e outros temas relacionais à família e à livre expressão religiosa”.

A candidata Dilma Rousseff é exibida no vídeo dizendo que *“Essa carta é dirigida a todos aqueles atingidos pelos boatos. Ta? Pra quem quiser utilizar. católicos... cristãos... outras religiões... porque são estes pontos os objetos da central de boatos”.*

No dia 16/10/2010 em comício na cidade de Belo Horizonte a candidata Dilma Rousseff fala de seu nascimento em Minas Gerais, *“essa terra em que eu vi, pela primeira vez, a luz da vida”*, retomando a questão da vida em contraposição ao aborto. Na mesma data o JN informa que o candidato José Serra teve encontro com prefeitos e lideranças do partido no Ceará, em Canindé. Após o informe há exibição de falas do candidato. Em seguida o repórter Alessandro Torres narra que:

“O Município de Canindé concentra a maior romaria do país em homenagem a São Francisco. Depois do encontro político José Serra veio até este espaço na Basílica, para participar da missa dos romeiros. Em meio aos devotos o candidato assistiu à missa às duas horas da última celebração do dia. Ontem a direção do PSDB tornou pública uma carta de intenções em que apoia todos os 10 pontos da agenda por um Brasil justo e sustentável, um conjunto de propostas divulgada pelo Partido Verde de Marina Silva”

Enquanto o repórter Alessandro Torres faz a narrativa os fiéis presentes na missa em Canindé/CE, são mostrados aplaudindo. Mas, o JN não mostra, omitindo as razões dos aplausos, que eram para o padre que pedia a Serra que se retirasse da igreja. Serra teria sido aplaudido, segundo narrativa de uma repórter de uma rádio local, pelos seus correligionários quando saía da missa, após ser expulso pelo padre.

O JN não noticiou a confusão que ocorreu no interior da igreja porque o padre celebrante afirmou serem mentirosos os panfletos distribuídos durante a missa de que a candidata Dilma Rousseff era a favor do aborto e envolvida com as FARC. Durante a missa o padre que a celebrava disse que eram mentirosos os panfletos que circulavam na igreja afirmando que a candidata petista, Dilma Rousseff, era a favor do aborto e não tinha envolvimento com grupos terroristas como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e ainda criticou a postura dos tucanos¹³³.

Perto do fim da missa, o padre exibiu um panfleto contra Dilma e disse: "*Acusam a candidata do PT em nome da igreja. Não é verdade*". A platéia aplaudiu. "*Não está autorizada essa coisa. A igreja não está autorizando essas coisas*". A platéia continuou aplaudindo ao padre, mas no JN os aplausos pareceram ser para o candidato José Serra.

O padre olhando fixamente para a fileira da frente onde o candidato José Serra estava disse¹³⁴:

"Gostaria que a missa não fosse tumultuada com os políticos que aqui chegaram, por favor. Se vieram com outra intenção, peço que saiam assim como entraram. Isso é uma profanação".

A confusão estabelecida na igreja apenas nas mídias sociais foi mostrada. O senador Tasso se exaltou e foi tomar satisfação com o padre, afirmando que era um "*padre petista*" como aquele que estava "*causando problemas à igreja*". Alguns partidários do tucano também se exaltaram e o padre teve que sair escoltado.

Tampouco houve no JN qualquer referência à exaltação do senador Tasso Jereissati que foi tomar satisfação com o padre. O padre chamou a atenção dos fiéis para a postura de Tasso Jereissati e perguntou: "*Tão vendo pessoal? Tão vendo a postura*"?¹³⁵ Frisamos, o evento apenas foi narrado nas mídias sociais e em veículos locais.

¹³³ Conforme site <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=869312> disponível no dia 24/09/2011 às 00:27h.

¹³⁴ Conforme vídeo postado no site http://www.youtube.com/watch?v=3vuebps_weo disponível no dia 24/09/2011 às 00:32h.

¹³⁵ Conforme vídeo postado no site http://www.youtube.com/results?search_query=canind%C3%A9+serra&aq=f disponível no dia 24/09/2011 às 00:40h

A ida do candidato José Serra à missa em Canindé, que pode ser classificada como um autêntico desastre do ponto de vista da propaganda eleitoral, foi apresentada no JN como evento positivo, dada a ênfase com que, escamoteando o que de fato acontecera, afiança que “*em meio aos devotos o candidato assistiu toda à missa às duas horas da última celebração do dia*”. A matéria “jornalística”, omite as ocorrências relevantes do acontecimento que sem dúvida foram a distribuição de propaganda contra a candidata Dilma Rousseff durante missa, a exortação do padre ao candidato, o entrevero com Tasso Jereissati e a necessidade de escolta ao padre para que saísse da igreja em segurança, ante ação ameaçadora dos partidários do candidato tucano. A postura do JN, que não falou da confusão havida, obedeceu ao padrão de manipulação que Perseu Abramo identificou como “*omissão escandalosa*” (Abramo, 2003).

No dia 18/10/2010 a candidata Dilma Rousseff foi entrevistada na bancada do JN durante onze minutos e quarenta e quatro segundos, sendo que mais de mais de um terço do tempo - quatro minutos e quarenta segundos – foram utilizados pelo âncora William Bonner para em pergunta agressiva tratar da questão do aborto:

William Bonner: “Candidata, quando terminou o primeiro turno, a senhora e alguns dos seus assessores, enfim, partidários do Partido dos Trabalhadores chegaram a dizer que aquela discussão, aquela polêmica sobre o aborto tinha motivado essa decisão do eleitor no fim do primeiro turno. Essa polêmica toda, essa discussão não teria se dado por causa de sua mudança de posição sobre a legislação referente ao aborto? Eu digo isso porque pessoalmente a senhora sempre se manifestou contrária ao aborto. O que a senhora fez em algumas entrevistas, na revista “Marie Claire”, na “Folha de S. Paulo”, foi dizer que era favorável à mudança da legislação, à legalização do aborto. Não teria sido mais natural num país tolerante como é o nosso que a senhora tivesse admitido publicamente essa mudança de opinião a respeito?”

Dilma Rousseff: “Veja bem, Bonner, eu acredito que nessa história do aborto houve muita confusão. Há uma diferença, Bonner, entre a posição individual minha como cidadã: eu sou contra o aborto. Sou contra o aborto porque eu acho uma violência contra a mulher, e não acredito que mulher alguma é a favor do aborto. Acho que as pessoas que recorrem ao aborto o fazem em situação-limite. O que é que acontece com o presidente da

República? Ele não pode fingir que não existem milhares de mulheres, principalmente, até milhões, pelos dados até publicados pelo [jornal O] "Globo" são milhões de mulheres, três milhões e meio de mulheres que recorrem ao aborto. Nós não podemos fingir que essas mulheres não existem. E mais: não podemos fingir que essas mulheres, elas fazem isso em situações muito precárias, e provoca, recorrer ao aborto provoca risco de vida e em alguns casos a morte. Pois bem, a minha posição sempre foi a seguinte: você não pode colocar essas mulheres, prender essas mulheres. Não se trata de prender as mulheres, se trata de cuidar delas. Porque você não vai deixar três e meio milhões de mulheres ameaçadas a sua saúde. Então são duas posições diferentes. Quando a gente diz que o aborto não é um caso de polícia, no Brasil ele é um caso de saúde pública, o que que nós estamos falando? Nós estamos falando o seguinte: para prevenir para que não haja o aborto, primeira questão, nós temos que tratar a quantidade imensa de gestantes adolescentes que recorrem ao aborto ou porque têm medo da família, da família não aceitar, ou porque já não têm laços familiares efetivos que podem garantir a ela o apoio pra poder ter a criança".

William Bonner: "Agora, na semana passada, a senhora divulgou um documento em que a senhora afirmou o compromisso de não propor nenhuma modificação na legislação. Algumas pessoas que defendem o aborto, né, como uma questão de saúde pública, como a senhora mesma já fez no passado, entenderam que esse seu compromisso seria um recuo, uma concessão, digamos assim, excessiva aos religiosos, que entra em contradição com algo que a senhora mesma defendeu. A senhora dizia: é uma questão de saúde pública e é um absurdo, a senhora disse isso para a "Folha de S. Paulo", é um absurdo que não se legalize a questão. Daí a questão. A senhora não vê essa contradição?"

Dilma Rousseff: "Não, não vejo. Sabe por que, Bonner? Porque ninguém em sã consciência vai propor prender 3,5 milhões e meio de mulheres. Até porque tem um problema concreto, prático. Eu não concordo com a mudança na legislação. A legislação prevê aborto em dois casos. Prevê no caso de estupro e de risco de vida pra mulher. Então há, necessariamente, uma forma de a gente conduzir isso sem alteração. E acredito que um processo de alteração, por exemplo, por plebiscito, seria muito ruim. Porque dividiria o Brasil de ponta a ponta. Não levaria a uma forma de, eu diria, de acordo e

de consenso. Pelo contrário: os países que fizeram isso tiveram péssimas experiências. Então eu fiz uma carta que é uma carta a todos os religiosos, mas é uma carta pública ao povo brasileiro no sentido de que acredito que a legislação ...

Fátima Bernardes: “... pode ser mantida...”.

Dilma Rousseff: “Pode ser mantida, e não é necessário alterar os termos da legislação”.

As outras perguntas formuladas pelo jornalista William Bonner igualmente não fugiram do tom de agressividade e busca de enquadramento da candidata, seja quando perguntou sobre o Caso Erenice ou sobre a aliança da candidata com o ex-deputado Ciro Gomes e com o PMDB. O encaminhado das perguntas não eram típicas de entrevista, mas de interrogatório. Num caso de entrevista a pergunta subsequente se estrutura com a anterior ou com as anteriores. No caso de interrogatório o interrogante quer obter do interrogado o reconhecimento de opinião ou posicionamento que ele evita.

Neste mesmo dia, 18/10/2010, a apresentadora Fátima Bernardes narrou que representantes do PT afirmaram terem sido os panfletos apreendidos em São Paulo contra a candidata Dilma Rousseff impressos numa gráfica na qual uma das proprietárias é filiada ao PSDB, e que o irmão dela é um dos coordenadores da campanha do candidato José Serra. Na continuidade da matéria é exibido um panfleto com algumas frases destacadas e a âncora comenta: “*O panfleto assinado por três bispos cita a candidata do PT e recomenda que se vote apenas em quem é contra a descriminalização do aborto*”. A apresentadora diz que o secretário geral do PT afirmou que há indícios de que os panfletos tenham sido produzidos pela campanha de José Serra e encerra: “*Em nota a CNBB disse que não patrocina a impressão e difusão de folhetos a favor ou contra candidatos*”. Também em nota a campanha de José Serra afirmou que não encomendou nem financiou a impressão dos panfletos. O assunto dos panfletos jamais voltaria a ser noticiado no JN, ainda que a origem e aplicação dos recursos para suas impressões e distribuições estejam diretamente relacionadas ao custeio de campanha eleitoral.

No dia seguinte, dia 19/10/2010 o entrevistado na bancada do JN foi o candidato José Serra:

Fátima Bernardes: *“Agora, esse segundo turno, ele está radicalizado. Uma mistura entre religião e política que normalmente não costuma dar certo em lugar nenhum. A sua campanha tem explorado posições do PT e da candidata do partido, por exemplo, em relação ao aborto. Essa mistura, política e religião, não deveria ser evitada?”*

José Serra: *“Olha, não fomos nós que levantamos, nem nós exploramos. Acontece o seguinte: a Dilma manifestou-se a favor do aborto. Deu uma entrevista que está, enfim, tem o vídeo. O PT no final do ano passado fez aquele programa nacional de direitos humanos que tornava transgressor, criminoso aquele que fosse contra o aborto. Então eles puseram a questão no ar”.*

Fátima Bernardes: *“Mas a sua campanha também, candidato”.*

José Serra: *“Eu sempre manifestei, eu sempre manifestei o seguinte: eu sou contra a liberação do aborto e nunca explorei isso do ponto de vista de que ela estaria errada por ser a favor do aborto. O que acontece é que ela afirmou uma coisa e depois afirmou o oposto. Nem reconhece que disse o oposto e numa campanha esses temas, Fátima, acabam sendo postos pela própria população”.*

Fátima Bernardes: *“Mas candidato...”.*

José Serra: *“Nunca me passou pela cabeça transformar isso num centro de campanha”.*

Fátima Bernardes: *“Mas candidato, sua campanha tem mostrado, falado insistentemente em Deus, tem mostrado imagens de missas, de cultos religiosos. Questões como essas do aborto, até mesmo a união civil entre homossexuais, elas não deveriam receber um tratamento de políticas públicas e não uma abordagem do ponto de vista da religião? Isso não contribui assim para um retrocesso no debate político?”*

José Serra: *“Olha, eu insisto: quem introduziu esse ingrediente na campanha foi o PT e foi a Dilma. Como eu tenho uma posição contrária ao aborto eu sempre fui perguntado, e sempre disse isso”.*

Fátima Bernardes: *“Mas é um retrocesso, o senhor considera um retrocesso?”*

José Serra: *“Todas as campanhas que eu fiz, eu sempre visitei igrejas, né, eu sou católico, mas sempre visitei igrejas, inclusive igrejas cristãs, evangélicas. Sempre falo no meu linguajar cotidiano, porque está incorporado, eu sempre digo: 'se Deus quiser'. Eu sou uma pessoa religiosa. Não há nada forçado neste sentido. E, aliás, a candidata não fez outra coisa se não passar a frequentar igrejas, coisa que habitualmente ela não fazia. Então isso dá um tipo de aquecimento que se transforma no que você falou. Agora o que eu quero dizer é que a base disso está no fato de que uma hora ela disse uma coisa e em outra hora ela diz o oposto. Aliás, não é o único caso que isso acontece”.*

Durante onze minutos e cinquenta e quatro segundos, tempo que durou a entrevista, apenas dois minutos e trinta e quatro segundos foram ocupados com a questão da confusão entre religião e política e com as acusações de posição favorável ao aborto pela candidata Dilma Rousseff. Ao dizer que a mistura entre religião e política não dá certo em lugar nenhum, a entrevistadora fala para o candidato, mas sua opinião não reflete, necessariamente, o que pode pensar os eleitores. Ao contrário, pode reforçar o posicionamento religioso do candidato.

O tema aborto é abandonado pelo JN a partir desta data. Somente no dia 28/10/2010 a questão volta a ser abordada para explicitar opinião atribuída ao Papa Bento XVI sobre o tema. O âncora William Bonner abre o JN dizendo o seguinte:

“O Papa instruiu hoje os bispos do Brasil a orientarem os fiéis para que não votem em candidatos que defendam o aborto. No encontro com bispos do Nordeste no Vaticano, Bento XVI disse que quando os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem, os pastores terão o dever de emitir um juízo moral, mesmo em matérias políticas. Segundo o Papa, projetos políticos que contemplem a descriminalização do aborto ou da eutanásia traem o ideal democrático”.

Depois da narrativa da posição atribuída ao Papa Bento XVI o JN não volta a abordar o tema¹³⁶.

¹³⁶ A posição do JN, a partir da manifestação do Papa Bento XVI atendeu ao melhor estilo do cânone: *Roma locuta, causa finita est*, ou seja, Roma falou, a causa está terminada.

No HGPE as questões da religiosidade e aborto foram tratadas em cinco programas, ou seja, nos dias 08/10/2010, 09/10/2010, 11/10/2010/ 13/10/2010 e 14/10/2010.

No dia 08/10/2010, primeiro dia da propaganda eleitoral gratuita na televisão, a candidata Dilma começa o programa agradecendo a Deus: *“Quero começar este segundo turno agradecendo a Deus...”*. O candidato José Serra igualmente não deixa o tema de fora. Após a chamada *“fé na vitória”* o candidato discursa: *“Com Deus, com amor no peito pelo Brasil, no nosso coração verde e amarelo. Braços dados, cabeça erguida e coração leve. Vamos à vitória pelo a Presidência e pelo Brasil!”*

No dia 09/10/2010 a propaganda do candidato José Serra faz uma retrospectiva de sua trajetória pessoal exibindo fotos desde a infância enquanto as mostra: *“Olha ele aí, posando para a foto. Essa aqui é da primeira comunhão”*. A candidata Dilma em encontro com eleitores (ou atores) ouve de um deles que *“a gente firmou mais ainda o pensamento, né? E a certeza na sua candidatura e no sucesso, com a graça de Deus, da sua eleição quando viu ali aquela unidade que tem entre você o presidente Lula”*. A candidata interrompe o eleitor e diz: *“É o mesmo projeto”*. E ele prossegue: *“Então o governo Lula pra gente é um governo família. É a sensação que ele traz, essa segurança, essa unidade, né? A candidata conclui: “...a favor da família, da vida, a favor da construção de uma sociedade mais justa e democrática”*.

No dia 11/10/2010 no final do programa o candidato José Serra aparece no vídeo falando que o dia seguinte seria feriado, dia da criança e de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e diz que quer deixar uma palavra de esperança, *“que nossas crianças nasçam e cresçam, num Brasil livre, com bons exemplos de união, de fé, de respeito à liberdade e aos valores cristãos”*.

A candidata Dilma Rousseff apresentou trechos do debate promovido pela TV Bandeirantes no dia anterior e expôs resposta dada ao candidato José Serra e que no HGPE intitulou de *“polêmica sobre o aborto”*:

“Inclusive, eu acho estranho você dizer certas coisas. Porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. Até eu concordo com a regulamentação porque eu sou contra tratar a questão das mulheres... das duas mulheres que morrem por dia ou, um dia sim um dia não nesse país por

aborto como uma questão de polícia. Entre prender e atender, eu fico com atender”.

No dia 12/10/2010 a propaganda do candidato José Serra utilizando o conceito imagem-mensagem narra que *“ter um filho não é uma escolha. São várias”*. Enquanto a narrativa segue falando de escolhas para o futuro e as motivações das escolhas são mostradas imagens de ultrassonografia de um feto, o momento do nascimento de um bebê, o primeiro choro de um recém-nascido e o carinho de uma mãe no recém-nato. Ao final é repetida a mensagem do dia anterior desejando que as crianças nasçam e cresçam.

No dia 13/10/2010 o candidato José Serra aparece no HGPE dizendo que

“a mulher brasileira quer moradia digna e quer os seus filhos longe das drogas, das más companhias, inclusive dos maus exemplos de corrupção, de desvio de dinheiro. A mulher brasileira é a primeira a zelar pela saúde da família. Não é assim na sua casa? É por isso que o nosso governo vai levar para todo o Brasil um programa que deu certo: o Mãe Brasileira, que eu já fiz como prefeito. Toda gestante vai ter direito a seis exames de pré-natal e vai saber antes em qual maternidade vai ter o bebê. Isso para acabar com o absurdo que acontece hoje no Brasil: há hora do parto, a mulher, às vezes, tem que correr de hospital em hospital em busca de uma vaga. Não tem sentido. Enfim, um Brasil que trata com carinho e respeito a saúde da mulher é o que nós queremos. E é esse Brasil que eu quero ver nascer. Deixa essa país nascer também no seu coração”.

A proposta verbalizada no discurso do candidato e em falas anteriores onde apareceram mulheres que receberam, em nome próprio, os imóveis para a família, nos remete ao conceito de que as mulheres cuidam melhor das coisas da família. O formato e apresentação da propaganda se apresentou incompatível com o conceito pretendido, pois ao acentuar a maior capacidade das mulheres em cuidar das coisas acabou promovendo o mesmo conceito tratado pela candidata Dilma Rousseff, que se beneficiava dele diretamente.

Em seguida, a propaganda de José Serra prossegue abordando a questão da vida, intercalando imagens de barrigas de grávidas, o sorriso de mulheres jovens apresentadas

como mães (uma mulher) e ao final um conjunto de mulheres grávidas em roupas leves e brancas, sob a seguinte narrativa:

“o dom da vida é o mais bonito e o mais sagrado que a gente recebe. Mãe Brasileira. Um programa do Serra que vai cuidar da mamãe e proteger a vida do bebê muito antes dele nascer. Consultas de pré-natal, apoio à saúde da mãe e do bebê. Mãe Brasileira. A favor da vida, a favor do Brasil”.

No dia 14/10/2010 o candidato José Serra, depois de falar de suas propostas diz “*eu vou fazer isto com honestidade de propósitos e Deus no coração*”, último dia em que o assunto volta a ser tratado no HGPE.

Ainda que a própria coordenação de campanha tenha atribuído à repercussão social do tema aborto como impedimento da vitória da candidata Dilma Rousseff no primeiro turno, conforme explicitado em entrevista da candidata no JN, pesquisa Datafolha¹³⁷ atribuiu maior peso às denúncias de tráfico de influência na Casa Civil, atribuídos aos filhos da ministra Erenice Guerra.

¹³⁷ Conforme site <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/caso-erenice-foi-determinante-para-mudanca-de-votos-em-dilma-no-1o-turno-diz-datafolha> disponível no dia 23/09/2011 às 01:36h.

QUADRO 8

Datas e canais nos quais foram exibidos o tema aborto e sua implicação religiosa

DATA	ASSUNTO	CANAL
29/set	Aborto	JN
30/set	Aborto	JN
09/out	Aborto	JN
08/10	Religião	HGPE
09/10	Religião	HGPE
11/10	Aborto	HGPE
12/10	Religião	JN
12/out	Religião	HGPE
13/out	Aborto	JN
13/ou	Aborto/religião	HGPE
15/out	Aborto	JN
16/out	Religião	JN
18/out	Aborto/panfleto	JN
19/out	Aborto	JN
28/out	Aborto/Papa	JN

5.2.4 – Casa Civil: Erenice, parentela e clientelismo; Paulo Preto: financiamento de campanha¹³⁸

No dia 13/09/2010 o apresentador William Bonner noticiou que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República começara a investigar uma denúncia da

¹³⁸ Ao fato da mídia acusar e julgar, em caráter irrecorrível, recebeu o seguinte comentário de Nilo Batista: “Esta *expedita truculência*, na sua modalidade comunicacional pós-moderna, o ‘linchamento virtual’, já é largamente praticado pela mídia. Sem defesa, sem qualquer garantia, sem processo, sem reflexão, reputações – de pessoas, mas também de instituições, e até mesmo de Poderes – são arruinadas da noite para o dia, quase sempre irremediável”. (Batista, 2004:46)

revista Veja publicada no fim de semana de que Israel Guerra, filho da Ministra da Casa Civil Erenice Guerra, teria atuado como lobista para intermediar negócios com o governo “*em áreas de interesse da ministra*”. O apresentador informa que a investigação teria sido solicitada pela própria ministra. A matéria comenta que “*segundo a denúncia ela teria se reunido com os envolvidos no suposto esquema*”.

A apresentação pelo âncora é seguida de uma narrativa em *off* de uma jornalista que refaz o roteiro dos lugares citados pela matéria da revista Veja, com imagens da sede da empresa Capital Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda (CACE), titularizada pelo filho da ministra, Saulo Guerra e por Sônica Castro, mãe do assessor jurídico da Casa Civil, Vinícius Castro (que no dia 18/09 será apresentado como compadre do filho da ministra) e sediada no endereço de outro filho da ministra, Israel Guerra. Enquanto faz a narrativa é mostrada a imagem da reportagem da Veja, a casa do filho da ministra, a capa da revista. Israel Guerra teria, segundo a narrativa em *off* da jornalista, que expõe trechos da reportagem da revista Veja, atuado na empresa representando os interesses de uma empresa aérea, a Master Top Airlines (MTA), em negócios com o governo e que receberia uma taxa de sucesso. A narrativa em *off* prossegue afirmando que o empresário Fábio Baracat, “*teve um encontro com Erenice Guerra que na época era secretária executiva da Casa Civil, quando a ministra era Dilma Rousseff, hoje candidata do PT a presidência*”.

A matéria prossegue com exposição da imagem da ministra de prédios públicos, veículos dos Correios, empresa que teria celebrado contrato com a MTA transportes aéreos. Ao se referir a uma nota editada pela ANAC e pelo empresário Fábio Baracat, apenas mostra as notas e expõe no vídeo alguns trechos, sem indicar a integralidade do conteúdo das mesmas. Igualmente em relação ao e-mail enviado por Israel Guerra à revista Veja. Em seguida é exibido organograma indicativo de parentes da ministra Erenice Guerra que teriam ocupado cargos públicos, o filho da ministra Israel Guerra, a irmã, Maria Eurízia Alves Carvalhos, que teria sido nomeada para uma empresa estatal de pesquisa energética e contratado o escritório de advocacia Antônio Alves Carvalho cujo sócio é “*ex-sócio dele, Márcio Silva, é coordenador jurídico do comitê da campanha petista à presidência*”. Depois de três minutos e vinte seis segundos de narrativa em *off* a jornalista aparece com um microfone na mão, sem qualquer entrevistado, e assim permanece narrando por mais vinte e cinco segundos. Trata-se da jornalista Poliana Abritta que, após, prossegue a narrativa em *off* por mais dezessete

segundos. A contagem do tempo que aqui se explicita tem por finalidade marcar a forma como é feito noticiário entre narrativas em *off*. Assim sendo, enquanto se exibem imagens aleatórias a jornalista com microfone na mão, sem qualquer entrevistado, faz narrativas e posteriormente novas narrativas em *off* são feitas com exibição de imagens diversas. O que se depreende é um conjunto de narrativas em *off* ou ilustradas por imagens diversas e não explicitação de fatos.

O relator da Comissão de Ética da Presidência da República, Fábio Coutinho, é ouvido por precisos dez segundos. Esta foi a única pessoa ouvida durante os cinco minutos e treze segundos iniciais da reportagem. Em seguida a apresentadora Fátima Bernardes diz que a candidata Marina Silva teria pedido rigorosa apuração dos fatos, o que é confirmado pelo repórter Leandro Rossito e a candidata aparece corroborando o que fora dito pelo repórter. A abordagem é retomada pela bancada de apresentação do JN onde o jornalista William Bonner diz que “*José Serra do PSDB também comentou a denúncia de tráfico de influência na Casa Civil*”, e o candidato aparece falando. A candidata Dilma Rousseff não comentou o assunto e foi exibida resposta que dera no debate organizado pela Rede TV no dia anterior. O tempo total da matéria é de oito minutos e quinze segundos, dos quais apenas dez segundos foram gastos com um entrevistado, qual seja, o relator da Comissão de Ética, além dos dois candidatos opositoristas ouvidos.

O apresentador William Bonner inicia informando que a ministra Erenice “*teria se reunido com os envolvidos no suposto esquema*”, mas no final da matéria já fala que o candidato “*José Serra do PSDB também comentou a denúncia de tráfico de influência na Casa Civil*”. Entre a afirmativa de que há um suposto esquema e a afirmação de existência de tráfico de influência transcorreu tão somente cinco minutos e quarenta e oito segundos, sem qualquer fundamentação que justificasse a mudança de posicionamento.

No dia 14/09/2010 o apresentador William Bonner disse que a Polícia Federal e a Controladoria Geral da União iriam investigar a ocorrência de tráfico de influência de Israel Guerra, filho da ministra Erenice Guerra e que parlamentares da oposição requereram que a PGR também investigasse o caso. Na sequência uma repórter narrando em *off* e exibindo imagens do símbolo da empresa MTA transportes aéreos e de prédios públicos comentava que em Campinas na sede da MTA restou somente uma

placa, pois segundo o porteiro a empresa não funciona mais lá. Comenta também que no Rio de Janeiro na sede da empresa há apenas um escritório de um despachante da empresa e em Brasília onde deveria haver uma filial a empresa não havia sinal da transportadora. E que a empresa com endereços desconhecidos tem quatro contratos com os Correios no valor de R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de reais). A repórter em *off* exibindo a imagem da ministra Erenice diz que “*segundo a reportagem da revista Veja desta semana a ministra Erenice Guerra sabia das negociações do filho e encontrou-se com o representante da empresa*”. Depois de um minuto e trinta e segundos de narrativa em *off* a repórter é mostrada, tratava-se da jornalista Poliana Abritta. Uma nota da ministra é exibida, sem ser lida, na qual afirmaria a exploração eleitoral e o pedido de investigação feito por ela, bem como a explicação que prestara ao presidente Lula. Em seguida são exibidas imagens de parlamentares da oposição que requereriam à PGJ investigação e se diz que a questão será analisada também pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República. É exibida uma rápida manifestação do Senador Álvaro Dias, da oposição, dizendo que “*estes crimes devem ser investigados*” e o Ministro da Justiça falou da instauração de inquérito pela polícia federal para as apurações.

Em seguida é exibida manifestação da candidata Dilma Rousseff que afirma estarem os fatos sendo apurados, por solicitação da própria ministra Erenice. Tanto a apresentadora Fátima Bernardes quanto o repórter Júlio Mosquera, em *off*, dizem que a candidata Marina Silva pediu rigor nas apurações, mas da fala da candidata não há referência ao que as duas narrativas lhe atribuem.

O assunto é encerrado com a chamada da apresentadora Fátima Bernardes que anunciou que o candidato Plínio de Arruda Sampaio começou o dia num visita à OAB e em seguida uma reporter em *off* diz que o candidato, que também é advogado, compareceu à convite da OAB e defendeu “*que a OAB tome a iniciativa de propor uma reforma política e comentou as denúncias envolvendo a Casa Civil*”. Mas, ao falar, o candidato faz menção à “*exclusão social*” e não ao que a repórter afirmara ter ele dito:

“Este é um problema que tem que ser discutido no país. Agora, não é o único problema a ser discutido no país. E nem é o problema, na minha opinião fundamental, porque isso só acontece por causa do resto do que acontece no

país. Isso só acontece por uma razão, porque o problema desse país se chama exclusão social”.

O tema tratado pelo candidato não foi abordado em nenhuma das narrativas, seja do âncora ou da repórter em *off*, qual seja a exclusão social. Depois da manifestação de Plínio de Arruda Sampaio a repórter apareceu e continuou narrando outras atividades da agenda do dia do candidato e sua imagem apareceu no vídeo. Era a repórter Cláudia Boitempo.

No dia 15/09/2010 William Bonner começa narrando que o procurador geral da República, Roberto Gurgel, dissera que considerava graves as denúncias de tráfico de influência que envolvem o filho da ministra da Casa Civil Erenice Guerra e que o advogada da empresa MTA tinha negado ligação com Israel Guerra, ao contrário do que teria sido admitido pelo próprio filho da ministra. Uma repórter fala da agenda de atuações da ministra que teria sido mudada naquele dia e que ela não aparecia em público *“desde que estourou o escândalo”*. Depois de longa narrativa sobre fatos já apresentados no dia anterior, quais sejam, a intermediação do filho da ministra em renovação de contratos entre a MTA e Correios, a repórter, enquanto exhibe um parecer sobre a renovação do contrato da MTA com os Correios, diz nele consta não ser possível saber se a empresa obedecia ao limite imposto de capital estrangeiro e que *“segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica o capital brasileiro tem de ser de pelo menos quatro quintos, ou seja, oitenta por cento”*. E prosseguiu em sua narrativa com a preocupação de comprovar que a empresa não atendia a tal requisito legal: *“os três aviões DC-10 usados pela empresa para transportar as cargas dos Correios são da norte-americana Centurion Cargo, com sede em Miami. O endereço é o mesmo da MTA nos Estados Unidos”*.

Importante observar que o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), cujo texto é exibido na tela, não corresponde às interpretações e narrativas da repórter¹³⁹ (Brasil: 1986). O CBA diz que quatro quintos das ações com direito a voto devem pertencer aos

¹³⁹Lei 7565/86 “art. 180. A exploração de serviços aéreos públicos dependerá sempre da prévia concessão, quando se tratar de transporte aéreo regular, ou de autorização no caso de transporte aéreo não regular ou de serviços especializados. art. 181. A concessão somente será dada à pessoa jurídica brasileira que tiver: (...) II - pelo menos 4/5 (quatro quintos) do capital com direito a voto, pertencente a brasileiros, prevalecendo essa limitação nos eventuais aumentos do capital social;”

brasileiros e não quatro quintos de todo o capital da empresa. A diferença é sensível, pois as empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima podem ter o capital social divididos em ações sem direito a voto, no limite máximo de dois terços e ações com direito a voto limitadas ao mínimo de um terço. Assim, no limite, uma empresa aérea que constituísse o capital social com um terço das ações com direito a voto teria que ter quatro quintos destas ações em mãos de nacionais e não quatro quintos do capital total, pois quatro quintos da terça parte do capital votante corresponde a pouco mais de vinte e seis por cento do capital social total.

Em seguida as sedes da empresa MTA são novamente visitadas pelos repórteres do JN, inclusive a sede de Campinas que no dia anterior havia sido dita como não mais pertencente à empresa. A repórter Poliana Abrittra entrevista o advogado da MTA que diz não ter o filho da ministra trabalhado na empresa, mas a jornalista afirma que Israel Guerra admitira em e-mail para a revista Veja que “*trabalhou no embasamento jurídico da renovação da licença da MTA para a ANAC*” e termina dizendo que o Procurador Geral da República considera as denúncias graves, ainda que não se exiba qualquer depoimento do Procurador. A apresentadora Fátima Bernardes diz que o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, pediu o afastamento imediato da ministra chefe da Casa Civil Erenice Guerra e que segundo ele as acusações são gravíssimas e que sua presença no governo pode influenciar as investigações internas. Mas, igualmente a manifestação do presidente da OAB não é exibida.

No dia 16/09/2010 a jornalista Fátima Bernardes abre o JN informando que cinco dias após a revista Veja colocar a ministra Chefe da Casa Civil sob suspeita de tráfico de influência ela deixou o cargo, mesmo negando as acusações, porque não resistiu a mais uma denúncia, desta vez publicada pelo jornal Folha de S. Paulo. O referido jornal publicou naquele dia denúncia de um empresário que o filho da ministra, Israel Guerra, fizera cobrança de comissão para liberar crédito no BNDES. O empresário citado pelo diário paulista chama-se Rubnei Quícoli, que pretendia um empréstimo de R\$ 9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais) para um projeto de energia solar no sertão nordestino, tendo sido sua empresa, EDRB do Brasil Ltda (EDRB), orientada por um servidor da Casa Civil, não indicado, a procurar a Capital Consultoria, que tinha como sócio Saulo Guerra, também filho da ministra.

O JN informa que Rubnei Quícoli tivera uma reunião na Casa Civil com a então Secretária Executiva da instituição, Erenice Guerra, e acentua que na ocasião “*a ministra era Dilma Rousseff*”. O “empresário” falou ao JN afirmando que teria sido chantageado tendo lhe sido solicitado uma importância em dinheiro “*para poder pagar alguma conta da então candidata Dilma*”. O entrevistado continua seu depoimento durante mais trinta e seis segundos onde cita pessoas que seriam beneficiárias da chantagem e aponta uma pessoa que lhe teria informado que se não pagasse o solicitado o projeto não seria aprovado. O JN é enfático ao dizer que a EDRB, de Rubnei Quícoli, não pagou a propina e expõe título de matéria jornalística: “*a gente não concorda pagar isso, confirmou EDRB*”.

Em seguida, em *off* e exibindo a imagem do “empresário”, o jornalista diz sobre este: “*Quícoli que respondeu a processos por receptação de produtos roubados e por coerção a uma testemunha diz que a denúncia não tem motivações políticas*”. Nos dezessete segundos seguintes o “empresário” fala que não tem filiação partidária, que é membro do Greenpeace e que, garoto, foi filiado a um partido, o PDT ou o PSDB, não sabendo também ao certo se a filiação foi concretizada. Diversamente de outro caso no qual o filiado era do PT¹⁴⁰, e que comprovadamente, foi excluído do quadro de filiados junto ao TRE-SP a reportagem não tratou da sua situação partidária. Houve referência a uma nota emitida pelo BNDES que apontava as razões pelas quais a empresa não obteve o empréstimo, que era de R\$ 2.250.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e cinquenta milhões de reais) fora porque era incompatível com o porte da empresa. Na sequência, o repórter Tunico Ferreira aparece segurando um microfone e narrando o seguinte: “*a denúncia foi publicada na revista Veja desta semana*”. Após, volta a falar da relação de Israel Guerra com a empresa MTA representada por Fábio Baracat. Os sócios da empresa EDRB emitiram nota afirmando que Rubnei Quícoli não representa a empresa, mas confirmaram o pedido de pagamento de taxa de sucesso para liberação do empréstimo.

Depois da reportagem com os sócios da empresa EDRB, que emitiram nota¹⁴¹ na qual afirmavam que as declarações prestadas por Rubnei Quícoli são de sua

¹⁴⁰ Ver o caso do contador Atella, na apreciação da quebra do sigilo fiscal da filha de José Serra.

¹⁴¹ “NOTA: Tanto as afirmações, quanto os documentos apresentados ao jornal Folha de São Paulo pelo Sr. Rubnei Quícoli, são de posse e conhecimento exclusivo deste último, que não responde legalmente pela empresa, nem tampouco, está habilitado a fazer declarações em nome da empresa, sua vinculação é ao projeto e não à empresa EDRB do Brasil Ltda. A empresa EDRB do Brasil Ltda e o Sr. Rubnei Quícoli

responsabilidade e que ele não representa a empresa, a apresentadora Fátima Bernardes passa a chamar Rubnei Quícoli de consultor e não mais de empresário e conclui *“também em nota o candidato do PMDB a governador de Minas Hélio Costa afirmou que o consultor é um indivíduo de reputação comprometida pelo envolvimento com roubo e receptação de dinheiro falso”*.

Em seguida a reportagem fala do pedido de exoneração de Erenice e expõe imagens suas arrolando dados da própria biografia e mostrando sua relação com a candidata Dilma Rousseff. Numa das imagens Erenice e Dilma são mostradas caminhando de braços dados enquanto a narrativa prossegue: *“Erenice sempre foi uma petista atuante, mas se tornou conhecida por ter sido o braço direito de Dilma Rousseff no governo Lula. Ela e Dilma se conheceram em 2002 na fase de transição”*. Segue-se uma longa descrição dos familiares da ministra Erenice e dos cargos públicos ocupados por seus parentes.

A apresentadora Fátima Bernardes diz que a candidata Marina Silva cobrou punição para os envolvidos no escândalo da Casa Civil. Segundo narrativa de William Bonner o candidato José Serra espera uma investigação séria sobre as denúncias contra a ex-ministra Erenice Guerra. A candidata Dilma Rousseff falou que o afastamento da ex-ministra decorreu de pedido da própria para que a apuração fosse realizada da melhor forma possível. A cobertura do assunto envolvendo a ministra Erenice Guerra ocupou quatorze minutos da programação do JN no dia 16/09/2010.

No dia 17/09/2010 William Bonner iniciou a apresentação do “Caso Erenice” no JN falando que os documentos, em poder do consultor Rubnei Quícoli, que derrubaram a ministra Erenice não somente serviram como prova de que o filho da ministra atuava como intermediário para a liberação de recursos no BNDES, mas também para ameaçar integrantes do governo e assim tentar conseguir o que queria e diz *“Rubnei já foi condenado pela justiça criminal e passou quase um ano preso em São Paulo”*. Trechos

buscavam conjuntamente o êxito do projeto da torre solar, todavia, suas pessoas não se confundem, nem tampouco, se verifica qualquer relação de emprego, de prestação de serviços, ou de sociedade entre ambos. Nesse sentido, a atuação do Sr. Rubnei Quícoli é autônoma, vinculada ao êxito do projeto, cabendo a si, tão somente a si, a responsabilidade pelas informações prestadas ao jornal Folha de São Paulo. Quem responde pela empresa EDRB do Brasil Ltda são somente os srs. Marcelo Escarllassara e Aldo Wagner. Era o que cumpria esclarecer. Aldo Wagner, Diretor Técnico e Marcelo M. Escarllassara, Diretor Comercial”. Disponível no site <http://www.edrb.com.br/ESCLARECIMENTO.html> no dia 02/10/2010 às 02:31h.

do contrato celebrado entre a empresa EDRB e a Capital Consultoria, cujo sócio era o filho da ministra Erenice, foram exibidos enquanto um repórter faz suas narrativas.

Continuando, o repórter em *off* narra as ameaças feitas pelo consultor a membros do governo e expõe vários trechos de e-mails por ele remetidos. Em seguida diz que “*as ameaças teriam dado algum resultado*” pois em e-mail de 06/02/2010, diz a narrativa em *off*, enquanto um e-mail é mostrado na tela, “*Quícoli anuncia aos sócios da EDRB, empresa que representava, que um acordo teria sido alcançado em uma reunião em Brasília*”. O consultor remetera missiva aos sócios da EDRB dizendo que teria tido uma reunião com um tal de Marco Antônio, a quem o repórter atribui ser um tio de Vinícius, ex-diretor dos Correios. Trata-se de um e-mail remetido pelo dito “consultor”, que voltou a ser chamado de sócio da empresa EDRB, tão somente. Mas, que serve para justificar a matéria. O resultado que o repórter diz terem sido resultantes das ameaças é o protocolamento de pedido de empréstimo feito pela empresa EDRB no BNDES em 26/02/2010, que foi negado em 29/03/2010 pelo banco oficial. Apesar de toda a credibilidade dada ao personagem o repórter Tônico Ferreira diz:

“o consultor Rubnei Quícoli é conhecido da justiça; foi levado sete vezes para delegacias. A primeira passagem em 1987 foi por receptação de produtos roubados, em outra foi pego com dinheiro falso, a última detenção foi em 2005 por desobediência a ordem judicial. Condenado pela justiça ficou dez meses presos em dois presídios. Mesmo assim foi recebido pela Casa Civil”.

A tentativa de um golpe de um estelionatário, que o JN classificava, ora como empresário, ora como consultor e em outros momentos como sócio da EDBR, é mostrada como relação criminosa, ainda que de tal tentativa de obter recursos não tenha resultado qualquer dano aos cofres públicos, porque o empréstimo pedido fora negado. O “consultor” questiona porque sua vida não foi “checada”, por saberem que estava lidando com ele, pois, segundo ele, checou a vida de todos lá. No prosseguimento, a apresentadora Fátima Bernardes diz que a Comissão de Ética da Presidência da República aplicou uma censura pública à ex-ministra e abriu oficialmente a investigação sobre tráfico de influência. A repórter Poliana Abritta prossegue falando dos parentes da ex-ministra que ocuparam cargos no governo sem que tal fato fosse informado e o ministro das Relações Institucionais dá declaração em rádio, cujo áudio é exibido, no

qual afirma que “*O governo não monta um serviço de inteligência próprio, específico, para investigar a vida dos seus servidores, né, nem dos seus familiares*”. A declaração, expressando a inexistência de um serviço de inteligência que vigie os servidores ou seus familiares foi da seguinte forma interpretada pelo procurador Marinus Marsico do TCU: “*Tem que verificar sim. Tem que verificar se tem parentes ou se não tem. Nós temos leis neste país. Nós temos leis que proíbem nepotismo, né?*” A questão verificação de parentesco não se confunde com a montagem de serviço de inteligência para investigar vida privada dos funcionários ou seus parentes. Os próprios ministros são obrigados a declarar os parentes a eles subordinados. Daí a aplicação da pena de censura pela ministra que não o fez. A crítica feita pelo procurador do TCU não corresponde às declarações do ministro das Relações Institucionais.

Depois de falar do dia das candidatas Dilma Rousseff e Marina Silva a apresentadora Fátima Bernardes voltou ao tema da Casa Civil e mostrou as declarações de José Serra que disse não poderem os fatos ser encarados como naturais, tal como já observara a narradora. Fátima Bernardes encerra dizendo que “*o Palácio do Planalto não quis comentar as declarações de José Serra*”, tal como se o governo tivesse que comentar as declarações dos candidatos.

No dia 18/09/2010 o apresentador do JN começa informando que o TCU irá investigar os fatos e entrevistar o procurador junto àquele órgão que diz haver indícios de tráfico de influência pela sucessão de coincidências. Em seguida o JN noticia que segundo a revista Veja funcionários da Casa Civil teriam recebido no ano anterior vantagem para a aquisição emergencial de remédios dentre eles “*Vinícius de Oliveira Castro, compadre a apontado com sócio do filho da ex- ministra Erenice Guerra. A denúncia segundo a revista partiu de Marco Antônio Oliveira, tio de Vinícius e ex- diretor dos Correios, demitido do cargo por Erenice*”. O ministro da Saúde deu entrevista dizendo que a aquisição do remédio fora feita pelo próprio ministério, sem qualquer ingerência da Casa Civil, mas que requeria à polícia federal apuração das denúncias. O senador Álvaro Dias, do PSDB, aparece dizendo que quer que a candidata Dilma Rousseff vá ao Senado explicar os fatos, porque teriam ocorrido quando ela era ministra no que é refutado pelo ministro das Relações Institucionais que diz estar a oposição querendo tirar proveito de denúncias a população terá oportunidade de conhecer a verdade que será apurada pela polícia federal. O assunto também é abordado

pelo candidato José Serra que tentou apresentar tom indignado porque teria havido corrupção com dinheiro para aquisição de remédio. A candidata Dilma Rousseff declarou em entrevista que toda denúncia há de ser apurada e que esta é sua posição muito clara. A repórter Lilia Teles disse que “*a candidata do PV fez declarações sobre as mais recentes denúncias envolvendo servidores da Casa Civil*” e ela aparece dizendo que “*as denúncias mostram o que eles querem para o Brasil*”.

No dia 20/09/2010 o tema das denúncias na Casa Civil começa a ser abordado por William Bonner observando que a candidata do PV Marina Silva dissera ser preciso corrigir os erros que levaram a denúncia de tráfico de influência no governo, mas não há declaração da ministra que corresponda às narrativas do âncora. Em seguida, a apresentadora Fátima Bernardes noticia que o diretor de operações dos Correios se exonerou em razão das denúncias feitas pela revista Veja e que era a quarta demissão de envolvidos nas denúncias. Em *off* uma repórter narra a demissão e diz que antes de ser nomeado diretor de operações o coronel Eduardo Arthur Rodrigues, exonerado diretor da diretoria de operações dos Correios, “*foi diretor da MTA Linhas Aéreas, empresa que tem quase sessenta milhões de reais em contratos com a estatal*”. A repórter continua dizendo que Segundo o jornal O Estado de São Paulo do domingo antecedente o coronel seria testa de ferro do argentino Alfonso Rey. A repórter diz: “*o presidente dos Correios defendeu o diretor, mas disse que não investigou o seu passado*”, tal como se coubesse ao presidente dos Correios fazer investigações sobre os diretores nomeados por terceiros. Em continuidade a repórter, sempre em *off*, fala da empresa Unicell, sediada em São Paulo e presidida pelo padrinho de casamento da ministra Erenice na qual teria trabalhado, “*segundo o jornal Folha de São Paulo de ontem*”, o marido da ministra José Roberto Camargo Campos. A repórter diz que a Unicell conseguiu um atestado de habilitação técnica por serviços experimentais, com o qual participou de licitações. A empresa teria conseguido também a autorização para explorar telefonia móvel via rádio, sem licitação. O presidente da ANATEL que teria autorizado, ao deixar a agência, virou consultor da Unicell e o advogado da empresa se tornou assessor da Casa Civil. Ao final aparece a repórter que fazia a narrativa em *off*, Poliana Abritta.

No dia 22/09/2010 o apresentador do JN informou que a polícia federal intimou denunciante para depor e Fátima Bernardes que uma filha do presidente dos Correios pediu demissão de cargo que ocupava na Casa Civil, nomeada pela Ministra Erenice.

No dia 23/09/2010 Fátima Bernardes contou que o empresário Fábio Baracat confirmou que contratara o filho da ministra Erenice para resolver problemas em órgão público e que teve encontro social com ela. Mas, nenhum depoimento foi exibido.

No dia 25/09/2010 o JN, apresentando pelo jornalista Chico Pinheiro, comentando uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, exibe um documento que confirmaria o pagamento de dinheiro para o filho da ex-ministra Erenice Guerra feito por um representante de uma empresa de carga que precisava renovar sua licença na ANAC. Em *off* uma repórter diz que “o jornal O Estado de São Paulo teve acesso aos papéis, entre eles cópia de depósito bancário de cento e vinte mil reais” em favor da empresa Capital Assessoria e Consultoria, “empresa de Saulo Guerra, filho de Erenice Guerra, mas que seria na verdade de seu irmão Israel Guerra e do compadre dele Vinícius Castro que era assessor da Casa Civil”.

O filho da ministra afirma que recebera tais valores por haver sido contratado para formular o embasamento jurídico da pretensão da empresa e que “o dinheiro não foi propina”, conforme narrado pela jornalista, sempre em *off*. Em seguida, fazendo matéria jornalística sobre publicação jornalística – publicada no citado diário paulista - o JN continua sua narrativa, sem entrevistar qualquer pessoa ou trazer novas fontes de informação: “Ainda segundo a reportagem, Israel Guerra e seus sócios, também tentaram cobrar propina de R\$ 50.000,00 para reduzir o valor de uma multa imposta pela Infraero à MTA”. A reportagem narra as informações contidas no jornal, num processo de produção de matéria sobre matéria, tal como a reprodução de reportagens da revista Veja.

No curso da narrativa a repórter Délis Ortiz é focalizada com um microfone na mão, ainda que a ninguém esteja entrevistando ou esteja em local que demande o seu uso. Em seguida são exibidos os apresentadores do JN, que narram o que teria sido dito pelos advogados dos citados, fala de uma nota da ANAC e outra da Infraero, sem lhes mostrar o conteúdo ou lê-los. Em nenhum dos momentos o noticiário foge ao padrão narrativo, sem explicitação de documentos ou oitiva de entrevistados.

No dia 28/09/2010 Fátima Bernardes noticiou que o “consultor” foi ouvido por sete horas na polícia federal e que “na saída Quícoli disse que o grupo vendia facilidades para liberar empréstimos junto ao BNDES”; que também foram ouvidos os

sócios da empresa que pediu o empréstimo. A entrevista com Rubnei Quícoli não é exibida, nem total nem parcialmente. Em seguida a apresentadora diz que “*faltam apenas cinco dias para as eleições e que o brasileiro precisa ficar atento a alguns detalhes na hora de votar*” e um entrevistado na rua aparece no vídeo dizendo o seguinte: “*Esse ano, essa eleição parece que está meio embolada, né?*” Uma narração em *off* sugere modelos de cola para votar. Mas, aquela narrativa tanto pode induzir a um eventual empate técnico nas intenções de voto, - na medida em que a eleição estaria embolada -, quanto ao assunto que antes era tratado sobre os escândalos apontados, num processo de criminalização da política. Mas, igualmente a reportagem poderia estar se referindo aos documentos a portar para a eleição pois, embora a reportagem dissesse serem necessários identidade e título de eleitor, o judiciário ainda não havia definido quanto à necessidade de porte dos dois ou de apenas um dos documentos.

No dia 29/09/2010 a apresentadora Fátima Bernardes diz que dois envolvidos no evento que implicou na exoneração da ex-ministra Erenice Guerra, Vinícius Castro e Sônia Castro, compareceram à polícia federal para prestar depoimento, mas se mantiveram em silêncio, por recomendação do advogado. A repórter Camila Bonfim¹⁴² narrou, em frente à sede da polícia federal em Brasília, que a ex-ministra Erenice ainda não tinha sido chamada para depor, mas seus filhos Saulo e Israel já estavam com depoimentos marcados para a semana subsequente, pois a polícia federal levou mais de uma semana para notificá-los, “*e só conseguiu porque o advogado deles procurou a PF*”. A cobertura do JN explicita a pretensão de pautar o cronograma das investigações, a fim de que fossem feitas à toque de caixa até o dia das eleições¹⁴³. Fica explícita na abordagem que não se concluindo as investigações até a data das eleições isto decorreria da morosidade nas intimações ou falta delas. Como exemplo é citada a falta de designação de data para ouvir a ministra Erenice Guerra. Mostrando a imagem do

¹⁴² A grafia “Bonfim”, com “n” não se repete no dia 30/09/2011, quando passa a ser grafado “Bomfim”, com “m”.

¹⁴³ Nilo Batista em análise sobre o comportamento e comentários feitos no JN disse o seguinte: “*O Jornal Nacional de sexta-feira passada, 7 de maio de 2004, logo após a notícia sobre os vultosos depósitos bancários suíços atribuídos a um líder político conservador paulista, o comentarista Arnaldo Jabor – aquele que, como já observou, reinventou a confortável indignação a a favor do sistema – responsabilizou o Poder Judiciário por ruma suposta demora na revelação dos fatos. Ou seja, exatamente o Poder Judiciário, que viabilizou o disclosure bancário revelador, era responsabilizado pela longa e prestigiada carreira de um quadro cortejado por todos os governos federais desde os militares, inclusive, que suspiravam pelo apoio parlamentar do partido por ele dirigido e por vezes favoreceram eleitoralmente sua carreira; culpa do Judiciário!!!*” (Batista, 2004: 46)

ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, a repórter Camila Bonfim¹⁴⁴ narrou que “*para o ministro da Justiça a polícia federal tem um cronograma adequado das investigações*” e em seguida o ministro aparece dizendo: “*Ela tem um calendário; um calendário que passa pelo levantamento de provas, por oitiva de testemunhas. E, esse calendário não pode coincidir... não deve coincidir com o calendário eleitoral*”.

No dia 30/09/2010 a apresentadora Fátima Bernardes relatou que a Controladoria da União divulgou um relatório parcial sobre a apuração das denúncias de tráfico de influência na Casa Civil e concluiu: “*a Controladoria, que é um órgão do governo federal, só vai completar a investigação depois das eleições*”. Uma jornalista em *off* narra que a Controladoria da União analisou contratos, pagamentos e licitações que foram feitas em duas semanas “*e não atingem o foco das denúncias*”. Retomando a discussão sobre o tempo no qual as decisões devam ser tomadas, se no da institucionalidade e procedimentalidade ou no tempo eleitoral, a repórter Camila Bonfim¹⁴⁵ diz que:

“há três dias da eleição ficaram para uma segunda etapa da fiscalização os contratos de quase 60 milhões de reais entre a MTA linhas aéreas e os Correios. Negócios que só foram fechados porque a empresa conseguiu a renovação da licença de voo na ANAC, pagando o filho da ex-ministra, Israel Guerra”.

A narração da repórter toma como certa que os contratos somente foram celebrados porque houve o pagamento que possibilitou o licenciamento da empresa, mas em seguida volta a tratar do filho da ex-ministra como suspeito, qualidade daquele contra quem ainda não se tem culpa formada, quando da narrativa ele cometeu os fatos imputados. “*Ele [Israel Guerra] é suspeito de usar a influência da mãe para regularizar a situação da MTA*”.

No segundo turno das eleições o tema em questão volta a ser abordado no dia 11/10/2010 pelo JN. Começa com um acompanhamento de uma missa em Aparecida/SP, oportunidade na qual a repórter Karen Schmidt narra que a candidata concedeu coletiva após a liturgia, na qual falou de sua religiosidade e diz: “*Dilma foi*

¹⁴⁴ A grafia “Bonfim”, com “n” não se repete no dia 30/09/2011, quando passa a ser grafado “Bomfim”, com “m”.

¹⁴⁵ Diferentemente do dia anterior o nome está grafado “Bomfim”, com “m”.

questionada sobre a pesquisa do Datafolha que indicou que as denúncias contra a ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra tiveram mais influência na mudança de votos do eleitor do primeiro turno do que os temas ligados à religião”. A candidata não é exibida dizendo o que se lhe atribuiu.

No dia 14/10/2010 pela primeira vez é apresentado no JN ação de partidários da candidatura de Dilma Rousseff criminalizando a candidatura de José Serra. A apresentadora Fátima Bernardes diz que a bancada do PT de São Paulo entrou com uma representação no Ministério Público Estadual contra José Serra, candidato do PSDB à presidência da República e contra funcionários da empresa que constrói e administra rodovias em São Paulo.

Em *off* o repórter Tônico Ferreira narra que

“os deputados estaduais do PT pedem que sejam investigados o ex-governador José Serra e dirigentes e ex-dirigentes da Dersa, a estatal que cuida das rodovias paulistas, entre eles o ex-diretor de engenharia Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto”.

O pedido de investigação se baseia, segundo a reportagem, numa matéria da revista ISTO É, que publicou que o engenheiro Paulo Preto arrecadara ilegalmente pelo menos R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a campanha de José Serra que não teriam chegado ao comitê do candidato. Entre as fontes fundamentadoras do pedido de investigação estaria uma entrevista com o vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge falando do desvio. A reportagem mostra matéria no jornal Folha de S. Paulo na qual Eduardo Jorge negaria a acusação feita ao ex-diretor da estatal paulista e uma frase a ele atribuída é mostrada no vídeo: *“Minha frase foi distorcida”*. A reportagem ainda traz desmentido de Paulo Vieira de Souza, alcunhado Paulo Preto, no mesmo jornal onde uma frase a ele atribuída é destacada: *“Mas, esse negócio de caixa dois, isso não”*. Imagem do presidente do PSDB é exibida diante de microfones e o repórter diz que ele teria afirmado que *“a iniciativa do PT não vale nada e que não preocupa o partido”*. Mas, a fala não é do próprio político; apenas narrativa do repórter. Segundo a matéria *“o PT também pede que se investigue a filha de Paulo Vieira de Souza, funcionária de um escritório de advocacia que defende empreiteiras que prestam serviços para a Dersa”*. Uma nota do escritório de advocacia é exibida na qual se lê que ela ingressou no

escritório em 01/06/2006 e que são inconsistentes e maldosas as tentativas de vincular o nome do escritório com qualquer ilicitude.

Diversamente das denúncias contra pessoas ligadas á candidatura de Dilma Rousseff ou à presidência da República a matéria do JN sobre matéria da revista Isto É é acompanhada dos desmentidos, desacreditando as acusações.

No dia 18/10/2010 William Bonner após informar que a justiça atendeu ao pedido da polícia federal no sentido de estender por trinta dias a investigação de tráfico de influência no ministério da Casa Civil, comenta: “*ou seja, o trabalho não será concluído antes da eleição*”. A expressão “*não será*” é afirmada com bastante ênfase e até certo histrionismo do apresentador. Repete-se o padrão no qual a mídia quer que as instituições realizem os seus trabalhos no tempo em que demanda, a despeito da procedimentalidade institucional que enseja a realização de cada coisa no seu tempo, num conjunto coordenado e pré-ordenado de atos.

O apresentador prossegue noticiando:

“a polícia federal informou que copiou os arquivos de cinco computadores do ministério, inclusive o da ex-ministra Erenice Guerra, que deixou o cargo por causa das denúncias e também do filho dela, Israel. Mas, o delegado responsável ainda não marcou data para ouvir Erenice. E também, na investigação interna do ministério a Casa Civil prorrogou por trinta dias os trabalhos de conclusão da sindicância”.

No dia 19/10/2010 o casal William Bonner e Fátima Bernardes entrevistam o candidato do PSDB José Serra. Diversamente do tipo de comportamento inquisitorial que tiveram com a candidata Dilma Rousseff, questão que foi analisada em passagem precedente, antes de perguntar sobre a acusação, em apuração, de que o assessor do candidato, Paulo Preto, teria se apropriado de parte das arrecadações irregulares para a campanha o entrevistador faz referências bastante elogiosas a José Serra.

“Candidato, na sua propaganda eleitoral o senhor tem mostrado obras grandes que realizou como governador em São Paulo... rodoanel... ampliação da marginal do Tietê. Estas obras foram tocadas em parte ou totalmente pela Dersa, que é a empresa estadual que cuida disso. Quando o senhor era governador o diretor da Dersa era Paulo de Souza, também

conhecido como Paulo Preto por alguns. Paulo Preto foi acusado de ter arrecado ilegalmente dinheiro para a campanha do PSDB e de ter ficado pra ele. O PSDB e o senhor já negaram essa afirmação; disseram que não houve esta arrecadação. Mas, o fato é que antes de os senhores negarem isso, Paulo Preto ao jornal Folha de S. Paulo disse o seguinte: eh... 'não se abandona um líder ferido na estrada'. O que que ele quis dizer com isto"?

A pergunta foi transcrita na íntegra para bem dimensionar a questão. A pergunta começa com um elogio sobre as grandes obras realizadas pelo candidato quando governador em São Paulo. Em seguida aborda a apropriação de recursos por Paulo Preto, quando o que foi denunciado não diz respeito à apropriação, mas a arrecadação irregular e as razões das doações. Além disto, a pergunta, da forma como foi formulada já contém a resposta, ou seja, já trás a assertiva de que o fato foi negado. Ao final, o conteúdo da pergunta é sobre uma frase dita por Paulo Preto.

O candidato José Serra se limita a dizer que o fato não ocorreu e que se tivesse acontecido ele teria sido vitima e quanto á frase, que o entrevistador, diz que parece uma ameaça, o candidato diz que se trata de problema de partidos, onde uns gostam de uns e outros de outros.

O entrevistador fala ainda que Paulo Preto ocupou cargo relevante no Governo Serra e que teve uma filha que ocupou cargo no governo que poderia ensejar acusação de nepotismo. O candidato respondeu dizendo que a filha de Paulo Preto foi contratada pela competência, porque fala dois idiomas, que sequer a conhecia e que somente depois soube tratar-se de filha de um diretor de empresa. E que trabalhava no cerimonial, sem poder decisório.

No dia 25/10/2010 William Bonner principia o JN informando que a ex-ministra depôs naquele dia na polícia federal e que negou participação no tráfico de influência na Casa Civil, e completou dizendo em tom de voz mais baixo e trejeitos com as mãos, “*mas se lembrou de uma reunião com um dos acusadores*”. Em seguida uma repórter em *off*, expondo imagens da ex-ministra saindo da sede da polícia federal afiança que ela caiu em contradição ao reconhecer ter tido reunião com Rubnei Quícoli, quando ainda era secretária executiva da Casa Civil em novembro de 2009, o que teria sido negado pela Casa Civil no mês anterior.

A repórter prossegue narrando em *off* :

“segundo a denúncia a empresa [EDRB]¹⁴⁶ tentava um empréstimo do BNDES para um projeto de energia alternativa. Para conseguir o dinheiro teria que contratar o filho de Erenice, Israel Guerra, pagar uma comissão e ainda fazer um repasse para a campanha da candidata do PT Dilma Rousseff. O Negócio não foi feito. Mas, a denúncia motivou a demissão de Erenice Guerra”.

A repórter era Cristina Serra e continuou narrando o que teria sido o depoimento prestado pela ex-ministra Dilma Rousseff.

Enquanto o assunto relacionado à acusação de tráfico de influência na Casa Civil foi tratado no JN, durante o primeiro turno, em treze edições, somente foi tratado no HGPE em quatro ocasiões. Diferentemente no segundo turno, o JN o aborda em cinco edições o HGPE o faz em oito ocasiões.

No HGPE do dia 11/09/2010 a propaganda do candidato José Serra termina com referência à matéria publicada pela revista Veja. Um ator, com aparência indignada fala: *“E neste sábado, mais um escândalo. A denúncia da maior revista do Brasil”.* Em seguida é exposta a capa da revista Veja e a narrativa em *off*:

“Veja: Erenice Guerra, braço direito de Dilma na Casa Civil e que ficou no lugar dela, acusada num esquema de propina dentro do Palácio do Planalto. Um empresário declarou: Erenice e o filho dela me cobravam por empreitada. A taxa era de 6% do valor dos contratos. A revista revela: o primeiro pagamento aconteceu em dezembro passado, quando Dilma ainda era ministra e Erenice sua auxiliar. Ministério da Casa Civil, Zé Dirceu veio primeiro, Dilma veio depois e deixou Erenice no seu lugar. É isso que você quer para o Brasil?. Você conhece mesmo essa turma? O que você sabe sobre ela”?

Paralelamente à narrativa, imagens vão sendo expostas. Inicialmente é mostrada a capa da revista Veja, depois uma foto da ex-ministra Erenice ao lado da candidata Dilma Rousseff, uma foto de Lula na posse de Erenice, a manchete da matéria da revista Veja intitulada *“o polvo no poder”* e destaque das declarações. Ao começar a narrar os

¹⁴⁶ Enquanto a repórter narra em *off* o nome da empresa e outras informações vão sendo expostos na tela, buscando o estabelecimento de links entre si.

ocupantes da Casa Civil as fotos vão sendo mostradas e colocadas em ordem. Primeiro José Dirceu, depois Dilma Rousseff, depois Erenice Guerra. Ao se fazer a pergunta final são acrescentadas as fotos de Fernando Collor e de José Sarney.

No dia 16/09/2010 um ator fala que o governo do PT a cada dia se enrola mais e é exibida a manchete do jornal Folha de S. Paulo onde se lê que *“filho de ministra Erenice Guerra pediu 5% de comissão para aprovar financiamento para a empresa”*.

A denúncia formulada por uma pessoa que tentou um estelionato e com muita ficha criminal por fatos desta natureza é tratada como fonte confiável, sem a existência de qualquer outra que a corrobore. A narrativa diz *“diz o jornal: a empresa recebeu proposta de doar 5 milhões de reais para eleição de Dilma. Dilma e Erenice, juntas desde 2003. As duas 20 entraram no lugar de Zé Dirceu”*. Em seguida a propaganda mostra momento de posse da candidata Dilma Rousseff, em substituição ao ministro José Dirceu no qual este diz: *‘Senhora Dilma Rousseff, minha camarada de armas!’* e continua: *“agora, Zé Dirceu prepara a sua volta”*. Em seguida é exibida manchete do jornal O Globo onde se lê, enquanto a narrativa prossegue em *off*; *“Zé Dirceu: PT terá mais poder com Dilma do que com Lula”*.

A propaganda eleitoral do candidato José Serra é excludente e desconsidera que o José Dirceu apenas teve o mandato cassado, que não foi ainda julgado pelo STF nem teve direitos políticos suspensos. Enquanto acusa Dirceu, tal como se fora um proscrito da vida política o candidato, do PSDB é apoiado pelo PTB, cujo presidente nacional, Roberto Jefferson, também teve o mandato parlamentar cassado.

No dia 18/09/2010 a propaganda do candidato José Serra mostra a edição da revista Veja daquele dia que mantém a mesma matéria em pauta na capa. Desta vez a capa da revista Veja está escrito: *“a alegria do polvo”* e o ator diz que *“as denúncias estão na edição deste sábado da revista Veja e envolvem pagamento de propina a poucos metros da sala de Dilma”*.

A narrativa prossegue atribuindo à revista Veja veracidade de fatos narrados por fontes que o ensino do jornalismo recomenda colocar em dúvida.

“A revista afirma: ‘o funcionário Vinícius Castro confessou ter recebido na Casa Civil, a poucos metros do gabinete de Dilma R\$ 200 mil em dinheiro

vivo. O dinheiro seria um 'presentinho', um pacote de propina obtido pela Tuma da Casa Civil em cima de uma compra de remédio. Era uma espécie de 'cala-a-boca', pra ninguém falar nada. Diz a Veja: O mais assustador é repartir ali mesmo, nas dependências do poder executivo, perto do presidente da República e ao lado da então ministra e hoje candidata Dilma Rousseff”.

O debate eleitoral é norteado por assunto policial e o espanto da revista Veja e da propaganda do candidato Serra é com eventual partilha de corrupção no âmbito das dependências do Palácio do Planalto, tal como se a realização feita em outro lugar fosse lícita.

No dia 21/09/2010 o candidato José Serra diz querer começar o programa falando sobre o que está acontecendo no Brasil no presente momento e fala de mais um escândalo e mais uma vez envolvendo a Casa Civil. O candidato em tom indignado questiona sobre o Brasil que se deixará para os nossos filhos e que exemplo se está sendo dado, onde escândalos envolvendo dinheiro público são expostos todos os dias.

O candidato José Serra reduz á questão política a uma questão moral e diz que

“A política no Brasil hoje vive mesmo um problema de caráter. Um problema de maus exemplos. A economia melhorou, os bens materiais são importantes, sem dúvida nenhuma, mas o caráter, a honestidade, o comportamento ético estão acima de tudo. E se isto vale para as pessoas, vale muito mais para o país. E é isto que está em jogo nesta eleição. O Brasil que eu defendo é o Brasil honesto, é o Brasil do bem”.

O discurso do candidato José Serra despolitiza o Estado e a política e o trata como se permeados por valores que orientam as relações pessoais ou valores que fundamentam o Estado Ético (Bobbio, 1991) cuja finalidade repousa em velar pela virtude dos cidadãos.

No dia 09/10/2010, no HGPE destinado à candidatura de José Serra exibe uma atriz referindo-se à candidata Dilma Rousseff e pedindo explicação, em tom de conversa informal na qual se dirige a ela com a expressão “*Dilma, cá entre nós, de mulher para mulher. Tem coisa que a gente não pode deixar pra lá, concorda? Eu li aqui uma notícia fresquinha de sua amiga Erenice*” A performance da atriz, em tom coloquial

atribuiu à publicação jornalística credibilidade e lhe permite continuar falando em tom de censura moral, própria das relações tradicionais. E continua:

“Esse caso da Erenice, que coisa mais mal parada, né? Poxa, vocês eram tão amigas, se conheciam tão bem. Erenice era seu braço direito, ficou no seu lugar na Casa Civil. De repente esse rolo todo, Polícia Federal, inquérito, processo, coisa triste, não é mesmo? Essa Casa Civil está encrencada, né? Primeiro foi o Zé Dirceu, agora Erenice. Afinal, Dilma, conta pra gente, como é que vai acabar este caso da Erenice, heim”?

A linguagem utilizada é a de uma dona de casa provocativa “tricotando” com uma rival numa sociedade tradicional. A locutora está postada numa cadeira, com óculos pendurado pescoço e num ambiente doméstico de fim de tarde, evocando a posição das donas de casas depois da jornada diária. O tom é conservador, crente na notícia publicada e questionador do papel das instituições.

No dia 16/10/2010 a propaganda de José Serra diz que quando nomeada para a Casa Civil a candidata Dilma Rousseff fez questão de levar seu braço direito, com quem estava junta desde o ano de 2002 e exibindo exemplar do jornal Folha de S. Paulo circunda em vermelho a manchete: *“novas acusações derrubam ex-braço direito de Dilma”*. Em seguida, visando desqualificar a candidata diz que ela não conseguiu acertar na escolha nem de uma auxiliar e que deixou em maus lençóis até o presidente Lula. E termina dizendo que o Brasil não merece isto. Esta propaganda é repetida no dia 17/10/2010.

No dia 18/10/2010 uma atriz exhibe trechos de debate no qual a candidata Dilma Rousseff fala do caso noticiado na Casa Civil envolvendo a ministra Erenice e afirma que a ministra foi exonerada, foi determinada apuração e dezesseis pessoas já tinham sido ouvidas. Ao mesmo tempo diz que diferente age o candidato José Serra, pois não consta qualquer investigação referente ao fato denominado *“Castelo de Areia”*, envolvendo Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, conforme já denunciado pela revista Veja.

Em seguida o HGPE da candidata Dilma faz um resumo do caso *“Castelo de Areia”* e expõe algumas reportagens. Primeiro da revista Isto É, na qual foi noticiado

que líderes do PSDB denunciaram Paulo Preto por ter arrecadado e desviado quatro milhões destinados à campanha eleitoral de José Serra do ano de 2010.

Um ator aparece dizendo que Serra no dia 11 negara a apropriação do dinheiro e que sequer conhecia Serra. O HGPE exhibe uma entrevista de Paulo Preto ao jornal Folha de São Paulo no qual diz que “*não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada*” e na qual também faz ameaça: “*não cometam esse erro*”. O ator diz que Serra entendeu o recado e no dia seguinte afirmou que conhecia Paulo Preto e que ele era “*totalmente inocente*”.

O HGPE segue dizendo que Serra não poderia desconhecer Paulo Preto, pois ele era diretor da Dersa no seu governo, responsável por obras que o Ministério Público e o Tribunal de Contas afirmam cheias de irregularidades, que ele nomeou a filha de Paulo Preto para trabalhar no governo e que igualmente não era totalmente inocente, pois já fora preso por receptação objeto produto de crime.

Num trecho de apenas um minuto e trinta e três segundos de matéria sobre Paulo Preto são citadas três publicações jornalísticas e exibidos quatro exemplares, pois o jornal Folha de S. Paulo é exibido duas vezes, o que evidencia o larga influência do debate eleitoral pela mídia.

No dia 19/10/2010 o candidato José Serra de forma discursiva fala de continuidade, mas diz que algumas coisas não podem continuar, dentre elas os escândalos da Casa Civil, assim como os desvios de dinheiro público e as invasões de terra.

No dia 20/10/2010 o último minuto do programa eleitoral gratuito do candidato José Serra volta a falar de problemas de improbidade no âmbito do governo federal e os relaciona à candidata Dilma Rousseff. As afirmações são amparadas em matérias jornalísticas da revista Época e do jornal Folha de S. Paulo. A propaganda termina com as fotos de Valter Luiz Cardeal, diretor da Eletrobrás, Erenice, Dilma Rousseff e José Dirceu, nesta ordem e a frase estampada na tela: “*o Brasil não merece isto*”. A ordem das fotografias não correspondem à ordem da narrativa, pois a primeira referência falada é a José Dirceu, seguido de Erenice, Cardeal e Dilma. O filme é repetido no dia 21/10/2010.

No dia 26/10/2010 o HGPE gratuito começa com a propaganda de José Serra exibindo um direito de resposta concedido pela justiça eleitoral, dentro do horário da candidata Dilma Rousseff. O direito de resposta se refere à acusação feita pela candidatura de Dilma Rousseff de que a candidatura de José Serra conta com financiamento ilegal, do que seria indício o desvio de renda praticado por Paulo Preto. O direito de resposta se ressalta como se fosse uma punição por uma inverdade, mas sua natureza pode ser diversa, pois o conteúdo da decisão do TSE não é exibido.

Ainda no dia 26/10/2010 o HGPE de José Serra exhibe trechos de debate no qual afirmara que Dilma tivera no Ministério das Minas e Energias e na Casa Civil uma auxiliar que “*montou um esquema amplo de corrupção*” e diz que esta “*esta mulher, a Erenice*”, foi deixada pela Dilma para ocupar o lugar dela. A exploração do “Caso Erenice” não foi temporalmente relevante durante o HGPE. Sua ênfase foi dada no JN, que politizou o noticiário e teve suas denúncias apontadas como motivo ensejador da realização de segundo turno na eleição presidencial de 2010, conforme pesquisa do Datafolha: “*O caso Erenice foi um dos motivos que levou a eleição para o segundo turno, segundo pesquisa Datafolha*”. (Coutinho, 2010).

QUADRO 9

Datas e canais nos quais foram exibidos o tema tráfico de influência com a ministra Erenice Guerra e Paulo Preto

DATA	ASSUNTO	CANAL
11/set	Impunidade/Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
13/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
14/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
15/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
16/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
16/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
17/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
18/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN/HGPE
20/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
21/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
22/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
23/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
25/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
28/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
29/set	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
09/out	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
11/10	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
13/out	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
14/out	Paulo Preto	JN
16/out	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
17/out	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
18/out	Paulo Preto/ Tráfico de Influência na Casa Civil	JN/HGPE
19/out	Paulo Preto/ Tráfico de Influência na Casa Civil	JN/HGPE
20/out	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
21/10	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE
25/10	Tráfico de Influência na Casa Civil	JN
26/10	Tráfico de Influência na Casa Civil	HGPE

5.2.5 – Assepsia, ficha limpa e política limpa

O tema denominado “*ficha limpa*”, igualmente ocupou o noticiário e o imaginário no processo eleitoral de 2010. Em diversas manifestações, como a noticiada no dia 21/09/2010, manifestantes intitulados de “*mãos limpas*” protestaram em frente ao palácio governamental do Amapá, em Macapá.

As campanhas que se desenvolveram em favor da “*ficha limpa*”, na esteira da edição de lei que cria inelegibilidade para candidatos condenados por determinados crimes por órgãos colegiados, em primeira ou segunda instância, e a decisão do STF que terminou empatada sobre a eficácia da lei para o ano no qual foi editada, ensejou a análise do processo político por mecanismos outros que não os próprios da política. Assim, as trocas e alianças próprias do processo político foram tratadas como contrárias ao desejável que seria uma política norteada por uma concepção asséptica.

O JN no dia 21/09/2010 noticiou uma pesquisa do Ibope encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A repórter Delis Ortiz disse que o “*o eleitor brasileiro sabe: a corrupção pode estar mais perto do que se imagina*”, pois 43% têm conhecimento de políticos que compram votos. A repórter continua narrando que vender ou comprar voto é crime eleitoral e que o eleitor pode ser condenado a até quatro anos de prisão e o candidato pode perder o mandato. O presidente da AMB, juiz Mozart Valadares Pires, aparece dizendo que “*a gente precisa punir o corruptor, aquele que tenta subornar e conscientizar aquele por algum motivo está abrindo mão de sua cidadania*”, sem se ocupar da afirmativa da repórter que dissera ser a punição maior reservada ao eleitor corrompido, que pode ser condenado à privação da liberdade, diferentemente daquele que corrompe que apenas perderia o mandato¹⁴⁷.

A repórter continua descrevendo uma outra pergunta constante da pesquisa: “*quem mais ganha com a política?*” para em seguida informar que 73% dos eleitores responderam que são os políticos. Ao final conclui dizendo que os eleitores apostam na “*lei da ficha limpa*” para mudar o cenário, pois nove entre dez eleitores são a favor da lei da inelegibilidade dos candidatos condenados sem trânsito em julgado.

¹⁴⁷ Desde a edição da Lei 9840/99 as condutas de doação, promessas e ofertas de bem ou vantagem sujeitam o candidato a multa e perda do mandato, o que teria revogado o art. 299 do Código Eleitoral que previa pena de prisão e multa para eleitor e candidato envolvidos em compra de voto. Ante instituição de pena mais branda para o candidato por aquela lei subsistiria tão somente a pena de prisão para o eleitor corrompido. O TSE decidiu em casos concretos que o art. 41-A da Lei nº 9504/97 não alterou a disciplina deste artigo e não implicou abolição do crime de corrupção eleitoral tratado no C.E. O tema se reporta ao que Nilo Batista chamou de “*delinquência dourada*”, onde tratou da “*distância entre o ‘ilícito’ e o ‘delituoso’, o primeiro podendo conduzir a multas e indenizações, e o segundo podendo conduzir à cadeia*”. (Batista, 1990:44).

No dia 22/09/2010 William Bonner apresenta julgamento no STF no qual o ex-senador Joaquim Roriz questiona naquele Tribunal¹⁴⁸ a declaração de sua inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), porque teria renunciado para não ser julgado em processo político parlamentar no qual era acusado de improbidade administrativa. No julgamento, o presidente do STF, ministro César Peluso, arguiu, de ofício, a inconstitucionalidade da lei por alteração ocorrida no Senado, durante processo legislativo, sem retorno á Câmara dos Deputados para reapreciação da matéria alterada. O julgamento foi interrompido pelo pedido de vistas ministro Dias Tóffoli.

No dia 23/09/2010 a apresentadora Fátima Bernardes narra a retomada do julgamento e do voto do ministro Dias Tóffoli, pela constitucionalidade da lei, mas sua inaplicabilidade para a eleição daquele ano, porque editada sem observância da anualidade que há de anteceder sua eficácia. Os ministros que votaram na aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa fundamentaram seus votos nos princípios da moralidade e probidade.

No dia 24/09/2010 Fátima Bernardes narrou que *“o STF adiou mais uma vez a decisão da lei da ficha limpa. Os ministros não chegaram a um acordo sobre se a lei vale para este ano ou não. E essa indecisão provocou uma reviravolta para as eleições do governo do Distrito Federal”*.

O que a apresentadora não considerou é que um dos cargos de ministro do STF estava vago e que o tribunal estava funcionando com dez ministros, tendo a votação terminado empatada com cinco votos pela eficácia imediata da lei e cinco pela necessidade de transcurso de um ano da sua edição para que fosse eficaz, e que os ministros não deliberaram por acordo. Ao contrário, cada um vota em razão de sua compreensão da lei e ao final o resultado é proclamado. Por esta razão o tribunal tem número ímpar de membros, a fim de evitar o empate que ocorreu naquela oportunidade.

O ministro do STF e presidente do TSE, Ricardo Lewandowisk em entrevista ao JN diz que a lei da ficha limpa não foi declarada inconstitucional e, portanto, era válida e eficaz. Mas, outras questões suscitadas no recurso de Joaquim Roriz não foram apreciadas e a jornalista Fátima Bernardes noticia que ele renunciara ao cargo de

¹⁴⁸ No Brasil, apesar do regime republicano adotado, os se tribunais se denominam de Corte, o que se insere em alguns regimentos, como o do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e são assim chamados na linguagem coloquial do campo jurídico.

governador do DF, provocando uma reviravolta no caso, pois o STF não poderia continuar um julgamento no qual o recorrente desiste da candidatura e portando do direito ao recurso.

O repórter Júlio Mosquera diz que a AOB e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) apóiam a posição do presidente do TSE. Mas, o entrevistado é o advogado Marcelo Lavenère, que não representa aquela entidade e embora o juiz que preside o referido movimento seja exibido no vídeo não é entrevistado. O ex-ministro do STF Carlos Velloso é entrevistado e diz que “*O Supremo deve concluir este julgamento de um modo ou de outro e dará uma solução e esta solução, e esta solução ... o Brasil ... os eleitores estão esperando*”.

No dia 30/09/2010 o apresentador William Bonner diz que o destino dos votos dados aos candidatos barrados pela justiça não será decidido no dia 03 de outubro, pois a maioria dos casos somente seria julgada depois das eleições. Uma jornalista em *off* relatada a existência no TSE de 1900 candidaturas impugnadas, sendo 169 em razão da lei da ficha limpa. O problema é que uma mudança na lei determina que os votos atribuídos aos candidatos impugnados sejam considerados nulos e não mais integrem a legenda, para fins de apuração do quociente eleitoral. Novamente o ex-ministro Carlos Velloso é entrevistado e fala da pressa em resolver tais questões: “*o importante é que isto seja resolvido com pressa. Com rapidez. Imediatamente após as eleições. Éh!... antes do segundo turno seria o ideal*”.¹⁴⁹

No HGPE a única referência à ficha limpa é de Marina Silva no dia 21/08/2010 ao ser referir a uma nova maneira de fazer política, “*política limpa*”.

No dia 21/08/2010 a candidata Marina Silva apresenta depoimentos de empresários e quadros técnicos falando sobre o “*Brasil do século XXI*” tomando como paradigma a obra de Stefan Zweig, “*Brasil país do futuro*”, livro que se constitui não só uma tentativa de retratar o Brasil e se fazer uma interpretação do espírito brasileiro

¹⁴⁹ Emblemático foi o julgamento de *habeas corpus* 86.864 em favor de Flávio Maluf no STF, quando o relator ministro Carlos Velloso, sensibilizado, votou pela soltura, sob o fundamento de que ficava emocionado com a prisão de um pai juntamente com seu filho. O Jornal O Globo, no dia 21/10/2005, estampou a manchete: “*STF contraria norma e manda soltar os Maluf*” e na matéria constou o seguinte: “*O relator, Ministro Carlos Velloso, aceitou a tese da defesa do Flávio e estendeu a decisão a Paulo Maluf, alegando razões humanitárias. ‘Imagino o sofrimento de um pai preso na mesma cela que o filho. Isso me sensibiliza’*”.. A pressa nos julgamentos nem sempre implicam em observância das procedimentalidades ou coerências com julgamentos proferidos em casos análogos, ainda que seja o posicionamento reiterado do tribunal.

(Zweig: 1941), apresenta proposta de uma política limpa, diferenciando-se do padrão midiático e do senso comum, exibido no JN, que em cada dia analisado tratou a política como permeada por práticas ilícitas ligadas a corrupção e malversação de dinheiro público.

“Reunimos as melhores cabeças do país, para criar uma nova forma de fazer política. Política limpa, desenvolvimento sustentável, progresso seguro para todos. Venha fazer parte desta equipe. Seja mais um pelo Brasil que queremos”.

Além do paradigma de Brasil do futuro e da política limpa ressalta do discurso da candidata Marina Silva a concepção da política feita com uma equipe, e não com o povo ou com trabalhadores.

QUADRO 10

Datas e canais nos quais foram exibidos o tema ficha limpa

DATA	ASSUNTO	CANAL
21/08	Política limpa	HGPE
01/set	Ficha Limpa	JN
22/set	Ficha Limpa	JN
23/set	Ficha limpa	JN

5.2.6 – Trocas, corrupção e criminalização da política

Apesar da propaganda eleitoral e da acentuação da exposição do tema nas abordagens do JN, inexistem parâmetros pelos quais se possa aferir se houve aumento da corrupção no Brasil nas últimas décadas. A intermediação para contratação com os órgãos públicos é prática comum. Em alguns órgãos se oficializaram determinadas funções. No âmbito das exportações e importações há os despachantes aduaneiros e no junto aos órgãos de trânsito no Brasil há os despachantes credenciados. Nada mais são

que intermediários entre o fornecedor do serviço e o usuário do mesmo. A descoberta de pagamento a parlamentares para determinado comportamento parlamentar não é matéria que se possa dizer inexistente em épocas pretéritas. A remuneração poderia se dar de outras formas.

O fenômeno corrupção (Bobbio, 1991) permeia as relações políticas e trocas econômicas, mas nem o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) registram qualquer variação da incidência da corrupção no Brasil. A sensação de aumento da corrupção decorre da percepção da população e na cobertura da imprensa que pode eventualmente “*aumentar a sensação de que estamos diante de uma situação catastrófica*” (Bezerra *apud* Costa, 2011).

O efeito disso é o tratamento moralista da política, “*como se o único problema fosse a corrupção*” (Bezerra *apud* Costa, 2011) e aí questões como a execução do programa de governo não entram em discussão pública. “*Faz-se um uso social e político da corrupção*” (Bezerra *apud* Costa, 2011).

A mídia e os candidatos durante o processo eleitoral promovem apelo moral, sem analisar a questão da corrupção sob o aspecto institucional. No processo eleitoral presidencial de 2010, o JN, o candidato José Serra e os seus apoiadores insistiram demasiadamente no tema. Em resposta aos ataques do candidato José Serra a candidata Dilma Rousseff no dia 18 de outubro de 2010 trata de possível desvio de dinheiro arrecadado ilegalmente para a campanha dele, por Paulo Preto, e que teria sido desviado pela arrecadador. A denúncia, já noticiada na mídia, abordar simultaneamente várias irregularidades, desde a possibilidade de fraudes contra o erário público pelo diretor da Dersa, Paulo Preto, a arrecadação irregular que se traduziria em caixa dois e a relação de confiança do candidato José Serra com um auxiliar capaz de lhe subtrair dinheiro da campanha.

No âmbito do parlamento o desempenho dos políticos é avaliado pela capacidade de trazer benefícios para a localidade de sua base eleitoral, por meio da apresentação de emendas no Legislativo e, posteriormente, da liberação, pelo Executivo, das verbas elencadas nas rubricas do Orçamento pelas emendas parlamentares. A prática tanto pode ser analisada como exercício de mandato em proveito dos eleitores quanto da corrupção eleitoral, dependendo do interesse da narrativa, na medida que propicia o

atendimento de grupos interessados no destino das verbas das referidas emendas. Empresas privadas financiam campanhas eleitorais e governos estaduais e municipais reforçam suas representações ou relações a fim de influírem na elaboração de projetos e destinação de verbas em seus interesses. Assim, o fortalecimento das relações e das representações são vitais no sentido da formulação das demandas, apresentação de projetos e liberação de recursos.

Apesar da construção de distintos mecanismos de controle da execução orçamentária, “*as instituições de combate à corrupção ainda não funcionam perfeitamente e o país sofre com uma herança cultural dos tempos de colonização. Temos um Estado patrimonial. Não conseguimos separar o público do privado*” (Caldas *apud* Costa, 2011). Mais que não funcionar perfeitamente, o funcionamento das instituições é permeado pela pessoalidade.

5.3 – Promessa de apuração: doa a quem doer

Além da criminalização da política caso que se ressalta são as promessas de providências e processos. Independentemente de suas consumações, o noticiário não dá continuidade às informações sobre as providências ou apurações que, possivelmente, estejam em curso no âmbito do aparato jurídico, policial ou judicial, o que enseja a sensação de impunidade, fato que traz descrédito para as citadas instituições por parte do público que tomou conhecimento, de forma tão espetacular e criminalizadora, no noticiário midiático.

O sensacionalismo midiático propiciador do processo de criminalização da política, reforçador do senso comum referente à crença de que os políticos são todos iguais e sujeitos a ações ilícitas, não descredibiliza o veículo que o promove, mas as instituições de quem se esperam as providências, após as imputações dos crimes. Tal fato deslegitima o Estado e desacredita a vida e as instituições públicas que seriam encarregadas das providências desejáveis diante da mediação das ocorrências narradas.

As declarações das autoridades com promessas de apurações e exercício do poder disciplinar, “*doa a quem doer*”, expressam resposta demandada pela expectativa diante do noticiário. Cada vez mais a lógica da mídia pauta o comportamento das autoridades, ao menos aqueles que expressam publicamente. Trata-se de um funcionamento institucional pautado pela lógica da mídia.

CAPÍTULO 6 – IMAGENS E RETÓRICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2010: a política de privatização e outros assuntos

Alguns temas tratados durante a campanha eleitoral presidencial de 2010, mesmo sem a dimensão da criminalização da política propiciada pela militância dos meios de comunicação, foram relevantes no debate político-eleitoral. Dentre tais questões foram debatidos temas como privatização, valores pessoais dos candidatos e a imputação de delitos ao adversário, mesmo quando decorrente de entevistos da militância de rua.

Os valores positivos dos candidatos são expostos como importantes fundamentos para a governabilidade e assim temas como religião e família são trazidos para a esfera pública, tal como se da fé ou das boas relações familiares decorressem os arranjos institucionais numa sociedade plural.

Educação e saúde é tema de toda campanha e de toda retórica eleitoral, mas sem que os candidatos apresentem qualquer proposta eficaz ou fonte dos recursos que possibilitariam a implementação dos desejos enunciados.

Incidentes de campanha como o da bolinha de papel que ex-funcionários da FUNASA jogaram no candidato José Serra, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, (foi) foram tratados como perfil de candidatura, desprezando-se o distanciamento entre o candidato, seu partido e o que é capaz de fazer o militante no ponto mais distante da cadeia político-eleitoral, onde o mais distante do centro de decisão é capaz dos atos mais astuciosos para mostrar sua fidelidade partidária, ao mesmo tempo em que é o menos protegido em caso de adversidades.

Na polarização na campanha eleitoral presidencial de 2010 os candidatos procuraram estabelecer perfis distintos. Enquanto a candidato Dilma Rousseff buscou um discurso para grupos e firmou a marca de que sua candidatura era a garantia de que o Brasil seguiria mudando, o candidato José Serra focou sua campanha nos benefícios proporcionados aos indivíduos por suas políticas no âmbito da saúde pública.

6.1 – Privatização

O tema da privatização não fez parte do HGPE no primeiro turno das eleições presidenciais. E, muito menos foi tratado pelo noticiário do JN. No dia 24/08/2010 o candidato do PSOL, Plínio de Arruda Sampaio, diz que:

“Não há porque privatizar hospital público. O problema do PSOL é e-s-t-a-t-i-z-a-ç-ã-o do serviço de saúde... De todos os serviços de saúde... que é única forma de que um homem pobre possa ter o mesmo tratamento de um homem rico”.

A questão da estatização do serviço de saúde, em contraposição ao conceito de privatização dos bens e serviços públicos não foi tratada no primeiro turno nem mesmo pelo candidato do PSOL. O tema da privatização não foi questão problematizada, nem apresentada ao eleitorado no primeiro turno das eleições. A única vez que foi tratado no JN o foi em entrevista de Rui Pimenta, candidato do Partido da Causa Operária (PCO) à presidência da república no dia 28/08/2010. Diversamente, no segundo turno, o tema chegou a ser objeto de pedido de resposta no horário da candidata Dilma Rousseff, porque indevida imputação ao candidato José Serra de haver realizado privatizações quando ministro no Governo FHC.

A referência à privatização ocorreu no HGPE, no primeiro turno das eleições, no dia 28/09/2010, numa única vez por parte da candidata Dilma, como avaliação positiva, e se referindo à venda de ações da Petrobrás, sem tratá-la como privatização a oferta de ações de uma empresa de economia mista no mercado de capitais. A propaganda da candidata Dilma afirmou que *“a venda de ações da Petrobrás arrecadou mais de 120 bilhões de reais”* num só dia, o que era, segundo ela, a maior demonstração de prestígio da sua história. O JN na mesma data noticiou o fato, mas deu enfoque de que se tratava de estatização, pois segundo o JN dois terços das ações da Petrobrás haviam sido adquiridos pelo próprio governo.

No segundo turno a questão da privatização foi inicialmente abordada pelo candidato José Serra. Questão que surgiu no debate eleitoral no terceiro dia do HGPE do segundo turno, referente ao debate havido no último dia do HGPE da/o primeiro

turno. No dia 11/10/2010 o candidato José Serra, já no início de seu horário lançou o bordão: “*Serra é contra as privatizações do PT*”. E prosseguiu:

“O PT vendeu ações, colocou o Banco do Brasil na Bolsa de Nova Iorque e aumentou a participação do capital privado no Banco do Brasil. O Presidente Lula, o Governo, a Dilma Rousseff privatizaram dois bancos durante sua gestão, do Ceará e do Maranhão. O PT privatizou o saneamento. Em pelo menos duas cidades que eu conheço, próximas, em Ribeirão Preto e Mauá. Eu não vou fazer privatização nenhuma. Eu tenho cabeça própria. Eu vou fortalecer os Correios, como eu vou fortalecer a Petrobrás, como eu vou fortalecer Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, como eu vou fortalecer o BNDES, que eu já fortaleci no passado, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Eu vou fortalecer a Petrobrás”.

A ênfase do candidato José Serra (o) foi no fortalecimento da Petrobrás e após este programa seguiu-se uma polêmica em torno de quem privatiza: PT vs. PSDB.

Em 12/10/2010 a campanha eleitoral de Dilma Rousseff diz que na condição de ministro do planejamento de FHC, Serra comandou a privatização de grandes empresas brasileiras dentre as quais a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional. Em seguida observou que a Petrobrás ia pelo mesmo caminho e que até tentaram mudar o seu nome para Petrobrax. A propaganda eleitoral segue em narrativa em *off* onde um locutor diz que, em São Paulo, Serra e os tucanos fizeram igual, privatizando trinta e uma empresas e na média criam um novo pedágio nas estradas paulistas a cada 40 dias, cobrando preços extorsivos da população. Enquanto a narrativa prossegue a imagem do candidato José Serra e os temas abordados são estampados em letra grande na tela, dentre os quais as privatizações das rodovias, com a instituição de pedágios.

Aumentando a polarização sobre o tema e visando reinterpretar a informação de que parte da Petrobrás fora entregue ao capital privado, por meio de oferta de ações na Bolsa de Valores, num montante de 128 bilhões num único dia, como anunciado em 28/09/2010, a candidata Dilma aparece dizendo que mais uma vez o nosso caminho é totalmente outro. É o de valorizar as empresas e o patrimônio dos brasileiros.

“Prova disto, é que há poucos dias a Petrobrás se tornou a segunda maior empresa de petróleo do mundo. Agora, ela está mais preparada do que nunca para explorar todas as riquezas do pré-sal. E garanto, essas riquezas não

serão privatizadas nem irão ficar na mão de poucos. Elas vão beneficiar toda a população. Definimos por lei que os recursos do pré sal serão investidos na área de educação, ciência e tecnologia, cultura,, meio ambiente, combate a pobreza e saúde. Isto vai abri novas portas para que o Brasil se transforme num país sem miséria, de pleno emprego, com uma saúde e educação de qualidade para todos”.

Em 14/10/2010 a propaganda da candidata Dilma Rousseff inicia informando que ela foi a primeira mulher a compor o Conselho de Administração da Petrobrás, “*a mais brasileira de nossas empresas*”, a segunda maior petrolífera do mundo e a empresa que descobriu o pré-sal e que transformará o Brasil num dos maiores produtores do mundo, gerando uma nova fonte de riqueza para o país. Em seguida a propaganda da candidata Dilma Rousseff faz uma pergunta: “*é justo alguém pensar em privatizar a Petrobrás e o pré-sal?*”

A candidata Dilma Rousseff aparece no vídeo dizendo que desde já afirma sua posição: “*é um crime privatizar a Petrobrás ou o pré-sal*” e prossegue dizendo que há poucos dias o principal assessor¹⁵⁰ do candidato Serra para a área de energia e ex-presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP) durante o governo FHC defendera a privatização do pré-sal. “*Isso seria um crime contra o Brasil. Porque o pré-sal é o nosso grande passaporte para o futuro*”, afirmou.¹⁵¹ A propaganda de Dilma leva o candidato Tucano “*às cordas*” e o acusa de privatizador e de haver conduzido tal processo no Governo FHC.

¹⁵⁰ O assessor a que a candidata se referia é David Zylbersztain, ex-genro de FHC e ex-presidente da ANP que dissera em entrevista ser necessário privatizar a exploração do pré-sal.

¹⁵¹ A reação da campanha de Dilma Rousseff, que no primeiro turno se mostrou propositiva e esquivando-se das reiteradas acusações que lhe eram feitas, empolgou a militância e trouxe novo ânimo à campanha, polarizando favoravelmente à ela. O Portal Vermelho, assim descrevia o novo cenário: “Dilma reage e dá novo tom à campanha no 2º turno. A petista observou que o assessor do tucano e ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztain se manifestou ser a favorável à privatização do pré-sal. A petista também citou a tentativa de divisão da Petrobras para ser negociada em partes, ainda no governo FHC. Serra tentou sair do tema privatizações da era FHC defendendo a da telefonia. “O Brasil hoje tem 190 milhões de telefones”, disse o tucano, que finalizou: “A era do PT seria a era do orelhão”. Dilma, em seguida rebateu: “O meu Brasil não é do orelhão, é o da banda larga”. Outra tentativa de privatização bastante discutida foi a da Nossa Caixa, banco estadual de São Paulo. Dilma acusou o tucano de querer vender o banco e disse que o governo federal foi atrás para que a instituição não fosse vendida a empresas internacionais. Serra disse que a compra da Nossa Caixa fortaleceu o BB. Dilma rebateu que a compra do BB foi o iniciativa do governo Lula, porque Serra iria vender de qualquer jeito”. Disponível no site http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=139060 no dia 19/09/2010 às 00:19h.

O candidato José Serra tenta construir a imagem de grande administrador, “*acostumado a tocar grandes obras*”, tal como apresentado por William Bonner em entrevista no JN, promete fazer obras de infraestrutura em todo o território nacional, seja na construção de portos em lugares que indica, construção ou duplicação de estradas nos trechos que cita, dentre o que a duplicação da BR-040 de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Entretanto, vale observar que a BR-040 foi privatizada no Governo FHC e é duplicada na quase integralidade do seu trecho aludido e o encargo de duplicar o restante compete à concessionária do bem público. O candidato José Serra acabou prometendo investimento e duplicação em estrada privatizada e já duplicada, o que implicaria colocar dinheiro público em bem privatizado. Mas, esta questão passou ao largo dos debates e não foi percebido no processo eleitoral. A propaganda somente foi exibida no dia 14/10/2010 e não se repetiu.

Em 15/10/2010 o candidato José Serra continua o debate sobre privatização alegando que todos os cinco últimos presidentes, Sarney, Collor Itamar, Fernando Henrique e Lula, privatizaram por razões diferentes. “*Em cada época por necessidades diferentes*”. Se apresenta como o único que não privatizará e fortalecerá as empresas públicas, dando como garantia o fato de lutar pela Petrobrás desde os seus 21 anos de idade e que irá fortalecer igualmente o Banco do Brasil, a Caixa, os Correios, a Eletrobrás e as outras empresas públicas.

Neste mesmo dia na abertura do programa da candidata Dilma vê-se uma vinheta em forma de painel com todas as letras brancas em caixa alta em fundo azul, e narrativa em off, onde se lê “*a presidente que não vai deixar privatizar a Petrobrás nem o Pré-sal*”. Esta vinheta é exibida no horário de propaganda da candidata Dilma Rousseff e repetida na abertura do programa dos dias 21/10/2010, em 25/10/2010, em 26/10/2010 e em 27/10/2010.

No final do programa eleitoral do dia 15/10/2010 a propaganda de José Serra diz que os ataques da candidatura Dilma a ele decorrem de pesquisa eleitoral que indicaria aumento do índice da intenção de voto na sua candidatura provocando o empate na intenção de voto. Sem mostrar a pesquisa CNT/Sensus, a propaganda do candidato José Serra assegura que ela indica empate técnico entre Dilma e Serra. E conclui:

“Para o Brasil, a subida de Serra na pesquisa já trouxe bom resultado. As ações da Petrobrás se valorizaram depois de semana em queda. Veja o que diz a principal revista de economia do Brasil: ‘Petrobrás dispara com avanço de Será nas pesquisas. Candidato do PSDB é visto como melhor administrador público.’”

A publicação exibida é a revista Exame e a manchete relaciona o fato econômico da valorização da Petrobrás à subida de Serra nas pesquisas. Os índices das ações da Petrobrás e das intenções de voto em Serra não são relacionados, mas pela revista Exame¹⁵² é estabelecido nexos de causalidade. Este filme é reexibido no dia 18/10/2010.

No dia 16/10/2010 a propaganda da candidata Dilma Rousseff menciona relação de empresas públicas que teriam sido privatizadas por FHC e José Serra e levanta a suspeita de que a eleição de Serra levaria, evidentemente, ao retorno sistemático do processo de privatização. Em vinheta, o nome de cada empresa é apresentado escrito numa bolacha e sobre ela dá-se uma martelada de leiloeiro e se narra em *off*: “*Vendida por Serra e FHC*” As empresas são: Vale, Telebrás, Light. E conclui: “*Juntos eles venderam dezenas de empresas brasileiras*”. E se faz uma pergunta: “*E agora estão querendo voltar ao poder já pensando em privatizar mais uma riqueza do povo brasileiro*”. Uma bolacha escrito “*pré-sal*” é exibida e um martelo de leiloeiro vai cair sobre ela. Mas, uma mão segura o martelo enquanto o locutor narra em *off*: “*Pense nisso. Dilma presidente, para o Brasil seguir não privatizando*”. O programa do dia 16/10/2010 termina com o bordão “*a presidente que não vai deixar privatizar a Petrobrás nem o pré-sal*”. A vinheta é exibida nos dias 17/10/2010, na abertura do programa eleitoral da candidata Dilma Rousseff, no dia 20/10/2010 e no dia 21/10/2010.

No dia 18/10/2010 Dilma Rousseff acusa o candidato José Serra de ser responsável pelas desestatizações no Governo FHC, nos seguintes termos:

“O candidato Serra fala que é a favor do fortalecimento das empresas estatais. No entanto, quem assinou o decreto de desestatização do sistema Eletrobrás... Eletrobrás, Chesf, Furnas, Eletrosul e Eletronorte foi o candidato Será que assinou o decreto de desestatização. Fala-se que gostam

¹⁵² Disponível no site <http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/petrobras-dispara-avanco-serra-pesquisas-604157> no dia 19/08/2011 às 00:56h.

muito da Petrobrás. Gostam tanto que tentaram mudar o nome da Petrobrás ... o governo do candidato Serra... mudar o nome da Petrobrás... tirar aquilo que é brasileiro, que é o “brás”... a coisa mais brasileira era o “brás”... tirar o “brás” e botar “brax” , no intuito de agradar o mercado internacional para captar dinheiro.”

O candidato José Serra se defende dizendo que não há na agenda política tema privatização, pois não há mais empresas a serem privatizadas e que estatizará as empresas públicas que estão loteadas com os apoiadores do governo. Cita Collor como um dos mandantes numa das áreas da Petrobrás. Diz ainda que o PT fez concessões de explorações em muito maior número que o Governo FHC. O candidato José Serra não se defende das acusações de ser o privatizador do Governo FHC. O que diz é que tudo já está privatizado e que portando não há o que privatizar e na sua propaganda do dia 18/10/2010 sob a chamada “*Em defesa do patrimônio do povo brasileiro*”, diz que hoje não há, na agenda do Brasil, empresas para serem privatizadas. Criticando o loteamento das empresas estatais entre aliados políticos, diz que tem empresas para serem estatizadas, pois embora de propriedade do Estado, estão sendo usadas para fins privados, pois entregues a um partido, um grupo ou uma turma, com acontece na própria área da Petrobrás, cujas diretorias estão divididas entre os partidos. Cita a BR Distribuidora que seria área de influência do ex-presidente Collor, “*entusiasta apoiador da candidatura Dilma*” e conclui dizendo que “*empresa estatal vai ser estatal de verdade para o povo brasileiro*”.

Sobre as privatizações o candidato José Serra exhibe no HGPE resposta que fora dada em debate onde diz que liderou a luta pela defesa da Petrobrás.

No dia 19/10/2010 a candidata Dilma diz que petróleo e gás serão vendidos e os bilhões de dólares reverterão para interesses do povo brasileiro.

“a descoberta do petróleo e do pré-sal, por exemplo, vai fazer do Brasil um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do planeta. Vamos vender esse petróleo e esse gás para o mundo todo e arrecadar bilhões de dólares. Mas, essa riqueza não será privatizada, nem ficará nas mãos de poucos. Graças a uma lei que ajude a criar, os recursos do pré-sal serão distribuídos entre as áreas do meio ambiente, ciência e tecnologia, cultura, educação, saúde e combate à pobreza”.

O que nenhuma das candidaturas fala é que a venda de ações da Petrobrás, embora não implique em privatização do controle acionário da empresa, significa a venda de parte da empresa, notadamente das ações que não tendo direito a voto têm o direito de recebimento de dividendos, que é o que importa aos sócios capitalistas, denominados investidores. Trata-se de uma situação na qual o Estado mantém um número mínimo de ações da empresa, mantendo a maioria do capital com direito a voto e portando do direito de gestão, enquanto a maior parte da empresa é de propriedade particular, que por contratos específicos se garantem direitos de ingerência no funcionamento da empresa ou garantia de dividendos.

No dia 20/10/2010 a candidatura de Dilma Rousseff abandona por um momento a “candidatura-esperança”, do Brasil que deu certo e que vai seguir mudando e se semeia o medo, ao dizer que *“o risco da Serra privatizar a Petrobrás e o pré-sal e o medo de que ele interrompa os programas de Lula está muito presente no dia-a-dia dos brasileiros”*.

Em seguida é abordado ato de artistas e intelectuais, de todo o Brasil, no Rio de Janeiro que *“se reuniram para apoiar Dilma e dizer não ao retrocesso que a candidatura Serra representa”* comentando tratar-se de uma demonstração de que o Brasil não quer voltar ao passado de privatizações, desemprego e injustiça social. Um ator narra que foi *“uma grande união movida pela certeza de que o Brasil não quer voltar ao passado”*, pois a candidatura Dilma representaria o crescimento *“com inclusão social e distribuição de renda”*, diz o locutor em *off* enquanto são exibidas imagens de artistas e intelectuais no Teatro Casa Grande no Rio de Janeiro, reunidos em apoio à candidata Dilma..

Dentre os artistas e intelectuais que discursaram no Teatro Casa Grande no Rio de Janeiro a matéria mostra frei Leonardo Boff, que reeditou o tema do medo contra a esperança. Só que agora, o medo o é da vitória do candidato José Serra e do retorno do seu partido ao poder. Ele disse: *“Se a esperança com Lula venceu o medo, agora com Dilma a verdade vai vencer a mentira. E uma porção do destino brasileiro depende da vitória de Dilma. Porque se a oposição ganhar, nós vamos ter imensos retrocessos”*.

Em 21/10/2010 a candidatura José Serra obteve direito de resposta no horário da candidata Dilma porque esta afirmara que o candidato havia privatizado a CSN e mais

31 empresas em São Paulo. O direito de resposta é narrado por uma atriz, que de forma enfática diz que Serra não fizera nada do que lhe fora atribuído e assevera que “isto não é verdade”. O teor do direito de resposta narrado pela atriz é o seguinte:

“Vocês podem estar estranhando eu estar aqui no espaço da Dilma. Mas é que o programa dela falou umas mentiras a respeito do Serra e a Justiça deu a punição, que é esse direito de resposta, para repor a verdade. A campanha da Dilma falou que o Serra privatizou a CSN e 31 empresas em São Paulo. Isso não é verdade. Eu vou repetir para não haver dúvida: isso não é verdade, é mentira. A Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada no governo Itamar Franco. O Serra nessa época era deputado. Eles falam que foi o Serra, mas não foi. Ele não teve nada a ver com isso. Também falaram que o Serra e os governos tucanos privatizaram 31 empresas em São Paulo. Mentira também. E a Justiça reconheceu que é mentira. Aliás, o Serra quando foi governador, não privatizou nenhuma empresa. Repito: nenhuma. Porque ficar inventando? Se falasse a verdade, a campanha da Dilma evitava de ser punida pela Justiça e passa esse carão”.

No horário seguinte, da candidata Dilma Rousseff, Lula aparece alertando sobre a possível privatização do pré-sal “É preciso a gente ficar de olho aberto, porque se descuidar aquela turma de sempre vai querer privatizar o pré-sal. Eles só sabem governar assim... vendendo o patrimônio do povo”. O presidente Lula, no segundo turno da campanha, se apresenta como o grande cabo eleitoral e fiador da candidatura Dilma. Em seguida é exibido vídeo no qual, durante encontro com artistas e intelectuais no Teatro Casa Grande no Rio de Janeiro, a candidata Dilma fala sobre privatização e diz que

“manter o modelo anterior é privatizar o pré-sal. E dar o pré-sal, que é a maior riqueza de petróleo descoberta nos últimos anos de mão beijada para empresas privadas internacionais. E é isso que está em questão também nessa eleição. É ao que eles farão não só com o pré-sal, mas também com a Petrobrás”.

O presidente Lula reaparece no vídeo, apresentando razões para se votar em Dilma e assegurando que grande parte do sucesso do seu governo decorre da capacidade de Dilma de coordenação. E arremata: “Aliás eu vou dizer uma coisa acho que não tem hoje no Brasil ninguém mais preparado que a Dilma”, em forte discurso de autoridade.

Depois da matéria expor dados biográficos da candidata Dilma, o presidente Lula é recolocado no vídeo e continua falando da sua candidata e dos seus atributos pessoais:

“Para que o Brasil se torne de verdade uma potência mundial a gente precisa garantir duas coisas: primeiro, que o pré-sal não seja privatizado. Segundo, garantir que os recursos gerados pelo pré-sal sejam bem distribuídos por todos os brasileiros. Essa é a minha grande preocupação e a de Dilma também porque a gente já viu essa história antes. Não quer e não pode perder essa grande oportunidade de construir o país que sempre sonhamos”.

Em 25/10/2010 a propaganda do candidato José Serra responde no HGPE, de forma ríspida, retrucando que Dilma e Lula é que privatizaram. Na abertura do HGPE do dia 25/10/2010 a propaganda de José Serra responde às acusações de campanha de Dilma Rousseff de que iria privatizar o pré-sal e a Petrobrás. A narrativa é a seguinte: uma atriz começa respondendo às afirmativas da candidata Dilma Rousseff, passando em seguida a narrar em *off* o seguinte:

“Preste atenção nessas informações: Dilma acusa Serra por algo que ele não fez e não vai fazer, mas que ela Dilma, está fazendo há muito tempo. De 2003 até agora, Dilma e Lula já privatizaram mais áreas de petróleo do que todos os governos anteriores. Todos. Já entregaram a exploração do petróleo brasileiro para 108 empresas, 55 nacionais e 53 estrangeiras. Dilma entregou o nosso petróleo a empresas dos Estados Unidos, da Inglaterra, Canadá, Alemanha, França, Japão, Dinamarca, Noruega, Austrália, Portugal, Espanha, Índia, Colômbia e Argentina. Deve ser por isso que a Dilma está acusando Serra. Não quer que ninguém saiba que quem privatizou e entregou o nosso petróleo aos estrangeiros foi ela”.

No final da locução acima transcrita aparece uma fotografia de Dilma Rousseff, de peruca, do período em que estava sob tratamento médico, e portanto sem a imagem produzida para a campanha, e a frase enfática “foi ela”. Reaparece a locutora dizendo que “Se você não gosta que tentem te enganar, mande um recado para a Dilma neste domingo. Diga não a quem está tentando enganar o Brasil”. Ainda que a narrativa fale uma vez em Dilma e Lula na legenda aparece em caixa alta apenas o nome de Dilma: “Dilma privatizou mais do que todos os governos anteriores”, “Dilma entregou nosso

petróleo”, “108 empresas – 55 nacionais/53 estrangeiras” Na legenda aparece só “Dilma”. O filme é reexibido nos dias 26/10/2010 e 28/10/2010.

A abertura do horário eleitoral de Dilma Rousseff no dia 25/10/2010 é com o bordão “*a presidente que não vai deixar privatizar a Petrobrás, nem o pré-sal*”. Nos quinze segundos finais do HGPE a candidatura Dilma apresenta um exemplar do Jornal Folha de São Paulo, na qual um deputado do PSDB defende a exploração do petróleo em conjunto com a iniciativa privada. A narrativa em *off*, com o exemplar do jornal exibido na tela, diz: “*Folha de São Paulo dessa segunda-feira: deputado tucano diz que a Petrobrás não tem como explorar sozinha o pré-sal. Ele defende a volta do modelo do governo FHC para atrair empresas estrangeiras*”. E termina com a seguinte pergunta, também em *off*, e exposta em caixa alta no lugar do exemplar do jornal “*Precisa dizer mais alguma coisa?*”

O tema da privatização foi o mote da campanha da candidata Dilma Rousseff no segundo turno das eleições e neutralizou as acusações que contra sua candidatura eram exibidas no JN, notadamente da acusação de tráfico de influência na Casa Civil. O JN não tratou do tema privatização. Ainda que no governo Lula se tenha privatizado empresas públicas e as ações de sociedades de economia mista tenham sido colocadas à venda, a marca de privatizador não está associada, ao governo Lula ou à candidata Dilma Rousseff.

Os conceitos com os quais a candidata Dilma Rousseff trabalha não correspondem ao formato pelo qual o Estado participa da atividade econômica. Em realidade, não são empresas estatais. As empresas denominadas de “estatais”, são constituídas pessoas jurídicas de direito privado e são empresas públicas, constituídas sob a forma de sociedades anônimas e com capital integralmente público ou sociedades de economia mista, constituídas sob qualquer forma e com maioria do capital votante titularizado pelo Estado. Em tendo o capital não votante, mas com direito a dividendos, o limite máximo de dois terços do total do capital social, o capital votante pode se limitar a um terço e para o controle estatal basta que o Estado tenha a maioria do capital votante, ou seja, um sexto mais uma ação, o que corresponde a menos de dezessete por cento do capital social da empresa. Inexiste empresa pública estatal. Toda empresa pública é paraestatal, porque está ao lado do Estado, mas com ele não se confunde. Além disto, são organizadas sob a forma de pessoas jurídicas de direito privado. E nas

sociedades de economia mista, constituídas pelo Estado, apenas parte das ações com direito a voto são estatais; a maioria do capital é privado e com direito a dividendo.

O discurso da candidata Dilma e a concepção trabalhada na propaganda e no discurso oficial foi a da empresa pública do período Vargas. A empresa pública que conceitualmente se reporta a propaganda da candidata Dilma Rousseff é o modelo da Era Vargas na qual o Estado constituía empresas para explorar atividade econômica e promover a infraestrutura na qual outras atividades seriam desenvolvidas. A descentralização da atividade, pela constituição de empresa e não pelo exercício direto pelo Estado, decorria da diversidade dos estatutos a gerir a atividade, pois o Estado, quando mesmo quando atua no poder de gestão, está adstrito a relações de direito público diversas das relações que permeiam as trocas privadas.

Ainda que o governo Lula não tenha entregue a propriedade das empresas públicas e sociedades de economia mistas ao capital privado, bem como os direitos de exploração de recursos por elas realizados, reservando-se o controle acionário mesmo quando promovia ofertas de ações na Bolsa de Valores, o modelo de atuação atual não corresponde ao modelo de gestão do Estado Nacional varguista, onde as empresas eram efetivamente estatais. O que se depreende é o que na campanha eleitoral a candidata trabalhou com um conceito subjacente na memória coletiva, mas numa realidade onde o lucro das empresas dirigidas pelo Estado estão são de fato pertencentes ao capital privado que nelas investiu, controle acionário. Mas, os grandes investidores, embora não tenham gestão direta das empresas estatais nas quais investem, preservam-se com contratos que lhes asseguram cargos, vetos e participações na empresa. Mesmo sendo sócios minoritários. Somente a análise de cada investimento, investidor ou parceria possibilita ciência das garantias oferecidas aos adquirentes de ações das empresas estatais.

No dia 28/09/2010 quando a candidata Dilma anunciara a arrecadação de 128 bilhões decorrentes da venda de ações da Petrobrás o fato foi narrado como se tais recursos se destinassem à políticas públicas a serem implementadas em prol do povo brasileiro. Ocorre que a Petrobrás não faz repasse de seus recursos para o Tesouro Nacional. No máximo lhe entrega dividendos, tal como aos demais acionistas. Se esta foi a única vez que a venda de empresa pública ou suas ações foi tratado no HGPE, de forma elogiosa, na mesma data o JN disse que cerca de dois terços das ações haviam

sido compradas pelo Tesouro Nacional, o que implica dizer que recursos destinados a serviços públicos foram direcionados à empresa para constituição de capital e promoção de investimentos.

De todas as acusações dirigidas à candidatura de Dilma Rousseff, seja da violação do sigilo fiscal de pessoas relacionados com o candidato José Serra, à acusação de tráfico de influência na Casa Civil, a problematização da questão do aborto e a privatização a única que atingiu diretamente a candidata e pode ter influenciado na realização de segundo turno foi a acusação de tráfico de influência.

A questão da quebra do sigilo fiscal não repercutiu nas pesquisas e a tranquilidade com que os membros da candidatura de Dilma Rousseff trataram a questão, por mais que diariamente fosse exibida no JN, deixava antever que sabiam terem sido tais sigilos violados em decorrência de disputas internas no próprio PSDB.

Ainda que o tema do aborto tenha sido bem debatido e as acusações à candidata Dilma Rousseff tenham sido emblemáticas, o tema durou poucos dias, não repercutiu nas pesquisas e ao final, se voltou também contra pessoas da família do candidato opositor. Além disso, a postura firme com a candidata Dilma Rousseff tratou a questão colocando-a no plano da saúde e não do Direito Penal, o nascimento de seu neto dias antes do primeiro turno das eleições e o apoio de parte da igreja desfez possível incômodos.

O tema privatização, no entanto, trazido para o debate pela candidata Dilma Rousseff ao falar da venda de ações da Petrobrás, ao ser abordado pelo candidato José Serra lhe desfavoreceu. Ainda que as políticas do governo Lula fossem privatizantes, no sentido de entrega dos lucros e recursos das empresas públicas ao capital privado, foi sobre o candidato José Serra que caiu a pecha de fazê-lo. Durante o segundo turno das eleições o discurso sobre o medo foi ressuscitado, e desta vez o medo de que os recursos do povo brasileiro fossem vendidos pelo candidato José Serra ou pela turma de sempre com disse o presidente Lula em programa pró-Dilma.

Os argumentos apresentados por Serra, por mais lógicos e claros, era incapazes de promover o convencimento, pois o imaginário está permeado pela compreensão de que a oposição e especialmente o PSDB são privatizantes. Neste contexto foi reeditado

o termo entreguista¹⁵³ com o qual tem sido taxados os membros do PSDB e especialmente o ex-presidente FHC e o candidato José Serra que foi ministro do Planejamento e coordenador do programa de privatizações. O ex-presidente FHC sequer aparece na campanha de Serra e Lula é saudado como se fosse aquele que parou as privatizações, ainda que o candidato José Serra diga que nada mais há a privatizar.

A imputação de privatista que a candidata de Dilma Rousseff faz ao deputado do PSDB no fechamento do HGPE do dia 25/10/2010, não corresponde ao conteúdo da mensagem apresentada pela candidata Dilma Rousseff em seu programa do dia 28/09/2010, que apresentou a venda de ações da Petrobrás, e portando de parte da empresa, com sinal de confiança no Brasil. O que o deputado do deputado do PSDB está sugerindo, ou seja, a participação de capital privado na exploração do pré-sal, é que estava sendo feito pelo governo federal, e portando pelo PT que o comanda. Mas, a propaganda sugere o contrário.

Tensão se deu em torno da questão que o candidato José Serra apresentou das concessões de exploração de petróleo, que o PT não considera como privatização. Tampouco as vendas de ações da Petrobrás como relatado pela Dilma de forma positiva no programa de 28/09/2010.

No dia 26/10/2010 o HGPE do candidato José Serra retoma a questão da privatização por meio da entrega da exploração privada dos recursos minerais. Uma atriz, exibindo parte de debate afirma que:

“Dilma também não se mostrou á vontade quando foi confrontada com uma contradição. Desde 2003, Dilma está entregando a exploração do petróleo brasileiro para empresas privadas, nacionais estrangeiras”.

¹⁵³ Entreguismo é conceito que exprime a desnacionalização sistemática da indústria, especialmente de setores considerados por determinados segmentos ideológicos e políticos como estratégicos da indústria de produção, mediante a transferência de seu controle para capitais estrangeiros. A posterior remessa de lucros decorrente dessa entrega se constitui numa das parcelas da expatriação do excedente econômico de um país, e a delegação do controle administrativo dos setores estratégicos da economia de um país a empresas multinacionais impede o surgimento de forças internas que eliminem os entraves ao seu desenvolvimento. O termo entreguismo tem suas origens relacionadas às disputas políticas pelo petróleo no Brasil, na década de 1950. Uma das primeiras vezes em que esse termo foi utilizado num documento impresso ocorreu em 1952, num estudo do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDEPEN), intitulado Uma Nova Forma de entreguismo: A Solução Vargas para o Petróleo.. Disponível no site http://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_de_Estudos_e_Defesa_do_Petr%C3%B3leo no dia 19/10/2010 às 16:40h.

Em seguida é exibido momento de debate eleitoral no qual o candidato José Serra fala da entrega da exploração de petróleo e fornecimento de gás por empresas estrangeiras:

“Quando a Dilma comandava o Conselho de Administração da Petrobrás, eles entregaram concessões para empresas privadas, 108, como eu disse, metade estrangeiras, metade brasileiras, para explorarem petróleo. Se isto é privatizar, o que ela mais fez foi privatizar petróleo. Mais ainda: cedeu até para uma multinacional, a White Martins, a sociedade que a Petrobrás ficou minoritária de fornecimento de gás liquefeito para empresas, para uma empresa estrangeira, e foi muito criticada, inclusive, na época por causa disto”.

O programa prossegue na tentativa de mostrar que o governo federal tem privatizado recursos naturais e parte da Petrobrás exibindo uma plataforma de petróleo com várias faixas e balões de “vende-se”, “sale” e embora seja exposto na mídia a inscrição “*Dilma privatizou mais do que todos os governos anteriores*”, a narrativa diz que Dilma e Lula já privatizaram mais áreas de petróleo que todos os governos anteriores e que já entregaram a exploração do petróleo brasileiro a 108 empresas, 55 nacionais e 53 estrangeiras. Partindo do conceito de imagem-mensagem, apenas o nome de Dilma é exposto, primeiro na frase acima e no momento em que se apresenta a frase “108 empresas”, aparece no alto a frase “*Dilma entregou nosso petróleo*’.

Somente uma releitura permite o reconhecimento do jogo retórico proposto em dissonância com a exibição visual. O programa de José Serra finaliza com uma mensagem de esperança e asseverando que ele oferece ao Brasil seu passado de luta, inclusive pela Petrobrás.

Igualmente em 27/10/2010 José Serra se apresenta como tendo lutado pela Petrobrás desde a juventude e, em contraste, a propaganda afirma “*já a Dilma entregou o petróleo brasileiro para 108 empresas*”. Na mesma data, na abertura do HGPE de Dilma Rousseff, a campanha usando o padrão imagem-mensagem, exibe texto semelhantemente ao formato usado no direito de resposta do candidato Serra. A abertura narrativa com movimentação do texto no sentido ascendente da tela apela para

uma estratégia textual pela qual um telespectador/leitor é encorajado a entender o texto pela sua leitura. Tem-se a exibição de um discurso audiovisual de grande penetração para o telespectador/leitor. Na citada abertura são feitas ressalvas relativas a críticas que o candidato Serra teria dito em relação às intenções de Lula e Dilma em relação ao pré-sal, o que não corresponde ao que, certo ou errado, foi apresentado por Serra, que falou de Petrobrás. O texto, exibido na tela durante a narrativa em *off*, é o seguinte:

“A verdade dos fatos. Na sua propaganda, o candidato Serra vem tentando confundir o eleitorado sobre qual é a real posição do governo na questão do pré-sal. A verdade é que Lula e Dilma nunca privatizaram e nunca vão privatizar as riquezas nacionais. A maior prova disso é que, com a descoberta do pré-sal, eles mudaram o modelo de exploração de petróleo criado no governo FHC e Serra, esse sim favorável à privatização. Com Lula e Dilma, o pré-sal vai ser uma grande fonte de riqueza para os brasileiros e não para grupos estrangeiros. Essa é a verdade, o resto é desespero de quem está atrás nas pesquisas”.

Enquanto a candidatura de José Serra verbaliza que Dilma e Lula estão privatizando os recursos nacionais, usando a força do conceito imagem-mensagem apenas o nome de Dilma é exposto no vídeo, ocultando desta forma o ataque ao presidente Lula, cujos índices de aprovação são altos. Trabalhando com o mesmo conceito a campanha de Lula expõe o nome de José Serra juntamente com o do ex-presidente FHC, vinculado à privatização. Assim é que consta da narrativa e da imagem a expressão “*governo FHC e Serra*”.

Após a exibição da introdução é que entra a vinheta dizendo “*Começa agora o programa Dilma, a presidente que não vai deixar privatizar a Petrobrás. Nem o pré-sal*”. O uso do conceito imagem-mensagem faz parecer que o programa estava começando no momento da exibição da vinheta e que a mensagem anterior o era de direito de resposta. Mas, o HGPE da candidata Dilma Rousseff já havia começado na primeira mensagem.

No dia 28/10/2010 a propaganda do PT principia repetindo o recurso utilizado no dia anterior onde usara o conceito imagem-mensagem. A propaganda prossegue com resposta às afirmações de Serra apontando que as áreas de risco serão de exploração privada, para empresas licitadas antes do pré-sal e que a Petrobrás e União terão

controle das áreas com boas reservas. Um ator aparece dizendo que *“As empresas que Serra cita na propaganda participaram de leilões anteriores á descoberta do pré-sal e vão explorar áreas delimitadas onde não há certeza de se encontrar reservas com boa quantidade e qualidade de petróleo”*. Uma atriz, com semblante otimista continua: *“A Petrobrás e a União terão controle pleno das áreas com garantia de boas reservas e serão donas do óleo e do gás ali extraídos. Ou seja: o risco fica para as empresas privadas, a segurança com a Petrobrás”*. O locutor retoma a narrativa: *“E o que é melhor, graças a uma lei que a Dilma ajudou a criar os lucros do pré-sal terão que ser investidos em educação, cultura, meio ambiente, saúde, ciência e tecnologia e combate á pobreza. Assim, todo povo brasileiro será beneficiado”*. Depois da defesa, a atriz retoma o ataque: *“Serra também tem dito que as obras do PAC realizadas no Nordeste estão paradas. Mas, quem é do Nordeste sabe: O projeto de integração do São Francisco, a Ferrovia Nova Transnordestina, a Via Expressa de Salvador, a Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco e muito mais, estão em pleno andamento”*. O ator conclui: *“Essa é a verdade sobre os fatos. O resto é desespero de quem está atrás nas pesquisas”*.

Embora tenha sido tema candente no segundo turno da eleição, o tema da privatização não foi objeto de matéria no JN, demonstrando dissociação dos temas tratados na campanha com o noticiário televisivo. A única abordagem feita pelo JN, sem tocar no vocábulo privatização, foi em relação à venda de ações da Petrobrás, ainda assim para dizer que dois terços das ações vendidas o foram para o próprio governo.

QUADRO 11

Datas e canais nos quais foram exibidos o tema privatização

DATA	ASSUNTO	CANAL
24/08	Estatização/privatização	HGPE
28/09	Privatização/venda de ações da Petrobrás	HGPE
28/09	Privatização/venda de ações da Petrobrás	JN
11/10	Privatização	HGPE
12/10	Privatização	HGPE
14/10	Privatização	HGPE
15/10	Privatização	HGPE
16/10	Privatização	HGPE
17/10	Privatização	HGPE
18/10	Privatização	HGPE
19/10	Privatização	HGPE
20/10	Privatização	HGPE
21/10	Privatização	HGPE
25/10	Privatização	HGPE
26/10	Privatização	HGPE
27/10	Privatização	HGPE
28/10	Privatização	HGPE

6.2 - Família e religião: os candidatos e seus “valores positivos” contrapostos à afirmação dos poderes, à concepção laica e republicana do Estado

Em 03/09/2010, a repórter Guacira Merlin informa no JN que nos dias imediatamente posteriores a cidade de Porto Alegre serviria como base da campanha de Dilma Rousseff, pois a candidata queria passar mais tempo próxima da filha Paula, a espera do primeiro neto. A gravidez da filha de Dilma Rousseff volta a ser anunciado no JN no dia 04/09/2010.

Em 07/09/2010, dentre outras atividades de campanha desenvolvidas por José Serra, o âncora do JN anunciou que “*ele foi a uma feira de produtos religiosos no pavilhão de exposições do Anhembi. Cumprimentou eleitores e cantou músicas religiosas. Serra falou sobre a importância de incentivar o turismo religioso no país*”.

No dia 09/09/2010 o JN anunciou que Dilma Rousseff cancelou a agenda por causa do nascimento do neto em Porto Alegre. O jornal explicita que a candidata chegou ainda de madrugada para assistir ao nascimento do neto “*num hospital particular*”. Em seguida é exibida uma foto de Dilma Rousseff com o neto no colo que, segundo o JN, “*a campanha da candidata divulgou*”.

No dia 10/09/2010 a candidata Dilma Rousseff em entrevista coletiva narrou a experiência de ser avó, em entrevista ainda no hospital. E sobre trocar fraldas junto com a filha disse “*eu troco com mais rapidez que ela. A gente sabe que... Mãe acha que vai quebrar né? Vó sabe que não quebra. Sempre me disseram isso, os avós. Vários amigos meus, avós, disseram que a gente fica meio bobo. Então eu to hoje meio boba*”. Em seguida a repórter afirma que a candidata retomaria os compromissos de campanha depois que a filha saísse do hospital.

No dia 15/09/2010 José Serra foi ao Ceará e acompanhou uma procissão Juazeiro do Norte, no Ceará. O repórter Alessandro Torres narrou que:

“Aqui no centro de Juazeiro do Norte o candidato participou da procissão de Nossa Senhora das Dores. A festa foi criada por Padre Cícero e hoje é uma das maiores romarias do nordeste. Ao lado do candidato do PSDB ao governo do Ceará, Marcos Calis, Serra percorreu a pé os quase quatro quilômetros da procissão até basílica de Nossa Senhora das Dores”.

Em 11/10/2010 o âncora do JN foi Alexandre Garcia. Ele abriu o JN informando que a candidata do PT, Dilma Rousseff, visitara a basílica de Aparecida do Norte e que falara sobre religião e ética na política. Enquanto sua imagem é mostrada entrando na igreja, uma voz feminina, em *off*, narra que “*a candidata chegou à basílica acompanhada por líderes políticos regionais. A candidata do PT participou da missa das nove horas da manhã*”. Em seguida a repórter Karen Schmidt aparece no vídeo e comenta que “*Depois da missa Dilma Rousseff deu uma entrevista coletiva em que falou de sua religiosidade. A candidata disse que esta foi sua primeira visita ao santuário nacional de Nossa Senhora Aparecida de quem é devota*”.

Expondo seus valores religiosos a candidata afirmou que “*eu tenho uma devoção especial por Nossa Senhora e mais especial por Nossa Senhora Aparecida. Por circunstâncias recentes da minha vida*”. A repórter explica que a candidata fora

questionada sobre a pesquisa do Datafolha que indicou terem sido as denúncias contra a ex-ministra Erenice Guerra mais influentes na mudança de votos do eleitor no primeiro turno do que os temas ligados à religião.

No dia seguinte ao da visita da candidata Dilma Rousseff a templo religioso católico, em 12/10/2010, o candidato José Serra visitou a basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. Rogério Corrêa, repórter do JN, narrou que teria sido dito pelo candidato em entrevista coletiva *“a maior parte da população brasileira é religiosa e que por isso o tema desperta interesse dos eleitores”*. Mas, o candidato aparece falando apenas que *“todo o nosso trabalho na política, na vida pública está voltado para as crianças, porque é um trabalho voltado para o futuro, além do presente”*.

No dia 16/10/2010 o JN narrou que José Serra esteve no O Município de Canindé, onde se concentra a maior romaria do país em homenagem a São Francisco e que foi até à Basílica para participar da missa dos romeiros, onde em meio aos devotos assistiu às duas horas da última celebração do dia. O JN não noticiou os entevos entre o padre e o candidato. A imagem exibida no JN era do candidato José Serra entre aplausos. Mas, os aplausos eram para o padre que censura a postura do candidato, conforme observado anteriormente.

Em 19/10/2010 o candidato José Serra foi entrevista no JN, onde buscou expressar seus valores familiares e religiosos ante perguntas feitas pelos membros da bancada do jornal, notadamente pela jornalista Fátima Bernardes.

Ainda que o JN tenha aberto espaço para que os candidatos pudessem expressar valores positivos e pessoais, foi no HGPE que mais se evidenciou as exibições destas virtudes.

No HGPE do dia 31/08/2010 José Serra comenta que frequentemente é questionado sobre a possibilidade de fazer no Brasil inteiro as mesmas coisas que fez em São Paulo, que considera serem muito boas. O próprio responde que *“é lógico que dá! Claro que dá! Mas precisa saber como fazer”*. O candidato se apresenta como capaz de fazer as coisas necessárias, dentre as quais prover moradia para cinquenta milhões de pessoas, água encanada, esgoto, erradicar as favelas de todo o país, como teria feito na prefeitura e no governo de São Paulo.

No dia 07/09/2010 o candidato José Serra se apresenta como o candidato que faz. *“Este é José Serra. Preparo. Honestidade. Competência. Um governante testado nas urnas e aprovado pelo povo”* e uma eleitora ou atriz aparece dizendo que *“ele veio da pobreza, ele venceu, ele estudou”*.

O saber fazer volta a ser abordado no dia 09/09/2010 quando o candidato José Serra aparece no vídeo dizendo *“eu sei como fazer”*.

No dia 30/09/2010 é o HEPG de Dilma Rousseff que expõe as qualidades positivas da candidata. O Presidente Lula aparece na tela dizendo: *“você que acredita em mim e acha bom o meu governo não tenha dúvida vote na Dilma. Igual a mim, a Dilma gosta dos pobres, respeita a vida, a liberdade e as religiões”*. E na certeza de seu carisma, capacidade de transferência de votos e pessoalização da política o presidente Lula arremata: *“vota na Dilma é votar em mim com a certeza de um governo ainda melhor”*.

Dentre os depoimentos em favor de Dilma Rousseff no HGPE do dia 08/10/2010, no segundo turno das eleições, o senador eleito por Mato Grosso do Sul afirma: *“Guerreira, trabalhadora, excelente gestora, séria, digna, competente e que tem amor a Deus”*, ressaltando as qualidades pessoais positivas da candidata.

No dia 09/10/2010 é a própria candidata quem se diz *“a favor da família, da vida, a favor da construção de uma sociedade mais justa e democrática”*.

No dia 11/10/2010 Dilma Rousseff se apresenta como uma candidata que é contra as privatizações e José Serra como devoto de nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

No dia 12/10/2010 Dilma Rousseff traz para a campanha a questão de gênero, que segundo programa de sua coligação partidária exibido em 08/10/2010 era questão importante como indicava o fato de 67% dos votos no primeiro turno terem sido dados em duas mulheres: ela e Marina Silva. Segundo interpretação que apresenta, isto demonstraria que os eleitores queriam uma mulher na presidência. Assim é que enquanto imagens suas são apresentadas, uma narrativa em *off* diz: *“A visão da mulher é capaz de mudar muita coisa. Da mulher, mãe. Da mulher, avó. Da mulher que respeita a vida. Da mulher que percorre o mundo divulgando o nosso país”*. No

momento em que ocorre a narrativa assegurando tratar-se de uma mulher que respeita a vida é exibida uma foto da candidata com o Papa. Esta mesma foto voltaria a ser exigida no HGPE dos dias 13/10/2010 e 14/10/2010, o que gerou no candidato José Serra a oportunidade de contrapor que antes da campanha a candidata não era religiosa.

No dia 14/10/2010 Dilma Rousseff é apresentada com a seguinte narrativa em *off*: “*Vencer desafios. Quebrar tabus. Tem sido assim toda a vida de Dilma*” e “*Lula reconheceu sua competência e Dilma se tornou a primeira mulher a assumir o ministério das Minas e Energia, a presidência do Conselho de Administração da Petrobrás e a chefia da Casa Civil*”.

Na contraposição propagandística, expressando os valores positivos do candidato Serra, um dos *jingles* da sua campanha retrata-o como homem do bem. O *jingle* é exposto, com a seguinte letra: “*quando se conhece uma pessoa, logo se sabe se é gente boa. Com Serra essa certeza a gente tem. Serra é do bem. Serra é do bem*”!

Em 21/10/2010 o presidente Lula assegura: “*Eu digo sem medo de errar, grande parte do sucesso do governo está na capacidade de coordenação da companheira Dilma Rousseff. Aliás, eu vou dizer: acho que não tem hoje no Brasil ninguém mais preparado do que a Dilma*”.

No dia 24/10/2010 José Será volta com a questão do “bem” como seu atributo pessoal, assim como no dia 27/10/2010 o *jingle* que se tornou mote nesta fase da campanha retorna a ser exibido dois pontos: “*Serra é do bem. Serra é do bem!*”

No dia 28/10/2010 enquanto o candidato José Serra é mostrado cumprimentando eleitores uma narração em *off* diz:

“Essa é a história de um homem bom e de um povo generoso. O homem bom é próximo do povo. (...) E o povo é generoso com o homem bom. (...) Esse homem só fez o bem para esse povo. (...) E, generoso, o povo tem gratidão por esse homem. (...) Como o homem e o povo são próximo um do outro, eles se encontram na alegria. (...) Se encontram nas conquistas. (...) Se encontram na dificuldade. (...) Eles se encontram para nunca esquecer. (...) E quando o povo tão generoso encontrou o homem tão bom, o novo país nasceu. E tudo se fez pelo bem desse povo”.

Em seguida o candidato começa uma narrativa em forma de conversa com o telespectador/eleitor: *“Vocês sabem que eu vim de baixo. Nasci numa família humilde, morava numa vila operária, numa casa de quarto e cozinha. Com oito ou nove anos eu já ajudava meu pai a vender fruta”*. Na candidatura Serra a categoria *homem bom* se contrapõe à categoria *povo*, capaz de lhe promover reconhecimento e dignificação.

Um novo *jingle* é cantado enquanto são exibidas imagens de eleitores/atores cantarolando ou gesticulando: *“Serra tem firmeza no que faz. A gente conhece, a gente já viu. Tanta coisa boa ele já fez. Vai fazer muito mais. Por todo o Brasil”*.

O diálogo da campanha de José Serra pessoaliza o eleitor que aparece no vídeo exaltando as qualidades do candidato e se apresentando agradecido pelo que diretamente lhe atendeu. A relação que se estabelece entre o candidato Serra e o eleitorado é pessoal. Trata-se de uma relação candidato-eleitor onde o último é individualizado e seu caso é tomado como paradigma para as promessas de campanha e programas que se diz serão implementados. Diversamente, a candidatura Dilma trata com as classes ou grupos sociais beneficiários da política do governo. Assim, a relação da candidata Dilma Rousseff é com categorias coletivas: mulheres, jovens, trabalhadores do campo, operários etc.

6.3 - Solução mágica no discurso político

Além dos discursos marcadamente ideológicos, dos programáticos/pragmáticos e dos contendo promessas vagas, há discursos que se apresentam norteados pelo imaginário, não tendo qualquer viabilidade de virem a se transformar em políticas públicas. Não se trata de um mundo ficcional da política, pois os problemas a que se referem são reais. O aspecto ficcional da campanha se apresenta nas respostas dadas em determinados momentos pelos candidatos. Trata-se de categoria do pensamento que apresenta soluções mágicas. Mais que inexecutáveis e utópicas, são despidas de fundamento racional e não se sustentam diante de análise quanto à viabilidade, mas de fácil apelo popular pelo otimismo.

No dia 18/08/2010, no JN, o candidato Plínio de Arruda Sampaio disse ser possível assentar todas as famílias de Sem-Terra em quatro anos e argumentou como pretendia fazê-lo mediante acordo com os credores da dívida pública interna do Brasil.

“A gente chama os credores maiores, não os menores. Os maiores. E diz: Olha aqui! Você não pode receber em 5 anos? Você não pode receber em 3 anos? Você não pode receber em 10 anos? Com este dinheiro nós assentamos todas as famílias de Sem-Terra do Brasil”.

No dia 19/08/2010, no HGPE, Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, disse que *“os bispos do Brasil acham um absurdo essas fazendas com mais de mil hectares, por isso eles querem fazer um plebiscito para que o povo diga que quer a divisão das grandes propriedades, a fim de que a população do campo possa viver com dignidade”.* No mesmo dia, no HGPE, José Maria, do PSTU, disse que *“o salário médio do trabalhador caiu pela metade nos últimos 30 anos”* e indicava que a média dos salários em 1985 equivaleria hoje a R\$ 2.380,00 e que em 2009 era de R\$ 1.261,00 e propôs *“aumento geral dos salários”* e *“dobrar o salário mínimo”.*

No dia 21/08/2010, no JN, o Candidato do PSTU propôs um salário mínimo de R\$ 2.000,00, acompanhada da diminuição da rentabilidade das empresas e dos bancos.

Em 31/08/2010, no JN, o candidato do PSOL, Plínio de Arruda Sampaio, no teatro de arena da UFRJ se comprometeu a limitar o tamanho da propriedade no Brasil a 1.000 hectares e disse: *“o resto precisa ser repartido que é pra você poder colocar a população rural na terra. Isto é um benefício enorme para a cidade. Porque esta população não vem pra cidade. Não vindo ela não afoga os serviços públicos na cidade. Porque ainda não vai encontrar emprego. Porque não tem emprego mais na cidade”.*

A limitação da propriedade, tal como proposto pelo candidato encontra sérios óbices nos poderes do presidente e por haver editado uma lei¹⁵⁴ que tornava a terra desapropriável para fins de interesse social o Presidente João Goulart encontrou uma das maiores resistências à manutenção do seu governo.

¹⁵⁴ Lei 4132/62.

No dia 10/09/2010, no JN, o candidato Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, voltou a fazer proposta inexecutável. *“Prioridade primeira para a educação. Prioridade primeira para a saúde. Prioridade primeira para a reforma agrária. Prioridade primeira para a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário. É aí que vamos gastar o dinheiro do povo”*.

No dia 15/09/2010, no JN, a candidata Marina Silva, do PV, *“na língua do século XX como é que faz para produzir energia? Carvão, petróleo e gás. Na língua do século XXI é vento, é sol, é água, é biomassa. E a ciência está aí para dizer... Não fiquem com medos comerciantes, industriais, industriais de Minas Gerais”*.

A questão da geração da energia perpassa a quantidade consumida *per capita* e a capacidade de geração pelas fontes alternativas. Mas, toda forma de geração de energia tem os seus efeitos colaterais, seja a instalação de cata-ventos nas correntes de vento e rota das aves migratórias, os resíduos das baterias solares, a poluição decorrente da biomassa, as inundações e remoções populacionais para as hidrelétricas etc..., de efeitos nocivos menos imediatos que as energias geradas por carvão, petróleo, gás e nuclear, mas também existem.

No dia 18/09/2010, no JN, o candidato do PCO, Rui Pimenta, defendeu a redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais sem redução de salários. *“A redução da jornada pra nós é uma reivindicação estratégica para combater o desemprego crônico de décadas que existe no Brasil e combater a miséria crescente”*.

No dia 25/09/2010, no JN, o candidato do PCB, Ivan Pinheiro, propôs a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e disse, demonstrando a convicção de que sua candidatura não tinha finalidade de efetiva disputa eleitoral: *“A primeira coisa que faríamos era a suspensão imediata do pagamento da dívida. O pagamento dessa dívida é o que faz com que o Brasil não consiga resolver seus problemas sociais”*. No mesmo dia o candidato do PSTU, José Maria, disse que *“queremos mudar esta situação para que haja emprego para todos, salário digno, aposentadoria digna, acesso á moradia, a transporte digno, saúde, educação”*. O candidato do PSDC, Eymael, nas aparições no HEPG sempre propunha a redução dos impostos, como medida necessária para o crescimento. Observava que a questão da carga tributária não é o seu tamanho, mas quem paga. E concluía deixando implícito pretender resolver o

problema pela seguinte equação: o Brasil já onera excessivamente o consumo, deixando de taxar as fortunas e as heranças. No dia 16/10/2010, no JN, o candidato Eymael propôs a ampliação do bolsa família, aumento do valor e criação do 13º bolsa família: *“Vou ampliar na população, melhorar a remuneração e ter o 13º do bolsa família”*, apelando para a manutenção dos programas do governo.

No dia 19/10/2010, no JN, o candidato Jose Serra, do PSDB, fala de subestimação de receita e faz propostas com o que faria com a elevação da estimativa da arrecadação. *“Eu propus fazer o 13º do bolsa família, programa que vou manter e afirmar, dar 10% para os aposentados, o dobro do que o governo quer ... Isto tem um custo. Eu calculei... é... aproximadamente um por cento do atual orçamento.... um por cento do orçamento previsto. Ora, tem subestimativa de receita, ou seja, tem receita... tem dinheiro que vai entrar para o governo no ano que vem que está subestimado”*.

6.4 - Uma bolinha de papel: imprensa, manipulação e arbitragem do papel da mídia

Evento que marcou o fim da campanha e norteou os debates, as acusações e ao final se tornou objeto de humor foi um entrevero entre ex-empregados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), os chamados “mata-mosquitos” e o candidato José Serra e sua comitiva em Campo Grande, no Rio de Janeiro.

No dia 20/10/2010, no JN, Fátima Bernardes noticiou que *“uma atividade de campanha do candidato do PSDB José Serra foi interrompida hoje no Rio depois que ele foi agredido num tumulto iniciado por militantes do PT”*. Ainda que as imagens exibidas ilustrando a matéria mostrem que o entrevero de campanha não tinha sido iniciado por militantes do PT, a narrativa da jornalista é enfática e não deixa dúvida sobre sua convicção. As imagens exibidas não mostravam qualquer partidário do PT ou da candidatura Dilma Rousseff. Tratava-se de ex-funcionários da SUCAM, chamados de mata-mosquitos, demitidos durante o período em que José Serra fora ministro da Saúde. O fato de um deles ter sido candidato pelo PT serviu de pretexto para que todos fossem tratados como militantes do PT. Mas, a própria imagem exibida demonstra que os militantes do PT chegaram em momento posterior com suas bandeiras.

O repórter José Luiz Azevedo em narrativa sobreposta a imagens da passeata de José Serra comenta:

“O candidato do PSDB visitou a Zona Oeste do Rio de Janeiro acompanhado de políticos e correligionários. A confusão começou durante uma caminhada pelo calçadão do bairro de Campo Grande. Um grupo de militantes petistas se aproxima e impede a passagem do candidato tucano. Serra se abriga numa loja. Entre os manifestantes envolvidos no início da confusão estão candidato derrotado a deputado estadual pelo PT no Rio de Janeiro, conhecido como Sandro Mata-mosquito, que aparece de branco nas imagens. Em seguida chega um grupo ainda maior de militantes petistas, com bandeiras e cartazes. Começa uma briga generalizada. Com a situação um pouco mais calma Serra tenta retomar a caminhada, mas continua cercado pelos militantes do PT. O fotógrafo do jornal O Globo registrou o momento em que José Serra leva as mãos à cabeça logo depois de ser atingido por uma bobina de fita crepe. Serra ainda caminhou ainda mais alguns metros antes de deixar o local”.

Apesar de identificar um dos manifestantes como Sandro Mata-mosquito o repórter em momento algum faz alusão de que eles são ex-funcionários da FUNASA, demitidos quando o candidato José Serra era ministro da Saúde. Mas, o fato da pessoa identificada ter sido candidato a deputado pelo PT é citada. Das imagens se depreende de um lado os manifestantes e de outro os partidários de José Serra, com bandeiras da campanha e um clima de euforia de ambos.

A análise das imagens demonstra que a narrativa inicial de que um grupo de militantes petistas se aproxima e impede a passagem do candidato José Serra não corresponde à realidade. Não há qualquer elemento que informe serem as pessoas que protestam militante do PT. Com eles não há qualquer bandeira, faixa ou qualquer meio que indique serem militantes do PT ou eleitores da candidata Dilma Rousseff.

Em seguida o repórter deixa de fazer a narrativa sobreposta e passa a fazê-lo diante de uma clínica em Botafogo no Rio de Janeiro, onde ao fundo de lê: *“Rua Sorocaba, 464”* e diz:

“Depois da agressão sofrida em Campo Grande o candidato José Serra interrompeu a campanha que fazia no Rio e veio direto para fazer exames nesta clínica na Zona Sul da cidade”.

Dando continuidade à matéria o repórter informa que *“o médico que atendeu a José Serra disse que não houve lesões, mas recomendou vinte e quatro horas de repouso. O candidato que cancelou os outros compromissos do dia comentou a agressão”*. Enquanto se fala do atendimento médico e das recomendações por ele prescritas, a imagem do médico durante a entrevista ao repórter é exibida, mas filmagens de suas declarações não são apresentadas no noticiário.

O repórter diz que *“o candidato que cancelou os outros compromissos do dia comentou a agressão”*. Declaração do candidato José Serra foi exibida, que assim se expressou:

“uma ação violenta. Me pareceu uma coisa pré organizada. Não foi nada espontâneo. Nem de longe! E é uma coisa que puxa pro ódio. Eu não vejo a política como uma relação entre inimigos. Eu vejo política como uma relação entre adversários. Não se justifica. Não há motivo para violência. Ninguém pode odiar ninguém e a violência não leva a nada”.

Com semblante sério e aparentemente preocupado a apresentadora Fátima Bernardes retoma a narrativa do noticiário e diz que *“A repórter da TV Globo, Mariana Gros, que cobria a caminhada foi atingida por uma pedra durante o tumulto. Ela sofreu um corte na cabeça e foi atendida no local. Em nota oficial o PT do Rio de Janeiro declarou que o incidente começou depois que seguranças de José Serra trataram com rispidez integrantes do grupo conhecido como mata-mosquitos. A nota também diz que o PT repudia qualquer tipo de violência e que orienta os militantes a não fazer ou aceitar provocações”*.

No dia 21/10/2010 o âncora do JN, William Bonner comentou:

“O presidente Lula acusou hoje o candidato do PSDB José Serra de ter mentido sobre a agressão de que o candidato foi vítima ontem no Rio de Janeiro. As declarações do presidente provocaram revolta no PSDB e se basearam numa imagem anterior ao momento em que Serra foi atingido”.

O repórter José Luiz Azevedo mantendo o padrão de narrativa sobreposta a imagens da passeata de José Serra repete as palavras usadas no noticiário da véspera, mantendo a interpretação anteriormente dada pelo JN:

“A confusão foi durante uma caminhada do candidato tucano ontem no calçadão de Campo Grande, no Rio. Um grupo de militantes petistas impediu a passagem do candidato tucano. Serra se abrigou numa loja. Em seguida chega um grupo ainda maior de militantes petistas, com bandeiras e cartazes. E começou uma briga generalizada. José Serra tentou retomar a caminhada, mas o tumulto aumentou. Fotos do jornal O Globo mostram o candidato com as mãos na cabeça, depois de atingido por algum objeto. Ele interrompeu a agenda no Rio para ser atendido por um médico e fazer exames. Hoje, pela manhã, na inauguração de um pólo naval no Rio Grande do Sul o presidente Lula acusou Serra de mentir”.

Embora repetindo boa parte da mensagem do dia anterior, apenas conjugada no pretérito passado, e com superposição das mesmas imagens exibidas na edição anterior do JN, o repórter já não mais afirma se tratar de uma bobina de fita crepe. Mas, de um objeto. O presidente Lula é apresentado falando sobre o evento nos seguintes termos:

“Venderam o dia inteiro que esse homem tinha sido agredido. Uma mentira mais grave que a mentira daquele goleiro Rojas; aquele goleiro do Chile que no Maracanã caiu e fingiu que um foguete tinha machucado ele. Ou seja, primeiro bateu uma bola de papel na cabeça do candidato. Ele nem deu toque pra bola. Ele olhou pro chão e continuou andando. Vinte minutos depois, esse cidadão recebe um telefonema e a partir do telefonema ele bota a mão na cabeça e vai ser atendido por um médico que foi secretário da saúde no governo do prefeito César Maia no Rio de Janeiro e foi o diretor do Inca quando Serra foi ministro da Saúde”.

O repórter José Luiz Azevedo em narrativa sobreposta a imagens da candidata Dilma Rousseff descendo de um carro com dificuldade, disse que *“Também no Rio Grande do Sul, a candidata do PT, Dilma Rousseff, criticou o candidato Serra, ao comentar que mais cedo quase foi atingida em Curitiba por uma bexiga cheia d’água; um balão de festa”*. Em seguida a candidata fala sobre o assunto nos seguintes termos:

“Eu vou ficar fazendo ... eu vou lamentar que tenha ocorrido isto comigo. Agora, não vou transformar isto... E no meu caso foi absolutamente presenciado pelos jornalistas. Não fui eu que fui lá falar que tinha acontecido não. Nem ninguém pode falar que é bola de papel. Eu acredito que essa campanha não pode se pautar por níveis de agressão, nem por tentativa de criar factoides”.

Mantendo a posição assumida pelo JN o repórter José Luiz Azevedo faz narrativa sobreposta a imagens exibidas pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) que igualmente mostrava momentos da caminhada de José Serra no dia do suposto evento e diz: *“Lula e Dilma se referem a uma imagem exibida pelo SBT. Mas, a imagem registra uma cena ocorrida antes da agressão a Serra”.* Enquanto vai exibindo a imagem cedida pelo SBT o repórter vai narrando:

“o candidato está com braços levantados para o alto. O vice, Índio da Costa, está do lado esquerdo de José Serra, quando o objeto, possivelmente uma bolinha de papel, acerta o candidato do PSDB. O cinegrafista da TV Globo, também mostrava Serra e o vice. Um pouco mais à frente aparece o cinegrafista do SBT. A câmera da TV Globo se movimentou em direção a uma confusão entre militantes do PT e do PSDB, momentos antes de a bolinha atingir José Serra. Nossa equipe volta a acompanhar o tucano. Mais adiante uma nova confusão entre os militantes. O repórter cinematográfico da TV Globo registra a pancadaria. Ele e outros cinegrafistas se afastam do grupo, onde está José Serra. O repórter Ítalo Nogueira da Folha de São Paulo segue filmando o candidato tucano com um telefone celular. Pausando a imagem é possível perceber que José Serra volta a ser atingido. Desta vez por um objeto circular e transparente. O repórter da Folha abaixa o celular e quando volta ao grupo mostra José Serra com as mãos na cabeça. Ele se refugia na van da campanha. A caminhada não é encerrada depois desse incidente. Serra volta ao calçadão. Cumprimenta mais alguns eleitores. Volta a por a mão na cabeça. Entra na van novamente, acena e vai embora. Agora, veja as duas imagens, lado a lado. A esquerda o que parece ser uma bolinha de papel, mostrada pelo SBT. Um objeto lançado contra José Serra mostrado nas imagens da Folha de S. Paulo. A repórter Mariana Gross, que acompanhava José Serra e foi atingida praticamente no mesmo instante por uma pequena pedra na cabeça, estima que entre as duas imagens, a do SBT e a da Folha, tenham se passado cerca de 15 minutos”.

A idéia de que o cinegrafista também mostrava Serra e o vice poderia fazer acreditar que a imagem mostrada pelo cinegrafista era a mesma exibida pelo SBT. Mas, o cinegrafista da Globo não mostrava o candidato com os braços levantados, razão pela qual o momento era outro, ou seja, a TV Globo não tinha a imagem do momento do atingimento da suposta “bolinha de papel”.

Ainda que se fale sobre o atingimento da repórter Mariana Gross por uma pedra e no dia seguinte, por uma pequena pedra, a jornalista que teria sido atingida não é mostrada, nem lhe é solicitada qualquer depoimento.

A fim de credibilizar o noticiário narrativo o JN ouve o perito Ricardo Molina, que frequentemente é consultado pela emissora em assuntos de diferentes matizes. O Repórter José Luiz Azevedo narra que: *“O perito Ricardo Molina avaliou as imagens. Afirmou que elas retratam momentos distintos e mostram objetos diferentes atingindo a cabeça de José Serra”*.

Em seguida, o perito Ricardo Molina diz que *“São dois eventos completamente diferentes: um evento bolinha e outro evento rolo de fita”* e o entrevistador interrompe: *“Uma bolinha de papel?”* O perito continua:

“Uma bolinha de papel ou um objeto muito leve. Tem toda a aparência de ser uma bolinha de papel, porque ele é disforme, não tem forma definida, exatamente como uma bolinha de papel. E outra coisa: objetos leves, quando batem, rebatem quase com a mesma energia com a qual ele se projetou. Então a gente vê isso perfeitamente. Ao passo que o evento fita por ter um núcleo rígido e a fita bate exatamente de lado, como a gente vê na imagem”.

O repórter interrompe de novo: *“o senhor garante que houve um segundo momento”*, e o perito prossegue:

“Com certeza absoluta. Com certeza absoluta. São dois eventos completamente separados. Esse evento aqui é uma fita, a gente vê que é alguma coisa redonda, com uma circunferência central. Ela bate na região superior da cabeça, frontal superior. Quer dizer, é completamente diferente do evento bolinha. O evento bolinha aqui e a fita bate aqui”.

A chancela da “autoridade” era tudo que o repórter necessitava para continuar sua narrativa marcando posição diante do noticiário da outra emissora e, aparecendo no

vídeo, “O candidato do PSDB fez campanha hoje no Paraná e reafirmou que foi agredido durante a caminhada no Rio. José Serra reagiu às críticas do presidente Lula”.

Na sequência, o JN exibe o candidato José Serra falando:

"Eles passaram a hostilizar e inclusive a atirar objetos. Eu fui atingido por outras coisas: bolinha de papel, empurrões, raspão de bandeira, por muitas coisas, até que veio esse objeto mais pesado que me bateu na cabeça. Eu fiquei tonto, eu fiquei um pouco grogue, mas não cheguei a desmaiar, e de lá fomos ver o médico, que recomendou repouso e fazer uns exames, inclusive tomografia, que eu fiz. Aqueles que pensam que houve simulação, na verdade estão me medindo com a régua deles. Eles provavelmente fariam simulações e outras coisas desse tipo. Eu fico preocupado com a principal autoridade da República, de alguma maneira, dando cobertura a atos de violência".

A jornalista Fátima Bernardes retoma a narrativa da bancada do JN dizendo que:

“o médico Jacob Kligerman, que atendeu José Serra ontem disse que ficou indignado com as declarações do presidente Lula e que jamais faria parte de uma farsa. O médico afirmou que Serra chegou à clínica se sentindo mal e com um edema na cabeça, provocado pelo traumatismo, mas sem ferimento aparente”.

A abordagem do tema “bolinha de papel” no dia 21/10/2010, durou sete minutos e seis segundos.

Em 23 de outubro de 2010 o JN não foi apresentado pelos jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes. Os âncoras do noticiário foram outros, dentre os quais o jornalista Chico Pinheiro. O assunto “bolinha de papel” não voltou a ser abordado no JN. A mudança dos âncoras é padrão que se repete em outros momentos nos quais sua credibilidade pode ser colocada em questionamento. Mudam-se os âncoras e o assunto e ao retornarem retoma-se com novo tema.

A cobertura jornalística do SBT se contrapôs à cobertura do JN e as imagens postadas pelo jornal Folha de S. Paulo, em sua edição *on line*, foram exibidas pela Rede Globo para legitimar sua abordagem. O jornal Folha de S. Paulo não manteve a cobertura sobre o assunto, nem buscou reafirmar sua posição. A fim de melhor

compreender o contexto, entrevistei o jornalista da Folha de S. Paulo Ítalo Nogueira, autor das imagens por câmera de celular, exibidas no JN. Entrevistei o jornalista da Folha de S. Paulo em 12/07/2011 que confirmou a tensão durante a caminhada de José Serra em Campo Grande/RJ, mas não afirmou se o objeto lançado contra ele era um bobina de fita, ainda que pessoas presentes ao lado do candidato afirmassem sê-lo. (Anexo II).

O jornalista da Folha de S. Paulo, embora confirme que os entrevistos duraram toda a extensão do calçadão de Campo Grande/RJ não afirma que o objeto lançado no candidato José Serra tenha sido uma bobina de papel. Igualmente afirma que o grupo inicial que hostilizava o candidato José Serra eram os mata-mosquitos, demitidos pelo candidato quando ocupava o cargo de Ministro da Saúde.

Uma questão que me clamou particularmente a atenção foram as ofensas dirigidas pelo candidato José Serra aos manifestantes, pois o fato não despertou o interesse do JN, que nem ao menos o comentou. As ofensas praticadas na campanha de José Serra não foram mostradas, tal como a tentativa de agressão ao Padre em Canindé, CE, pelo candidato derrotado ao Senado Tasso Jereissati, que foi objeto de postagens nas mídias sociais e em jornais impressos, mas que não foi objeto de abordagem no JN, conforme se analisou no capítulo anterior.

Ainda que os jornalistas trabalhem com a idéia de “furo jornalístico”, que não apenas expressa a noticiamento do fato, mas também a sua realização antes dos concorrentes, por vezes a imprensa omite fato ou informação sobre o fatos. “*Sempre pareceu odioso os meios de comunicação ignorarem determinados fatos*”. (Biondi in Abramo, 2003:62).

No entrevisto entre militantes, em Campo Grande, no Rio de Janeiro, o jornalista cuja atividade serviu como parâmetro justificador da cobertura do JN relata fatos que por aquele noticiário não foram mostrados. A realização de corpo a corpo em campanha eleitoral pressupõe certa estrutura para fazê-lo dentre as quais a existência de condições objetivas que a possibilitem, pois o clima emocional do final das campanhas pode causar embaraço ao candidato que se aventure por base eleitoral de outro candidato ou por região majoritariamente tendente a opositor.

6.5 - Educação e saúde: tema de toda campanha

No dia 21/08/2010 Serra arrola alguns dados de sua biografia destacando a sua formação de economista no exterior e apresenta proposta para educação de ensino de primeiro grau, o que é de competência dos municípios. Além disto, promete adotar critério de remuneração de todos os trabalhadores da escola, da servente à diretora, em decorrência do desempenho, sem especificar que critérios utilizaria para calcular cada percentual das gratificações.

Em 24/04/2010 a candidata Marina Silva inicia o programa pedindo sugestões de moradores de comunidade sobre educação. Em seguir a candidata diz que “*Nessa campanha, fomos os primeiros a propor a educação em tempo integral. E nós vamos fazer isto acontecer*”, tal como já a propusera Darci Ribeiro e Leonel Brizola. A proposta de educação em tempo integral feita por uma candidata a presidência da república desconsidera a incompetência da União para instituir programa de ensino elementar e secundário, de atribuição, respectivamente, dos municípios e Estados.

No dia 26/08/2010 a candidata Marina Silva diz que o Brasil tem uma das piores notas em educação do mundo e que esse o maior de todos os nossos atrasos. E volta a falar de educação em tempo integral, mais tempo de aprendizagem, acesso a computador, laboratório de ciência e artes, biblioteca e alimentação.

A questão da educação não é tratada no HGPE ou nas inserções do JN como programa de governo. Excetuada as manifestações acima analisadas da candidata Marina Silva, as palavras saúde e educação entram nos comentários quando os candidatos falam de outros temas. Assim, o foi quando a candidata Dilma Rousseff falava sobre a não privatização do pré-sal e dizia a destinação dos recursos, dentre os quais, para a educação. Igualmente o candidato José Serra quando falava de sua capacidade de empreender e construir prédios e mostrava escolas que foram construídas substituindo as “escolas de lata” deixadas pelo PT.

Ao lado dos temas da saúde e educação outros são pontuados ao longo da campanha, como habitação, transporte e segurança, sem que sejam apresentadas propostas quanto à implementação.

No dia 09/09/2010 o repórter Renato Biazzi cobriu a visita de Plínio de Arruda Sampaio a uma entidade de promoção de direitos de crianças e adolescentes e afirmou que *“segundo o candidato do PSOL todas as políticas de proteção à criança e ao adolescente passam por uma revolução no sistema educacional”* e o candidato conclui:

“dinheiro público unicamente para escola pública, entendeu? Dez por cento do PIB em educação. Redução do número de crianças na sala. Respeito ao professor. Salário bom. Mas, mais que salário bom, respeito, dignificação pela importância do serviço que ele presta pra sociedade”.

6.6 – Seguir mudando com Lula e Dilma x gratidão e genéricos com José Serra

A propaganda eleitoral da coligação encabeçada pelo PT articulou-se desde o primeiro dia em torno da intenção de estabelecer relação de continuidade entre o projeto posto em curso pelo governo Lula e o futuro governo da candidata Dilma, sugerindo tratar-se de razão suficiente para que os eleitores votassem nela. Assim sendo, nas propagandas em que Lula aparecia se apresentava como fiador de Dilma, sempre ressaltando sua capacidade e colaboração em seu governo, além de afirmar ser uma candidata que *“gosta dos pobres”*.

Enquanto a campanha de Dilma trabalhou com categorias coletivas, a campanha de Serra investiu na exibição de pessoas individualmente beneficiadas por sua política, sobretudo quando foi ministro da Saúde e governador de São Paulo, manifestando por este motivo agradecimento *“ao homem bom”*. Ilustrativo de tal situação foi o fato de em 09/09/2010, em sua propaganda, aparecer uma eleitora cumprimentando-o durante uma caminhada e dizer: *“o senhor não imagina a gratidão que eu lhe tenho”*. No dia 16/09/2010 o candidato José Serra é apresentado em encontros com eleitores individuais, andando aos seus lados ou em suas residências com uma narrativa que o vincula pessoalmente aos atores apresentados com locução, em *off*, nos seguintes termos: *“Amigo de verdade é assim: sempre dá um jeitinho de aparecer. (...) Chega e quer logo saber de tudo. (...) Ri com a gente. Faz graça. (...) Divide a prece. (...)”* Enquanto as características pessoais do candidato são apresentadas, são exibidos diálogos ou monólogos com os eleitores. E, ao final a locução diz que *“E recebe em*

troca carinho e admiração”. O grau de pessoalidade do candidato com os eleitores, tratando-os por nome ou tomando ciência de seus problemas pessoais, somente encontra parâmetro nas eleições locais de pequenas cidades.

A propaganda em seguida exhibe uma eleitora falando em tom de discurso com o candidato: *“você é um homem de honra, o senhor é um home que cumpre com a sua palavra”*. A propaganda prossegue dizendo que *“este é José Serra, o governante que fez o Bolsa Alimentação, pensando em famílias pobres como a da dona Ermanda”*. E a eleitora agradecida dirigindo-se ao candidato diz *“eu fiquei tão feliz no mundo... chorei tanto... de alegria... de noite não dormi... de alegria”*.

A propaganda é retomada com a narrativa em *off* de que *“O Serra do genérico, que mudou a vida de dona Maria Augusta”* e a eleitora diz: *“Eu tinha vontade de falar para o Brasil dos remédios que o senhor criou que hoje para mim é uma benção. Compro pela metade do preço, às vezes até menos. Nossa, eu tinha que falar isto para o Brasil e agora eu estou falando para o senhor. Nossa, é muita felicidade”*.

O candidato continua sendo apresentado pelo locutor em *off* como *“O Serra da campanha de prevenção do câncer de próstata, que salvou a vida do seu Maneco”* e o eleitor¹⁵⁵, emocionado, aparecesse na tela dizendo que *“Ministro igual a esse, da Saúde, o Brasil nunca teve”*. Para cada apresentação do candidato um eleitor, individualmente, aparece narrando o que foi por ele feito, *“O Serra do mutirão da saúde, que livrou a dona Vera de um câncer de mama”*. E a eleitora é mostrada dizendo com muita ênfase: *“Eu sou uma nordestina e me orgulho de ter você aqui na minha casa e vou me orgulhar muito mais de ter você como nosso presidente. Um presidente que trabalha, um presidente que é povo”*. Enquanto o candidato é apresentado abraçando eleitores os dois últimos períodos do texto citado são repetidos. E a eleitora autora da frase aparece emocionada, chorando e dizendo: *“Muito obrigada”* e o candidato José Serra a consola: *“Não chora não, Temos que rir”*.

No dia 23/09/2010 o candidato José Serra aparece dizendo que a educação é o maior desafio que o Brasil tem pela frente e mostra fachadas de prédios das escolas técnicas e faculdades tecnológicas criadas em sua gestão em São Paulo; e após mostrar alguns alunos em estágio, que esperam permanecer nas empresas como empregados diz,

¹⁵⁵ Ainda que sejam apresentados como eleitores do candidato, não se pode afastar a possibilidade de serem atores representando o papel de eleitores.

enquanto mostra a formatura de uma turma e exibe as imagens de dois formandos: “Para o Sérgio, o diploma garantiu uma promoção no emprego, o Rafael está na maior alegria. Afinal, se formar na faculdade era um sonho que ele alimentava desde criança”. Em seguida o formando Rafael Belluco, aluno da FATEC de São Jose dos Campos é mostrado falando:

“se eu hoje aqui em São Paulo consigo ter essa oportunidade, por que o cara lá no Amazonas, no Acre, ou em qualquer lugar não pode ter? Então, se realmente o programa se estender para o Brasil, muitas pessoas como eu vão chegar um dia e poder agradecer, falar assim, obrigado ao Serra, por que hoje eu me formei e consegui concluir mais uma etapa da minha vida”.

No dia 25/09/2010 a cena da eleitora agradecida chorando e sendo consolada pelo candidato José Serra é reapresentada e uma eleitora aparece dizendo “*estou aqui, ó, vendo o mundo que eu não via*” depois do candidato ser nominado como o melhor ministro da saúde que o Brasil já teve. Enquanto a imagem de uma clínica de reabilitação é mostrada a narrativa em *off* diz que “*O mesmo José Serra criou esta clínica de reabilitação para pessoas com todo tipo de deficiência*” e um paciente que se acidentara é mostrado sob a narrativa de que aos poucos vai se recuperando e o locutor diz que ele “*faz questão de mandar um recado para o Serra*”. Em seguida a narrativa continua: “*Serra fez o genérico e até hoje tem a gratidão da dona Augusta*” e é reapresentada a declaração prestada em 16/09/2010.

Ainda que numa hora ou noutra indivíduos sejam exibidos no HGPE da candidata Dilma Rousseff, o enfoque é inteiramente diverso da abordagem feita nas propagandas de José Serra. Indivíduos que aparecem na propaganda do candidato do PSDB, invariavelmente, o fazem agradecendo as realizações e possibilidades individuais que lhe foram ofertadas. No programa da Dilma os entrevistados abordam a postura de conquista diante das mudanças pelas quais acreditam o país passou.

No dia 11/09/2010, no HGPE de Dilma Rousseff um eleitor é apresentado narrando sua vida em primeira pessoa e falando das conquistas havidas nos últimos tempos, nos seguintes termos: “*Eu saí da Bahia com 16 anos e vim para São Paulo, sonhando em ter as coisas porque lá não tinha. Ralei, ralei a vida todinha e não consegui ter nada não*”. Em seguida a esposa do eleitor aparece e diz: “*Eu trabalhava*

em firma. Trabalhava em confecção e aí caiu o serviço. Aí eu fui mandada embora; aí eu fiquei assim nessa vida de diarista direto”.

O eleitor é reapresentado dizendo:

“A mulher trabalhando como diarista e me dando comida. Eu fiquei em casa um tempão, porque a mulher que segurou muito tempo, a filha pequena... De uns seis anos para cá o negócio melhorou. Comecei a construir o saco de cimento era R\$ 25,00. Com o presidente Lula chegue a pagar R\$ 9,00. E o emprego estava aí na minha porta me procurando. Os caras me procuravam todo dia para trabalhar. Eu tinha como construir, como melhor a situação. E de lá pra cá eu não parei mais, só crescendo graças a Deus, só crescendo e o serviço sobrando. Agora eu não estou dando conta mais. A pessoa hoje constrói. O pessoal constrói, tá aí subindo”.

A esposa do eleitor volta a narrar: *‘você não podia sonhar alto assim porque não dava. Hoje todo mundo faz prestação. Tudo que eu sonho, mesmo não dando pra eu comprar a vista eu compro, eu parcelo’.* E o marido complementa:

“nós temos geladeira, nós temos fogão novo, nós temos microondas, nós temos móveis novos. Eu tenho até um carro razoável. Não é um carro de primeira, mas é um carro completinho que trabalha todo dia e não me faz vergonha. A minha filha tem computador notebook. Para uma pessoa que não tinha nada já tem luxo, né? Do Lula pra cá melhorou muito pra mim. Muito, muito, subi bastante. Eu quero que siga igual tá aí. Eu vou trabalhar todo dia com saúde. Eu e minha mulher que nós conseguimos tudo que nós precisamos”.

O que se depreende da narrativa do casal de eleitores em primeira pessoa é diverso do padrão de um eleitor que recebeu algo pelo qual manifesta gratidão, mas a melhoria das condições coletivas que foram criadas pelo governo lhes possibilitando conquistas e aquisições.

No HGPE do dia 16/09/2010 a campanha da candidata da coligação encabeçada pelo PT pontua a diferença nas palavras mais usadas na mídia na *“Era FHC”* e Serra e na *“Era Lula”* e Dilma, chamando a atenção para a diversidade de padrões dos dois momentos, e compara:

“Nos tempos do FHC e Serra as palavras mais presentes no dia a dia dos brasileiros eram arrocho, crise, desemprego, estagnação, inflação, FMI. Com Lula e Dilma, veio a mudança. E, com ela, outras palavras começaram a ganhar força no nosso dia a dia, como ascensão social, emprego, crescimento, estabilidade e soberania.. Essa é a nova história que Lula e Dilma começaram a escrever lado a lado com os brasileiros”.

No dia 21/09/2010 o HGPE de Dilma Rousseff aborda por duas vezes a palavra “pobre” e as pessoas mostradas são negras. Lula se apresenta como o candidato que combateu a pobreza e promoveu a inclusão e a ascensão social, mediante aumento do emprego, distribuição de rendas e aumento do consumo. Um dos exemplos dados da ação do consumo das classes C, D e E, é que passaram a consumir biscoitos, iogurte e material de limpeza. Algumas palavras chaves são inseridas nos discursos e repetidas exaustivamente, mesmo que o tema abordado seja outro, dentre as quais: inclusão, distribuição de renda, saúde, educação e segurança.

Ainda no mesmo dia um cidadão é individualmente apresentado narrando sua história. Inicialmente, dele se fala o seguinte: *“Izaque era cortador de cana. Um tempo que ele lembra com angústia”*. O cidadão prossegue: *“Saber que na casa da minha mãe estava faltando as coisas e eu sem poder fazer nada. Poxa, eu tenho que crescer logo, tenho que crescer para ajudar minha mãe. Não posso ver minha mãe numa situação dessa, não. Hoje Hoje tô aqui, né”?*

A candidata Dilma Rousseff aparece no vídeo dizendo que *“Hoje, o Izaque ajuda a construir navios. Ele subiu na vida. Assim como a nossa indústria naval que antes estava praticamente falida e hoje já é uma das maiores do mundo”*.

A ascensão social do cidadão Izaque, que de cortador de cana transformou-se em operário da construção naval é retratada como decorrente do alavancamento da indústria naval no país e o cidadão não é apresentando em agradecimento. A exibição individual do operário que ascendeu socialmente é meramente exemplificativa para ilustrar o ressurgimento de um setor industrial. E o cidadão retoma:

“Quando eu vou pra casa da minha mãe no interior é um orgulho só. O pessoal fica perguntando: puxa, o cara trabalha no estaleiro, aquela empresa grande. Eu já vi passar na televisão, já. Puxa, que orgulho, heim? Parabéns! É uma felicidade, quando eu chego no interior é uma alegria”.

No dia 28/09/2010 a candidata Dilma Rousseff falando das novas condições do Brasil, onde há recorde de produção agrícola, empregos e possibilidades de consumo diz que *“hoje, ninguém que nasce pobre está condenado a ser pobre para sempre. Pelo contrário, ele sabe que pode subir na vida e que tem um governo que vai lhe apoiar”*. Ainda no mesmo dia a campanha da candidata Dilma Rousseff fala que *“36 milhões de brasileiros subiram para a classe média. 28 milhões saíram da pobreza extrema”*. Estes números não são precisos, pois durante o HGPE eles variam. Em 04/09/2010 a candidata Dilma Rousseff diz que *“o governo retirou 24 milhões de brasileiros da linha da pobreza”*. Mas, a propaganda fala de mudanças e diz que as mudanças continuarão a ocorrer, prometendo um futuro melhor.

Além de trabalhar com categorias coletivas, nas quais estão os eleitores, tais como peão, vaqueiro, metalúrgico, caminhoneiro, tratorista, agricultor, artista, operário, pescador etc... a campanha de Dilma Rousseff destaca o regionalismo brasileiro. Em alguns momentos a candidata se colocava numa região do país e o presidente Lula em outro e um falava com o outro à distância. Enquanto ele estava em Porto Velho, RO, ela estava no Chuí, RS. Enquanto ela estava em Ouro Preto, MG, ele estava em Porto Alegre, RS. E assim a campanha se desenvolveu ressaltando as categorias coletivas e as regiões geográficas. No dia 30/09/2010 a candidata Dilma Rousseff é apresentada falando de diversas regiões do país: de Ouro Preto, MG; de Fortaleza, CE; de Salvador, BA e de Belo Horizonte, MG. De outros lugares responde intercaladamente a cada apresentação da candidata, o presidente Lula, de Porto Alegre, RS; de Curitiba, PR e de São Paulo, SP. Ao mesmo tempo que expõe as regiões a candidatura de Dilma propicia a uma visão global da nacionalidade brasileira.

QUADRO 12

Estrutura retórica da campanha eleitoral dos candidatos

Dilma Rousseff e José Serra

	Dilma Rousseff	José Serra
Proposição	Para o Brasil seguir mudando	Brasil pode mais
Estrutura da campanha	Grupos coletivos: trabalhadores, povoamentos regionais, estudantes etc...	Eleitor individualmente agradecido ao candidato
Realizações	Inclusão e ascensão social, combate à pobreza, emprego, distribuição de renda e aumento de consumo	Remédios genéricos e atendimentos pessoais

6.7 –A agenda não-eleitoral e o noticiário político no JN

Da mesma forma que assuntos alheios à política são trazidos para a campanha ou para a propaganda eleitoral, determinados temas relevantes para o processo de tomada de decisão ou exercício do poder são tratados como assuntos cotidianos, possibilitando ao eleitor pressupor que se trata de questão naturalizada ou a única forma possível de se defrontar com a questão.

Ainda que determinadas questões sejam noticiadas no JN sem que o telespectador as vislumbre como abordadas sob o prisma da eleição, muitas das notícias acabam por reforçar o sistema de crenças do eleitor/telespectador. Dentre tais questões podemos citar matéria sobre a rentabilidade do agronegócio, entrevista com os maquinistas de tal atividade ou as divisas obtidas com as importações. Tais noticiários podem ser interpretados como tentativas de dialogar, responder e neutralizar críticas que se possa fazer no HGPE quanto à necessidade de parcelamento do solo ou os problemas ambientais da agricultura de extensão, por exemplo. Um noticiário sobre a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil pode neutralizar a crítica à especulação

financeira. Mas, buscamos analisar no JN os temas que diretamente envolvem o processo eleitoral, bem como a cobertura dada a cada candidato, sem análise do conteúdo ideológico de outras que não se expressassem diretamente sobre a campanha, seus candidatos ou a repercussão eleitoral de determinados temas.

No dia 19/08/2010 os candidatos Dilma Rousseff e José Serra, em momentos distintos estiveram no 8º Congresso Brasileiro de Jornais, realizado no Rio de Janeiro. Ambos defenderam a liberdade de imprensa, como garantia da democracia. José Serra criticou os congressos organizados pelo governo para tratar de comunicação e Dilma defendeu tais congressos como forma de aperfeiçoamento da instituição midiática. O ministro das comunicações defendeu a realização de tais debates, como meio de aperfeiçoamento dos mecanismos para a liberdade de expressão. Apenas os dois candidatos foram mostrados no JN naquele dia.

No dia 21/08/2010 o JN cobriu além das atividades dos candidatos José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva a dos candidatos José Maria do PSTU e Levi Fidélis do PRTB. A apresentação de posições ideológicas, bandeiras históricas dos partidos de esquerda, como PCB, PSTU e PCO, não têm apelo eleitoral, podendo ser tomada como evidência empírica o baixo percentual de votos obtidos por estes partidos na eleição presidencial. Tais propostas não geram empatia, porque parecem não ser entendidas pelo eleitorado como realizáveis. Concretamente, as propagandas destes partidos no HGPE nutrem-se de valores ideológicos não programáticos e promissores de outra sociedade, sem apelo para os problemas empíricos, no sentido de reais-concretos postos durante a campanha e para os quais se demandava apresentação de alguma solução. Os candidatos do PSDC e PRTB, Eymael e Levy Fidelix respectivaemnte, não apresentaram proposta alguma. Seus discursos não se destinaram a nenhum segmento da sociedade, sendo centrados em abstrações e generalidades. O primeiro promete a defesa da família e da pátria e o outro acabar com os juro. A candidatura pode estar servindo apenas para a visualização do candidato e possibilitar torná-lo familiar ao público para viabilizar candidatura em eleições proporcionais futuras. Levy Fidélis, do PRTB, se propõe a ser a voz do eleitor na presidência. O cargo que disputa tem natureza executiva e majoritária, mas o candidato se propõe a ser o interlocutor do eleitor.

No dia 30/08/2010 Dilma Rousseff falou no JN sobre a necessidade de reforma tributária, Marina Silva sobre preservação do meio ambiente e José Serra sobre sua

proposta de redução dos impostos sobre consumo dos pobres, além de mais investimentos para alavancar o desenvolvimento. A proposta de redução dos impostos sobre consumo dos pobres não foi explicitada.

O candidato Plínio de Arruda Sampaio no JN do dia 31/08/2010 falou sobre a limitação da propriedade em 1.000 hectares, possibilitando a manutenção do homem no campo e a ampliação do número de proprietários. A repórter Sandra Moreyra disse que em encontro com estudantes “*Plínio de Arruda Sampaio anunciou que se for eleito vai fazer uma reforma agrária radical*”. A proposta evidentemente não considera os problemas decorrentes da tentativa de sua implementação, ainda que mais timidamente, como ocorreu no governo Jango, que tão somente propunha a desapropriação por interesse social em casos especificados e “*mediante justa indenização devida ao proprietário*” (BRASIL, 1962)¹⁵⁶.

Da análise retórica das eleições de 2010 evidencia-se que o tema privatização aparece no HGPE como o “patinho feio” que ninguém quer ser o dono. Assim, Dilma Rousseff acusa José Serra de haver privatizado as riquezas nacionais e este diz que Lula e Dilma privatizaram a exploração do petróleo mais que todos os governos anteriores. Mas, na contramão dos discursos eleitorais está a mídia que não apenas defende a privatização, mas a apresenta como “único caminho” e correspondente da vontade coletiva. O tema, objeto de acalorados debates no HGPE durante o segundo turno das eleições não fora objeto de debate no primeiro turno. Tampouco foi objeto de matérias do JN, evidenciando-se o padrão omissão, por mais que o tema se tenha apresentando relevante durante a campanha (Biondi *in* Abramo, 2003).

6.7.1 – Os candidatos no JN

Emblemática durante a campanha eleitoral de 2010 foi a forma como o JN apresentou os candidatos. Dilma Rousseff predominantemente era apresentada falando à frente de uma bateria de microfones, sem mostrar a presença do público que a assistia, dando a ideia de que estava só. Pela não explicitação também era desconstruída a

¹⁵⁶ Disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4132.htm no dia 31/10/2011 às 16:53h.

finalidade dos comícios e caminhadas das quais a candidata participava e era apresentada no HGPE. Diversamente, José Serra e Marina Silva eram apresentados em meio a cabos eleitorais no corpo a corpo da campanha ladeados por muitos “eleitores”.

Emblemática foi a exibição no dia 17/09/2010. A candidata Dilma Rousseff é mostrada chegando numa cidade num jatinho, em seguida é mostrada a comitiva de carro que a leva ao hotel e ao final ela é exibida falando sozinha diante de microfones. A candidata Marina Silva é apresentada no meio de mulheres que fazem artesanato no ES. O repórter André Junqueira, após exibir o acolorado encontro da candidata com as “paneleiras” narra o seguinte: *“Marina Silva seguiu depois para vitória da Conquista na Bahia, onde fez uma carreata”*. A candidata Marina Silva enquanto esta frase é dita está entrando numa van e dando adeus para os eleitores e reaparece na cidade seguinte na carreata. Considerando o conceito imagem-mensagem o que se depreende é que a candidata foi de Vitória, ES para Vitória da Conquista, BA, de van, diverso do avião, veículo utilizada por Dilma Rousseff. O candidato José Serra jamais é apresentado sozinho e quando rodeado de outras pessoas não é utilizada a técnica de close no rosto, como acontece com a candidata Dilma, a exemplo do que foi exibido no dia 08/10/2010.

6.7.2 – *Proposições e denúncias pontuais do sistema no HGPE*

No dia 17/08/2010 o candidato Plínio de Arruda Sampaio denunciou que os financiamentos de campanha tem serviço para alimentar a corrupção e propõe o financiamento público de campanha. O candidato Rui Pimenta, do PCO, disse que a eleição não era democrática e que era um jogo de cartas marcadas, pois os candidatos do sistema que aponta como sendo Dilma Rousseff e José Serra teriam feito campanha durante quatro anos, enquanto os demais candidatos teriam garantido pela Justiça Eleitoral apenas dezoito minutos durante o horário eleitoral e que apenas quatro candidatos são convidados para os debates. O candidato José Maria, do PSTU, fala da espoliação, do pouco tempo de televisão e marginalização dos debates. O candidato Ivan Pinheiro, do PCB, afirmou na mesma data que o voto consciente é voto de protesto, pois o Brasil só muda com a revolução e no dia 19/08/2010 voltou a dizer que

o capitalismo somente produz fome, miséria, guerra, destruição do meio ambiente e corrupção, num discurso que nega a realidade na qual as pessoas estão inseridas e que se acreditam em processo de inclusão social, retirando suas oportunidades de atrair o eleitorado.

A campanha de José Serra tentou inicialmente uma empática aproximação com o presidente Lula, ao mesmo tempo em que desqualificava a sua candidata. Serra evitou atacar o presidente Lula provavelmente considerando os seus altos índices de aprovação popular. Começou a campanha se autointitulando o melhor candidato para suceder o presidente Lula, pois dizia ser o homem mais preparado para governar o Brasil e que tinha vivência que a candidata Dilma Rousseff não tinha. A estratégia retórica não foi bem sucedida, pois o presidente Lula em diversas oportunidades apareceu atribuindo à candidata o sucesso do seu governo e falando de sua competência e mais: que era a pessoa mais preparada para dar seguimento às suas realizações. Disse o presidente Lula em 19/08/2010: *“Acho que não tem no Brasil ninguém mais preparado que a Dilma”*, e ainda na mesma data: *“grande parte do sucesso do meu governo se deve á capacidade da Dilma”*. As declarações do presidente Lula visavam neutralizar e esvaziar eleitoralmente a estratégia retórica utilizada pela propaganda de José Serra, no que dizia respeito a tentar aproximá-lo do alto prestígio que Lula evidenciava ter pelos altos índices de aprovação popular obtidos em seguidas pesquisas de opinião pública e desqualificar Dilma como sua lúdima sucessora, como candidata petista.

No dia 19/08/2010 o candidato Plínio de Arruda Sampaio voltou a falar sobre a limitação do tamanho das propriedades, para o que convocaria um plebiscito popular. O candidato Rui Pimenta propôs um governo dos trabalhadores, sem banqueiros, capitalistas e latifundiários e o candidato José Maria disse que estatizaria todas as empresas.

Em 21/08/2010 o candidato Ivan Pinheiro denunciou a mídia tradicional a quem chama de meios de “desinformação burgueses” e disse que somente divulgam os candidatos que não querem mudança e que servem aos capitalistas que os financiam e ao povo se revesa o direito de votar e esperar a próxima eleição. Mas, que somente haverá democracia com participação popular.

No dia 26/08/2010 o candidato José Maria traz para o HGPE pela primeira vez as questões de gênero e racial e diz que “*A lei Maria da Penha não protegeu Elisa [Samúdio] como não protege as mulheres trabalhadoras, negras e pobres, que são vítimas de violência. O racismo ainda é forte no Brasil*”. Em seguida a narradora do PSTU continua dizendo que “*a burguesia branca retirou as cotas do estatuto da igualdade racial e até a denúncia do racismo sumiu do texto*”. Numa manifestação é exibido cartaz onde se lê “*não há capitalismo sem racismo! PSTU*”.

Em 02/09/2010 o PSOL apresenta um conjunto de índices, sem citar as fontes, onde explicita que as condições de vida das pessoas negras são piores que das pessoas brancas: “*No Brasil 70% dos que vivem abaixo da linha da pobreza são negros. As favelas brasileiras têm 66% de famílias negras. 65% dos encarcerados no Brasil são negros e 95% são pobres, quase a metade está presa sem julgamento*”. E conclui com a mesma frase usada pelo PSTU em programa do dia 26/08/2010: “*Não há capitalismo sem racismo*”.

O candidato a vice-presidente do PSOL, Hamilton Assis, aparece dizendo que

“a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais e da população negra desse país, é inaceitável. Reforma agrária, investimentos em educação, saúde, moradia e geração de emprego, são fundamentais para combater a pobreza, a discriminação e a desigualdade”.

A questão racial é pontuada no discurso de Dilma Rousseff, mas afirmando o conceito de mestiçagem. No dia 30/09/2010, último dia de campanha eleitoral gratuito a candidata Dilma Rousseff traz a questão racial para sua campanha, dizendo que era hora de continuar a construção de “*um Brasil que tem que ser cada vez mais alegre e criativo. Cada vez mais democrático e mestiço*”. Por seu turno o presidente Lula aparece dizendo que a candidata “*Dilma gosta dos pobres, respeita a vida, a paz, a liberdade e as religiões*”.

A exposição de pesquisas eleitorais no HGPE é uma constante pelos candidatos Dilma Rousseff e José Serra. A fim de aumentar a confiança do eleitorado e impactar indeciso, Dilma Rousseff mostra sua ascensão e declínio do opositor. Ao contrário, este tenta mostrar que a diferença é pequena e facilmente reversível. É o que ocorre nos dias 11/09/2010, 16/09/2010 e 18/09/2010 e no segundo turno nos dias 21/10/2010,

26/10/2010, 27/10/2010 e 28/10/2010. Neste último dia José Serra apresenta pesquisas dos institutos GPP e Veritá e afirma estarem as intenções de voto empatadas. Marina Silva também o faz, no dia 21/09/2010, chamando a atenção para o crescimento de sua candidatura nas pesquisas de intenção de voto e em 23/09/2010 apresenta números de pesquisa e fala de “*onda verde*”.

Uma questão que ressalta a campanha são as promessas de criação de ministérios. Ao invés de se apresentar uma proposição para os problemas, candidatos apresentam propostas de criação de órgão, sem lhes especificar as funções ou como atuariam para resolver os problemas ou atender às demandas. No dia 18/09/2010 o candidato José Serra prometeu criar dois ministérios: o ministério do deficiente físico e o ministério da segurança, o que voltou ser objeto de abordagem no segundo turno das eleições, no dia 24/10 e 25/10. No dia 21/09/2010 o candidato Eymael prometeu a criação do ministério da família para “*proteger as instituições religiosas*”.

7 – Conclusão

Dentre as conclusões a que chegamos, queremos destacar que:

1. O fato de haver um qualitativo conjunto de confusões e imprecisões que se fazem presentes tanto em análises acadêmicas quanto em análises de cunho jornalístico no que diz respeito a conceitos como o de “coronelismo”, conceito do qual nos valem na acepção clássica, ou seja, a cunhada por Victor Nunes Leal, em 1948. Destacamos esta questão nas “conclusões” - questão amplamente discutida no capítulo 3 - por fazer parte da espinha dorsal da elaboração teórica que informa a tese no sentido que possibilita distinguir o “coronelismo”, como forma de ordenamento político peculiar da 1ª República, de coronelismo eletrônico, expressão conceitual que em analogia ao “coronelismo” vem sendo utilizado como “noção” que permite a aproximação compreensiva de maneira como se faz política na era das mídias globais . Segundo Leal, o coronelismo é um pacto governativo entre o poder central, as oligarquias regionais e o poder local e é evento de ocorrência na 1ª República, não se confundindo com mandonismo, com as formas de troca que caracterizam o clientelismo ou com a manutenção de dependência própria do assistencialismo. Ainda que os coronéis possam ter subsistido à revolução de 30, com seus poderes de mando local, o pacto coronelista, ou coronelismo, não subsistiu.
- 1.1. Os programas de assistência social estabelecidos pelo governo federal, ainda quando não estabelecidos visando estabelecimento de práticas clientelistas, podem possibilitá-las, assim como outras práticas remanescentes do nosso passado histórico podem ser revisitadas, estabelecendo novos arranjos que garantam a sobrevivência de formas tradicionais de dominação.
2. Os grupos empresariais que exercem a hegemonia no mercado das comunicações no Brasil estão estruturados de forma oligopolista sendo

geridos por empresas familiares ou clãs de outro tipo, tal como grupos com identidade religiosa. Em alguns casos, são empreitadas pessoais tal como o foram as empreitadas no Brasil rural de outrora.

- 2.1 Os referidos grupos hegemônicos se caracterizam pela gestão pessoal do proprietário, do clã ou da família do instituidor. Em alguns casos caracteriza-se por empresas familiares, dada a presença de algumas características que as definem. A presença de profissionais contratados na execução de suas atividades de mando e direção, não lhes afasta a natureza arcaica que tipifica a manutenção de empresas familiares no momento presente, na qual o procura da racionalidade em sentido weberiano está cada vez mais colocado na ordem do dia. Ao contrário, tal manutenção dá continuidade ao tipo de dominação empresarial referido possibilitando a sobrevivência na atualidade de uma espécie de modernidade conservadora decorrente de aspecto peculiar da cultura política brasileira que Paulo Mercadante (1965) designou como consciência conservadora no Brasil.
- 2.2 O coronelismo eletrônico é expressão contemporânea que não deriva diretamente do sistema coronelista analisado por Victor Nunes Leal. A expressão é tomada apenas como analogia ante a interdependência de certas empresas de comunicação com os governos às custas de verbas publicitárias e aquisição dos seus produtos, em troca de apoio no noticiário. Não há um “pacto governativo permanente” entre o sistema midiático e os poder público, nem a hierarquização que existia entre poder central, oligarquias regionais e poder local na 1ª República. O fenômeno designado como coronelismo eletrônico decorre do uso da empresa de comunicação para fins eleitorais, pelo uso da empresa pelo seu proprietário em proveito próprio ou de terceiro com apoio de verbas públicas. Assim como os chefes políticos locais, na 1ª República, não eram necessariamente coronéis ou proprietários rurais, mas agentes no fenômeno coronelista, a mera propriedade de meios de comunicação por atores políticos pode não se constituir em modalidade de coronelismo eletrônico.

- 2.3 Assim como o fator definidor do coronel da primeira republica é a articulação com o poder central e o recíproco compromisso político; o que define o coronel eletrônico são os papéis desempenhados no jogo com o poder concedente, seja como partícipe nas conciliações ou na atividade retaliadora dos que, de algum modo, não estão alinhados com o projeto político defendido pelos grupos que detém a hegemonia dos meios de comunicação.
3. Os meios de comunicação de massa são importantes instrumentos para uma cada vez maior eliminação das formas políticas tradicionais de disputa pelo voto do eleitorado, como “o corpo a corpo” e os comícios, mas contribuíram de maneira decisiva para o surgimento da espetacularização da política.
 - 3.1 Em diversas ocasiões a mídia televisiva extrapola o papel de agente de informações dando a entender que fala como detentora do papel de árbitro legal de questões políticas, adentrando esfera de competência dos poderes institucionais, e salvo quando outro veículo de comunicação lhe antepõe, promovendo o arbitramento do papel que desempenha, busca pautar as procedimentalidades e o tempo das ocorrências políticas ou jurídicas.
4. Os percentuais de abstenções, de votos nulos e de votos em branco nas eleições locais para vereador e prefeito não diferem significativamente dos percentuais nas eleições estaduais para deputado e governador, federais para deputado e senador ou nacionais para presidente da república, indicando que o assistencialismo no âmbito local pode ser uma variável na formação da opinião eleitoral, mas sem que se apresente como variável significativa.
 - 4.1 Os partidos pequenos, sejam ideológicos ou não, considerando pelas suas participações no HGPE, não apresentam argumentos tipificados por empáticos ou apelos eleitorais, perdendo-se em generalidades ou propostas inteiramente deslocadas da realidade.

- 4.2 A mídia faz a pauta e a clivagem da disputa, dando espaço no noticiário para alguns candidatos e inviabilizando outros. Nas eleições de 2010 o candidato Plínio de Arruda Sampaio, do PSOL, foi incluído dentre os quatro candidatos com direito à aparição no horário nobre do noticiário e nos debates com os três candidatos melhores situados nas pesquisas de intenção de voto. Ainda que igualmente não atingisse 1% das intenções de votos nas pesquisas foi mantido nesta situação durante toda a campanha. Mesmo tendo sido escolhido pela mídia como quarto candidato do pleito e participado dos debates organizados pelas empresas de televisão, Plínio de Arruda Sampaio teve 0,8% dos votos e sua expressão eleitoral não ultrapassou o percentual de 1%, tal como os demais “candidatos nanicos”.
5. A eleição de 2010 diferiu de eleições anteriores, notadamente da eleição para presidente da República de 1989, quando houve forte polarização entre as candidaturas de Lula e de Collor que disputaram o segundo turno da eleição presidencial. Nas eleições realizadas em 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006 também houve relativa polarização ideológica entre os candidatos. Mesmo as eleições de 2002, que elegeu Lula pela primeira vez, havia outros candidatos na disputa eleitoral. Naquela eleição havia outros dois candidatos em 3º e 4º lugares, quais sejam, os candidatos Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS) que obtiveram, respectivamente no primeiro turno das eleições 17,87% e 11,97%, enquanto os candidatos Lula e Serra que foram para o segundo turno obtiveram, respectivamente, 46,44% e 23,20%. Nas eleições de 2010 os quatro candidatos mais votados vieram da mesma matriz ideológica, ainda que no pleito tivessem assumido distintos papéis.
- 5.1 Ainda que fosse sensível a partidarização da atividade das empresas de comunicação a única empresa de comunicação que explicitou sua preferência por um candidato foi o jornal Estado de São Paulo, que em editorial¹⁵⁷ publicado em 26/09/2010 explicitou seu apoio ao candidato

¹⁵⁷ No dia 26/09/2010 o jornal Estado de São Paulo, o Estadão, publicou na seção “Notas e Informações” o editorial intitulado “O mal a evitar” no qual afirmava apoio à candidatura José Serra. Foi o único veículo de comunicação que explicitou sua opção política no pleito. Texto disponível no site

José Serra¹⁵⁸. Mas, as preferências eleitorais dos setores da mídia televisiva que apoiaram José Serra e Dilma Rousseff não levou à clivagem de eleições anteriores, notadamente a de 1989.

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255,0.htm> no dia 12/05/2012 às 16:33h:

“A acusação do presidente da República de que a Imprensa "se comporta como um partido político" é obviamente extensiva a este jornal. Lula, que tem o mau hábito de perder a compostura quando é contrariado, tem também todo o direito de não estar gostando da cobertura que o **Estado**, como quase todos os órgãos de imprensa, tem dado à escandalosa deterioração moral do governo que preside. E muito menos lhe serão agradáveis as opiniões sobre esse assunto diariamente manifestadas nesta página editorial. Mas ele está enganado. Há uma enorme diferença entre "se comportar como um partido político" e tomar partido numa disputa eleitoral em que estão em jogo valores essenciais ao aprimoramento se não à própria sobrevivência da democracia neste país.

“Com todo o peso da responsabilidade à qual nunca se subtraiu em 135 anos de lutas, o **Estado** apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República, e não apenas pelos méritos do candidato, por seu currículo exemplar de homem público e pelo que ele pode representar para a recondução do País ao desenvolvimento econômico e social pautado por valores éticos. O apoio deve-se também à convicção de que o candidato Serra é o que tem melhor possibilidade de evitar um grande mal para o País.

“Efetivamente, não bastasse o embuste do "nunca antes", agora o dono do PT passou a investir pesado na empulhação de que a Imprensa denuncia a corrupção que degrada seu governo por motivos partidários. O presidente Lula tem, como se vê, outro mau hábito: julgar os outros por si. Quem age em função de interesse partidário é quem se transformou de presidente de todos os brasileiros em chefe de uma facção que tanto mais sectária se torna quanto mais se apaixona pelo poder. É quem é o responsável pela invenção de uma candidata para representá-lo no pleito presidencial e, se eleita, segurar o lugar do chefe e garantir o bem-estar da companheirada. É sobre essa perspectiva tão grave e ameaçadora que os eleitores precisam refletir. O que estará em jogo, no dia 3 de outubro, não é apenas a continuidade de um projeto de crescimento econômico com a distribuição de dividendos sociais. Isso todos os candidatos prometem e têm condições de fazer. O que o eleitor decidirá de mais importante é se deixará a máquina do Estado nas mãos de quem trata o governo e o seu partido como se fossem uma coisa só, submetendo o interesse coletivo aos interesses de sua facção.

“Não precisava ser assim. Luiz Inácio Lula da Silva está chegando ao final de seus dois mandatos com níveis de popularidade sem precedentes, alavancados por realizações das quais ele e todos os brasileiros podem se orgulhar, tanto no prosseguimento e aceleração da ingente tarefa - iniciada nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique - de promover o desenvolvimento econômico quanto na ampliação dos programas que têm permitido a incorporação de milhões de brasileiros a condições materiais de vida minimamente compatíveis com as exigências da dignidade humana. Sob esses aspectos o Brasil evoluiu e é hoje, sem sombra de dúvida, um país melhor. Mas essa é uma obra incompleta. Pior, uma construção que se desenvolveu paralelamente a tentativas quase sempre bem-sucedidas de desconstrução de um edifício institucional democrático historicamente frágil no Brasil, mas indispensável para a consolidação, em qualquer parte, de qualquer processo de desenvolvimento de que o homem seja sujeito e não mero objeto.

“Se a política é a arte de aliar meios a fins, Lula e seu entorno primam pela escolha dos piores meios para atingir seu fim precípua: manter-se no poder. Para isso vale tudo: alianças espúrias, corrupção dos agentes políticos, tráfico de influência, mistificação e, inclusive, o solapamento das instituições sobre as quais repousa a democracia - a começar pelo Congresso. E o que dizer da postura nada edificante de um chefe de Estado que despreza a liturgia que sua investidura exige e se entrega descontroladamente ao desmando e à autoglorificação? Este é o "cara". Esta é a mentalidade que hipnotiza os brasileiros. Este é o grande mau exemplo que permite a qualquer um se perguntar: "Se ele pode ignorar as instituições e atropelar as leis, por que não eu?" Este é o mal a evitar”.

¹⁵⁸ Maria Rita Kehl escreveu em 02/10/2010, véspera da eleição, artigo intitulado “Dois pesos...” no qual afirmou que “*Este jornal teve uma atitude que considero digna: explicitou aos leitores que apoia o candidato Serra na presente eleição. Fica assim mais honesta a discussão que se faz em suas páginas*”, o que lhe rendeu demissão. Texto disponível no site <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dois-pesos,618576,0.htm> no dia 17/05/2012 às 19:50h.

6. O noticiário JN realçou questões que tangenciaram os valores, ideias e aspirações do eleitorado, como invasão de intimidade tratada no caso da violação do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato do PSDB José Serra, aborto e corrupção, como fartamente explorado o caso no qual os filhos da ex-ministra Erenice Guerra da Casa Civil teriam se envolvido, propiciando que deles se aproveitassem no HGPE o candidato opositor em prejuízo da candidata Dilma Rousseff.
- 6.1 As questões levantadas pelo noticiário do JN não se apresentaram como ciclos ascendentes de idéias, sentimentos ou aspirações que pudessem ser aproveitadas por José Serra. Mas, a imputação de tráfico de influência aos filhos da ministra Erenice Guerra se converteu em grande questão do marketing eleitoral naquela eleição e Marina Silva, pelo ciclo ascendente de sentimento anti-corrupção, teve aproveitamento no momento final da campanha do primeiro turno e lhe proporcionou significativa ampliação nas intenções de votos, que se refletiram nas urnas.

Vale ainda observar que além da mídia, notadamente do noticiário televisivo, há outras variáveis, não contempladas na presente tese, que de maneira substantiva também atuam sobre o imaginário do eleitorado influenciando no seu comportamento.

8 – Fontes primárias e referências bibliográficas

8.1 – Fontes primárias

ASSIS, Machado. *A semana*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, edição de 31/05/1896, 1896.

BARBOSA, Ferreira. *O Conflictu de Manhuassú*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, edição de 30/05/1896, 1896.

BRASIL. [Ministério da Viação e Obras Públicas. (Portaria nº 899, de outubro de 1956)]. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1956, Seção I, página 19250.

_____. Consultor Geral da República. Parecer nº 133-Z. Assunto: Controle das estações de radiodifusão pela Administração Pública, como Poder Concedente. Proibição de determinadas irradiações. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1956. Seção I, página 19250-19251.

_____. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I. Distrito Federal, 1954

DAMASCENO, João Batista. *O naufrágio da liberdade*. Rio de Janeiro: Jornal O Dia, edição de 07/03/2012, 2012.

HABERMAS, Jurgen. 1997. *Nos limites do Estado*. Folha de São Paulo, p. 5-4, São Paulo, 18 jul.

HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), edição noturna, eleição presidencial de 2010.

JN (Jornal Nacional), edições de 17 de agosto a 29 de outubro de 2010.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: 12/04/1945.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: 09/09/2002.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: 30/10/2005

JORNAL O GLOBO. Rio de Janeiro: 28/07/2004; 31/07/2004, 12/08/2005, 11/11/2005
E 12/11/2005.

LESSA, Carlos. *O exemplo do café*. Rio de Janeiro: Jornal O Dia, edição de 06/02/2010,
2010.

LOBATO, Elvira. *Igreja controla maior parte de TVs do país*. São Paulo: Jornal Folha
de S. Paulo, edição de 15/12/2007, 2007.

_____. *Políticos controlam 24% das TVs do país*. São Paulo: Jornal Folha de São
Paulo, edição de 06/08/2001, 2001.

_____. *Concessões crescem em família*. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo,
edição de 16/09/00, 2000.

MANIFESTO. *Concentração dos lavradores, commerciantes e industriaes (Partido
político organizado sob as idéas e estatutos do Partido Republicano Mineiro*.
Manhuassú: 1925.

NEGRÃO, Ricardo. *In* Revista Carta Capital nº 615. Set. 2010. Disponível no site
<http://www.cartacapital.com.br/politica/serra-e-poupado-no-jornal-nacional> no dia
23/09/2010 às 15:58h.

NOGUEIRA, Ítalo. Entrevista concedida pelo jornalista Ítalo Nogueira, do jornal *Folha
de S. Paulo* no dia 12/07/2011.

O PHAROL. Ano XLIV, nº 250. Juiz de Fora (Minas). Edição de 23 de outubro de
1909.

PINHEIRO, Theócritto, *Manifesto dirigido ao povo do município de Manhuassú pela
'concentração dos lavradores, comerciantes e industriaes' (partido político organizado
sob as bases e estatutos do Partido Republicano Mineiro)*. Manhuassu, 1925.

VIDIGAL, Antônio Carlos. *A empresa familiar, mitos e verdades*. Gazeta Mercantil, 05
ago. 1997, p. A-2.

8.2 – Referências bibliográficas

8.2.1 - Livros

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALAYÓN, Norberto. *Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* Trad. De Balkys Villalobos de Netto - São Paulo: Cortez, 1992.

ALMEIDA, André Mendes de. *Mídia eletrônica: seu controle nos EUA e no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

ALMEIDA, Cândido José Mendes e ARAÚJO, Maria Elisa de. *As perspectivas da televisão brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

_____. *Florestan Fernandes, a Escola de São Paulo e a sociologia crítica e militante*. (org. Paulo Emílio Matos Martins e Oswaldo Munteal). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; FGV, 2012.

AMORIM, Paulo Henrique. *Plim-plim: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. *Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1986.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 3ª. ed. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: 1997.

_____. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Com anotações de Orlando Valverde. Fac-símile. Rio de Janeiro: Edição da Divisão Cultural, 1963.

AVELAR, Lúcia e CINTRA, Antônio Octávio. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

BAGDIKIAN, Ben H. *Sociologia da comunicação: máquinas de informar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes. *O poder do clientelismo – raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituições brasileiras: 1891*. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2ª. ed., 2001.

BARSKY, Robert. F. *A vida de um dissidente: Noam Chomsky*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATTISTI, Cesare. *Ao pé do muro*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Ser bambu*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Minha fuga sem fim*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BERNHOEFT, Renato. *Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida*. 2ª. ed., São Paulo: Nobel, 1989.

BESSONE, Darcy. *Wenceslau, um pescador na presidência*. Sociedade de estudos históricos Pedro II, 1968.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991.

BONNER, William. *Jornal Nacional, modo de fazer*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2009.

BORGERTH, Luiz Eduardo. *Quem e como fizemos a TV Globo*. São Paulo: A Girafa editora, 2003.

BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL [Constituição [(1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 45ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.*

BRECHT, Bertold. O vôo sobre o oceano. In *Teatro completo*. 2.ed. 3º. vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BUGARIN, Maurício Soares et. al. *Controle dos gastos públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. “O significado de Raízes de Brasil” *In* HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDET, Ricardo. *Manual de jornalismo*. Lisboa: Editora Caminho, 1979.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. 1º. vol. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965a.

_____. *História das revoluções brasileiras*. 2º. vol. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965b.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os sertões do leste; achegas para a história da zona da mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª. ed. - São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1979.

CAVALCANTI, Amaro. *Regime federativo e República brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983a.

CAVALCANTI, Pedro. *A presidência de Wenceslau Braz (1914-1918)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983b.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHAUL, Nasr Fayad (Org.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em história/UFG, 1998.

CHUAHY, Eduardo. *Populismo: a quem serve a confusão conceitual?* Rio de Janeiro: Edição do autor, 2002.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalt: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Antônio de Souza. *A história de Antônio*. Belo Horizonte: Minasgraf editora, 2003.

COSTA, Caio Túlio. *O relógio de Pascal – a experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1991.

COSTA, Frederico Lustosa da. *Reforma do Estado e contexto brasileiro: crítica do paradigma gerencialista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CRAINER, Stuart. *Business the Rupert Murdoch way: ten secrets of the world's greatest deal maker*. New York: AMA Publications, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo; Saraiva, 1996.

DA MATTA, Roberto. *O que é o Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DA VIA, Sarah Chucid. *Televisão e consciência de classe*. Petrópolis, Vozes, 1977.

DELFIN NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. **In** *Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico* [Mauro Moitinho Malta, supervisor. Carlos Manuel Peláez, coordenador. Trad. De Magnólia Maciel Peláez]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café/Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

DIAS, Heloisa. *Estratégias narrativas e imagens da política: a eleição municipal de 1996 na primeira página do jornal O globo*". In NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MOREL, Marco (Org.). *História e Imprensa – homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos, anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, IFCH, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. *A República dos padrinhos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DIZARD Jr., Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.

DONNELLY, Roberto G. *A empresa familiar*. Harvard Business Review, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DÓRIA, Palmério. *Honoráveis bandidos: um retrato do Brasil na era Sarney*. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional –contribuição à sociologia política brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

_____. *Ética e sociologia da moral*. São Paulo: Landy, 2003.

_____. *De la division del trabajo social*. Argentina: Schapire Editor, 1967.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELLIOTT, Kimberly Ann. *A Corrupção e a economia global*. Brasília: Edunb, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000a.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. II. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000b.

_____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo: Editora Globo: 1958.

FARHAT, Saïd. *O fato opinião pública: como se lida com ele*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo; EDUSP, 1999.

FAUSTO NETO, Antônio. *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

FELIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª. ed. ver. ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: Getúlio, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Maria Regina Davina Pinto. *Coronelismo e poder local: o caso do município de Aliança, PE (1928-1945)*. Recife: SOPECE, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A república na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

FERNANDES, Wertevan Silva. *A força do clientelismo: práticas recorrentes na cidade de Pombal*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

FIGUEIREDO, Ney Lima. *Jogando para ganhar: marketing político, verdade e mito*. São Paulo: Geração editorial, 2002.

FIGUEIREDO, Ney Lima e FIGUEIREDO JR., José Rubens de Lima. *Como ganhar uma eleição (lições de campanha e marketing político)*. São Paulo: Cultura, 1990.

FLEISCHER, David V. *O recrutamento político em Minas – 1890/1918*. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1971.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Campina Grande: EDUFCBG, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano e introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Editora Record: Rio de Janeiro/São Paulo: 2002.

_____. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 19ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. *Ordem e Progresso: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

GALVÃO JR. João C. *Leviathan cibernético*. Rio de Janeiro: edição do autor, 2008.

GRANDI, Rodolfo et. al. *Voto é marketing ... o resto é política*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

GLOBO, Memória. *Jornal Nacional, a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

GUANABARA, Alcindo. *A presidência de Campos Sales*. Brasília: Senado Federal, 2002.

GUARESCHI, Pedrinho. A. *Comunicação e poder: a presença e papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUILHERME, Wanderley. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1963.

GUIMARAES, Aquiles Cortes. *Fenomenologia e direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAMBLOCH, Ernest. *Sua majestade o presidente do Brasil: um estudo do Brasil constitucional (1889-1934)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

HARRINGTON, Michael. *A revolução tecnológica e a decadência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 5 – Do Império à República. São Paulo: Difel, 1972.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromisso*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JOSÉ, Oiliam. *A propaganda republicana em Minas*. Belo Horizonte: Livraria da Revista Forense: 1960.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LACERDA, Estácio Brugger *in* MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio palanque – fazendo política no ar*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. – IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

_____. *A divisão de poderes no quadro político da burguesia*. **In** cinco estudos. Cavalcanti, Temístocles. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1955.

_____. *O Município e o regime representativo no Brasil – contribuição ao estudo do “coronelismo”*. Rio de Janeiro: Forense, 1948a.

_____. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1948b.

LESSA, Renato. *A invenção republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da 1ª República Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio. **In** LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 11ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1961.

LODI, João Bosco. *A empresa familiar*. 4ª. ed., São Paulo: Pioneira, 1993.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 1998.

MANGABEIRA, João. *Rui: O estadista da república*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

MAGALHÃES, Basílio. **In** Leal, Victor Nunes. *O Município e o regime representativo no Brasil – contribuição ao estudo do “coronelismo”*. Rio de Janeiro: Forense, 1948b.

MAGALHÃES, Dario de Almeida. *Rui Barbosa no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.

MANNHEIM, Karl. *O pensamento conservador*. **In** MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARINHO, Roberto. *15 anos de história*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1984.

MARTINS, Rodrigo Baptista. *A Matorca: o coronelismo e a violência no processo político brasileiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1977.

MERCADANTE, Paulo. *Das casernas à redação: a era de turbulências*. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

_____. *A consciência conservadora no Brasil*. 4ª. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks/UniverCidade Editora, 2003.

_____. *Crônica de uma comunidade cafeeira – Carangola: o vale e o rio*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

_____. *In A Masorca: o coronelismo e a violência no processo político brasileiro*, Martins, João Baptista. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1977.

_____. *A consciência conservadora no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

_____. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

_____. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: EdunB, 1981.

MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Poder e política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965

MONICA, Paul R. La. *A cabeça de Rupert Murdoch: como pensa e age o homem que mudou a mídia mundial, da Fox ao MySpace*. Rio de Janeiro, Agir, 2009.

MORAES, Denis de. “O capital da mídia na lógica da globalização”. *In* Moraes, Denis de (Org.). *Por uma Outra Comunicação – Mídia, Mundialização Cultural e Poder*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *Rádio palanque – fazendo política no ar*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

- _____. *O Rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.
- NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg. Torturas da polícia de Filinto*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.
- NEVES, Serrano. *Direito de imprensa*. São Paulo: Bushatsky, 1977.
- NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor – Brasília, DF: ENAP, 2003.
- OLIVEIRA, Ivan Guanais de. *Campestre do Coronel e o poder das oligarquias*. Salvador: Contexto & Arte, 2007.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1934, a Bahia na 1ª República brasileira*. Trad. de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PAZ, Octavio. *La Quête du Présent*. Ed. Gallimard. Paris, 1990.
- PENNA, Lincoln de Abreu (Org.). *Manifestos políticos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008a.
- _____. *O avesso do poder: a história republicana através da imprensa oposicionista*. Rio de Janeiro: Publit soluções editoriais, 2008b.
- _____. *Imprensa e política no Brasil: a militância política do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PINHEIRO, Cláudia. *A Rádio Nacional: alguns dos momentos que contribuíram para o sucesso da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- POLÍBIOS. *História*. Trad. De Mário da Gama Kury, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- PONTES, Antônio Barroso. *Mundo dos coronéis*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1970.

POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

QUEIROS, Paulo Edmur de Souza. *A sociologia política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Convívio, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *O Coronelismo numa Interpretação Sociológica*. **In** Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. pp. 155-190. São Paulo, Difel, 1975.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REGA, Lourenço Stelio. *Dando um jeito no jeitinho: como ser ético sem deixar de ser brasileiro*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2000.

REGO, André Heráclio. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REZENDE, Guilherme Jorge. *Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial*. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. *Lavoura e riqueza, voto e poder: uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira*. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996.

RIBEIRO Jr., Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

ROSA, Mário. *A reputação na velocidade do pensamento: imagem e ética na era digital*. São Paulo: Geração editorial, 2006.

ROSENN, Keith S. e DOWNES, Richard. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SALES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora UNB, 1983.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *A sociedade unipessoal*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

SAMPAIO, Nelson de Souza. *A justiça eleitoral*. Belo Horizonte: Revista brasileira de Estudos Políticos/UFGM, nº 34, 1972.

SANTA RITA, Chico. *Novas batalhas eleitorais: o que o público não vê nas campanhas políticas*. São Paulo: Ediouro, 2008.

SANTOS, Flávio Mateus. *A república do silêncio – manifestações do poder local no Leste de Minas*. Caratinga: Funec Editora, 2009.

SANTOS, Romilson Marco. *TV Globo e o documentário Muito além do Cidadão Kane: confronto na representação da realidade dos fatos a partir dos produtos telejornalísticos*. São Paulo: Annablume; Passos: UEMG-Fesp, 2010.

SANTOS, Theotônio. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

_____. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

_____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SARMENTO, Lourdes. *Primórdios da comunicação*. Rio de Janeiro: Edição telebrasil, 1981.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O estado espetáculo*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

SENECA. *As relações humanas: a amizade, os livros, a filosofia, o sábio e a atitude perante a morte*. São Paulo: Landy, 2002.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre o audiência do Jornal Nacional da Globo entre os trabalhadores*. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, Celson José. *Marchas e contramarchas do mandonismo local*. Belo Horizonte: Revista brasileira de Estudos Políticos/UFMG, 1973.

SILVA, Juremir Machado da. *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOBRINHO, J.B. de Oliveira. *O livro do Boni*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2011.

_____. *50 anos de TV no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SOUZA JÚNIOR, Paulino de. *In* GUANABARA, Alcindo. *A presidência de Campos Sales*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro – a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SOUZA, Reis de. *A república das alagoas*. Brasília: Grupo Brasília de Comunicação, 1992.

SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & coronelismo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TAVARES, José Antônio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TEIXEIRA, José Elaeres Marques. *A doutrina das questões políticas no Supremo Tribunal Federal*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris ed., 2005.

TINOCO, Brígido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TRINDADE, Hélió et. al. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VALE, Osvaldo Trigueiro. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. *Populações meridionais do Brasil: o campeador Rio-grandense*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949a.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Vol. II. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949b.

_____. *O Idealismo na constituição*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *Populações meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul*. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920.

VILAÇA, Marcos Vinícios e Albuquerque, Roberto Cavalcanti. *Coronel, coronéis*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978.

_____. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1993.

WOLFF, Michael. *O dono da mídia: os segredos de Rupert Murdoch, o magnata das comunicações do século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ZIZEK, Slavoj. *Robespierre: virtude e terror*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008.

_____. *Bem-vindo ao deserto do real: cinco ensaio sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Matrix: ou os dois lados da perversão. In Matrix: bem-vindo ao deserto do real* [coletânea de William Irwin]. São Paulo: Madras, 2002.

ZWEIG, Stefan. *Brasil – país do futuro*. Distrito Federal: Guanabara, 1941.

8.2.2 – Artigos

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro e sua liderança em Minas*. Análise e Conjuntura, Belo Horizonte, vol. 5 – nº 2 – mai., ago./1990.

BARROS, Hermenegildo. *A Reforma da Constituição no STF – o “habeas corpus” durante o estado de sítio*. Belo Horizonte: Revista Forense, 1926.

BATISTA, Nilo. *Notas sobre o controle externo do Poder Judiciário*. Revista Emerj, v. 7, nº 28. Rio de Janeiro: TJ/RJ, 2004

_____. *Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade.* Ano VII, nº 12 pag. 271/289. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BETHLEM, Agrícola de Souza. *A empresa familiar: oportunidades para pesquisa.* Revista de administração, São Paulo, v. 29, nº 4, p. 88-97.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Café. *Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico* [Mauro Moitinho Malta, supervisor. Carlos Manuel Peláez, coordenador. Trad. De Magnólia Maciel Peláez]. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In Dados – Revista de Ciências Sociais.* Vol. 40, nº 2. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

CARVALHO, José Murilo de e SILVA, Eduardo. *Entre a enxada e o voto.* Acervo – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, jan/jun 1987.

LEAL, Victor Nunes. *O Coronelismo e o coronelismo de cada um. In Dados.* Vol. 23, nº 1, pag.s 11 a 14. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

MELLO, Dorothy, N. *A sucessão na empresa familiar. Economia e empresa.* São Paulo. V. 2, nº 2, p. 68-70, abr./jun. 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VII, nº 76, Vol. XXVI, março 1957. pag. 43/58. São Paulo: Anhembi, 1957.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VII, nº 75, Vol. XXV, fev. 1957. pag. 507/521. São Paulo: Anhembi, 1957.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VII, nº 74, Vol. XXV, jan. 1957. pag. 249/261. São Paulo: Anhembi, 1957.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VII, nº 73, Vol. XXV, dez. 1956. pag. 51/67. São Paulo: Anhembi, 1956.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VI, nº 72, Vol. XXIV, nov. 1956. pag. 480/507. São Paulo: Anhembi, 1956.

_____. *O mandonismo local na vida política brasileira.* Ano VI, nº 71, Vol. XXIV, out. 1956. pag. 253/273. São Paulo: Anhembi, 1956.

8.2.3– Endereços eletrônicos.

ANANIAS, Patrus. *A questão da pobres saiu do campo do clientelismo*. 2007 [Internet] <http://www.mds.gov.br/noticias/a-questao-dos-pobres-saiu-do-campo-do-clientelismo-diz-patrus-ananias/?searchterm=economia%20solid%C3%A1ria> disponível no dia 17/06/2010 às 17:46h.

ARAÚJO, Rejane. *DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda*. s/d [Internet] <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP> disponível no dia 28/11/2011 às 17:43h.

BARATA, Germana. *Clientelismo é lógica de mercado na política in* Revista eletrônica de jornalismo científico nº 82 de 10/11/2006. [Internet] <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=19&id=198> disponível no dia 14/06/2010 às 15:32h

BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro e sua liderança em Minas*. in *Análise e Conjuntura*. , v. 5, nº 2 - mai./ago. Belo Horizonte: 1990. [Internet] http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&rls=com.microsoft%3Apt-br%3AIE-SearchBox&rlz=1I7SNNT_pt-BR&q=%22jo%C3%A3o+pinheiro+e+a+lideran%C3%A7a+em+minas%22&btnG=Pesquisar&meta=&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai= disponível no dia 12/-04/2010 às 15:32h.

BARRETO, Mariana Mont'Alverne. *TV Ceará: Processo de modernização da cultura local*. 2008. [Internet] http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=286&catid=68&Itemid=114 disponível no dia 02/11/2010 às 21:27h.

BRASIL [Lei Complementar (2010)]. Lei complementar 135. [Internet] <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicom/2010/leicomplementar-135-4-junho-2010-606575-norma-pl.html> disponível disponível no dia 11/05/2012 às 02:30h.

BRASIL [Constituição (1988)]. [Internet] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm disponível no dia 25/06/2010 às 18:6h.

_____. [Lei (1986)]. *Código Brasileiro de Aeronáutica*. [Internet]
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7565.htm disponível no dia 14/09/2011 às 18:39h.

_____. [Lei (1997)]. Lei 9504. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-norma-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:07h.

_____. [Lei (1985)]. Lei 7454. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7454-30-dezembro-1985-367979-publicacaooriginal-1-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:03h.

_____. [Lei (1979a)]. Lei 6767. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-norma-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:00h.

_____. [Lei (1979b)]. Lei 6683. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6683-28-agosto-1979-366522-norma-pl.html> disponível no dia 12/05/2012 às 17:19h.

_____. [Decreto (1973a)]. Decreto 73038. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73038-30-outubro-1973-421672-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:19h.

_____. [Decreto (1973b)]. Decreto 73028. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73028-30-outubro-1973-421642-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:17h.

_____. [Decreto-lei (1967)]. Decreto-Lei 236. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-236-28-fevereiro-1967-376046-norma-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:23h.

_____. [Lei (1965a)]. Lei 4737. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4737-15-julho-1965-356297-norma-actualizada-pl.html> disponível em 11/05/2012 às 02:58h.

_____. [Decreto (1965b)]. Decreto 56614. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56614-26-julho-1965-396913-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível 11/05/2012 às 03:10h.

_____. [Decreto (1963)]. Decreto 52795. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-52795-31-outubro-1963-392967-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:25h.

_____. [Lei (1962)]. Lei 4132. [Internet]
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4132.htm disponível no dia 31/10/2011 às 16:53h.

_____. [Decreto Lei (1939)]. Decreto-Lei 1202. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:51h.

_____. [Lei Constitucional (1938)]. Lei Constitucional 02. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/leicon/1930-1939/leiconstitucional-2-16-maio-1938-375202-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:42h.

_____. [Decreto-Lei (1937)]. Decreto Lei 88. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-88-20-dezembro-1937-350832-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:53h.

_____. [Lei (1936)]. Lei 244. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-244-11-setembro-1936-503407-publicacaooriginal-1-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:55h.

_____. [Decreto (1932a)]. Decreto 21111. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:14h.

_____. [Decreto (1932b)]. Decreto 21076. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:40h.

_____. [Decreto (1931a)]. Decreto 20047. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 21/05/2012 às 21:19h.

_____. [Decreto (1931b)]. Decreto 19656. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19656-3-fevereiro-1931-508520-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 04:17h.

_____. [Decreto (1930)]. Decreto 19398. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:31h.

_____. [Lei (1916)]. Lei 3139. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3139-2-agosto-1916-574077-publicacaooriginal-97276-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:37h

_____. [Lei (1894)]. Lei 221. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-221-20-novembro-1894-540367-publicacaooriginal-40560-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:26h.

_____. [Decreto (1890)]. Decreto 848. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-848-11-outubro-1890-499488-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:35h.

_____. [Decreto (1889)]. Decreto 6. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html> disponível no dia 11/05/2012 às 03:28h.

_____. [Decreto (1881)]. Decreto 3029. [Internet]
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html> disponível no dia 11/05/2012 às 02:46h.

CARIBÉ, Daniel. *O Programa Bolsa Família e o clientelismo*. 2010 [Internet]
<http://passapalavra.info/?p=21350> disponível no dia 17/06/2010 às 17:50h.

CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de. *Ser conservador*. in Revista espaço acadêmico. n° 50. jul. 2005. [Internet]

<http://www.espacoacademico.com.br/050/50ccarvalho.htm> disponível no dia 24/01/2008 às 11:15h.

COSTA, Gilbert. *Para cientistas sociais, não há comprovação se corrupção aumentou no Brasil*. Jul/2011. [Internet] <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-07-11/para-cientistas-sociais-nao-ha-comprovacao-se-corrupcao-aumentou-no-brasil> disponível no dia 18/09/2011 às 20:47h.

COUTINHO, Filipe. *Erenice presta depoimento à PF sobre tráfico de influência na Casa Civil*. Out/2010. [Internet] <http://www1.folha.uol.com.br/poder/819707-erenice-presta-depoimento-a-pf-sobre-traffic-de-influencia-na-casa-civil.shtml> disponível no dia 18/10/2011 às 11:57h.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Arguição de suspeição do ministro Nelson Jobim, amizade íntima do presidente do TSE com candidato*. Set/2002 [Internet] <http://jus.com.br/revista/texto/16520/arguicao-de-suspeicao-do-ministro-nelson-jobim> disponível no dia 11/04/2012 às 01:08h.

DAMASCENO, João Batista. *Individualismo e liberalismo: valores fundadores da sociedade moderna*. Out/2003. [Internet] http://www.achegas.net/numero/doze/damasceno_12.htm disponível no dia 14/06/2010 às 15:52h

_____. *Coronelismo, Urna eletrônica e voto: A Abin e o regime democrático no Brasil*. set-out/2002. [Internet] http://www.achegas.net/numero/um/j_damasceno.htm disponível no dia 14/06/2010 às 15:25h

_____ e Zaccone, Orlando. *O voto do preso no RJ: uma análise do processo eleitoral*. in Publicação oficial da Associação Juízes para a Democracia. Ano 12. nº 46. Jun.-Nov./2008. [Internet] http://www.ajd.org.br/arquivos/publicacao/63_democracian46.pdf disponível no dia 03/10/2011 às 00:13h

FARIAS, Francisco Pereira. *Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa*. In Revista de Sociologia e Política, nº 15. Nov/2000. Curitiba: 2000. [Internet] http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

44782000000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt disponível no dia 14/06/2010 às 15:17h

GASPARI, Élio. *A privatária quer mais dinheiro*. [Internet] <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2008200010.htm> disponível no dia 02/11/2010 às 21:55h.

GRZYBOVSKI, Denise e TEDESCO, Carlos. *Empresa familiar x competitividade: tendências e racionalidades em conflito*. 1998. [Internet] http://www.upf.tche.br/cepeac/download/rev_n11_1998_art3.pdf disponível no dia 20/12/2007 às 23:55h.

HSM Management [Revista]. 2007. [Internet] <http://www.hsm.com.br/hsmmanagement/index.php?> disponível no dia 25/01/2008 às 02:17h

LETHBRIDGE, Eric, *Tendências da empresa familiar no mundo*. Revista do BNDES, n. 7, Brasília, 1997. [Internet] <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=%22lethbridge%22+e+%22empresa+familiar%22&btnG=Pesquisar&meta=> disponível no dia 27/12/2007 às 14:50h.

LIMA, Hamilton Garcia de. *A tragédia do clientelismo*. Jun. 2008. [Internet] <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=934> disponível no dia 17/06/2010 às 15:53h.

LIMA, Venício A. de e LOPES, Cristiano Aguiar. *Rádios comunitárias: o coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)*. Fundação Perseu Abramo. 2007. [Internet] <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3604> disponível no dia 25/01/2008 às 16:15h.

_____. *Ética, mídia e reforma política*. Carta Maior. 2010. [Internet] http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4803 disponível no dia 28/11/2011 às 17:30h.

LOURENÇO, Luiz Cláudio. *HGPE e intenção de voto – observações sobre as eleições de 1998 ao governo de São Paulo e a presidência da república*. São Paulo: 2001

[Internet] <http://doxa.iesp.uerj.br/artigos/paper%20Congresso.pdf> disponível no dia 10/03/2012 às 18:02h

MACHADO, Hilka Vier. *Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares*. In *Psicologia em estudo*, vol. 10, nº 2, may/ago. Maringá: 2005 [Internet] <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a19.pdf> disponível no dia 27/12/2007 às 13:05h.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. Escândalos que não aparecem. 2001. [Internet] site <http://www.mail-archive.com/voto-eletronico@pipeline.iron.com.br/msg03374.html> disponível no dia 25/01/2008 às 00:27h.

NICOLAU, Jairo Marconi. *A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro*. VIII congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra: 2004 [Internet] <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf> disponível no dia 10/03/2012 às 15:57h.

_____. *As distorções na representação dos Estados na Câmara Federal Brasileira*. Dados. Vol. 40, nº 3, Rio de Janeiro: 1997 [Internet] http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300006 disponível no dia 10/03/2012 às 14:51h.

Observatório do Direito à Comunicação - Rádio e TV. 2007 [Internet] <http://analisedanoticia.blogspot.com/2007/10/band-e-globo-tm-concesso-ilegal.html> disponível no dia 20/01/2008 às 16:40h.

RENNÓ, Lúcio. R. *Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006*. Opinião Pública. Vol. 13, nº 2, Nov. Campinas: 2007 [Internet] <http://www.scielo.br/pdf/op/v13n2/a02v13n2.pdf> disponível no dia 10/03/2012 às 15:16h.

SALEJ, Stefan Bodgan. *O conceito de modernidade e as estratégias empresariais*. 1993 [Internet] <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1993/135.pdf> disponível no dia 24/01/2008 às 23:55h.

SANTOS, Suzy dos. *E-sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras*. In *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/Compôs*. dez. 2006 [Internet] http://www.fncc.org.br/arquivos/ecompos07_dezembro2006_suzydossantos.pdf disponível no dia 24/01/2008 às 12:35h.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelistas*. CPDOC. Rio de Janeiro: 2001 [Internet] http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1165.pdf disponível no dia 17/06/2010 às 18:46h

STF. *ADPF 132/RJ*. 2011 [Internet] <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=fam%EDlia+ho moafetiva&base=baseAcordaos> disponível no dia 25/10/2011 às 17:25h.

VIEGAS, José Manuel e FARIA, Sérgio. *A abstenção nas eleições legislativas de 2002*. ICSL/UL – FLAD. Fev. Lisboa: 2003 [Internet] <http://www.ics.ul.pt/ceapp/english/conferences/portugalatthepolls/viegasfaria/aabstenca oeleitoralde2002.pdf> disponível no dia 10/03/2012 às 17:37h.

8.2.4 – Teses e dissertações

ALVES FILHO, Aluizio. *Fundamentos metodológicos e ideológicos do pensamento político de Oliveira Vianna*. Dissertação de Mestrado (Mimeo). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

MOURA, Cristiane Soraya Sales. *O Rádio como Palco da Campanha Política: um estudo sobre os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de Lula em 2006*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2009.

OLIVEIRA, Luiz Ademir. *As estratégias retóricas na construção dos mundos de natureza ficcional da política: um estudo comparativo das campanhas de Belo*

Horizonte e Salvador na eleição municipal de 2000. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

_____. *A disputa política na televisão: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

ANEXOS

ANEXO I

Estudo de casos de mando local na Zona da Mata mineira, cerne da política do café com leite, contemporâneos ao arranjo institucional coronelista¹⁵⁹

Entre os casos que são emblemáticos do poder do coronel¹⁶⁰, quando aliado do Governador, destacamos os episódios nos quais se envolveram o coronel Serafim Tibúrcio em Manhuaçu¹⁶¹ e Tenente-coronel Francisco José da Silva Novaes, em Carangola¹⁶², ambos no coração da Zona da Mata Mineira, respectivamente nos Governos de Bias Fortes¹⁶³ (1890-1891 e 1894-1898) e Silviano Brandão (1898-1902).

¹⁵⁹ A análise dos casos exemplifica as ocorrências no âmbito local ante a formação do pacto coronelista.

¹⁶⁰ Em nota à primeira edição de coronelismo, *Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, Basílio de Magalhães fala da origem do vocábulo coronel e o relaciona à criação da Guarda Nacional, em 1831. Mas, diversos são os períodos de expressão do “coronel” e o sentido que aquele autor entregou para o pacto que garantiu a governabilidade na 1ª República: “coronelismo”. O chefe político local tem múltiplos sentidos, dentre os quais, “coronel”, mas também: autoridade, autoritário, amo, ascendente, auspicioso, autocrata, cabeça, cacique, chefe, coiteiro, comandante, conselheiro, coronel, coiteiro, déspota, dirigente, dono, dono de terras, fornecedor, grande, grandão, graúdo, homem bom (singular categoria “homens bons”), homem de bem, homem de palavra, ilustrado, influente, latifundiário, machucho, magnata, maestro, maior, mandachuva, mandão, mantenedor, morubixaba, padrinho, pai, pai de família, painho, patrão, patriarca, poderoso, ponto de apoio, potentado, potestade, predador, predominante, preponderante, prepotente, prestigioso, proprietário, proprietário rural, protetor, regente, senhor, senhor de terras, soberano, sumidade, supremo, suserano, tirano, tutor, valoroso, vingador.

¹⁶¹ Em 1892, foi eleito prefeito de Manhuaçu, o coronel Serafim Tibúrcio da Costa. Em 1894, foi reeleito, mas o resultado da eleição foi impugnado pelo padre Odorico Dolabela, que concorreu de modo fraudulento. O coronel Tibúrcio reuniu documentos e recorreu ao governador Crispim Jaques Bias Fortes, porém este não o apoiou na reivindicação, partidizando-se com o Padre Dolabela. Apoiado pelo coronel João do Santos Coimbra, o coronel Tibúrcio reuniu um contingente de 800 homens e invadiu Manhuaçu em 1896 e tomou o controle da região em 15 de maio de 1896. Em seguida, o coronel avançou em direção à divisa com o estado do Espírito Santo com a política de distribuição de lotes e abertura de estradas. A autoridade estadual foi informada, mandou uma tropa para combatê-los, mas foi derrotada. Então, pediu ajuda ao presidente da República e as tropas do exército vieram e combateram os revoltosos, conforme noticiado por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* de 31/05/1896. Derrotado o coronel Tibúrcio fugiu em direção ao Estado do Espírito Santo.

¹⁶² No último decêndio de dezembro do ano de 1899 o ex-promotor de justiça do Município de Carangola, MG, que compunha o 3º distrito eleitoral do Estado de Minas Gerais lançou sua candidatura a deputado em oposição, nas eleições marcadas para 31/12/1899, ao Governo de Silviano Brandão e a cidade foi invadida por um coronel governista, líder situacionista local, acompanhado de 300 capangas e soldados da polícia estadual sem trajes militares. O candidato oposicionista teve que fugir da cidade, assim como alguns dos seus correligionários.

¹⁶³ Crispim Jacques Bias Fortes governou o Estado de Minas Gerais de 24/07/1890 a 11/02/1891, durante o governo provisório republicano, e de 07/09/1894 a 07/09/1898, sucedido por Silviano Brandão, que governou de 07/09/1898 a 21/02/1902. Ambos eram do Partido Republicano Mineiro. Desde a proclamação da república até a morte de Olegário Maciel, único governador de Estado mantido pela Revolução de 1930, todos os governantes de Minas Gerais foram do PRM. O filho de Crispim Jacques, José Francisco Bias Fortes, viria a governar o Estado de Minas Gerais de 31/01/1956 a 31/01/1961.

Em 1894, o fazendeiro Serafim Tibúrcio da Costa, que tinha a patente de coronel, assumiu a Prefeitura de Manhuaçu, na Zona da Mata mineira, a 278 quilômetros de Belo Horizonte, mas o grupo político rival fez pressão e o enfrentou, na tentativa de derrubá-lo. O coronel Tibúrcio buscou apoio no Governo do Estado, chefiado pelo Presidente Crispim Jacques Bias Fortes, que prestou solidariedade aos seus opositores. O coronel declarou o município um país independente, com moeda e legislação próprias, em um discurso no coreto da praça central da cidade, em 15 de junho de 1896, sete anos depois da Proclamação da República do Brasil. A “República Manhuassu” durou apenas 22 dias. O governador enviou a polícia do Estado ao município, para restabelecer a ordem, mas todos os soldados foram mortos pelos jagunços e os índios puris e coroados a serviço do coronel. Serafim Tibúrcio só foi derrotado pelas tropas do Exército depois que Crispim Jacques pediu ajuda ao governo federal, conforme noticiou Machado de Assis, na Crônica A Semana, publicada na Gazeta de Notícias (Assis, 1896: 2).

O coronel Serafim Tibúrcio não chegou a enfrentar a tropa federal e refugiou-se com seus aliados na cidade de Afonso Cláudio, no Espírito Santo. A história foi mantida nos relatos orais da cidade de Manhuaçu e somente no final do século XX passou a ser objeto de análise pelos historiadores. Em 1977 a prefeitura inaugurou um busto seu, que está hoje na Casa de Cultura de Manhuaçu, tirado de um pedestal numa praça da cidade pela rejeição de moradores que perderam antepassados nas sangrentas batalhas travadas contra o coronel Tibúrcio.

A notícia da revolta chegou ao governo de Minas Gerais, chefiado na época por Crispim Jacques Bias Fortes. Nem sempre o poder público estadual estava em condições de se contrapor aos poderes do coronel. Nos registros recolhidos por Flávio Mateus dos Santos (Santos, 2009), houve três tentativas frustradas do governo do estado de restabelecer a ordem política em Manhuaçu. Em todas os policiais foram mortos.

O coronel Serafim Tibúrcio somente foi deposto depois da interferência do Exército que, a pedido do Governo do Estado, mandou a Manhuaçu homens armados com carabinas, revólveres e canhões para enfrentar os aliados do coronel, impondo o exílio no Estado do Espírito Santo aos revoltosos. Assim, sem oposição de *resistência ao Exército*, o coronel Tibúrcio deixou Manhuaçu e rumou para o Espírito Santo.

Flávio Mateus dos Santos, (Santos, 2009), registra que o ato teve apenas a intenção de ridicularizar o governo de Minas, que havia negado ajuda ao coronel quando ele foi candidato a prefeito de Manhuaçu o que denota o caráter pessoal e o conceito de honra que caracteriza o chefe local (Queiroz, 1976), assim como seu poder de mando. O coronel Tibúrcio chegou à região ainda jovem, como tropeiro e fora nomeado coletor de impostos. Ganhou a confiança dos coronéis que dominavam a cidade e logo virou delegado de polícia, importante personagem na estrutura política do mando local (Leal, 1948).

Os Coronéis eram no seu domínio antes de tudo prestadores de serviços. Visionário, o coronel Tibúrcio comprou a primeira máquina de limpar café da região e prestava serviço a todos os cafeicultores. Foi um dos homens que ajudaram a consolidar a construção dos prédios visando a transferência da sede do Município para a Vila de São Lourenço do Manhuaçu, em 1877. Em 1892, por indicação dos coronéis, ele se tornou presidente da Câmara Municipal e assumiu a intendência (função executiva no âmbito do poder local). Em 1895, nas eleições para prefeito, Serafim Tibúrcio venceu as eleições mas, o segundo colocado, Frederico Dolabella, irmão do padre da cidade, foi o conduzido ao poder por indicação dos coronéis rivais. Frederico Dolabella governou Manhuaçu até 1905, acompanhado do irmão, o vigário Odorico, que soube articular um quadro em que ganhava apoio.

O coronel Tibúrcio foi até a capital mineira, Ouro Preto, buscar sustentação política junto ao governador, então nominado de Presidente do Estado, Crispim Jacques Bias Fortes e intervenção no município, mas teve o pedido negado sob o fundamento de que o artigo 61 da Constituição que vedava ao Estado intervenção nas administrações municipais.

A argumentação usada pelo Presidente do Estado era de natureza política e não jurídica como poderia parecer. Isto porque A Constituição de 1891 deixava aos Estados a liberdade de fixar em suas leis orgânicas os limites da autonomia municipal, bem como a composição dos órgãos políticos e administrativos de seus respectivos municípios.

“Apreciando essa indefinida autonomia, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entendeu-a como de caráter puramente administrativo,

*sem conceder-lhe uma plena autonomia de ordem política*¹⁶⁴ (Martins, 1977:11).

Carta enviada por um advogado da cidade de Carangola, Minas Gerais, Comendador Ferreira Barbosa (Barbosa, 1896: 1) e publicada na Gazeta de Notícias e objeto de análise por Machado de Assis (Assis, 1896: 2) nos possibilita dimensionar aquela ocorrência.

Serafim Tibúrcio acompanhava os ideais da República. Como um dos partidários do então governador de Minas, Cesário Alvim, disseminou idéias do movimento republicano. Era dono de um jornal na cidade, o que o ajudou a propagar seus propósitos. Tibúrcio era um homem de visão política e econômica privilegiada. Acreditava que poderia abrir caminhos para facilitar a chegada dos carregamentos de café aos portos no litoral capixaba, ao passo que seus opositores estavam ligados à Monarquia e apenas esperaram o momento ideal para retorno ao poder.

O coronel Tibúrcio bem expressava o que da sua tipologia descreveu Paulo Mercadante:

“O lastro de liberalismo imprimia em toda a parte um colorido renovador. Chimangos que se tornavam republicanos, radicalizando-se, anseio por abolição, rebeldia que afinava com o surto de progresso. Por fim, a locomotiva da Leopoldina atravessaria os vales e, subindo serra, alcançava o coração da Mata.

Mas, as práticas resistiam naquelas circunstâncias de prosperidade. Os velhos fazendeiros governavam com intransigência. Levantam as disputas em conflitos de jagunços, desafiam o poder. O governo distante, frágil, os vigia”. (Mercadante, 1977:140).

O evento denominado de Masorca¹⁶⁵ e ocorrido em Santa Luzia do Carangola, hoje Carangola, reflete o oposto do denominado República de Manhuaçu. Em

¹⁶⁴ Acórdãos na Revista do STF, vol. XIII, pag. 27; vol. XVI, pag. 428 e vol. XX, pag. 29.

¹⁶⁵ O autor da obra A Masorca, João Baptista Martins, é pai de Pedro Baptista Martins autor do Código de Processo Civil de 1939 juntamente com Victor Nunes Leal, então com 25 anos, e neto do Promotor de Justiça João Baptista Martins, diretamente envolvido naqueles eventos de Carangola no final de 1899. Paulo Mercadante escreve que “‘A Masorca’, foi panfleto onde João Baptista Martins descreveu o acontecimento no qual juntamente com outros companheiros foi forçado a deixar a cidade de Carangola

Carangola, em 24 de dezembro de 1899, dias antecedentes à eleição estadual marcada para 31 de dezembro daquele ano o coronel Franklin Novaes sitiou a cidade mantendo nela sob fogo cerrado o Promotor de Justiça João Baptista Martins, candidato a deputado pela oposição. Telegramas para o governo do Estado, presidido por Silviano Brandão, pedindo apoio não foram respondidos, numa omissão caracterizadora de apoio ao coronel situacionista.

Numa eleição distrital em São Sebastião de Carangola¹⁶⁶ ocorrida em 24 de dezembro de 1899, e que serviria de prévia para a eleição de deputados marcada para a semana subsequente, um coronel governista, Francisco José da Silva Novaes, pôs a caminho do distrito na qual ocorreria atendendo ao convite do candidato situacionista e visando “*expurgar uma eleição distrital dos vícios da fraude e força, por maneira a garantir a vitória do candidato silvianista*”. (Martins, 1977: 65).

depois de sua ocupação por trezentos adversários comandados por um fazendeiro (Mercadante, 1977:141).

166 Elevado a distrito criado com a denominação de São Sebastião do Alto Carangola, pelo decreto estadual nº 195, de 1890, composto por sua povoação e a de Bom Jesus. Pela lei estadual nº 391, de 18 de fevereiro, o povoado de São Sebastião do Carangola, foi transferido de Manhuassu para o município de Carangola. Pela lei estadual nº 2, de 14 de setembro de 1891, subordinado ao município de Manhuassu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito se denomina São Sebastião do Alto Carangola e figura no município de Carangola. Pela lei estadual nº 691, de 11 de setembro de 1917, a sede do distrito foi transferida para Santo Antônio do Arrozal e instalada na Vila do Choro. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 01 de setembro de 1920, o distrito de Santo Antônio do Arrozal (Choro), figura no município de Carangola. Pela lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, o distrito de Santo Antônio do Arrozal passou a denominar-se simplesmente Arrozal. Na verdade a sede do distrito foi mudado da Vila do Choro (Santo Antônio do Arrozal) para Alto Carangola. Este foi um período de pequena importância da Vila de Alto Carangola, agora chamada simplesmente de Arrozal. Pela lei estadual nº 1128, de 19 de outubro de 1929, o distrito de Arrozal toma o nome de Alto Carangola. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933 figura no município de Carangola o distrito de Alto Carangola. Assim permanecendo em divisões territoriais datada de 31 de outubro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Pelo decreto-lei estadual nº 148, de 17 de dezembro de 1938, o distrito de Alto Carangola voltou a chamar-se Arrozal e foi incorporado ao novo município de Divino. As várias mudanças de nome refletiam as lutas políticas das elites rurais locais para estabelecimento da sede do distrito, ora em Alto Carangola ora no Choro. Não se tratavam apenas de troca de nome do Distrito, mas de mudança do local de sua sede, da localidade tradicionalmente conhecida como Alto Carangola para outra chamada de Choro distando 2 km. No quadro fixado para vigorar no período de 1939/1943, o distrito de Arrozal (ex-Alto Carangola), figura no município de Divino. Pelo decreto-lei estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Alto Carangola tomou a denominação de Orizânia e retornou ao local onde situava-se a Vila de Alto Carangola. Desde então a sede do distrito não mais saiu do Alto Carangola onde hoje é a sede do Município. Em divisão territorial datada de 01 de julho de 1960, o distrito de Orizânia, figura no município de Divino. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1995. Os mais antigos moradores do Município ainda se referem a ele como Alto Carangola, nome que designa a nascente do Rio Carangola. Como não mais é relevante a produção de arroz no município e os moradores se orgulham de ostentar a nascente do importante rio da região, há movimento de moradores pretendendo a retomada do nome tradicional de ‘Alto Carangola’. Elevado à categoria de município com a denominação de Orizânia, pela lei estadual nº 12030, de 21 de dezembro de 1995, desmembrado de Divino, Alto Carangola, sede no antigo distrito de Orizânia constitui o distrito sede do Município de Orizânia, instalado em 01 de janeiro de 1997. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 até a presente data.

No Império, o parlamentarismo mascarava os atributos do mando local, dando margens à controvérsias sobre quem governava e de onde vinha a legitimação do governante.

A vitaliciedade do Imperador colocava sobre ele a responsabilidade da governança, quase como um autocrata, ainda que fosse irresponsabilizável em termos constitucionais.

A aparente controvérsia se o Gabinete se formava pela maioria ou se era formado para manter o *status quo* parece ser resolvida pela concepção de que o coronel era sempre governista, e do âmbito local garantia a eleição do candidato situacionista, salvo se alguma nuvem lhe indicasse crise no futuro, caso em que se apresentava rebelde. Assim é que a afirmação de que “*só quando nenhuma ameaça existia no horizonte contra os interesses dos proprietários rurais é que a ‘máquina eleitoral’ do partido no poder dava resultado positivo*”. (Queiroz, 1976: 20), pode ser lida como salvo se existissem ameaças no horizonte a máquina eleitoral no poder dava resultado positivo. Assim, temos que no Império “*as maiorias eram, na verdade, expressões da orientação do Poder Executivo, instalado por iniciativa do Poder Moderador*”. (Lessa, 1999: 53).

O que se depreendia no Império, e isto acentuou a crítica republicana ao “poder pessoal” de D. Pedro II, era um simulacro de instituições representativas. E deste simulacro é que não se depreende se as bancadas expressavam o mando local ou a vontade do governo. De 1868 e 1889 somente uma das legislaturas não foram interrompidas pelo Poder Moderador. Em 1868 a Câmara e o governo liberais foram derrubados para dar lugar a uma eleição a ser vencida pelos conservadores, liderados pelo Visconde de Itaboraá. A concepção de que no Segundo Reinado “*O Imperador escolhe o governo e este invariavelmente faz das eleições um ritual para obtenção de apoio majoritário*” (Lessa, 1999: 52), ressalta a tese do adesismo do poder local à vontade do governo, seja ele qual for. O coronel é governista por excelência.

“Daí é que o coronel, embora possa ser oposicionista no âmbito municipal – Coronel contra coronel -, há de ser governista no campo estadual e federal. O Cel. Manuel Inácio, do sertão pernambucano, conhece a boa doutrina: ‘O governo mudou, mas eu não mudo: continuo com o governo. Um discípulo

seu será mais categórico: 'Em política, seu sou intransigente: voto no governo'. (Faoro, 2000b: 253).

Ainda que o eleitorado esteja situado no âmbito local e nele realizadas as eleições é a decadência do poder privado que o força à aliança com o poder público, notadamente o central, num recíproco proveito. A submissão do município era expediente muito útil para garantir a preponderância da situação estadual em seus entendimentos com o poder central. O coronelismo, como sistema político, é marcadamente governista¹⁶⁷.

Na República o Poder Moderador ou de árbitro das disputas políticas deveria ser exercido pelo Senado ou pelo Supremo Tribunal Federal/STF nos casos que comportasse solução jurídica. O Senado, que já não era vitalício, estava sujeito às mesmas forças em atrito e o STF se recusava a desempenhar o papel próprio do sistema de separação de poderes. Assim, na 1ª República, a ausência de tal mecanismo de controle e moderação reforçou a necessidade de se começar a garantir o poder político pelas eleições distritais e ao poder central resultou a necessidade de buscar alicerçar-se nas oligarquias estaduais para manutenção de sua estabilidade e autonomia.

Para se apresentar no jogo político o coronel antes tinha que garantir o controle do “curral eleitoral”. Daí a importância das eleições locais.

Ainda que os eventos acima destacados que ficaram marcados em Carangola/MG tenham sido os referentes à eleição de 31 de dezembro de 1899, há que se lançar luz sobre a eleição distrital no dia 24 antecedente, pois as “*eleições municipais que, notam depoimentos da época, eram o campo onde os políticos experimentavam suas forças*”. (Queiroz, 1976: 20). Assim, prestação do socorro do coronel silvianista tinha dois objetivos: garantir a vitória do candidato governista numa eleição distrital para o modesto cargo de vereador e simultaneamente demonstrar força e apavorar a oposição diante da eleição para deputado. Mais do que o efetivo exercício da força exerciam os coronéis a explicitação de seu poderio bélico, visando admoestar os adversários. Fossem as investidas menos impetuosas e violentas, ao saírem em socorro dos correligionários expostos a eventuais riscos, o fariam ocultando as armas ou

¹⁶⁷ Caracterizado pelo compromisso entre o poder central fortalecido e o poder local enfraquecido, sem o governismo do chefe local não haveria sistema coronelista ou coronelismo. As oposições e as disputas se limitavam à luta local, onde chefes políticos formavam “seus partidos” ou “listas” de candidatos para disputarem a aproximação ou o prestígio com o poder regional ou central.

desviando-se dos caminhos, dos lugares povoados ou por onde pudessem cruzar com os agentes do Estado, teoricamente encarregados da implementação dos mandamentos dispostos nas leis.

No citado episódio em Carangola, o coronel Francisco Novaes, entrou ao meio-dia, nas ruas da cidade, e correu por elas, de sul a norte, com um séquito¹⁶⁸ de doze caribineiros, em atitude belicosa, semeando por onde passava, o alvoroço e o pânico (Martins, 1977) e seguiu para o distrito de São Sebastião do Carangola, distando 40 quilômetros da sede do Município. O passeio do chefe local com grupos de capangas era uma modalidade comum de intimidação às vésperas dos pleitos. Nelson de Souza Sampaio o registra:

“Grupos de capangas, jagunços e desordeiros percorriam as ruas nas vésperas e no dia do pleito, distribuindo ameaças e pancadarias a torto e a direito, impedindo a reunião de certas sessões ou, quando preciso, roubando urnas”. (Sampaio, 1972: 115).

Assim, é que o ex-promotor¹⁶⁹ João Baptista Martins reuniu seus “amigos” e “aliados” e vislumbrando a ameaça real às suas vidas, por se haverem colocando na oposição ao Governo Estadual, deliberam utilizar dos esforços necessários para suas proteções quando do regresso da eleição distrital e promoveram o desmanche parcial do assoalho das pontes nos extremos da cidade e a prisão de um ex-delegado governista.

“Só uma coisa tínhamos em mira, quando assim nos armamos, em nossas casas, onde nos rodeavam algumas dezenas de amigos – era obstar que o

168 Diversos são os vocábulo pelos quais designa o segurança do “coronel”, assim como diversas as relações entre eles estabelecidas. A ligação entre eles é paternalista e paternal. Pode ser de parentesco, contratação (ajuste), serviço ou afinidade moral (compadrio). O termo varia de acordo com o status de quem usa o vocábulo. Se é “gente do coronel” haverá de ser tratado como correligionário. Mas, se tratamento advém de fora ou de opositores, há uma variedade termos designativos. Pode ser o valentão que se coloca a serviço de quem lhe paga ou cabra vinculado por laços de dependência. Assim pode ser designado como guarda-costas, o capanga, o mumbava, o jagunço, o meganha ou megana, alarve, bandoleiro, bandido, degolador, verdugo, algoz, caçador, carniceiro, matador, caçador, charqueador etc... “há um laço de amizade, que atenua e ameniza a subordinação. Em regra o compadrio une os aderentes ao chefe, chefe enquanto goza da confiança do grupo dirigente estadual e enquanto presta favores, com o domínio do mecanismo policial, muitas vezes do promotor público, não raro expresso na boa vontade do juiz de direito. As autoridades estaduais – inclusive o promotor público e o juiz de direito – são removíveis, se em conflito como coronel. Até a supressão da comarca, seu desmembramento, elevação de entrância são expedientes hábeis para arredar a autoridade incômoda”. (Faoro, 2000b: 254)

¹⁶⁹ João Baptista Martins fora promotor de justiça e deixou o cargo para concorrer a deputado pela oposição ao candidato local, no distrito eleitoral de Carangola em 1899. Seu filho, Pedro Baptista Martins, autor do Código de Processo Civil de 1939, acolheu em sua casa o estudante Victor Nunes Leal, colaborador na confecção daquele código.

Tenente-coronel Francisco Novaes repetisse, com a sua cavalgada, ao voltar de São Sebastião do Carangola, a passeata imprudentemente agressiva pelas ruas da cidade, sem respeito ao sossego das famílias e com afronta desabrida às autoridades policiais e judiciárias da comarca". (Martins, 1977: 71).

Longe de admoestar-se com as atitudes dos oposicionistas o coronel governista organizou um exército de trezentos capangas e pôs em sítio armado a sede do Município, o que impedia a entrada de qualquer reforço à posição dos sitiados, pois as estradas estavam bloqueadas pelos "cabras" do coronel. Até mesmo os trens da Leopoldina Railway era revistados para evitar que chegassem à cidade partidários do candidato oposicionista que se aventurara a concorrer a um pleito desafiando o governo do Estado.

Tanto João Baptista Martins quanto o juiz de direito da Comarca noticiaram ao governo do Estado as graves ocorrências havidas e as que se induzia esperavam adiante. Aquele, ainda que fosse um candidato oposicionista, remeteu telegrama solicitando providências capaz de restituir a tranqüilidade e fazer cessar as ameaças que pendiam sobre si e sobre seus correligionários.

"O telégrafo prosseguia na sua tarefa monótona, transmitindo e retransmitindo, baldadamente, ao governo do Estado, a notícia das ocorrências, a cada hora e o apelo para salvá-los do bárbaro morticínio a que se sabiam todos condenados". (Martins, 1977: 75).

Fizeram-se presentes na cidade os senadores estaduais e candidatos situacionistas coronel Luiz Eugênio Monteiro de Barros e Dr. Joaquim Antônio Dutra¹⁷⁰. Esta ainda que fosse governista "*entendeu seu dever pacificar os adversários*" (Mercadante, 1990: 75), mas aquele colocou cerca de cem homens à disposição dos revoltosos despejados na cidade pelo trem de passageiros e comandados por seu sogro, coronel Francisco Augusto Teixeira. Dentre os comandados do coronel Luiz Eugênio, Senador Estadual e candidato situacionista, incluía um grupo de quinze soldados da polícia do Estado, despídos de farda.

¹⁷⁰ Joaquim Antônio Dutra, senador estadual por Minas Gerais, pai de Eugênia Dutra, casada com Christiano Hejn Harmann cuja filha Ema Harmann se casou com Francisco Negrão de Lima, ex-governador da Guanabara.

João Baptista Martins, sabendo-se sitiado, com as estradas ocupadas pelos adeptos do governo dispostos em pontos estratégicos que interceptavam as comunicações dos opositoristas e revistavam os trens dirigiu-se ao hotel onde estavam os senadores estaduais e obteve do coronel Luiz Eugênio a informação de que havia o concurso clandestino do Presidente do Estado na elaboração do plano de extermínio da oposição e que sua intervenção com os cem homens que colocava sob comando do coronel sitiante “*exprimia a sinceridade de sua dedicação desinteressada ao governo de Minas*”. (Martins, 1977: 77).

Depreendendo a formação de alas para o ataque às casas dos sitiados e certos da insustentabilidade de suas posições diante do poder de fogo dos governistas, João Baptista Martins e seus correligionários abandonaram suas casas e dispersaram-se como puderam pelos matos e buscaram refúgio nas fazendas vizinhas. Desconhecendo a retirada, os sitiados despejaram durante horas, sobre as casas, intenso tiroteio, prosseguindo-se na manhã seguinte do dia 26 de dezembro de 1899 nova fuzilaria. Ao final do dia, a cidade era tomada e ocupada pelas forças do coronel Francisco Novaes, chefe político local e a força policial confraternizava com os vencedores (Martins, 1977).

Na 1ª República a opinião eleitoral era subjugada pela violência e o voto era fraudado na eleição, na apuração e, se necessário, no reconhecimento dos poderes. Pelo “*bico de pena*”, a fraude era praticada pelas próprias mesas receptoras de voto ou mesas eleitorais, que também exerciam função de junta apuradora. Inventavam-se nomes, inutilizavam-se votos válidos, votavam mortos e ausentes. A “*degola*” ou “*depuração*” era obra mais acabada atribuída às câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes e cassação de diplomas.

A Política dos Estados, que mais tarde ficou conhecida como Política dos Governadores¹⁷¹, que engendrou o “pacto coronelista” foi construída de tal forma a dar sustentação ao governo central e possibilitar a reprodução das elites locais ou oligarquias regionais. Ninguém podia ter certeza, principalmente os candidatos opositoristas, que se faria qualificar como eleitor, ter a oportunidade de votar, ser votado e, se o fosse, se seriam apurados seus votos e por fim, se sua eleição seria

¹⁷¹ Cargo que inexistia na 1ª República, pois os chefes dos Estados eram nominados de Presidentes dos Estados.

reconhecida. Uma estória atribuída a Pinheiro Machado¹⁷², que chefiou até sua morte em 1915 a Comissão de Verificação, nos dá dimensão do que se fazia no processo eleitoral brasileiro na 1ª República. Ao ser perguntado, por um jovem correligionário de fidelidade duvidosa, se seria diplomado Pinheiro Machado respondera para seu interlocutor, “*Menino, tu não serás reconhecido por três razões. A terceira é que não foste eleito* (Leal, 1997: 256). Victor Nunes Leal diz que a anedota, verdadeira ou não, demonstra que a quantidade de votos depositados em favor de um candidato não era garantia de sua eleição se houvesse interesse político em conservá-lo ou afastá-lo.

A Comissão de Verificação de Poderes, concebida por Campos Sales, tinha a atribuição de verificar e reconhecer os poderes de seus membros, o que implicava no completo controle sobre o Poder Legislativo, na sua renovação ou manutenção dos mandatos. Em outras palavras, a reprodução da legislatura subsequente ficava inteiramente nas mãos dos membros da legislatura anterior, componentes da Comissão de Verificação de Poderes. Campos Sales propôs e a Câmara aprovou que o deputado que houvesse presidido a Câmara na legislatura anterior é que assumiria a presidência interina com o objetivo de organizar a lista dos deputados eleitos. A reforma mudou o regimento que dispunha que a presidência interina da Câmara, até posse dos eleitos, era exercida pelo mais idoso dos diplomados, cabendo a este a nomeação de uma comissão de quatro deputados encarregados de organizar a lista dos eleitos. Assim é que como a presidência da Câmara na legislação anterior havia sido exercida por Carlos Vaz de Melo ou Dr. Vaz de Melo¹⁷³ (Fleischer, 1971).

¹⁷² José Gomes Pinheiro Machado, nasceu em Cruz Alta em 08 de maio de 1851 e morreu no Rio de Janeiro em 08 de setembro de 1915. Foi um dos mais influentes políticos brasileiros do início do século XX. Ainda estudante, formou com alguns colegas o Clube Republicano Acadêmico e fundou o jornal A República. Com o advento da República, elegeu-se senador, participando a seguir do Congresso Constituinte, cargo que ocupou até sua morte. Foi também um dos mais hábeis políticos brasileiros, conseguindo impor-se no Senado, onde, com a sua liderança, desempenhou um papel relevante na reengenharia institucional que propiciou a consolidação da República. Estendeu o seu grande prestígio à Câmara dos Deputados. Pinheiro Machado atingiu a sua máxima influência quando Nilo Peçanha assumiu a presidência, após a morte de Afonso Pena. Nessa ocasião apoiou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República em oposição a Ruy Barbosa, apoiado pelos estados de São Paulo e Bahia. Entretanto, o resultado das eleições de 403.800 votos para Hermes da Fonseca contra 222.800 para Ruy Barbosa surpreendeu, pois na época, o normal era que um candidato de oposição recebesse de 20 a 30 mil votos. Os partidos da República Velha eram constituídos em âmbito regional, como o Partido Republicano Paulista, o Partido Republicano Rio-grandense e outros. Pinheiro Machado, com a sua ampla visão política, adiantou-se no seu tempo ao fundar um partido político nacional, o Partido Republicano Conservador, o PRC. Apoiou e garantiu, também, a eleição de Venceslau Brás.

¹⁷³ Carlos Vaz de Melo era Sogro de Arthur Bernardes e era filho do engenheiro Fernando Vaz de Melo. Bacharelou-se em Direito pela Universidade de São Paulo em 1864 e em janeiro de 1886, tornara-se juiz municipal da Comarca de Ubá e Delegado de Polícia desta cidade. Dez anos mais tarde, foi designado

Campos Sales escreveu a Silviano Brandão uma carta em que pedia a sua adesão e solidariedade ao Pacto coronelista, pois

“O Estado de Minas acha-se destinado a representar o mais importante papel na verificação de poderes na futura Câmara. A reforma do regimento, ao findar-se a passada legislatura, deu ao Dr. Vaz de Melo, deputado mineiro, a investidura da presidência interina desta casa do Congresso na próxima sessão”. (Sales, 1983:121).

Neste cenário os atores políticos ostentavam patentes militares, próprias da Guarda Nacional, que formalmente não subsistira ante o advento da República, ou o título de “Dr”., expressando a qualidade de bacharel, mas vinculado àquele, que tinha a posse da terra como fundamento legitimador do mando fundado na vontade pessoal e na satisfação dos seus interesses. Sem a vinculação ao chefe local, o bacharel não tinha expressão política, as qualidades que ostentasse lhe eram negadas e, por vezes, até mesmo sua possibilidade de permanência da localidade, quando não tinha a própria vida eliminada.

“Os profissionais liberais, em geral, faziam parte da parentela ou da clientela do coronel. Falando com desenvoltura, conhecendo os trâmites legais, quase sempre bem informados, traziam eles o coronel par ao presente e dele necessitavam, pois os votos lhes advinham dos compromissos passados. Exerciam, pois, sua autoridade, escorados pelos antigos donos d situação e só se rebelavam quando velhos compromissos, entervando acordos políticos, afetavam novos interesses econômicos”. (Janotti, 1981: 69).

Nascido em 1868 João Baptista Martins tinha 13 anos quando da reforma eleitoral imposta pela Lei Saraiva já havia promovido grande alteração no processo político-eleitoral ainda no Império. Decreto nº 3.029, de 09 de janeiro de 1881 (Brasil, 1881), que teve como redator final o Deputado Geral Ruy Barbosa, e que ficou

juiz de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), cargo que ocupou até 1882. Com a Lei Saraiva, Vaz de Melo demitiu-se do cargo de magistrado e ingressou na política partidária. Em maio de 1882, tornara-se deputado geral. Buscando sustentação política fundou em Viçosa o semanário *Cidade de Viçosa*. Em abril de 1892, depois de ser anistiado por Floriano Peixoto, pois liderara uma revolta armada contra as autoridades do município, tornou-se seu partidário. Filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), Carlos Vaz de Melo exerceu, por três mandatos, os cargos de deputado federal, tornando-se presidente da Câmara, e senador federal, entre 190-3 e 1904.

conhecido como "Lei Saraiva" em decorrência da homenagem prestada ao Conselheiro Saraiva, Ministro do Império, responsável pela 1ª reforma eleitoral do Brasil.

Por aquele decreto foi instituído o Título de Eleitor, além das eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império: senadores, deputados à Assembléia Geral, membros das Assembléias Legislativas Provinciais, vereadores e juizes de paz. Estabeleceu ainda que os que não fossem católicos, religião oficial do Império, poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis. Com o decreto e suas restrições, dentre os quais a proibição do voto aos analfabetos, o número de eleitores, que era de 1.114.066 em 1874 (12% da população), passou a ser de 145.296 (1,5% da população)¹⁷⁴ (Holanda, 1972: 224). Também apelidada de "Grande Naturalização", a Lei Saraiva inclui os imigrantes de outras nações, em particular a elite de comerciantes e pequenos industriais, no quadro político-eleitoral. A Constituição de 1824 trazia os valores do censo, que foram corroídos pela inflação, de modo que, antes da Lei Saraiva, mais de 10% da população podia votar.

A mudança decorrente da Lei Saraiva e a necessidade de comunicação com a base eleitoral, agora alfabetizada¹⁷⁵, propiciou a difusão de pequenos jornais pelo interior, ainda que se destinassem a informar tão somente um público específico, qual seja, a própria base eleitoral e os partidários, sem pretensão de formação de opinião pública ou influir no processo político por meio dos respectivos jornais. Igualmente atribuiu poder de voto ao alfabetizado, distinguindo o analfabeto do cidadão-eleitor e propiciando ampliação do prestígio social do bacharel. João Baptista Martins, em postura idealista, acreditava na “*alta missão civilizadora dos bacharéis*” (Martins, 1977: 115), alheio ao poder real assentado na propriedade fundiária e para defesa de seus interesses.

O prestígio do bacharel estava vinculado ao seu lugar na estrutura do clã ao qual aderisse. Sua presença era importante no cenário rural, numa sociedade de proprietários rurais e incipiente burguesia urbana. O domínio da palavra e o conhecimento de leis o

¹⁷⁴ Cf. http://www.google.com.br/search?sourceid=ie7&q=lei+saraiva&rls=com.microsoft:pt-br:IE-SearchBox&ie=UTF-8&oe=UTF-8&rlz=117SNNT_pt-BR&redir_esc=&ei=b-rDS9u-KIOduAfc_q3bBg disponível no dia 13/04/2010 às 00:53h.

¹⁷⁵ Na primeira eleição pós-Lei Saraiva os liberais conquistaram 75 cadeiras e os conservadores 47; na segunda eleição os conservadores conquistaram 40% da representação nacional. Na terceira eleição pós-Lei Saraiva a ilusão moralizadora caiu por terra e o Brasil retoma seus trilhos. “*O Gabinete conservador do Barão de Cotegipe obtém a dissolução da Câmara 60% liberal e convoca novas eleições – em 1885 – que darão aos conservadores mais de 80% das cadeiras*”. (Lessa, 1999: 49)

tornava solicitado, fossem nas demandas propriamente ditas, na função de conselheiro ou mediador, quando as situações possibilitassem acordo. O bacharel “*torna-se, assim, o esgrimista da sociedade rural*” (Mercadante, 1990: 118), evidentemente no interesse do coronel.

Do bacharel, no âmbito do domínio rural, pode se dizer que

“a versatilidade lança-o em diversas tarefas. A política o seduz, e para alcançá-la ou se torna fazendeiro ou na fazenda se incorpora pelo matrimônio. E desdobra-se na variada atividade, nos jornais que funda e no próprio magistério, quando toma a iniciativa de fundar colégios e lecionar nos cursos do interior”. (Mercadante, 1990:118).

A fundação de um jornal, indispensável à comunicação com seu eleitorado, ainda quando situado no “curral” em “porteiras fechadas” era o prenúncio do lançamento na política. Na Zona da Mata mineira e na região cafeeira paulista desde o início da propaganda republicana até a Revolução de 1930 a edição jornalística compôs a cultura política local.

“A Gazeta Sul Mineira”, que Francisco Bressane fundou em São Gonçalo do Sapucaí “O Correio de Machado”, de Machado; e o “O Povo”, de Campo Limpo, pequenina localidade da Mata Mineira, lançado por Estevam José de Oliveira. A fundação desses e outros periódicos evidencia a seriedade com que os mineiros encaravam, de modo geral, o papel da imprensa e reconheciam seu poder sobre os homens, especialmente aqueles que não possuíam formação à altura de discutir as idéias veiculadas pelos jornais”. (José, 1960: 40).

O coronel Tibúrcio, em Manhuaçu, fundara um jornal. Após a publicação de um manifesto intitulado *Pela Lavoura*, datado de 08 de dezembro de 1899, apresentando a candidatura de João Baptista Martins, “*e publicado em todos os jornais da Zona da Mata de Minas Gerais*” (Martins, 1977: 25) o coronel Franklin Moreira de Novaes escreve no *Diário de Minas*, órgão governista, uma resposta ao manifesto. João Baptista Martins, após renunciar à promotoria em Carangola, e se estabelecer como advogado fundara o Jornal “O Rebelde”. Posteriormente ao evento denominado Masorca, o candidato oposicionista e exilado de sua comarca, publica entre 19 de janeiro de a 03 de março de 1900 artigos no Jornal do Povo, de Belo Horizonte, posteriormente reunidos

em livro publicado em Cataguases, cuja segunda edição tem o prólogo e de seu neto, Rodrigo Baptista Martins (Martins, 1977).

Durante o conflito, tanto o coronel situacionista quanto o candidato oposicionista e sitiado, manifestaram-se por um jornal chamado Imprensa. Em 29 de dezembro de 1899, a Gazeta de Notícias (na qual escrevia Machado de Assis) publicava o seguinte telegrama: “*Recreio, 28. Não sou candidato pelo 3º distrito à deputado federal. Aos amigos peço sustentar os Srs. Dr. Vaz de Mello e coronel Luiz Eugênio, candidato do partido. Dr. Joaquim Dutra – Leopoldina*” (Martins, 1977: 81). O telegrama foi reproduzido na Gazeta de Leopoldina do dia 31 de dezembro de 1899, dia da eleição.

Apesar do exílio de sua comarca e impossibilidade de colocar-se como candidato ostensivamente no dia 1º de fevereiro de 1900 a Gazeta de Cataguases publicava o resultado final da Junta Apuradora que atribuía aos candidatos a seguinte votação: Para o candidato Vaz de Melo 5512 votos, para o candidato coronel Luiz Eugênio 4260 votos e para João Baptista Martins 3446. A Gazeta de Leopoldina de 14 de abril de 1900 informava que o distrito de Faria Lemos, local onde se situava a fazenda do coronel Francisco Novaes, dispunha de 151 eleitores federais, mas “*deu um resultado de 816 votos à chapa governista*”. (Martins, 1977: 111).

O intendente de Carangola, Dr. Olympio de Oliveira, publicou um artigo contra João Baptista Martins no jornal d’O Paiz, acusando-o dentre outras coisas de trãnsfuga do derradeiro minuto e de haver “*exorado flexuosamente ao Dr. Vaz de Melo a inclusão do meu nome na lista oficial dos canditados à câmara dos deputados por este distrito*”. (Martins, 1977: 86). Olympio de Oliveira era o redator do jornal carangolense d’A Nova Phase. Jamais se apurou se a morte do coronel Franklin de Novaes esteve relacionada com A Masorca, mas o jornal O Progressista, de Carangola, de 29 de março de 1903, informava que havia sofrido um atentado mortal no dia 23 anterior.

A análise dos periódicos editados nos períodos eleitorais fornecem subsídios para perceber no contexto político, uma ebulição de opiniões particulares. A imprensa como produtora de informações diversas esclarece atitudes e comportamentos, como testemunho de uma época, onde dialogam os atores políticos, mas sem a pretensão de formação da “opinião pública”, pois os jornais falam para convertidos. Inexistia a pretensão nos jornais do interior de atuação no sentido da formação da opinião pública,

aqui conceituada como uma rede de opiniões com peso para influenciar nas questões públicas. Havia a prática social de leitura em voz alta, proferidos em pequenos grupos, nas esquinas, tabernas ou residências, conforme narrativa literária, relativizando assim as fronteiras entre o universo letrado e a transmissão oral e estabelecendo uma hierarquização social entre o receptor e o transmissor da notícia publicada.

Numa sociedade de maioria iletrada, estes locais funcionavam como propagadores das notícias e das últimas novidades, para aqueles que não dominavam os códigos de escrita. A imprensa, ainda que incipiente, no âmbito local neste contexto, agia como campo político-ideológico. Mas, já naquela época participa da difusão de boatos e idéias preconcebidas em períodos eleitorais, visando a desqualificação do adversário do proprietário do veículo de imprensa.

Na campanha eleitoral presidencial de 1910 o jornal O Pharol¹⁷⁶, editado em Juiz de Fora e com circulação por toda a Zona da Mata mineira, aderiu à campanha civilista de Ruy Barbosa e assim se manifestou sobre o candidato militar, Hermes da Fonseca:

“o Partido Regenerador já se declara formalmente contrario à candidatura do Marechal Hermes à presidência da República, baseando sua repulsa no facto de ser aquelle militar maçon activo e de ter promettido governar o paiz de accordo com o programma da maçonaria. Esse programma fartamente divulgado pela imprensa dopaiz, contem algumas theses escandalosamente contrarias à doutrina da Igreja Catholica, entre os quaes as seguintes: 1) Supressão da legação Brasileira junto à Santa Sé; 2) Expulsão das ordens

¹⁷⁶ “O Pharol foi um jornal que teve um importante papel na formação de opinião dos juizforanos, sendo extinto em 1939. Ele vigorou em uma época em que o índice de analfabetismo era alto e o acesso a publicações era difícil. Apenas uma pequena camada da sociedade tinha a oportunidade de ler o jornal, no entanto, as principais notícias eram comentadas por muitas pessoas, através dos comentários que chegavam aos menos favorecidos. Além de crônicas, informações políticas e de grande quantidade de anúncio de fuga de escravos, O Pharol era uma publicação que veiculava grande número de propagandas comerciais”. in “A volta de O Pharol”, disponível no site <http://opharol.blogspot.com/> no dia 09/12/2011 às 17:53h. “A imprensa de Juiz de Fora era muito ativa. O primeiro impresso, com o nome “O Imparcial”, data de 1870. O mais importante do período, O Pharol, foi publicado entre 1872 e 1939. Este acompanhou diversos momentos históricos e sempre contribuiu para a formação da opinião pública, retratando a atividade cultural da cidade. O dinamismo da imprensa juizforana era tão intenso que, no século XIX, contou com 55 jornais,” conforme consta do site <http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php> consultado no dia 09/12/2011 à s17:55h. Esta informação contrasta com a do historiador mineiro Oiliam José para quem “As adesões de maior importância conhecidas, nesse início de 1871, aos ideais republicanos foram, em Minas, as dos Jornais, ‘O Jequitinhonha’, que se publicava em Diamantina e era propriedade de Herculano C. de Magalhães Castro; ‘O Pharol’, de Juiz de Fora e de dirigido por Thomas Cameron; e de “O Liberal Campanhense”. Por sinal, Diamantina, Juiz de Fora e Campanha logo se transformaram em centros de ardente doutrinação republicana a irradiar-se pela localidades vizinhas e distantes”. (José, 1960: 33)

religiosas; 3) Eliminação de todo o ensino religioso; 4) Extinção do casamento, que será substituído pelo divórcio, no princípio e depois pelo amor livre, pro ser este o mais próprio para o homem civilizado; 5) A catechese dos índios por meio de colônias militares, sendo vedada essa missão a ordens religiosas. E outras desse quilate, que constituem apenas o início de uma campanha pratica, hostil aos catholicos”. (O Pharol, 1909:1).¹⁷⁷

Na mesma edição o jornal O Pharol trazia a manchete: “*Ruy Barbosa – o extraordinario discurso de s. exa., no Theatro Lyrico, por ocasião da imponentissima manifestação popular de que foi alvo no dia 3 do corrente*”. Este tipo de cobertura da imprensa remanesce em todo o processo eleitoral brasileiro e se encontra presente hodiernamente, tendo em vista sua ocorrência na eleição presidencial de 2010, uma vez que o tema aborto e a criminalização da política foram os assuntos em debate no noticiário jornalístico, em detrimento de outros temas de interesse do eleitorado e da sociedade e ao mesmo tempo se apresentavam chamadas em proveito de um dos candidato sem disputa.

Na 1ª República, os jornais e suas abordagens, em razão da defesa das candidaturas, nos dão fortes indícios do que se chamou de imprensa de opinião, diferente do que mais tarde se passou a pregar como a informação isenta de vies ideológico, ainda que não se tenha exemplo deste tipo de jornalista, apenas existente nos manuais de redação e nos discursos dos defensores da liberdade de opinião dos empresários da comunicação.

Os jornais eram instrumentos ativos da opinião do seu proprietário e voltado para divulgação dos seus interesses dirigindo-se a um público específico, o próprio eleitorado alfabetizado, conforme exigência da Lei Saraiva. Tratava-se de uma pregação para convertidos. Os redatores se limitavam a ser uma correia de transmissão da opinião do dono do jornal e não ultrapassava os espaços clânico, nem tinha pretensão de alcançar o domínio público. No máximo, se estabelecia um debate em distintos jornais, quando se retorquia uma acusação das hostes adversárias.

¹⁷⁷ O expediente do jornal O Pharol indicava como “director-proprietário Coronel João Evangelista da Silva Gomes”.

Tais jornais não se destinavam à formação da opinião pública, pois era apenas um instrumento de debate, referência e fonte de legitimidade política clânica, incapaz de se contrapor aos desideratos da macro-política.

Assim, a opinião do curral eleitoral era aquela pronunciada pelo articulista e neste sentido, tais jornais, não se prestavam como espaço de crítica política. Não havia o jornalismo de profissão, os artigos raramente eram assinados. Mesmo Machado de Assis na crônica intitulada A Semana, publicada na Gazeta de Notícias, não assinava seus artigos. Dela sabemos a autoria, pois as publicou em livro posteriormente. Artigos eram publicados com pseudônimos, subtraindo a individualização da autoria capaz de promover o articulista, mas igualmente com a intenção de guardar o anonimato, ante a possibilidade de algum tipo de represália.

Foi neste cenário de mudanças e rearranjo institucional para implantação do Pacto coronelista é que João Baptista Martins, que já exercera a chefia do Governo Municipal de Carangola em 1898, lançou-se candidato a Deputado Federal para as eleições de 31 de dezembro de 1899, pela oposição ao Governo do Estado e aos candidatos situacionistas apoiados por Carlos Vaz de Melo e coronel Luiz Eugênio Monteiro de Barros.

“Campos Sales tivera em Silviano Brandão o sustentáculo para a sua candidatura e como presidente da República há de receber o apoio incondicional para a implantação da política dos Estados e dos Governadores. Certo é que, quatro meses após a posse, Campos Sales vai a Minas, na sua 1ª visita oficial como Presidente da República, visita que se prolonga de 20 a 26 de março de 1899. Firma-se então o pacto mineiro-paulista, ao mesmo tempo que se estabelece a estratégia para a sua execução, com a degola dos oposicionistas, nas eleições de 31 de dezembro de 1899. garantida a recondução de Carlos Vaz de Melo à presidência da Câmara Federal, para a batalha final do reconhecimento de poderes” (Barbosa, 1990: 50).

O arranjo prático estabelecido para dotar o Presidente da República de autonomia *“pressupôs o livre curso para o exercício da predação e violência oligárquicas nos diversos estados da federação”*. (Lessa, 1999: 14).

O compromisso coronelista elimina a possibilidade de se fazer política pela oposição, notadamente no âmbito local onde a liberdade de expressão, o controle das instituições policiais e judiciárias indispensáveis à proteção dos aliados e perseguições aos adversários e a verificação dos poderes estavam entregues ao situacionistas. Engendra-se um sistema, legitimador do *status quo*, que deixa margem de ampla autonomia ao poder central, uma vez sustentado pelas aristocracias regionais aliadas. E deste compromisso que o poder local irá buscar estar sempre aliado da aristocracia estadual.

O candidato no âmbito local demandava para sua inclusão na lista dos postulantes a benção da aristocracia regional e, se eleito, demandava fossem seus votos computados e o reconhecimento poderes expedido em seu benefício.

“É falso que eu haja pedido ao Dr. Vaz de Melo para defender a minha candidatura no seio da comissão executiva do partido republicano mineiro e para assegurar-me, com o seu esforço, um lugar na chapa que cabia àquela comissão organizar”. (Martins, 1977: 89).

Crendo que a disputa pudesse se circunscrever no âmbito local, sem intervenção em prol do candidato governista diz haver solicitado tão somente solicitado que os votos não fossem falsificados e que sem violência haveria de ser sufragado.

“O que eu roguei ao Dr. Vaz de Melo – e o fiz em presença do Deputado Lindolpho Caetano – foi apenas que se empenhasse em evitar, no pleito próximo, a falsificação do escrutínio, porque, escoimado o voto de força e fraude, eu confiava bastante para vencer na influência eleitoral dos elementos que apoiavam o meu nome”. (Martins, 1977: 89).

João Baptista Martins em relato sobre apresentação de sua candidatura ao líder político estadual do PRM diz que dele ouvira a resposta de que a eleição seria livre e que não levantaria hostilidades contra ela. Esta benção da aristocracia regional era fundamental para a proposição da candidatura e se vencedora diplomação do eleito.

“A resposta do Dr. Vaz de Melo foi que, enquanto dele dependesse, a que eleição havia de correr livre e leal, fossem quais fossem os nomes indicados pela comissão em Belo Horizonte. No tocante à minha candidatura, declarou-me – e eu desvaneço de o repetir – que a desejava triunfantes e

que, em caso algum, levantaria hostilidades contra ela” (Martins, 1977: 89).

A análise dos presentes casos nos possibilita compreender a que estavam sujeitos aqueles que ousassem desafiar os poderes dos chefes oligárquicos regionais. Sobre esta base oligárquica regional, reforçando o poder dos aliados locais, é que se assentou o poder central em busca de votos e apoio político das bancadas regionais a partir do pacto coronelista.

Na virada do século XIX para XX, a bancada mineira, com 37 deputados chamados de “boiada mineira” pelas charges e caricaturas oposicionistas, e a paulista, com 22, somavam um terço da bancada federal. Em Minas Gerais era certo que todos os candidatos indicados pela Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) eram eleitos, *“ainda que a derrota imposta à oposição em todo o Estado deixasse um rastro de escândalo e mesmo de sangue, como irá acontecer com relação Carlos Vaz de Melo, que teve que enfrentar em Carangola o dissidente João Baptista Martins”* (Barbosa, 1990: 51).

ANEXO II

(Entrevista concedida pelo jornalista Ítalo Nogueira, da Folha de São Paulo, ao doutorando no dia 12/07/2011, sobre o episódio entre “mata-mosquitos”, militantes e o candidato José Serra, no dia 20/10/2010 em Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ)

Entrevistador: “Sobre aquele evento lá em Campo Grande, das possíveis agressões ao Serra, se era possível identificar aquele grupo inicial como um grupo de petistas?”

Ítalo Nogueira: “Isso era claro. Era possível sim. Eles tinham bandeira do PT. E tava bem identificado como petistas, sim”.

E: “Vendo as imagens aqui a gente vê a chegada de um outro grupo depois, com bandeiras do PT e da Dilma”.

IN: “No início era mosquiteiros. Eles estavam só com... Mosquiteiro é o pessoal que combate a dengue. Mas, um deles foi até candidato a deputado pelo PT e tal. Mas, logo depois apareceu o grupo do PT. Mas, bem início da confusão”.

E: “Aquele grupo inicial então não era identificado. Eram os mata-mosquitos”.

IN: “Isso. Eles não eram identificados inicialmente não”.

E: “Uma outra coisa: foi possível identificar o objeto que foi lançado neste segundo momento ou neste terceiro momento, além daquele momento da bolinha de papel?”

IN: “Lá na hora não deu pra identificar. Não foi possível. O que aconteceu Lá na hora foi o que eu gravei. Mas não consegui ver este objeto. Logo depois todo mundo que estava em volta do Serra deu praticamente a mesma versão de que ele tinha sido atingido por uma fita. As pessoas que estavam próximas dele. Um pastor, o Gabeira, enfim... o grupo que estava próximo a ele que dizem ter visto esta fita bater na cabeça dele. Mas, quem estava fora da confusão, fora do bolo. Mais distante um pouco não conseguiu ver”.

E: “Outra questão: houve alguma reação imediata do Serra?”

IN: “No momento ali final? No momento da fita? No momento em que ele teria sido atingido pela fita?”

E: “É. Neste momento em que você gravou”.

IN: “Neste momento foi muito rápido. Pareceu que ele tinha sido atingido. Ele colocou a mão na cabeça, abaixou e os seguranças dele começaram a Ele já estava no final do calçadão. Foi bem no final. Aí ele foi levado caminhando para a van. Depois ele entrou na van e aí a van andou um pouco. E depois ele saiu de novo, para a calçada, para fazer uma caminhada leve. Foi onde ele foi flagrado ali na TV colocando, coçando a mão na careca”.

E: “Ta. Isto levou quanto tempo mais ou menos?”

IN: “O que? Quanto tempo ele ficou dentro da Van?”

E: “É. Que ele foi pra van e depois voltou e caminhou ainda um pouco”.

IN: “Ah! Uns cinco minutos”.

E: “Isto causou algum temor na passeata? Causou algum temor no Serra? Você viu se eles ficaram assustados ou foi tratado no calor dos acontecimentos como um evento de campanha?”

IN: “O clima ali estava super-tenso. Desde o início ali da confusão ali tava... tinha um cordão de segurança em volta do Serra. Mas, teve um momento que o Serra até discutiu com... xingou o pessoal do PT de xiita. Enfim... Não foi um momento tranquilo não,”

E: “Então ta bom Ítalo. Muito obrigado e boa tarde pra vc. E hoje nos invertemos o papel. Hoje o entrevistador fui eu”. [risos]

IN: “Não tem problema não”.

E: “Um abraço e muito obrigado”.

IN: “Um abraço”.

ANEXO III

(Entrevista no JN com Dilma Rousseff no primeiro turno, no dia 09/08/2010)

William Bonner: O Jornal Nacional dá início nesta segunda-feira a uma série de entrevistas ao vivo com os principais candidatos à Presidência da República. Nós vamos abordar aqui temas polêmicos das candidaturas e também confrontar os candidatos com suas realizações em cargos públicos. É claro que não seria possível esgotar esses temas todos em uma única entrevista, mas nas próximas semanas os candidatos estarão também no Bom Dia Brasil e no Jornal da Globo.

O sorteio realizado com a supervisão de representantes dos partidos determinou que a candidata do PT, Dilma Rousseff, seja a entrevistada de hoje. Nós agradecemos a presença da candidata. Boa noite, candidata.

Dilma Rousseff: Boa noite.

William Bonner: E informamos também que o tempo de 12 minutos da entrevista começa a contar a partir de agora. Candidata, o seu nome como candidata do PT à Presidência foi indicado diretamente pelo presidente Lula, ele não esconde isso de ninguém. Algumas pessoas criticaram, disseram que foi uma medida autoritária, por não ter ouvido as bases do PT. Por outro lado, a senhora não tem experiência eleitoral nenhuma até este momento. A senhora se considera preparada para governar o Brasil longe do presidente Lula?

Dilma Rousseff: Olha, William, olha, Fátima, eu considero que eu tenho experiência administrativa suficiente. Eu fui secretária municipal da Fazenda, aliás, a primeira secretária municipal da Fazenda de capital. Depois eu fui sucessivamente, por duas vezes, secretária de Energia do Rio Grande do Sul. Assumi o ministério de Minas e Energia, também fui a primeira mulher, e fui coordenadora do governo ao assumir a chefia da Casa Civil, que, como vocês sabem, é o segundo cargo mais importante na hierarquia do governo federal. Então, eu me considero preparada para governar o país. E

mais do que isso, eu tenho experiência, eu conheço o Brasil de ponta a ponta, conheço os problemas do governo brasileiro.

William Bonner: Mas a sua relação com o presidente Lula, a senhora faz questão de dizer que é muito afinada com ele. Junto a isso, o fato de a senhora não ter experiência e ter tido o nome indicado diretamente por ele, de alguma maneira a senhora acha que isso poderia fazer com que o eleitor a enxergasse ou enxergasse o presidente Lula atualmente como um tutor de seu governo, caso eleita?

Dilma Rousseff: Você sabe, Bonner, o pessoal tem de escolher o que é que eu sou. Uns dizem que eu sou uma mulher forte, outros dizem que eu tenho tutor. Eu quero te dizer o seguinte: a minha relação política com o presidente Lula, eu tenho imenso orgulho dela. Eu participei diretamente com o presidente, fui braço direito e esquerdo dele nesse processo de transformar o Brasil num país diferente, num país que cresce, que distribui renda, em que as pessoas têm a primeira vez, depois de muitos anos, a possibilidade de subir na vida. Então, eu não vejo problema nenhum na minha relação com o presidente Lula. Pelo contrário, eu vejo que até é um fator muito positivo, porque ele é um grande líder, e é reconhecido isso no mundo inteiro.

Fátima Bernardes: A senhora falou de temperamento. Alguns críticos, muitos críticos e alguns até aliados falam que a senhora tem um temperamento difícil. O que a gente espera de um presidente é que ele, entre outras coisas, seja capaz de fazer alianças, de negociar, ter habilidade política para fazer acordos. A senhora de que forma pretende que esse temperamento que dizem ser duro e difícil não interfira no seu governo caso eleita?

Dilma Rousseff: Fátima, estava respondendo justamente isso, eu acho que têm visões construídas a meu respeito. Eu acho que sou uma pessoa firme. Acho que em relação aos problemas do povo brasileiro, eu não vacilo. Acho que o que tem que ser resolvido prontamente, nós temos que fazer um enorme esforço. Eu me considero hoje, até pelo cargo que ocupei, extremamente preparada no sentido do diálogo. Nós, do governo Lula, somos eminentemente um governo do diálogo. Em relação aos movimentos sociais, você nunca vai ver o governo do presidente Lula tratando qualquer movimento social a cassetete. Primeiro nós negociamos, dialogamos. Agora, nós também sabemos fazer valer a nossa autoridade. Nada de ilegalidade nós compactuamos.

Fátima Bernardes: Agora, no caso, por exemplo, a senhora falou de não haver cassetete, mas talvez seja a forma de a senhora se comportar. O próprio presidente Lula, este ano, em discurso durante uma cerimônia de posse de ministros, ele chegou a dizer que achava até natural haver queixas contra a senhora, mas que ele recebeu na sala dele várias pessoas, colegas, ex-ministros, ministros, que iam lá se queixar que a senhora maltratava eles.

Dilma Rousseff: Olha, Fátima, é o seguinte, no papel... Sabe dona de casa? No papel de cuidar do governo é meio como se a gente fosse mãe. Tem uma hora que você tem de cobrar resultado. Quando você cobra resultados, você tem de cobrar o seguinte: olha, é preciso que o Brasil se esforce, principalmente o governo, para que as coisas aconteçam, para que as estradas sejam pavimentadas, para que ocorra saneamento. Então tem uma hora que é que nem... Você imagina lá sua casa, a gente cobra. Agora, tem outra hora que você tem de incentivar, garantir que a pessoa tenha estímulo para fazer.

Fátima Bernardes: Como mãe eu entendo, mas, por exemplo, como presidente não tem uma hora que tem que ter facilidade de negociar, por exemplo, futuramente no Congresso, futuramente com líderes mundiais, ter um jogo de cintura aí?

William Bonner: O presidente falou em maltratar, não é, candidata?

Dilma Rousseff: Não, o presidente não falou em maltratar, o presidente falou que eu era dura.

William Bonner: Não, ele disse isso. A senhora me perdoe, mas o discurso dele está disponível. Ele disse assim: as pessoas diziam que foram maltratadas pela senhora. Mas a gente também não precisa ficar nessa questão até o fim da entrevista, têm outros temas.

Dilma Rousseff: É muito difícil, depois de anos e anos de paralisia, e houve isso no Brasil. O Brasil saiu de uma era de desemprego, desigualdade e estagnação para uma era de prosperidade. Nós tínhamos perdido a cultura do investimento...

William Bonner: Vamos falar de alianças políticas, o que é importante...

Dilma Rousseff: ...e aí houve uma força muito grande da minha parte nesse sentido, de cumprir meta, de fazer com que o governo Lula fosse esse sucesso que eu tenho certeza que ele está sendo.

William Bonner: A senhora tem agora nessa candidatura, além do apoio do presidente, a senhora também tem alianças, né?, formadas para essa sua candidatura. Por exemplo, a do deputado Jader Barbalho, por exemplo, a do senador Renan Calheiros, por exemplo, da família Sarney. A senhora tem o apoio do ex-presidente Fernando Collor. São todas figuras da política brasileira que, ao longo de muitos anos, o PT, o seu partido, criticou severamente. Eram considerados como oligarcas pelo PT. Onde foi que o PT errou, ou melhor, quando foi que ele errou: ele errou quando fez aquelas críticas todas ou está errando agora, quando botou todo mundo debaixo do mesmo guarda-chuva?

Dilma Rousseff: Eu vou te falar. Eu perguntava outra coisa: onde foi que o PT acertou? O PT acertou quando percebeu que governar um país com a complexidade do Brasil implica necessariamente a sua capacidade de construir uma aliança ampla.

William Bonner: Errou lá atrás?

Dilma Rousseff: Não. Nós não... O PT não tinha experiência de governo, agora tem. Agora... Nós não erramos e vou te explicar em que sentido: não é que nós aderimos ao pensamento de quem quer que seja. O governo Lula tinha uma diretriz: focar na questão social. Fazer com que o país tivesse a seguinte oportunidade: primeiro, um país que era considerado dos mais desiguais do mundo, diminuir em 24 milhões a pobreza. Um país em que as pessoas não subiam na vida elevar para as classes médias 31 milhões de brasileiros. Para fazer isso, quem nos apoia, aceitando os nossos princípios e aceitando as nossas diretrizes de governo, a gente aceita do nosso lado. Não nos termos de quem quer que seja, mas nos termos de um governo que quer levar o Brasil para um outro patamar, para uma outra...

William Bonner: O resumo é: o PT não errou nem naquela ocasião, nem agora.

Dilma Rousseff: Não, eu acho que o PT não tinha tanta experiência, sabe, Bonner, eu reconheço isso. Ninguém pode achar que um partido como o PT, que nunca tinha estado

no governo federal, tem, naquele momento, a mesma experiência que tem hoje. Acho que o PT aprendeu muito, mudou, porque a capacidade de mudar é importante.

William Bonner: Vamos lá. Candidata, vamos aproveitar o tempo da melhor maneira. O PT tem hoje já nas costas oito anos de governo. Então é razoável que a gente tente abordar aqui alguma das realizações. Vamos discutir um pouco o desempenho do governo em algumas áreas, começando pela economia. O governo festeja, comemora muito melhoras da área econômica. No entanto, o que a gente observa, é que quando se compara o crescimento do Brasil com países vizinhos, como Uruguai, Argentina, Bolívia, e também com aqueles pares dos Brics, os chamados países emergentes, como China, Índia, Rússia, o crescimento do Brasil tem sido sempre menor do que o de todos eles. Por quê?

Dilma Rousseff: Olha, eu acredito que nós tivemos um processo muito mais duro no Brasil com a crise da dívida e com o governo que nos antecedeu.

William Bonner: Mais duro do que no Uruguai e na Bolívia, candidata?

Dilma Rousseff: Acho que o Uruguai e a Bolívia são países, sem nenhum menosprezo, acho que os países pequenos têm que ser respeitados, do tamanho de alguns estados menores no Brasil. O Brasil é um país de 190 milhões de habitantes. Nós tivemos um processo no Brasil muito duro. Quando chegamos no governo, a inflação estava fora do controle. Nós tínhamos uma dívida com o Fundo Monetário, que vinha aqui e dava toda a receita do que a gente ia fazer.

William Bonner: Correto, candidata. Mas a Rússia. A Rússia também teve dificuldades e é um país enorme...

Dilma Rousseff: Mas, só um pouquinho. Mas o que nós tivemos que fazer, Bonner. Nós tivemos que fazer um esforço muito grande para colocar as finanças no lugar e depois, com estabilidade, crescer. E isso, este ano, a discussão nossa é que estamos entre os países que mais crescem no mundo, estamos com a possibilidade de ter uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 7%.

William Bonner: Mas abaixo dos demais.

Dilma Rousseff: Não necessariamente, Bonner. Porque a queda, por exemplo, na Rússia... Sem falar, sem fazer comparações com soberba... Mas a queda da economia russa no ano passado foi terrível.

William Bonner: A senhora, de alguma maneira...

Fátima Bernardes: Vamos falar agora... Só um minutinho.

Dilma Rousseff: Criamos quase 1,7 milhão de empregos no ano da crise.

Fátima Bernardes: Candidata, vamos falar um pouquinho de outro problema, que é o saneamento. Segundo dados do IBGE, o saneamento no Brasil passou de 46,4% para 53,2% no governo Lula, um aumento pequeno, de 1 ponto percentual mais ou menos, ao ano. Por que o resultado fraco numa área que é muito importante para a população?

Dilma Rousseff: Porque nós vamos ter um resultado excepcional a partir dos dados quando for feita a pesquisa em 2010. Talvez, Fátima, uma das áreas em que eu mais me empenhei foi a área de saneamento. Porque o Brasil, só para você ter uma ideia, investia menos de R\$ 300 milhões, o governo federal, menos de R\$ 300 milhões no Brasil inteiro. Hoje, aqui no Rio, numa favela, aqui, a da Rocinha, em que eu estive hoje, nós investimos mais de R\$ 270 milhões.

Fátima Bernardes: Mas, candidata, esses são dados de seis anos. Quer dizer, esse resultado que a senhora está falando... vai aparecer de um ano e meio para cá?

Dilma Rousseff: O que aconteceu. Nós lançamos o Programa de Aceleração do Crescimento, para o caso do saneamento, na metade de 2007. Começou a amadurecer porque o país parou de fazer projetos, prefeitos e governadores. Apresentaram os projetos agora, em torno do início de 2008, e aceleraram. Eu estava vendo recentemente que nós temos hoje uma execução de obras no Brasil inteiro. Aqui, Rocinha, Pavão-Pavãozinho, Complexo do Alemão. Obras de saneamento, obras de habitação. A Baixada Santista, no Rio, e a Baixada Fluminense aqui no Rio de Janeiro, ela teve um investimento monumental em saneamento.

Fátima Bernardes: A gente gostaria agora que a senhora, em 30 segundos, desse uma mensagem ao eleitor, se despedindo então da sua participação no Jornal Nacional.

Dilma Rousseff: Olha, eu agradeço a vocês dois e quero dizer para o eleitor o seguinte: o meu projeto é dar continuidade ao governo do presidente Lula. Mas não é repetir. É avançar e aprofundar, é basicamente esse olhar social, que tira o Brasil de uma situação de país emergente e leva o nosso país a uma situação de país desenvolvido, com renda, com salário decente, com professores bem pagos e bem treinados. Eu acredito que o Brasil... É a hora e a vez dele. E que nós vamos chegar a uma situação muito diferente, cada vez mais avançada agora no final de 2014, deste governo.

Fátima Bernardes: Muito obrigada, candidata, pela sua participação.

ANEXO IV

(Entrevista no JN com José Serra no primeiro turno, no dia 11/08/2010)

William Bonner: Nesta semana, o Jornal Nacional entrevista os principais candidatos à Presidência sobre questões polêmicas das candidaturas e sobre ações desses candidatos à frente de cargos públicos. Nas próximas semanas, o Bom Dia Brasil e o Jornal da Globo farão o mesmo. O sorteio, acompanhado por assessores dos partidos, determinou que hoje nós recebamos, aqui na bancada, José Serra, do PSDB. Boa noite, candidato.

José Serra: Boa noite, William.

William Bonner: A entrevista vai durar 12 minutos, e o tempo começa a ser contado a partir de agora. Candidato, desde o início desta campanha, o senhor tem procurado evitar críticas ao presidente Lula. O senhor acha que... E em alguns casos fez até elogios a ele... o senhor acha que essa é a postura que o eleitor espera de um candidato da oposição?

José Serra: Olha, o Lula não é candidato a presidente. O Lula, a partir de 1º de janeiro, não vai ser mais presidente da República. Quem estiver lá vai ter de conduzir o Brasil. Não há presidente que possa governar na garupa, ouvindo terceiros ou sendo monitorado por terceiros. Eu estou focado no futuro. Hoje tem problemas e tem coisas boas. O que nós temos que fazer? Reforçar aquilo que está bem e corrigir e poder melhorar aquilo que não andou direito. É por isso que eu tenho enfatizado sempre que o Brasil precisa e que o Brasil pode mais. Onde? Na área da saúde, na área da segurança, na área da educação, inclusive do ensino profissionalizante. Meu foco não é o Lula. Ele não está concorrendo comigo.

William Bonner: Entendo. Agora, candidato, o senhor avalia o risco que o senhor corre de essa sua postura ser interpretada como um receio de ter que enfrentar a popularidade alta do presidente Lula?

José Serra: Não, não vejo por quê. Eu acho que as pessoas estão preocupadas com o futuro, né? Quem vai tocar o Brasil, quem tem mais condições de poder tocar o Brasil para a frente, que não é uma tarefa fácil. Inclusive de pegar aqueles problemas que hoje a população considera como os mais críticos e resolvê-los. Dou como exemplo, novamente, entre outros, a questão da saúde. Então, o importante agora é isso. E as pessoas estão nisso. O governo Lula fez coisas positivas, né? Outras coisas, deixou de fazer. A discussão não é o Lula. A discussão é o que vem para a frente, tá certo? Os problemas do Brasil de hoje e o que tem por diante.

Fátima Bernardes: O senhor tem insistido muito na tecla de que o eleitor deve procurar comparar as biografias dos candidatos que estarão concorrendo, que estão concorrendo nesta eleição. O senhor evita uma comparação de governos. Por exemplo, por quê, entre o governo atual e o governo anterior?

José Serra: Olha, porque são condições diferentes. Eles governaram em períodos diferentes, em circunstâncias diferentes. O governo anterior, do Fernando Henrique, fez uma... muitas contribuições ao Brasil, entre elas o Plano Real. A inflação era de 5.000% ao ano, né? E ela foi quebrada a espinha. As novas gerações nem têm boa memória disso. E várias outras coisas que o governo Lula recolheu e seguiu. O Antonio Palocci, que foi ministro da Fazenda do Lula e hoje é o principal assessor da candidata do PT, nunca parou de elogiar, por exemplo, o governo Fernando Henrique. Mas nós não estamos fazendo uma disputa sobre o passado. É como se eu ficasse discutindo, para ganhar a próxima Copa do Mundo, quem foi o melhor técnico: o Scolari ou o Parreira?

Fátima Bernardes: Mas...

José Serra: E o Mano Menezes, Fátima, desculpe, fosse estar preocupado em saber quem era melhor para efeito de ganhar a Copa de 14. Isso é uma coisa que os adversários fazem para tirar o foco de que o próximo presidente vai ter de governar e não pode ir na garupa. E tem que ter ideias também. Não só coisas que fez no passado, mas também ideias a respeito do futuro.

Fátima Bernardes: Mas, por exemplo, avaliar, analisar fracassos e sucessos não ajuda o eleitor na hora de ele decidir pelo voto dele?

José Serra: Por isso... E é isso o que eu estou fazendo. Por exemplo, mostro na saúde. Eu fui ministro da Saúde. Fiz os genéricos, os mutirões, a campanha contra a Aids que foi considerada a melhor campanha contra a Aids do mundo, uma série de coisas. A saúde, nos últimos anos, não andou bem. Por exemplo, queda, diminuição do número de cirurgias eletivas, aquelas que não precisa fazer de um dia para o outro, mas são muito importantes. Caiu, né? Pararam os mutirões. Muita prevenção que se fazia acabou ficando para trás. Faltam ainda hospitais nas regiões mais afastadas dos grandes centros. Tem problemas com as consultas, tem problemas de demoras. Enfim, tem um conjunto de coisas, inclusive relacionadas por exemplo com a saúde da mulher. Tudo isso precisa ser equacionado no presente. Eu estou apontando os problemas existentes.

William Bonner: Agora, candidato, vamos ver uma questão... O senhor me permita, para a gente poder conversar melhor.

José Serra: Sim, sim, claro.

William Bonner: Uma questão política. Nesta eleição, existem contradições muito claras nas alianças formadas pelos dois partidos que têm polarizado as eleições presidenciais brasileiras aí nos últimos 16 anos, né? O PT se aliou a desafetos históricos. O seu partido, o PSDB, está ao lado do PTB, um partido envolvido no escândalo do mensalão petista, no escândalo que inclusive foi investigado e foi condenado de forma muito veemente pelo seu partido, o PSDB. Então, a pergunta é a seguinte: o PSDB errou lá atrás quando condenou o PTB ou está errando agora quando se alia a esse partido?

José Serra: William, é uma boa pergunta. O PTB, no caso de São Paulo, por exemplo, sempre esteve com o PSDB, de uma ou de outra maneira. Isso teve uma influência grande na aliança nacional. Os partidos, você sabe, são muito heterogêneos. O personagem principal... Os personagens principais do mensalão nem foram do PTB. Os personagens principais foram do PT, aliás, mediante denúncia do Roberto Jefferson, que era então líder do PTB.

William Bonner: Os nomes de petebistas, todos, uma lista muito vasta, começando pelo Maurício Marinho.

José Serra: Você tem 40 lá no Supremo Tribunal Federal...

William Bonner: Não, exato.

José Serra: E o PT ganha disparado.

William Bonner: Mas não há nenhum constrangimento para o senhor pelo fato de esta aliança por parte do seu partido, o PSDB, ter sido assinada com o PTB pelas mãos do presidente do partido que teve o mandato cassado inclusive com votos de políticos do seu partido, o PSDB? Isso não provoca nenhum tipo de constrangimento?

José Serra: Olha, o Roberto Jefferson, é o presidente do PTB, ele não é candidato. Ele conhece muito bem o meu programa de governo, o meu estilo de governar. O PTB está conosco dentro dessa perspectiva. Eu não tenho compromisso com o erro. Aliás, nunca tive na minha vida. Tem coisa errada, as pessoas pagam, né? Quem é responsável por si é aquele que comete o erro, é ele que deve pagar. Eu não fico julgando. Mas eu não tenho compromisso com nenhum erro. Agora, quem está comigo sabe o jeito que eu trabalho. Por exemplo, eu não faço aquele loteamento de cargos. Para mim, não tem grupinho de deputados indicando diretor financeiro de uma empresa ou indicando diretor de compras de outra. Por quê? Para que que um deputado quer isso? Evidentemente não é pra ajudar a melhorar o desempenho. É para corrupção. Comigo isso não acontece. Não aconteceu na saúde, no governo de São Paulo e na prefeitura.

Fátima Bernardes: Candidato, nesta eleição, quer dizer, o senhor destaca muito a sua experiência política. Mas na hora da escolha do seu vice, houve um certo, um certo conflito com o DEM exatamente porque houve uma demora para o aparecimento desse nome. Muitos dos seus críticos atribuem essa demora ao seu perfil centralizador. O nome do deputado Índio da Costa apareceu 18 dias depois da sua oficialização, da convenção que oficializou a sua candidatura. É... O senhor considera que o deputado, em primeiro mandato, está pronto para ser o vice-presidente, uma função tão importante?

José Serra: Está. Fátima, deixa só eu te dizer uma coisa. Eu não sou centralizador. Eu sei que tenho a fama de centralizador. Mas no trabalho, eu delego muito. Eu sou mais um cobrador. Eu acompanho tudo.

Fátima Bernardes: Eu falei centralizador porque até no seu discurso de despedida do governo de São Paulo, o senhor mesmo explicou sobre essa fama de centralizador.

José Serra: Que eu não era centralizador. E todo muito que trabalha comigo sabe disso, eu delego muito. Agora, eu acompanho porque quem coordena, quem chefia tem que acompanhar para as coisas acontecerem. A questão da vice estava orientada numa direção. Por circunstâncias políticas, acabou não acontecendo. E o Índio da Costa, que foi o escolhido, estava entre os nomes que a gente cogitava. Só que isso não tinha ido para a opinião pública porque senão é uma fofoca só. Fulano, cicrano, isso e aquilo. Ele disputou quatro eleições, é um homem de 40 anos e foi um dos líderes da aprovação do ficha limpa no Congresso. Eu acho que...

Fátima Bernardes: Mas a experiência dele é municipal, na verdade, não é? Ele teve três mandatos de vereador, o senhor acha que isso o qualifica?

José Serra: E um mandato deputado federal.

Fátima Bernardes: Que ele está exercendo pela primeira vez.

José Serra: Eu acho que isso o qualifica perfeitamente. O que vale é a experiência na vida pública. Tem livros sobre administração e eu insisto. Sua atuação no Congresso Nacional foi marcada pelo ficha limpa. Se você for pegar também outros vices, do ponto de vista da experiência pública, cada um tem suas limitações. Mas eu não estou aqui para ficar julgando os outros. Eu só sei que o meu vice, jovem, ficha limpa, preparado, com muita vontade, e do Rio de Janeiro, é um vice adequado. Eu me sinto muito bem com ele. Agora, devo dizer o seguinte...

William Bonner: Candidato... Candidato.

José Serra: Eu tenho muito boa saúde. Ninguém está sendo vice comigo achando que eu não vou concluir o mandato.

William Bonner: Mas um vice não assume só nessas circunstâncias...

Fátima Bernardes: Trágicas.

José Serra: Mas, enfim... Eu não sei até que ponto...

William Bonner: Candidato, eu gostaria de abordar um pouquinho também da sua passagem pelo governo de São Paulo. O senhor foi governo em São Paulo durante quatro anos, seu partido está no poder em São Paulo há 16 anos. Então é razoável que a

gente avalie aqui algumas dessas ações. A primeira que eu colocaria em questão aqui é um hábito que o senhor mesmo tem de criticar o modelo de concessão das estradas federais. De outro lado, os usuários, muitos usuários das estradas estaduais de São Paulo que estão sob regime de concessão, se queixam muito do preço e da frequência com que são obrigados a parar para pedágio, quer dizer, uma quantidade de praças de pedágio que eles consideram excessiva. Pergunta: o senhor pretende levar para o Brasil inteiro esse modelo de concessão de estradas estaduais de São Paulo?

José Serra: Olha, antes disso. No caso de São Paulo, tem uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes, um organismo independente: 75% dos usuários das estradas do Brasil acham as paulistas ótimas ou boas. 75%, um índice de aprovação altíssimo. Isso para as federais é apenas 25%. De cada dez estradas federais, sete estão esburacadas. São as rodovias da morte. Na Bahia, em Minas, BH, Belo Horizonte, Governador Valadares, em Santa Catarina. Enfim, por toda a parte. O governo federal fez um tipo de concessão que não está funcionando.

William Bonner: Mas a que o senhor fez motivou críticas quanto ao preço. Então a questão que se impõe é a seguinte, candidato: não existe um meio termo? Ou o cidadão brasileiro tem uma estrada boa e cara ou ele tem uma estrada ruim e barata. Não tem um meio termo nessa história?

José Serra: Eu acho que pode ter uma estrada boa que não seja cara, se você trabalhar direito. Por exemplo, a concessão que eu fiz da Ayrton Senna. O pedágio anterior era cobrado pelo órgão estadual. Caiu para a metade o pedágio. É que realmente, geralmente, os exemplos bons não veem...

William Bonner: Mas esse modelo vai ser exportado para as estradas federais?

José Serra: Esse modelo que diminuiu pode ser adotado, porque você tem critérios para ser examinados. O governo federal fez estradas pedagiadas. Só que estão, por exemplo, no caso de São Paulo, a Régis Bittencourt, que é federal, ela continua sendo a rodovia da morte. E a Fernão Dias, Minas-São Paulo, está fechada. Você percebe? Nunca o Brasil esteve com as estradas tão ruins. Agora, tem mais: em 1000 é, é, no começo de 2003 para cá, foram arrecadados R\$ 65 bilhões para transportes, para estradas na Cide. É um imposto. Sabe quanto foi gasto disso pelo governo federal? Vinte e cinco. Ou seja, foram R\$ 40 bilhões arrecadados dos contribuintes para investir em estradas do governo

federal que não foram utilizados. A primeira coisa que eu vou fazer, William, é utilizar esses recursos para melhorar as estradas. Não é o assunto de concessão que está na ordem do dia. É gastar. É entender o seguinte: por que de cada R\$ 3 que o Governo Federal arrecadou, foram 65, ele gastou um terço disso? É uma barbaridade.

Fátima Bernardes: Nós estamos...

José Serra: Por isso as estradas federais estão nessa situação. Desculpa, Fátima, fala.

Fátima Bernardes: Não, candidato. É que como nós temos um tempo, eu queria dar ao senhor os 30 segundos para o encerramento, para o senhor se dirigir ao...

José Serra: Já passou?!

Fátima Bernardes: Já passou, já estamos, olhe lá, Onze e quarenta e sete e os seus eleitores.

José Serra: Olha, eu vim aqui, queria, em primeiro lugar, agradecer a vocês por essa oportunidade. Eu tenho uma origem modesta, meus pais eram muito modestos. Eu acho que eles nunca sonharam que um dia eu estaria aqui no Jornal Nacional, que eles assistiam diariamente, aliás pela segunda vez, falando como candidato a presidente da República. Eu devo a eles até onde eu cheguei. Devo a eles, devo à escola pública e acabei virando professor universitário, mas também sempre ligado às questões públicas, desde que eu fui presidente da União Nacional dos Estudantes até hoje. O que eu peço hoje...

William Bonner: Seu tempo, candidato.

José Serra: Para concluir é o seguinte: eu acho que o Brasil pode continuar e pode melhorar muito. O que eu queria pedir às pessoas...

William Bonner: Candidato, o senhor me obriga a interrompê-lo, me perdoe, me perdoe.

José Serra: Não posso nem falar um pouquinho?

William Bonner: É em respeito... Não posso. Porque é em respeito aos demais candidatos que estiveram aqui. E eu sei que o senhor vai compreender. E eu quero agradecer a sua presença aqui.

José Serra: Não. Eu compreendo. Obrigado.

William Bonner: Boa Noite.

Fátima Bernardes: Bom. Boa noite.

José Serra: Boa noite”.

ANEXO V

(Entrevista no JN com Dilma Rousseff no segundo turno, no dia 18/10/2010)

Fátima Bernardes: Boa noite, candidata.

Dilma Rousseff: Boa noite, Fátima. Boa noite, Bonner. Boa noite você que nos acompanha.

Fátima Bernardes: A entrevista terá dez minutos com tolerância de um minuto para que a candidata conclua uma resposta sem ser interrompida e mais 30 segundos para a mensagem dela aos eleitores. O tempo começa a ser contado a partir de agora. Candidata, a senhora liderou grande parte da campanha e esteve muito perto de vencer no primeiro turno. Como a senhora explicaria a decisão do eleitor de levar essa disputa pra um segundo turno?

Dilma Rousseff: Olha, Fátima, eu acho que o eleitor queria uma oportunidade a mais para poder refletir e para poder, cotejando as propostas, ter uma opção agora com mais clareza. Agora, a verdade é que nós, eu sou muito grata aos eleitores que votaram em mim, porque eu tive 47 milhões de votos e veja que coisa curiosa: eu acredito que eu seja a mulher mais, a segunda mulher mais votada da história do planeta, a primeira sendo a Indira Gandhi.

William Bonner: Candidata, quando terminou o primeiro turno, a senhora e alguns dos seus assessores, enfim, partidários do Partido dos Trabalhadores chegaram a dizer que aquela discussão, aquela polêmica sobre o aborto tinha motivado essa decisão do eleitor no fim do primeiro turno. Essa polêmica toda, essa discussão não teria se dado por causa de sua mudança de posição sobre a legislação referente ao aborto? Eu digo isso porque pessoalmente a senhora sempre se manifestou contrária ao aborto. O que a senhora fez em algumas entrevistas, na revista "Marie Claire", na "Folha de S.Paulo", foi dizer que era favorável à mudança da legislação, à legalização do aborto. Não teria

sido mais natural num país tolerante como é o nosso que a senhora tivesse admitido publicamente essa mudança de opinião a respeito?

Dilma Rousseff: Veja bem, Bonner, eu acredito que nessa história do aborto houve muita confusão. Há uma diferença, Bonner, entre a posição individual minha como cidadã: eu sou contra o aborto. Sou contra o aborto porque eu acho uma violência contra a mulher, e não acredito que mulher alguma é a favor do aborto. Acho que as pessoas que recorrem ao aborto o fazem em situação-limite. O que é que acontece com o presidente da República? Ele não pode fingir que não existem milhares de mulheres, principalmente, até milhões, pelos dados até publicados pelo [jornal O] "Globo" são milhões de mulheres, três milhões e meio de mulheres que recorrem ao aborto. Nós não podemos fingir que essas mulheres não existem. E mais: não podemos fingir que essas mulheres, elas fazem isso em situações muito precárias, e provoca, recorrer ao aborto provoca risco de vida e em alguns casos a morte. Pois bem, a minha posição sempre foi a seguinte: você não pode colocar essas mulheres, prender essas mulheres. Não se trata de prender as mulheres, se trata de cuidar delas. Porque você não vai deixar três e meio milhões de mulheres ameaçadas a sua saúde. Então são duas posições diferentes. Quando a gente diz que o aborto não é um caso de polícia, no Brasil ele é um caso de saúde pública, o que que nós estamos falando? Nós estamos falando o seguinte: para prevenir para que não haja o aborto, primeira questão, nós temos que tratar a quantidade imensa de gestantes adolescentes que recorrem ao aborto ou porque têm medo da família, da família não aceitar, ou porque já não têm laços familiares efetivos que podem garantir a ela o apoio pra poder ter a criança.

William Bonner: Agora, na semana passada, a senhora divulgou um documento em que a senhora afirmou o compromisso de não propor nenhuma modificação na legislação. Algumas pessoas que defendem o aborto, né, como uma questão de saúde pública, como a senhora mesma já fez no passado, entenderam que esse seu compromisso seria um recuo, uma concessão, digamos assim, excessiva aos religiosos, que entra em contradição com algo que a senhora mesma defendeu. A senhora dizia: é uma questão de saúde pública e é um absurdo, a senhora disse isso para a "Folha de S.Paulo", é um absurdo que não se legalize a questão. Daí a questão. A senhora não vê essa contradição?

Dilma Rousseff: Não, não vejo. Sabe por que, Bonner? Porque ninguém em sã consciência vai propor prender 3,5 milhões e meio de mulheres. Até porque tem um problema concreto, prático. Eu não concordo com a mudança na legislação. A legislação prevê aborto em dois casos. Prevê no caso de estupro e de risco de vida pra mulher. Então há, necessariamente, uma forma de a gente conduzir isso sem alteração. E acredito que um processo de alteração, por exemplo, por plebiscito, seria muito ruim. Porque dividiria o Brasil de ponta a ponta. Não levaria a uma forma de, eu diria, de acordo e de consenso. Pelo contrário: os países que fizeram isso tiveram péssimas experiências. Então eu fiz uma carta que é uma carta a todos os religiosos, mas é uma carta pública ao povo brasileiro no sentido de que acredito que a legislação.

Fátima Bernardes: Pode ser mantida...

Dilma Rousseff: Pode ser mantida, e não é necessário alterar os termos da legislação.

Fátima Bernardes: Candidata, os institutos de pesquisa atribuíram não a essa questão do aborto, mas ao escândalo da sua ex-assessora Erenice Guerra, essa ida pro segundo turno, ao escândalo envolvendo contratação de familiares, de parentes, e tráfico de influência. A senhora chegou a dizer num primeiro momento que essas denúncias eram factóides, depois a senhora mesma reconheceu que sua ex-assessora errou e que o seu partido investiga os erros. Agora a questão que surge é a seguinte: como é que isso aconteceu num ministério que a senhora comandou, a Casa Civil, e que garantias a senhora oferece ao eleitor de que isso não venha a se repetir no caso de a senhora ser eleita?

Dilma Rousseff: Olha, Fátima, a gente tem de ser muito claro com o eleitor e não tentar enganá-lo. Erros e pessoas que erram acontecem em todos os governos. O que diferencia um governo de qualquer outro governo é a atitude desse governo em relação ao erro. A nossa atitude é: nós investigamos e punimos. Por exemplo, no caso da Erenice: eu não concordo com a contratação de parentes e amigos. Sempre fui contrária ao nepotismo. Jamais deixei que se praticasse.

Fátima Bernardes: Mas ele aconteceu.

Dilma Rousseff: Sempre pode acontecer. As pessoas podem errar em vários momentos. Não tem como você saber que a pessoa vai errar ou não a priori. O que você tem de garantir é que haja punição. Por exemplo, eu vou te dar um exemplo.

Fátima Bernardes: A senhora acha que houve alguma falha, por exemplo, na estrutura montada pela senhora na Casa Civil para que esse erro pudesse acontecer?

Dilma Rousseff: Veja bem, ninguém controla o governo inteiro. O que você tem de ter garantia, vou repetir, é que havendo o mal feito, você investigue e pune. Nós estamos, nós estamos claramente, já 16 pessoas depuseram no caso da Erenice e a polícia está investigando se houve ou não houve tráfico de influência. Quanto à nomeação de parentes, foram todos, os que estavam ainda no governo, porque a grande maioria não estava, foram demitidos. Veja você, há uma diferença entre nós e o meu adversário. O meu adversário tem uma acusação gravíssima, que é o caso Paulo Vieira de Souza. O Paulo Vieira de Souza está investigado na operação da Polícia Federal chamada Castelo de Areia por propina, porque ele era diretor do equivalente aqui no Rio ao departamento de estradas, e ele cuidava das mais importantes obras do governo do estado de São Paulo. Até agora não houve uma investigação e não houve nenhum processo, pelo contrário: há uma diferença entre quem investiga e pune e quem acoberta e não pune, quem acoberta e cria uma coisa que se chama impunidade, porque a gente tem de perceber isso. Um governo é como uma empresa: ninguém sabe absolutamente de tudo o que acontece na empresa, mas o que que você tem de ter? Você tem de ter mecanismos para, havendo conhecimento daquela atividade, eu quero te dizer: no meu governo, eu serei implacável tanto com essa questão de nepotismo, né, que é a contratação de parentes, quanto com tráfico de influência ou conhecimento de qualquer mal feito relacionado à propina ou outras variantes disso.

William Bonner: Me permita fazer uma questão agora sobre a campanha eleitoral. Nesse segundo turno, o ex-deputado Ciro Gomes se juntou a sua equipe para coordenar a sua campanha na eleição. É curioso, porque há seis meses, o candidato Ciro... o então... o ex-deputado Ciro Gomes chegou a dizer que o seu adversário, candidato José Serra, do PSDB, é mais preparado do que a senhora para ser presidente da República. Sobre o PMDB, que é o partido do seu candidato a vice, Michel Temer, ele disse que era um ajuntamento de assaltantes, palavras dele, e sobre o próprio Michel Temer, o seu candidato a vice, ele chegou a dizer que era o chefe dessa turma. A minha pergunta é a

seguinte, candidata: foi a sua equipe que pediu ajuda a Ciro Gomes ou foi ele que ofereceu ajuda a sua campanha?

Dilma Rousseff: Veja bem, eu tenho uma relação muito longa, de há muito tempo com o deputado Ciro Gomes. Nós participamos do mesmo governo e eu sempre disse em todo esse processo que eu respeitava, tinha uma excelente relação com ele e entendia, inclusive, que naquele momento ele estivesse magoado pela circunstância que levou ele a não ser candidato. E eu vou ter sempre, eu sei como é que é a forma pela qual e o temperamento do deputado Ciro Gomes. Ele nos procurou e nós...

William Bonner: Foi ele que procurou? Aí a senhora...

Dilma Rousseff: ... aceitamos prontamente. Por quê? Porque o deputado Ciro Gomes, eu convidei para ir a minha casa, inclusive a jantar. Eu já não lembro se foi janta ou se foi o almoço. Por quê? Porque eu tenho uma relação pessoal, mas nesse momento ele não me apoiou formalmente.

William Bonner: Certo.

Dilma Rousseff: Ele foi me apoiar depois, agora, no primeiro turno, a partir do fato que ele foi coordenador da campanha do Cid e que o governador Cid, também pelas nossas relações, me apoiava.

William Bonner: Não, é só porque, para concluir, a senhora tem direito a 30 segundos para se despedir de seus eleitores.

Dilma Rousseff: Ah, já estamos no fim?

William Bonner: Já terminou, já foi aquele minutinho de tolerância.

Dilma Rousseff: Primeiro eu queria agradecer muito ao acompanhamento dos ouvintes e fazer um apelo de forma muito humilde. Eu peço o voto e o apoio de vocês que me assistem, porque eu represento um projeto que transformou o Brasil, que fez com que o Brasil distribuísse renda, que o Brasil criasse um grande mercado consumidor, pagasse o FMI. Mas sobretudo também que nós nos tornamos respeitados lá fora. Eu vou continuar isso, eu assumo esse compromisso com vocês. E eu gostaria muito, se Deus quiser e contar com o seu voto, de ser a primeira presidenta do Brasil.

Fátima Bernardes: Muito obrigada, candidata Dilma Rousseff, pelo seu retorno aqui ao Jornal Nacional.

Dilma Rousseff: Muito obrigada, Fátima e Bonner.

ANEXO VI

(Entrevista no JN com José Serra no segundo turno, no dia 19/10/2010)

William Bonner: Boa noite, candidato.

José Serra: Boa noite, William. Boa noite, Fátima. Boa noite a quem está nos vendo e escutando.

William Bonner: Muito bem. Esta entrevista terá dez minutos com uma tolerância de um minuto e mais 30 segundos como mensagem do candidato aos seus eleitores. Essa tolerância é para evitar interrupções e para a conclusão do raciocínio do candidato, e o tempo começa a ser contado a partir de agora. Candidato, o senhor teve no primeiro turno um desempenho inferior ao que o seu colega Geraldo Alckmin conseguiu na eleição presidencial de 2006. Ele teve nove pontos percentuais a mais que o senhor obteve desta vez. A que o senhor atribui essa resposta dos eleitores a suas propostas?

José Serra: Olha, primeiro, os outros candidatos eram diferentes, inclusive não tinha uma terceira candidata, ou um terceiro candidato, tão forte quanto a Marina. E no primeiro turno, na verdade, os eleitores fazem uma aproximação pro voto, né, não é um julgamento definitivo. E de todo modo eu cheguei a ter 33 milhões de votos, a Marina 20, de maneira que isso representou a maioria da população brasileira, mostrando que na verdade o Brasil quer um segundo turno, né, porque segundo turno tem muito mais possibilidade, entre os dois mais votados, de ter conhecimento, de iluminar a cabeça e a mente para o dia da eleição.

Fátima Bernardes: Agora, esse segundo turno, ele está radicalizado. Uma mistura entre religião e política que normalmente não costuma dar certo em lugar nenhum. A sua campanha tem explorado posições do PT e da candidata do partido, por exemplo, em relação ao aborto. Essa mistura, política e religião, não deveria ser evitada?

José Serra: Olha, não fomos nós que levantamos, nem nós exploramos. Acontece o seguinte: a Dilma manifestou-se a favor do aborto. Deu uma entrevista que está, enfim,

tem o vídeo. O PT no final do ano passado fez aquele programa nacional de direitos humanos que tornava transgressor, criminoso aquele que fosse contra o aborto. Então eles puseram a questão no ar.

Fátima Bernardes: Mas a sua campanha também, candidato.

José Serra: Eu sempre manifestei, eu sempre manifestei o seguinte: eu sou contra a liberação do aborto e nunca explorei isso do ponto de vista de que ela estaria errada por ser a favor do aborto. O que acontece é que ela afirmou uma coisa e depois afirmou o oposto. Nem reconhece que disse o oposto e numa campanha esses temas, Fátima, acabam sendo postos pela própria população.

Fátima Bernardes: Mas candidato...

José Serra: Nunca me passou pela cabeça transformar isso num centro de campanha.

Fátima Bernardes: Mas candidato, sua campanha tem mostrado, falado insistentemente em Deus, tem mostrado imagens de missas, de cultos religiosos. Questões como essas do aborto, até mesmo a união civil entre homossexuais, elas não deveriam receber um tratamento de políticas públicas e não uma abordagem do ponto de vista da religião? Isso não contribui assim para um retrocesso no debate político?

José Serra: Olha, eu insisto: quem introduziu esse ingrediente na campanha foi o PT e foi a Dilma. Como eu tenho uma posição contrária ao aborto eu sempre fui perguntado, e sempre disse isso.

Fátima Bernardes: Mas é um retrocesso, o senhor considera um retrocesso?

José Serra: Todas as campanhas que eu fiz, eu sempre visitei igrejas, né, eu sou católico, mas sempre visitei igrejas, inclusive igrejas cristãs, evangélicas. Sempre falo no meu linguajar cotidiano, porque está incorporado, eu sempre digo: 'se Deus quiser'. Eu sou uma pessoa religiosa. Não há nada forçado neste sentido. E, aliás, a candidata não fez outra coisa se não passar a frequentar igrejas, coisa que habitualmente ela não fazia. Então isso dá um tipo de aquecimento que se transforma no que você falou. Agora o que eu quero dizer é que a base disso está no fato de que uma hora ela disse uma coisa e em outra hora ela diz o oposto. Aliás, não é o único caso que isso acontece.

William Bonner: Candidato, na sua propaganda eleitoral o senhor tem mostrado obras grandes que realizou como governador em São Paulo: Rodoanel, a ampliação da Marginal do Tietê. Essas obras foram tocadas, em parte ou totalmente, pela Dersa, que é a empresa estadual que cuida disso. Quando o senhor era governador, o diretor da Dersa era Paulo de Souza, também conhecido como Paulo Preto por alguns. Paulo Preto foi acusado de ter arrecadado ilegalmente dinheiro para a campanha do PSDB e de ter ficado com esse dinheiro pra ele. O PSDB e o senhor já negaram essa afirmação, disseram que não houve essa arrecadação. Mas o fato é que antes de os senhores negarem isso, Paulo Preto, ao jornal "Folha de S.Paulo", disse o seguinte: "Não se abandona um líder ferido na estrada". O que que ele quis dizer com isso?

José Serra: Olha, William, antes dessa entrevista nós já tínhamos desmentido. Não houve desvio de dinheiro na minha campanha, que seria a vítima no caso. Ou seja: não houve ninguém que tivesse doado, o dinheiro não tivesse chegado, e a pessoa tivesse feito chegar a gente de que a contribuição não tinha chegado, porque ele tinha dado e não chegou. Isso não aconteceu.

William Bonner: Mas esta frase, esta frase: "não se abandona um líder ferido na estrada".

José Serra: Esta frase...

William Bonner: Parece ameaça.

José Serra: Não, não. Porque sempre tem, dentro de um partido, gente que gosta de um, gente que não gosta de outro, mas o fato é que não houve o essencial que é o desvio de dinheiro da minha campanha, porque eu saberia. Em todo o caso, nós seríamos a vítima. Você percebe? Quer dizer, e aí não se trata, inclusive, nem de dinheiro do governo. É um dinheiro que foi contribuição para uma campanha. Eu desmenti isso há muito tempo. E o assunto volta posto, inclusive pelo PT, porque o que eles gostam de fazer? De vir com ataques esses às vezes meio incompreensíveis para nivelar todo mundo, como se os escândalos da Casa Civil, como se os escândalos desse senhor Cardeal agora na Eletrobras, como se tudo isso pudesse ser também reproduzido, o que não aconteceu do outro lado. Eu não tenho nenhum chefe da Casa Civil...

William Bonner: Sim, candidato.

José Serra: ...que ficou do meu lado que aprontou tudo que a Erenice aprontou. Braço direito da Dilma.

William Bonner: Sim, mas eu tenho de observar o seguinte: primeiro, Paulo de Souza tinha um cargo estratégico no seu governo. Era um cargo importante, de grandes obras. E teve uma filha dele, inclusive, contratada pelo senhor tanto na Prefeitura de São Paulo quanto no governo do estado em cargo de confiança. Quer dizer: essa relação sua com parentes, também de alguma maneira não configura aí um nepotismo dentro do governo?

José Serra: Veja, essa menina foi contratada, eu nem conhecia, não foi diretamente por mim, para trabalhar no cerimonial, que é, que faz recepções, que cuida de solenidades e tudo mais, entre muitas outras. Tinha um currículo, sabia dois idiomas, ou sabe dois idiomas, sempre trabalhou corretamente. Inclusive eu só vim a saber que era filho de um diretor de uma empresa muito tempo depois. Ela não está em nenhum cargo, nunca teve nenhuma acusação, nem nenhum cargo que tome decisões, faça lobby, pegue dinheiro, como no caso dos filhos da Erenice.

Fátima Bernardes: Candidato, no debate ainda no primeiro turno aqui na TV Globo, numa resposta à candidata Marina Silva, o senhor disse o seguinte: “Você e a Dilma têm muito mais coisas parecidas do que quaisquer outros candidatos aqui. Você estava no governo do mensalão, não saiu do governo, continuou lá, como ela”. Hoje, diante da necessidade de conquistar eleitores que votaram na então candidata Marina, o senhor se arrepende do que disse?

José Serra: Olha, eu quero completar como é que foi o assunto, porque a Marina estava dizendo que eu e a Dilma éramos parecidos, né? Não sei se ela acha isso no fundo da alma. Eu disse: “Não, nós não somos parecidos”. Agora, você não pode medir os outros pela sua régua. Se eu usasse a minha régua, eu poderia dizer: “Você e a Dilma têm semelhanças, porque ambas participaram de um governo do PT que tinha o mensalão e ambas não saíram do governo”. Isso não foi propriamente uma acusação. Isso foi mostrar como, se você começar a fazer comparação, você pode chegar a qualquer conclusão, né? Você pode dizer: fulano e sicrano torcem pro mesmo time, logo eu posso dizer que vocês são parecidos. Porque ela dizia que éramos parecidos por outros

motivos, porque uma preocupação com obras, uma preocupação com propostas concretas, isso mais no meu caso, inclusive.

Fátima Bernardes: Mas não é uma forma muito fácil de atrair eleitores com uma declaração como essa?

José Serra: Mas eu posso te dizer o seguinte: eu gosto muito da Marina, é uma pessoa que eu admiro, e ela fez uma boa contribuição no Brasil para a democracia, ajudando a ter o segundo turno e aproximando gente que não participa habitualmente de eleição do processo eleitoral, coisa que fortalece a democracia. E agora, com muita alegria, eu estou recebendo o apoio de militantes do PV, como o Fernando Gabeira, Gabeira, o Fábio Feldmann, que foi candidato a governador em São Paulo, diretórios, parlamentares. Por quê? Porque eu tenho, na minha folha de serviços como prefeito e governador, uma ação ambiental muito avançada, inclusive fizemos a lei de mudanças climáticas do estado de São Paulo, considerada uma das três mais avançadas do mundo.

William Bonner: Candidato, com relação à economia. O senhor tem prometido aí coisas grandes, né? Salário mínimo de R\$ 600, aumento de 10% para aposentados, 13° para o Bolsa-Família. Essas propostas não colocam em risco a estabilidade da economia, uma economia que todo mundo sabe que está com um crescimento de gastos públicos preocupante?

José Serra: Olha, William, eu fiz essas propostas porque eu acho que são fundamentais do ponto de vista social. Os aposentados ficam para trás, o salário mínimo ainda é pouco em relação às necessidades de consumo das pessoas e o Bolsa-Família é muito pequeno, dá menos de R\$ 1.000 por ano. Então eu propus fazer o 13° do Bolsa-Família, programa que eu vou manter e afirmar, dar 10% para os aposentados, o dobro do que o governo quer, e fazer o mínimo em R\$ 600. Isso tem um custo. Eu calculei aproximadamente, em números redondos, 1% do atual orçamento, 1% do orçamento previsto. Ora, é, tem subestimativa de receitas, ou seja: tem receitas, dinheiro que vai entrar para o governo no ano que vem, que está subestimado. Isso tem sido feito nos últimos anos no caso da Previdência. Tem também o efeito que as próprias medidas vão causar sobre a arrecadação, que é positivo. Mas corte de desperdícios, encolhimento de cargos de confiança, gente que não faz concurso, que está lá por apadrinhamento

político. Com isso, nós vamos ser capaz de cobrir esse 1%. E, do ponto de vista do país, representa um grande salto social e uma medida de justiça, eu diria.

Fátima Bernardes: Mas candidato, se isso fosse assim possível, se a conta fosse viável do jeito que o senhor está falando, por que ela não foi feita agora? Quer dizer, por que ela não teria sido feita já? Acho que aumentar salário mínimo é o desejo de todo político.

José Serra: Sem dúvida.

Fátima Bernardes: Quer dizer, será que essa conta, esse ajuste, não é um pouco mais complicado?

José Serra: Porque eles têm outras prioridades. Por exemplo, estão desenvolvendo muitos e muitos subsídios a investimentos que provavelmente não são rentáveis, né? O governo hoje está distribuindo isso por todo canto. Muito desperdício, muito desvio de dinheiro público, Fátima.

William Bonner: Candidato.

José Serra: Muito desperdício. Nós vamos enxugar tudo isso para poder atender os mais necessitados.

William Bonner: Candidato, eu vou pedir, então, agora. Chegamos ao fim do tempo, eu vou pedir agora que o senhor se despeça dos eleitores com a sua mensagem em 30 segundos.

José Serra: Tá legal.

William Bonner: Por favor.

José Serra: Muito obrigado. Olha, eu, com a consciência tranquila, queria pedir a você, que está me vendo, o seu voto no dia 31 de outubro. Se você já vota em mim, conquista outro voto. Eu já disputei nove eleições, lutei bastante na vida. Disputei eleição, ganhei, de deputado, senador, fui ministro, eleito prefeito, eleito governador. Lutei bastante para isso e, como presidente, eu vou lutar muito para melhorar a saúde, a educação, a segurança e os problemas, e as questões sociais. Vamos juntos, de braços dados...

William Bonner: Obrigado, candidato.

José Serra: ... coração aberto, cabeça erguida, ganhar a eleição.

William Bonner: Seu tempo, candidato.

Fátima Bernardes: Muito obrigada, candidato, pela sua participação aqui pela segunda vez no Jornal Nacional.

José Serra: Eu que agradeço enormemente a vocês.